

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

VOLUME LXI

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:

Leonardo Arroyo

Nicolau Duarte Silva

Pedro Brasil Bandecchi

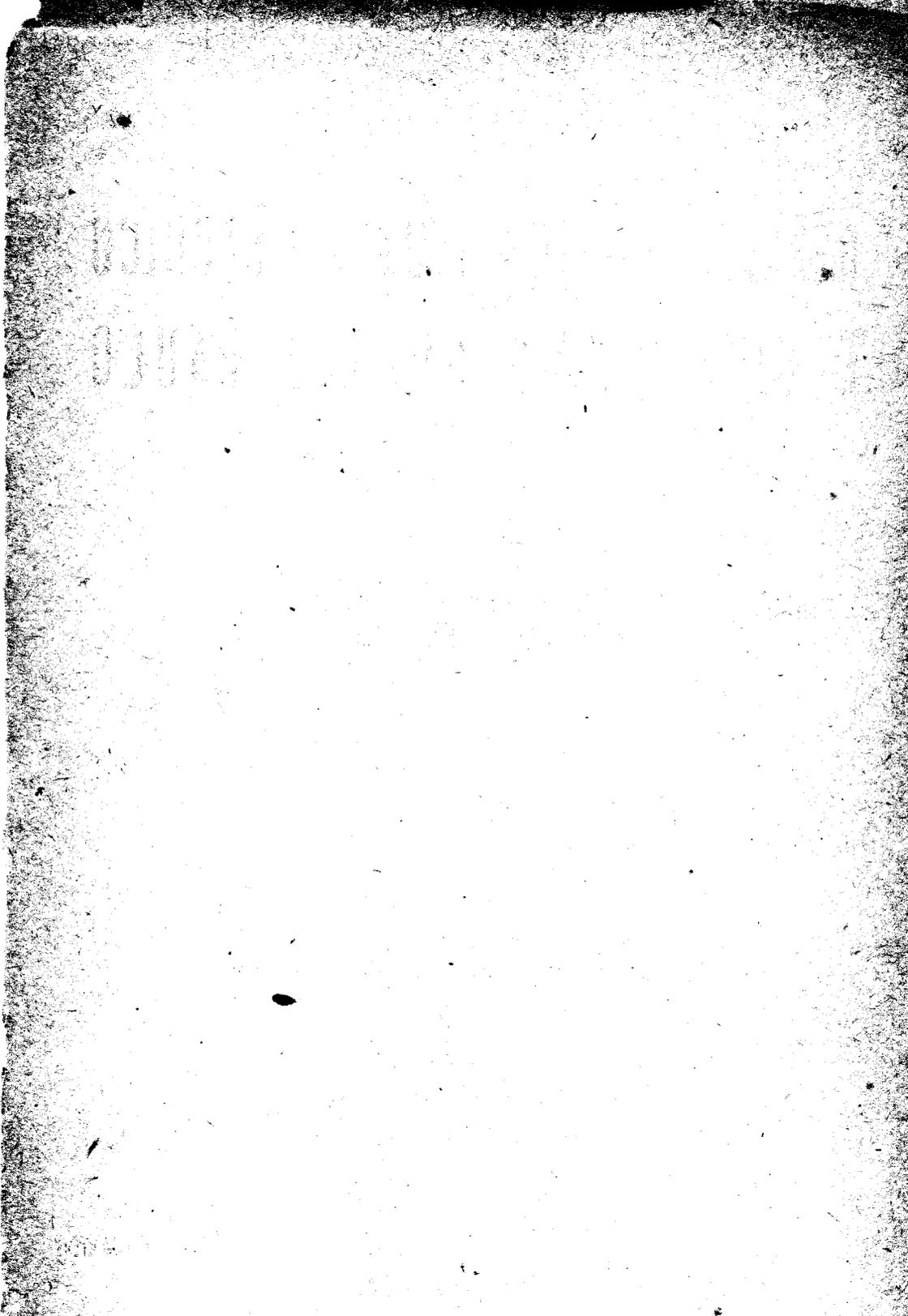
Vinício Stein Campos

Fernando Góes

Célio Debes

Acervo da Biblioteca
DÉLIO FREIRE DOS SANTOS

SÃO PAULO — 1965



(Conferência de Júlio de Mesquita Filho, proferida em sessão magna de 25 de janeiro de 1964, no auditório da ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE SÃO PAULO)

Passada a primeira impressão de surpresa e receio causada pelo convite que da Associação dos Cavaleiros de São Paulo recebêramos para falarmos sobre a data que hoje se comemora, logo nos sentimos embaraçados pela abundância dos temas que se nos ofereciam. Eram tantos e de tamanha relevância que se nos parecia embaraçoso decidirmo-nos por qualquer deles. Abor-daríamos a questão ainda controvertida da fundação do burgo que em tão pouco tempo se transformaria num dos centros vitais do Continente? Tra-riamos a debate o ponto de vista dos que — como, entre outros, o padre Castro Nery, com a sua incontestável autoridade — defendem para Anchieta o título de fundador da nossa cidade? Ou o dos seus adversários, que atribuem a Nóbrega, com mais razão, segundo nós, o ato de que resultou o lança-mento em terra fértil da semente que se transformaria alguns séculos mais tarde na árvore imensa e magnífica que é nosso orgulho e a admiração de quantos a conhecem? Seduzidos, a princípio, por essa perspectiva, logo a abandonávamos, diante da meridiana limpidez com que nos parece provada a precedência no controvertido problema de Nóbrega sobre aquele que seria, com o decorrer dos anos, aclamado, pelo consenso unânime dos povos brasi-leiros, Apóstolo da nacionalidade. Anchieta era ainda quase um adolescente quando, por ordens superiores, se determinara o reconhecimento jurídico da Vila de Piratininga. Nóbrega exercia então as funções de Provincial da Or-dem a que pertencia Anchieta e é suficiente têmos bem presente a severidade com que eram mantidas no seio da Companhia as prerrogativas hierárquicas, para se concluir que efetivamente ao mais velho dos dois coube a glória de executar a determinação recebida das autoridades superiores.

Nóbrega, o fundador

É o que deixa demonstrado de modo incontestável Frei Gaspar da Ma-dre de Deus em suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Tratando exatamente da fundação da Vila, diz o preclaro beneditino que “depois de contender em alguns anos por este modo, chegaram finalmente os padres a cantar a vitória porque, achando-se em São Vicente o governador-geral Mem de Sá, em 1560, tais razões lhe propôs o Padre Nóbrega, a quem ele muito venerava, que, persuadido delas, mandou extinguir a Vila de Santo André e mudar o pelourinho para defronte do Colégio: executou a ordem no mesmo ano, e daí por diante ficou a povoação na classe das vilas com o título de São Paulo de Piratininga que conservava desde o seu princípio”.

Atribuindo, como é de direito, as prerrogativas da escolha dêste sítio para nêle serem lançados os fundamentos da futura São Paulo ao superior de Anchieta, êste trecho dirime em definitivo a questão. Aliás, a própria índole espiritual da poética figura do canarino está a dizer-nos que jamais lhe passaria pela mente disputar a seu irmão maior a honra insigne. E embora tivesse êle próprio tido a intuição — segundo refere Antônio Pais Sande, em relatório ao Conselho Ultramarino, trazido a lume, pela primeira vez, por Aureliano Leite — do destino que esperava o humilde vilarejo, é evidente que a idéia estava mais no caráter empreendedor daquêle que, no dizer de Serafim Leite, fôra considerado por Southey “o maior político do Brasil”.

Esses argumentos levaram-nos a procurar roteiro diferente e a proporvos, senhoras e senhores que me ouvis, a refletir conosco nesta solenidade sôbre outros aspectos da nossa evolução histórica. Qualquer que fôsse, porém, o tema, não poderíamos deixar de voltar à personalidade fascinante de Anchieta, de tal modo ela se nos afigura ligada à sorte da nossa terra. E, de fato, seja qual fôr o ângulo por que se pretenda estudar o nosso passado, numa tentativa de justificar o nosso presente e até mesmo o nosso futuro, seremos sempre forçados a ir buscar a sua razão de ser no desempenho que o taumaturgo soube dar à missão que lhe cometeu a Companhia de Jesus na então capitania de São Vicente. A riqueza do seu espírito era inesgotável e do seu contacto com a terra virgem brotariam tôdas aquelas condições essenciais que no decorrer dos séculos redundariam naquilo que viria a ser, com todo o seu imenso potencial de possibilidades, a Nação brasileira. O misticismo que o devorava não foi o bastante para impedir que lançasse as bases de uma modalidade de cultura que, tendo as suas fontes na que trouxera de Coimbra, assumiria posteriormente características próprias. A obra do catequizador traria em si o necessário para que se realizasse o milagre da união do sangue indígena com o que nos trouxeram os primeiros povoadores brancos. Foi Anchieta o elemento de que se serviu o destino para lançar as bases daquela raça de gigantes de que nos falaria bem mais tarde Saint Hilaire e que tornaria possível o desdobramento no Continente Sul-Americano da obra portuguesa de expansão, iniciada, através dos mares e das prestigiosas nações do Oriente, pouco mais de um século antes. Completando a sua ação em terras de Piratininga, cria Anchieta a primeira escola neste mesmo local, onde, em cumprimento da missão recebida, procuramos hoje dizer da gratidão religiosa com que neste instante nos voltamos todos para o nosso Apóstolo. “Fundou uma cátedra — escreve, numa das mais belas páginas da oratória paulista, o padre Castro Nery — no Colégio de Piratininga, e enquanto aqui estêve não deixou jamais de lecionar. E lecionou quase tudo: latim e humanidade para os noviços; tupi para os irmãos e colonos; primeras letra, aritmética, português, música e religião para os indígenas (...). Deu ao mundo a primeira gramática em língua tupi, confirmando antecipadamente a opinião de Max Muller, que via no missionário um formidável pioneiro da lingüística”.

Anchieta, pioneiro do humanismo brasileiro

E aí tendes, senhoras e senhores, as proporções da figura imensa daquêle a quem tudo devemos. Fizemos questão de salientar o aspecto polimorfo da

sua irradiante inteligência e a espiritualidade da obra por êle realizada para que tenhais bem presente a nobreza das nossas origens, o signo superior que presidiu à formação da comunhão a que pertencemos. Para que tenhais bem presente o quanto, por isso mesmo, tem a Nação o direito de esperar daqueles que, através de tôdas as vicissitudes e da rudeza da obra que lhes cometeu o destino, sabem ainda hoje respeitar o legado que nos transmitiu o humilde discípulo de Ignacio de Loyolla.

Sé atentarmos para o que eram naqueles longínquos dias os conhecimentos humanos, veremos que no humilde Colégio fundado pelo Superior da Companhia de Jesus já havia em substância tudo quanto se lecionava nas Universidades da época. Transportando para aquêles invios sertões o *curriculum* das disciplinas citado pelo padre Nery, trouxe-nos o Apóstolo os fundamentos daquele ensino que seria com certeza a maior contribuição legada à Humanidade pela Ordem a que pertencia. Não é êste o momento de desenvolvermos o que se contém nessa nossa afirmativa, mas, diante de certas alegações, partidas de espíritos inegavelmente cultos, de que fôra superior a política realizada pela Espanha à que neste Continente norteou a ação da Coroa portuguesa, e isso pelo fato de ter a primeira fundado no século XVI Universidades em São Domingos, em Lima, no México e em Cusco — sentimo-nos no dever, já que nos vimos referindo ao acervo de serviços prestados por Anchieta à nossa terra, de opôr alguns reparos à assertiva.

Tanto no Colégio que teve o seu primeiro assento neste mesmo sítio como nos que mais tarde a Companhia fundaria em outras sedes de capitania, como a da Bahia, por exemplo, se cultuavam as mesmas disciplinas que naqueles tempos constituíam a preocupação das cátedras universitárias de quase todo o mundo ocidental. Excetuadas as matérias que diziam respeito à ciência do Direito propriamente dita e que tão grande desenvolvimento já haviam atingido, sobretudo na Itália, nada faltava ao ensino jesuítico no Brasil para se equiparar ao ministrado nas Universidades espanholas da América. As humanidades clássicas e tudo mais que se continha nas letras que através delas nos legara o mundo greco-latino, e ainda a teologia, eram a base dos programas desses institutos que tanta admiração inspiram aos que perfilham a opinião citada. Ora, a única distinção que se possa notar entre os institutos onde se ministravam em ambos os domínios tais matérias está expressa na palavra UNIVERSIDADE. Esta significava a totalidade dos conhecimentos de então. E que é que faltava às escolas da Companhia capaz de justificar a diferenciação pejorativa para o ensino oferecido pelo governo aos seus súditos do Continente Americano?

Estas observações, sugeridas pela obra do suave taumaturgo, nos levam ainda a uma conclusão contrária à tese defendida pelos aludidos estudiosos, pois na natureza e extensão do papel educacional que a Coroa cometeu à Ordem de Loyolla somos levados a distinguir mais um traço da perspicácia com que ela se houve sempre em relação às coisas da nossa terra. Ninguém desconhece as proporções da contribuição que coube ao jesuíta na elaboração do método pedagógico que deveria, no terreno da cultura, transformar a face do mundo. Dela resultaria, em última análise, aquêle fabuloso viveiro de espíritos de primeira ordem que faria da França — para só citarmos um exemplo — a fonte filosófica do movimento intelectual cujos líderes seriam os Descartes,

os Voltaire, os Diderot, os Condorcet e todos quantos viriam a provocar no Velho Continente o surto esplêndido de cérebros a que o final do século XVIII e começo do XIX ficariam a dever a transformação radical da civilização pelos conhecimentos das ciências matemáticas e de laboratório. E foi exatamente esse ensino, ou melhor, essa doutrina pedagógica que Portugal soube proteger, reservando as suas preferências para a sua prática no Brasil à Companhia de Jesus. Conservava para si o mais, o delineamento da ação que já se tornava discernível nos meados do século XVI e que se transformaria, a pouco e pouco, mas em ritmo constante, numa política que, se não tivéssemos horror a certas expressões hoje corrente, diríamos desenvolvimentista. Era essa outra faceta da inteligência com que a Coroa portuguesa soube haver-se em relação aos domínios que pelo Tratado de Tordesilhas lhe couberam. Conhecia perfeitamente as suas limitações. Tratava porém de supri-las, procurando atrair a seu serviço as qualidades construtoras de todos aqueles que se mostravam capazes de secundá-la no desenvolvimento da economia brasileira. É o que nos demonstra o empenho com que se dirigia aos seus súditos para incentivá-los a dilatar os limites das suas posses e à descoberta das riquezas que a lenda de então já dizia encontrarem-se em abundância no interior das novas conquistas. Certo, o que induzia a realza a assim proceder era a fome de ouro e pedrarias que a devorava, mas o que não se pode de modo algum deixar de levar na devida consideração é que o ouro e a pedrarias constituíam naquela época os elementos dominantes da economia das grandes nações. Já alguns espíritos, como por exemplo, o holandês Usselinx — citado por C. R. Boxer, no seu excelente estudo sobre OS HOLANDESES NO BRASIL — haviam compreendido, na segunda metade do século XVI, que erravam os que supunham serem o ouro, a prata e as pedras preciosas as únicas riquezas desta parte do Novo Mundo, conferindo, antes ao açúcar, à cochonilha, aos paus de tinta, aos couros e demais produtos da terra maior valor para o regime de trocas. Até mesmo esse novo aspecto da economia mundial não havia escapado a Portugal, pois já ia tomando vulto a expansão canavieira no Nordeste brasileiro, expansão que, em pouco tempo, levaria o Brasil, com a produção de Pernambuco e da Bahia, a desempenhar papel preponderante nas trocas internacionais da época.

A Coroa Portuguesa e a sua política

Referimo-nos, linhas acima, ao interesse que na vigência do governo de Tomé de Souza, a Coroa portuguesa demonstrava pela dilatação dos seus domínios da América. Prova-nos esse interesse a presença onimoda do Governo da Metrópole nos primórdios de nossa vida como futura Nação. E ela se revelava sob a forma do contacto pessoal de Sua Majestade com as figuras eminentes da colônia. É o que se infere, por exemplo, da carta citada por J. F. de Almeida Prado no I volume da sua preciosa *História do Brasil*, dedicado à Bahia e dirigida a Felipe Guilhem, antigo boticário residente a longos anos naquela capitania e cujos conhecimentos de mineralogia o tornavam elemento auxiliar valioso na execução dos projetos reais. Dessa missiva — a primeira, segundo o historiador citado, que se refere às famosas serras resplandescentes de minérios preciosos e pedrarias — transpira a intenção em que já se achava a Coroa de orientar ela própria os trabalhos de busca e exploração

dos seus domínios de ultra-mar. Essa tendência da Monarquia assinalar-se-ia, de aí em diante, através da História, tornando-se mesmo constante, com tôdas as características de um propósito deliberado, ou melhor, de uma política solidamente formulada. E é o que verificamos da correspondência volumosa estabelecida entre o rei Afonso VI e o Príncipe D. Pedro, mais tarde Pedro II de Portugal, com grandes vultos do sertanismo paulista, como Fernão Dias Paes, Francisco Dias Velho, Lourenço Castanho Taques, Padre Mateus Nunes de Siqueira, e outros pouco menos eminentes como Cornélio e Manuel Rodrigues de Arzão, D. Leite da Silva, Estêvão Fernandes Porto, Manuel de Brito Nogueira, Paulo Rodrigues da Costa. E foi essa judiciosa maneira de compreender o seu papel no desenvolvimento das terras das margens ocidentais do Atlântico o que fez que — no dizer de Pedro Taques — “vendo os paulistas estas fatalidades se congratularam para formar tropas e com elas penetrarem os sertões por diversos rumos a descobrimentos de minas de ouro, de prata e de esmeraldas”.

É do mais alto interêsse a troca de correspondência entre a Coroa e os seus súditos da capitania de S. Vicente. E tão grande êle nos parece que vos pedimos, senhoras e senhores, que, entre tôdas as cartas constantes do acervo histórico paulista, nos autorizeis a ler-vos duas: as que o Príncipe D. Pedro e Afonso VI enviaram a Sebastião Paes de Barros e Fernão Dias Paes.

Ei-las:

“Cabo das tropas da gente de São Paulo — assim principia o Príncipe Regente o primeiro dêsses notáveis documentos — que vos achais nas cabeceiras do rio de Tocantins, e Grão-Pará. Eu, o Príncipe, vos envio muito saudar. Tendo-se-me dado parte de que assistis nesse distrito com vossa gente, havendo aberto estradas dêsse sítio à Vila de São Paulo, e sendo-me juntamente verdade de que a gente, que aí governais alguma dela tem descoberto minas de ouro e outros minerais e drogas, dêsse sertão, e para os serviços de as descobrir de igual conveniência para êste Reino como para os descobridores delas hei por muito recomendado examineis a certeza desta notícia muito importante, e me aviseis logo, mandando dois homens de vossa companhia, práticos, ao Pará ou Maranhão ou por São Paulo, por donde julgardes ser mais conveniente, venha com mais brevidade a êste Reino, remetendo-me por êle tôdas as notícias particulares, assim das Minas de ouro e prata e outros metais, com amostras de pedras dêstes minerais, que tiverdes achado ou descobirdes, como também drogas dêste sertão com relação distinta do sítio e altura em que assistis, e o terreno que ocupais com vossa gente”. Esta carta foi escrita em Lisboa e datada de 26 de abril de 1674.

A missiva enviada a Fernão Dias Paes pelo rei Afonso VI tem a data de 27 de setembro de 1664 e é do seguinte teor:

“Capitão Fernão Dias Paes — Eu El Rei vos envio muito saudar. Bem sei que não é necessário persuadir-vos a que concorrais da vossa parte com o que fôr necessário para o descobrimento das minas, a que envio a Agostinho Barbalho Bezerra, considerando ser natural dêsse Estado, e que, como tal, mostra particular desejo dos aumentos dele, confiando pela experiência que tenho do bem (com) que até agora me serviu que assim o fará em tudo o que lhe encarregar. Porque pela notícia que me tem chegado do vosso zelo e de como vós houvestes em muitas ocasiões do meu serviço, me fez certo

vos disporeis a me fazer. Ele vos dirá o que convier para êste efeito, encomenda-vos façais toda assistência para que se consiga com o bom fim que ha tanto se deseja, o que eu quisera ver segundo conseguido no meu tempo e posse do govêrno dêstes meus reinos, entendendo, que hei de ter muita particular lembrança de tudo o que obrardes nesta matéria, para vos fazer a mercê e honra que espero saibais merecer”.

Eram, pois, íntimas as relações entre o chefe da Monarquia Portuguêsa e aquêles *batisseurs d'empires* a que o mundo viria a dever a formação de uma das maiores nações da América e a Latinidade o mais numeroso povo de cultura românica de todos os tempos. Nesta altura da evolução histórica da nossa comunhão, a mãe pátria e a terra brasileira constituíam um todo orgânico indissolúvel. Ambas se confundiam no cumprimento do destino que à raça portuguêsa havia traçado o gênio político do Infante d. Henrique. Como vêdes, não havia sido em vão que o filho do criador da dinastia de Avis gizara as rotas que os seus seguidores não deixariam de percorrer no movimento de integração universal. Resolvido o problema marítimo, passava a nação lusa a levar às suas últimas consequências a concepção da Escola de Sagres e não se mostraria menos digna na penetração dos sertões americanos do que os navegantes dos séculos XIV, XV e XVI. Na maneira como a Coroa portuguêsa soubera compreender a missão que lhe cabia no desenvolvimento do plano primitivo, tinha a Humanidade a demonstração de que não fora apenas o gênio de um homem que levava as naus portuguêsas às longínquas paragens onde outras civilizações haviam desabrochado, mas o gênio de todo um povo. Era êsse gênio criador que se afirmava em terras dêste Continente sob a forma da epopéia bandeirante tão admiravelmente compreendida e estimulada pela dinastia portuguêsa. E que não se tratava apenas de canalizar para o Reino as riquezas extraídas das terras brasileiras aí está a demonstrá-lo o empenho com que, concomitantemente, procurava o govêrno português desdobrar as suas possesões em direção ao sul.

O Tratado de Madriã e o gênio luso-brasileiro

Nesse sentido é profundamente instrutiva a página em que já em 1663 Simão de Vasconcellos discorria sôbre os domínios de Portugal nesta parte no Hemisfério Ocidental. “Está de posse o Brasil — diz — da terra que corre por costa desde o grão rio das Almazonas até o Prata; porque no das Almazonas começam suas povoações e correm até passante a Cananéia e senhoream dali em diante todos os mais portos com suas embarcações e comércio, e no Rio da Prata está pôsto o seu marco na ilha dos Lobos, como é notório”. E prossegue: “Nem dêste Rio da Prata para o norte junto á costa possuem cousa alguma castelhanos, como se deixa ver pela experiência e mapas”. Na época em que escrevia o eminente jesuíta era pois, notório, estar pôsto o marco portuguêes na Ilha dos Lôbos, como ainda, segundo a experiência e os mapas, era certo nada possuírem os castelhanos, do rio da Prata para o Norte. E tão corrente e incontroversa era a idéia do domínio português sôbre estas paragens que D. Pedro concedia, a rogo de Salvador Correia de Sá, mais de 30 léguas até a bôca do Prata às duas capitamias anteriormente doadas ao visconde de Asseca e a João Correia de Sá (v. Capistrano de

Abreu). Tinha pois o governo central uma idéia perfeita do conjunto da obra a realizar neste Continente. E é o que nos parece admirável se levarmos em consideração a época em que êsses fatos se passavam e os resultados que tão próximo estavam de ser alcançados. A correspondência mantida por Lisboa com o Morgado de Mateus ainda mais clara tornava a colaboração intencional com os paulistas no desenvolvimento da ousada concepção que a respeito do papel que cabia a Portugal desempenhar neste Continente continuava a incentivar a Coroa. E, atentai bem para o fato, senhoras e senhores, aqui nada havia que denotasse o desejo de descobrir novas minas e novos depósitos de pedrarias. Era a construção de uma grande Nação no Continente que movia a Realeza e seus colaboradores. Agora o objetivo era a margem do Prata, limite que o governo português considerava de sua obrigação alcançar. Para elucidar êste fascinante passo do desdobramento do Brasil no Atlântico Sul muito contribuiu o que Jaime Cortesão escreveu sobre o nosso Alexandre de Gusmão e o que lhe ficaram devendo Portugal e o Brasil na elaboração e assinatura do Tratado de Madri. É um jacto poderoso de luz que o eminente historiador projeta sobre esse período do passado comum de Portugal e de nossa terra e que vem consolidar de maneira definitiva a concepção da história que neste momento pretendemos esboçar. Com êle fica para sempre destruída a tese de que as coisas aqui se passaram à revelia dos que respondiam pelo nosso futuro, ao mesmo passo que pelo poder convincente dos fatos, se processa insensivelmente a reabilitação de personagens até agora incompreendidos e até mesmo intencionalmente diminuídos por muitos dos que não chegaram a compreender no seu verdadeiro sentido a obra portuguesa, realizada no período dilatado que vai da fundação da Escola de Sagres à ruptura dos laços que ligavam o Brasil ao Reino de Portugal e dos Algarves, em 1822.

Nas suas duas obras — *O Tratado de Madri — Antecedentes do Tratado; e O Tratado de Madri — Negociações* — põe em relevo o ilustre historiador o esforço aturado e a extrema habilidade com que Alexandre de Gusmão, assessorando D. João V, cujo papel, nestes acontecimentos exalta, procurou levar as fronteiras do Brasil às margens do Prata. E' diz-nos, igualmente da coragem e dos riscos que D. Pedro II e D. João V correram para "manter, a todo o custo, a soberania portuguesa na *Colônia do Sacramento*, até que a nova fundação viesse a dar todos os seus frutos com o Tratado de Madri". Fazendo-nos penetrar o que foi essa luta e a lucidez com que se houveram nela os seus líderes, traz a lume os esforços realizados por D. João V para, ao contrário do sustentado pelos seus detratores que consideravam um espírito obscurantista e incapaz de compreender o progresso já então realizado pelas ciências de observação, encontrar no "renascimento das ciências geográficas e de astronomia as bases de uma nova cartografia científica e de criação de uma nova escola cartográfica portuguesa de que foi chefe o eng. Manuel de Azevedo Fontes e que ainda — afirma aquêlê eminente historiôgrafo — tão grande influência iria ter nos conhecimentos geográficos da América e na cartografia dos limites. E isso como fundamento às alegações em que se assentavam os direitos à posse daqueles territórios". Tais estudos acabaram por convencer não só a Monarquia mas também Alexandre de Gusmão de que não seria na Geografia, nem muito menos na Astronomia, que iriam encontrar base para defender as pretensões portuguesas. Dando mostras de habilidade e perspicácia

diplomática, mudam então de rumo, procurando no Direito os argumentos que lograriam, logo a seguir, convencer o governo espanhol, no decorrer das negociações de que resultou o Tratado de Madri. E para documentar as excepcionais capacidades de Alexandre de Gusmão — são suas estas expressões — Jaime Cortesão cita três documentos: a *dissertation, suite de la dissertation* e a grande instrução que constituem peças fundamentais na história da política exterior de Portugal, absorvido na obra de expansão e defesa do Brasil, mas também tantas outras obras-primas que ergueu Alexandre de Gusmão, mestre da diplomacia”. Foi propositadamente que citamos estas passagens de trabalhos de Jaime Cortesão. Nelas está contida tôda a tese que vimos defendendo e que demonstra de modo definitivo, essa permanente colaboração de brasileiros e portugueses na edificação consciente do Império Brasileiro. Alexandre de Gusmão representa o complemento necessário à obra levada a cabo pelas bandeiras através dos três primeiros séculos da nossa história. Tomando a parte insigne que lhe coube no coroamento do esforço desenvolvido pela comunhão paulista, sob a orientação da Realeza, tornou indestrutível o ponto de vista de que impossível seria querer alguém distinguir entre o que coube a Portugal na obra magnífica e aquilo que reivindicamos como nossa. E é o que dá um caráter sem dúvida singular à evolução do fenômeno luso-brasileiro no Continente Americano. Ela se desdobra num movimento de expansão que vem de trás e que não seria compreensível se não o filiássemos às suas verdadeiras origens, ao plano primitivamente traçado pelo Infante e sistematicamente desenvolvido pelas gerações que daí para cá se sucederam. E é o que confere à nossa história dimensões excepcionais, pois não há como não vermos nela uma resultante daquele movimento único, iniciado no pequenino reino da península Ibérica e que, transformando a natureza da civilização ocidental, veio a completar-se com a assinatura do Tratado de Madri, tratado em que a Espanha acabou por reconhecer os direitos da comunhão luso-brasileira sobre o que esta havia logrado conquistar no Continente Americano. Iniciada assim no minúsculo promontório do Algarve, a política portuguesa produziu os seus últimos frutos com a elaboração daquele famoso documento que Portugal e o Brasil ficaram a dever à poderosa inteligência do santista ilustre.

Dois tipos de colonização

Não é esta a primeira vez que manifestamos o nosso ilimitado aprêço pelo gênio político da comunhão luso-brasileira. Sempre que refletimos sobre as vicissitudes por que temos passado e meditamos sobre a felicidade com que a Nação brasileira conseguiu atravessar crises que pareciam exceder às suas próprias forças, sentimo-nos possuídos de admiração. E não o fazemos, senhoras e senhores, impelidos pelo calor do entusiasmo patriótico. É a observação objetiva dos fatos que em conjunto constituem a história do Continente Americano que nos força a convir ter sido efetivamente a obra confinada nos limites que nós reconhecemos o Tratado de 1750 que nos leva a olhar com respeito religioso o imenso e inteligente esforço realizado pelos nossos maiores. O Tratado de Madri data exatamente da metade do século XVIII e constitui a última demão dada por portugueses e brasileiros na epopéia por ambos realizada em terras americanas. Ele precede, portanto, de mais de meio século os demais tratados

que girariam a fisionomia definitiva das demais nações latino-americanas. Da sua assinatura para cá, a obra dos brasileiros nada mais tem sido do que a ratificação do problema pôsto pelas bandeiras e pela Coroa Portuguesa. Dá-nos isso uma prioridade de um século sobre o que vinham realizando nesse mesmo lapso de tempo, no Hemisfério Norte, os anglo-saxões. Favorecidos embora por condições infinitamente mais propícias ao desenvolvimento da raça branca, deixaram-se ficar imóveis, entretanto, os norte-americanos nos territórios banhados pelo Atlântico e limitados no Interior pela cadeia de montanhas dos Alleghanies ou Apalaches. Para se decidirem a iniciar os primeiros movimentos tendentes a remover as primitivas fronteiras, as antigas possessões da velha Inglaterra esperariam a primeira década do século XIX, quando adquiriram por compra, de Napoleão, a região interior compreendida entre o Mississipi e as Montanhas Rochosas, então chamada, por extensão, de Louisiana. Um pouco mais tarde, em 1816, Andrew Jackson, por conta própria, mas com o consentimento tácito do governo, apoderou-se da Flórida. Em 1845, era admitido no seio da União o Texas e, no ano seguinte, a Federação via os seus domínios aumentados com o Oregon. Finalmente, em 1848, após uma guerra desigual, o México teve de ceder aos Estados Federados do Novo México a Califórnia e o Arizona. O confronto entre o comportamento das duas raças, num longo espaço de tempo, traz em si mesmo as razões que temos para olhar com indizível desvanecimento aquilo que nós, brasileiros e portugueses, soubemos realizar através das maiores vicissitudes, vencendo dificuldades com que jamais se houve povo algum em qualquer outra região do universo histórico, e lançando as bases de um império que já vai fazendo sentir a sua presença no concerto das nações do Ocidente.

Uma nova cátedra na Universidade?

Estas considerações tiveram como estais lembrados, por ponto de partida, ligeiras reflexões que no início desta palestra fizemos à obra educacional de Anchieta. E procurando dar-vos uma idéia, embora sintética, daquilo que em substância se continha na doutrina pedagógica transplantada pelo Apóstolo para o burgo humilde, assinalamos a visão com que se houve Portugal ao entregar à Ordem ilustre a missão de lançar as bases do que seria mais tarde a modalidade brasileira da cultura greco-latina. Caberia assim ao companheiro de Nóbrega lançar os fundamentos do que viria a ser um dia o humanismo brasileiro. Foi levado por êsse aspecto sedutor dos primórdios da nossa evolução histórica, que, insensivelmente, nos vimos seduzidos pela idéia de traçar perante vós aquilo que nos parecem ser as linhas mestras da política aplicada aos seus domínios da América pela Monarquia Portuguesa. O feitiço sistemático que ela foi adquirindo através dos séculos e o objetivo cada vez mais claro que resultava do seu desenvolvimento, nos levaram a ver no instinto construtor da comunhão luso-brasileira matéria para um esforço interpretativo mais amplo e sobretudo mais consentâneo com os fatos do que aquêla a que, até aqui, se vinha entregando a nossa historiografia. Jamais nos satisfez a concepção de duas histórias — a de Portugal e a do Brasil. Tão orgânicamente indissociável sempre nos pareceu a evolução do fenómeno luso-brasileiro que apreciá-lo sob dois aspectos autônomos se nos afigura um desvirtuamento da realidade. Onde, no decorrer da formação da nacionalidade, cessa aquilo que é fundamentalmente luso para dar

lugar à fase autóctona dos fatos de que resultaria a Nação brasileira própria-mente dita? E' o que não nos parece de nenhum modo passível de determinação. Visto através do seu significado profundo, o que se iniciou no Continente Americano, com a chegada a Pôrto Seguro das caravelas de Cabral, foi o desdobramento em terras deste Hemisfério daquele movimento que, como acima afirmamos, principiou na segunda metade do século XV, para atingir o seu pleno desenvolvimento com o Tratado de Madrid, em 1750. E isso estaria a indicarnos, cremos, uma remodelação da metodologia histórica no Brasil.

Tendes aí, senhoras e senhores, até onde nos conduziriam as considerações que nos sugerem a figura e a obra de Anchieta. Elas estavam, de resto, implícitas na contribuição que de direito lhe cabe na formação da nacionalidade e mais particularmente no que lhe devemos como povo culto. Fundador da primeira escola de Piratininga, estava na lógica das coisas que, refletindo sobre a sua fascinante personalidade, chegassemos a conceber, como consequência necessária das nossas deduções, duas ordens de modificações a serem introduzidas no nosso atual ensino. A primeira diria respeito à metodologia a que se tem, até agora, atido a pesquisa histórica no Brasil e a segunda aos programas a que obedecem tanto os cursos secundário como o superior. O problema, como podeis avaliar, é complexo e não poderia ser convenientemente explanado no exíguo espaço de tempo que nos resta. Isso entretanto não significa que deixemos de enunciá-lo. Quanto ao que se refere à metodologia, proporíamos que se acrescentasse à subseção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, e como introdução à História do Brasil, uma cátedra que teria por objetivo dar ao estudo da nossa evolução as dimensões que lhe atribuímos no correr desta digressão. O seu campo de estudos iria das origens de Portugal, e dando-lhe, é evidente, as proporções e a profundidade sem as quais não se chegará jamais a compreender o sentido real do fenômeno brasileiro, aos séculos em que se estendeu sobre os mares o plano ideado pelo filho de D. João I. Seria essa uma preliminar às futuras pesquisas sobre o período colonial da nossa formação.

Aí fica a idéia. Entregamo-la à consideração dos que têm nas mãos os destinos da Universidade de São Paulo. Uma cátedra a mais na Faculdade de Filosofia não seria apenas um acréscimo ao nosso já avultado patrimônio científico mas a mais bela homenagem que o nosso grande instituto de alta cultura poderia prestar àquêle que há quatro séculos, deste mesmo local, nos apontava já, com a visão dos gênios, o caminho que deveríamos trilhar se quiséssemos continuar-lhe a obra humana e imorredoura.

CAMPOS SALLES, O PRECURSOR DA INDEPENDÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO BRASIL (*)

J. A. Cesar Salgado

O estudo do problema da aplicação da justiça penal, até onde a história nos permite levar as nossas indagações, mostra-nos que, nas sociedades politicamente estruturadas, desde épocas remotas, se manifestou a preocupação de estabelecer normas disciplinadoras da ação punitiva, atribuída aos titulares do poder.

Eram as primeiras cautelas de ordem jurídica, em prol de direitos fundamentais da pessoa humana, em face do arbítrio pessoal dos governantes. Já o direito de defesa se afirmava, nos estatutos legais, como preceito indeclinável.

Nem Deus, o Juiz Supremo, se exime, no relato da Bíblia, de ouvir o acusado, quando, do alto de sua onipotência, cita, nominalmente, o primeiro homicida: "Caim, que fizeste? A voz do sangue de teu irmão clama desde a terra por mim".

E a sentença foi pronunciada. Não, de morte, como se poderia supor, mas, de exílio ambulatório sobre a face do planeta. Proferido o "verdictum" segundo se lê — ainda no texto bíblico — o Divino Julgador condescende em dialogar com o réu para assegurar-lhe garantias de vida: "E o Senhor pôs um sinal em Caim para que o não matasse quem quer que o encontrasse".

Mais tarde, é de se concluir que a pena foi mitigada, ou melhor dizendo, em expressão da técnica processual moderna, foi indultada, pois o condenado fixou-se na região, "que está ao nascente do Éden", onde constituiu família e fundou a cidade de Henoc.

Eis aí um episódio que bem merece a atenção dos penalistas.

É possível que a legenda bíblica tenha influído na legislação mosaica, tão ciosa em resguardar a vida dos acusados. — "Esta será a lei do homicida fugitivo — diz o Deuterônômio — cuja vida se deve conservar". E, logo adiante: "Não valerá contra alguém uma só testemunha, qualquer que fôr o delito, ou o crime; mas tudo será verificado sobre o depoimento de duas ou três testemunhas. E o Talmud preceitua: "Os juizes são obrigados a dizer tudo o que há em favor do acusado a fim de evitar a condenação à morte".

Na idade clássica, prevaleceu o sistema acusatório, que autorizava qualquer do povo a promover a ação penal. Se êsse regime propiciou o fastígio da tribuna forense, com o duelo entre a acusação e a defesa, de outra parte, constatou-se sua ineficácia na punição do crime, adstrita — a não ser em casos excepcionais — à intervenção de particulares.

Chegamos à Idade Média com o sistema inquisitório. Cabe ao juiz, não só a iniciativa da ação penal, como a produção das provas e o julgamento. Daí resultou, evidentemente, uma hipertrofia de atribuições, que "hurlent de

(*) Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

se trouver ensemble”, na pessoa do magistrado a um só tempo acusador e julgador.

Era mister que se descriminassem funções díspares. A consciência jurídica dos povos civilizados reclamava outros métodos, no campo da justiça penal. E surgiu, então, o que se chamou o Ministério Público, isto é, um corpo de oficiais, encarregado, precipuamente da perseguição judicial dos delinquentes.

Embora alguns autores pretendam encontrar as raízes desse organismo, no Egito, em Roma ou na República de Veneza, o certo é que, hoje, no consenso dos mais abalizados mestres, não se disputa à França a glória de ter sido o berço de tão nobre instituição. Foi, com efeito, no reino de Felipe, o Belo, que se divulgou a famosa Ordenança de 25 de março de 1302, a qual bem merece o qualificativo de “certidão de batismo do Ministério Público”. Vieram, depois, outros éditos reais, como a Ordenança de 1670 e as leis de 1791 e de 7 Pluviose do ano IX da Revolução, que consolidaram as bases do Ministério Público e lhe ampliaram o âmbito processual.

Montesquieu, no seu precioso livro “De l’Esprit des Lois”, assinalou, em sentenças memoráveis, o surgimento do Ministério Público. Ouçamo-lo, no original francês, para que se fixem, precisamente, o sentido e o alcance de seu enunciado: “Nous avons aujourd’hui une loi admirable; c’est celle qui veut que le prince, établi pour faire exécuter les lois, prépose un officier dans chaque tribunal pour poursuivre en son nom tous les crimes;

.....
La partie publique veille pour les citoyens; elle agit, et ils sont tranquilles”.

Em vernáculo, podemos dizer: “Dispomos agora de uma lei admirável, segundo a qual o príncipe, encarregado de executar as leis, nomeia um agente em cada tribunal, para perseguir em seu nome todos os crimes.

.....
A parte pública vela pelos cidadãos; ela age e eles se sentem tranquilos”.

Montesquieu foi contemporâneo de Luís XIV, a quem se atribui aquela enfática afirmativa: “L’État c’est moi”.

Aí está o Ministério Público, em suas origens: mero preposto do rei, junto dos tribunais.

Deu-se, contudo, um grande passo, na aplicação da justiça penal. Criara-se um órgão que, em nome do soberano, defendia os interesses da sociedade e fiscalizava a execução da lei.

Se é incontestável que a missão confiada, desde o início, a essa “grande et belle magistrature” — como a qualificou Ortolan — era de magna importância, não é menos certo que sua subordinação direta ao chefe do Estado lhe cercava a independência necessária ao bom desempenho de suas tarefas.

Que veleidades de autonomia podiam ter aquêles promotores de justiça aos quais o rei chamava de “gentes nostrae”?

Daí o princípio que a legislação brasileira herdou dos estatutos processuais da França e que perdurou entre nós até 1890: “Les membres du ministère public sont amovibles et révocables”. No Brasil, dizia-se: “Os membros do Ministério Público são de livre nomeação do Governo e demissíveis “ad nutum”. E assim foi por muito tempo.

No período monárquico prevaleceu a norma do art. 22 da Lei n.º 261 de 3 de dezembro de 1841:

“Os Promotores Públicos serão nomeados e demitidos pelo Imperador, ou pelos Presidentes das Províncias...”

“Nosso Ministério Público — escreveu Pimenta Bueno — assim como quase tôdas as nossas instituições, por ora é incompleto, sem centro, sem ligação, sem unidade, inspeção e harmonia. Sofre, de mais a mais, lacunas graves nas atribuições conferidas a seus agentes, lacunas que muito prejudicam a administração da justiça”.

A verdade é que nenhum dos estadistas do Império, nem o Cons. Nabuco de Araújo, nem Cotegipe, nem o Visconde de Ouro Preto e nem mesmo Pimenta Bueno, se lembrou de conferir ao Ministério Público as mais elementares garantias de estabilidade. Ao contrário, negavam-lhas, como se pode ver neste trecho do ilustre Marquês de São Vicente, o último dos nomes citados: “Pelo que toca à nomeação e demissão de tais empregados, não pode haver dúvida alguma séria de que isso depende inteiramente do juízo do governo. Ele é o representante da sociedade, o encarregado e responsável pelos direitos, ordem e segurança da sociedade. Os membros do Ministério Público não são senão agentes seus, de sua escolha e confiança, são molas de sua autoridade, que devem ser conservadas ou destituídas, como êle entender conveniente ao serviço público”.

Proclamada a República, em 1889, assume a pasta da Justiça, do Governo Provisório, até 22 de janeiro de 1891, o paulista dr. Manoel Ferraz de Campos Sales. Foi êle, sem favor, um insigne homem de Estado. O Brasil muito lhe deve. E é preciso que se reavive, na memória das gerações esquecidas, o perfil de um concidadão que se tornou digno de figurar na galeria dos grandes brasileiros.

Não cabe, neste ensejo, um estudo mais demorado da personalidade de Campos Sales. Há, porém, na sua vida pública, sugestivos episódios que exaltam sua carreira política e cuja rememoração vem a propósito, como preâmbulo desta conferência.

Liberto, durante os seus sessenta e sete anos de regime monárquico, do caudilhismo endêmico dos países hispano-americanos, o Brasil, se viu, logo após a proclamação da República, ameaçado pelo militarismo, insubmisso à ordem jurídica.

Campos Sales representava o princípio civil em face da espada, recalci-trante, muitas vezes, em abater-se em continência à lei.

Quando Ministro da Justiça do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, chegou ao seu conhecimento que um grupo de militares pretendia assaltar o jornal monarquista a “Tribuna”, em represália a ataques à pessoa daquele governante. Para agravar a situação, o chefe de polícia recebera ordem superior de prender o proprietário do jornal. Campos Sales corre ao Palácio do Itamarati, disposto a evitar o duplo atentado. E, segundo o seu próprio depoimento, no livro “Da Propaganda à República”, o Marechal, “excessivamente irritado”, manteve com êle o seguinte diálogo:

— “Alguns batalhões do Exército estão dispostos a desafrontar-me e projetam um assalto à “Tribuna”.

— Mas V. Excia. consentirá nisso?

— Eu já disse que, se êles fizerem, estarei dormindo para não ver nada”. Campos Sales argumenta, e Deodoro cede. Revoga-se a ordem de prisão contra o Diretor da “Tribuna” e acertam-se medidas para frustrar a tentativa de empastelamento. Entretanto, no outro dia, à noite, Campos Sales surpreendido com a notícia de que o jornal estava sendo assaltado por um grupo de oficiais e praças do Exército, dirige-se imediatamente ao local da ocorrência, onde tudo se consumara. E êle comenta: “Atribuo o deplorável desenlace à criminoso officiosidade de amigos mal inspirados”. Sua atitude, logo a seguir, não surpreendeu os que lhe conheciam a natureza do caráter. Ante a gravidade do incidente, êle convoca o Ministério para comunicar que havia deliberado demitir-se da pasta da Justiça, nos termos da carta assim redigida:

“Generalíssimo: Não tendo conseguido obstar o lamentável successo da noite de ontem com relação à “Tribuna”, apesar dos esforços que para isso empreguei e dos quais foi V. Excia. a melhor testemunha, venho apresentar a V. Excia. a minha demissão do cargo de Ministro da Justiça...”

O exemplo de Campos Sales implicou na renúncia de todo o Ministério, decisão que só foi revogada a instâncias do Marechal, temeroso de piores conseqüências.

Quando Campos Sales assumiu a presidência do Brasil, em 1898, o país se encontrava mal-ferido das crises políticas e econômicas em que se vinha debatendo desde a proclamação da República.

Prudente de Moraes lutara com estoicismo para restaurar a ordem civil e as liberdades públicas, profundamente atingidas durante o período crepuscular do consulado florianista. Numa terra propensa ao fanatismo em torno de falsos ídolos; teve êle de defrontar-se com manifestações insólitas do mesianismo indígena, em campos diferentes: lá, nos sertões da Bahia, era uma pobre turba de ignorantes e sofreadores, que se batia com ardores de cruzado, por um vago ideal religioso; na Capital e em outros centros políticos, era um grupo de jacobinos de farda e de casaca, tomado pela mística de um soldado taciturno a quem êles desejavam entregar indefinidamente o destino da Pátria.

Quçamos o depoimento do historiador Tobias Monteiro:

“Eleito Prudente de Moraes, e reconhecido pelo Congresso, começou a revelar-se entre militares da intimidade de Floriano a mais franca hostilidade à transmissão do poder. Um dia há de ser narrado minuciosamente pela história o fato hediondo da conspiração tramada para proclamar-se a ditadura do Marechal. A República não podia dispensar a sua tutela, algo faltava ainda para consolidá-la de vez”.

Conta-se que Prudente de Moraes teve de tomar um tilburi para ir à sede do Governo, a fim de assumir o cargo de presidente. Ninguém o esperava. O Marechal de Ferro e o Protocolo estavam ausentes. E na biblioteca palaciana faltava, evidentemente, um manual de boas-maneiras...

“Assim penetrava Prudente de Moraes — diz ainda Tobias Monteiro — no ambiente eletrizado pelas paixões da guerra civil. Criara-se uma mentalidade de fanatismo político, trazida em denominação emprestada aos dias de Terror da Revolução Francesa. Também nós tínhamos o jacobinismo, com a sua intolerância, a sua violência, a sua insensibilidade ao sofrimento e à morte do adversário”.

Num dia de triste lembrança, esse fanatismo investiu contra Prudente de Moraes, gritando vivas à memória de Floriano e brandindo um punhal assassino, que vitimou o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt.

"Espalhavam-se no chão os destroços da tempestade e a Nação só almejava reparar em paz as desgraças que a atingiram".

Nessa altura, Campos Sales assumiu a chefia do Governo. Ele devia restaurar a casa que mal se sustinha nos alicerces inseguros.

Múltiplos foram os problemas que se impuseram a Campos Sales, desde os primeiros dias de sua administração. E nenhum, por certo, tão imperioso quanto o de caráter financeiro.

O Brasil encontrava-se praticamente às portas da falência. Com suas dívidas internas e externas, vencidas, os seus orçamentos deficitários, a sua moeda aviltada, as suas fontes de produção estagnadas, o país, potencialmente tão rico, oferecida ao mundo, em triste espetáculo, o testemunho da incapacidade de seus filhos.

Urgia meter ombros a uma empresa capaz de desalentar os mais ousados otimistas. Campos Sales não vacilou, e soube agir com lucidez, desassombro e patriotismo.

Ad cabo de quatro anos de ingentes esforços, êle conseguiu o autêntico milagre da recuperação econômico-financeira do Brasil. Retomado o pagamento de nossas dívidas, valorizada a nossa moeda, equilibrados os nossos orçamentos, reabilitado o nosso crédito, restabelecida a disciplina nos quartéis, outras eram as perspectivas de progresso que se nos apresentavam, como penhor de dias melhores.

Bastaria esse êxito a Campos Sales para que os brasileiros o consagrassem benemérito. Destacam-se, porém, nos diferentes setores de seu governo, valiosas realizações, que completam sua obra de fundamental importância para os destinos do Brasil. Sirva de exemplo o seu esmero na elaboração do projeto do Código Civil, tarefa que se cumpriu no seu quadriênio, após ter desafiado, durante quarenta anos, os esforços dos juristas da Monarquia.

E' também de se mencionar, entre os trabalhos mais notáveis de Campos Sales, a reforma da organização judiciária, ainda no período do Governo Provisório. Da importância dessa realização diz, expressivamente, o ilustre civilista Antônio Joaquim Ribas: "Mas a reforma fundamental, aquela que deu o cunho de sua individualidade na sistematização republicana, foi, certamente, a que instituiu e organizou o poder judiciário da República".

Em harmonia com o regime federativo, a reforma judiciária de Campos Sales atribuiu aos Estados a organização das próprias justiças. Isso lhe valeu a oposição da magistratura, vinda do Império, e interessada em manter o velho sistema unitário. O Marechal Deodoro esteve inclinado a ceder aos argumentos dos juizes descontentes, e assim teria agido, não fôra a refutação cabal de Campos Sales aos seus opositores, em documento modelar, onde se lêem estas sentenças, que não envelhecem: "Em verdade, não há boa justiça senão quando ela é administrada por uma magistratura honesta, e a honestidade dos Juizes está resguardada pela sua independência, quando êles não possam ser atingidos pela pressão, nem pela corrupção, pelo temor, nem pela ambição, pela perseguição, nem pelo favor.

A centralização é o regime da dependência, e tanto basta para que a própria magistratura deva querer proscrevê-la da nova organização”.

Se a Constituição da República inscreveu o princípio da dualidade da organização do poder judiciário, deve-se essa conquista à tenacidade com que Campos Sales soube defendê-la.

Vejam, agora, qual a situação reservada por Campos Sales ao Ministério Público, no famoso decreto n.º 848, de 11 de outubro de 1890, que reformou a justiça do Brasil.

Deixemos que ele próprio nos fale, na Exposição de Motivos:

“O Ministério Público, instituição necessária em toda organização democrática e imposta pelas boas normas da justiça, está representado nas duas esferas da Justiça Federal. Depois do Procurador Geral da República, vêm os procuradores seccionais, isto é, um em cada Estado.

Compete-lhe em geral velar pela execução das leis, decretos e regulamentos que devam ser aplicados pela Justiça Federal e promover a ação pública onde ela convier. A sua independência foi devidamente resguardada”.

O decreto n.º 848, no cap. VI, com a rubrica “Do Ministério Público”, dispõe no art. 23: “Em cada seção da justiça federal haverá um procurador da República, nomeado pelo Presidente da República, por quatro anos, durante o qual não poderá ser removido, salvo se o quiser”.

Pela primeira vez, nas leis brasileiras, fala-se em *Ministério Público!* A legislação anterior ignorou essa instituição, como tal, pois só mencionava os seus agentes, isto é, os promotores públicos.

É preciso proclamar-se com a ênfase que reclama fato de tamanha transcendência: foi Campos Sales quem deu ingresso, na lei brasileira, ao Ministério Público!

Ainda de autoria do preclaro estadista, vem a seguir o decreto n.º 1030, de 14 de novembro de 1890, que organizou a justiça do Distrito Federal.

Eis o que, a respeito desse estatuto, escreveu Gonçalves do Couto, em nota à página 63 de “Apontamentos sobre o Processo Criminal Brasileiro”, de Pimenta Bueno:

“Levado pela mesma preocupação, com que se houve no elaborar o Decreto n.º 848 de 1890, de organizar o Ministério Público nos moldes hodiêrnos, com a independência precisa para bem exercer as funções tão importantes, quão espinhosas que reclamam os interesses sociais, o Dr. Campos Sales, organizando a justiça do Distrito Federal, pelo Decreto n.º 1030, de 14 de novembro de 1890, deu, àquela instituição, a precisa constituição e necessária autonomia.

No art. 162, consignou expressamente, como sua finalidade político-jurídica que “o Ministério Público era, perante as justiças constituídas, o advogado da lei, o fiscal da sua execução, o procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e o promotor da ação pública contra todas as violações do direito”.

Com esse alvo, que já importava na proscricção da velha instituição dos procuradores do rei, dos delegados de mera confiança do governo, tratou de diferenciar bem a instituição, de outras funções públicas, declarando os cargos judiciários e os de ministério público incompatíveis entre si e com quaisquer outras funções públicas (art. 46), discriminando cla-

ramente quais as atribuições de cada um dos órgãos do mesmo ministério (arts. 164 e 173). Procurando firmar sua independência, declarou vitalícios os dois mais graduados representantes do ministério público, procurador geral e sub-procurador do Distrito (art. 23), e os demais representantes com o direito de ser conservados enquanto bem servissem (art. 29), além de estatuir mais a recíproca independência entre esses funcionários e os da ordem judiciária no exercício das suas funções (art. 179).

Estas regras assecuratórias da liberdade de ação e da necessária estabilidade dos órgãos do ministério público foram mantidas nas subseqüentes reformas judiciárias do Distrito a começar da operada pela lei n.º 280 de 29 de julho de 1895 até a do Decreto n.º 9263 de 28 de dezembro de 1911, ora vigente.

É certo que aquela lei substituiu a vitaliciedade do procurador geral e do sub-procurador, cargo este último ora suprimido, pela cláusula de serem conservados nos cargos enquanto servissem bem, cláusula que ficou assente nas ulteriores reformas, mas já vimos que importa em vitaliciedade condicional, e não outorga ao poder executivo a faculdade de demitir discricionariamente (n.º 66).

Como bem notou o dr. Amaro Cavalcanti, na exposição de motivos do Decreto n.º 2579, de 16 de agosto de 1897, que consolidou e completou as disposições sobre a organização judiciária do Distrito Federal, "antes do Decreto n.º 1030, havia representantes do ministério público perante os juizes criminaes, e os civis em que eram interessados a fazenda pública, os órfãos, e as pessoas a estes equiparadas, porém não existia propriamente a instituição".

Foi aquêlê decreto que primeiro organizou completamente no País a instituição com o elastério preciso para transformar as necessidades sociais, moldando-se o legislador, como ainda nota o mesmo ministro, na legislação espanhola, "aquela em que é realmente mais larga a ação do ministério público".

Quem entre nós havia conceituado, antes, o Ministério Público, de maneira tão alta, como o fez Campos Sales, no art. 162 do Decreto n.º 1030?

Gravemos esse áureo enunciado: "O Ministério Público é perante as justias constituídas o advogado da lei, o fiscal da sua execução, o procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e o promotor da ação pública contra tôdas as violações do direito".

Vêde bem: já não é o simples agente do Poder Executivo, o "procureur du Roi", mas o representante da sociedade, o órgão da justiça, o vingador público da lei contra todos os infratores.

Que noção admirável — sobretudo para aquêles tempos — da importância, da finalidade e das atribuições de uma instituição "político-jurídica", que os nossos legisladores teimavam em desconhecer!

Foi Campos Sales quem revelou, ao Brasil, o Ministério Público. Essa glória lhe é indisputável.

E seu mérito mais se realça, quando sabemos que êle era um político militante, naturalmente indicado para os postos que veio a exercer, de chefia de governo.

Que grande lição a sua! E como avulta sua personalidade em confronto com as dos que cedo lhe esqueceram o ensinamento e lhe revogaram as prescrições!

Porque a verdade é que os estadistas e legisladores republicanos repudiaram, durante quase meio século, a obra de Campos Sales, em relação ao Ministério Público.

Foi um retrocesso lamentável! Em lugar das garantias de independência e de estabilidade, dos decretos 848 e 1030, restabeleceu-se a norma da livre nomeação e da demissibilidade "ad nutum".

Invoquemos o autorizado depoimento de Galdino de Siqueira:

"No uso da faculdade que lhes foi conferida de se organizarem administrativamente, os Estados têm provido sobre a constituição e funcionamento de seu Ministério Público, quer por disposições mais ou menos completas, nas próprias leis de organização judiciária, quer por meio de leis e regulamentos especiais.

Em geral, porém, se mantiveram presos à antiga intuição, fazendo dos órgãos da instituição meros delegados ou mandatários da confiança do poder executivo, sem autonomia precisa, antes, de existência precária ou demissíveis discricionariamente.

Haja vista o Estado de São Paulo, que providenciou especialmente sobre a constituição e funcionamento do Ministério Público pelo Decreto n.º 1237 de 23 de setembro de 1904, em cujo art. 8 se estatui que — **TODOS OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO SÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E DEMISSÃO DO PRESIDENTE DO ESTADO**; haja vista ainda o Estado do Rio de Janeiro, que, na sua última lei de organização judiciária, a de n.º 1137 de 20 de dezembro de 1912, art. 126, estabelece que — **OS CARGOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO SÃO DE MERA COMISSÃO DO GOVERNO**, e assim outros Estados".

Houve exceções, infelizmente passageiras, como as consignadas na Lei n.º 10, de 16 de dezembro de 1895, do Estado do Rio Grande do Sul, que resguardavam o Ministério Público. Mas nem essas perduraram.

Foi preciso que viesse uma revolução para que o Ministério Público, "êsse desconhecido" fôsse reposto no lugar onde o colocara Campos Sales.

E, seja-me permitido dizê-lo, foi em São Paulo, talvez em revide ao misonismo de seus administradores — já assinalado na crítica de Galdino de Siqueira — que se iniciou a campanha de reabilitação do Ministério Público.

Um dia há de se escrever a história dessa árdua luta em que se empenhou um pugilo de moços, promotores de justiça.

A primeira conquista, no caminho da restauração das franquias do Ministério Público, deve-se a um insigne magistrado paulista, o Ministro Laudo Ferreira de Camargo, quando interventor federal no Estado de São Paulo. Dêle é o Decreto n.º 5179, de 27 de agosto de 1931, que revogou o princípio da livre nomeação e da demissão "ad nutum". O ingresso na carreira e a promoção aos graus superiores foram, então, devidamente regulamentados. Assegurou-se a estabilidade dos promotores, que só podiam ser exonerados ou removidos, a pedido, ou quando o exigisse o interesse da justiça, mediante processo administrativo, presidido pelo procurador geral.

Infelizmente, esse ressurgimento durou como as rosas de Malherbe. As interventorias militares que se sucederam acharam de bom aviso revogar a auspiciosa providência. E “tudo voltou como dantes, no quartel de Abrantes” (naquele tempo, poder-se-ia dizer “no quartel do Waldomiro”), até que outra revolução, a paulista de 1932, forçasse a recondução do País aos quadros da legalidade.

Em 1934, finalmente, o Ministério Público, “pela primeira vez nos fastos constitucionais do mundo”, teve lugar numa constituição, a brasileira, daquela data, onde pasou a figurar entre os “órgãos de cooperação nas atividades governamentais”. Ficou, então, consagrado o princípio da carreira, com a obrigatoriedade do concurso de ingresso e ressalvada a estabilidade pela exigência de sentença judicial, ou processo administrativo, para a demissão (art. 95, § 3.º).

Foi, sem dúvida, um triunfo, conseguido a duras penas, pelos que haviam erguido a bandeira das reivindicações do Ministério Público.

Estava ganha a batalha decisiva. Mas havia, ainda, que desobstruir o caminho de alguns pedrouços remanescentes, e prosseguir.

Em 1954, reuniu-se em São Paulo, o I Congresso Interamericano do Ministério Público, prestigiado por dezoito países e pela totalidade dos Estados brasileiros. Nessa assembléia consagradora, os representantes da justiça do Brasil viram, com ufania, que a obra por eles realizada já se projetara além das fronteiras da Pátria.

Ouçamos o testemunho do eminente Prof. Carlos A. Ayarragaray, um dos mais altos valores da intelectualidade argentina, catedrático da Universidade de Buenos Aires e autor do livro “El Ministerio Público”, estimado entre os melhores no gênero:

“En ocasión de celebrar el Estado de San Pablo el IV Centenario de su fundación (25 de enero de 1954) probó su alto grado de cultura. Naturalmente preparó y realizó entre otros Congersos el llamado del Primer Congreso Interamericano del Ministerio Público. En la historia de la institución del Ministerio Público no recordar el desempeño del conclave mencionado será grave inadvertencia, pues tuvo verdaderamente singular valimiento. Si el pasado gravita y modela el presente, el presente también pone su sello sobre la pétrea inmovilidad de los prejuicios, de los orígenes, de los conceptos y de los localismos.”

“El Primer Congreso Interamericano del Ministerio Público ha perfilado ideológicamente la institución, dándole contenido, relieve y características, y ha ramoneado de la institución bastardías anacrónicas aparecidas en su origen y en su pasado, y cuyos caracteres alteraban como hereditario resabio, por demás persistente, empañando la gallardía y bondad de la institución. Esta ha quedado a través de ese Congreso de tal modo pulida que, borrados los defectos de su origen y las cicatrices de la lucha, presenta en definitiva una faz de pura fisonomía libérrima, dibujada según criterios de profunda ufania. El Ministerio Público, tal cual como lo ha estructurado dicho Congreso, inviste una alta autoridad, con las garantías propias de toda magis-

ratura, con función precipua de defensora de la Constitución, baluarte ésta de las garantías del individuo.

El ministerio Público queda así convertido en cancerbero de las seguridades esculpidas en las tablas de la Carta Magna. Al Ministerio Público corresponderá en el futuro mantener a raya a los mandarines y sustentar el régimen de la legalidad, el qual tiene origen en la existencia de una Constitución escrita, de donde debe ser suprema y victoriosa contra cualquier ataque o menoscabo. Contra el desbordo funcional o revolucionario, estará siempre el baluarte del Ministerio Público”.

Até aqui, as memoráveis palavras de Carlos Ayarragaray.

Dentre as conclusões aprovadas nesse Congresso, uma reclama destaque, por seu transcendente alcance: é a que recomenda a inserção do Ministério Público, em títulos constitucionais, como “órgão do Estado”. Era a rejeição expressa e expressiva do velho conceito do promotor subordinado ao Poder Executivo. Era a promulgação de um princípio que eu enunciara, em 1947, como redator do Anteprojeto do Código do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Peço vênia para transcrever as palavras com que tentei justificar a proposta:

“Muito se tem discutido sôbre o conceito de Ministério Público e sua posição no quadro da hierarquia administrativa dos órgãos estatais. Enquanto alguns tratadistas pretendem integrar essa instituição no corpo do Poder Judiciário, outros a situam em zona de estrita dependência do Poder Executivo, como seu mero agente.

Hoje, entretanto, nem uma, nem outra dessas concepções pode subsistir, em face da evolução do Ministério Público, dentro do Estado Moderno.

Se é verdade que, entre nós, nunca se intentou confundir o Ministério Público com a Magistratura judicante, não é menos certo que, durante muito tempo, perdurou em vários espíritos o preconceito de ser êle — simples oficial da autoridade executiva. Atualmente, ninguém de boa fé continuaria a sustentá-lo.

“O Ministério Público — como bem acentua TOMMASO VILA — representa, diante dos Tribunais, a potestade executiva, ou seja, a ação da lei, a ação pública tutora dos grandes interesses sociais, em cujo nome se promove a plena e rigorosa execução da lei. Não é êle o representante do Governo, mas o representante daquela mesma ação executiva, da qual o Governo é ministro e que sómente da lei deduz as suas normas”. (Apud — Siracusa, “Il Publico Ministero” pág. 143).

Órgão da soberania do Estado e não o órgão do Governo, o Ministério Público impõe-se-nos como detentor de prerrogativas dessa mesma soberania, inerentes ao exercício de suas atribuições primordiais.

A nítida compreensão do caráter do Ministério Público, na qualidade de órgão do Estado e não apenas de seu representante, pressupõe o conhecimento do que, em rigorosa técnica jurídica, se convencionou chamar de “organicidade” e “representação”.

Seja-nos permitido invocar a lição de COMBA ("Organo e rappresentanza nella dottrina degli enti collettivi", pág. 20). Nos termos dêsse illustre autor,

"deve-se entender a antítese entre organicidade e representação, tendo-se em mente que, no vínculo de representação, há dois sujeitos, um dos quais age em nome e no interesse do outro; os atos do representante são, materialmente, seus próprios, mas, formalmente, são atos do representado e seus efeitos recaem na pessoa dêste; na relação de organicidade não mais se apresentam dois sujeitos, porém a identificação do órgão na pessoa jurídica, de modo que esta age imediatamente por si mesma; em substância, é a mesma pessoa jurídica decidindo e agindo pelos seus órgãos, os quais dela não se distinguem, mas lhe são partes integrantes; conseqüentemente, não pode existir contraposição entre órgão e pessoa jurídica, porque, quando aquêlê age, é como se fôra a mesma pessoa jurídica".

Estas observações, JELLINECK as sintetiza, como de hábito, na sua conhecida expressão: "atrás do representante, há outra pessoa, atrás do órgão não se vê ninguém".

Assim, o Ministério Público, órgão do Estado, com êle se confunde e, como outros órgãos estatais,

"vive e se movimenta na pessoa jurídica do Estado, com autonomia de vontade, de objetivos e de poderes" — na frase de GIUSEPPE SABATINI ("Il Pubblico Ministero nel Diritto Processuale Penale", pág. 109).

A potestade de que é titular o Estado — diz o mesmo autor — se concretiza e se especifica nas funções atribuidas aos órgãos".

* * *

Se a nossa mensagem de respeito e de gratidão chegar até o nobre espírito de Campos Sales, ela lhe dirá que sua obra de precursor da independência do Ministério Público permanece em nossa lembrança. Se o Brasil muito lhe deve, nós, os promotores de justiça, ainda mais lhe devemos.

Conta-se que, ao deixar o Govêrno da Nação, Campos Sales embarcou de regresso à sua terra, entre apupos e apôdos da plebe alvar.

Triste ironia do destino! O homem que havia restaurado a dignidade e o crédito do Brasil, o governante que enchera as arcas do Tesouro e se recolhia pobre ao seu lar, recebe, como paga de tantos sacrifícios, em vez de flôres, calhaus, em lugar de aplausos vituperios. Mas, não importa. Êle já antevia essas manifestações desprimorosas, quando escreveu: "...disposto a ser útil ao meu País, tomei a resolução de adotar a mais rigorosa conduta na execução do meu programa — exigindo tudo quanto é possível e não cedendo senão ao que é absolutamente indispensável — EMBORA VEJA BEM QUE NAO É ESSA A ADMINISTRAÇÃO MAIS DE MOLDE A GERAR A POPULARIDADE EM TORNO DE UM GOVÊRNO. Cada um dos que perdem uma vantagem adquirida é um descontente: ao seu lado agrupam-se os patronos, os defensores dos INTERÊSSES SACRIFICADOS e também dos DIREITOS ADQUIRIDOS, e para logo formam-se legiões de DESGOSTO-

SOS. É preciso pois que o governo não se detenha diante da resistência, se ele tem patriotismo e se tem a CORAGEM MÓRAL PRECISA PARA FAZER O QUE JULGA SER O BEM DA SUA PÁTRIA, COM SACRIFÍCIO EMBORA DA SUA PRÓPRIA POPULARIDADE. E' isto precisamente o que exigem de mim as graves circunstâncias em que nos encontramos".

Quando Campos Sales, o patriota de mãos puras, ouviu o alarido hostil da população, ele poderia ter repetido a súplica de Jesus ante a multidão ululante de seus algozes: "Pai, perdoai-lhes, porque eles não sabem o que fazem!"

Acima das paixões transitórias dos homens, está a consciência da nacionalidade, para as sentenças definitivas. Ela soube julgar Campos Sales, inscrevendo-lhe o nome entre aquêles de quem se pode dizer: — Foi um grande brasileiro !

A PROPÓSITO DO IV CENTENÁRIO DA PAZ DE IPERUÍ

Padre H. A. VIOTTI, S.J.

Prepara-se Ubatuba, o Estado de São Paulo e esperamos que todo o Brasil — por mais que os ventos dominantes ameacem as mais belas tradições de nosso civismo — para comemorar o IV centenário da paz de Iperuí. O que, para nosso país, representou esse acontecimento histórico, o mais antigo ato nos annais da diplomacia brasileira, não seria mister recordá-lo. O armistício estabelecido com os Tamoios do Rio de Janeiro e a paz firmada, numa hora crucial, com os de Iperuí e do vale do Paraíba permitiu que se empenhassem as forças da Capitania de São Vicente na conquista e povoamento da incomparável baía de Niterói.

Prefere a Comissão dos festejos comemorativos que, em lugar do armistício, se focalize a paz: *centenário da paz de Iperuí*. Não foi em vão que Anchieta, novo Daniel na cova dos leões, se entreteve cinco meses entre os Tamoios da fronteira, para lhes aplacar o ódio aos Portuguezes, ali compondo o poema latino em louvor à Mãe de Deus. “Estes Tamoios daquela comarca — podia asseverar Pero Rodrigues — nunca quebraram as pazes” (1). Aludindo *aquela aldeia*, onde estivera o Padre Nóbrega “fazendo as pazes com os Tamoios”, afirmava o mesmo Anchieta em 1596 que “muitos... (dêstes) são agora cristãos” (2).

Escrevemos *Iperuí* e não já *Iperoig*, como escreveria Simão de Vasconcelos e ainda hoje muitos o fazem. Esse *g*, com que assinalou o autor da *Arte de Gramática* a pronúncia gutural do monossilábico *y*, como a água se se denominava entre os tupis, há muito foi abandonado pelos tupinólogos. Ensina, por outro lado, o Padre Antônio de Lemos Barbosa que a palavra *Yperu*, que designa o tubarão na língua geral, admite a variante *Iperu* (3), mais conforme às nossas atuais regras ortográficas, que suprimem o ípsilon no alfabeto português. Por *Yperuy*, deverá, portanto, grafar-se *Iperuí*.

“Enseada do Tubarão”, que a *Carta corográfica e hidrográfica de toda a costa do mar da Capitania de São Paulo*, de João da Costa Ferreira (1789), setor levantado por Antônio Rodrigues Montesinho, identificaria com a enseada agora chamada do Flamengo, fronteira à Ilha Anchieta (4), — eis o que cor-

1) Pero Roiz, *Anchieta (Vida do Padre José)*, Livraria Progresso, Bahia, 1955, 46.

2) *Cartas Jes.*, III, Rio, 1933, “vida do Padre Manuel de Paiva”, 487. Ou Antônio Franco, *Imagem de Coimbra*, II, Coimbra, 1719, 214. Quanto ao chefe Pindobuçu, protetor de Anchieta, afirma Pero Rodrigues e repete Antônio Franco que “daí a muitos anos o trouxe Deus a viver entre os fiéis, foi batizado e morreu cristão”. *Op. cit.*, 49.

3) *Pequeno vocabulário tupi-português*, Rio, 1955.

4) Afonso de Taunay, *Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga*, São Paulo, 1922. Em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, INL, Rio, 1945, III, 245, n.º 32, diz Mons. Pizarro e Araujo: “Defronte da ilha (dos Porcos) está a enseada dos Tubarões, boa limpa e capaz de grandes navios”.

responde àquele topônimo indígena, cedo desaparecido. Na nomenclatura geográfica da Capitania de São Vicente, permaneceu, todavia, uma corruptela da palavra *Iperuí*, a saber *Peruíbe* (5), designando região ao Sul de Itanhaém.

Por uma série de razões, entretanto, a atual *Peruíbe* nada tem que ver, além desse nexó filológico, com a outra região outrora conhecida por *Iperuí*, mencionada pelos biógrafos de Anchieta e por êle mesmo, ao narrarem a famosa embaixada para as negociações de paz entre os colonos de São Vicente e a chamada "confederação dos Tamoios", que, sob a instigação dos Franceses, se articulou, visando a destruição dos estabelecimentos lusitanos no Sul do Brasil.

* * *

Da Ilha de São Sebastião para o Norte se estendia a *terra dos Tamoios*, nos diz Anchieta, na carta de 9 de julho de 1565 escrita já na Bahia, em que relata a expedição de Estácio de Sá, que fundou a cidade do Rio de Janeiro. Reunida a esquadra naquela ilha, a 28 de janeiro de 1565, "ordenou o Capitão-mor que os navios de remos acompanhassem as canoas, que daí por diante entravam já na terra dos Tamoios e era necessário cada dia pousassem em terra, em algumas ilhas" (6).

Dessa fronteira para cima até Cabo Frio, abrangendo no interior o vale do Paraíba se alargava o indisputado domínio dos Tamoios — os *Tupinambás* de Thevet e Lery —, que haviam inclusive logrado expelir da Guanabara os *Temiminós*, refugiados então na Capitania do Espírito Santo. Amigos fiéis dos Maíras de Villegaignon, inimigos acérrimos dos Perós e de seus aliados *Tupis* ou *Tupiniquins* da Capitania de São Vicente, eram êsses *Tupinambás*.

"E esta Capitania de São Vicente — lembrava em 1564 os Camaristas de São Paulo a Estácio de Sá — está entre duas gerações de gentio de várias qualidades e fôrças que há em tôda a costa do Brasil, como os *Tamoios* e os *Tupiniquins*". Dos *Tupiniquins* do sertão se queixavam por terem quebrado as pazes, vindó assaltar em 1562 a Vila de São Paulo. "O outro gênero de gentio Tamoio, que possui a *bonda do Rio de Janeiro*, tem dado muita opressão às Vilas de São Vicente e Santos, com virem muitas vêzes por mar em grandes armadas de canoas. E nas canoas vêm Franceses" (7).

No seu *Poema de Mem de Sá* — de 1560-1561 provavelmente (8) —, tendo como ponto de referência geográfica a Bahia, donde partia a armada do Governador Geral a debelar a Fortaleza de Coligny e os silvícolas aliados dos Franceses, assim localizava Anchieta os selvagens *Tamuyas*: W

5) Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, *Rev. do Inst. His. e Geogr. de São Paulo*, RIHGSP, VI, (1902), 533, cf. 517. Também se encontra a forma *Peruípe*... Segundo opinião de Plínio Airoso, comunicada ao Dr. Félix Guisard Filho, *Iperuí* e *Peruíbe* não só expressam o mesmo conceito, mas, assinalando a presença de tubarões por todo o litoral brasileiro, eram nomes que se repetiam de Norte a Sul, por todo o Brasil.

6) *Cartas Jes.*, III, 246; *Monumenta Brasiliae*, IV (MB), Roma, 1960, 245.

7) *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* (ATAS), I, 41-45.

8) O *De Gestis Mendi de Sã* foi editado em 1563, suprimido o episódio da morte de Fernão de Sá. Existe exemplar na Biblioteca de Évora, parece que único. Antônio Joaquim Anselmo, *Bibliografia de obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926, 25-26.

“Longe daí, onde o Sul proceloso, com chuvas frequentes
 açoita as terras e os plainos imensos do mar turbulento,
 aonde chega o Sol, completado quase o giro do ano
 e percorridos em seu carro de luz os signos celestes:
 os inimigos têm seus campos voltados para as túmidas ondas
 do oceano, e numerosas aldeias junto às áridas praias,
 e outras muitas sitas ao ocidente, pouso do Zéfiro,
 construídas, ora nos campos, ora em meio de densas florestas.
 Estes provocam em guerras contínuas os Portuguezes,
 cujas povoações não distam muito das déles.
 Aprisionam os homens traiçoeiramente, saqueiam
 as propriedades sem guarda, lançam o incêndio nos campos
 e cometem mil assassínios em frequentes sortidas” (9).

- “Aonde chega o Sol, completado quase o giro do ano”, isto é — explica em nota o tradutor e comentador de *De gestis Mendi de Sáa*, Padre Armando Cardoso S. J. — quase no trópico de Capricórnio” (10).

* * *

Na célebre carta de 8 de janeiro de 1565, em que extensamente descreve — são 60 páginas de *Monumenta Brasiliae*, IV — os episódios da perigosíssima missão diplomática, proporciona Anchieta uma série de preciosos elementos para a localização da antiga Iperuí. Eis como, logo de início, cronológica e geograficamente, se vão desenrolando as peripécias da viagem, começada em São Vicente.

A 19 de abril de 1563, renovados os votos, parte Anchieta, em companhia de Nóbrega, para Bertioga, onde durante cinco dias se empregam em ministérios junto aos moradores, até à chegada dos navios que estavam sendo aparelhados em São Vicente (11). A 25 de abril zarpam de Bertioga os dois navios, viajando os jesuítas no de José Adorno. Com vento contrário, só a 30 de abril logram surdir na Ilha de São Sebastião, onde a 1 de maio celebra missa o Padre Nóbrega.

A 2 de maio, 3.ª dominga depois da páscoa, após o sacrifício da missa, levantam ferros em demanda das aldeias dos Tamoios “fronteiros”. A expressão já se encontra na carta anchietana, onde a certa altura declara o chefe Pindobucu: “os cristãos fazem pazes comigo, que sou *fronteiro* ou *morobajara*”. Generalizou-a o Padre Antônio Franco (12). No mesmo texto espalhou anchietano, lemos a cada passo a frase “los de la frontera”, para distinguir os selvagens de Iperuí dos do Rio de Janeiro (13).

9) Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Sáa*, Arquivo Nacional, Rio, 1958, 143, vv. 2299-2313 da tradução portuguesa do Padre Armando Cardoso S. J.

10) *Op. cit.*, 233-234, nota ao v. 2302.

11) *Cartas Jes.*, III, 198, onde por 23 se deve ler 25 de abril, data da partida de Bertioga. Se aí permaneceram cinco dias, não terão chegado antes do dia 19. *MB*, IV, 124.

12) *Cartas Jes.*, II, 222, onde, por *estou* a tradução mais exata é *sou*. *MB*, IV, 157. Franco, *Imagem de Coimbra*, 178 e *passim*.

13) *MB*, IV, 137, 147, 149.

Velejando "com próspero vento" da Ilha de São Sebastião para o Norte, aportam "aos primeiros lugares dos inimigos... chamados Iperuí", na véspera da festa de São João *ante portam latinam*, isto é a 5 de maio de 1563 (14). Três dias de navegação, bafejados por ventos galernos, nos levam bem mais ao Norte do ponto de partida... Nessa *fronteira dos inimigos* vinham aportar, nos diz Anchieta, todos os Tamoios da Guanabara, para seus assaltos à Capitania de São Vicente (15). E acrescenta nesse mesmo trecho que Iperuí distava "pouco mais ou menos" 20 léguas "das povoações dos Portuguezés", isto é da mais próxima, que era Bertioiga.

A carta de 8 de janeiro de 1565 não é contudo o único escrito em que Anchieta se ocupou dessa missão diplomática *sui generis*. Na sua *História da Companhia de Jesus*, ou *Vida dos primeiros padres desta Província*, ou ainda *Vida dos padres ilustres do Brasil*, escrita no ano de 1596, e que Vasconcelos prefere citar sob o título de *Apontamentos do Padre José*, escreveu entre outras a "*vida do Padre Manuel da Nóbrega*". Pelas referências à margem, sobretudo da *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, depreendemos que eram acêrca de onze as páginas que dedicou nessa obra à empresa de Iperuí (16).

Antes de Vasconcelos e de Antônio Franco, puderam compulsar o precioso códice, hoje desaparecido, seus primeiros biógrafos, Quirício Caxa e Pero Rodrigues, além de Antônio de Matos, que redigiu em latim uma história do Colégio do Rio de Janeiro. Merecem, por isso mesmo, todos êles audiência nessa questão. Nóbrega — diz Quirício Caxa, escrevendo em 1598 — "ofereceu-se a ir êle em pessoa aos Tamoios para... negociar (as pazes), dali (de São Vicente) 26 léguas por mar" (17). Conquanto lamentavelmente não aponte a direção, anotemos êsse número.

14) *Cartas Jes.*, III, 198. Imediatamente ao fato da chegada, acrescenta: "ao outro dia que foi o de São João *ante portam latinam*"; logo a chegada se deu na véspera. *MB*, IV, 125. Errou, pois Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, I, II, c. V, n. 1, ao dizer que "chegaram a suas praias a 4 de maio de 1563".

15) *Cartas Jes.*, III, 203-204.; *MB*, IV, 131-132. Pondera Félix Guisard F.º: "Onde pôrto seguro para as canoas tamoias, 100, 200... e mais? (Canoas grandes de 20 - 30 tripulantes). Desde Caraguatutuba até Laranjeiras (Pecinguaba de hoje), não há praia que ofereça segurança para ancoragem das aludidas embarcações dos Tamoios. Sômente o Itaguá, dentro de Ubatuba, é *Pôrto seguro*: é hoje o pôrto de Ubatuba com cais de atracação. As demais praias estão sujeitas continuamente aos ventos noroestes e do Sul. Saco da Ribeira também poderia guardar canoas. Há proteção *reduzida*. Porém... esta afirmativa de Vasconcelos (a saber que a canoa em que viajou de volta a São Vicente o Irmão José veio após um dia de navegação descansar na Ilha dos Porcos) reforça sobremaneira ser Ubatuba o Iperuí dos Tamoios. Basta ver e estudar os mapas, para certeza absoluta da vinda de Anchieta de Ubatuba, descansando na Ilha dos Porcos... Vinha para Santos e São Vicente. Não poderia portanto ir do Flamengo, ou Saco da Ribeira de hoje para o Norte: *vinha para o Sul. Onde? De Ubatuba...*".

16) Citam-se na *Crônica*, la. ed., à margem sempre: "Joseph, pág. 79" (I, III, n. 4); "Joseph pág. 82" (*Ibid.*, n. 10); "Joseph pág. 84" (*Ib.*, n. 13); "Joseph pág. 88" (*Ib.*, n. 17); e ainda no mesmo I, III, as páginas 89 e 90 dos *Apontamentos do Padre José*.

17) (*Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta*, Rio, ed. da Biblioteca Municipal, (1956), 53.

Bem mais explícito é Pero Rodrigues: "Partiu o Padre Manuel da Nóbrega, com seu fiel companheiro, o Irmão José, e outro homem por nome Antônio Luís, para a terra dos Tamoios, que era de São Vicente para a banda do Rio de Janeiro vinte e sete léguas". E logo mais abaixo, acrescenta: "Sabendo os inimigos do Rio de Janeiro que vieram Portugueses à sua fronteira"... (18). Isso mesmo em latim repete Antônio de Matos, não mencionando léguas, senão milhas, e sem que determine o ponto de partida. Acentua entretanto que Iperuî, ou Peruí, ficava a meio caminho por mar entre o Rio de Janeiro e São Vicente (19).

* * *

Acompanhando de perto os *Apointamentos* de Anchieta, escreve Simão de Vasconcelos, na *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, reproduzindo com ligeiras variantes o texto de sua *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil*: "Este lugar fronteiro dos Tamoios... é justo que... seja também por nós conhecido. Dista êste lugar, por cômputto do mesmo José vinte e seis léguas de São Vicente, correndo ao Norte, altura de 23 gráus e um quarto. Tem seu princípio vindo da Vila de São Sebastião — situado o escritor na Bahia, já se vê —, da última ponta da enseada que chamam dos Maramomis, fronteira à Ilha dos Porcos, correndo ... as três enseadas, dos Portos (sic), da Uubatya e Laranjeiras, até entestar com o grão Cairuçú" (20).

Se cotejarmos o mapa de Fis. 4 do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, feito em 1612, com a citada *Carta corográfica e hidrográfica* de João da Costa Ferreira, a *Enseada dos Guaromimins*, que nêle vem assinalada, parece corresponder à de *Mocucoca* deste último (*Mocococa* se chama o rio que desagua junto à praia de Massaguçu), ou quando muito à Enseada do Mar Virado, que se lhe segue. A fronteira dos Tamoios começaria nesse caso na *Ponta Grossa*, entre as enseadas do Flamengo e da Fortaleza, ou na *Ponta do Cedro*, entre a última e a do Mar Virado, ambas de certo modo fronteiras à Ilha Anchieta (21).

Notemos de passagem que êstes *Maromomis* ou *Guarumimins* só desceram para o mar, após o extermínio dos Tamoios. Knivet assim descreve a aldeia do chefe Aleixo que, no ano de 1592, mês de outubro, se foi reunir, com 80 frecheiros, aos seus parentes, os *Guianases* da Ilha Grande, para a expedição de Martim de Sá e de João de Sousa Pereira contra os Tamoios, retirados para além da Mantiqueira: "Tereis vista de formosa baía, chamada pe-

18) *Anchieta (Vida do Padre José)*, 45.

19) *De prima Collegii Fluminis Januarii institutione*, ARSI, Fondo ges., *Collegia*, n. 201, fl. 11.

20) *Crônica*, I, III, n. 6, *Vida do Venerável*, I, II, c. V, n. 2. Do confronto dos dois textos se retira o trecho, tal como o apresentamos. Citamos a 1.^a edição da *Vida*, 1672.

21) A. de Taunay, *Coletânea de Mapas*, São Paulo, 1922. Compreendendo o litoral norte de São Paulo, existem na Mapoteca do Itamarati três cartas de João Teixeira Albernás. Na mais antiga, de 1631, conforme as "certas notícias que pôde ajuntar Dom Jerônimo de Ataíde", a toponímia enumera de Norte a Sul: "Enceada de Ubatuba, Ilha dos Porcos, Enceada dos Guaromimins" etc. Isa Adonias, *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial*. Min. das Rel. Exteriores, Rio, 1960, 477-478.

los índios Juqueriquerê. Ali também fica uma extensa aldeia de selvagens como os que habitam na Ilha Grande" (22).

Apela expressamente o cronista da Companhia, para nos dar a localização de Iperuí,, ou de seu território, ao *cômputo do mesmo José* (de Anchieta)". Como Quirício Caxa, menciona êle taxativamente 26 léguas entre São Vicente e Iperui. Acreditamos que êsse número viesse indicado, com essa mesma precisão, nos *Apontamentos do Padre José*. Não seria, aliás, difícil obter idêntico resultado numérico, acrescentando as 6 léguas, que separam São Vicente da Bertioiga, às 20 consignadas aproximadamente por Anchieta entre Bertioiga e Iperui na sua carta de 8 de janeiro de 1565. A diferença de mais uma légua, segundo Pero Rodrigues, é coisa de somenos importância...

Se tomarinos a légua de 18 ao grau, conforme propunha em 1505 Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ orbis*, e adotavam ainda no século XVIII os cosmógrafos régios, padres Domingos Capaci e Diogo Soares (23), légua correspondente a 4 milhas romanas, ou 5.920 m., teremos, para as 26 léguas, 153.920 km. Como é fácil verificar pelos mapas, de São Vicente a São Sebastião em linha reta medeiam pouco mais ou menos 100 km. e de São Sebastião a Ubatuba, outros 50. (24).

Para a identificação da antiga Iperuí, nesse mesmo trecho citado, ainda nos fornece o autor outros dados aproveitáveis. Passa por Ubatuba, como se sabe, o trópico de Capricórnio (23° e 37' ao Sul da equinocial). Terminava ao Norte do promontório de Cairuçu, ou Ponta de Joatinga, a região dos Tamoios fronteiros, que abrangia as três enseadas, dos Porcos (assim interpretamos), de Ubatuba e de Laranjeiras, atual Picinguaba, ao nosso ver (25).

O paralelo apontado por Vasconcelos: "altura de 23 graus e um quarto" (23° e 15') atravessa o Cairuçu, limitado ao Norte pelo território em causa. Conhecendo, porém a dificuldade do cálculo de latitudes, mormente ao tempo do velho cronista da Companhia, não lhe poderemos exigir muito rigor, quanto a essa diferença de minutos...

* * *

22) *Vária fortuna e estranhos fados*. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco, São Paulo, 1947, 180, ef. 63 e 134. Contraditórias por vezes são as datas, que apresenta Antony Knivet. A essa de 1592 para a entrada de Martim de Sá contra os Tamoios chegamos após laboriosos cálculos.

23) *V. Mapa do Grande Rio da Prata* de Diogo Soares, apud S. Leite, *HCJB*, VI, 552-553. *Carta 6.a da costa do Brasil* do mesmo, apud J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, p. I, t. I, Rio, 1956, 6-7.

24) Em seus *Aposentos Históricas*, ed. Livr. Martins, I, 344, diz Azevedo Marques que *Iperoig*, entre São Sebastião e Ubatuba, ficava a 28 léguas de São Vicente, mas, como equivalência para essas léguas, nos apresenta o número de 155,5 km. "ao Nordeste de São Vicente". Com isso, nos conduz novamente a Ubatuba.

25) João Mendes de Almeida, *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*, São Paulo, 1902. A propósito do Rio Picinguaba, informa que desce do lugar chamado *Laranjal*. No mapa de fls. 4 da *Razão do Estado do Brasil*, a última enseada, antes de chegar ao Cairuçu, recebe o nome de *Enseada de Laranjeirus* e parece corresponder à de *Picinguada* atual. Em nota que me forneceu, concorda o Dr. Félix Guisard F.º com estas identificação — cf. N. 15.

Voltemos, mais uma vez, à carta anchietana de 8 de janeiro de 1565 e aí encontraremos mais um argumento em favor da tese da identidade entre Iperuí e Ubatuba. Embarcando para o regresso a São Vicente, na aldeia de Cunhambeba, a 14 de setembro, “dia da Exaltação da Santa Cruz, em sua canoa, feita de uma cortiça de pau — e éramos 20 por todos”, refere Anchietta — ... “viemos aquêlle dia com bom tempo ao primeiro pôrto, onde para maior prova de Cunhambeba achamos uma canoa dos do Rio, que se tornava” de São Vicente (26).

Pois bem, êsse primeiro pôrto — explica Simão de Vasconcelos e, com êle, mais tarde também Antônio Franco — estava situado na atual Ilha Anchietta: “chegando (a ubá de Cunhambeba) à Ilha dos Porcos” (27). O lugar, portanto, onde existiam as tabas de Pindobuçú e Cunhambeba, distava dessa ilha o espaço navegado num dia por essa ubá tangida a remo. Levando em conta a volta a que obriga o promontório ao Sul da enseada, medem-se quase 18 km. de Ubatuba à Ilha Anchietta. Com alguma aproximação, parece-nos que só nos resta localizar em Ubatuba a antigo Iperuí.

Avizinhando-se das povoações portuguesas, para essa ilha transferiu sua taba o valente morubixaba, tão logo se solidificou a paz entre essas aldeias de Iperuí, em que havia estado o Taumaturgo, e os colonizadores lusos de São Vicente. Os incidentes atribuídos por Leonardo do Vale a alguns Tamoios da fronteira bem podem ter sido provocados por selvagens de outras tabas da mesma região (28). “Uma sesmaria antiga — refere Pizarro e Araujo — chamou (à Ilha dos Porcos) *Tapera de Cunhambeba*, por ter existido aí uma aldeia de que era cacique” êsse índio (29).

Episódio saliente da mesma narrativa anchietana, em que afloram interessantes observações de ordem topográfica, é o que se passou a 9 de junho. Dessas observações têm extraído muitos, sem demasiado esforço de interpretação, argumento suficiente para localizar em Ubatuba a “Aldeia do monte”, de que era maioral o velho Pindobuçú, e a outra aldeia mais para o Sul, junto

26) *Cartas Jes.*, III, 232; *MB*, IV, 169-170.

27) *Crônica*, I, III, n. 33; *Vida do Venerável*, I, II, c. 9, n. 2. Franco, *Vida do Admirável Padre José de Anchietta*, Rio, 1898, 36.

28) *Cartas Jes.*, II, 444-447; *MB*, IV, 203-207. Também na *Crônica*, I, III, n. 8, como na *Vida do Venerável*, I, II, c. V, n. 4, menciona Vasconcelos “aldeias vizinhas, muitas e numerosas”. Uma dessas aldeias ficava — diz Quirício Caxa — “a 2 ou 3 léguas da em que êle (Anchietta) estava”, *Vida e Morte do Padre José de Anchietta*, 54.

29) *Memórias Históricas*, ed. cit., III, 252, n. 32. “O fiel Cunhambeba... as-sentara casa com tôda sua gente, fronteiro aos mesmos Tupis, só por nossa amizade”. *Vida do Venerável*, I, II, c. 9, n. 4. Aponta ainda Félix Guisard: “Registro de uma carta de “Data de terra” de sesmaria do Padrê José da Costa em Angra dos Reis: “O Padre José da Costa... que êle suplicante não tinha terra para fazer seus mantimentos, pelo que me pedia que lhe desse uma ilha que está defronte de *Uvativa*, chamada tapera de Cunhambeba, que terá de terra, tôda ella obra de meia légua pouco mais ou menos, para nella fazer seus mantimentos... Em 19 de Dezembro de 1610”. Vol. I das *Sesmarias*, p. 114, publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, correspondente ao ano de 1921.

da praia, cujo principal era o supracitado Cunhambela (30). Em ambas, revezando, residiu Anchieta....

Passeavam pela praia aquêles dia Nóbrega e o seu companheiro, quando, na linha do horizonte, como que voando sôbre as ondas, assomou uma igara, vinda aparentemente do Rio de Janeiro. Percebendo ali uma provável ameaça, resolveram acolher-se quanto antes à cabana de Pindobuçu, na aldeia do monte, onde então se alojavam, sob a proteção do prestigioso maioral. Correndo desde o extremo da praia, mais do que permitiam suas forças, já que Nóbrega sobretudo, envelhecido e doente, mal podia ter consigo, chegaram à margem de um rio bastante largo, que se vadeava com água pela cintura.

Dó outro lado se alteava uma colina, em cujo cimo se abria, numa clareira, a caiçara tamoia. Calçado como vinha, por amor de suas pernas chagadas, não deveria Nóbrega meter-se na água, nem havia tempo a perder, pois a piroga se aproximava velozmente. Dispôs-se Anchieta a carregar o superior às costas... Mas, em meio à travessia, não o podendo sustar sôbre os seus ombros quebrados, foi mister lançar-se Nóbrega à corrente, da qual saíram totalmente molhados...

Restava agora subir a encosta da colina. Descalço então, meio despido, a alma a escapar-lhe pela bôca, lá se foi o velho provincial ladeira acima, escoltado por Anchieta e meio arrastado por um índio, até a oca do Palmeira Grande. Pindobuçu estava ausente... À vista, entretanto, dos dois jesuítas que, à espera da morte, de joelhos recitavam vésperas de *Corpus Christi*, amansou-se a cólera dos perseguidores (31).

Na edição do *Poema da Virgem*, texto protuguês apenas, escreve o Padre Armando Cardoso S. J., na *Introdução*, datada de Ubatuba a 8 de Dezembro de 1953: "Tivemos assim oportunidade de visitar com vagar a extensa praia, por onde Anchieta passeou compondo o seu poema. Contemplamos o rio, no extremo norte da cidade, e evocamos o episódio a um tempo gracioso e trágico, de que êle fala em sua carta... Ladeamos êsse morro, onde se escondiam outrora..." as cabanas da Caoquira e Pindobuçu (32). Idêntica impressão parece coligir-se das palavras de outro historiador, Félix Guisard Filho, o mestre e o maior conhecedor dos fastos de Ubatuba (33).

* * *

Companheiro já então único do Irmão José em Iperuí, desde que a 21 de junho retornara Nóbrega para São Vicente, ali permaneceu até cinco de setembro o pedreiro, ou mestre de obras, Antônio Luís. A êle serefere mais de uma vez Anchieta, como a um irmão verdadeiramente caríssimo... (34). Estando Anchieta na aldeia do monte, vem a saber que, na taba de Cunhambela, então ausente — era o dia 12 de julho —, pretendiam os Tamoios locais

30) *Cartas Jes.*, III, 207 e 231; *MB*, IV, 137, 169; cf. nota 84. O trajeto entre as duas aldeias não era longo, diz Anchieta. *Ibidem*, 158.

31) *Cartas Jes.*, III, 211-213; *MB*, IV, 142-145.

32) *Op. cit.*, 3.a ed., 1958, 45-46.

33) *Ubatuba*, São Paulo, 1947, 5-6 e 100-101.

34) *Cartas Jes.*, III, 215 e 226; *MB*, IV, 148 e 162.

brindar aos visitantes do Rio de Janeiro com a festa ritual do sacrifício em terreiro de um escravo Tupi.

Naquela taba vivia Antônio Luís, montando guarda às mercadorias, trazidas para o resgate de sua esposa, dois filhos e outros parentes, aprisionados havia um ano, pelos Tamoios. Não era difícil adivinhar que, durante os excessos a que dava lugar o sanguinoso rito, acompanhado sempre de intermináveis libações alcoólicas, corria perigo imediato a existência do amigo. E, antes de mais nada, quem sabe, nessa hora suprema, o prisioneiro aceitaria o batismo... Arrancada, pois, licença ao velho Pindobuçú para, com risco da própria vida, ir ter a outra aldeia, descera Anchieta para a praia, quando o alcançam emissários do prudente morubixaba, dissuadindo-o de ir por diante, porque sem dúvida lá o matarão...

Pensando, todavia, na salvação da alma daquele infiel e na vida de Antônio Luís, tão afeiçoado aos jesuítas, amigos em particular do Padre Fernão Luís (quicá seu irmão!), o qual (Antônio) se ocupava dessa outra aldeia... (35), Anchieta prossegue o seu caminho. Não logra converter o bárbaro nas cordas, que recusa o batismo, mas, como acontecerá mais de uma vez, consegue preservar a vida do estimado companheiro de exílio. O obscuro trecho da narrativa anchietana, que Serafim Leite pôde até certo ponto aclarar, encontra num dos processos da causa de Anchieta excelente comentário.

A 21 de julho de 1627, presta depoimento no *Processo apostólico do Rio de Janeiro* para a beatificação do Apóstolo do Brasil, um filho de Antônio Luís e de Catarina Teixeira, de 75 anos de idade, Frei Mauro Teixeira, beneditino e que, antes de entrar para a Ordem, onde se constituiu fundador do Mosteiro de São Bento em São Paulo, se chamara Simão Luís e ocupara em Santos algum cargo público. Nascido em 1552, contava onze anos, na época em que seu pai se vira envolvido nestes episódios. Como não podia deixar de ser a eles se refere no seu depoimento.

"Estando o pai dêle testemunha, com o dito padre, com o gentio Tamoio em reféns em *Ibatiba*, junto à Ilha de São Sebastião, foram desta Capitania do Rio de Janeiro trinta canoas de gentio Tamoio, com intento de matarem ao dito seu pai. E chegando à dita *Aldeia de Ibatiba* onde êle estava, o dito padre, primeiro que êles declarassem seu intento, lhes dissera que sabia muito bem o intento que levavam, porém que se desenganassem. Que se o matassem, por sem falta todos êles haviam de morrer, sem ficar algum, porquanto aquêl homem fazia as casas de Deus e se morresse não ficaria quem as fizesse. O que vendo o dito gentio, desistiram de sua pretensão, porque tinham medo do dito padre pelo terem por feiticeiro" (36).

35) *Cartas Jes.*, III, 223; *MB*, IV, 158. Eis como interpretamos o trecho em causa: "sentindo (outrossim) que seria muito bem empregada minha vida pela salvação de um irmão e amigo do Padre Fernão Luís Carapeto, o qual (Antônio Luís) se ocupa da outra aldeia onde vive, muito meu amigo, e o perigo ser apenas no caminho, que não era muito longo". Nessa passagem, já não se trata do Tupi prestes a ser sacrificado, mas de Antônio Luds, que, vivendo na outra aldeia, aí substitua Anchieta, catequizando os indígenas. Jaraibatiba, desde 1560, já não era aldeia de catequese. Desfizera-se e fôra doada em sesmaria aos Jesuítas.

36) *Arquivo Secreto do Vaticano, Congr. Rit.*, n. 314, *Processo Apostólico do Rio de Janeiro*, fls. 117v-118.

Explica-se perfeitamente a referência à Ilha de São Sebastião. Tanto Ubatuba como São Sebastião, as duas povoações então existentes no litoral norte da Capitania de São Vicente, haviam surgido no fim do século XVI; em breve seriam elevadas a vilas, em 1637 e 1636 respectivamente (37). E tinham territórios confinantes. O mapa de 1612 da *Razão do Estado do Brasil*, juntamente com o nome da ilha, consigna mais ao Norte, junto a uma enseada, o nome de *Uvatura*. Iperuí, o antigo apelativo desaparecera... Para se fazer entender pelos seus contemporâneos, é à *Aldeia de Ibatiba* que alude Frei Mauro Teixeira.

Ubatyba, como escreve na *Crônica* Simão de Vasconcelos, e *Ibatiba*, como grafa Constantino Rebêlo, o escrivão desse processo, não podemos duvidar que sejam formas variáveis de um só topônimo, o que se fixou mais tarde no sonoro *Ubatuba* de hoje.

* * *

Sólido fundamento, portanto, possui a velha tradição, que reivindica, para a atual cidade de Ubatuba, a glória de ter sido, há quatrocentos anos atrás, no virginal esplendor de sua natureza primitiva, entre mar e montanha, o magnífico cenário do tratado de paz, entabulado entre os representantes da civilização cristã e os rudes e aguerridos filhos da selva americana.

Relatando, como alternativa aos numerosos "tragos de morte", alguns resultados felizes dos reféns de Anchieta entre os Tamoios, assim finaliza Pero Rodrigues a exposição da memorável embaixada: "Com êsses e outros bons sucessos aliviou Deus o cativo do Irmão José, e sobretudo quando, no cabo dos três meses que esteve só, além dos dois da companhia do Padre Manuel da Nóbrega, alcançou o que pretendia, que era concluir as pazs, como pela bondade de Deus concluiu" (38).

Anchieta, que pelo domínio do idioma indígena, foi quem pessoalmente tratou com os índios de Iperuí, do Rio Paraíba e da Guanabara, no empenho de apaziguá-los e convertê-los, se possível, ao cristianismo, não duvidou expressar, com humilde singeleza, no *Poema da Virgem*, esta sua missão inteiramente pessoal e do maior alcance: "enquanto, com minha presença, aplaco os Tamoios iracundos e, inerme, com êles trato o negócio sereno da paz".

*Dum mea Tamuyas praesentia mitigat hostes
tractoque tranquillum pacis inermis opus* (39).

Desarmando, a poder da mais heróica paciência, o furor vingativo das sucessivas alcatéias da belicosa nação dos Tamoios, aliados aos Franceses invasores, concorreu positivamente a temerária iniciativa de Nóbrega, maravilhosamente desempenhada por Anchieta, para salvaguardar, com a unidade da América Portuguesa, o futuro de São Paulo e da evolução histórica do Brasil.

37) Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos*, II, 247 e 291.

38) *Op. cit.*, 51-52.

39) *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, Arquivo Nacional, Rio, 1940, vv 5.779-5.780.

EDUARDO PRADO NA INTIMIDADE FAMILIAR DE EÇA DE QUEIROZ

*(Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,
em 29 de abril de 1960, pelo Professor Tito Lúvio Ferreira).*

Há um problema a ser elucidado, e talvez nunca o seja, — referente às relações familiares, tão íntimas, entre Eça de Queiroz e Eduardo Prado. Entreviui-o, pela primeira vez, sem o esclarecer, a escritora Maria d'Eça de Queiroz, filha do autor de "As Cidades e as Serras", quando na sua obra "Eça de Queiroz entre os seus", observa: "Não sei dizer em que época entrou Eduardo Prado na nossa intimidade". E em seguida indaga: "Seria em Londres, onde meus pais conheceram Domicio da Gama, ao tempo secretário de Rio Branco, ou em Paris? O que sei é que na Rue Cravaux já era íntimo, indo a casa quase todos os dias". (p. 173)

Os dados fornecidos nessas linhas são escassos. No entanto, Eduardo e Eça talvez se tivessem conhecido em Londres, porque em Paris, para onde mais tarde foi transferido o autor da "Ilustre Casa de Ramires", já existia a intimidade observada. Teria sido, ao que parece, Domicio da Gama, o amigo comum e o traço de união entre Prado e Queiroz. E nenhuma referência mais se encontra sobre o assunto. Motivava a dúvida, o trecho de uma carta de d. Emília de Castro d'Eça de Queiroz, mulher de Eça de Queiroz, escrita de Paris, em começo de 1890, onde aparece o nome do escritor paulista. Por isso a filha do casal escreve: "A minha mãe respondia contando o que ia por Paris e o que interessava a meu pai:

"Estiveram cá os Oliveira Martins, demoraram-se pouco. Gostei muito de os ver e pedi-lhes para virem jantar conosco. Tenho pena que cá não estejas, tu que gostas tantos de jantares amigos; hei de pedir talvez também ao Pina que os acompanhava e ao Prado, já se vê", (173)

O "já se vê", com relação a Eduardo Prado, coloca-o no mesmo plano dos amigos íntimos citados: o casal Oliveira Martins e Mariano Pina. Além disso, esclarece Maria d'Eça de Queiroz, "quando meu pai partiu, ele (Eduardo Prado) não abandonou as "duas senhoras" que ficavam bastante sós". Conclui-se desse trecho o seguinte: Em Paris, no inverno de 1890, Eduardo Prado já entrara na familiaridade íntima de Eça. Nesse mesmo ano, a escritora assinala: "De Paris, minha mãe contava (ao marido) os casos mais importantes do dia". E transcreve este passo de uma carta daquela ao espôso então em Portugal: "Oliveira Martins e D. Vitória vieram jantar com Batalha e Prado, já se vê. Passamos muito agradavelmente — e acrescentava — mas tu fizeste a maior falta, como fazes sempre". (177)

Assim, o fato de d. Emília de Castro referir-se, em comêços de 1890, à presença de Eduardo Prado na intimidade familiar de Eça de Queiroz leva a d. Maria d'Eça de Queiroz a recorrer às suas lembranças para esclarecer o

assunto, sem consegui-lo. Nessas condições, em carta de Paris, 19 de julho de 1889, Eça escreve a d. Emília, então em Portugal: "Ontem jantei em casa do Prado (onde está o Ramalho). Eles à noite iam para um baile de gente americana, e eu, depois de um passeio no Boulevard, fui para casa com os jornais". (147)

Nesta carta, o autor de "Prosas Bárbaras" reúne dois amigos íntimos: Eduardo Prado e Ramalho Ortigão. A "ramalhal figura" estava abrigada sob as telhas paulistanas do "brasileiro, o último dos Lusíadas", conforme escrevera o Eça, em carta de Paris, 8 de janeiro de 1898, ao "querido amigo Sabugosa". Na carta de dez anos antes, o autor de "Os Maias" não acompanha os amigos ao baile de 'gente americana". Burguesmente, andeja pelo Boulevard, e depois foi para casa com os jornais, cuja companhia, silenciosa e mexeriqueira, tanto lhe agradava. E também nos agrada por serem, os jornais, como os homens e as mulheres, "excusez du peu", às vêzes, irreverentes, indiscretos, faladores.

Na referida missiva aparece um verbo, tido e havido pelos gramáticos e filólogos, como brasileirismo da gema. Eça escreve: "Hoje, todavia, levantei-me cedo, às 9, mas *passarinhei* e as horas voaram". (147) Conheço o verbo passarinhar desde criança, porque o ouvi muitas vêzes, na roça, onde nasci e onde passei a minha infância, na fazenda paterna. Nessas condições, assim como d. Maria d'Eça de Queiroz ficou sem saber quando Eduardo Prado entrou na sua vida familiar; também fico na dúvida se os brasileirismos apontados a dedo não serão autênticos lusitanismos do Estado do Brasil, província do Império Lusitano. "Et pour cause", fico equidistante de gramáticos e filólogos, gente de muito se admirar e se dar ao respeito.

Ora, quando o Eça morava em Bristol, na Inglaterra, escreve, em 1888, a Mariano Pina citado acima por D. Emília: "Meu caro Pina. Recebi a "Ilustração" de 5 de abril, e com ela, e nela, a curta, mas pavorosa, demolição que v. faz da minha pobre pessoa! Famosa sova, na verdade! É desse gênero o que nós chamamos em Lisboa — *dizer as últimas*".

De fato, Pina dissera as últimas, que não eram as primeiras, ao Eça. Mas como "inter amicus geringonça non habet", diriam em mau latim mas com muita verdade, embora bem sovado, Eça diz ao amigo: "Porque enfim, até agora, os críticos mais hostis concediam-me ao menos uma certa *arte de escrever* — enquanto que V. nega desde logo, terminantemente, que eu possua sequer os rudimentos dessa arte — a gramática e a sintaxe. As páginas dos meus livros, continua o sovado, diz V. com ferocidade, "estão cheias de erros de gramática e erros de sintaxe: isto é realmente dizer as últimas". (Correspondência 152).

Mas, nesse mesmo ano de 1888, Fradique Mendes escreve de Paris, longa e cintilante carta a Eduardo Prado, em resposta a outra do escritor paulista. O estilo fradiqueano é alegre, amigo e alvissareiro. Leiâmo-la: "Meu caro Prado: A sua tão excelente carta foi recebida no devoto dia de S. João, neste fresco refúgio de arvoredos e fontes onde estou repousando dos sombrios esplendores da Amazonia e da fadiga das águas Atlânticas". Ele usa "os sombrios esplendores" e a "fadiga das águas atlânticas", para começar literariamente e "pour ne perdre l'habitude".

Eduardo, "o brasileiro, o último dos Lusíadas", na frase consagrada ao Eça, pedira ao autor da "Ilustre Casa de Romires", a sua opinião sobre o Brasil, nesse melancólico fim do Império. Daí o autor dos "Ecos de Paris" ponderar:

"Mais duro e mais complicado é que eu lhe dê (como V. reclama tão azafamadamente) a minha opinião sobre o seu Brasil..." Eça hesita, fica reticente e discreta: "E V. menos cético que Pilatos, exige a verdade, a nua verdade, sem *chavirismos* e sem enfeites..." Esta verdade, assim com a maiúscula inicial rigidamente alçada, faz-lhe lembrar Pilatos. Também o escritor não quer entrar numa resposta, assim como Pilatos no Credo. Mas onde está a Verdade? indaga o Eça. E esclarece: "Não é, infelizmente, na quinta da Saragossa que se esconde, sob o cipreste e o louro, o poço divino onde ela habita". Nessas condições, infelizmente, "só lhe posso comunicar uma impressão de homem, que passou e olhou", diz o Eça. "E a minha impressão, a impressão do amigo, é que os brasileiros, desde o Imperador ao trabalhador, andam a desfazer e, portanto, a estragar o Brasil".

Nessa altura, o Império entardecia e vesperava a República. Os brasileiros andavam no sagrado labor de estragar o Brasil. Vivesse hoje, e Eça verificaria, setenta e dois anos mais tarde, como nós brasileiros continuamos empenhados na obra cívica de estragar o Brasil, com tôdas as nossas forças de terra, mar e ar, sem descanso e com tôda a boa vontade. Cêrca de sessenta anos, comenta o escritor de "Os Maias", depois da Maioridade, o Brasil parecia ter purgado os males da mocidade. Eça vê como "Povo curado, livre, forte, de novo em pleno viço, com tudo por criar no seu solo esplêndido, os brasileiros podiam, nesse dia radiante, fundar uma civilização especial se lhes apetiesse, com o pleno desafôgo com que o artista pode moldar o barro inerte que tem sobre a tripeça de trabalho, e fazer dêle, à vontade, uma vasilha ou um Deus. Não desejo ser irrespeitoso, caro Prado; mas tenho a impressão que o Brasil se decidiu pela vasilha".

Depois da proclamação da República clarêa-se o ambiente, não no "solo esplêndido", como diz o Eça; mas no "bêrço esplêndido", conforme a letra do Hino Nacional escrita por Osório Duque Estrada. Começa aí a discordância. O prosador prefere "solo", onde se plantando tudo dá, conforme escrevera Pero Vaz de Caminha a D. Manoel, a 1.º de maio de 1500; o poeta corrige para "berço", embora conserve o adjetivo "esplêndido". Eça foi polido, elegante e generoso. Fôse pamfletário e diria logo "tout court", sm rebuços: côcho. O Visconde de Taunay, após a proclamação, também não recorre à vasilha. Estava-se nos primeiros anos do regime. Daí o autor de "Inocência" criar o neologismo "pratiotismo" com as mesmas letras de patriotismo. Mas "pratiotismo" vem de prato, a vasilha eufemisticamente lembrada pelo Eça. E comer no prato ou comer na vasilha é problema de quem come, como come, do que come.

Eça de Queiroz desejava um Brasil agrícola, um Brasil rural, um Brasil bem brasileiro, sem fome, com fartura de feijão, arroz, carne e trigo. Tudo isso êste "bêrço esplêndido" podia e devia produzir com larga abundância. Mas plantar dá trabalho. Colher dá trabalho. E o trabalho, por mais leve que seja, é sempre mais pesado.

"O que eu quereria, explica o Eça (e o que constituiria uma força útil ao Universo) era o Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não êsse Brasil, que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo paquete, e arrumados à pressa, como panos de feira entre uma natureza incongênere, que lhes faz ressaltar mais o bolor e as nódoas".

Esse Brasil entrevisto pelo Eça, êsse Brasil do século XVIII, quando o Estado do Brasil atingira, nas letras, ciências e artes, o mesmo nível da Europa, quando o Brasil-província representava Portugal na diplomacia europeia com Alexandre de Gusmão, português natural de Santos, e José Bonifácio de Andrada e Silva, também português de Santos, representava e ilustrava a inteligência, a cultura e o talento da América Portuguesa nas Universidades de Paris, da Itália, da Alemanha, da Inglaterra e de Upsala, na Suécia, ao lado de Berzelius, Chaptal, Fourcroy, Jussieu, Haüy, Werner, Lempe, Köheler, Volta, Spallanzani, Priestley e tantos outros nomes famosos na ciência do seu tempo; quando o barrôco estilizado por artistas nascidos no Brasil, fazia das nossas igrejas setecentistas verdadeiras jóias, verdadeiras obras de arte, admiradas hoje por artistas e críticos europeus, em pleno século XX; quando em meados do século XVIII a Coroa de Portugal mantinha no Estado do Brasil um sistema escolar jamais atingido, com vinte e dois Reais Colégios e seis Reais Seminários, onde os jesuitas eram magníficos professores pagos pela Coroa Portuguesa, e onde, no Real Colégio da Bahia, funcionavam quatro Faculdades: Faculdades de Letras, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Teologia e Faculdade de Matemáticas.

Esse Brasil entrevisto pelo Eça caminhava em fins do século passado, a passos largos para a República, para deixar de ser brasileiro; para se cobrir de leis adventícias. Nas Américas republicanas não se justificava mais a presença da Monarquia, sistema obsoleto para os republicanos. Se o Brasil não se europeizou, como temia o escritor de "A Reliquia", em compensação se estadunidizou, isto é, passou a imitar, servilmente, os Estados Unidos, a esquecer-se de que era Brasil, onde havia, com o Império, "a única democracia coroada das Américas", na expressão do presidente da Venezuela.

Mas, decididamente, o autor do "Mandarim" queria o impossível. Queria "casas simples, caiadas de branco, belas só pelo luxo do espaço, do ar, das águas, das sombras. Largas famílias, onde a prática das lavouras, da caça, dos fortes exercícios, devolvendo a robustez, aperfeiçoaria a beleza". Eça de Queiroz via, na sua imaginação e na sua fantasia, o Brasil transformado no "Brejão", fazenda criada pelos Prados, em São Paulo. — Nesse imenso "Brejão" brasileiro, êle sonhava "um viver frugal e são; idéias claras e simples; uma quietação da alma; desconhecimento das falsas verdades; feições sérias e perduráveis..."

Fantasias! Fantasias floridas, germinadas no terreno fértil da afeição sincera. No entanto, veio a República e nós preferimos a vasilha, forma eufemística de côcho. Enchemo-la da preciosa rubiácea. Mas se o café mata a sede, não mata a fome. Ficamos na sobremesa. E abandonamos a carne e o trigo para os outros se enriquecerem à nossa custa.

Eça de Queiroz passa em revista o rosário das nossas liberalidades, para dizer em tom patético: "Bem cedo, do Brasil, do generoso e velho Brasil nada restou; nem sequer brasileiros, porque só havia doutôres — o que são entidades diferentes. A Nação inteira se doutourou. Do norte a sul, no Brasil, não há, não encontrei senão doutôres! Doutôres, com tôda sorte de insignias, em tôda a sorte de funções; Doutôres com uma espada, comandando soldados; doutôres, com uma lira, soltando carnes; doutôres, com um prumo, construindo edifícios; doutôres, com balança, misturando drogas; doutôres, sem coisa alguma, governando o Estado! Todos doutôres. O Dr. Tenente-Coronel... O Dr. Vice-Almirante... O Dr. Chefe de Polícia... O Dr. Arquiteto... Homens inteligentes,

instruídos, pólidos, afáveis, — mas todos doutôres! E êste título não é inofensivo; imprime caráter. Uma tão desproporcionada legião de doutôres envolve todo o Brasil num atmosfera de doutorice”, conclui o autor de “Prosas Bárbaras”.

Foi esta doutorice que fêz a República. Assim, o Bacharel lutou contra o Patriarca, o filho combateu o pai, e a bacharelize vence o paternalismo, pela palavra: tagarelando. E a doutorice republicana derrubou a Monarquia, arrasou o Império, destruiu oito séculos de unidade histórica, de continuidade moral e de solidariedade espiritual, apenas com a arma dos tropos e das tropas.

Eça de Queiroz prevê o fim da Monarquia Brasileira. Antevê, a um ano da proclamação, a expriência republicana malograda no período regencial, de 1831 a 1840, regressar no fim do século, pelas mãos da doutarice para implantar a doutora República. Por isso, diz o Eça: “Em todo o caso, creio que o Brasil tem ainda uma *chance* de reentrar numa vida nacional e só brasileira”. Ele acredita num possível regresso, profetizando: “Quando o Império tiver desaparecido, perante a Revolução jacobino positivista, que já lateja nas escolas, e que os doutôres de pena hão de necessariamente fazer de parceria com os doutôres de espada; quando, por seu turno, essa República jacobino-positivista murchar como planta colocada artificialmente sôbre o solo e sem raízes nêle, e desaparecer de todo, numa manhã, levada pelo vento europeu e doutoral que a triuxe; e quando de novo, sem luta, e por mera conclusão lógica, surgir, no Paço de S. Cristóvão, um novo Imperador ou Rei — o Brasil, repito, nesse momento tem uma *chance* de se desembaraçar do “tapête europeu” que o recobre, o desfeia, o sufoca. A *chance* está em que o novo Imperador ou Rei seja um moço forte, são, de bom parecer, bem brasileiro, que ame a natureza e deteste o livro”.

Assim pensava Eça de Queiroz ao vesperar a República, há 70 anos. Não há outra salvação, continua Fradique Mendes. “Mas no dia ditoso em que o Brasil, por um esforço heróico, se decidir a ser brasileiro, a ser o novo-mundo — haverá no mundo uma grande nação. Os homens têm inteligência; as mulheres têm beleza — e ambos a mais bela, a melhor das qualidades: a bondade. Ora, uma nação que tem a bondade, a inteligência, a beleza (e café, nestas proporções sublimes) — pode contar com um soberbo futuro histórico, desde que se convença que mais vale ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido do francês”. (Últimas Páginas. 447, 456).

Por esta forma, o Eça vaticina o fim da revolução jacobino-positivista, iniciada em 1889, há 70 anos para nos dar o regime de nos infelicita, principalmente de 1930 em diante. O positivismo já passou de moda. Mas os jacobinos continuam. Também eles passarão, como tudo passa. Deve substituí-lo a Monarquia. O novo Imperador ou o novo Rei será democrata como foi D. Pedro II, para reatar a antiga tradição e não permanecermos na atual forma, com presidentes-reizinhos, numa República aristocrata. E no fim desta República onde “rei morto, rei pôsto”, isto é, o presidente-rei será substituído por um rei-presidente, “bem brasileiro, que ame a natureza e deteste o livro”, isto é, um monarca fazendeiro de café, com poucas letras, algumas tretas e muito bom senso.

Por outras palavras, o subconsciente de Fradique Mendes diria: Amigo Prado, tem paciência; a Monarquia está com os dias contados. A República bate-

lhe à porta com a coronha dos fuzis e o Império vai ser expulso dêste continente. Mas como entre dois dias há uma noite de permeio, a Monarquia voltará à luz dos trópicos trazida nos braços dos homens de bom senso. E para consolo de poucos, a República será o mal de muitos.

Assim pensava o autor de "Cartas da Inglaterra", em 1888, a respeito do Brasil e de seu futuro. Dois anos mais tarde, em 1891, depois de muito labor em tórno de uma revista, Eça escreve de Paris a Luís de Magalhães, em Portugal: "A sua proposta vem tanto mais a propósito, quando, justamente, o Prado que partiu para o Brasil, não deixará, como me afirmou, de angariar lá um sólido número de assinantes seguros". Em nota ao pé da página, José Maria d'Eça de Queiroz, filho do grande escritor, explica: "Dr. Eduardo Prado, ilustre homem de letras e político brasileiro, e um dos mais íntimos amigos de Eça de Queiroz". (Eça de Queiroz. "Correspondência", 220). E assim, os dois filhos de Eça de Queiroz, D. Maria e José Maria, dão a Eduardo Prado o mesmo lugar, no mesmo plano e no mesmo grupo dos amigos de seu pai, amigos íntimos, amigos de casa.

Por isso mesmo, em comêços de 1890, Eça de Queiroz escreve à sua querida Emília e insiste: "Não sejas concisa nas tuas cartas, dize todos os detalhes, os mais mínimos, que me interessam como grandes fatos. Fala dos meninos, e de ti, e da vida que fazeis. Espero que o Prado vos tenha "sacudido" da natural inércia". (Eça de Queiroz entre os seus. 176). O sacudido, entre aspas, significa acordar o espírito para a vida. E na Páscoa de 1890, D. Emília escreve ao espôso para dizer-lhe que o "movimento social" era pequeno, "apenas tinham ido ao bota-fora dos Oliveira Martins, onde entraram Prado, Pina e Dantas, que fôra ministro em Londres". (Eça entre os seus. 181).

Do Pôrto, 16 de abril de 1890, Eça conta a D. Emília como o Ramalho era desancado, sem misericórdia, na imprensa lisboeta: "*Asno e poseur* são os nomes mais doces, com que o esmagam". (Eça entre os seus. 183). A imprensa paulistana também acompanha o côro das imprecações alfacinhas. Por isso, diz o Eça: "Eu também tñho sido suficientemente maltratado nos jornais de S. Paulo, pátria do nosso Prado. Espero que êsse benemérito tivesse já reaparecido. Ele escreve-me, mas se mal tenho tempo de te escrever a ti, imagina se escreverei aos outros". (183)

Não seria sem razão, que o escritor português, cuja pátria era Póvoa de Varzim, referia-se a São Paulo, pátria de Eduardo Prado. Pátria está aqui no sentido de naturalidade e não de nacionalidade. Natural de Arpinum, perto de Roma, Cícero deseja fugir para as montanhas de sua pátria, bérço de sua infância, conforme escreve, no belo verso:

"In montes patrios et ad incunabula nostra". (Ad. Att. n. 15). Pátria era, e foi por muitos séculos, o lugar do nascimento, a sua cidade. Assim, os Romanos pela nacionalidade, porque estavam dentro do Império, fôssem êles da Itália, das Gálias (hoje França), da Ibéria (hoje Portugal e Espanha), do País de Gales (na Inglaterra), da Trácia, (hoje Rumânia), da Grécia, da Judéia, do Egito e da Numídia, ao norte da África. Da mesma forma eram Portugueses todos os vassallos do Império Lusitano, nascidos em Portugal, nas ilhas, na África, no Brasil, na Índia Portuguesa, em Macau e Timor. Assim, os homens de São Paulo, desde os comêços de 1600 eram chamados pelos Castelhanos do Paraguai, "los Portugueses de San Pablo", ou "los Portugueses del

Brasil", para designar as pessoas nascidas na América Portuguesa, hoje Brasil. O vice-rei do Estado do Brasil usa, pela primeira vez, em 1670, o neologismo "Paulista". Por sua vez, o rei D. Carlos de Espanha empregou, em 1678, a seguinte expressão: "Los Portugueses Paulistas". E o neologismo "Brasileiro", para designar o natural do Brasil, português pela nacionalidade, aparece entre 1770 e 1780, cem anos mais tarde.

Já em Lisboa, ainda em 1890, em carta de Lisboa, a D. Emília, o Eça pede: "Se vires Prado pede-lhe que me perdoe não lhe ter escrito do Pôrto, no meio de tantos de tão secantes "afazerinhos". Os artigos dêle têm feito sensação. O mundo político admira-os; e um ou outro brasileiro que tenho encontrado implora-me que os faça cessar, para bem do Brasil". (188) No entanto, Eduardo Prado escrevia para bem do Brasil, como bom paulista e monarquista. Assim, nesse momento histórico-social, o autor de "A Ilusão Americana" via, claramente visto, a crise político-financeira em que se debatia a nossa pátria. Capistrano de Abreu, mestre da euristicidade nacional, fala do escritor paulista, logo após o seu falecimento, esclarecendo: "Em seu monarquismo entravam elementos muito diversos. Humilhava-o (após a proclamação da República) a inauguração de levantes e pronunciamentos militares vigentes na América Espanhola, de que o Brasil se mantinha imune: chocava seus instintos de artista ver abolida uma instituição (a Monarquia) a única antiguidade americana, elo que prendia uma cadeia ininterrupta de nove séculos; indignava-o a indiferença, a bestialização dentro do país; ofendia-o a ironia do estrangeiro; e todos êstes sentimentos confirmam o rumo que assumiam as coisas". (Capistrano de Abreu. "Eduardo Prado" em "Ensaios e Estudos", 1.ª série. 341).

Veja-se a gradação dos sentimentos de Eduardo Prado, expressas nos verbos: humilhava-o, chocava-o, indignava-o, ofendia-o. Estava humilhado, chocado, indignado, ofendido nos seus sentimentos monarquicos, nos seus brios de tradicionalista, na sua dignidade paulista, onde a dignidade nacional se refugia e refervia. E daí os extravasamentos públicos da alma de Eduardo Prado.

Em começos de maio de 1890, de Lisboa, Eça recomenda a D. Emília: "Dá sempre saudades ao Prado. Eu estou envergonhado de não lhe ter escrito. Pede-lhe por mim mil humildes perdões. Mas se êle fosse ao Brasil, talvez não tivesse tempo de me escrever a mim. A Pátria, por poucos dias, é uma coisa absorvente, e fôsse no Brasil que na Europa ela estava sempre nos seus sentimentos e nas suas idéias.

Quatro dias mais tarde, Eça escreve a D. Emília: "Tencionava hoje escrever-te uma longa carta mas caíram-me em cima 80 tiras de provas do Prado para rever". (194) Eram as provas da "Revista de Portugal". Linhas adiante sugere: "O Prado é que devia comprar e levarmo-la para Paris". E em Lisboa a publicação estava num beco sem saída.

D. Emília responde ao marido: "Fomos ontem muito procurados. Dâmaso e mulher, Batalha e filha jantaram — à noite apareceram Anselmo, Benarus e outro pintor, Salgado, cujas pinturas tínhamos visto e discutido, e mesmo admirado no "Salon". Às onze horas, nova campainhada, e apareceu o Prado "bravant le mauvais temps". (196) Pela calada da noite e mesmo com mau tempo, Eduardo aparecia. E depois convidara "as senhoras", mãe e filha, para um passeio ao "Bois de Boulogne", num dia lindo, onde ambas apreciaram "muito uma terceira pessoa agradável e com quem não fazemos cerimônia". (197)

Em Lisboa, o Eça, às voltas com a "Revista", andava muito aborrecido. Daí confidenciar a D. Emília: "O Prado mandou-me fazer sobre a "Revista" uma proposta absurda que não posso aceitar porque êle vinha só a perder e nada a ganhar. Não posso consentir que o Prado faça "quichotismo" em proveito do Genelioux (o editor). Em todo o caso a sua proposta mostra amizade à "Revista", o que me comoveu, e a costumada generosidade "brasileira". (199) Brasileira e bem paulista, peço licença para emendar a mão ao Eça, sem ofender os ausentes.

Pelo verão de 1890, em começos de junho, D. Emília escreve ao marido: "O Prado estêve cá ontem à noite, e deu-nos a notícia da morte de Camilo, que ainda não sabíamos por não ter lido os jornais. — Leu-nos um pequeno artigo que êle escreveu para o "Debate" sobre Camilo e no qual também fala de ti, — aquêle bom Prado nunca perde uma ocasião de ser agradável". (201) E o comentário de D. Emília revela a afetuosa amizade reinante entre o paulista e os portugueses.

Nessa altura, escreve D. Maria d'Eça de Queiroz, "aparece agora novo personagem em nossa casa de Paris, que em breve se tornou um grande amigo: é Paulo Prado, sobrinho do nosso Prado, que chegara de Londres onde estava havia semanas com a família. Prado trouxera-o imediatamente à Rue Cravaux para o apresentar às senhoras. Sobrinho de Eduardo Prado filho do Conselheiro Antônio Prado, o então jovem Paulo Prado, "la vie en fleur", tornar-se-ia parisiense de corpo e alma, enquanto o tio continuaria profundamente brasileiro e último lusíada. Decorridos trinta e cinco anos, ou mais, Paulo Prado publica o famigerado panfleto histórico "Retrato do Brasil", onde a história pátria foi deformada, caricaturada, torcida e retorcida, propositadamente. Revela-se péssimo retratista. Idealiza um álbum de gravuras "d'Épinal", coloridas, alegres e iluminadas. Sairam-lhe coisas abstratas, quadros de arte moderna, onde o preto e o branco adquirem tonalidades cinzentas e sombrias. A obra foi aqui "très goûté". Muita gente pasmou em face do pamphletário alçado a historiador, única e exclusivamente porque tivera a intenção de pintar o retrato do Brasil abstracionista, porque repetira tôdas as fantasias remoídas e ruminadas nos livros primários, porque imitara Michelet, Oliveira Martins e Antônio Torres. E nessas michelizara, oliveiramartinisara e antoniotorrizara o estilo para se dar aparências de historiador "comme il faut".

A obra escrita às margens do Tietê pelo saudosista da "rive gauche" do Sena caiu no gotto dos intelectuais do tempo. "Retrato do Brasil" é um panfleto histórico. Ao fundo, quase despercebida, a história passa encolhida, como que envergonhada por servir de motivo ao "soi-dissant" historiador. Eça de Queiroz, com talento genial, teve a intuição histórica ao idear o romance histórico. Assim, na carta a..., publicada nas "Cartas inéditas de Fradique Mendes", confessa: "Desaprovo energeticamente a sua idéia de romance sobre a Babilônia. O que foi, justos céus, que aí, a três passos de Picadilly e de Regent Street, o levou a pensar na Babilônia? Que interesse podem ter os homens e as mulheres da Babilônia para o seu público, que vive no Chiado e na Rua do Ouvidor? Diz você que nada há mais interessante para o homem moderno do que descobrir nos outros, de outras idades, os sentimentos, as paixões, os ridículos, a comédia e a tragédia que hoje o agitam a êle. Mas está você certo de que sabe quais eram os sentimentos e os ridículos dos homens que habitavam a cida-

de do Eufrates? Estêve V. lá, alojado num pequeno casebre de tijolo, à sombra do templo de Belú, observando e tomando notas? Ressuscitou por acaso algum babilônio para lhe vir dar a representação dos sentimentos e das idéias de seu tempo? — Como os pode V. conhecer?

Dirá você: — mas todos os homens são sempre os mesmos, através de tôdas as civilizações e tôdas as idades. Nada mais falso nem de pior crítica. O homem é um resultado, uma conclusão e um produto das circunstâncias, que o envolvem — circunstâncias de clima, de alimentação, de ocupações, de Religião, de Política, de Arte, de Cultura. Ora, se estas circunstâncias eram em Babilônia absolutamente, radicalmente diferentes das nossas, como se pode concluir do homem de hoje para o homem de então? Os próprios sentimentos naturais eram diferentes — e o amor de uma mulher de Babilônia devia ser tão diverso do amor de uma mulher de Paris, sob Mr. Grévy, como o pode ser o vidro da manteiga — para empregar uma oposição enérgica”. (34)

Assim diria o Eça ao Paulo se aquêle ainda vivesse e êste lhe mostrasse o romance histórico intitulado “Retrato do Brasil”. Mas Paulo Prado tinha saudades de Paris. Para êle, degredado não no vale do Tietê, mas no vale do Eufrates; para êle vivendo no cativeiro de Babilônia, só havia Paris, o Paris dos seus sonhos de menino-é-moço. E por isso escreve o “Retrato do Brasil”, onde nos dá a visão sombria e modernista da sua Babilônia, do seu degrêdo, do seu exílio, do seu cativeiro.

Nesse terminar do primeiro quartel do século em marcha, a Babilônia de Paulo Prado centralizava-se no bairro de Higienópolis. Cmo saudades mortais da sua Paris, o escritor apresenta no seu romance histórico as suas próprias idéias. Para êle o amor de uma mulher da Babilônia era igual ao amor d uma mulher de Roma, ou de Paris. Ele ignorava que a Idade Média criara o amor-galanteio, o amor-cortesia, o amor-ternura e galantaria. Ignorava ainda a diferença entre o pensamento, a ação e a maneira de viver entre o homem de Paris e o homem da Babilônia. E a mentalidade de uma criatura de outros tempos é diferente, muito diferente, da psicologia da criatura de nossos dias.

Parisiense até à medula da alma, com saudades terríveis da “Place Pigalle” e adjacências, Paulo Prado entornou o seu tinteiro de tinta desfeita em roxas amarguras e negro pessimismo sôbre páginas e páginas de seu livro, à semelhança de um modernista na pintura. Os intelectuais da época acharam-no uma beleza. Deliciaram-se. Jacobinos verdes e negativistas vermelhos fizeram do “Retrato do Brasil”, o seu próprio retrato onde se miravam com ufania; fizeram dêle a bíblia anti-histórica. Leram, releram, decoraram os trechos mais literários e paulopradizaram-se babilônicamente. Mas se o Eça vivesse, e por desfastio e amizade lesse o panfleto histórico, havia de ironizar: “Peut-être, après tout, n’y a-t-il pas un mot de vrai là-dedans”. E aos admiradores do escritor, diria em português: — Pois é, meninos, o romancista da Babilônia é o babilônio do romance!

Regressemos ao tio, a Eduardo Prado. Em carta ao espôso, D. Emília diz: “Ontem fomos dar um lindo passeio com o Prado e o sobrinho, um jovem de 20 anos. No “Bois” andamos de barco, estivemos na ilha, tomamos leite e “pain bis”, quebramos (êle Prado) um remo, sustentamos aves (cisnes e patos), molhamo-nos e por um grande acaso não nos afogamos, mas é bom dizer que

não foi por não fazermos a diligência!" (203) Significativo é o comentário da filha do casal: "O nosso amigo Prado era sempre fantasista e nunca um passeio com ele era pacato e tranqüilo". Está aí o retrato de Eduardo Prado aos trinta anos. E nessa mesma altura, o Eça escreve a D. Emília: "Do Prado recebi ontem um telegrama imenso em verso!" (222)

Em Paris, Eduardo Prado atormentava-se, afligia-se, desesperava-se com o desaparecimento da Monarquia Brasileira. A filha do Eça escreve: "O Brasil, com o seu Império caído, e a sua nova e turbulenta República, enchia o peito de Eduardo Prado". (229) Nova e turbulenta era a Republicuinha em 1891. Decorridos setenta anos, velha já, a República insiste em ser nova e turbulenta.

Isso não impede o autor de "Fastos da Ditadura Militar" de viver como civil e civilizado em plena civilização parisiense "fin de siècle". Assim, conta D. Maria d'Eça de Queiroz: "O inesquecível amigo Prado, sempre fantasioso, lembrou-se de povoar o nosso Éden (em Neully) de uma multidão de bichos. No fundo do jardim, armou-se uma capoeira para galos, galinhas, pombos e rôlas. No lago, lançaram-se variedades de peixes; cágados escondiam-se nos canteiros; gatos vadiavam, desde a Simonetti, a angorá branca, a um casal selvagem; um esquilo girava em roda da sua casinhola; um papagaio no poleiro só repetia "oui, oui, oui!"; e enfim, o bom Prado, por "partida", soltou — ó horror — cobras, entre os maciços de verdura". (233)

Assim, o jardimzinho edênico dos filhos do Eça foi transformado em jardim zoológico. O próprio papagaio já estava afrancesado. Dizia "oui, oui, oui", como bom parisiense. Se andasse pelo "quartir latin" contaria anedotas em francês, com sal brasileiro. Nesse quintalzinho, passeavam "des poules vertes et des serpents brésiliennes". O retrato do Brasil desenhado mais tarde pelo sobrinho. Era interessante o papagaio, dava colorido, enfeitava o ambiente, divertia todo o mundo. "Un amour de perroquet". Mas as cobras, "mon Dieu!", causavam terror pânico. "Ainda me lembra, diz a filha do casal, dos gritos lancinantes da nossa velha cozinheira Rosalie, ao deparar com uma dessas cobras enroscadas na escada do "pavillon", e do criado Jean, indo corajosamente em seu auxílio". (233). E os dois, a Rosalie e o Jean, de vassoura e espanador em punho, ameaçavam, aos berros, a pobre jiboia, cuja cabeça balançava no ar como um pêndulo incerto.

Eduardo Prado era artista, boêmio e sonhador. "Noutra época, afirma D. Maria d'Eça de Queiroz, teve a escultura grande êxito, como passatempo artístico. Logo, Prado, com aquêl generoso entusiasmo que o tornava tão simpático, trouxe largas blusas de linho grosso, montes de "terre glaise" e vários apetrechos para se trabalhar tècnicamente. Também trouxe modelos de artistas conhecidos — cães, gatos. Enquanto escrevo estas linhas, tenho aqui, ao pé de mim, um cão modelado pelo bom Prado, que, num momento de inspiração, lhe imprimiu uma forte dedada na cabeça! Tão entusiasmado ficou com a sua obra, que a mandou fundir em bronze e a deu a meu pai. Mas não era só êle que trabalhava — todos os íntimos experimentavam a sua habilidade, sem falar nos meus Pais e na tia Benedita; nós, os pequenos, apanhávamos restos de barro com o qual nos sujávamos com deleite". (234)

Nessa altura de sua vida, era assim Eduardo Prado. Quando pintados pelas mulheres, os homens são sempre interessantes. A filha do casal apresenta o amigo íntimo do casal e das crianças. Nem sempre Eduardo Prado tivera

tempo livre para essas fantasias. Nos primeiros anos do atual regime vêmo-lo arvorado em mosqueteiro da Monarquia. Combate o bom combate. Defende intransigentemente, o Brasil e o seu passado. Mesmo na intimidade familiar de Eça ressoam os ecos da política brasileira. Eduardo comenta-os, discute-os, revive-os. D. Maria d'Eça de Queiroz anota: "Eduardo Prado, Carlos Mayer, ou Ramalho Ortigão (que era meu padrinho), outros ainda, — amigos fraternais, cheios de imprevidido, que nos enchiam de presentes e eram constantes comensais da encantadora e acolhedora casa de Neuilly — engenhavam surpresas e partidas a todas". (327)

De quando em vez, os graúdos convidavam os "miúdos", isto é, os filhos do dono da casa, para se divertirem todos. "Nunca esquecerei, diz a filha do Eça, em certa tarde de inverno, alumiada apenas pelas chamas dançantes da lareira, o meu pasmo ao ver um chapéu alto bailando sozinho, no meio do tapête, e os nossos gritos, as gargalhadas de meu Pai e do Prado, quando o chapéu tombou nos aparceu, todo arripiado e cômico, um papagaio verde". (328) E o papagaio talvez protestasse, em francês, contra esses desaforos parisienses.

De Neuilly, em começos do inverno de 1897, quando os "marronniers" começam a perder as belas fôlhas côr de cobre, Eça escreve a D. Emília: "Ontem, porém, como a casa já me dá essa liberdade, comecei a ir jantar com o Prado, que se queixa outra vez de estar adoentado. A D. Veridiana partiu ontem. Fui acompanhá-la à gare de Orléãs — o que me obrigou a levantar às 7 da manhã. Ia um imenso comboio cheio de Prados. D. Veridiana levava até cães de fila em jaulas. Coitada, foi lavada em lágrimas". (355) E o termómetro marcava 4 graus abaixo de zero.

De Lisboa, em plena primavera, Eça escreve a D. Emília: "Ontem à noite, por exemplo, estive em casa de Maria Amália, que tinha um "ragout" e a quem devia antigos agradecimentos pela sua apoteose da "Revista". Lá encontrei várias das nossas amigas, umas mais velhas, outras mais gordas, e tôdas ruidosamente interessadas pelo "Cyrano de Bergerac". Contei três vêzes, com resignação, os encantos do cêrculo de Arras. Entre as gordas a condessa de Sabugal, que me prececeu também mais lânguida; entre as velhas a de Vila Real, que todavia me pareceu mais nova. A dona da casa, sempre rapariga (sempre môça, diríamos nos brasileiros, últimos lusiadas e derradeiros paulistas), a bôa rapariga, e tão pouco "meia azul" que é quase "meia branca" e burguesa. Ao lado (fazendo as honras da casa), Antônio Cândido, com um ar profundo de pensador". (365)

Depois de passarinho por vários assuntos. Eça refere-se ao amigo dileto: "Estimo saber que o Prado circula. Dá a êsse bom amigo, mil saudades. A Maria Amália e os "habitués" dela, contaram, em tôdas as gamas, os louvores do dito Prado. Eu berrei em côro". (367) E embora o autor de "Os Maias" fôsse desafinado, êle entrou no côro, berrando.

Por essa altura, escreve D. Maria d'Eça de Queiroz: "Prado e Rosa (conde de Sousa Rosa) não só faziam companhia a minha Mãe, como também, aos domingos e quintas, dias de meio feriado, (escolar) nós levavam a passear e almoçar no "Palais du Cycle", onde o Prado aprendia a andar de bicicleta e onde nós dávamos ao pedal com delírio — e "à foire aux pains d'épices" ao bosque de Vincennes; enfim, a todos os sítios onde nos podiam divertir; e houve dia, que por isso ficou celeberrimo, em que o Prado levou José "aux courses comme

un homme!" E depois dêste resumo da carta de D. Emília, a filha observa: "Minha Mãe termina: "Prado desolado com a tua ausência".

1900. Eça está doente em Paris. Os médicos não atinam com a moléstia. José, o filho mais velho, "ficou ao cuidado dos Prados". (448) António, o terceiro, adocece repentinamente. "Sei que o Prado, informa D. Maria d'Eça de Queiroz, incapaz de abandonar os amigos, correu Paris, de carruagem, por uma tarde de domingo, à procura de um especialista. Era quase meia-noite quando, finalmente, o trouxe". (449)

Era assim, Eduardo Prado: "incapaz de abandonar os amigos". De Glion sur Montreux, na Suíça, em comêços de agosto de 1900, Eça escreve a D. Emília: "Ontem vim para aqui, para uma sossegada instalação de alguns dias mais demorados. O Ramalho também veio — e o Prado e D. Carolina (o casal Eduardo Prado) apareceram, o que me fez uma pequena companhia agradável e quase necessária". (463) Eça está piorando. D. Emília responde: "Estimo imenso saber-te acompanhado por Prados (Eduardo e Carolina) e Ramalho". (465) O enfermo não apresenta melhoras, e escreve: "Ramalho e Prado partiram hoje para a sua viagem até à Itália. Fiquei em plena solidão", queixa-se o Eça. D. Emília também lamenta: "Tenho tanta pena que Prados e Ramalho fôsem embora!! Que só estás! É isso que faz a Suíça "fade". O casal Eduardo Prado e Ramalho viajam pela Itália. Eça regressa ao aconchêgo da família, em Paris, onde a 16 de agosto de 1900, o imortal escritor de "As Cidades e as Serras" fecha os olhos para sempre. E os amigos íntimos regressam a Neuilly para vê-lo pela última vez, sem ouvi-lo.

Um ano passa depressa. Em sua obra "A vida do Barão do Rio Branco", Luís Viana Filho anota como os amigos de Paranhos vão desaparecendo: "O primeiro foi Eduardo Prado. No Diário: "31 de agosto (de 1901). As 8 da manhã, li, (escreve Rio Branco) com a maior dor, o seguinte telegrama: "Rio Branco. Ministro do Brasil-Berlim. Eduardo acaba de falecer de febre amarela. Paulo Prado". O Barão responde: "Obrigado. Sabe que sinto a morte de Eduardo como se fora a de um filho meu". Que podia dizer de mais expressivo? pergunta Luís Viana Filho. Inditoso amigo: aos 41 anos. Por tanto tempo mimado da Fortuna, deixara o mundo que tanto amara. "Por mais que êle fizesse para parecer um homem do passado — escreveu Nabuco — todo êle era vida, movimento, futuro". Rivoli, 194 (a casa de Eduardo e Carolina em Paris) fechava-se para sempre. Ninguém mais ouvirá "as engenhosas divagações ou as narrações pitorescas dêsse fantasista eterno que era Eduardo Prado", espécie de Quixote voltado contra a República, e cuja morte os amigos recebiam como uma hecatombe. "Estou tristíssimo", comunicara (José Carlos) Rodrigues a Rio Branco, a quem Madame Pereira Pinto, da "Avenue Wagram", agradeceu os pesâmes pela morte "do meu caro Eduardo". (Luís Viana Filho. ob. cit. 299-30).

Explica-se a aproximação e a intimidade cordial de Eduardo Prado com Eça de Queiroz. Unia-os a mesma admiração pelo passado comum representado pelos oito séculos de história comum, cujas raízes mergulhavam na Idade Média. Essa imensa e confortante simpatia pela obra espiritual, religiosa e humana de Portugal completava-se com a fascinação pelos heróicos feitos da nossa raça. Bem o compreendeu Teodoro Sampaio, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, quando, em sua oração neste sodalício, ob-

servou: "Outra afeição sincera de sua alma, era a que (Eduardo Prado) dedicava ao povo português, cuja história sabia a fundo e cujos feitos o levavam da veneração ao entusiasmo, que só se dedicam aos heróis. Esse povo pequenino, habitando uma terra pequenina e pouco favorecida, lutando sempre, vencendo sempre, não raro um contra dez, e depois levado pela sua fé, como cavaleiro cruzado, por mares nunca dantes navegados, a descobrir e conquistar longes terras, dilatar os limites do mundo, criar nações, esse povo prodigioso, não é só dos primeiros beneméritos da História, é para ele Eduardo Prado, o inexcedível na heroicidade e na virtude. Inclina-se reverente, o nosso confrade, diante daquela pretérita majestade, continua Teodoro Sampaio, e como brasileiro tinha orgulho da origem da nossa nação. Via, naqueles grandes feitos que o poeta cantou em versos inimitáveis, as nossas próprias glórias e então, quanto mais viajava, quanto mais conhecia, quanto mais se ilustrava entre estranhos povos, mas acendrado se fazia o seu amor pela velha Lusitânia, mais português e mais latino se considerava pelo coração e pelo espírito, venerando no velho Portugal o torrão glorioso de seus antepassados. Esse amor e essa veneração ainda mais intensos se tornavam ao calor da íntima amizade que o ligava aos grandes pensadores, aos literatos, aos vultos mais eminentes da nação portuguesa", conclui Teodoro Sampaio.

O fato de ter casa e de viver assiduamente em Paris não o fazia esquecer Portugal, a terra do seu encanto espiritual, nem o Brasil, a terra de sua ternura cordial. Portugal e Brasil se confundiam, para ele, numa só pátria, onde se vinculavam todo o seu amor e toda a sua admiração, todo o seu bem-querer infinito. No seu grande coração, na sua alma generosa, na sua extrema sensibilidade humana, Eduardo Prado fundia numa só unidade, num só todo, num só bloco, a ação de Manoel da Nóbrega, de José de Anchieta, de Manoel de Paiva, Antônio Rodrigues, Luís da Grã, nesse esforço ímpar dos portugueses para luso-cristianizar o Estado do Brasil, província do Império Lusitano, porque sabia que os jesuítas estavam a serviço da Monarquia Portuguesa, eram funcionários del-Rei, eram portugueses a trabalhar pela Pátria portuguesa na obra imperecível de civilizar as terras brasileiras. Ele próprio, Eduardo Prado, era ainda o português paulista do século XVIII, fiel e leal vassalo do Rei, do seu soberano.

Eduardo Prado nascera em 1860, isto é, há cem anos, quando o mundo comemorava quatrocentos anos da morte do Infante D. Henrique, o Navegador, ocorrido em 1460.

Neste ano da Graça do Senhor de 1960, o mundo civilizado comemora o quinto centenário da morte do fundador da Escola de Sagres. Para Eça de Queiroz, "Eduardo Prado é sobretudo o amigo dos homens". Para o mundo, o Infante D. Henrique é também o grande amigo da humanidade. Nesse ponto os espíritos de ambos se unem e se abraçam por cima do tempo. D. Henrique realizou a grande obra de aproximação, de união, de confraternização dos homens de todas as latitudes e longitudes ao dilatar a Fé e o Império pelo meridiano do Lusocristianismo. D. Henrique foi, no seu medievalismo renascentista, o arco-íris da paz entre os povos do Ocidente e do Oriente, foi o amigo comum dos povos de todas as culturas, foi o máximo representante do espírito universalista lusíada. Os jesuítas portugueses foram os continuadores do seu espírito missionário, genuinamente português, a serviço de Deus e da Pátria Portuguesa. E São Francisco Xavier, na Ásia, Manoel da Nóbrega e Anchieta,

no Brasil, são genuinamente portugueses, a serviço da Monarquia Portuguesa, na obra imortal de semear pelo mundo o Lusocristianismo.

Eduardo Prado via no labor jesuítico o prolongamento do labor henriquino. Aquêlé continuava neste sem solução de continuidade. Nessa obra comum, êle sentia latejar, firme e consciente, a alma portuguesa. Por isso admirava e queria bem a Portugal, o pequenino e grande Portugal dos nossos maiores, êsse Portugal do nosso Brasil, cuja existência se prolonga em comum, numa vida em comum, numa história em comum, ao longo de trezentos e vinte anos.

Assim, não foi sem razão, que Eduardo Prado nasceu no ano do quarto centenário da morte do Infante D. Henriquê. O espírito medievo-humanista do Infante imortal renasce com Eduardo Prado. Êste e aquêlé fazem-nos sentir, profundamente, como "a funda unidade humana renova através dos séculos a fraternidade entre as gerações", diz Eça de Queiroz ao referir-se ao seu amigo Eduardo Prado.

D. Henrique entusiasma, exalta, dinamiza a fraternidade humana das gerações sacrificadas no século XV, para abrir ao mundo as portas de novos mundos, para facilitar a sementeira do Lusocristianismo; Eduardo Prado acorda, estimula e valoriza o passado nas vozes do presente, para fazê-las ressoar no futuro. Os dois tinham a alma do cruzado: D. Henrique projeta a dilatação da Fé e do Império de Cristo; Eduardo Prado veste a armadura de paladino da Monarquia Brasileira, porque ela era a própria Monarquia Portuguesa continuada no tempo e no espaço. Com os olhos cheios do passado, ambos olhavam o futuro. E daí D. Henrique e Eduardo Prado, na esfera do seu tempo, no ambiente de suas atividades, no vigor existencial de suas vidas, respeitadas as proporções históricas e as épocas, ambos cerraram fileiras na Milícia de Cristo, milicianos que foram da fraternidade humana.

Teodoro Sampaio fala-nos dêsse espírito de fraternidade humana de Eduardo Prado. Conhecera-o pessoalmente, com êle privara, sentira-lhe as pulsações de seu grande coração, asseverando: "A bondade de sua alma era como um perfume sutil, envolvendo-o num ambiente de simpáticos afetos. Essa bondade tornava-o, às vêzes, inconseqüente ou contraditório, mas preferia ser contraditório ou inconseqüente a deixar de ser bom.

Quando Joaquim Nabuco aceitou a missão diplomática em Londres, continua Teodoro Sampaio, Eduardo Prado, político militante, não sofreu que atacassem ao amigo os próprios correligionários ressentidos. Naquele passo que dava o homem eminente, aceitando um cargo de confiança da República, o que êle via com os olhos da amizade não era, por certo, o que lhe ditava a lógica do político. Onde todos viam uma deserção à causa comum, êle não enxergava senão um serviço ao País.

Ninguém defendeu com mais acêrto e com mais tacto o amigo ausente, do que então o fizera o nosso saudoso confrade. Tinha uma sutil delicadeza no dissimular a alheia falta quando pressentia um arrependimento ou nas agruras de uma mágoa inútil. Ninguém sabia falar com mais eloquência quando julgava que devia interceder ou apresentar uma desculpa em favor de outros. Entrecortava-se-lhe a voz como se estivesse a engolir as lágrimas.

Uma vez, depõe Teodoro Sampaio, alguém que cometera uma falta e tinha reconciliar-se. Penalizado com aquela insistência em buscar perdão, Eduardo procurou intervir junto de sua veneranda mãe que se obstinava em não receber

o culpado: — “Minha mãe, disse-lhe, comovido, concluindo uma súplica, o que nos salva diante de Deus não é a justiça, mas a sua misericórdia”. E obteve o perdão com o arrependimento do culpado”.

A 5 de setembro de 1901, em artigo publicado no “Jornal do Comércio”, do Rio, Capistrano de Abreu recorda a personalidade marcante de Eduardo Prado, amigo em cuja intimidade vivera, cerca de vinte anos. Traça-lhe, em linhas fortes e firmes, o perfil moral, espiritual e intelectual, ressaltando: “Longe das animosidades irritantes e dos olhares malévolos, expandia-se todo, simples, franco, cândido e até ingênuo, êle, que tanto acusavam de desabusado e cético”. E o mestre da heurística brasileira fecha a sua página de saudade com estas palavras: “Há dois anos, numa manhã, em São Paulo; apareceu de carro e disse-me: — Vamos dar um passeio. Subimos pela Rua Santa Cecília, que hoje tem o nome venerando de D. Veridiana; percorremos a Avenida, êle dizendo as histórias, as tradições, dando carne e vida a tudo que passava. Depois disse: — Quero agora mostrar a casa em que nasci. E, obtida a licença da diretora do estabelecimento religioso que hoje lá funciona, foi, quarto por quarto, árvore por árvore, evocando as recordações da infância. — Um dos meus maiores desejos, terminou, como cismando, é ainda ser dono desta casa”. (Capistrano de Abreu. “Ensaíos e Estudos”. Crítica e História. 1.a série. “Eduardo Prado”. 339, 348).

Não chegou a realizar o seu sonho. Como um sonho, a casa também foi arrasada. Mas Eduardo Prado foi “dono desta casa”, dêste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, onde foi uma das inteligências mais lúcidas, mais cultas e mais arejadas. E êle continua dono desta casa, onde o seu nome há de ser sempre lembrado pelas gerações futuras, como um dos últimos lusíadas, brasileiro e paulista por mercê de Deus.

JOÃO LOURENÇO RODRIGUES

Antônio d'Ávila

Na vida de João Lourenço Rodrigues, sob cujo patronato me venho abrigar neste benemérito Instituto, encontra-se um fato inusitado nos anais da instrução brasileira, mas fértil de merecimento para êsse saudoso educador paulista, de Tatuí, onde nasceu a 8 de janeiro de 1869. A crônica do tempo nos conta que, após brilhante currículo se diploma em 1890, na turma da Escola Normal, cujo padrão de glória é ter ouvido a palavra e sentido o influxo direto de Caetano de Campos.

E seis anos depois, já casado com a colega de turma, Teresa Couto, retornam ambos à mesma escola normal, para completar e aperfeiçoar os estudos anteriores. Êsse retôrno à fonte do saber, já cheio de responsabilidades, em companhia da espôsa, assinala no mestre paulista um traço digno de registro para seu merecimento e nossa própria edificação.

Há mais ainda, muito mais que dizer dêsse homem aferradamente estudioso que, desde a infância, teve a rara predestinação para ser uma das mais eminentes figuras do nosso magistério e administração do ensino. Desde a infância, dissemos, porque a êle se ajusta, precisamente, a bela imagem do Nabuco, na celebrado capítulo de Massangana, em "Minha Formação": O traço todo da vida é para muitos um desenho de criança esquecido pelo homem e ao qual êste terá sempre de se cingir sem o saber!"

Era menino ainda lembra o mestre tatuiense, quando recebi o primeiro impulso para os estudos uránográficos. Isto foi há 45 anos, por ocasião do aparecimento do grande cometa de 1881, narrava êle em 1926, em deliciosa palestra, dando a aula inaugural de uma sociedade campineira, que êle fundara. E através de velhas recordações dos terrores infantis, quando do *criso* da lua, transmite-nos as lembranças que o tempo não conseguira apagar: "O céu de minha terra é de um fulgor, de uma riqueza insuperável. Nas noites de inverno, quando o frio condensa os vapores e dá à atmosfera o seu máximo de limpidez, eu ficava extasiado a contemplar a *via-láctea*, cujo imenso arco se desdobrava na direção norte-sul.

Do meu avô aprendi o seu nome popular: era "a estrada de São Tiago". Dessa contemplação infantil, a que se habituara desde cedo, e do exemplo paterno, feito de honradez e dignidade, construiu João Lourença Rodrigues, uma vida, a que se poderia aplicar, com exatidão, a frase de Kant, afirmando que duas coisas o enchem de admiração: "O céu estrelado sôbre a sua cabeça e a lei moral dentro de si".

Eis que assim forrado de ideal e de beleza enceta a sua carreira no magistério: professor de grupo escolar, fundador do Grupo Escolar "Luís Leite", de Amparo, consagra-o depois de longa caminhada, de escola para escola, e de serviços, Sud Mennucci, com o galardão de "símbolo do professorado bra-

sileiro". Professor da Escola Complementar "Prudente de Moraes", na Capital, vai por três anos para a Complementar de Piracicaba, e instalar a de Guaratinguetá, hoje Instituto de Educação. Eleva-se, por merecimento, ao cargo de inspetor escolar, em 1905, em 1907 entrega-lhe o governo de S. Paulo o alto cargo de Inspetor Geral do Ensino.

A sede de conhecer e de experimentar, fá-lo viajante em terras estranhas. Com a espôsa percorre os Estados Unidos e a Europa, onde estuda a organização do ensino e de onde nos trás minucioso relatório sôbre a escola profissional que ali conhecera. Dêsse relatório tiraria o governo de então, 1910, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, as bases para a criação e organização de nossas primeiras escolas profissionais, semente que hoje viceja com os nossos atuais 60 estabelecimentos de ensino dessa modalidade. Adianta o professor Carlos Corrêa Mascaro que, acusado o ex-Inspetor Geral da Instrução Pública de viajar por conta do Estado, como turista, recusa êsse auxílio e continua a sua proveitosa peregrinação pedagógica com dinheiro de seu próprio bolso.

Além do que viu nos Estados Unidos, como escola, fêz mais ali: viaja para Marden, em Boston, para uma visita de profunda afetividade.

Vai descobrir apagada e obscura, Miss Márcia Brown, a famosa norte-americana. Mis Brown, que de S. Paulo partira havia perto de 15 anos.

Vindo da Escola Americana, fundada aqui pelo Revd.^o Chamberlain, em 1870, e indicada pelo Dr. Horace Lane, governou ela de 1890 a 1896 a nossa buliçosa e inteligente criançada.

Diretora da Escola Modelo do Carmo, Diretora da Escola Modelo da Luz ou "Prudente de Moraes", estruturara ela com energia, firmeza e coragem o edifício de nossa escola primária, nos seus métodos, aulas, disciplina e praxes pedagógicas o estendera muito além de sua morte, quicá, até hoje, êsse espírito e essa organização. Após a permanência de seis anos à frente de nossa escola elementar, a que deu vida e força, partiu de S. Paulo, em 1896.

15 anos depois, como dissemos, vai João Lourenço Rodrigues e sua espôsa pagar por nós uma dívida de gratidão. Velha, alquebrada, miss Brown é apenas uma sombra do que fôra. E o visitante que a buscava, depositando-lhe nas mãos um ósculo afetivo, agradece pela infância paulista o bem que ela lhe fizera.

De volta dessa peregrinação pedagógica, com José Feliciano de Oliveira, que fôra seu professor em 1888 e falecido a 3 do mês corrente, reavivou aquela velha atração do céu estrelado, que tivera em menino, sôbre a sua cabeça. Já em Amparo, comentava, iniciando a carreira do magistério, teve êle, a rara fortuna de travar relações com o Dr. Caetano Monfort, que era um clínico muito conceituado e ao mesmo tempo um cultor apaixonado da Astronomia. Com o auxílio de um globo celeste e um esplêndido atlas de Flammarion, pusemo-nos a estudar juntos a esfera estrelada, e em pouco tempo ficámos em condições de distinguir-lhe as principais constelações; vivíamos, como diziam os nossos amigos, "no mundo da lua".

O plano agora é mais ambicioso. Consertamos ambos a construção de um observatório, na Capital, permutando necessidades de lado a lado: êle, João Lourenço, possuía uma luneta, o mestre de Jundiá, José Feliciano, construiu uma torre, em sua casa lá pelos lados da Consolação.

E passariam assim, horas e horas na contemplação do céu estrelado, que admirava, amorosamente, desde menino.

Está depois na Complementar de Campinas, cidade que elegeria mais tarde, 16 anos mais tarde para seu retiro de aposentado, e onde morreria a 20 de janeiro de 1954 e onde está sepultado.

Em 1910 é nomeado lente de matemática da Escola Normal de S. Carlos, de onde se transferiu para a Capital, passando a ocupar a vaga do velho amigo e companheiro de observações astronômicas, na cadeira de matemática, onde permaneceu até 1920, década que considerava a melhor de sua vida.

Neste ano, é nomeado diretor do Almoarifado da Secretaria do Interior, cujo cargo deixa para ocupar a direção da Escola Profissional Feminina até 1924, data de sua aposentadoria, com 31 anos de fecundos serviços prestados ao Estado, que também representou num Congresso de Geografia de Curitiba.

Elegendo Campinas como residência, aposentado, não goza ali o repouso a que tinha direito. Na cidade das andorinhas é o mesmo trabalhador tenaz que escreve, faz conferências, ampara obras pias, revolve arquivos, historia.

E' de 1926 o seu *Curso de Iniciação Astronômica*, que, fundado por ele merece uma palestra inaugural de pitorescas reminiscências. Em 1930, por ocasião do movimento para a ereção da herma a Caetano de Campos, à frente da Escola Normal, ele que fôra seu aluno e recebera o influxo direto do médico-educador, coordena os trabalhos dessa iniciativa, para vê-la realizada em setembro de 1930.

Para documentar a larga trajetória de nosso ensino normal, iniciado em 1846, quebra o mestre os seus poucos lazeres da merecida aposentadoria. E após porfiado trabalho, elabora e publica *UM RETROSPECTO* alguns subsídios para a história pragmática do ensino público de S. Paulo, denso livro de 43 capítulos e um apêndice, de 446 páginas, obra profusamente ilustrada.

A êsse livro-chave junta o *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital*, também de sua pena, com a relação completa dos diplomados de todos s institutos congêneres do Estado, de 1876 a 1929, e mais a história de cada um deles.

Também de sua pena saíam *UM EDUCADOR DE OUTRORA* — Francisco Xavier de Toledo, diretor do Colégio São João do Lageado, *A FABRICA DO IPANEMA*, *MATRIZ NOVA E MATRIZ VELHA DE CAMPINAS* e o preparo e redação do 1.º *ANUARIO DE ENSINO* que tivemos, síntese de nossa evolução pedagógica e rol da história de nossos principais estabelecimentos de ensino.

Ajuntem-se a êsse acêrvo de escritos o curioso e interessante estudo que fêz da educação campineira do passado e publicado em 1952; os discursos que proferiu, a copiosa e exata correspondência, com que se conservou ligado a amigos e colegas, e teremos em rápida resenha, a operosa e fecunda existência dêsse grande educador, que tanto honrou a sua classe, a sua terra e a sua gente.

Com parcos vencimentos, de vida modesta e austera, meu patrono é uma curiosa exceção em nossa vida, em que o passado não conta, muito menos o passado de nossa escola. Para o seu *UM RETROSPECTO* demora-se nos arquivos copia páginas, extrai notas, examina memórias, compulsa relatórios, analisa e evoca figuras desaparecidas. Livro copioso não é entretanto, um mero catálogo de fatos, não é lista de datas e nomes. E' história no melhor sentido, interpretada, analisada, valorizada.

Ele mesmo diz da obra que levou a cabo: "É um inquérito sincero, impessoal, desapassionado, remetando por um esforço de indução para extrair da lição do passado os ensinamentos aproveitáveis nas novas elaborações do porvir".

E pergunta, em face da tarefa: "Possuimos nós os materiais necessários para tal empreendimento?"

Precisei, declara, reunir êsses trabalhos dispersos, coordená-los, estabelecendo-lhes a seqüência dando-lhes a desejável unidade".

É êsse, adianta, um depoimento de 55 anos de trabalho, desde 1875 até 1930. "Procurei alinhar êsses documentos em ordem cronológica, como pedras de *attente* duma futura construção, para quando houver arquiteto de boa vontade; colocarei de permeio, como argamassa indispensável para a solidez do conjunto, uma narrativa muito sóbria, muito desprezenciosa que, situando convenientemente êsses fatos históricos os torne intelegíveis e servirá ao mesmo tempo de fio condutor entre elas".

E adiante: "Não passará esta memória de modestíssimo esboço destinado aos estudiosos, que quizerem, pelo estudo desapassionado dos fatos, formar opinião própria sobre a educação pública na terra dos bandeirantes".

"A tarefa a que me abalancei foi das mais árduas. No curso do meu trabalho estaquei por vêzes salteado pelo desânimo. Se não desisti da empresa é porque tive a sustentar-me de comêço a fim, a consciência nítida do meu dever profissional".

Na obra que elaborou, vamos encontrar revividos: papéis velhos, proviões coloniais, régias, imperiais memórias, leis, programas, regulamentos, estatísticas, relatórios e atas, conferências e discursos, o retrato da escola do passado, os 21 anos de inspetoria de Diogo de Mendonça Pinto, o romântico dramaturgo dos *Ensaios Dramáticos*, as figuras imponentes de José Estácio Correia de Sá e Benevides, Godofredo Furtado, Pe. Camilo Passaláqua Cônego Manuel Vicente da Silva, Artur Guimarães, Silva Jardim, Gabriel Prestes, Caetano de Campos, o exato perfil de miss Brown, a mulher-homem de nosso ensino, de 1890-96.

Com 38 anos de idade, sabemos, João Lourenço Rodrigues alcança o pôsto de Inspetor Geral da Instrução Pública paulista e publica o nosso 1.^o *Anuário do Ensino* (1907-1908). Publicação farta de informes sobre o ensino primário, normal, profissional e secundário, a primeira que tivemos foi o ponto de partida de outras congêneres, o modelo das que lhe seguiram até 1937, quase sem interrupção.

É digno de lembrança o fato de êsse simples e longínquo *Anuário*, de 1907-08 trazer, além de copiosa notícia histórica de nossas escolas, material de conteúdo moderno, abordando questões relevantes quais o do prédio e mobiliário escolar, o problema do rendimento escolar, o do livro didático, o da centralização e descentralização da administração escolar, tudo dentro de um feito racional e sistemático, que faria inveja às publicações modernas no gênero.

A MATRIZ DE CAMPINAS — MONOGRAFIA DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. — Trabalho publicado em 1942, como contribuição para o Congresso Eucarístico Diocesano, tem seu mérito firmado no Prefácio que lhe deu, o Ilustrado Cura da Catedral: "muito se tem dito e escrito sobre o magestoso tempo, porém todos os panegíricos, até hoje,

não passaram de penadas esparsas sôbre uma obra de tão grande vulto, cuja lacuna se preenche agora com esta publicação, que dirá o que de fato é a nossa maravilhosa Catedral, na grandeza de sua história e na pujança de sua grandeza real”.

A *FABRICA DE SÃO JOÃO DO IPANEMA*, traz a história de nosso primeiro estabelecimento siderúrgico, nos três séculos que vão de Afonso Sardinha e Joaquim de Souza Mursa. Trabalho inserto no Boletim do Departamento de Arquivo do Estado, intitulado “Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro do Ipanema, “escrito por João Lourenço, confessa amorosamente, “para matar saudades da fase feliz de sua vida em Campo Largo de Sorocaba!” Para matar saudades... mas com o fazê-lo nos deu o mestre uma curiosa monografia, que Júlio Prestes, acusando o recebimento, distingue como uma carta de profunda admiração. Diz o A. que são *Apontamentos*, mas é mais que isso: é uma deliciosa história que encerra lenda e tradição, cronologia segura, administrações que teve, e grandes, Heldberg, Varnhagen, Xavier Ferreira, Mursa. O esplendor e a ruína do Ipanema.

UM EDUCADOR DE OUTRORA — FRANCISCO DE PAULA XAVIER DE TOLEDO — Trabalho contemporâneo mas evocativo do fundador e diretor do Colégio São João do Lageado, um Pestalozzi nacional, paulista, que plantou no interior uma escola-granja, que lembra o mestre sofredor de Burgdorf, vencendo e fracassando na sua faina de preparar a infância e a juventude, a tal ponto que arrebanha alunos até do Rio Grande do Sul.

O ENSINO EM CAMPINAS — Monografia de 1952, é o último trabalho de João Lourenço, de 28 páginas compactas, escrita aos 83 anos, mas com uma lucidez admirável, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

“Curvei-me, diz o mestre, à injunção, quando convidado para escrevê-la, porque, profissional do ensino que foi por longos anos, não me senti com direito de pleitear minha excusa”. E assim, octogenário, põe mãos à obra: pesquisa, confronta dados, elabora e redige com segurança, evocando figuras e fatos: É Feijó, pedagogo em Campinas, de 1802-1803, são os primeiros internatos, os educadores estrangeiros., Florence, Krug, Morton; é o esplendor do ensino campinense com o *Culto à Ciência*, em 1869, a Escola do Povo, o Liceu Salesiano.

Com o *CATECISMO MATERNAL OU INICIAÇÃO RELIGIOSA NO LAR*, de 1936, oferece João Lourenço um valiosa contribuição para a obra da cateques infantil, que o autor adverte “não ser um romance pedagógico, nos moldes do “Emílio”, de Rousseau, mas o relato de uma extremosa mãe que se faz pedagoga de seus filhos na acepção originária do vocábulo”.

“Trabalho inspirado nos sentimentos que sômente as mães sabem ter, de todos os trabalhos do projecto educador é, talvez, o melhor fruto de seu boníssimo coração”, diz Carlos de Paula.

Acrescente-se ao rol do publicado mais o *Histórico da Irmandade do S. Sacramento da Catedral*, de 1947, como coroamento da história religiosa de Campinas e subsídio às comemorações do 1.º Centenário de sua oficialização, trabalho de muito valor, cheio de informações valiosas e de grande meticulosidade, e a monografia *MONOGRAFIA PRO ARIS ET FOCIS*, da Matriz

Velha da Conceição à nova Matriz do Carmo, 1939, trabalho comemorativo do 2.º Centenário da cidade de Campinas.

Descreve a sua evolução histórica, reúne em conjunto harmonioso inúmeros subsídios antes dispersos, trabalho de pesquisa paciente e, confessa o autor: "para testemunhar o seu reconhecimento à terra que o acolheu e onde vive feliz".

* * *

Quem assim vivera, trabalhando o duro trabalho do magistério, ensinando e administrando por mais de 30 anos, historiando, desinteressadamente os fatos de nossa educação, escrevendo memórias e divulgando em larga correspondência os amplos conhecimentos que tinha de astronomia e matemática, história e geografia, sociologia e religião, pedagogia e didática, encerrou sua vida na modesta casa da rua Regente Feijó, 529, em Campinas, num recanto em que o velho afeto da colega de turma, sua espôsa, D. Zizica, pusera na existência apetecida o mundo inteiro.

Conheci-o nos catorze derradeiros anos de vida, trocamos por êsses anos copiosa correspondência, copiosa e assídua, víamo-nos quase semanalmente, quando eu lecionava na Faculdade de Filosofia de Campinas. E acompanhei os últimos passos dêsse homem profundamente honesto, de uma probidade rúde e por vêzes chocante, cercado de um punhado de livros e quase esquecido na sua modesta velhice.

De algumas de suas cartas extraio notas, que melhor servirão para caracterizá-lo como colega, homem grato e fino no trato dos amigos, que morreu sem a menor redução intelectual, que escreveu aos 83 anos uma apreciada e segura síntese da educação na terra de Carlos Gomes.

Quando agradei, contava-me em carta, homenagem que nos prestava a cidade de Amparo, em 1937, fazendo um exórdio de meu discurso, dizia-me êle: "nesse exórdio confessei com lisura que devia todo o sucesso de minha carreira de educador ao fato de ter procurado seguir as diretrizes traçadas pelo grande escritor italiano": Referia-se a Edmundo De Amicis e ao "Cuore". Sabedor por vagas notícias que lhe chegaram, de que fôra escolhido para "Presidente da Comissão Promotora do Centenário de Cesário Mota", quer saber detalhes de fato, para agir e trabalhar.

Exato na documentação, parece-lhe duvidosa a inclusão de uma *Emília* ao nome de Anália Franco, a grande benfeitôra da infância desvalida.

Recebendo um exemplar da *Poliantéia do Ensino Normal*, em 1948 pede outras três e não apenas pede. Mandará, se preciso, dinheiro em cheque pelo Banco Comercial.

E em 48, escreve: "Na próxima 2.ª feira, o Dr. Alípio Leme vem fazer aqui uma conferência sôbre o último eclipse total e eu folgaria que você aqui estivesse".

Agradecendo um artigo na *Tribuna*, de minha pena, sôbre êle, discorre com melancolia: "você sabe compreender perfeitamente a minha situação: — os meus amigos da classe desapareceram todos ou quase todos. No crepúsculo da vida a sua amizade é uma das raras coisas que me confortam".

Descendo para uma velhice esquecida, lê no "Correio Paulistano" um artigo em que Amadeu Mendes traça o perfil do educador Honorato Faustino e,

sem demora, toma da pena para felicitar o homenageado. Mas Honorato Faustino morrerá, havia três meses! E então exclama: "Como vivo no mundo da lua!" Agora anda às voltas com a história do ensino em Campinas, ponderando: "Pois exigiram de mim um trabalho novo e nada fácil: — escrever a história da instrução em Campinas, trabalho esse destinado à monografia da cidade". Anda êle beirando os oitenta anos. E sentindo-se velho, adverte-me: "vou dar a você um conselho: envelheça e viva muitos anos, para bem da Pátria e gozo dos amigos, mas não fique velho. Hoje compreendo bem o desabafo de meu pai, que era muito meu amigo: — João, João, dizia êle com ênfase: velhice é uma *porcaria*!"

Mas não lhe caia o ânimo, porque dizia: "Felizmente só pereço a coragem e o bom humor quando vejo doente a filha de minha sogra".

A 16 de maio de 1949 está doente, impossibilitado de continuar a pesada monografia. "Os maiores da Comissão visitaram-me ante-ontem e trouxeram-me uma palavra de agradecimento e conforto. Mas a impressão que me ficou foi de um fracasso e você pode imaginar as repercussões que ela teve sobre os meus nervos já debilitados".

A rûde proibidade do mestre octogenário, manifesta-se aqui e ali, mesmo com amigos mais chegados. Convidado pelo padre Luiz Macigaglia para paraninfar uma turma do Liceu do Sagrado Coração de Jesus, recusa aceitar a honraria e explica "que o Liceu Coração de Jesus saiu dos moldes da obra de D. Bosco".

Traiu, afirma, o ideal do salesiano, fechando oficinas profissionais e montando ensino acadêmico, intelectual.

Êsse é, continua, o novo ideal dos sucessores de D. Bosco.

Outros se envaideceriam com o convite, sem atentar para um pormenor dessa natureza. Que importaria ao convidado do grande e famoso colégio salesiano, que tivessem desvirtuado a obra do ensino que D. Bosco imaginara? D. Bosco morrerá em 1888 e a honra do paraninfado era sobeja para a vaidade do orador escolhido. Êle não. Recusa o convite e na sua insistência, declara a razão da escusa. Não falaria de uma obra que lhe era familiar e grata, numa escola que, de certo modo, renegara o ideal do criador. E não aceitou a honra, embora lisongeira.

Sabedor em 1950 de que o amigo comum estava morando agora a dez casas da minha, na Capital, recomenda: "Não se ponham agora os dois a conspirar contra o pobre solitário de Campinas, rabugento, mas inofensivo".

O solitário de Campinas, em que se tinha, sentencioso, rabugento e ranzinza completaria em janeiro próximo os 82 anos, mas não sente razões para festejar a efeméride. Anda muito alquebrado, lembra, embora o seu aspecto exterior não deixe transparecer a sua decadência. "Mas, ajunta: "A minha *velhota* também não anda lá para que digamos; e não tendo filho que cuide de nós, levamos um crepúsculo de vida bastante merencório" 1952.

Em 1953, fôra operado e escapara como diz, por milagre. Mas o tempo marcara na sua letra trêmula e vacilante, a sua inexorável impressão.

Já, distantemente, em 1951 festejara as suas Bodas de Diamante, casara-se a 20 de junho de 1891.

E por ocasião do 50.º aniversário da Escola Normal "Carlos Gomes" de Campinas, em 1946, discursa longamente, entregando o prêmio da 1.ª mono-

grafia histórica do estabelecimento ao jovem professorando premiado, êle que era o maior historiador do nosso ensino, o grande mestre de 1890.

Tiro dêle, tempos depois, uma *Entrevista*, em 20 de junho de 1950 e que me entrega na sua letra talhada e viva, "Nos domínios da didática", um mimo de interpretação e clareza, sôbre figuras e fatos do ensino paulista. Manuscrito precioso que, penso, ficará honrando os arquivos dêste Instituto.

Disse atrás João Lourenço esquecido e acredito que o seja pela nova geração de professôres. Porque os outros que o conheceram e o tiveram como amigo leal e devotado, fizeram dêle uma veneranda figura do mestre, uma alta expressão do magistério e um símbolo de nossa escola.

Passarei em revista rápida, as consagrações que mereceu, vivo ou morto, de seus concidadãos:

Carlos Francisco de Paula, eminente figura do magistério campineiro escolhe-o para seu patrono, na 5.a Cadeira que ocupa, na Academia Campinense de Letras, em 1955 e em primoroso trabalho quanto ao estilo e quanto ao sentimento, evoca e exalta a vida e a obra do mestre.

Homenageia-o Amparo, no Grupo Escolar "Luís Leite", estando seu nome gravado na Biblioteca Infantil do estabelecimento.

Um dos iniciadores do ensino profissional, no Estado, quer como estudioso no assunto, lá fora, como diretor de escola profissional, passa esquecido como tal. Mas é Carlos de Paula quem lhe dá o justo merecimento: "É de justiça reconhecê-lo como um dos pioneiros do plano da fundação das instituições repletas de brasilidade que são os atuais serviços nacionais de aprendizagem disseminados pelo país, destinados ao ensino profissional nacionalizado e que tão excelentes resultados têm produzido".

A Câmara Municipal de Campinas fixa o seu nome numa das vias públicas da cidade, em que, em 1944 recebe o patronato do Grupo Escolar de Cambui. Em 1957, quando de nossa breve passagem pela Direção Geral do Departamento de Educação de S. Paulo, ali instituímos a Galeria dos Diretores de Ensino. Êle que fôra, na verdade, o iniciador de uma nova administração no ensino, é o primeiro a ter o retrato nessa galeria e o nome evocado na palavra do professor Júlio Pena.

Em vários números da *Revista do Professor*, órgão do Centro do Professorado Paulista, há fartas homenagens ao mestre desaparecido, há páginas suas como há versos seus.

Quero delas lembrar uma passagem do professor Carlos Corrêa Mascaro que foi diretor da Normal de Campinas, depois de tecer considerações diversas sôbre João Lourenço: "Muito teríamos ainda que dizer dessa figura singular de professor que soube ser, a um tempo, homem culto, estudioso, modesto e desprezado. Símbolo de uma época, de uma formação, de um estilo de vida".

E por último, ao conhecer que o querido professor e meu amigo, Dr. Salvador Rocco, de parceria com o conterrâneo jauense Tito Lívio Ferreira, me traziam pela mão, ao seio dêste egrégio sodalício, assentei ter João Lourenço Rodrigues como patrono nesta casa, mínima homenagem que poderia prestar ao varão que me honrou com sua amizade e me forneceu para as minhas atividades, no magistério, modelo vivo de probidade e de sabedoria.

Assinalados e realçados assim o méritos do professor João Lourenço Rodrigues, cuja figura tanto enobreceu a história do ensino paulista e brasileiro, em face dêle, apoucados os meus títulos, ao ingressar neste benemérito Instituto. Que poderia trazer para êle, como obra valiosa e serviços prestados? Quase nada, senão um largo magistério de 41 anos, vividos e provados, da escola primária à média, à profissional comercial e industrial, à normal, à superior. Um larga magistério sem licenças maiores ou menores, iniciado em 5 de agosto de 1921, ainda hoje continuado. Um magistério em cujos raros lazeres andei publicando livros para crianças e normalistas e incertamente, escrevendo alguns ensaios históricos, principalmente voltados para o ensino, e em cujo exercicio honrei, no possível, o meu Estado, publicando coisas esparsas sôbre o Movimento Constitucionalista, sôbre educadores brasileiros e paulistas, sôbre José Veríssimo, o crítico-educador obidense, sôbre João Ribeiro de Barros o herói do Jaú, na grande epopéia da travessia do Atlântico.

Arrolando o que de melhor fizemos, e foi tão pouco, em livros, conferências e palestras, num *currículo de vida* de modestos limites, aqui entramos pela vossa generosidade, a que rendemos o melhor agradecimento.

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Srs. Membros dêste Instituto.

Com as palavras imodestas a meu respeito, procurei situar no terreno de nossa história geral e pedagógica, uma das figuras de meu maior apreço e admiração e dizer dela aquêles traços mais salientes, que a tornaram digna de ser lembrada neste Instituto.

Encontrei João Lourenço Rodrigues ainda nos últimos anos de sua vida fecunda e dêle conservo uma das lembranças mais carinhosas. E também uma das mais pungentes.

E por quê? Por isto. Fui procurá-lo certo dia, em visita, à hora do almoço. Encontrei-o à porta de sua casa, de marmita na mão. Ia saindo.

O mestre de 1890 e 1896, o historiador, autor de tantas obras valiosas, o ex-diretor de nosso ensino, o discípulo de Caetano de Campos, matemático, ciente de astronomia, grande figura do passado, explicou-me que sozinho o casal sem filhos e doente a espôsa, êle precisava cuidar da alimentação de ambos.

Aos 80 anos, João Lourenço Rodrigues, levando uma marmita de fôlha, na mão, ia a uma pensão distante, buscar comida para o casal.

Ofereci-lhe condução, que a tinha comigo, quis levá-lo e trazê-lo de volta. Insisti, renovei o oferecimento. Não consegui demovê-lo de ir, êle mesmo, a pé e sozinho, no cumprimento de um dever, como foi. Vi-o subir a pequena ladeira da Rua Regente Feijó, vi-o dobrar a primeira esquina, em busca do alimento para dois corpos envelhecidos.

Nunca me saiu da memória êsse episódio, o crepúsculo merencório de uma vida, tão bela e tão honradamente vivida, uma vida iluminada pelas estrelas na sua infância e no fim, impulsionada pela lei moral dentro de si.

CENTENÁRIO DE MARTINS JÚNIOR

Almeida Magalhães

José Isidoro Martins Júnior, com pouco mais de quarenta e três anos — nascera em 24 de novembro de 1860 — faleceu, no Rio, em 22 de agosto de 1904.

Em 1954, milésimo que assinalou o cinquentenário do desaparecimento do notável jurista-filósofo, poeta e tribuno, foram raras as homenagens prestadas. Foi um cinquentenário que, infelizmente, passou em branca nuvem. Nenhum artigo, nenhuma notícia. No entanto foi uma das mais alcandoradas inteligências dêste país.

Ao que parece, o centenário do nascimento apresentará outra situação mais confortadora, porque se anunciam conferências no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a cargo de Brasil Bandecchi, e na Academia Brasileira de Letras, onde falará Ivan Lins.

A despeito de tudo é pouco o que se faz neste momento, recordando o escritor e homem de pensamento.

Não há um estudo completo que fixe o vulto de Martins Júnior. Ainda agora dos jornais do Rio e São Paulo, cremos que só o "Correio da Manhã" se referiu ao saudoso autor da "História Geral do Direito", no artigo de Nelson Costa, na simpática coluna diária em que o jornalista carioca dá vazão às recordações históricas com que brinda seus leitores.

Há alguns anos Gilberto Freyre comunicava haver conseguido do prof. Odilon Nestor a promessa de escrever um ensaio acêrca do mestre do Recife (1). A novidade operou com enérgica motivação nos meios intelectuais e não devia ter sido pequeno o número dos convivas à espera do banquete espiritual que seria o livro prometido. O livro, porém, não apareceu, que sabemos, até hoje. E agora, por infelicidade, jamais será publicado.

O mestre do Recife, "mestre esquecido", como afirmou o sociólogo de "Casa Grande & Senzala", é uma dessas raras figuras fascinantes, que a gente admira e quase ama, apesar de conhecer incompletamente ou, talvez, por isto mesmo.

O poeta, que não tem mais poemas nas livrarias, o orador cujos discursos não ouvimos; o político doutrinário de época distante; o professor que prelecionou no Recife, do século passado; o jurista-filósofo, o historiador do direito — feição mais notável e menos desconhecida do escritor — configuram imprecisamente a personalidade que visionamos, nimbada de luz e beleza, na elaboração criadora de arte e de pensamento.

Sobre ser ato de justiça, embora tardia, o perfil exato e completo daquele renovador da poesia e do direito, constituiria valiosa contribuição à história das idéias no Brasil.

(1) Gilberto Freyre — "Martins Júnior, mestre esquecido" in "Diário de S. Paulo", de 13 de setembro, 1942.

Este perfil está fazendo falta, como também o de Artur Orlando, que tantos pontos de contacto apresenta com o companheiro da Escola do Recife.

José Izidoro Martins Júnior pertenceu à turma que deixou a Faculdade de Direito em 1883. Nos tempos acadêmicos poetou e entregou-se ao jornalismo que o atraiu desde os quinze anos, e à política.

Na poesia tornou-se dos mais famosos, deixando as coletâneas raríssimas dos "Estilhaços" e da "Tela Policroma", e provocou, no seu tempo, verdadeira revolução com as "Visões de hoje". Isto, contando menos de vinte e um anos de idade. Colaborou com Clovis Bevilacqua.

Ao mesmo tempo que se bacharelava, punha a circular a "Poesia Científica". Dir-se-ia a sua tese de doutoramento em ciências jurídicas e sociais, se mais tarde não defendesse diversas, em concursos reiterados, na Faculdade nortista de cuja Congregação, a altivez intelectual e exaltado republicanismo o afastariam, a despeito de certames vitoriosos, em dois dos quais obtivera o primeiro lugar.

Conta-se que Pedro II, por fim, estava disposto a nomeá-lo, esquecendo a atitude e o feitio de livre-pensador, que lhe eram traços dominantes da personalidade.

Ferreira Viana fôra mais inflexível no caso, e é conhecido êste fim de diálogo entre o Imperador e o seu ministro:

— "Bem, Vossa Majestade dispensa no civil, mas eu não dispenso no religioso". E a nomeação não foi lavrada.

A cadeira só lhe viria com a República, sendo nomeado em 28 de novembro de 1889 para a de História do Direito.

Era a justiça que se fazia a quem desde 87 pleiteava a investidura, em provas brilhantes. Era também o prêmio ao campeador da propaganda.

Quando escreveu a "Poesia Científica", estava saturado das doutrinas comteanas. A lei dos três estados era, para êsse revolucionário do verso, a espinha dorsal de que falava Stuart Mill, mas não apenas do positivismo, da história do espírito humano, de sociologia; também da poesia.

A inteligência do homem deixava ao longe a superstição da teologia, e penumbra da metafísica e atingia à positividade. Não era lícito às Musas refugirem ao determinismo da lei. A poesia devia adentrar-se ao estado positivo, científico. Daí seu científicismo poético sempre sob a égide do filósofo de Montpellier, pois só êle.

*"Pôde estóico, escalar o alevantado monte
No pináculo do qual via-se a neve branca
Da nova concepção do mundo reta e franca!*

*Deixando em baixo Kant, Simon, Bértdin, Turgot,
Newton e Condorcet e Leibnitz — voou
Ele para as alturas mágicas da glória*

*Após ter arrancado ao pélogo da História
A vasta concha azul da ciência social!"*

Este entusiasmo pela “vasta concha azul da ciência social” muito concorreu para que o poeta, fundador de escola, se transfigurasse num estudioso do Direito.

Demais, em 1883, os pruridos intelectuais do pensador temporejavam com as manifestações da terceira fase da Escola do Recife, a fase dos estudos jurídicos, sob o pontificado de Tobias Barreto, que logo depois publicava “Menores e Loucos”.

Nenhum grande espírito por essa época — a não ser Farias Brito — escapou ao influxo do autor dos “Estudos Alemães”, ao norte do Brasil.

Foi esse influxo salutar que evitou fôsse Martins Júnior “um bacharel qualquer do século XIX” pálido de pince-nez, como aquêles a que se refere Gilberto Freyre, até certo ponto, com pequena dose de maliciosa injustiça...

Foi pela estrada do monismo e do evolucionismo, pregados por Tobias, que Martins Júnior chegou aos estudos de história do direito em que com tanta fecundidade aplicou o método genético.

O mesmo aconteceria a Artur Orlando, cujo tese — “As ordálias no processo são provas ontogenéticas do desenvolvimento filogonético do direito por meio da luta”, constitui trabalho de verdadeiro precursor nesta ordem de especulações histórico-jurídicas.

Os primeiros escritos de Martins Júnior, recoltados nos “Fragmentos jurídico-filosóficos”, já denunciam que se enfileirara na escola naturalista de Rudolf von Ihering, divulgada aqui, primeiro, por Silvio Romero, desde a ruidosa tese em 1875, e, depois por Tobias Barreto.

Lente de História do Direito, viu-se Martins Júnior na dificuldade de indicar compêndios aos estudantes, principalmente na parte concernente ao direito nacional sôbre o que nada havia na bibliografia jurídica.

É então que realiza a tarefa de escrever a notável “História do Direito Nacional”, renovando — como disse sem exagêro — o milagre bíblico, ao extrair “um mundo do nada”.

Só razoável preparação filosófica e boa cultura de história poderiam produzir os estudos enfeixados nesse volume, obra das mais consideráveis na biblioteca de história e filosófica do direito no Brasil.

Três anos depois dêsse grande livro, em 1898, era a vez do “Compêndio de História Geral do Direito”, que obedece ao mesmo critério do precedente.

Organicista em sociologia era-o, também, Martins Júnior no direito. É com esta orientação que chega a formular as duas grandes leis técnicas e específicas da evolução jurídica.

Perfilhando o evolucionismo e o monismo haeckeliano, bem como a terminologia dêste, aplicando ao direito a lei biogenética fundamental, Martins Júnior não esquecia entretanto, seus velhos mestres do positivismo e, na obra histórica do direito, é ainda um positivista, Pierre Alex, através do pequeno volume “Du Droit et du Positivisme”, quem lhe sugere o princípio da evolução morfológica ou plástica do direito, com a lei dinâmica e fundamental: “Dans le domaine juridique, les formes sacramentelles disparaissent en raison directe des progres de la civilisation” (2).

(2) P. Alex — “Du droit et du positivisme”, pág. 35.

Nunca esqueceu também a lei dos estados a que submetia à evolução do direito.

Aceitando a nomenclatura do monismo naturalístico de Haeckel, já vulgarizada por Tobias e Artur Orlando, o autor de História do Direito Nacional não o fazia por mero esnobismo, nem mesmo por propositado tobiismo. Pelo contrário: corrige até um ponto de vista do autor dos "Estudos de Direito", quando êste ensina ser a ontogenia jurídica "o estudo da evolução do direito nesta ou naquela individualidade humana singular ou coletiva". E repõe, perfeitamente, a questão nos devidos termos, emendando: "A filogenia é a história da espécie e a ontogenia é a história do indivíduo. Ora, no direito-organismo, os indivíduos são, representados pelos institutos jurídicos particulares, e, sendo assim a consequência que se impõe é que a ontogenia jurídica é a história particular de cada um desses institutos (3).

Martins Júnior julgava fecunda nos estudos de história do direito a tecnologia do naturalista de Iena e não podia abandoná-la, uma vez que a êles applicava a lei biogenética.

Foi à sua luz que elaborou a sólida obra jurídica, obedecendo ao critério da filiação histórica dos institutos jurídicos, adotando o método genético tão atual entre os melhores historiadores e sociólogos, o que o aproxima tanto do nosso tempo, "como se êle tivesse sido quase um dos nossos: um de nós desgarrado num tempo que não era ainda o seu", conforme disse, com justeza, Gilberto Freyre no artigo a que aludimos.

(3) Martins Júnior — "História do Direito Nacional", pág. 12.

PIRAJÁ DA SILVA — O HISTORIADOR E O ERUDITO (*)

Carlos Henrique Liberali

Nenhum aspecto do multifacetado espírito de Manoel Augusto Pirajá da Silva passou despercebido à admiração e à crítica do seu biógrafo maior — Edgard de Cerqueira Falcão — e daqueles que lhe seguiram a trilha. Mas se as comemorações do jubileu do descobrimento e descrição do *Schistosoma mansoni*, durante o biênio 1958-1959, puseram novamente em relêvo a personalidade do parasitólogo e tropicalista, é certo que, nos últimos cinco lustros da sua vida, o nome de Pirajá da Silva encontrara novas ressonâncias, em mais amplo cenário que o restrito círculo da sua especialidade médica.

É que, desde a sua aposentadoria na Faculdade de Medicina da Bahia, Pirajá da Silva, fazendo frutificar o imenso patrimônio cultural que se lhe fôra sedimentando no decorrer da existência, deu à publicidade algumas contribuições realmente notáveis, sob a forma de edições anotadas de “brasilianas”, onde o seu patriotismo e amor à cultura deram margem a que exhibisse, quase sem disso dar-se conta, a sua extraordinária erudição.

Tanto no terreno da pura contribuição histórica, como no das ciências naturais aplicadas à análise do documento histórico, essas anotações dão a exata medida de profundidade intelectual dêsse legítimo “scholar”, que alicerçou no conhecimento positivo o seu saber humanístico, e que evidenciou, mais uma vez, quanto pode progredir o esclarecimento das coisas da história dos homens através da contribuição dos homens que cuidam da história das coisas.

É verdade que cedo lhe despontaram os pendores para o estudo dos fatos pretéritos da pátria — da pequena e da grande, a Bahia e o Brasil. Talvez já fôsse êsse amor ao passado que levava o estudante de 18 anos, ao ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia (“Primaz do Brasil” como êle reverentemente a chamaria mais tarde no pórtico de um livro), a requerer lhe fôsse anexado ao nome — Manoel Augusto da Silva — o apelido “Pirajá”, que era de sua mãe, que o herdara do pai luso, tão brasileiro que gravara no sobrenome a evocação da epopéia do Dois de Julho, aquela “pugna imensa” dos versos de Castro Alves, que se travara nos cerros da Bahia:

“...o Anjo da Morte, pálido, cosia
uma vasta mortalha, em Pirajá”.

Nunca se apagou, no coração do jovem médico, a chama dêsse entusiasmo. Assim, ao editar, em 1923, à sua custa, uma obra extremamente rara, e que relata a luta dos habitantes da Ilha de Itaparica, na Guerra da Independência, Pirajá diz em seu prefácio:

(*) Lido na sessão solene de 23 de maio de 1961, na Associação Paulista de Medicina, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

“Presumo que despertará surpresa verem-me escrever sobre assunto de história pátria. Eu próprio reconheço a ousadia, só explicável pela confiança que deposito na excessiva benevolência do leitor.

Deveria deixar passar, indiferente, a data centenária da epopéia bahiana? Não, seria renegar o melhor de mim mesmo”.

Atente-se na frase final, reveladora de todo um mundo de mal sopitada emoção: “seria renegar o *melhor de mim mesmo*”.

Isso, que Pirajá da Silva, já catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia — o primeiro catedrático de Parasitologia no Brasil —, célebre na pátria e fora dela, pela contribuição pioneira à biologia do esquistossoma, isso que êle chamava “o melhor de mim mesmo” não era a ciência, não era a cultura. Era o amor pela sua terra e pelo passado da sua gente. Editando, com riquíssima cópia de anotações, a obra esquecida do Cirurgião-Mor Bernardino Ferreira Nóbrega sobre “as vitórias alcançadas pelos itaparicanos, no decurso da campanha da Bahia”, Pirajá proclamava os motivos que o levaram à iniciativa:

“...prouve o destino que a mim coubesse a honra de chamar a atenção dos historiadores pátrios para a memória de Ferreira Nóbrega, injustamente esquecida... Muito me ufano das tradições bahianas e de ter sido meu avô paterno o Capitão Anselmo Pereira da Silva, um dos soldados voluntários do batalhão de Nazaré, que participou das lutas da Independência travadas na intrépida Itaparica”.

A reedição do cimélio de Ferreira Nóbrega foi acompanhada de utilíssimas notas, de autoria de Pirajá. A mais importante é a biografia do próprio Cirurgião-Mor, nascido em 1800, um dos três alunos matriculados em 1818 no 1.º ano do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, e que foi médico, soldado e jornalista patriota, tendo falecido, tuberculoso, aos 36 anos.

Nesse livro, são também relevantes as biografias do Brigadeiro Antônio de Sousa Lima, que chefiou, em terra, os bravos de Itaparica, e de João Antônio de Oliveira Bottas, comandante da flotilha que enfrentou as possantes naus da esquadra portuguesa, e que se destacaria, mais tarde, nas campanhas marítimas do Prata.

Todos êsses heróis teriam, sem dúvida, ficado esquecidos da posteridade, não fôra a argúcia, avivada de amor à pátria, com que Pirajá da Silva lhes trouxe o nome para a luz da História.

Outra contribuição histórica de assinalado valor, deu-a Pirajá com o estudo da figura de Martius, Carlos Frederico Filipe de Martius, o naturalista, também médico, que contribuiu, como nenhum outro para tornar conhecidos, através do monumento da “Flora Brasiliensis”, o nome e as coisas do Brasil. E que, além disso, amou o Brasil, de modo quase incrível, como transparece nas cenas que fixou nos “Reise in Brasilien” que escreveu com Spix, e nas cartas que, de volta à Europa, mandava aos amigos de aquém-Atlântico.

Conhecedor profundo da língua alemã, que conscienciosamente aprendera na Bahia, com o Prof. Weber, e que desenvolvera ao fazer seus dois cursos no *Tropeninstitut*, de Hamburgo, Pirajá lançou-se à leitura e tradução de Martius. Já, desde 1916, publicara, de colaboração com Paulo Wolf, trechos es-

colhidos, referentes à Bahia das "Viagens no Brasil", de Spix e Martius, enriquecendo-os, em 2.ª edição (1928), de notas valiosas. Com o nome de "Através da Bahia", constituiu essa tradução o volume 118 da Coleção Brasileira. Na mesma coleção, publicou, em 1939, a tradução anotada de outra obra de Martius, "Natureza, doenças medicina e remédios dos índios brasileiros", precedendo-a de esplêndido prefácio. Contribuição essa de inestimável preço para nossa bibliografia etnográfica, por se tratar da primeira obra, escrita com critério médico, sobre os nossos silvícolas. No prefácio, inseriu Pirajá traduções não menos preciosas de cartas inéditas de Martius, dirigidas ao secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, as quais, por si só, são documentos que projetam viva luz sobre a personalidade do naturalista bávaro, e seus pontos de vista, tão originais quanto grandiosos, sobre os povos primitivos do Brasil.

As anotações de Pirajá da Silva esmaltam todo o percurso da obra, indo da Botânica à Lingüística, da Zoologia ao Folclore, da Etnografia à Medicina.

O *magnum opus*, porém, de Pirajá da Silva, no terreno da erudição histórica, alicerçada no conhecimento das ciências naturais, foram as notas com que se enriqueceu a edição da "Notícia do Brasil", de Gabriel Soares de Sousa, feita pelo editor José de Barros Martins, em 1945.

Essa obra portentosa, a "enciclopédia brasileira do século XVI", como a definiu Eugênio de Castro, era, de há muito, obra rara, das poucas edições que dela se haviam feito, nenhuma delas anotada ou crítica. A pedido de Afrânio Peixoto, Pirajá dispôs-se a elaborar prefácio e notas para uma edição definitiva. Cerqueira Falcão conta-nos o que foi êsse labor:

"O naturalista historiador nunca se dava por satisfeito com as informações obtidas. Ia diretamente verificar *de visu* o que lhe apontavam outros estudiosos. Cada busca abria caminho para novas outras. Corria o tempo e o material acumulado tomava proporções imprevistas. Já ultrapassavam as anotações o texto original. É espantoso o que conseguiu realizar o meu mestre: a fauna e a flora brasileiras magistralmente descritas por Gabriel Soares foram *in totum* catalogadas no sistema de Lineu, o que vale dizer cientificamente determinadas. Os acidentes geográficos, a etnologia, tudo enfim, comparado com os conhecimentos atuais. A toponímia quinhentista confrontada criteriosamente com a presente. Essa foi, sem dúvida, tarefa hercúlea".

Nada menos de 14 anos levou Pirajá a preparar as notas para a edição. Hoje, graças à sua cultura científica e humanística, ao rígido critério e máxima honestidade, à operosidade permanente e à dedicação ao ideal da mocidade que realizou em idade provectora, contamos com uma edição modelar da "Notícia do Brasil".

Desde a "Introdução", sente-se a lucidez do comentador. A história do manuscrito, suas edições sucessivas, o conceito que delas fizeram, a análise da personalidade do autor, tudo isso enche 50 páginas, densas de mérito. Depois, capítulo por capítulo, Pirajá da Silva acompanha o senhor-de-engenho bahiano, agricultor, minerador, bandeirante, explorador, naturalista dos melhores, *malgré lui*, autêntico "country gentleman" do nosso primeiro século, e,

sobretudo, escritor de erudição quase inacreditável, mais fruto da observação que do estudo livresco. As notas de Pirajá não ficam atrás, em interesse, ao texto que glosam e elucidam, e, de fato, ultrapassam em volume o próprio original. Das menores minúcias da costa brasilica numa exatidão que os geógrafos de hoje verificam com espanto, até aos pormenores da História Natural, Botânica, Zoologia e Mineralogia, Gabriel Soares descreve e Pirajá comenta. A obra do senhor-de-engenheiro imortalizado pela pena nimba-se agora de uma dupla auréola: a do autor e a do comentador.

Seria esforço vão, nesta síntese, resumir que fôsse as feitura dêsse livro, breviário do Brasil ao findar o Quinhentos. Mas o que, para nós, após 400 anos, haveria de obscuro ou vago no texto primitivo torna-se luminoso com a interpretação de Pirajá, pela qual melhor se pode avaliar da honestidade, escrúpulo, veracidade, exatidão e cultura daquele alto exemplar de colonizador lusitano.

Sòmente a própria leitura das anotações de Pirajá — algumas das quais envolveram laboriosas e profundas pesquisas históricas ou científicas — poderá dar a justa medida do seu valor, do trabalho que demandaram e da erudição que pressupõem. Pois não satisfeito com essas achêgas Pirajá da Silva, aí já como um historiador *tout court*, acrescentou à edição as biografias dos senhores-de-engenheiro do Recôncavo bahiano, em 1587, citados por Gabriel Soares em sua "Notícia". Assim, desfilam ante os nossos olhos figuras interessantíssimas, cujos pormenores de vida Pirajá foi extrair dos alfarrábios para melhor compor a fisionomia dêsses fautores do despertar econômico e social do Brasil.

* * *

Sirvam estas poucas notas para ajudar a pôr em evidência a cultura histórica fundada no método científico, em cuja austera escola se educou Pirajá; o amor às coisas pátrias e de tudo o que se ligava à sua amada Bahia; e o indefesso labor, ao qual não pôs limite, e que lhe permitiu cercar o nome do prestígio e do respeito de quantos cuidam da História e da Geografia do Brasil. Por isso, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não pôde deixar de estar presente nesta homenagem, para proclamar mais uma vez, a dívida de gratidão que, para com Pirajá da Silva, temos nós brasileiros, também nesse campo da cultura. Cultura cuja universalidade e importância, Pirajá da Silva — tão acima do mero tecnicismo científico — soube, não só compreender, mas transformar em ação.

GABRIEL OSÓRIO DE ALMEIDA

Jorge Americano

Gabriel Osório de Almeida é dos últimos filhos de uma numerosa família de Pouso Alegre, no sul de Minas.

Foi batizado Gabriel Emiliano, filho de Aureliano Baptista Pinto de Almeida, advogado provisionado, descendente das famílias paulistas Furquim e Almeida, e de Maria da Anunciação Vilhena, que vai ao tronco Matias Gonçalves Moinhos de Vilhena, e descendente colateral de Barbara Eliodora, a inspiradora de Alvarenga Peixoto, poeta da Inconfidência Mineira.

Durante toda a vida de casados, os pais de Gabriel Emiliano, Aureliano e Maria, da Anunciação, chamavam-se recíproca e cerimoniosamente *primo e prima*, fôsse por parentesco remoto, fôsse por hábito mineiro.

Eram ambos profundamente interessados na vida política do país. Por isso, não é de estranhar que, emocionados pelas vitórias do general gaúcho Manuel Luís Osório na guerra do Paraguai, houvessem mudado o nome do pequeno Gabriel Emiliano para Gabriel Osório.

Aliás, um dos filhos mais velhos estava na guerra, sob o comando do General Osório.

Era hábito naquele tempo a mesa grande dos almoços aos domingos, mas creio que o menino Gabriel jamais tivesse tomado parte em almôço de que participasse a família completa. A proporção que os filhos homens iam crescendo, eram expedidos para estudar e trabalhar no Rio ou em São Paulo, e, quanto às môças, casavam e acompanhavam seus maridos.

Por outro lado o pai de Gabriel Osório viajava muito pelas comarcas vizinhas de Pouso Alegre, em peregrinação profissional. Assim deve ter sido com o menino Gabriel, ora freqüentando a escola local, auxiliado no estudo da taboada e das primeiras letras pela mãe, ora montado em lombo de burro, pousando nas estalagens à noite, ouvindo, de dia, as defesas que o pai fazia, no júri.

Tal como fôra com os irmãos mais velhos, o dia chegou em que o menino Gabriel Osório foi expedido para a côrte do Rio de Janeiro, a estudar. Ao adeus, com nós de garganta e lágrimas disfarçadas, seguiu-se a longuíssima viagem a cavalo, até Barra, onde êle viu pela primeira vêz a estrada-de-ferro, em cujo comboio embarcou e seguiu na vertiginosa rapidez de 40 quilômetros a hora, levando entrê a bagagem parca a carta do pai para um amigo farmacêutico.

Não sei se Gabriel Osório já trazia a intenção de fazer-se engenheiro ferroviário, mas penso que a bufante locomotiva, ora resfolegando, ora apitando, e seimpre correndo doidamente, deve ter grandemente influido nêle, para matricular-se na Escola Central, transformada em Escola Politécnica, sob a direção do Visconde do Rio Branco.

Naquele pequeno centro que era o Rio de Janeiro de após a guerra do Paraguai, tendo pouco mais de cem mil habitantes, ou talvez duzentos mil, cidade apertada entre as montanhas e o mar, Gabriel faz diariamente o percurso de ida e volta entre a farmácia em que morava e a Escola Politécnica. À volta da Escola, vai para o fundo da farmácia, pendura o casaco no cabide, lava vidros, provetes e retortas, avia receitas misturando pós e preparando xaropes. À noite, à luz da vela, prepara os desenhos recebidos como tarefa e mergulha nos cálculos matemáticos até que as pálpebras não resistem mais.

São seus contemporâneos, na Escola Politécnica, João Teixeira Soares, que mais tarde encontraremos planejando e construindo a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba; Alfredo Maia, que virá dirigir, em São Paulo, a Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana; Adolpho Pinto, que será chefe do escritório central da Companhia Paulista de Via Férrea e Fluviais; Pereira Passos e Paulo de Frontin, que remodelariam o Rio de Janeiro pelo comêço do século que corre; Carlos Sampaio, que veio à ser Prefeito do Rio de Janeiro e opôs ao fenômeno das marés violentas os quebra-mares da praia do Flamengo, agora remodelada e ampliada.

Formando-se, Gabriel Osório tinha que entrar nã profissão, certamente na atividade ferroviária.

A êsse tempo, eram quatro os centros ferroviários no Brasil: a Great Western, em Pernambuco; a Estrada Pedro II, do Rio para Minas; a Santos a Jundiá, em São Paulo; e a Pôrto Alegre-Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

Gabriel Osório vai trabalhar na Pedro II, na construção do ramal de São Paulo. A ponta dos trilhos aproxima-se de Pindamonhangaba.

Vivia em Pindamonhangaba o casal Miguel José Cardoso e Maria Ignácia Vilela Cardoso, êle português de Trás-os-Montes, ela brasileira de origem portuguesa, das Ilhas. Miguel Cardoso ensinava português, inglês e matemática elementar, e também se fêz agricultor de cana. Das seis meninas da família, três casaram-se com engenheiros ferroviários (Eugênio de Mello, Gabriel Osório, Alvaro de Menezes), duas com funcionários ferroviários (Manoel Cardoso e Luís Americano, meu pai) e a última se fêz irmã de caridade.

Gabriel Osório era um môço de estatura média, fino de corpo, o dorso ligeiramente encurvado, face barbada, olhos claros, a cabeça levantada, opondo-se à curvatura dos ombros.

Casado com Carlota Cardoso, pequena de altura, aparentando saúde débil, modesta de atitude, de fala suave, olhos profundamente azuis, cabelos louros, a profissão de Gabriel Osório leva-o sucessivamente a cada uma das vias férreas brasileiras, em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas, São Paulo, sempre assentando trilhos. Certa vêz em Ouro Prêto, discutindo com o construtor da estação, sôbre um detalhe do telhado, subiu a escada de pedreiro até o alto, mas, resolvido o assunto, entonteceu pela vertigem da altura e desceu apoiado, fechando os olhos, tacteando com os pés.

Em 1893, Gabriel Osório está em São Paulo, morando à Alamêda Glette, arrabalde então muito distante do centro. A família do sogro, vinda de Pindamonhangaba, não mora longe. Osório empreitava um trecho de construção da Mogiana, ligando Mogi-Mirim a Santos, passa a semana no mato e está com a família desde a noite dos sábados até a madrugada das segundas-feiras.

O casal perdera a filha Carlotinha, na primeira infância. O filho mais velho, Alvaro Osório, frequenta a escola primária de D. Adelaide Molina, também frequentada por alguns parentes. Os outros três filhos, Gabriel, Miguel e Nuno, ainda não estavam em idade escolar, e a última, Branca, nascerá alguns anos depois.

A linha Mogi-Mirim-Santos mal passou do seu início, pois o seu projeto traçado pela Companhia Mogiana, correndo paralelo à São Paulo Railway, invadia zona privilegiada desta, e a construção teve que ser sustada. A consequência foi que a Companhia Mogiana teve que rescindir as empreitadas de construção e Gabriel Osório, como os outros engenheiros, recebeu uma indenização de 200 contos.

A esse tempo, funda-se este Instituto Histórico, do qual, com vários amigos, é membro fundador.

Com aquela fortuna em mãos, adquire ações da Companhia Docas de Santos, aliando-se aos seus amigos Eduardo Guinle (o velho) e Cândido Gafreé, travando amizade também com José Xavier Carvalho de Mendonça, o advogado da Companhia.

Osório, que se torna um dos seus diretores técnicos, amplia então a sua atividade no estudo dos transportes no Brasil, abrangendo a cabotagem na orla marítima. Toda a produção do centro-sul do Brasil conflua para Santos, por cujo cais trafegam as gôndolas e vagões vindo do interior, carregados, de volta, com a crescente importação.

O governo federal aproveita-o então, nomeando-o para cargo da mais alta responsabilidade, qual o de diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O filho mais velho, o futuro fisiologista, já cursa a Faculdade de Medicina e o agora chamado às vezes "o velho Osório" enfronha-o, orienta-o e encaminha-o no estudo da matemática, que de muito lhe servirá nos seus estudos posteriores. O outro filho, igualmente fisiologista, Miguel Osório, também terá depois o pai como guia, mentor e amigo.

Há na vida do "velho Osório" (anda pelos cinquenta anos mais ou menos) um intermezzo político: foi conselheiro e presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Mas isso dura pouco.

Volta à atividade ferroviária, nomeado diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Neste período, Osório, além de engenheiro, sobressai como administrador competente e grande defensor dos dinheiros públicos.

O ramal de São Paulo, da Central, vem com bitola larga, do Rio a Taubaté, e daí a São Paulo em bitola estreita.

Surge o problema — bitola larga em via simples, ou bitola estreita em via dupla e o assunto abrangendo aspectos técnicos e econômicos apaixona muita gente. Osório polemiza na imprensa com seu amigo Alfredo Maia e toda gente discute os problemas: traçados difíceis em terrenos montanhosos, rampas máximas, curvas máximas, capacidade de escoamento, custo por quilômetro, situação sui generis da bitola larga brasileira, de 1 metro e 60 cm, em face da europeia, de 1 m. e 44 cm., acarretando custo excessivo das locomotivas e material rodante....

A esse tempo a aviação já nascera. E começava a preocupar os mais clarividentes o problema da conjugação entre a ferrovia e a rodovia. São passados mais de 60 anos e o problema não está resolvido.

Gabriel Osório dirige a Estrada de Ferro Central do Brasil. Os seus deficits reduzem-se a nada. Desaparecem os famosos desastres que haviam convertido a sigla E.F.C.B. em *estrada de ferro caveira de burro* (caveira de burro era, então, sinônimo de azar). A Estrada deixa de ser ninho de empregos, e começa-se a admitir que possa ser boa a administração estatal na indústria dos transportes.

Outra empresa que ia de mal a pior era o Lloyd Brasileiro. Os navios viam nos estaleiros, os orçamentos eram deficitários, também o Lloyd era um ninho de empregos.

O "velho Osório" é convidado para a sua direção. Os navios passam a navegar, os deficits desaparecem, a política já não dispõe dos empregos no Lloyd Brasileiro.

Nós eramos o grupo paulista da família, e até os meus 17 anos, eu não o conhecera.

Fui vê-lo pela primeira vez de que me lembro na casa da Rua Almirante Tamandaré, em 1908. Uma travessa da Praia do Flamengo.

Já começava a ser afligido pela doença, embora o dissimulasse. Tia Carlota, suave companheira, cujos cabelos louros iam-se tornando brancos, bordava ou tricotava, carinhosa sem exuberâncias, quase envergonhada das caridades que fazia, deixava transparecer o interesse e o cuidado pelo marido nos ligeiros olhares para seu lado, principalmente quando ele parecia excitar-se falando mais alto.

Ele não gritava, nunca, mas o tom de voz dominava, quando necessário. Dava a sensação de autoridade e segurança, mesmo entre os mais importantes que lhe freqüentavam a casa: os Ouro-Preto, Andradas, Penidos, de Minas, Frontin, Teixeira Soares, Juliano Moreira, Guinê, Gaffréé, Jorge Street, os amigos dos filhos, Alvaro e Miguel, as amigas de Branca, a última filha, menina, que anos depois casou com o futuro desembargador Henrique Fialho.

Nessa casa da Rua Almirante Tamandaré, chegada à frente da rua, pintada em tom verde-cinza, com terraço largo e jardim ao lado, sala de jantar aos fundos, o meu tio Osório e os convivas proseavam sobre tudo: genealogia, história, arte, política, biologia, matemática, educação, urbanismo, tudo como assunto corriqueiro, sem exibir erudição, entremeando de anedotas a conversa, muitas vezes fazendo recíprocas piadas, de cá para lá, de lá para cá, como no jôgo da peteca.

Querendo eu, menino, brilhar na conversa, meti-me a doutrinar sobre política, buscando um exemplo na história da França. Ouvi de repente um sussurro em voz propósitoadamente baixada, do tio Osório: — "o fato a que você quer referir-se ocorreu com Luís XV, não com Luís XVI". E o sangue me subiu violentamente as faces, por uma incrível e pouca justificada vergonha, da minha ignorância!

Entre 1912 e 1915, era tal a fascinação que o "velho Osório" exercia sobre os filhos que, á imitação do pai, cada um por sua vez foi deixando crescer a barba: Alvaro Osório, fisiologista, professor e depois diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Miguel Osório, fisiologista, professor do Ins-

tituto de Manguinhos, literato, pianista, mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras; Gabriel, advogado e professor de direito; e Nuno, engenheiro da Central do Brasil; a menina Branca, já casada com o futuro desembargador Henrique Fialho, sobressairia pouco depois como educadora e presidente da Associação Brasileira de Educação.

A saúde do "velho Osório" começa, por êsse tempo, a inspirar cuidados e êle é forçado a viajar para o exterior em busca de alívio.

Êle, que trabalhára tôda a vida, começava a descansar.

Nessa casa agora na rua Machado de Assis, a família vivia desafogadamente. Como renda principal o "velho Osório" possuía as ações da Companhia Docas de Santos. E além da casa, tinham a chácara da Tijuca e o sítio da estação Governador Portela, na linha auxiliar da Central do Brasil. Talvez mais algum auge que lhes permitia viver confortavelmente.

Agora predominavam os novos, os filhos e seus amigos. Mas a presença do pai era indispensável e, na jovialidade de todos, talvez o velho fôsse dos mais jovens.

Á proporção que a moléstia do "velho Osório" progredia inexoravelmente, o casal ia desempenhando uma farsa emocionante. Enquanto êle dissimulava uma crise, a mulher proporcionava-lhe o medicamento aliviante, dissolvido num copo d'água.

Escolhi propositadamente, após consultar os seus dois sobrinhos e meus primos Aureliano e Mário Leite, nosso ilustre presidente e consócio, o nome do nosso tio, para meu patrono neste Instituto.

Entre os objetivos de um Instituto Histórico sobreleva como principal a revelação da História.

Numa concepção antiquada da História costuma dar-se relêvo aos feitos militares, às revoluções, aos massacres e aos feitos dos políticos.

O mais das vêzes ficam esquecidos aquêles que realmente fizeram a nacionalidade, os que trabalharam, os que se impuseram no seu meio e na sua época.

Por felicidade, êste Instituto tem compreendido melhor a História do Brasil, que se identifica com o conhecimento e desenvolvimento do território, levando à formação e unificação de uma das mais extensas nações do Mundo.

Quando se estuda a fase colonial sobressaem as bandeiras e seus chefes, de vez que não é possível mencionar um por um os nomes dos componentes. Mas a história das bandeiras seria incompleta sem tratar das veredas desbravadoras, que fizeram recuar o meridiano das Tordesilhas.

Assim como o proprietário tem que abrir caminhos para conhecer, dominar e cultivar tôda a propriedade, assim também a nação brasileira teve que agir. Na fase colonial, foi a penetração. Na primeira fase do império, o esforço da determinação das fronteiras que prosseguia na segunda fase e chegou até o período republicano.

Mas nada se consolidaria sem a penetração efetiva, que se delineou, no sertão, pelos caminhos, ainda que mal traçados; mais perto do litoral, pelas ferrovias, e, no litoral, pela navegação e construção de portos.

Para o leigo, que mal estuda a história nos compêndios elementares, isto não tem muito sentido. Porém, para os que estudam mais seriamente os assuntos brasileiros, a solução estêve, está e estará nas vias de comunicação:

nas veredas à busca das minas; nas canoas que partiam à época das monções favoráveis; depois, nas estradas por onde passavam tropas e carros de bois; em seguida, na penetração das vias férreas para o interior e na navegação de cabotagem, que liga o norte ao sul; e agora, na fase final, na conjugação das rodovias com a ferrovia, e na aviação.

Gabriel Osório de Almeida foi incansável batalhador nas quatro grandes ferrovias do Brasil; foi incontestável autoridade portuária, e dirigiu com diligência e proveito a mais importante empresa brasileira de navegação.

Sua grande cultura, adquiriu-a com tenacidade e pela inteligência livrou-se dos lugares comuns e frases feitas.

Sua energia férrea, serviu-se dela nas administrações a que serviu.

Sua capacidade de trabalho, exauriu-a na construção dos grandes trechos das ferrovias brasileiras aproximando os povoados esparsos.

Sua vida foi um grande exemplo a ser seguido. Tendo vivido dois terços de sua vida no século passado, e um terço neste século, podia orgulhar-se do que fez e do que foi.

O fato de correr nas minhas veias o seu sangue, que também corre nas de Aureliano e Mário Leite, igualmente seus sobrinhos, não nos impede de proclamar-lhe os méritos.

O tempo enaltece o que é grande, como apaga o que é mesquinho.

Foi por isso que escolhi para patrono, ao ser recebido no Instituto Histórico, o nome de um dos homens que durante longos anos ajudou a construir o Brasil.

Agradeço, senhores, a honra de me haverdes trazido para a vossa companhia.

O INFANTE DOM HENRIQUE NO CENÁRIO DO SEU TEMPO

Sebastião Pagano

O fim da Idade Média foi verdadeira “revolução” branca, incruenta. Uma transformação profunda se fez nos costumes e no espírito que animava a vida, em temerosas investidas contra a unidade teocêntrica do conjunto. O Estado e a Igreja, soberanos nas suas esferas, entendiam-se bem. A Igreja, sem atribuições sobre a legislação civil ou administrativa de assuntos meramente temporais (contanto que não se faltasse à caridade e a à justiça), cabendo aos papas o direito e o dever de intervir com os reis e legisladores quando estava em jogo a salvação das almas, escreveu Guggemberger na *“General History of the Christian Era”* (vol. I), proibindo a escravidão por ser imoral; vedando a usura; condenando a delapidação dos dinheiros públicos; protegendo a cooperação dos empregados e patrões nos grêmios; velando pela santidade do matrimônio; defendendo a liberdade individual; salvando a pureza doutrinária, impedindo as más doutrinas; arbitrando nas guerras; impedindo a agressão; suavizando com as “tréguas de Deus” a dureza das lutas, e, em casos extremos, podendo e devendo o papa relevar os súditos de seu dever de fidelidade contra alguma tirania, e também excomungando os rebeldes notórios, os herejes, os perturbadores da paz. Acrescentou F. M. Powicke em *“The Legacy of the Middle Age”* (Oxford, 1926) que as bulas pontifícias eram os documentos mais escrupulosamente elaborados, com toda perfeição, para o bom exercício dessa alta soberania, que implicava no respeito a outros tantos direitos soberanos em suas órbitas, “mantendo, (o papa) como um guia na vida, a concepção de um universo perfeitamente ordenado, no qual há uma harmonia fundamental entre as leis físicas e as morais, fazendo a Igreja voltar os povos para a única direção em que são possíveis os progressos científicos e sociais”, pois, como pai espiritual da Cristandade, era a cabeça daquilo que realmente era uma “sociedade das nações” também chamada “república cristã”.

Foi no fim desse equilibrado período que nasceu o Infante dom Henrique, quando se diluía a noção teocêntrica da vida para assimilar-se a noção antropocêntrica. Já, aliás, em 1394 — ano em que nasceu, tendo falecido com 66 anos, em 1460 — evoluía a decadência do seu tempo; tudo estava conturbado, a começar pela própria Igreja, que se debatía no grande cisma do Ocidente.

De 1309 a 1377, residiram os papas em Avinhão, sendo Gregório XI o 7.º e último pontífice, falecido em 1377. Ai tiveram muito mais segurança e esplendor que em Roma. Mas foi exatamente à volta que se deflagrou o cisma que duraria meio século, de Clemente VII (1378-1394) a Benedito XIII (1394-1415) como anti-papas contra os legítimos papas de Roma, Urbano VI (1378-1389), Bonifácio IX (1389), Inocêncio VII (1404), Gregório XII (1406) e, à sua morte, tendo sido eleito Martinho V, em 1417 (Otão ou Eudes, príncipe Colonna), terminou o cisma, sucedendo-lhe Eugénio IV (1431-47), Nicolau

V (1447-55), Calixto III (1455-58) e Pio II (1458-64) o humanista Sílvio Enéas Piccolomini, que fôra secretário do Imperador e sob cujo pontificado faleceu o infante dom Henrique.

O grande cisma terminou com a abdicação do falso João XXIII, eleito em 1410, e a excomunhão de Benedito XIII. Tinha o infante 23 anos, e sua alma católica exultara, embora a Igreja precisasse de profundas reformas nos costumes e no sistema (não nos princípios), e as heresias pululassem.

Já no fim do século XIII, todo o Império e a Igreja, que eram a base da ordem política, estavam abalados e perderam parte do seu prestígio. A ordem social, fundada na fidelidade, estava em vias de transformações enormes. E foi quando o Estado Monárquico realmente apareceu demolindo o feudalismo que tantos benefícios fizera à obra descentralizadora e livre da Idade Média (como disseram Karl Marx e Augusto Conte). Duzentos anos de lutas precederam o Estado Moderno entre crises seguidas, cujos princípios diretores são ainda mal vislumbrados na sua longa evolução. Embora ainda em 1389 o mundo medieval fôsse bastante vigoroso defendendo-se contra os germes da destruição, evitando uma queda fatal, nem todos os príncipes puderam deter a desordem mental que se avizinhava da anarquia do liberalismo intelectual, empírico, experimentalista, positivista e sensualista. Deve-se dizer que a ciência positiva fôra prevista na técnica pelos escolásticos de Paris, ao lado de um humanismo beletrista e uma arte que floresce, primeiro nas Flandres, depois, na Itália, derramando-se por quase tôda a Europa. O sensualismo, porém, se esgueira no pensamento e nos costumes. Uma análise lógica dos princípios escolásticos mostrará os exageros e as fraquezas que levarão, em parte, à ruptura mental e, depois, pelo exame desprevenido e leviano dos dogmas, se chegará à reforma desastrosa que imergiu a Europa numa guerra inconcebível a cujo limite nunca mais se chegou, abaixando o prestígio político e mesmo moral da Santa Sé. Com as críticas escriturísticas de Wyclif e as guerras evangélicas que ensanguentaram e destruíram parte da Europa central, especialmente a Boêmia, com João Huss instalou-se, vitorioso, o aleijão de heresia divisionária.

A monarquia é a grande defesa do ocidente cristão, porque, centralizando-se, fizera-se forte, e o nacionalismo começou simplificando os quadros políticos da teoria feudal, agrupando-se os povos em tôrno dos seus reis, que resistem aos desastres com autoridade enérgica. Guiados pela noção cada vez mais clara da "razão de Estado", fizeram renascer a ordem, porém, matando o espírito medieval de ordem não centralizadora — a unidade na variedade, que ainda existia mas diluía-se na onipotência crescente do Estado. Assim nasceram novas condições de trabalho industrial, novos centros comerciais, fortalecendo-se o mercantilismo nascente e animando-se as indústrias decadentes mediante uma suave organização do crédito. E um capitalismo usurário do ouro começou a progredir aceleradamente sob um protecionismo crescente que a Idade Média não conheceu. O próprio papa entrou para o sistema, e Sixto IV fêz o "cartel do alumínio" em 1472 (depois da morte do Infante) para combater os turcos, e o rei do Aragão foi o presidente da "Societas Aluminium". Os bancos de depósito começaram em meio a escrúpulos morais e religiosos ante essa forma de usura. Mas todos estão endividados: os papas e os reis, precisando dinheiro, pois a vida é suntuosa e cara.

Mas há os novos caminhos descobertos pelos portugueses da Escola de Sagres. Os caminhos da Ásia estavam fechados e as rotas marítimas atlânticas, graças ao Infante, abriram-se ao tráfego cada vez mais intenso. Tinha o Infante 59 anos, em 1453, quando os turcos tomaram Constantinopla. Findara a Idade Média, entrando, cronologicamente, a Renascença como um regresso aos princípios do Mundo Antigo, embora a ruptura não se tivesse feito totalmente. Ao menos o Infante impedira-a do lado atlântico, pois embora os otomanos triunfassem no Oriente europeu, contra os maometanos em África erigira a muralha do heroísmo que os fizera recuar.

Em 1347, a misteriosa "morte negra" dizimara a Europa, destruindo-lhe 25.000.000 de vidas. Há um mistério nesse fato histórico sobre o qual põem dúvidas historiadores tradicionalistas. Pior, porém, que a peste, foi a usura racial que se instalou depois disso e a corrupção que invadiu os conventos com a penetração desses elementos étnicos sem vocação alguma. A revolução econômica se instala enquanto a Cavalaria, por outro lado, entrara em declínio por vários motivos. Ficara o espírito cavalheiresco, que não morrerá jamais, ainda que tenha apenas um representante sobre a terra. O idealismo se eclipsa e o espírito mercantilista e a sede de ouro, em contrário à Economia medieval, minou, em parte, a solidez do edifício econômico. Prevendo a fraquesa da Europa, os turcos ameaçavam-na, e as invasões se vislumbavam. A Itália era um campo de batalha. O oriente russo-bizantino, atenuando a catástrofe, procurou a salvação na união religiosa. O concílio Basileia-Ferrara, de 1439 a 1442, uniu ortodoxos e católicos romanos (700 representantes do Oriente; 160 prelados latinos) no término do concílio que se abrira em Florença a 26 de fevereiro de 1439, sob Eugênio IV.

Esse era o Estado da Europa na adolescência do Infante.

A CASA DE AVIZ

Compreenderam os príncipes da Casa de Aviz que só a unidade da Fé seria a fortaleza da resistência contra a dissolução. Em virtude do sábio governo de dom João I, em Portugal, iniciou, seu filho, o infante dom Henrique, a incomparável epopéia de Sagres, fazendo ali o "viveiro náutico" que tanto prestígio e riqueza daria a Portugal, pois este Reino desenvolveu-se, aparecendo já afirmado a denunciar o brilhante futuro que teria, embora a pouca importância do seu comércio e da sua navegação, antes do Infante, não o destinasse, em nada, ao extraordinário papel a que chegou.

Dom João I, Mestre de Aviz, fundador da ilustre dinastia, casou-se em 2 de fevereiro de 1387 com donna Felipa de Lancastre, filha do duque de Lancastre, e deram a Portugal a "inclita geração dos altos infantes". Portugal, com destino marítimo, unia-se à Inglaterra também com destino marítimo. Contribuiu o régio casal com seu prestígio (especialmente a rainha com suas virtudes) para o "elevado nível moral da sociedade de então" (diz Caetano Beirão em sua "*História breve de Portugal*" pg. 48), e essa "nova geração de gentes" com "um escol de legistas e combatentes, homens de ciência que tanto ilustraram os reinados do Mestre de Aviz e seu sucessor". A expedição a Ceuta (que teólogos e letrados, consultados, decidiram) foi que abriu o caminho das descobertas náuticas, "obra cristã para servir a fé" que, segundo Zu-

rara, desde 1409 dom João I alimentava realizar. Essa idéia acompanhava-o de há muito, e seu filho dom Henrique, amadurecido nela, iria pô-la em prática, embora seja conjectura ter o Infante, já em 1412, mandado a primeira armada à procura de terras desconhecidas ao longo das costas da África, apesar de que documentos existam a dizer que em 1415 começara, quando o Infante se instalara em Sagres.

O CARÁTER DO INFANTE

Gomes Eannes de Azurara (m. 1474), que foi historiador e cronista-mor do Reino, e guarda-mor do arquivo da Torre do Tombo, tendo deixado, entre outros relatos, a "*Crônica da Conquista da Guiné*", referindo-se ao Infante, disse dêle que não era dotado de "proporcionadas feições" como alguns que "por seus desonestos vícios cobraram grandes doestos para sua fama", pois o Príncipe, afeito às maresias que lhe tiznaram a pele com os sóis ardentes e os bafos de iodo, sódio e clôro, dedicado determinadamente ao trabalho, deixava aos que por primeira vez o viam, grande impressão pelo seu aspecto, pois "sua presença, do primeiro esguardo, aos não usados era temerosa; arrebatado em sanha, porém, poucas vêzes, com a qual havia mui esquivo semblante. Fortaleza de coração e agudeza de engenho, foram em êle em mui excelente gráu. Sem comparação foi cubiçoso de acabar grandes e altivos feitos. Luxúria nem avareza nunca em seu peito houveram repouso, porque assim foi temperado no primeiro auto, que tôda sua vida passou em limpa castidade assim que virgem o recebeu a terra" (ib.).

El-rei dom João I, (1357-1433), seu pai, em 1385 vencera em Aljubarrota e alcunharam-no "boa memoria". Era bastardo de El-rei dom Pedro I, o que levou o Reino a grandes vicissitudes. A vencer durezas educara os filhos. Em 1364, com 7 anos de idade, fôra eleito Mestre da Ordem de Aviz. Alto espírito tinha êste rei, e seus filhos queria que o não fôssem menos. Dêstes, o quinto foi êsse rei sem coroa que a posteridade conheceu sob o nome de "o navegador" verdadeiro senhor dos oceanos.

A BATALHA DE CEUTA

Quando desta expedição de dom João I a Ceuta, no Marrocos, pouco além de Gibraltar, de que dista 25 quilômetros, dom Henrique acompanhou-o, com o condestável Nun'Alvares.

Era Ceuta a florescente e antiga Abyla ou Septem Fratres do Baixo Império, ou a Sebta dos árabes (Ceuta) e constituía a chave do Mediterrâneo. Sua conquista era fundamental para portugueses, espanhóis e os povos europeus do ocidente. O infante aí se destacou pelo ardor com que combateu sendo exatamente êle o primeiro capitão real que que entrou os muros de Ceuta, e sua bandeira quadrada foi a primeira a passar a porta da cidade, pelejando por cinco horas sem folga com quatro que o acompanhavam. E ao ser tomada a praça a 21 de agosto de 1415, estando êle com a idade de 21 anos, seu pai armou-o cavaleiro juntamente com seus irmãos na mesquita transformada em templo católico, segundo o rito medieval, recebendo, depois, o título de duque de Coimbra e Senhor de Covilhã por carta que seu pai datou

de Tavira, o primeiro pôrto onde ancorara no regresso a Portugal. Na campanha também figuraram dom Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo de El-rei; dom Fernando, o infante Senhor de Bragança, seu sobrinho e o poderoso fidalgo Gonçalo Vasques Coutinho, além de outros muitos senhores e fidalgos. Três anos depois da epopéia, os mouros, em número de 100.000, retomaram a cidade com fôrças do rei de Fez, do rei de Granada, do rei de Marrocos e do rei de Bugia, com grande artilharia e armas modernas, cercando-a por mar e por terra. Na defesa da praça acorreu o Infante com seus irmãos dom João e o conde de Barcelos que, depois, foi duque de Bragança, acompanhados de muitos outros senhores e fidalgos, tendo reconquistado a cidade após grande sacrificio, embora dom Henrique se desgostasse por não ter podido ligar à reconquista a vila de Gibraltar como tinha intenção, pois o comêço do inverno impediu-o por ser muito perigoso para todos. Feita a proeza, partiu para as Canárias a defender a fé.

S A G R E S

Tinha 22 anos em 1415 quando, perto do cabo de São Vicente (nesse lugar onde se combatem ambos os mares, o Atlântico e o Mediterrâneo), no distrito de Faro, a 5 quilômetros de Sagres, o chamado Promontorium Sacrum, do concelho de vila do Bispo e província do Algarve, junto à chamada Terceira ou Terça Naval, fundou uma vila que a voz popular chamou Vila do Infante e que veio a ser conhecida por Sagres, onde a península da Ponta, com meio quilômetro de largura por um quilômetro de comprimento dá a idéia de um extenso molhe ou pier descarnado e minado pelas águas.

Sagres já tinha história. Uma história dos segredos do mar que aí vinha deixar suas queixas e alegrias em tempestados e radiosos dias. Sofreu invasões, e o terremoto que destruiu Lisboa a 1 de novembro de 1755 e atingiu o Algarve, fêz-lhe os maiores estragos, destruindo-lhe tudo e a própria muralha que tinha mais de duas braças de espessura. Parece que a natureza se incumbira de separar as duas idades, a magnífica do idealismo e a tortuosa do materialismo que começava após o terremoto. A cidade, que fôra muito povoada ao tempo do Infante, quase nada de importante conserva hoje, naquele desolado sitio. Uma casa que não era o palácio do Infante (aliás desaparecido) e na qual passava êle algumas vêzes, é a chamada "casa do Infante", sem valor arquitetônico. E nela, em 1839, foram colocadas as suas armas (que são as de Portugal tendo como timbre uma cabeça de serpe alada com a legenda templária "talent de bien faire" que o Infante usava como grão-mestre da Ordem de Cristo que continuou a extinta Ordem dos Templários). Ao lado esquerdo, uma esfera armilar, e, do lado direito um navio a vela. Noutra lápide, estão narrados os serviços que à pátria e às ciências matemáticas e navegatórias prestou o ínclito príncipe.

A ESCOLA DE SAGRES

Pretendia êle que aí os mercadores poderiam servir-se de todos os navios que atravessassem do Levante para o Poente, e poderiam êstes aí fazer divisa e achar mantimentos e pilotos como faziam em Cádiz, pôrto mais afastado que

éste e menos bom, exceto os navios que estavam de travessia. E assim que a vila começou a ser construída, os genoveses davam por ela qualquer preço, o que admira, pois estes não empregavam então dinheiro sem esperança de lucro.

Aí estabeleceu, em 1418, uma escola náutica com estaleiros e arsenal. — Não era uma Academia, mas Escola, pròpriamente num sentido largo — Aí fixou sua residência para dedicar-se à realização do seu plano sob um céu e um mar quase sempre de chumbo, as casas cobertas de fina ardósia amarela, ondeante, muito dura e polida. Nos dias de sol, reluziam as casas e brilhavam os gessos magníficos e as argilas esverdeadas que se transformavam em botijas de bela côr.

Era um melancólico sítio próprio para meditação e sonho. O além-mar predispõe o espírito à visão do ignoto infinito, à evasão para longe, para o além, para o desconhecido, para a conquista.

Aí fundou o Infante o primeiro observatório astronômico que houve no país, e no próprio palácio estabeleceu a escola de matemática, de náutica, de geografia, de astronomia, de cosmografia, de cartografia, de comércio e de conhecimentos necessários à visão dos navegadores. Pagando do seu bôlso generosamente aos professôres, que os fêz vir de Portugal e do Estrangeiro. E fêz construir terenas e casas fortes e o mais que necessário fôsse à ciência da navegação.

E começaram a afluir os discípulos da Escola, dela saíndo dezenas dos mais sábios e audaciosos e não poucos estrangeiros, como aquêles dinamarquês Balort, ou da Alemanha o fidalgo Baltazar e o veneziano Cadamosto, ou o flamengo Jácome de Bruges e outros muitos atraídos pela grande e merecida fama dos mestres dirigentes da famosa Escola, que alguns dizem não ter existido como tal.

OS PRIMEIROS SUCESSOS

No seu relatório, "*De prima inventione Guinae*", disse Diogo Gomes que o Infante tinha em mira: 1.º — descobrir o caminho da Índia, contornando o sul da África (como se encontra na carta de Marino Sanuto e no portulano laurenciano); 2.º navegar para o ocidente à procura de ilhas ou de terra, visando o continente americano (insulas an terram firmem ultra descriptionem Tolomei).

Em 1418, já mandara que Bartolomeu Perestrelo (aquêles que viria a ser sogro de Cristóvão Colombo, o descobridor da América, e cuja ciência era puramente portuguesa) descobrir a ilha de Pôrto Santo, que é o início da série de descobrimentos marítimos que levariam à Índia. Fecundo trabalho fêz de 1418 a 1420, pois a ilha da Madeira foi descoberta em 1419 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, tendo também sido conquistada a Guiné. Em 1432, Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almoureal, descobriu a ilha de Santa Maria, a primeira dos Açores. E mandou o Infante povoar cinco ilhas no oceano, com a Madeira.

Mirava a costa africana onde o cabo Bojador se interpunha a obstruir a passagem dos navios para além do Atlântico pela costa do Saára, na África Ocidental. Marcava o limite da navegação para o sul. E sua inquebrantável vontade decidiu que seus navegadores deveriam dobrá-lo. Proeza arriscada,

que foi feita em 1434 por Gil Eannes, desfazendo a lenda de que passar além seria impossível. Foram doze anos de tentativas, até que, por ordem do Infante, uma brecha foi armada sob a capitânea de Gil Eannes, seu escudeiro.

Tomado de varonil coragem, o jovem escudeiro e navegador partiu. Amava o mar como a si próprio. Era dali perto natural, pois nascera em Lagos, no Algarve, cêrca de Sagres, e ousou afrontar o perigoso cabo do qual se contavam terríficas fantasias. E partiu de Sagres em 1433. Seus marujos, apavorados, olhavam-no como se os conduzisse à morte certa, pois aquilo era um sorvedouro de vidas e de bens. Na consciência de Gil Eannes, terrível dúvida se apresentou; um desânimo insustentável apoderou-se dêle e, por fim, deu o brado: retroceder! Cedeu aos temores do imprevisto.

Quase infrutíferas foram as tentativas do Infante para fazê-lo voltar. A primeira ida encherá-o de terror, e o escudeiro-navegador regressara, sem nada conseguir, e, para não voltar sem resultado algum, aportou às Canarias, de onde levou alguns cativos.

Depois dessa primeira tentativa de que regressou a Sagres sem ânimo, no ano seguinte, o Infante procurou convencê-lo de que tudo o que se dizia a respeito do cabo não passava de imaginação. Foi patética sua exortação a que Gil Eannes ouvia em silêncio. Mas, bom servidor, dedicado e obediente vassalo, pediu ao príncipe que lhe confiasse a mesma barcha. E se fêz ao mar, porque o Infante lhe dissera: “quereesme dizer que por opynion de quatro mareantes os quais como som tirados da carreira de Frandes ou de alguns portos para que comumente navegam nom sabem mais teer agulha nem carta para marear, porem vos hii todavia nom temaes sua opynion”.

DO CABO BOJADOR AS MAIS DESCOBERTAS

Conseguira reacender-lhe a fé perdida, e, quando, em 1434, Gil Eannes voltou triunfante do cabo assustador, disse ao príncipe que estava admirado como tão pouco lhe custara fazer aquela emprêsa, dobrando o cabo. E quedou-se a cismar sôbre que poder sobrenatural tinha aquêle infante que, sem ter êle próprio saído a passar os mares, sabia, pela ciência e pela própria dedução, com certeza, do que poderia ser feito, como aquela emprêsa, sem receio de levar à destruição e à morte os seus vassalos e as suas naus.

O infante recebeu com entusiasmo seu pilôto e, depois, deixou-o logo partir com Afonso Gonçalves de Baldaia, indo até um sítio a que denominou Angra dos Ruivos. E mais proezas fêz o ilustre navegante, que de tão identificativo ficara com o mar desconhecido, um dia, partindo com uma caravela desapareceu com ela, sem que se tivesse mais notícias do seu nome e do que fêz. Mas, êsse mesmo Baldaia, que era o encarregado da copa do Infante e pessoa de sua confiança, também fôra feito navegador pela influência do seu amo, o ilustre príncipe, que a todos incutia coragem e confiança. Mandou-o pelas costas africanas e descobriu, em 1436, o rio que se chamou do Ouro, e que foi o limite das proezas do infante no primeiro período da sua escola, não sem ter sido completada outra descoberta, em 1437, que foi a do arquipélago dos Açores.

Que confiança que firmeza de vontade tinha o Infante, dizendo dêle o Cronista-mor do Reino, Gomes Eannes de Azurara: “duvidoso seria contar

quantos pares de noites seus olhos não conheceram sono e o corpo assim austinado que quase parecia que reformava outra natureza”. Rezava, mortificava-se, estudava, trabalhava noite e dia. E tinha tal forma de comando que obedecer-lhe era um prazer e acompanhar-lhe as idéias uma graça, pois foi homem de grande conselho e autoridade, avisado e de boa memória, vagaroso aparente para freiar com senhorilidade seus ímpetos, porque comedido e sereno não revelando bem os seus fins tão altos e místicos, porque agia guiado pelo idealismo santo da Cruz de Cristo para a difundir nas terras dos infiéis. Nenhum príncipe teve tantos vassallos em reverência e obediência ante sua palavra mansa, o gesto assossegado, constante nas adversidades e humilde nas prosperidades. Não teve ódios nem má vontade contra pessoa alguma por grave erro que cometesse. E “tanta era sua benignidade acêrca disto, que o censuravam os entendidos que falecia na justiça distributiva, porque em tôdas as outras partes se havia igualmente”.

Com seu mongil roxo e seu chapéu de Borgonha, como uma águia, assentado no rochedo de Sagres, quantas vêzes entrou noite a dentro a observar o mar, encontrando-o o sol no mesmo lugar onde o deixara o dia anterior, cercado de gente de diversas nacionalidades vindas de Portugal, da Majorca, do Oriente, da Itália, da Espanha, Flandres, Inglaterra, França e Alemanha, uns a aprender, outros, cartógrafos, cosmógrafos, matemáticos, astrônomos, illuminadores!

Bem disse dêle o poeta Luís Osório Pereira da Cunha de Castro:

“Teus olhos — do alto mar perdidas sentinelas —
Faróis de intensa luz erguida sôbre um monte,
Procuram outra luz que muito além desponta,
Do longínquo Oriente às rútilas janelas”.

NO COMBATE AOS INFIÉIS

Dpóis da primeira guerra de Ceuta, mais tarde, com 24 anos, voltou o Infante à África, em 1418, colhendo preciosas informações a respeito das caravanas que vinham de Tombuctu, através do Saara; por Tafilet, pelo vale do Suse, e de Draha, trazendo ouro, marfim, escravos para o mercado de Ceuta.

Tinha curiosidade de entrar além da florescente Ceuta, pois esta fôra a primeira conquista de seu pai em terras de África, marcando início das gloriosas conquistas de Portugal. Mas Ceuta perdeu-se para ficar no domínio dos castelhanos desde o fim da gloriosa dinastia de Aviz, em 1580, não tendo a restauração de 1640 a reconduzido ao cêtro dos Bragança.

Ceuta até hoje conserva seu valor estratégico pela sua posição geográfica, como uma das cahves do estreito. De Ceuta à Guiné, aliás, não seria difícil. E, olhando o horizonte, depois da batalha cêutica, a misteriosa África araiu o Infante.

Está agora no máximo da sua fama ascendente, como militar e como navegador. E logo com justificado espanto no início das suas expedições, que ecoaram pela Europa inteira, o papa Martinho V, o Imperador da Alemanha, o rei D. João de Castela, o rei Henrique V da Inglaterra, apressaram-se a pedir-lhe o concurso de seus talentos militares.

Mas o príncipe pertencia a Portugal: sua batalha era pela pátria e pela dilatação da fé. Ainda havia guerras a vencer pela pátria. Dom João I, seu pai falecera em 1453, sucedendo-o dom Duarte II (139-1438) seu irmão, e, à sua morte, subiu ao trono seu sobrinho dom Afonso V, que faleceu em 1481. Com seu sobrinho-rei, foi ao ajuntamento que se fez sobre o Infante dom Pedro, de que se seguiu a batalha de Alfarrobeira, na qual morreu dom Pedro e o conde de Abranches, sendo desbaratada toda sua hoste, portando-se aí, dom Henrique, com tal lealdade que admirou a todos.

Era homem de cumprir seu dever sem dar ouvidos à maledicência. Assim, “o empenho do Infante no progresso dos descobrimentos, que havia começado, não se mostrou mais ativo, nem o ânimo de seus capitães se manifestou mais resoluto: ao contrário, não ousaram passar o cabo Bojador. O povo, os nobres e até mesmo mareantes estavam tão pouco seguros do grande projeto do Infante, que não cessavam de murmurar contra êle, tachando-o de pouco menos que insensato”, diz o cronista.

E a notícia desse empenho do príncipe português corria toda a Europa sem que na época Veneza ou outra qualquer nação navegadora reclamasse prioridade em tais assuntos, mas admirando-o profundamente. E entre o mar e a terra o Infante ia desdobrando suas forças pela causa da fé

CÊRCO DE TANGER

O segundo período da sua atividade militar em África é o que começa pela empresa de Tanger, a temerária arrancada que culminou em negra tragédia em que seu próprio irmão, o Infante dom Fernando, caiu cativo, apesar de todo seu herismo nesse epílogo de uma conquista audaciosa.

Muitos dos seus subordinados abandonaram-no nesse perigoso cerco, o mais perigoso de todos. Mas o Infante não sofreu alteração na sua bondade, pois, sem puni-los, não somente os reconciliou entre si como ainda lhes fez avantajados acrescentamentos sobre outros que bem o serviram, e que a juízo de muitos eram sem merecimento. Reinava então El-rei dom Duarte II, que o mandara pela terceira vez à África, que penetrou 19 léguas com suas bandeiras sobre terras inimigas, dando à cidade de Tanger um cerco de 22 dias de assinalados heroísmos dignos de memória.

Por ordem dos reis, seu pai, seu irmão e seu sobrinho, o Infante governou Ceuta por 35 anos com muita honra, deixando depois o governo nas mãos de El-rei dom Afonso no começo do seu reinado. A cidade foi retomada, mas o Infante continuamente trouxe navios armados contra os infiéis que faziam muita destruição na costa. Por Cueta, sabia muito bem o que valia Tanger para Portugal.

Mas, que álgidas lembranças lhe traziam Tanger, pois, como disse Olavo Bilac:

“Em Tanger, na jornada atroz do desbarato,
— Duro, ensopando os pés em sangue português,
Empedrado na teima e no orgulho insensato,
Calmo, na confusão de horrendo desenlace,
— Vira partir o irmão para as prisões de Fez,
Sem um tremor na voz, sem um tremor na face”.

Essa cidade, segundo a lenda, fôra fundada pelo gigante Anteu (que prometera a Netuno, seu pai, erguer-lhe um templo de cabeças humanas, matando os que lhe penetrassem o seu território, e ao cair na luta, sua mãe, a Terra, dava-lhe mais fôrça, até que Hércules o estrangulou no ar). Fôra feitoria fenícia e colônia romana sob o nome de Tingis, e metrópole da Mauritània tingitana, então em mãos de muçulmanos; cairá em mãos portuguesas em 1471 (onze anos depois de morto o Infante), cortando-lhe o domínio infiel do lado gibraltino pelo Marrocos, cujo pôrto, junto ao cabo Espartel, era o único em que podia fundear uma esquadra. A cidade anfiteatro, de estreitas ruas sôbre a colina calcárea, brilhando ao sol a loiça dos minaretes e cúpulas de mesquitas deslumbrantes, era uma prêsa honrosa. Construíram-lhe os lusos as muralhas espessas.

OS TRABALHOS NO MAR

Com a morte de El-rei dom Duarte e a agitação nacional, foi confiada a regência ao Infante dom Pedro e os ânimos serenaram-se. E dom Henrique pôde voltar à sua faina de navegador, despachando, em 1441, dois capitães, para procurarem a costa do Saara. E um dêles foi o primeiro que levou negros a Portugal. Descobriu, com espanto, nas costas da Guiné (de onde levou ouro, ébano, goma e peles) os negros de cabelos crespos e que, por avidez, logo mais, foram explorados de vergonhosa maneira, restaurando-se uma instituição morta pelo Cristianismo e erigida a escravidão em instituto jurídico tolerada sob o nome de tutela à face da religião. O segundo descobriu o cabo Branco.

Em 1443, Nuno Tristão descobriu a ilha de Arguim, onde o Infante estabeleceu uma feitoria.

Em 1444, Diniz Dias descobriu o cabo Verde.

Em 1445, João Fernandes que, quando cativo aprendera o árabe na Mauritània, penetrou o interior do Sudão chegando ao país dos Tuaregs, sendo o primeiro europeu a explorar o interior do continente negro até Tagnoz (Tagara, entre Akka e Tombuctu).

Em 1446, Álvaro Fernandes descobriu a Serra Leoa e reconheceu a ilha de Goréa.

Em 1457, o veneziano Luís de Cadomosto e o genovês Antônio Nolle — ambos a serviço do Infante como discipulos da Escola de Sagres — descobriram a Gâmbia.

Em 1460, Diogo Gomes descobriu o arquipélago do cabo Verde (que Cadomosto pretendia ter descoberto, o que não era certo, como posteriormente se provou pela Relação do próprio Diogo Gomes, publicada em 1847 pelo dr. Schmeller, de Munich).

Essa foi a derradeira descoberta em vida do Infante, que morreu em 1460.

A DILATAÇÃO DA FÉ

Fôra o ímpeto cristão da fé que levara El-rei dom Duarte à investida cruenta contra Tanger em que o sentimento religioso e o patriotismo foram apanagio dos gigantes em luta em Tanger, onde dom Fernando caiu prisioneiro quando sob as ordens do irmão, o Infante dom Henrique, a investida se

fêz com todo o arroubo da alma portuguesa. Penhor cativo da cidade de Ceuta, que os portugueses tiveram que devolver aos mouros, o Infante dom Fernando sentiu a desgraça e a derrota do irmão, aquêle nobre príncipe comandante das armas cristãs.

Em terra ou no mar, o mesmo sentimento de dilatação da fé impelia a nobre dinastia de Aviz e êsse era o motivo central da vida do Infante.

Quando dom Henrique o navegador morreu, os portugueses se haviam extendido pela Serra Leoa até o Cabo Verde. Das Costas do Ouro foram um pouco timidamente ao Senegal. Muito mais tarde foi que, considerações de ordem comercial, começaram a levá-los para o sul, semres ultados práticos que só advieram anos mais adeante. Não obstante El-rei dom Afonso V, em 1469, ter afirmado a Fernando Gomes por seis anos o comércio nas costas ocidentais da África com a obrigação de explorar, cada ano, três léguas de terra a partir da Serra Leoa, os resultados foram tão precários que, em 1473, as Côrtes contestaram que essas regiões fôsem para os comerciantes de beneficios consideráveis.

Mas o príncipe dom Henrique, grão-mestre da Ordem de Cristo, com o fito de glorificar a pátria e defender o Evangelho, fizera tais investidas audaciosas que fêz Camões dizer dos da sua raça:

“... Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes cousas”:

(Lus. V.º,XLI)

Tais expedições foram animadas por êsse espírito e tiveram o maior sucesso pela sinceridade dos seus intuitos. E Deus recompensou os esforços do país cristão e essas regiões se tornariam logo ponto de exploração comercial assaz importante, realizando-se a promessa evangélica de que, procurando-se primeiro o Reino de Deus, o resto seria dado por acréscimo.

Não tinha ainda a Europa população sufficiente para irradiar-se, e só o fundamento missionário das descobertas poderia impelir um povo ardente de rala população a esse feito extraordinário. Como dizia George Weber, professor na Universidade de Heidelberg (6.º vol. da sua “*História Universal*”): o que levou às descobertas (referia-se à América) foi a “orgulhosa promessa da Igreja de que os pagãos seriam sua herança, e que as extremidades da terra lhes pertenceriam”. Quem iniciou a realização dessas promessas foi Portugal, sendo o Infante dom Henrique seu condutor. E com tais memoráveis acontecimentos, tal promessa evangélica realizou-se plenamente, dando Portugal mundos ao mundo e ciência para que seus navegantes os descobrissem.

OS CONTRA-FORTES DA EUROPA

Mas as proezas de Ceuta e de Tanger não eram isoladas, como não seria absurda ou infundada a maravilhosa epopéia de dom Sebastião, o último representante do espírito da gloriosa dinastia de Aviz, que é o apogeu de Portugal. Os portugueses salvaram a Europa, erigindo contra a invasão dos infiéis, contra-fortes invulneráveis. Essa é a razão certa porque tanto empenho punha a dinastia de Aviz pelos seus altos Infantes sangrarem-se em África:

a defesa da civilização cristã ameaçada pelos infiéis. Não fizeram tais proezas por mero misticismo sem realismo algum, mas sim com profunda visão histórica.

No comêço do século XV, a hegemonia muçulmana parecia passar aos Hafsidas que, entre outros títulos, conseguiram o prestigioso título califal, e, em 1430, o califa Abu Fâris, entrou em Tlemon e impôs sua soberania ao sultão, fazendo-o tributário. Porém, êsses vastos impérios desabaram no pó das lutas porque, quando os portugueses, em 1415, se apoderaram de Ceuta, conseguiram desarticular-lhes as forças só com a sua presença. Em 1458, instalaram-se a alguns quilômetros da cidade de Tlemon, e, em 1471, chegaram a Arzila do lado do Atlântico, cuja soberania foi reconhecida em Tanger, enquanto as cidades do litoral da Argélia começaram a sofrer os ataques das tropas espanholas.

Dêsse império, depois, só se ficou sabendo apenas que Abu Fâris, o mais glorioso califa do século XV, ergueu uma mesquita da qual não resta nem sinal, e que foi terminada por seu neto Othman (1435-1487) que, por sua vez, construiu outra mesquita em Tunis. Mas, como tudo isso desapareceu, os muçulmanos, tão orgulhosos em mencionar as suas obras, devem ter sofrido com a lembrança de que nada disso ficou porque, os portugueses, derrubando a sua importância, desmancharam a possibilidade dos infiéis atingirem a Europa ameaçada.

Ceuta e Tanger não foram proesas de empáfia ou imperialismo, e sim uma defesa da Europa Cristã cobçada pelos maometanos que, logo mais, em 1453, portanto sete anos antes da morte do Infante, apoderaram-se de Constantinópla, ameaçando rijamente a incauta Europa que teria sucumbido não fôra o milagre providencial na enseada de Lepanto e nos muros de Viena, em que se destacaram as homéricas figuras de dom João de Áustria e João Sobiesky, rei da Polônia. Puros milagres da medianeira Virgem do Rosário a quem o papa confiou o destino da Cristandade já tão dividida pela Renascença e pela Reforma.

TESTEMUNHAS E INIMIGOS

Dêsse intento espiritual testemunham também historadores estrangeiros.

Não eram movidos os portugueses a uma emprêsa tão temerária quanto a da África em adustas terras, senão por idealismo. Disse Henri Pirenne, em seu livro "*La fin du moyen âge*" (pág. 153), que as descobertas portuguesas ao longo das costas da África não tiveram, até metade do século XV, senão importância geográfica, pois sabe-se suficientemente que, no comêço, a idéia econômica era completamente estranha, pois não só Portugal não tinha nenhum interesse em expandir-se como a pouca importância do seu comércio e da sua navegação que não o destinavam a nenhum papel extraordinário. Foram considerações de apostolado cristão e curiosidade de um espírito superior que levaram Henrique, o navegador (1394-1460), a dirigir expedições à África que, afinal, atingiria as costas de Malabar e desviou o comércio das especiarias do Mediterrâneo para orientá-lo pelo Atlântico. Pode-se considerar as expedições dos portugueses contra Ceuta em 1415 como uma cruzada contra o Islão, como a abertura mística da estupenda epopéia que acabou em emprêsa comercial.

Parece que, contornando as costas da África durante a primeira metade do século XV, ainda não sonhavam descobrir um braço de mar que lhes permitisse atacar pelo sul os muçulmanos de Marrocos e chegar, talvez, às misteriosas terras do Preste João, o rei cristão nestoriano, para fazer, com êle, um contra-forte da civilização cristã e entalar o inimigo entre dois fogos.

Já, hoje, sabe-se também que o espírito superior de grandeza da civilização cristã envolveu posteriormente a gesta de dom Sebastião, o último rei mediévico em plena Renascença deformadora.

Mas, para tirar-se a glória do Infante, até sua ciência foi contestada. E saíram a defendê-lo doutos espíritos. Um dêles, Francisco de Borja Garção Stockelr (1759-1829), primeiro barão de Vila da Prata, antigo Governador e capitão-general dos Açores.

DA PURIDADE DO INFANTE

Escreveu êle que, conforme Heródoto, em 604 antes de Cristo, por ordem de Neco, faraó do Egipto, fizeram os fenícios o périplo da África, partindo do Mar Vermelho e chegando, depois de três meses, ao Mediterrâneo. Lembrou Cornélio Nepos e Plínio, relatando a viagem de Eudóximo de Císico que, fugindo à cólera de Ptolomeu, saiu do mar Arábico para chegar às praias de Cádiz. E Estrabão, que trataria do mesmo assunto, como Cilax sôbre o comércio cartaginês, e Célio Antipáter ao falar do comércio entre a Etiópia e a Espanha.

Mas, se os navegadores fenícios e cartagineses vinte séculos antes contornaram as costas da África em viagens descontínuas, os europeus nem sequer as conheciam quando o Infante dom Henrique, desde o cabo Não, abriu o caminho das grandes descobertas marítimas, por ser êsse cabo o primeiro termo da expedição daquele príncipe ao cabo da Boa Esperança e dêsse ao Guardafu (antigo Aromata). É respeitável a documentação de T. O. Marcondes de Sousa in "*A circumnavegação da Africa na Idade Média*", mas tudo em teoria e nada por europeus realizado na prática, o que coube a dom Henrique fazer com grande ciência e coragem.

Anulou equívocos Stockler com grande erudição e profundidade, examinando quantos escritos posteriores vieram, procurando demonstrar a prioridade portugueza sôbre a anônima ação de navegantes a serviço de outras nações, desfazendo suposições e má fé e inveja que a ciência repele por não subsistirem a um exame mais acurado e honesto. Atribuir a normandos e venezianos a prioridade dessas descobertas, que já constariam de mapas (apócrifos todos, como se verificou) em datas do século XIV e começo do XV, que demonstrariam já ser conhecido o cabo da Boa Esperança, foi baldado esforço que o ilustre professor da Academia Real da Marinha em Portugal deslindou brilhantemente em eruditas páginas de boa crítica a quantos sôbre o assunto escreveram.

Henri Pirenne é hoje um dos maiores historiadores da Idade Média, mas a êle juntam-se outros autores portuguezes e estrangeiros, como Edgard Prestage, da Universidade de Londres, em livros de douta ciência histórica, entre os quais "*The portuguese pioneers*", que demonstram assaz bem em favor da prioridade portugueza e glória do sábio Infante.

Todos os escritores portugueses do século XVI referem-se a esses documentos do cartório de Alcobaça descobertos em 1528 (a que aludiu Stackler), apresentando tôda a costa da África com o cabo de Boa Esperança, as costas do Industão e o resto da Ásia, que dizem os inimigos do Infante terem sido copiados em 1428. Mas cabe lembrar que a Escola de Sagres é anterior a essa data, e outrossim, nem Damião de Góes, nem João de Barros na sua grande obra "*Décadas da História da Índia*" (que começou a escrevê-la em 1531) nem tantos ilustres portugueses honrados e dignos de fé aludiram a esses mapas do cartório de Alcobaça, que os Infantes dom Pedro e dom Fernando teriam mandado copiar da biblioteca de São Marcos em Veneza apenas a um manuscrito a que se referiram estrangeiros como Villoisin, Sófus Ruge, Toscanelli e mais outros pretensiosos copistas italianos, pois seria de todo desonesto que a seu irmão tivessem, em 1428, trazido para Portugal tão preciosos mapas, e o Infante dom Henrique simulasse obra sua a epopéia dos descobrimentos derivados da escola de Sagres, pois no cenário do seu tempo emerge o Infante como um fabuloso gigante a despertar o interesse de mui altos príncipes a pedir-lhe que sua espada e sua ciência os servisse, vindo muitos estrangeiros ilustres à sua Escola, mesmo venezianos e genovezes. E, ao serem descobertas a ilha de Pôrto Santo e a Madeira, e tôdas as mais achadas, as potências marítimas da época teriam denunciado ao papa a fraude do Infante, quando, ao contrário, elogiavam-no. Então, a Santa Sé, Verdadeira Ligas das Nações da época, seria cúmplice, pois não se armava uma nau nem se reconhecia uma terra sem que o papa anuisse para a validade jurídica.

CAVALEIRO DE CRISTO

Também era o Infante Fronteiro-mor do Reino e foi Regedor e 8.º Governador dessa cavalaria que era a Ordem de Cristo, por autoridade do papa, que lhe deu todo o espiritual das ilhas, e, com seus recursos fê-las descobrir. E para enriquecimento da Ordem, do seu bôlso, comprou o Infante muitas terras no Reino, das quais fêz novas comendas afora casas e herdades com que encheu a dita Ordem. Acrescentou no convento de Tomar da Ordem de Cristo, duas formosas crâstas e um côro alto com mui ricos ornamentos que lhe ofereceu.

E como era muito devoto da Santíssima Virgem, mandou, em sua honra, fazer uma casa de oração a um lugar de Lisboa, perto do mar, que se chamou Restello, sob a invocação de Santa Maria de Belém, distante e fronteira à linda tôrre mediéfica que, em lembrança das descobertas, El-rei dom Manuel I mandou erigir e se conhece como Tôrre de Belém, nesse bairro em que emergem os Jerônimos.

Tudo isto fala mui alto da espiritualidade das descobertas e colonização das terras que a coroa, com tanto empenho, sacrifício e devotamento civilizou, erigindo, como é o caso do Brasil, os mais belos florões da sua História.

E em Pombal Soura mandou fazer notáveis igrejas. E quando, em 1431, foi reformada a Universidade de Coimbra, criou nela uma cadeira de Medicina, e, como a Universidade não tivesse casas próprias para tanto, deu-lhe um prédio em Lisboa, deixando muito boas casas nobres e instituições beneméritas e gostando de dar sua proteção a esses bens, mandando, em 1448, dar de seu

bólso 10 marcos de prata para uma cadeira permanente de Teologia. Também à sua capela de Santa Maria da Vitória (no mosteiro da Batalha) dava 7 marcos de prata, e inúmeras outras benemerências fêz o Infante até sua morte aos sessenta e seis anos.

Já ao fim da vida, pretendia ir morar em Ceuta, trabalhando por suas armas em honra do Reino e exalçando a Santa Fé. Mas El-rei se lhe opôs com seus conselhos em virtude da sua idade e da estima que lhe tinha para que ficasse em seu Conselho como especial amigo, servidor e tio.

A MORTE DO LIDADOR.

Porfiou em viver lutando o quinto filho de El-rei dom João I. Nascera no Pôrto a 24 de março de 1394, falecendo em Sagres a 13 de novembro de 1460. Foi uma das mais fortes figuras da História de Portugal: o propulsor dos descobrimentos marítimos. A cidade encheu-se de luto, e El-rei dom Afonso V, para compensar a dadivosa terra do Infante, entre outras mercês, por alvará que dom João II confirmou, em 1461, deu aos seus moradores o privilégio real de não pagarem meia rasa do que comprassem ou vendessem.

Como todos os filhos do Mestre de Aviz (a geração dos Altos Infantes) foi dom Henrique acuradamente bem educado. E dêle escreveu ainda Gomes Eannes de Auzarara que, em sua vida, muito pouco vinho bebeu, o que denota quão parco era nos prazeres mais simples. Tinha grande amor à cousa pública, à qual dedicou tôda sua vida de trabalhos continuos procurando sempre novas experiências e tudo o que fôsse novidade para o progresso e prosperidade dela, baseando tudo, porém, na experiência construtiva. Isso fazia quase sempre com grandes despesas suas. Dedicou-se proficuamente ao trabalho das armas para dirigi-las especialmente contra os inimigos da Santa Fé, desejando, porém, paz com todos os cristãos. Como suas respostas sempre eram brandas, com isso muito honrava a condição de cada pessoa que, apesar da presença de um grande príncipe, todos se sentiam perfeitamente bem acolhidos. Nunca disse palavra torpe ou desonesta. Obedecia fielmente à Igreja, e todos os officios religiosos ouvia-os com grande devoção. Tratava com reverência os ministros de Deus e as cousas sagradas, beneficiando-os sempre. Pode dizer-se que jejuava quase metade do ano e nunca deixou partir um pobre de mãos vazias. Não conheceu medo na sua vida senão o de pecar, porque, como diz o cronista, “das virtuosas obras e honestos costumes nascem os grandes e altos feitos”.

Nesse particular, foi um modêlo no seu tempo entre tantos homens admiráveis que compunham aquela sociedade tão bem formada.

Nem sempre, porém, biógrafos menos informados deram dêle um perfil correto, ou honesto, algumas vêzes. “Era duro o seu olhar”, dizem uns, “temeroso seu aspecto: casto e abstmio, jejuava meio ano. Para levar por diante os seus planos, primeiro sacrificou à intriga e, depois, chegou a ser cruel”.

Na cavalgada, da glória, as pedras da calúnia juncam o caminho!

A cidade do Pôrto ergueu-lhe uma estátua de rosto jovem, couraçado por inteiro; armadura elegantemente ajustada; de pé, o braço direito em posição de indicar; o joelho esquerdo avançado. Ao lado, um globo terrestre.

Não se lhe nota no monumento, é certo, a pele tostada pelo sol, mas se lhe vê o rosto sereno, não rígido; não se lhe vê o gesto rude e menos se veria a palavra sêca, mas sua vontade forte, porque foi um lidador, um idealista, um triunfador do desconhecido, um cientista e místico, homem de Estado e de guerra. E teve tantas virtudes varonís que não as há grandes que as não tivesse êle. Faleceu no lugar que amava, o promontório de Sagres, no alto da montanha silenciosa a olhar o mar que se perdia no infinito. Seu corpo foi, em 1461, levado para o mosteiro da Batalha, por ordem de seu sobrinho e herdeiro, o Infante dom Fernando. Seu túmulo apresenta três escudos. Um é o das armas do Infante; outro, traz as côres e a divisa da Jarreteira; outro, da Ordem de Cristo. Sua estátua jacente é de grande beleza. O divisa templária, "talent de bien faire" ali se destaca. E êle soube cumpri-la plenamente. Dom Manuel, o venturoso, mandou que se lhe erguesse um pequeno monumento em Sagres, e uma estátua em Belém.

* * *

Nos povos ibéricos, a civilização foi salva por êsse príncipe altaneiro e sombrio, meditativo e justo. Não fôra derivativa das descobertas, quem sabe se o protestantismo teria entrada na Península! Mas, se escorou a civilização católica, não lhe pôde impedir a derrocada; atrasou-a ou mitigou-a. Sete anos antes de falecer, assistira êle à queda de Constantinopla. Fôra do seu tempo a miraculosa gesta de Joana d'Arc sob o reinado de Carlos VII, o vitorioso, vítima das intrigas do reinado de seu pai Carlos VI (1368-1522) que a História consagrou como "o bem amado" e, por outro lado, "o louco", não se sabendo como se pode amar um "louco" ou como pode um louco vir a ser o "bem amado". Há uma incongruência dos historiadores, que o julgaram que não nos fazem levar a sério muitos fatos, pois como pode o vencedor de Azincourt, que superou o "complot" de grandes alianças com a Inglaterra, deixar-se dominar pela mulher, Isabel da Baviera, e, transgredindo a "lei sálica", permitir-lhe assinar um tartado traidor? A "donzela" fêz coroar seu filho o "rei de Bruges", o vitorioso (1403-1461), o "rei cristianíssimo" e lugar-tenente de Jesus Cristo na temporalidade. Êsse era o espírito da magistratura régia, que todos os príncipes da Cristandade deveriam seguir. E o Infante tinha êsse espírito. A época, porém, despojava-se da herança dos séculos e a Idade Média voltava atrás, ao espírito do Mundo Antigo com a Renascença que se avizinhava. À sua volta não era essa a transformação? Na França, Luís XI (1423-1483), que sucedeu a Carlos VII, foi uma espécie de Tarquínio, o soberbo, pois tratou de abater as mais altas cabeças, dando morte ao feudalismo com grande prejuízo para as liberdades locais e em favor da concentração monárquica, em favor do Estado, fazendo grande nivelamento social ao lado de muita ordem, policiamento e segurança nas estradas, muito comércio, além, de grandes progressos industriais e marítimos, com belo renascimento literário, proporcionado também pela introdução da imprensa. Dêle disse o suspeito Cômines, que "e'ra um rei". Já um rei da Renascença, porque o espírito de lealdade, que insurgira os últimos feudais, desaparecera, e, com êle, o fundo espiritual da alma cristã com tôdas as suas altas virtudes, que unia em Cristo todos os membros da sociedade. Já com Carlos VIII (1479-1498),

que lhe sucedeu em 1483, sob a tutela de sua irmã, Anne de Beaujeu (de quem Charles Benoist disse em "*Les lois de la politique française*" que foi um dos maiores "reis" de França) sôbre quem a História ainda não fez o melhor juízo, obediente ao Papa (Alexandre VI) voltou a favor do pontífice seus canhões de bronze que levava à Itália para o depor na conjura dos príncipes instigados nada menos que pela católica Isabel! Em seguida, volta-se contra Carlos, o ousado, duque de Borgonha, terminando a obra unificadora monárquica a que seu pai, Luís XI, tanto impulso dera, acabando com as últimas coalizões feudais (1461-1473) baseado nas magníficas reformas de Carlos VII.

A Espanha, dividida ainda em pequenos reinos, desfaz os restos feudais e espera Isabel e Fernando (1472-1492) que começaram a expansão da Espanha nas rotas iniciadas pelo Infante sôbre os mares que Colombo, seu discípulo, singrou. E o Estado se fortalece e unifica, fato que ainda não se viu de todo em Portugal, apesar de dom João II, e só se verá mais tarde com dom José I.

Depois da guerra das Duas Rosas (1450-61), na Inglaterra, abre-se o caminho dos Tudors, que começam um govêrno vigoroso e próspero ainda que na estrada da heresia, que depois se afirmou, voltando-se a "ilha dos santos" contra a sua própria Igreja tradicional.

Que dor deve ter tido, moralmente, o santo Infante português, vendo o mundo cristão destruindo-se inconscientemente. A Polônia, no outro lado da Europa, defendia-se do saque dos barões germânicos na fronteira ocidental e na fronteira oriental lutava contra os pagãos lituanos. A Albânia e a Hungria reuniam-se para opor desesperada resistência às invasões maometanas. A Itália, dividida em Estados rivais, envolvidos em questões dinásticas, republicanas, insurreições democráticas, rivalidades comerciais e corrompidos os seus Estados pela sua excessiva riqueza e os costumes paganizados que haviam reaparecidos com os pruridos renascentistas. Nápoles, Gênova, Florença, Veneza, tôda a Itália agitada. No Sacro Império Romano Germânico, o imperador Frederico III caçava e traçava planos para os jardins de seus palácios, contemplando-os depois de uma vida tormentosa de desastres como num sonho, acariciando seus triunfos sôbre a Europa central, enquanto o rei da Dinamarca, na expressão de um historiador, divertia-se "despojando a sacristia da catedral de Roskilde da prata doada para a Cruzada", e o norte da Europa estava entregue à volúpia e à indiferença.

O Infante, porém, tinha aberto, para sua pátria, o grande Portugal, uma missão sublime: levar a Cruz de Cristo às terras dos infiéis, e transplantar da Europa a civilização verdadeira. Depois dêle, Lisboa explendeu em riquezas, e os "reis missionários" de Portugal, da dinastia de Aviz, continuariam o mesmo espírito que animou o Mestre de Aviz e o ínclito Infante. Dom Manuel e dom João III tiveram o mesmo sentido da vida, e o último rei-cavaleiro, dom Sebastião, concluiu a epopéia, indo morrer ou desaparecer em África, na defesa da Fé.

Ao tempo do Infante, já Lisboa era um pôrto franco, onde fundeavam 400 a 500 navios, diariamente, lamentando os portugueses tanto lucro que davam aos estrangeiros, pois os navios eram dêstes. Com as perdas da marinha portuguesa, dom João I, reconhecendo a infelicidade do evento, mandou reconstruí-la, e naus, fustas e galeotas surgiam quase diariamente nos estaleiros lusos.

Depois do Infante, Lisboa tornou-se a mais rica cidade da Europa e a ilha da Madeira o mais opulento empório comercial do mundo. Júlio Dantas, escrevendo sobre a "*Era manuelina*", disse que seria difícil fazer ressurgir "o tumulto heróico, a riqueza magnífica, o esplendor ofuscante de Portugal de dom Manuel que atroou o mar com a artilharia de suas naus, que deslumbrou Paris com a ciência de seus doutôres, que confundiu Veneza com a opulência do seu comércio, que saudou Roma, a Roma de Leão X, a Roma augusta, mandando-lhe o focinho hirsuto de suas onças e a tromba orgulhosa de seu elefente!"

Lisboa era a nova Veneza, o grande entreposto europeu aberto ao comércio da Europa luminosa e rica, cheia de estrangeiros que vinham procurar as especiarias: flamengos, franceses, inglêses, espanhóis, italianos, alemães e tantos outros que se acotovelavam numa grande confusão de línguas na principal rua da cidade a famosa e larga Rua Nova dos Mercados que se cruzava com a Rua Nova de El-Rei que saía do Terreiro do Rocio seguindo para a Misericórdia, as Alfândegas (nova e velha) até encontrar o Terreiro do Trigo, perto do belo e opulentíssimo Paço da Ribeira e do Armazém do Reino. Opas de brocardo luzente e barretes de grã inglêsa de ricos-homens alternavam-se com carregadores e homens do povo, todos felizes, desde a Feitoria das Flandres à Casa da Índia, à Casa da Mina, o Almojarifado da Ribeira, a Alcaidoria do Mar, a dos Juizes, a do Comércio, a dos Armazéns a da Moeda e a do Ver-do-pêso.

A Rua Nova dos Mercadores era larga de mais de 13 metros, plana, belamente calçada de pedra, ladeada de elegante edificios de três e quatro andares. Nobre e esplêndida com suas colúnas, arcadas e pórticos, fazia par com a Rua dos Banqueiros, dos quais havia seis importantes na cidade e outros menores. Vendia-se nessa rua porcelanas da Índia, móveis, alfaias, objetos de adôrno e de luxo. Contava-se, então, 54 livreiros que vendiam obras clássicas gregas e latinas e de autores portugêses, espanhóis, franceses, italianos e alemães. Professôres de grande fama, vindos de vários países, conhecedores profundos de matemáticas, astronomia, medicina, direito e tantas outras ciências, formavam com colegas portugêses a Universidade de Lisboa. E, em meio a tudo isso, ouviam-se alegres cantos populares e música de rua. Na Porta do Ouro, vendiam-se ferrarias; armas em Santarem e na Casa da Pólvora. Para além, o soturno burgo judaico da Mouraria, junto à Alfama, fundado por dom João II.

A cidade rica, com seus interiores cheios de pratas, panos de Flandres, tapeçarias do Oriente, sedas da Índia e da China, tecidos de Lião, brocardos de Florença, espelhos e cristais de Veneza; rendas da Inglaterra; suas lacas, móveis magníficos e mil utilidades. Os lisboetas eram fartos de ouro, pérolas, marfins, âmbar, especiarias tôdas do Oriente, benjoim, pimenta, almiscar. Tudo para o paladar, para a roupa e para a casa em tal abundância como não havia em parte alguma do mundo. Carruagens magníficas, casas nobres, palácios, igrejas incomparáveis de beleza, deslumbrantes ornatos e música admirável. Lisboa conheceu opulência tão grande que só nos contos de fadas se encotrará algo parecido, pois no mundo não houve, então, cidade mais rica, alegre, feliz, culta, cujo teatro veio extasiar Erasmo de Rotterdam. E ainda em meio a isso tudo, os navegadores lusos e descobridores prosseguiram suas rotas, inven-

tando a famosa do Noroeste seguindo o pólo até à Rússia e o Oriente, enlaçando o mundo.

* * *

Mas a glória do Infante não está nessa fabulosa riqueza material, nessa prosperidade, imponência e cultura. Está no espírito que ainda animou Portugal pelo cetro dos seus reis na afirmação religiosa da fé católica nos quatro cantos do mundo. Essa espiritualidade que saiu das Espanhas, a península Ibérica, a velha Madre Hispânia (Portugal e Espanha), voltados para o Infinito num sentido contra e anti-revolucionário perene que vem do fundo da sua História, que ainda hoje emerge magnífica no momento em que os infiéis, vindos ainda uma vez do Oriente, encontram na Península o contra-forte da fé, porque, no dizer de Antônio Sardinha na sua *Aliança peninsular*: “eixo da civilização pelo íntimo consórcio de tôdas as suas tendências para o Absoluto, com a labareda sagrada do Cristianismo, pela Cruz e pela Espada, a Hispânia salvou, outrora, a humanidade numa noite profunda e quase sem esperança. A mesma noite se condensa, trágicamente, sobre as nossas cabeças. Acima, pois, hispanos de ambas as margens do Atlântico! E que as estrêlas do céu e as ondas do mar vejam outra vez a gesta numa raça que nasceu para se dar a Deus e aos homens num sacrifício ardente e jubiloso!”

“OPERAÇÃO PITTIER” — LIÇÃO DA VENEZUELA AO BRASIL

José Paylo da Silveira Cabral

A “Operação Pittier”, assim chamada em homenagem ao geógrafo de origem suíça Henry Pittier, estudioso da fitogeografia da Venezuela, além de geógrafo e botânico, é uma operação militar de larga envergadura, empreendida pelas forças armadas da Venezuela, numa batalha sem tréguas em defesa dos recursos naturais daquele país, especialmente a sua flora.

As Fôrças Armadas, pela natureza da sua missão, visando proteger ao bem comum, assegurar a posse permanente dos recursos renováveis, a ordem interna, a paz social e a defesa do país, necessita fazer sentir à coletividade que a sua presença é atuante, dedicada tôda ela à vigilância e segurança da nação.

A devastação florestal, é, sem dúvida, um dos maiores inimigos com os quais se defronta o Brasil, pois estimativas recentes nos dão conta de que, nos próximos 20 anos, estarão dizimados os remanescentes florestais de pinheiros do sul do País.

Com um problema florestal, infinitamente menor, preocupou-se a Venezuela em defender com empenho as suas riquezas florestais. Para isso, o Ministério da Defesa, com a colaboração de todo o pessoal militar e, acatando as recomendações da Junta Interamericana de Defesa e das Conferências dos Exércitos realizadas no Panamá e, partindo do princípio de que as forças armadas, como instituição a serviço da nação, podem e devem ampliar sua participação, em tarefas de interesse econômico e social, sem prejuízo de suas funções específicas, decidiu fomentar e ampliar, dentro das Fôrças Armadas, uma ação enérgica para combater as causas e os efeitos do grande problema de erosão da Venezuela, devidos fundamentalmente à paulatina extinção de sua riqueza florestal.

Até agora, as Fôrças Armadas da Venezuela vinham desenvolvendo atividades de vigilância e combate a incêndios florestais e criando viveiros florestais, colaborando em empreendimentos de reflorestamento.

Julgando pouco este grande serviço e percebendo que o problema da erosão por deficiência de cobertura florestal toma características de calamidade pública, estão as forças armadas da Venezuela capacitadas para levar avante, em várias etapas e em coordenação com organizações técnicas oficiais e privadas, uma efetiva operação de reflorestamento cuja repercussão sócio-econômica seria indiscutivelmente benéfica para a nação em geral e para as forças armadas em particular.

E’ portanto objetivo do Ministério da Defesa da Venezuela intensificar a participação das forças armadas na proteção da flora nacional através de providências de alto alcance, que seriam do maior interesse para o Brasil, se con-

seguirmos que algum militar categorizado se preocupasse em conhecer a situação do problema florestal brasileiro e por êle resolvesse lutar.

Na presidência da Sociedade Brasileira de Silvicultura e na Vice-Presidência da Comissão Florestal Latino Americana da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, vimos, desde 1955, tentando atrair o Exército na defesa do nosso escasso patrimônio florestal. Ofícios endereçados ao Ministério da Guerra e ao Estado Maior das Forças Armadas não mereceram sequer resposta. Porque o Brasil não acatou como a Venezuela as recomendações da Junta Interamericana de Defesa e das Conferências dos Exércitos, realizadas no Panamá, sabendo que as recomendações eram feitas com o mais alto sentido patriótico contra um inimigo implacável a devastação florestal?

Em 1958 e 1959, estivemos no bom caminho, conseguindo interessar teoricamente o General Stênio Caio de Albuquerque Lima, então Comandante do II Exército em São Paulo, para um ensaio de reflorestamento em terras do Exército em Campinas.

Propusemos àquêle ilustre militar, em nome da Sociedade Brasileira de Silvicultura, orientar todo o serviço sem nenhum ônus, e criar um curso de 33 semanas para cabos e sargentos, onde ministrariamos conhecimentos elementares de sementeira, plantação, trato e combate às pragas.

Infelizmente, todo o nosso esforço ficou no campo teórico, pois mesmo uma visita preliminar a Campinas, várias vêzes programada, nunca se realizou.

Se cada guarnição militar do Brasil criasse um viveiro florestal, nas proporções adequadas, poderia não apenas pôr em prática um plano permanente de reflorestamento, como ainda fazer uma criteriosa distribuição de mudas para lavradores vizinhos, sem maiores ônus que a aquisição de sementes e inseticidas, pois o trabalho dos recrutas, muitos dêles vindos do campo, seria satisfatório e suficientes. Qualquer parcela por menor que fôsse seria uma contribuição preciosa.

Vejamos como funciona a "Operação Pittier", na Venezuela. Tendo por objetivo intensificar a participação das forças armadas na defesa da flora, propõe-se a:

- 1 — Incrementar os conhecimentos dos efetivos das forças armadas em relação com a proteção dos recursos naturais renováveis.
- 2 — Estabelecer e desenvolver um viveiro florestal central e uma série de viveiros no interior, de acôrdo com as possibilidades das dependências das forças armadas.
- 3 — Executar um plano de reflorestamento anual.
- 4 — Intensificar a prevenção, o contrôle e a extinção de incêndios florestais.

Assim esquematizado o plano, vejamos como seriam distribuídos os trabalhos:

A — Orientação do pessoal — Conferências e palestras relacionadas com o assunto, defesa florestal e publicações em revistas e boletins da tropa.

B — Criação, ampliação e funcionamento dos viveiros.

- 1) Viveiro florestal Central (que não seria necessário no Brasil), capacitado para fornecer mudas às outras dependências das forças armadas.
- 2) Assessorar tènicamente outros viveiros que se criem em outras dependências.
- 3) Viveiros do interior, que deverão estar capacitados a cultivar mudas para seu próprio uso e de outros organismos, durante a época de sementeira anual, além de cooperar dentro de suas possibilidades com outros viveiros em formação, para evitar que sejam comerciados.

C — Planos de Reflorestamento:

- 1) Executados anualmente em cada dependência, em áreas previamente escolhidas, tomando em consideração os resultados do ano anterior.
- 2) A campanha anual de reflorestamento, seria levada a cabo em cada dependência no período mais apropriado do ano, em função das características climáticas da zona e de preferência com espécies vegetais da flora natural correspondentes.
- 3) Concluída a sementeira anual, cada dependência, deverá elaborar um informe sôbre:
 - a) - superfície da área semeada;
 - b) - espécies e número de unidades;
 - c) - pessoal utilizado;
 - d) - custo de operação;
 - e) - observações.

D — Prevenção, contrôle e extinção de incêndios florestais:

- 1) As Forças Armadas de Cooperação planificarão e executarão anualmente suas atividades na produção dos recursos naturais renováveis;
- 2) Forças Aéreas — apresentar planos para o emprêgo de meios aeronáuticos para a prevenção, contrôle e extinção de incêndios florestais, assim como, os trabalhos de sementeira e aspersão aérea. Além disso, coordenarão os meios aeronáuticos com a rede amadora de rádio para a difusão de informações sôbre incêndios florestais, observados durante os vôos, sua localização e proporção.

E — Disposições Gerais:

- 1) A Direção, coordenação e supervisão da "Operação Pittier", estará a cargo da III Divisão do Estado Maior conjunto;
- 2) Outros assuntos relacionados com o problema e não estipulados no momento, serão objeto de instruções especiais;
- 3) As instruções devem ser executadas evitando-se incorrer em gastos extraordinários.

Estas diretrizes podem ser perfeitamente aplicadas no Brasil. Por que não podemos nós também organizar uma operação "Navarro de Andrade"? Se o inimigo é poderoso, por que não estarem as forças armadas na primeira linha em defesa do nosso patrimônio florestal? Com prazer oferecemos a colaboração da Sociedade Brasileira de Silvicultura, caso as nossas forças armadas se interessem pelo assunto.

Enquanto o poder executivo teima em negar créditos para o reflorestamento, louvamos o grande Fernando Costa, o único homem a dar, quando interventor em São Paulo, créditos para reflorestamento a prazos de 15 anos e sem juros.

É hora de se levantar a bandeira da causa forestal. Iniciamos a nacionalidade sob o signo de um árvore, o "Pau-Brasil", sendo o primeiro ciclo econômico do Brasil um ciclo de silvicultura, com a exploração do pau de tinta, hoje transformado em curiosidade botânica.

A apresentação desta lição da Venezuela ao Brasil deve nos animar a aproveitá-la como lição patriótica da unidade Latino-Americana. Reflorestar é combater o deserto. Peguemos, portanto, as armas.

A ARQUIDUQUESA D. LEOPOLDINA

*Palestra por D. Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha
nas comemorações de José Bonifácio*

Transportemo-nos em imaginação à Viena Imperial, opulenta e poderosa do fim do Século XVIII.

Faustoso acontecimento movimentava a côrte em contínuo vaivém pelos sombrios corredores do colossal palácio de verão de Shoenbrum, situado nos subúrbios de Hietzing. No vasto aposento rococó da Imperatriz, cujas janelas se abriam para enorme parque em apurado estilo francês, Maria Teresa, filha de Ferdinando IV, rei de Nápoles, embalava uma criança — Carolina Josefa Leopoldina.

Sombras alongadas da política, nem sempre protetoras, misturavam-se qual teia envolvente, às das velas tremelicantes a dançarem nas bordaduras do teto. Em recamado berço, alva menina, dócil instrumento dos desígnios reais dormia inocente sono de recém-nascida.

Aguardavam-na, em longínquo e ensolarado país, dias gloriosos, banhados de luz, a compensarem desenganos de amor. Sua vida seria curta. Trágico e prematuro desenlace, fundido em lágrimas, sufocaria a filha de Sua Magestade Apostólica Francisco I, Imperador da Áustria, rei da Hungria e da Boêmia. Mas, essas desventuras esperavam-na longe, no espaço do tempo.

Sua infância alegre, preservada dos perigos pelos cautelosos pais, passou-se em resplandecentes aposentos, rodeada de irmãozinhos.

Acalmara-se no cenário político internacional o rugir sangrento da revolução francesa, deixando profundas máguas a marcarem a côrte de Viena com a morte de rainha Maria Antonieta a desventurada tia do Imperador Francisco I. O furor da população revoltada se acalmara e a família imperial austríaca, refeita dos desgostos ocasionados pelos trágicos acontecimentos de 1793, retornava à vida costumeira.

Nossa Leopoldina, muito pequena para compreender a grande evolução social que surgia, caminhava pela vida. Como tôda princesa, carinhosamente resguardada numa redoma de cuidados e proibida de qualquer iniciativa, na infância não deixou uma história a contar. Sua vida refletiu os acontecimentos do império. Preparavam-na, de maneira inteligente e disciplinada, a um futuro grandioso. Ensinavam às arquiduquesas, além das rígidas etiquetas da côrte e das diversas línguas faladas na monarquia austríaca, tais como o esloveno, croata, tcheco, alemão, e húngaro ainda variados idiomas, como o turco, boêmio, espanhol, italiano e mesmo o latim, pois ignorava-se a raça do marido que a política lhes reservaria. Como se não bastassem tantos estudos, aprendiam ainda história, geografia, estatística, legislação e noções de govêrno. Eram educadas tementes a Deus e incutiam-lhes o dever de casarem-se pelo bem da Pátria.

Seu pai, o arquiduque Francisco, o último imperador romano e o primeiro da Áustria, filho de Leopoldo II, Grão Duque da Toscana, nasceu em Florença no ano de 1768. Mocinho de 16 anos, veio a Viena completar os estudos sob as vistas severas do tio, o imperador José II. Após a morte deste, à espera do pai, teve por uns dias as redes do governo. Porém só bem mais tarde, com 25 anos é que, o neto da grande Maria Teresa, ascendeu ao trono "DO SANTO IMPÉRIO ROMANO DA NAÇÃO GERMANICA" com o título de Francisco II.

No início de seu reinado, os aspectos políticos apresentavam-se negros. Os domínios da casa d'Áustria, expostos aos ataques revolucionários franceses, sob o comando napoleônico, ameaçavam ruir, e o imperador, constatando que a situação periclitante se encontrava em estágio de dissolução, assumiu, em 1804 o título de Imperador Hereditário. Deu assim uma idéia de unidade aos complexos domínios da Alemanha, Boêmia, Hungria e Itália. Após a batalha de Ulm, pressionado por Napoleão, o soldado que despontava como um Deus, abalando as potências da Europa e vencendo exércitos que o defrontavam, a família imperial viu-se obrigada a fugir de Viena. As princezinhas, embora muito pequenas, conheceram a "instabilidade da fortuna". Rezando pela vitória das armas do Imperador seu pai, sentiram nascer-lhes no coração, pela primeira vez, o temor e o ódio ao inimigo, que ostensivamente se instalou em Schoembrun.

Em 1806, forçado pela Confederação do Reno, renunciou o Arquiduque Francisco ao pomposo título de Imperador Romano, chamando-se, desde então, Francisco I da Áustria.

Este príncipe, amante da botânica, sem aparentar grande inteligência, possuía, no entanto, espírito atilado, sagacidade e, invencível paciência em aguardar os objetivos almejados. Conduzindo com acerto a política de seu reino, sob a orientação do astuto e todo poderoso Metternich, logrou reinar por longos anos, sempre muito estimado.

Certa feita, no fim da vida, assim declarou o ministro: "Tive as vezes na palma da mão toda a Europa, mas nunca a Áustria.

O erro capital de Francisco I, como regulador da pátria, foi persistir na idéia de um sistema de administração, baseado na dependência e infalibilidade de um único homem. Eis porque, após a morte de Metternich, declinou o governo do país por não ter o sucessor a mesma capacidade de trabalho.

Casou-se o Arquiduque Francisco quatro vezes: sua primeira mulher, Elisabeth de Wuertenberg, morreu após dois anos de vida conjugal, deixando-lhe uma filha, que pouco durou. A segunda esposa, Maria Teresa, filha de Ferdinando IV, rei de Nápoles, alegre, viva e que muito auxiliou nos negócios de estado, deu-lhe vários filhos. Viveram em grande harmonia e felicidade nas residências imperiais de Schoenbrun, Laxemburgo e Hofburgo. Os esposos compraziam-se em pequenos serviços campestres nas diversas granjas existentes no esplanado Parque de Laxemburgo, esquecendo-se de sua condição de nascimento. O imperador não gostava de grandes festas, preferindo viver na intimidade.

Comparecia às reuniões oficiais para satisfazer à esposa. Só teve descendentes desta união. Ei-los pela ordem cronológica: Maria Luisa (1791), futura esposa de Napoleão e Imperatriz dos franceses, Ferdinando (1793) de-

pois Imperador, Maria Leopoldina (1797) que se casou com D. Pedro e foi Imperatriz do Brasil, Maria Clementina (1798) esposou o Príncipe Leopoldo de Salerno, Carolina (1801), que se casou com o príncipe Frederico da Saxônia, Francisco Carlos (1802) pai do futuro Imperador Francisco José (1830-1916 e Maria Ana (1804), extravagante e mantida afastada da côrte.

Creeceram êstes príncipes à sombra da guerra e suas viagens resolviam-se de acôrdo com o resultado dos combates. Assim, sòmente após a derrota de Austerlitz, Leopoldina pôde visitar a mãe que se encontrava enfôrma na Boêmia.

Em 1807, nossa princesinha sofre o primeiro golpe do destino, tornando-se, orfã ainda criança. D. Maria Teresa falecia aos 37 anos, vítima de um parto prematuro.

O Imperador não se deixou abater pelo desgosto, contraindo logo em seguida novas núpcias. Escolheu a prima Maria Ludovica D'Este, apenas cinco anos mais velha que sua filha primogênita. Esta princesa, tendo perdido o pai, vivia pobrementemente em Viena, pois a família fôra expulsa da Itália por Bonaparte. Exultou em ser escolhida pelo monarca. E assim, um ano após o falecimento de D. Maria Teresa, realizou-se o terceiro enlace do Imperador.

Embora de compleição doentia, tornou-se a nova Imperatriz "a mulher mais encantadora da côrte de Viena", culta, amável, espirituosa e grande apreciadora da literatura, adquiriu, maneiramente, forte ascendência sôbre o espôso ganhando também a simpatia dos enteados. Professava ódio de morte aos franceses influenciando o mesmo sentimento nas meninas a tornarem-se mocinhas. Estas, educadas sob severo contrôle, aprendiam, além dos estudos convencionais, diversas modalidades de arte, para tornarem-se agradáveis em qualquer parte do mundo onde o destino as levasse. Sabiam que a finalidade de suas existências era em proveito da pátria. Deviam aceitar "sem repugnância, quase sem consciência, o espôso que a política lhes impusesse", pois de seus casamentos dependiam alianças proveitosas.

Sob o ponto de vista moral, as arquiduchessas desconheciam a existência de sêres do sexo oposto. Abafado e cuidadoso mistério as envolvia. Para mantê-las em tal ignorância, empregavam-se exagerados métodos. A fim de não melindrar-lhes a consciência, nos quintais do palácio ciscavam galinhas, nunca surgindo um galo impertinente a cortejá-las; nos apartamentos, era-lhes permitido apenas brincarem com cochorrinhas, e assim por diante.

As leituras, censuradas da maneira mais rigorosa, perdiam o encanto. No silêncio da noite, misteriosa tesoura manejada pela mestra, retalhava-as impiedosamente. Sumiam-se páginas, linhas e às vêzes até palavras que pudessem levar o pensamento das princesas a caminhos menos puros. E os pobres livros destroçados, perdiam todo sabor, despertando às vêzes malícias in-existentes. Êstes zelos em preservá-las de qualquer sentimento em favor dos homens, não sufocaram, no entanto, os devaneios de amor que tôda donzela acalenta no íntimo. Eis porque, embora educadas num verdadeiro convento, como era o palácio de Schoembrum, as princesinhas embalavam sonhos como qualquer burguesa.

Para divertimento, era-lhes permitido o cultivo das flôres, o cuidar de pássaros solitários nas gaiolas e, de quando em vez, um pique-nique campestre com a filha da governanta que, indicada pelo ministério, eram substituídas, quando

êste caía. Mudavam-se as mestras, mas a disciplina continuava com a mesma rígida intensidade. Não freqüentavam bailes nem divertimentos da côrte. Ignoravam os vestidos elegantes, as lingerie luxuosas e as rendas transparentes, que mais tarde tanto fascinaram Maria Luísa. D. Maria Carolina, mãe da falecida Maria Teresa, em cartas aconselhava a filha a manter as netinhas afastadas do mundo. "Eu penso, dizia ela, que, se nós educamos nossas princesas severamente e sem conhecimento de homens, não poderão fazer comparações e vão achar, amáveis e estimar aquêles que Deus lhes reservou". Êste austero modo de educar persistiu mesmo, após a morte de D. Maria Teresa. E elas iam crescendo. Josef Hickl, pintor da côrte, retratou-as de maneira encantadora.

Em 1808, Viena acordou ao ruído dos soldados franceses a marcharem. Sob o troar ameaçador dos canhões de Napoleão, retirou-se de Viena apressadamente a família imperial, pela segunda vez. As mocinhas, tomadas de pânico pela precipitação da fuga e insufladas pela madrasta, odiaram a raça de selvagens que as obrigavam a abandonar a pátria querida.

A Hungria, onde se refugiaram, surgiu-lhes como um país ameno e agradável. Com menos vigilância e etiquêtas a envolvê-las, sentiam-se livres, apreciando as belezas da vida e comprazendo-se em lindos passeios. Maria Luísa, já mocinha, desfrutou sequiosa êsses dias de liberdade e Leopoldina, preparada pela segunda "querida mamã", fêz a Primeira Comunhão. No exílio, tiveram dias alegres, apesar de séria enfermidade minar maldosamente a jovem madrasta.

Em 1810, cessada a guerra, volta a côrte a Viena, retomando a vida das princesas o antigo ritmo. Porém, no sossêgo temporário de paz que os franceses proporcionaram ao mundo, surgiu uma notícia a fervilhar nos salões. Murmúrios corriam pelas chancelarias, que Napoleão, desejando divorciar-se de Josefina, procurava nova esposa. Tão logo as cortes da Europa tiveram conhecimento de que o invencível guerreiro ambicionava uma princesa entre as casas reinantes, agitaram-se os gabinetes de diplomacia, sequiosos de oferecerem "a flor das côrtes" ao inimigo da véspera.

E o Imperador dos franceses, como um sultão, examinou cuidadosamente a lista das princesas disponíveis para decidir a qual atiraria "o lenço imperial". Entre as muitas propostas, surgiram em primeiro plano, pela grandeza de seu país e pela pureza de sangue, a irmã do Czar da Rússia e a Arquiduquesa Maria Luísa da Austria. Aflitas, as princesas da Europa esperavam alertas a escolha da desditosa predestinada. No palácio de Schoenbrun, a expectativa não era menor. Maria Luísa, como num desabafo, escrevia confidencialmente à amiga, a Duquesa de Colorado. "Aqui não se fala mais do que no divórcio de Napoleão. A única cousa que me comove é pensar na sorte da pobre princesa a quem escolha; pela minha parte, estou certa de que não serei a designada a sacrificar-me como vítima da exigência da política". Na doce ilusão, passaram-se uns tempos, quando explodiu como um cataclisma, no salão das mocinhas, a notícia de que fora ela a escolhida. Consternação geral abalou-as. Educadas a odiarem o inimigo, como poderiam repentinamente acolhê-lo tão diretamente na família!

Leopoldina, a irmã e amigo inseparável, desmanchou-se em prantos, porém, a Casa d'Austria, arruinada em consequência das guerras contra Bonaparte, viu com bons olhos êstes projetos matrimoniais aliando-os a paz. E Maria Luísa, aos poucos, deixou-se vencer. Fôra educada no sentido de ser "instru-

mento da grandeza dos Habsburgo. Em outra carta, assim se exprimiu: — “Estou disposta a sacrificar a minha felicidade a favor do bem do Estado, convencida de que a verdadeira felicidade se encontra no cumprimento do dever, ainda que seja contrariando as próprias inclinações”. E assim foi.

O casamento de Maria Luísa, imolada como vítima em holocausto ao terrível inimigo, foi um choque tremendo para Leopoldina. Tentando distraí-la, a bondosa madrastra Maria Ludovica levou a mocinha a Karlsbad, a fim de recuperar o ânimo e as forças, pois não era muito forte.

Dissiparam-se as preocupações no alegre balneário. Goethe, que na ocasião lá se encontrava, despertou imenso interesse na mocinha, que se tornou, desde êste dia, assídua leitora de seus poemas.

As cartas noticiosas de Maria Luísa, vindas de Paris e continuamente a chegarem, tranquilizaram Leopoldina por completo. Numa, endereçada a Metternich, após três meses de casada, assim ela se exprimiu: “Je n'ais pas peur de Napoleon, mais je commence a croire qu'il a peur de moi”. De temperamento sensual, embora enclausurada pela educação até o dia das núpcias, soube, no entanto, despertar violento apêgo ao espôso, embevecido em possuir a mulher do mais puro sangue real europeu, sobrinha da malaventurada Maria Antonieta, que tão orgulhosamente se sentara no trono da França, que agora lhe pertencia. Sua inocência e docilidade no amor, extasiaram o velho soldado; num momento de arroubo, assim êle se expressou a um amigo: “Mon cher, epousez une allemande. Se sont les meilleurs femmes du monde, douces, bonnes, naïves et fraîches como des roses”.

Leopoldina, sabendo a irmã querida e mimada pelo marido, esqueceu as preocupações, voltando-se com prazer aos trabalhos designados pelos mestres. De temperamento fleugmático e menos viva que Maria Luísa, apegava-se seriamente aos estudos, encontrando alegria em aprofundar-se nas ciências. Herdara do pai a paixão pela botânica e mineralogia. As plantas raras, oriundas de outros continentes, encantavam-na. Analisando-as, viajava mentalmente para longínquas regiões quase desconhecidas do globo, ansiando, algum dia, conhecer-lhes a terra de origem.

Reinava a paz.

Em 1810, Leopoldina teve oportunidade de rever Maria Luísa, em Dresden. A irmã vinha de Paris elegantíssima, ostentando jóias de grande valor. Chegou a despertar ciúmes na madrastra, Maria Ludovica, bem mais pobremente vestida. Festejada, envolta em adulações, sentou-se a imperatriz dos franceses nos lugares de honra, sendo-lhe atribuídas grandes homenagens. No entanto, essa bajulação era falsa, pois não desejavam os reis ali reunidos, inclusive seu pai, outra cousa que a queda do espôso, simbolizado na Águia Imperial. Passando uns dias com a família, Maria Luísa reviu as irmãs, matando saudades que trazia de Leopoldina. Deixando-se admirar pela suntuosidade das roupagens, exhibia-se perante as mocinhas, pois na côrte da Áustria eram bem mais simples os trajes das princesas. Seu prestígio perante o mundo foi efêmero. Em 1812, após a queda de Napoleão, voltou a Viena trazendo consigo L'Aiglou, o filho de 3 anos. Ao atravessar a Pátria, ovacionaram-na, pois cumprira bem com seu dever de princesa austriaca. Francisco I, com inexgotável paciência entregando a própria filha como objetivo de paz, vencera Napoleão, granjeando ainda maior estima do povo, que a chamava “nosso bom Kaiser Franz”.

Os cem dias e Waterloo, devolveram à Austria, na pessoa de seu Imperador, o domínio da Europa. Tornou-se chefe absoluto da Santa Aliança e do Apaziguado Império.

Leopoldina, ainda solteira, vibrando com os acontecimentos que surgiam intempestivamente na vida da irmã e, compartilhando de suas desventuras, deixou-se encantar pelo sobrinho, fazendo-lhe o retrato. Era ótima desenhista. Empunhando o pincel, passava horas entretida nas transparências cromáticas de um rosto humano.

E Viena Imperial voltou aos bons tempos. Melodias ondulavam pelo ar, transmitindo alegres vibrações aos habitantes da majestosa cidade regada pelo lendário Danúbio. Oferecendo aos estrangeiros a beleza dos bosques do Prater, (magnífico parque, que pertencera ao palácio imperial e doado ao passeio público pelo Imperador José II) a suntuosidade dos palácios e monumentos, a magnificência da catedral de Santo Estêvão e a boêmia dos cafés musicados, regorgitava de ilustres visitantes. Festas e bailes sucediam-se.

Nossa Leopoldina, envolta neste ambiente de música e arte, apurava sua sensibilidade para o belo. Embora não fôsse muito bonita, possuía, no entanto, a frescura das peles leitosas, transparecendo, através do alvo e opulento colo, veias azuladas, onde corria o mais puro sangue real. Os olhos, límpidos e claros, transmitiam mensagens de amor, doçura e inteligência, iluminando um rosto longo e emoldurado por cascadear de louros cachos a caírem-lhe graciosamente pela frente. Kreuziger retratou-a fielmente, deixando, numa tela, sua meiga fisionomia gravada para a posteridade. Já moça feita, com permissão para freqüentar os salões, divertiu-se muito durante as festividades do Congresso de Viena. Dansando nos braços de garbosos mancebos, freqüentando a ópera e aperfeiçoando-se nos estudos prediletos, Leopoldina sentia a vida deslizar mansamente. Surgiu então a primeira proposta de casamento com um príncipe de Saxe. Os trabalhos iam adiantados, porém outra, com mais vantagens aos olhos de Metternich, tomou a dianteira.

Dom João VI, rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e de Algarves, d'aquem e d'além mar em África, senhor de Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, deitava olhos gordos em aliar-se à faustosa Casa dos Habsburgo

A Austria, refeita dos prejuízos das guerras napoleônicas, erguia-se no comércio continental como uma das mais fortes nações.

A sombra nefasta de Napoleão, semeando mortes, apagava-se em Santa Helena e seu filho, em completa ignorância de tudo que se relacionasse com a França, prisioneiro pela vigilância do astuto Ministro, definhava só, e em completo abandono amoroso, no palácio de Schoembrum, Maria Luísa, sem lembrar-se do marido, prisioneiro em Santa Helena, e entretida com novos amôres, partira para seu ducado de Parma, olvidando o filho, que ao nascer, recebera o título de Rei de Roma. E a família imperial seguia seu destino.

As tramas da política, cuidavam de um casamento de muito agrado, a união dos Braganças aos Habsburgos, quando a Imperatriz Maria Ludovica adoeceu, falecendo vítima da tuberculose, em Verona, no ano de 1816. Fôra acompanhar o espôso em viagem oficial, não mais retornando à bela capital do Império. Francisco I, não querendo trair as princesas que elevara ao trono e amando-as intensamente, terminava por esgotar-lhes as forças. Assim as im-

peratrizes, uma a uma iam sucumbindo ao pêso do amor. Com o luto na côrte, foram os projetos matrimoniais de Leopoldina afastados temporariamente, à espera de melhores dias.

Viúvo pela terceira vez, com 48 anos e ainda animado pela beleza feminina, o Imperador procurou nova espôsa. Desta vez, porém, sentiu certa dificuldade em encontrar uma jovem que aceitasse a honra e o pesado encargo de tornar-se Imperatriz da Áustria. Curtindo seis meses de viuvez e querendo dar uma mãe aos filhos ainda pequenos, o Imperador, após alguma procura, casou-se novamente. A eleita (tia de D. Amélia, a segunda Imperatriz do Brasil), filha de Maximiliano da Baviera, tinha o nome de Carolina Augusta. A mandado de Napoleão, casara-se ela bem mocinha com o rei de Wurtemberg, vindo esta aliança a ser declarada nula mais tarde por Roma. Vivia no maior retraimento, com sua irmã mais velha, espôsa do príncipe Eugênio Beauharnais, antigo vice-rei da Itália, quando recebeu o honroso pedido, ganhando a Áustria pela quarta vez nova Imperatriz.

Na ocasião das bodas, veio de Paris assistir os festejos, o Marquês de Marialva, Embaixador de Portugal. Trazia um pedido de casamento de seu amo e senhor.

D. João VI sonhara alto, esperando desposar sua filha Isabel Maria com Ferdinando, o herdeiro do trono, porém, vendo malogrado o projeto, voltara a bater à Casa d'Áustria, pedindo uma espôsa ao filho D. Pedro.

Havia apenas duas princesas disponíveis. Dona Leopoldina, com 19 anos, e Carolina, belíssima jovem. Francisco I, com carta branca, escolheu para D. Pedro a mais velha, deixando a outra para melhores trunfos. Assim, por questões políticas, o nosso feroso príncipe deixou de ganhar uma linda mulher que, talvez, o mantivesse mais chegado ao lar.

Querendo mostrar-se bom pai e com laivos de remorsos pelo que exigira de sua filha predileta Maria Luísa, antes de dar a resposta definitiva, indagou a Leopoldina se tal casamento lhe agradava. Tranquilizou-se ao saber que a mocinha há anos acalentava o desejo de conhecer a exuberância tropical do continente americano e tal união, longe de aborrecê-la, proporcionava-lhe realizar-se um velho sonho. "Desde minha infância, sempre sonhei com uma viagem à Amércia", respondeu-lhe a filha. Mais embalada ficou a princesa, ao constatar, pelo retrato enviado, quão garboso noivo lhe destinavam. "Um rosto que expressa bondade e inteligência" observou. Quando Marialva, num gesto de agrado para com seu Príncipe, confessou-lhe ser a botânica a ciência preferida de D. Pedro, D. Leopoldina exultou. Irradiando simpatia, pediu ao pai que designasse uma plêiade de sábios estudiosos, pois queria enviá-los à nova Pátria a fim de pesquisarem-na. Levaria como presente, ao futuro marido, uma missão científica. Instruída e inteligente, amava os esportes, os prazeres da caça e a equitação, atributos nem sempre muito apreciados numa época em que as donzelas deveriam ser pálidas e frágeis criaturas. Embalando sonhos de ventura e anseios de estudos, não era no entanto a espôsa apropriada a tornar feliz o estouvado e pouco culto príncipe brasileiro. Mas D. Leopoldina levava no coração grandes reservas de carinho, sentindo-se feliz em compartilhar a vida com tão belo jovem. Intimamente, julgava-se mais afortunada que a irmã, na escolha do marido que a política lhe destinara.

Enquanto a princesa se preparava mentalmente para o grande encargo que iria receber, D. João VI, ao ter notícia de que o casamento fôra aceito, não se conteve de prazer. Na expansão de alegria pela faustíssima notícia do pedido aceito, decretou que, além dos fogos de artifício, “por tão plausível motivo, no dia 21 de agosto de 1817 e nos dois sucessivos, houvesse, na côrte da cidade do Rio de Janeiro, fortalezas e vasos de guerra, luminárias, repiques de sinos e salvas de artilharia, suspendendo também, nos referidos três dias, o despacho dos tribunais”. Estendendo a satisfação a seus servidores aficionados, distribuiu-lhes Ordens de Cristo, assim como aos militares que estiveram de efetivo serviço na guarda de sua real pessoa. Envôlto em agradáveis sentimentos de grandeza, pensava: afinal, se a Áustria possuía a côrte mais requintada da Europa, Portugal assentava o trono em um país tão grande quanto a própria Europa. E querendo provar o quanto tal consórcio deveria honra-lo, resolveu dar, ao pedido oficial, o maior luzimento e pompa jamais visto em Viena, algo digno do grande Império Americano. Tais anseios de ostentação, sentimentos raros no bondoso monarca a viver pacatamente no modesto Paço de São Cristovão, traduziam a alegria a dominá-lo.

Para empresa de tal envergadura, confiou no Marquês de Marialva, D. Pedro José Joaquim Vitor de Menezes Coutinho, nobre de alta linhagem e profundo apreciador de requintes do luxo. Com as regalias necessárias e os cofres à disposição, pôs-se o embaixador português prazerosamente a dar contas da incumbência recebida. Após alguns meses de preparativos, chegou à capital do Império, sob estrondoso aplauso dos populares a espremerem-se nas ruas, o cortejo deslumbrante do nobre português enviado especial de S. M. D. João VI. Viena nunca assistira tão grande demonstração de poderio e riqueza, abafando por completo a lembrança do séquito enviado por Napoleão. O pedido, feito com o rigor do mais apurado protocolo, realizou-se no Palácio Imperial de Hofburg, impressionando profundamente a côrte ali reunida. D. Leopoldina, sentada à direita do trono, com majestade e garbo, ouviu, comovida, o Imperador seu pai, dar a resposta oficial, de que a concedia por esposa a D. Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil.

Foi escolhido o dia 13 de maio, data do natalício de D. João VI, para a realização das bodas. Ouçamos Paulo Setubal descrever a cerimônia: “Oito horas da noite. A capela do Palácio Imperial rebrilha. A côrte austriaca, alvoroçada e sôfrega, acorreu garridamente à cerimônia retumbante. Há um forte dardejar de pedraria. Branquejam decotes estonteantes. Ruge-ruge de sedas. Fuzilam insígnias nas casacas verdes. Muitas casacas verdes. O Senhor Marquês de Marialva, rodeado pelos nobres de seu séquito, atrai, como um foco, os olhares de tôda a Côrte. A suntuosidade do Embaixador estonteia. Ultrapassa tudo o que já se viu em Viena.

De repente, na Capela Imperial, soa uma trompa de ouro. O reposteiro mor levanta a tapeçaria de veludo. Os cortesãos abrem alas respeitosas. O Imperador e a Imperatriz da Áustria entram. Trazem a noiva. D. Leopoldina vem toda de branco. Está deslumbradora! O seu vestido é um poema de rendas de Bruxelas. Faísca nêle, orvalhando-o de luzes, uma pedraria imensa. Tomba-lhe da frente, como uma cascata de espumas, a grinalda finíssima, apresilhada nos cabelos por fuzilante diadema de pedras brasileiras, mimo do noivo. A cauda tem cinco metros. Sustêm-na oito damas de honor. Tôdas

em grande gala, fulgurantes, com enormes "balões" de seda rosa broslados de arminho. É encantador!

Ao lado da noiva, magnífico na sua casaca preta, luvas brancas, brilhantes chispando no peitilho rendado, vem o Arquiduque Carlos. Sua Alteza representa o noivo. E ambos, sob a música aristocrática de Haydn, debaixo de pétalas de rosas que tombam, encaminham-se até o altar". E assim, por intermédio da verbosidade do grande escritor, pudemos imaginar as festas de casamento de nossa 1.ª Imperatriz.

Marialva, aparentando fausto de um rei oriental, realizou o maior empreendimento de sua vida, dando a Leopoldina ilusões de extravagantes luxos nunca existentes no país que a receberia. O presente de noivado, um medalhão com a miniatura de D. Pedro, encravada entre diamantes azuis e prês a uma corrente de pedras preciosas, produziu sensação. "Nem mesmo nos contos do oriente se encontra algo semelhante" comentou Metternich.

Os historiadores, estarecidos, narram que o Embaixador recebeu os Imperadores com um grande baile após as bodas, em luxuosa tenda armada, sendo servidas iguarias especialíssimas para mais de mil pessoas, em pratos de prata brasonados com as armas dos Marialva. Na mesa de Francisco I, o serviço era de puro ouro lavrado, onde o brasão do nobre português adquiriu lustros que permaneceram na história. A quantia cedida pela coroa portuguesa não lhe foi suficiente, pouco lhe importou esbanjar a fortuna pessoal, conquanto representasse dignamente seu soberano.

Enquanto nosso Bragança era tão portentosamente exposto aos Habsburgos, aqui, na pequena cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. João VI, comendo seus franguinhos diários e vivendo como qualquer burguês, exultava imaginando como recepcionar tão rica nora, quando ela chegasse. Era mister engalanar o casario, os passeios, o paço, para não a decepcionar. E, enquanto cismava em como enaltecer os singelos sobradões a quebrarem as velas, o casamento por procuração em Viena, marcou época em 1817, impregnando-se na recordação do povo. Por muitos anos, quando os vienenses queriam qualificar uma cerimônia faustosa, chamavam-na de "núpcias brasileiras" como sinônimo de festim suntuoso. Após a celebração das bodas, nossa singela Leopoldina foi à Itália, esperar os navios que a levariam a nova Pátria. Maria Luísa, acompanhou-a até Livorno, desejando à irmã maior quota de felicidade que recebera. Em Florença, seu cunhado, o Grãduque da Toscana, hospedou-a no Palácio Pitti e, à noite, numa festa de gala, entregou-a solenemente, em nome de Francisco I, ao Conde de Castelo Melhor, enviado do Brasil para recebê-la. Em Gênova, com o coração cheio de ilusões, embarcou ela rumo à segunda Pátria. Como decorreu a longa viagem, que durou oitenta e quatro dias, sua chegada, o encontro com o garboso noivo, sua vida nas luxuriantes plagas americanas, foi assunto pesquisado por historiadores muito mais doutos que eu, e não me atrevo a externar-me.

Digo, no entanto que, ao pisar o solo brasileiro, D. Leopoldina entrou para nossa história, deixando marcas de sua forte personalidade. Eis como descreveu ao pai o deslumbramento da chegada: "A entrada no porto do Rio de Janeiro é única, e acho que nenhuma pena, nenhum pincel, seria capaz de expressar a primeira impressão que êste Brasil paradisíaco dá a um estrangeiro; basta dizer-lhe que é a Suíça unida ao céu mais belo e ameno".

Imbuída em nobres e elevados sentimentos para com a terra que a acolheu, soube tomar interêsse pela causa do Brasil nos dias que precederam e sucederam ao Grito do Ipiranga, não só como regente, durante as curtas viagens de D. Pedro, como na constante e desvelada ação exercida junto ao fundador do Império, tendo em José Bonifácio de Andrada e Silva o seu maior apoio. D. Leopoldina deve ser considerada, com tôda justiça, a Mãe da Nossa Independência. Grande incentivadora do estudo, criou um pequeno Museu de História Natural no Paço da Boa Vista e um pôsto zootécnico na Fazenda Real de Santa Cruz. Se não conseguiu prender no leito o fogoso espôso, ávido de aventuras, soube no entanto conquistar seu respeito e admiração. Vindo de uma côrte severa, com todos os atos controlados pela etiquêta, foi naturalmente envolvida na atmosfera de costumes simples do nosso Paço em que o protocolo, bem mais laceado, deixava os soberanos em completa liberdade. Amolecida pelo calor úmido e sufocante do Rio de Janeiro, com mesa farta e tristezas no coração, D. Leopoldina deixou-se enfeiar, perdendo aos poucos a delgada figura que trouxera. Não perdeu no entanto a espiritualidade e o amor ao infiel marido. As cartas dirigidas a Maria Luísa foram apelos lancinantes a demonstrarem que os dez martirizados anos de sua vida conjugal não conseguiram sufocar-lhe a grande paixão que nutria pelo espôso. Lendo sua última missiva, senti constranger-me o coração. As portas da morte, abandonada por quem deveria estar a seu lado, ela ainda o perdeu, enaltecendo-lhe virtudes, num desabafo de seu imenso amor.

No estudo da mocidade da primeira Imperatriz do Brasil, constatei quão diversos foram os destinos das filhas mais velhas de Francisco I. O resultado da severa educação recebida pelas arquiduquesas da Áustria não produziu o mesmo efeito na vida íntima das princesas. Enquanto Maria Luísa, com docilidade e inocência, encantou ao marido, homem maduro, a carregar vasta bagagem amorosa, Leopoldina, com a ingenuidade, afastou do leito conjugal o ardente e jovem Bragança, sequioso de aventuras e de amor. Seus corações seguiram trilhas diversas: uma, nasceu para ser públicamente amada e não corresponder ao carinho recebido, outra, para amar apaixonadamente em surdina, sem encontrar retribuição.

Ao terminar, agradeço a todos a bondade que tiveram de ouvir-me e oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma iluminura, de minha autoria, da Arquiduquesa D. Leopoldina,

HISTÓRIA

Alfredo Gomes

A história, como arquivo da experiência humana, tem sido considerada a escola da política pelos ensinamentos que propicia aos homens públicos. Entretanto, o conceito pode ser ampliado e não há exagêro em considerá-la a escola da própria vida.

Dizia Cícero: "*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae*", aceitando-a como verdadeira testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória e mestra da vida ("*De Oratore*", liv. II, cap. IX). Graças a ela, acompanha-se a marcha e o progresso dos séculos, sendo ao mesmo tempo arte, ciência e filosofia. Não se limita apenas ao "testemunho dos séculos, ao juízo dos homens e dos povos desaparecidos, mas alimenta e instrui as gerações que se sucedem em plena ação".

* * *

Os antigos foram antes escritores de arte que escritores de história, Artistas e não historiados. Heródoto suaviza o espírito e encanta os sentidos. Tucídides esquece a vida dos povos para ressaltar o próprio pensamento. César, em suas descrições das guerras gaulesas, recolhe com engenho e, sobretudo, arte, rico material. Para Tito Lívio, Roma é um símbolo, o símbolo do universo, e Tácito, que se preocupa com os costumes "e com a liberdade ultrajada de uma época", não escreve, diz bem um autor, "um livro onde palpita a alma da humanidade".

O advento do Cristianismo dá sentido mais espiritual e menos terreno ao homem e o leva a entender as coisas acima do plano da matéria. Não é mais o aperfeiçoamento desta ou do que a ela se liga. É a perfeição do próprio homem que interessa.

Sepultam-se religiões e morrem antigos impérios. Em 426, Santo Agostinho (Aurelius Augustinus) completa sua famosa *Cidade de Deus*, obra de interpretação, impulsionada pela fé, justificando o Cristianismo das "acusações que lhe faziam dos desastres e desgraças que os pagãos lhe atribuíam", analisando os eventos desde o Império Romano até a invasão dos bárbaros. Segue-se-lhe Salviano com *De Gubernatione Dei* apontando os bárbaros como "suscitados por Deus para castigo do mundo romano". Paulus Orosius é do mesmo século IV, e junta à poesia o trato da história, com igual preocupação de referir as desgraças e males que têm flagelado os homens desde a origem do mundo. Seu livro intitula-se *História*. O mérito destas obras reside em se tomar o homem, e não apenas os fatos, como tema central: o homem nas suas relações com seu semelhante, o pensamento que deixa de ficar acima do homem para "ligar os atos dos homens entre si".

* * *

Outras contribuições se assinalam. Magnus Felix Ennodius (473-521) lega-nos o panegírico de Teodósio, rei dos ostrogodos, Jornandes (século V ou VI?) escreve uma *História dos Gôdos* e compila material de outros no "*De regnorum ac temporum successionem*". Flavius Cresconius Corippus (século VI), poeta que possibilitou elementos relativos à côrte de Constantinopla. Gregório, conhecido por Gregório de Tours ou Jorge Florêncio Gregório-Turonense, por haver vivido em Tours (544-595) em sua *História Francorum*, cujo valor se equipara ao da obra de Heródoto para a Grécia, englobou, sem método, é verdade, referências a "raças", classes e condições diversas". Isidorus-Hispalenses (bispo de Sevilha, Hispalis, 570-636) escreveu *Crônica Geral* até o ano de 626, *Crônica Especial de Gôdos, Vândalos e dos Suevos*, além de biografias. Beda, inglês (nasceu em Wearmouth, condado de Durham, em 675, e morreu no mosteiro de São Paulo, em Jarrow, 735?), legou a *Eclesiástica*, um dos monumentos culturais da Inglaterra, abrangendo os fatos desde 60 anos antes de Cristo, das expedições de César na Gália até o ano de 731 (*Ecclesiasticae Historiae, gentis Anglorum linguinquae. Beda, anglo-saxone auctore*). Dêsse mesmo trabalho, o autor fez resumo, escreveu numerosas biografias e o *De sex oetatibus mundi*, "cuja cronologia foi geralmente adotada na Idade Média e que contribuiu para vulgarizar a era cristã". Paulus Diaconus (740-801) deixou *Historia Miscella*, coletânea de vários autores, *De gestis Longobardorum* que parte da saída dos longobardos até 744, a *Crônica de Monte Cassino*. Aeginhardus (Eginardo), 771-844, secretário de Carlos Magno e preceptor de seu filho Lotário, foi autor da Vida de Carlos Magno (*Vita et gesta Caroli Magni*) e dos Anais (*Annales regum Francorum*), abrangendo o período de 741 a 829.

* * *

Após a Idade Média a história ampliou seus horizontes.

O jurista François Baudouin (1520-1573) em seus *Prolegômenos* indica aos historiadores a necessidade de estudar o direito. Por outro lado, o publicista Jean Bodin (1530-1596), também jurista, no trabalho *Méthode Facile pour la Connaissance de l'Histoire*, sugere que se junte ao estudo das leis o conhecimento das constituições e dos costumes.

Francis Bacon (1561-1626) vai mais longe. O famoso filósofo afirma não existir história quando o historiador desconhece as ciências e as letras do povo a que se refere. Bossuet (Jacques-Bénigne Bossuet, 1627-1704) narrador ágil, teólogo inspirado e político sagaz e eloquente, revela-se com êstes predicados no *Discours sur l'Histoire Universelle*, ao versar fatos desde a criação do mundo até os tempos de Carlos Magno apontando aos homens que o edifício sagrado é a basílica de São Pedro e não mais o Capitólio.

Giambattista Vico (1668-1744) com os *Principes d'une Science Nouvelle relative à la Nature des Nations*, publicados em Nápoles, sua terra natal, aparece como um dos criadores da filosofia da História. Vico vê nas figuras legendárias conservadas pela tradição: Hércules, Homero, Rômulo, etc., a personificação de certas épocas e certos sentimentos. Divide a história em três idades: *divina*, infância das nações, cuja autoridade reside nos sacerdotes; *heróica*, reino da força bruta e dos heróis, e a *humana*, período da civilização. É a idade do homem instruído e desarmado. Idade da moral, da virtude e da lei.

Vico tenta ver continuidade na sucessão dos atos sociais e civis, obedientes à lei única e comum, procurando atingir um mesmo fim e sofrendo idênticas vicissitudes, concluído por considerar "o mundo social como obra do livre desenvolvimento das faculdades humanas e consequência de uma inteligência muitas vêzes contrária e superior aos fins particulares que os homens tinham em vista" (*Dictionnaire Général de la Politique*, Maurice Blook). De acôrdo com Vico, a Providência governa os homens pelos usos que seguem e não por leis positivas. Salienta-se a preocupação de dar finalidade ao conhecimento da história. Teoriza a filosofia da História.

Montesquieu (Charles Louis de Secondat, barão de la Brède et de Montesquieu 1669-1755), em sua notável obra *L'Esprit des Loix*, ao passar em revista a história de todos os países em todos os tempos, faz desfilar nações vivas e mortas. Da natureza de seus governos infere seus princípios, e destes, considerando fatores morais e físicos, configura as leis que os vivificaram ou os animam. Para Montesquieu, os homens governam-se, como seres físicos, por leis invariáveis que, entretanto, são êles por violadas, e mudadas as por êles estabelecidas. Montesquieu pretende que os historiadores estudem as harmonias que unem o homem à terra.

Não tardou que o filósofo Johann Gottfried Herder (1744-1803) resumisse as idéias de Santo Agostinho, Bacon, Bossuet, Vico, no livro *Idéias sôbre a Filosofia da Humanidade* (1784) fazendo apreciação das principais épocas da civilização, começando pela descrição da terra, o palco onde se desenrolam as ações humanas. Haveria mesmo quem procurasse encontrar o "sentido da História", já em pleno século XX. Max Nordau, numa obra com êsse título (*Le Sens de l'Histoire*, versão francesa da obra original em alemão, 1910) visa ao estabelecimento da distinção entre a história e a historiografia, cogita da concepção antropocêntrica da história, busca as premissas psicológicas da história para considerar como o verdadeiro sentido da história, a manifestação do instinto vital da humanidade.

* * *

Que é, afinal, a história? A pergunta exige esclarecimentos.

"Mestra da vida", afirmou Cícero, recordando os ensinamentos que ela proporciona. "A grande escola da Política", declara Paul Boiteau, lembrando a necessidade de seu conhecimento pelos homens de Estado. "Biografia do poder", afirma Claude-Henri de Saint Simon (*Memoire sur la Science de L'Homme*, 1859), tendo em vista o que ela representou até o século XVIII e que Nordeau critica por se limitar às boas e verídicas biografias de um indivíduo qualquer ignorando profundamente "a sorte da humanidade e das suas leis eternas", "Seleção dos acontecimentos que têm exercido uma influência essencial sôbre a forma presente do mundo e as condições das gerações atuais", responde Friedrich Schiller (*Qu'est-ce que l'Histoire Universelle et dans quel but l'étudie-t-on?*). P. Lacombe (*De l'histoire considerée comme une science*, 1894) prefere aceitá-la como "tudo que tem sido feito, ao nosso conhecimento, pelos nossos antepassados".

Schlozer conceitua a história: "uma compilação sistemática de fatos, por meio da qual se pode compreender, fundamente, o estado atual da Terra e da espécie humana".

* * *

Gregos e romanos narravam acontecimentos excepcionalmente memoráveis e procuravam registrar tradições e crônicas sem a preocupação da verdade, porém primando pelo estilo. Nem o interesse pelos documentos nem pelos testemunhos. Apenas gênero literário. Língua, estilo, composição, movimentação. Lições de política e de moral, e, neste sentido, se há de conceber a assertiva de Cícero: "Mestra da vida", rememorada nestas palavras do pórtico da *História de Portugal*, de Oliveira Martins: "A história é sobretudo uma lição de moral". Ensinar aos do futuro as verdades, tal como se lê no túmulo de Alexandre Herculano: "Aqui jaz um homem que conquistou para a grande mestra do futuro, para a história, algumas verdades importantes". Políbio, o pragmático, criador de um "novo gênero da história" como "ciência de aplicação prática", ciência, sobretudo moral queria que se estudasse a constituição "de um Estado. como a causa primordial dos bons e maus sucessos em tudo" (*História Geral*, VI). A política se misturou à história antiga e a explicação dos êxitos surge sempre por obra da predestinação divina. Na Idade Média, não é totalmente a "personalidade humana, a vontade individual ou coletiva que avulta nos domínios da história". Abrange os atos que ligam os indivíduos, "um quadro, desconhecido na antiguidade, no qual em lugar da história de um homem, de uma família, ou de um povo, vemos desenhar-se a história de toda a humanidade até então conhecida" (Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos*, trad. portuguesa, 1946).

* * *

A história, na velha Grécia, como a prosa literária, nasceu da poesia, como linguagem artística. A prosa simples, comum, geral, do quotidiano ficava mais para entendimentos de relações entre cidades, anotações destinadas a memorizar o passado através do elenco de sacerdotes, vencedores de jogos, de reis e magistrados, meros arquivos, numéricos, quantitativos, dos integrantes da política e do sacerdócio. Não se tratava, pois, de linguagem manipulada com arte. A poesia era a linguagem usada, e o foi quase exclusivamente até o sec. VI a.C., inclusive, nela, os filósofos, fixavam suas idéias. Por primeiro, segundo a tradição, Ferecide de Siro compôs uma *Teogonia*, em prosa, seguindo-se Cadmo de Mileto com sua "*Fundação de Mileto e de toda a Jônia*". Outros mais surgem: Ecateo de Mileto, Ferecide de Lero, Caronte de Lampaco, Vanto de Sardo, Scilace de Carianda, Antíoco de Siracusa e Elânico de Miteleno, êstes dois últimos contemporâneos de Heródoto, que Cícero, com felicidade, chamou: "o pai da história". Todos êstes precursôres, foram apenas logógrafos, narradores ou prosadores, e não escritores da história, no sentido grego da palavra que significa "indagação, averiguação, pesquisa". Não lhes acudia, ainda o conceito de "narração lógica e subordinada a um princípio, ou também a um fim bem determinado" (E. Romagnoli-G. Lipparini "*Manuale della Letteratura Greca*", Bologna, 1932-x, 383). Como simples logógrafos narravam, faziam prosa cronística. Heródoto faz da história epopéia e desta, aquela ainda, sob a influência do versejamento e da métrica. Produto do seu espírito ativo, curioso, poético e religioso, condicionado à intervenção dos deuses dominando e presidindo as coisas do mundo e à celebração da glória

dos gregos. Como grande narrador de fatos históricos foi, acima de tudo, excepcional artista. Bastaria a leitura do raconto referente a Polícrato, tirano de Sâmo, ou a cuidadosa apresentação da batalha de Maratona, para lhe sentir a dimensão pensando como jônico, fantasiando como jônico ou perquirindo com a curiosidade e vivacidade jônica. Dêle se distancia, pela solidez e pela continentalidade, o ateniense Tucídides, muito mais objetivo e muito menos religioso. Espírito geométrico, diz-se de Tucídides para quem a história é campo em que atuam leis "seguras e inelutáveis" — "leis morais que têm a precisão e a constância das leis físicas" — leis que ao estudioso da história cabe pesquisar e revelar — "leis superiores às nações e aos partidos". Em sua *História da guerra do Peloponeso*, Tucídides se revela crítico e psicólogo, principalmente ao configurar a fala dos personagens, como no discurso de Péricles ao comemorar os mortos no primeiro ano da guerra do Peloponeso, realçando a grandeza ateniense (XIII, 49-53), adentrando o íntimo dos fatos e o âmago das pessoas. Melhor e mais suave na prosa, embora menos incisivo e vigoroso, é outro ateniense, Xenofonte, que recebeu de Sócrates lições de amor, de aprêço à verdade e reverência à justiça atenuadoras de seu nível comum de homem bom, modesto senso. O espírito aventureiro fê-lo correspondente de guerra, enviado especial de si mesmo numa expedição de Ciro contra Artaxerxes, culminando por assumir o comando das forças na célebre retirada dos *Dez mil*, de que dá conta na "*Anábases*" através de impressões pessoais de protagonista anotador de recordações, reportagens, na linguagem atual. Versátil, polígrafo (escreveu obras diversas), legou trabalhos mais informativos do que acentuadamente históricos, salvo na "*História Helênica*", em que continuou Tucídides, sem igualar intensidade de linguagem que a êste caracteriza. E da Grécia, poucos restarão com algum valor: Ctesia de Gnido (Caria), Antíoco de Siracusa, Filisto de Siracusa. Éforo de Cusa (Ásia Menor), Teopompo de Quios, êstes dois últimos, discípulos de Isócrates e conseqüentemente, fazendo da história simples ramo da retórica, dando-lhe o caráter oratório e não a objetividade de quem vê e distingue os fatos.

* * *

Dos romanos não são numerosos os que mereçam honrar a qualificação de escritores de história, de historiôgrafos ou, com mais responsabilidade, de historiadores. Predominam, normalmente, os poetas, como se verifica num simples perpassar de nomes salientes na literatura latina; a) — *Idade de ouro* (514 de Roma a 757 ou 14 da Era vulgar): Livius Andronicus (verteu para o latim a *Odisséia* de Homero), Caius Noevius (imitador das tragédias gregas), Staius Coecilius escreveu peças de teatro, imitadas do poeta grego Menandro), Quintus Ennius (entre outros trabalhos escreveu um poema "*Anais da República*"), Marcus Pacuvius, sobrinho do anterior (autor de tragédias), Lucius Attius (escreveu tragédias, inclusive uma intitulada "*A expulsão dos Tarquínios*"), Caius Lucilius (poeta satírico), Sextus Turpilius (compôs peças), Lucius Afranius (imitador da comédia grega), Lucius Cornelius Sisenna (deixou fragmentos de uma *História de Roma*, donde a ocupação da cidade pelos gauleses sob o comando de Breno até as lutas de Mário e Sila), Publius Nigidius Figulus (apreciava estudos filosóficos), Caius Decius Laberius (com-

pôs mímicas), Verrius Flacus (gramático, de que subsistem restos de um *Calendário romano e Fastos prenestinos*), Quintus Caludius Quadrigorius (um dos primeiros a merecer a qualificação de historiador, tendo alguns de seus trechos reproduzidos por Tito Lívio além de ser citado por Aulus Gélius em *Noites Aticas*), Marcus Accius Plautius (autor de comédias), Publius Terentius Afer (autor de comédias), Marcus Portio Cato (o antigo ou censor) (autor de um "diário" — o "*De Re rustica*" contendo receitas, observações e preceitos, além da obra "*Origens romanas*" que se perdeu), Titus Lucretius Carus (filósofo e poeta), Marcus Terentius Varro (homem de vasta erudição do qual se diz haver Petrarca ainda no 14.^o século, possuído o único exemplar — que se perdeu — da grande obra "*Rerum humanarum et divinarum antiquitates*"). Caius Valerius Cattulus (poeta), Publius Syrus (poeta-ator), Cornelius Nepos (autor de várias obras versando temas e vultos históricos, conhecendo-se apenas as biografias "*Vida dos Grandes Capitães*", foi antes cultor do que entre os gregos, era denominado *encómion*, e, entres os latinos, *laudationes*, o louvor, a bajulação, sendo avultado o número de datas erradas e de nomes, assim como os fatos não condizem com a verdade, nem mesmo adequada se apresenta a rebarbativa linguagem), Caius Sallustius Crispus (autor de uma *História de Roma* que se perdeu, e da *Conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*, gozou de grande conceito entre os antigos: Sêneca comparava-o a Tucídides, enquanto Tito Lívio acusava-o de prejudicar Tucídides, imitando-o, mas Tácito louvava-o, assim como Marcial, Quintiliano e Servílio Noniano), Marcus Tullius Cicero (jurisconsulto, filósofo, poeta e gramático), Caius Julius Cesar (a quem Thiers chamou "homem prodígio", Cícero considerava-o historiador inimitável, autor de "*Do bello gallico*", em que se realçam estilo, verdade e probidade, mas há quem duvide que tudo lhe pertença), Trogus Pompeius (de cuja obra restam fragmentos, autor de *Histórias Filipicas*, considerado por Plínio-o-môço "*severissimus auctor*"), Sextus Aurelius Propertius (poeta elegíaco latino), Publius Virgilius Maro (segundo o imperador Severo era o Platão dos poetas), Aulus Albius Tibullus (poeta), Titus Livius (historiador de grande eloquência e estilista, do qual só se conhece a *História de Roma*, que começa da fundação da cidade e vai até a morte de Druzo, abrangendo 742 anos, sendo que dos 142 livros, somente 35 alcançaram os nossos dias e, assim mesmo muitos dos quais incompletos, suplementados, com menor valia, pelo erúdito Frinshemio), Marcos Manilius (autor do poema "*Astronomicon*"), Marcus Vitruvius Pulio (autor de obra resumindo conhecimentos de engenharia e arquitetura do seu tempo), Publio Ovídio Naso (poeta sobejamente conhecido), Quintus Horatius Flacus (célebre poeta lírico), Caius Pedo Albinovanus (poeta do século de Augusto e amigo de Ovídio), Gratius Faliscus (poeta didático do século de Augusto), Titus Julius Phoedrus (na opinião geral, o introdutor das fábulas de Esopo na literatura latina), Caius Cornificius, segundo Calepino, ou Quintus Cornificius, segundo outros (poeta, amigo de Catulo), Aulus Hirtius (guerreiro a quem se atribui o livro 8.^o da *Guerra Gaulesa e a Guerra de Alexandria*, que figuram entre as obras de César), Caius Oppius (oficial, como o anterior, de César, ao qual também se imputa a autoria da *Guerra de Alexandria, da Africa e da Espanha*, escritos de César), Publius Cornelius Severus (poeta de que Sêneca traz um fragmento sobre a morte de Cícero), Quintus Nuius Scaevola (homem ilustrado, primeiro mestre de Cícero, de cuja autoria

o Digesto traz alguns extratos), Alfenus Varus, Marcus Antistius Labeo e Masurius Sabinus (jurisconsultos).

Poucos, pouquíssimos dos escritores da *Aetas Aurea* consagraram-se ao que se poderia chamar história como simples fixação de fatos, ocorrências de guerra, vultos quase sempre exaltados porque contemporâneos ou dêles dependiam política, social e economicamente os autores das "Vidas ilustres"... Poderiam ser citados da *Aeta Argentea* (ano 14 era vulgar, ao ano 117), nomes como Cornelius Celsus, Publius Velleius Paterculus, Lucius Junius Columella, Pomponius Mela, Marcus Annoeus Lucanus, Aulus Persius Flaccus, Quintus Asconius Pedianus, Marcus Annoeus Sêneca, Lucillus Junior, Lucius Annoeus Sêneca, Valerius Maximus, Titus Petronius Arbitor, Caius Plinius Secundus, Caius Silius Italicus, Caius Valerius Flaccus, Decimus Junius Juvenalis, Decimus Papius Statius, Marcus Valerius Martialis, Marcos Fabius Quintilianus, Sextus Julius Frontinus, Caius Cornelius Tacitus, Caius Suetonius Tranquillus, Caius Plinius Caecilius Secundus, Lucius Annoeus Florus, Quintus Curtius Rufus, Valerius Probus, Sulpitia, Turnus, Seribonius Largus e Lucius Fenestella ou os da *Aetas Ahenea*, (idade de bronze que vai de 117 a 400, da nossa era), como Licinius Proculus, Neratius Priscus, Publius Juventius, Celsus, Dimutius Ulpianus, Herennius Modestinus, Julius Paulus, Aemilius Papinianus, Sextus Pomponius, Justinus (ou Marcus Junianus Justinus ou, ainda, Marcus Justinus Frontinus), Avianus Flavius, Terentianus Maurus, Flavius Sosipater Charisius, Caius Julius Solinus, Caius Censorinus, Quintus Serenus Sammonicus, Aulus Gellius, Lucius Apuleius, Thascius Coecilius Cyprianus, Quintus Septimius, Florens Tertulianus, Marcus Aurelius Olympius Nemesianus, Titus Julius Calpurnius, Aelius Spartianus, Vulcantius Gullicanus, Trebellius Pollio, Flavius Vapiscus, Aelius Lampridus, Julius Capitolinus, Coelius Aurelianus, Eumenius, Nonius Marcellus, Flavius Eutropius, Arnobius, Afer, Sextus Rufus, Firmianus Lactantius, Commodianus Gazoeus, Caius Vettius, Aquilinus Juvenus, Decimus Hilarius, Julius Firmicus Materbus, Fabius Marius Victorinus Afer, Decius Magnus Ausonus, Ammianus Marcellinus, Flavius Vetetius Renatus, Aelius Donatus, Modestus, Ambrosius Aurelius, Theodosius Macrobius, Quintus Aurelius Symmachus, Sextus Aurelius Victor, Decimus Ambrosius, Aurelius Prudentius Clemens, Marcellus Empiricus, Proba Falconiana, Santo Damason (Damasus), Eusebius Hieronymus (São Jerônimo), Tyrannius Rufinus, Sulpicius Severus, Depranius Latinus Pacatus, Claudius Mamertus e Nazarius. O mesmo ocorre com os da *Aetas Ferrea et Lutea* (idade do ferro e da lama, do ano 400 ao século IX da nossa era: Claudius Rutilius Namatianus, Aurelius Augustinus (o genial doutor da Igreja Católica, Santo Agostinho), Paulus Orostus, Caius Sedulius, Pontius Meropius Paulinus, Dracontius, Salvianus, Petrus Chrysogonus, Prosperus Aquitanicus, Paulinus Petrororius, Marianus Mineus, Felix Capella, Claudianus Mamertus, Caius Sullius Sidonius Apollinaris, Fabius Claudius Gordianus Fulgentius, Priscianus Grammaticus, Diomedes, Sextus Alcinus Ceditius Avitus, Magnus Felix Ennodius, Anicius Manlius Severinus Boethius, Arator, Magnus Aurelius Cassiodorus, Jornandes, Flavius Cresconius Coripus, Venantius Honorius Clementianus Fortunatus, Georgius Florentius Gregorius Turonensis, Gregorius Magnus (papa a quem se deve a conversão da Grã-Bretanha, além da reforma da liturgia e regulamentação dos Cânticos sagrados), Isidorus Hispalensis (bis-

po de Sevilha — Hispalis), Eugenius Toletanus (bispo de Toledo), Marculphus (monge), Beda-Venerabilis (monge, autor da *História Ecclesiastica*, monumento da cultura inglêsa), Albinus Flaccus Alcuinus (discípulo de Beda e mestre na Córte de Carlos Magno), Depranius Florus, Paulus Diaconus (secretário de Didier, rei dos Lombardos), Paulinus Patriacha (de Aquilêia, santo), Rabanus Maurus (ou Harabanus Magnetius, Freculphus ou Radulphus (bispo de Lisieux), Aeginhardus (secretário de Carlos Magno), Strabus (monge), Theodulphus (bispo de Orleans). Mesmo, entre os escritores de idade incerta, como Vibius Sequester (autor de uma espécie de dicionário geográfico dos rios, fontes, bosques, etc. a que fazem menção os poetas), Publius Vigetius (autor de uma "Arte veterinária", confundido, às vêzes, com o escritor militar Flácio Vegecio Renato), Sextus Pompeius Festus (gramático latino), Chalcidius (filósofo platônico, sincrêticamente mesclado de néo-platonismo de idéias cristãs), Coelius Appicius (talvez pseudônimo de algum grande gastrônomo, do tempo de Tibério?, e de Sila? ou de Trajano, autor de um tratado de arte culinária), Lucius Ampelius (autor de capítulos sôbre astronomia, geografia e história de Roma e da Grécia), Aemilius Macer (autor de livro sôbre virtudes de plantas medicinais), Palladius Rutilius Taurus Aemilianus (autor de trabalho sôbre agricultura), Julius Obsequens (autor do livro dos "Prodígios", na linguagem atual, autênticas "estórias", ou, mais tradicionalmente, fatos miraculosos vinculados à política e à religião de Roma, presentes, como contos — ignorando-se se eram acreditados ou não), em trabalhos de Tito Lívio (*História*), Cícero (*Tratado da adivinhação*), Plínio-o-antigo, Sêneca ("*Questões naturais*"). Plutarco, Tácito, Dion Cassio, etc.), Aemilius Probus (gramático), Fulgentius Planciades (autor de um sumário de mitologia, confundido, por alguns, com S. Fulgêncio) e Julius Exuperantius (que se dedicou a trabalhos de história, presumindo-se que haja extraído das obras de Salústio, parte de seu livro "*De Marii, Lepidi et Sertorii bellis civilibus*").

Dêsse elenco extenso de ilustres nomes da literatura latina ficou patente, principalmente, nas fases de maior expressão intelectual, que poucos se devotaram aos assuntos históricos, possibilitando rápida referência aos mais salientes, como Tito Lívio e Salústio, os criadores do "gênero histórico latino", Caio Júlio Cesar e Caio Cornélio Tácito.

* * *

Tito Lívio — o paduano, — do tempo de Augusto, autor da "*História de Roma*", no ensaio que Taine lhe dedicou, não vai além de orador "que escreveu em belo estilo e escolhida linguagem uma história, que é apenas uma coleção ou série de discursos"... e "recitava um discurso supondo escrever uma narração". Do que nos resta, na verdade, ausente está o senso crítico, realçando-se a preocupação de fixar quadros tradicionais do desenvolvimento de Roma, interpretando-os, e, sobretudo, polindo-os para não magoar seus contemporâneos.

Salústio, de Amiterno (país dos Sabinos), do tempo de Mário e Sila, nascido quase trinta anos antes de Tito Lívio, também escreveu uma *História de Roma* (que não chegou até nós), a *Conjuração de Catilina* e a *Guerra da Jugusta*, é apontado por Benlow como o primeiro, em data, "dos verdadeiros historiadores latinos", mas Quintiliano o tinha como plagiário, embora lhe lou-

vasse o estilo conciso. Foi, em seus escritos, um moralista (cujo exemplo pessoal não condizia com a produção...).

Caio Júlio César, antecipa-os, pois nasceu no ano 101 a.C., e seus "Comentários" (da Guerra Gaulesa e os da Guerra Civil), são, na realidade, apontamentos a serem aproveitados por quem se dispusesse a escrever a "história daqueles sucessos", como bem acentua o Pe. João Ravizza ("Comentários da Guerra Gaulesa", 1932, pág. 26), com excelente estilo e não menos valiosa exatidão. E pela elegância com que se expressou não lhe faltaram louvores de Cícero (Brut. LXXV, 261), Hircio (B. Call., VIII, proem., 4, 7), Suetônio (Cés., 55) e Quintiliano (Inst. Or., X, I, 114).

Caio Cornélio Tácito (e para alguns: Públio Cornélio Tácito), nascido entre 54 a 57 da era cristã, em Interamnas (Terni, da Umbria, autor das *Histórias Historiarum libri*, abrangendo a história romana, desde o começo do império de Galba até a morte de Domiciano (obra incompleta), os "Anais", compreendendo a história romana, desde a morte de Augusto até à de Nero (também incompleta), e "Germânia" (*De situ, moribus et populis Germaniae libellus*) (a única que chegou íntegra até nós), os "Dialogus de oratoribus" (também atribuída a Plínio-o-jovem, a Suetônio e a Quintiliano), explicando as causas da corrupção na época do Império. Em "A Germânia", Tácito acentua o propósito de contrastar a situação romana com os virtuosos costumes germanos, mas fez trabalho verdadeiramente notável realçando, instrutivamente, as instituições dos povos tratados tão sinteticamente. Tácito faz dos estudos instrumento de sua consciência pronta a censurar êrros ou a recompensar virtudes. Escreveu história mais como político, expondo sombriamente aviltamento das camadas sociais romanas e da própria Roma. E quase sempre escreve com amargura, censurando, acusando.

* * *

No Renascimento prossegue a imitação dos antigos e, o que é pior, a história serve, vêzes várias, como "um meio para obter favores do príncipe", ou se transforma em simples tema para declamação.

No século XVIII, amplia seu campo abrangendo fatos de ordem política e interessando-se "pela evolução das ciências, das artes, dos costumes, das indústrias, etc.", embora "a narração pormenorizada dos acontecimentos políticos e militares continuasse a ser tida como o fundamento da história". Dessa época data a expressão "história da civilização". Da Alemanha vem a contribuição de professores universitários desejosos de atender às necessidades do ensino, surgindo, em consequência, as "compilações metódicas de fatos, cuidadosamente justificado, sem pretensões literárias nem outras de qualquer espécie". São os manuais de história. E com elas, as divisões em "ramos especiais de estudos para cada grupo de fatos homogêneos" (história das artes, das religiões, etc.). Mas a história continua, até meados do século XIX, a ser simples gênero literário, registrando ocorrências cronologicamente, salientando vultos ligados a fatos e acontecimentos, estendendo-se com minuciosas referências que se alongam por volumes mais volumes, o que, ainda vai até o fim do século, e mesmo, no seguinte, século XX, de que dão exemplo as conhecidas *Histórias Universais* de Cantu e Oncken, a "*Histoire universelle de l'Église Catholique*" do Abade Rohrbacher (Paris, 1842-1849), em 29 volumes, a

"*Histoire générale de l'Église depuis la création*" (1862-1877), Abade Darros, continuada por Bareille, depois por Fèvre, até o advento de Pio IX, em 40 volumes.

* * *

Os fins do século XIX e, especialmente, o atual, afeiçoam à história a objetividade que lhe dá cunho científico, visando ao saber sem se preocupar em agradar "nem estabelecer normas práticas de conduta nem comover". Fortalece-se, então, com as monografias, os trabalhos de caráter geral, principalmente, as pesquisas. Faz-se a revisão da história, fugindo-se à "obscuridade e à trivialidade", abandonando-se o campo da retórica a fim de se encontrar uma linguagem própria para traduzir, sobretudo, a busca dos documentos: "onde não há documentos não há história" ("*Introdução aos Estudos Históricos*" — Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos, trad. de Laerte de Almeida Morais, 1946, pág. 15).

No terreno arenoso; movediço, inconsciente, dos fatos que a tradição deturpa, na veiculação e interpretação, o documento é estaca, fundamento, base, alícerce, seja qual fôr a natureza ou espécie. O documento dimensiona o fato. Investiga-se. Peneira-se. Contrasta-se.

Os mortos tornam-se mais vivos e mais presentes através do que deixaram documentadamente de si. Há autêntico sentido de perpétuidade, de perenidade, de indestrutibilidade nas ações e idéias que ficam dos que agiram e pensaram com testemunho de documentação própria ou alheia, a eles referente. Como os homens, as sociedades, as nações: Sócrates, Platão, Aristóteles mantêm-se vivos; Hebreus, Grécia, Roma, estão presentes. É o imortal espírito de continuidade.

* * *

Poder-se-ia conceituar a história. Convém, contudo, esclarecer conceitos que aparecem comumente. Hans V. Eckardt ("*Fundamentos de la Política*", trad. esp. de Rafael Luengo, 1932) consagra a frase, bastante repetida: a "história é a política do passado", porque abrange os fatos e suas consequências, enquanto "os motivos, idéias e intenções podem inspirá-la e impulsioná-la". Ralph Turner ("*Las grandes culturas de la humanidad*", trad. esp. de Francisco A. Delpiane e Ramón Iglesia, 1948), prefere substituir a frase por está "A História é a política do presente", ao considerar a história "como a propaganda natural de uma ordem social". A experiência humana pretérita dirá da conduta.

Não se trata da história como ciência, mas da aplicação do conhecimento da história. A história, como ciência, com o cunho de investigação, pesquisa, crítica, seja analisando ou sintetizando, não é repositório "de lições de moral ou de belos exemplos de conduta nem cenas dramáticas ou pitorescas". É, acima de tudo, repositório de verdade. É "instrumento de cultura social", levando a entender, num senso pragmático, quanto a estudantes, por exemplo, o que se contém nesta conclusão de Langlois e Seignobos; "entendem (os estudantes), com exemplos práticos, o que é uma sociedade, familiariza-os com os principais fenômenos sociais e com as diferentes espécies de usos e instituições, cujo conhecimento, pela observação da realidade atual, é muito difícil e desan-

conselhado pela prática; mostra-lhes, pela comparação de usos diferentes, os caracteres desses usos, suas variedades e suas semelhanças. — O estudo dos acontecimentos e das evoluções torna-lhes familiar a idéia da transformação contínua das coisas humanas, salvaguarda-os do mêdo injustificável das mudanças sociais; retifica-lhe a noção de progresso. — Tôdas estas aquisições tornam os alunos mais aptos para participarem da vida pública; o estudo da história se impõe, por isso, nas sociedades democráticas”.

Na verdade, o estudo da história leva ao interesse pelos destinos da humanidade e, particularmente, pelos destinos da própria pátria. Se despertam a atenção os dados de um parente próximo, a biografia de um homem representativo, mais acentuada será essa mesma atenção, no caso de se tratar da humanidade no que ela tiver de exato e verdadeiro.

* * *

A importância da história não está em ser fichário de ensinamentos que auxiliarão a resolver problemas do presente com lições do passado, ainda porque os fatos históricos não se repetem, como nunca são as mesmas as águas correntes na continuidade dos respectivos cursos. Sucessão de fatos, continuidade de fatos, não significa repetição, igualdade ou equivalência com outros. Não há, para citar exemplo corriqueiro, no campo de certa história ainda de agrado de alguns tratadistas, guerra igual ou que se identifique com outra. Causas, decurso e consequência são sempre diferentes, embora, por vêzes, algumas entre as mesmas se configurem no conjunto. Épocas diversas, agentes diversos, palcos de ação diversos. Nos cursos de água da mesma corrente, em cada amostra tomada, em meio a muitos corpos iguais aparecem outros diferentes ou em quantidades diferentes, desde os elementos químicos às impurezas. Também, assim, podem assemelhar-se os fatos ou, ainda, terem pontos de contacto, nunca, entretanto, serão os mesmos, nem haverá a repetição porque variam as “condições em que se produzem os atos humanos”.

A história, efetivamente, leva à compreensão do presente, explicando, onde fôr possível, as origens do atual estado de coisas. Constitui, sem dúvida, elemento indispensável para o acabamento das ciências políticas e sociais e é, acima de tudo, “valioso instrumento de cultura intelectual. É o que afirmam, em conclusão, Langlois e Seignobos, nas derradeiras páginas da *“Introdução aos Estudos Históricos”*. Graças à história, pode-se compreender o “processus das transformações humanas”. E, por isso, é complexa, tanto quanto esse “processus”, tanto quanto a evolução em todos os aspectos da vida das sociedades humanas. Razão, pois assiste a Berr e L. Febvre, quando acentuam: “não há ramo do conhecimento que no decurso da evolução intelectual tenha exibido mais variadas modalidades e respondido a mais contraditórias concepções que a história” (Enc. Social Sciences — vol. VII, pág. 357 — *“History and historiography”*, 1935, N. York). Etimologicamente, é exploração do passado, pesquisa do que ou em tôrno do que já aconteceu, e é conhecimento, narração do que já aconteceu.

Evidente é a seleção dos fatos, das ocorrências, segundo os interesses ou campos de interesses. Como não há sociedade, e, sim sociedades, também não há apenas uma única história, mas existem histórias. A denominação

singular é amplamente didática, pois a pluralização espelha a realidade. Na qualificação está a objetivação do conteúdo. E é ambiciosa, tanto quanto o homem que explora sua memória. Não se conceituasse ela, igualmente, como a "memória do gênero humano". Ambiciosa em sua máxima finalidade: "A finalidade ideal da História seria reconstruir, no decorrer dos tempos, a vida integral da humanidade" (G. Monod — "*De la méthode dans les sciences*", pág. 367).

Toynbee, o autor de "*A Study of Story*" (Oxford University Press, 1954-1955) sintetiza seu conceito de história como o "estudo das experiências e das ações das personalidades". Sem o homem não há história: "o objeto da história é, natureza, o homem" (March Bloch). O homem em qualquer sentido: "o historiador nada mais é além de um homem que se dá conta da mudança das coisas — a maioria das pessoas não toma consciência disto — e que procura a razão desta mudança" (H. Pirenne). O homem constituindo povo e humanidade: "o objeto da história é a vida dos povos e da humanidade", escreve o grande romancista russo Tolstoi ("*Guerra e Paz*").

Nem tôdas as cerebrações lhe reconheceram significação e a subestimaram porque os que escreviam "história" davam importância a fatos e vultos de atuação menos considerada para a formação desses críticos como Montesquieu: "hereux de peuple dont l'histoire est ennuyeuse", ou como Goethe: "a História Universal é o mais absurdo que se conhece; para os grandes pensadores é uma tela de disparates". Em compensação, com exagero, na Revolução Francesa, elevou-se a "História Universal a tribunal do mundo" (*Hist. Universal* por Hermann Baunhauer, Hans Hein, Willebald Kirfel, Wilhem Mommsen, Karl Pioec, Peter Welt, trad. de Dom Hilario Gómez, Labor, 1960).

Henri Berr ("*A síntese em História*", trad. de Júlio Abreu Filho, 1946) sumaria posições de alguns estudiosos ou pensadores:

"Diz-se que a história é o estudo dos *acazos* (Eduard Meyer), dos fenômenos singulares (Rickert: "A história é a *ciência* das coisas particulares e individuais" — "*Les quatre modes de l'universel en histoire*". Rev. de Synth. hist. abril de 1901, t. II, pág. 135), dos *fatos* (B. Croce, Adrien Naville, por oposição às *leis* (Naville), ao *universal* (Rickert); ou ainda, o estudo dos *fatos de sucessão* por oposição aos *fatos de repetição* (Xénopol). Bem diferente da ciência *sistemática* (Eduard Meyer), *teórica* ou de *conceitos* (Croce), *teorematizada* (Naville), *nomotética* (Windelband), *natural* (Rickert) que propõe abstratamente as relações necessárias, por conseguinte universais e permanentes, a história considera o individual como individual, o novo, tal qual este é dado na realidade empírica. Ela é, na medida do possível, a pesquisa da causalidade concreta, o encadeamento casual — mas não das leis e dos conceitos", e na conclusão (pág. 193) H. Berr friza seu pensamento: "Aquilo que chamamos concepção subjetivista da história não deve ser confundido com uma concepção hoje caduca para os espíritos avisados. A tão debatida questão se a história é uma arte ou uma ciência, está definitivamente resolvida. A história é uma das formas de pesquisar a verdade: não é um gênero literário".

Respondendo à interpelação de Keith Botsford, novelista, professor da Universidade de Porto Rico, em entrevista divulgada ("*O Estado de São Paulo*", 10-2-63), que formulou a Gilberto Freyre, a pergunta:

— 'Então há um quê de verdade na teoria de que a história está se tornando mais sociológica e a sociologia mais histórica. Em seu próprio caso, o senhor dedicou uma boa parte de sua vida a "estudos tropicais".

Disse o autor de "Casa Grande e Senzala":

"Venho tentando reabilitar áreas, climas e valores, que não estão sendo avaliados como deviam ser. Até pouco tempo, na Europa e nos Estados Unidos, os trópicos eram considerados inúteis. Tinham até uma espécie de patologia própria: doenças "tropicais", vícios, falhas. As técnicas modernas eliminaram grande parte deste aspecto particular da vida tropical; mas não é a isto que me refiro quando falo em "valores tropicais". Não estou interessado na introdução de valores europeus na sociedade tropical, mas numa combinação desses progressos tecnológicos e daqueles valores que já existem nos trópicos. O que faço na sociologia é uma espécie de sociologia existencial, no sentido de que sempre estudei o homem dentro de sua *condição*".

E concluiu:

"Temos uma tendência a pensar na história como história escrita. Mas já há muitos anos a significação de história foi ampliada, incluindo o exame antropológico do passado de povos cujo história não foi registrada. Acho que uma das minhas inovações na análise do Brasil foi a aplicação dessa técnica".

Não é difícil inferir que o sociólogo se expressa como sociólogo prático, utilizando a história como instrumento, como fonte de informação e esclarecimento, através de tudo que ela pode oferecer e que, necessariamente, não se reduz a "história escrita". Será antes, este conceito, aspecto de método de trabalho, realmente, uma técnica de trabalho, valiosa em sociologia 'mais histórica'.

* * *

A história tem por objeto o fato passado, revela-o em sua essência verdadeira. Ressuscita-o. Não é sem razão que Michelet disse ser a história: "a ressurreição integral do passado".

Pesquisa, descreve, narra, expõe, retrata a existência fatos, a vida dos homens e dos povos consubstanciando o que convencionalmente se denomina "drama da civilização". E fá-lo com inteligência. A história tem a sua "inteligência" que se evidencia, sobretudo, no realce dos aspectos comuns "as diversas civilizações", nas "múltiplas e sutis ações e reações recíprocas dos povos e dos fatos", no esforço para "ver e sentir" a humanidade com um todo uno.

Daí o valor da focalização dos traços comuns, na importância com que apreende as fases sucessivas do passado sem deformar a realidade complexa dos quadros históricos pesquisados, investigados, examinados.

É ilimitado o interesse da história. Não por nela se ver catalogação ou inventário cronológico de conquistas em todos os terrenos da atividade humana, através do tempo, e sim pelo que representam essas mesmas conquistas, essas mesmas atividade para as aspirações sempre maiores e melhores do homem, a impulsioná-lo, como se apregoa nos dias atuais, na esperança de um mundo melhor, um mundo de paz, tranquilidade, harmonia, felicidade. Não há homem que não busque seu próprio progresso, sua evolução para o maior e o melhor. Nem todos, porém, conseguem procurar ou alcançar o objetivo (os objetivos) com a serenidade desejável porque a isso se opõem circunstâncias, quando não temperamento, etc. Os povos, não raro, traem também certo

equipamento "hereditário" e, naturalmente, a influência do meio, apresentando-se singularmente como coletividade, que em busca do bem estar material e do domínio da Natureza nem sempre perseguem legítimos objetivos com a serenidade desejável.

A história não cogita apenas progresso no campo material, mesmo porque este é fruto do espírito e a história também é espírito, operando na "esfera do abstrato", abrangendo as elevadas aspirações de ascensão social e moral.

Nos tempos atuais, as idéias, corporificadas nos fatos, encontram especial acolhimento na pesquisa da verdade histórica, dando-se maior relêvo à influência de filósofos, cientistas e artistas do que às façanhas militares. Como num lar, melhores lembranças se desejam dos fatos cordiais, das ocorrências benfazejas, festivas, alegres, felizes, do que às das dissensões que culminam nas dissoluções, sofrimentos, desagregações. Mas a história pesquisa-as porque são fatos e como fatos são verdades, dando-lhes, atualmente, a dimensão que lhes cabe pelas repercussões, no todo social, no todo do povo ou dos povos. Não as erige, contudo, em objetivo único, como se fazia outrora, quando só tinham história os povos belicosos, e se fazia "história" apenas de escaramuças, guerras, piratarias, o que decepcionava Montesquieu e irritava Goethe. Compreenda-se, em ambos, a antevisão da história posta em posição desconhecida para época. E em cada época se fez história de acôrdo com a concepção nela reinante.

A história é esclarecimento. Pesquisa a verdade principalmente quanto a "fatos dominantes" porque por eles também se esclarecem épocas ou períodos, comportamentos individuais ou coletivos, isto é, de vultos representativos, que influíram em seu tempo ou das coletividades ou povos que os apresentam. E, ainda, porque êsses "fatos dominantes" — nem sempre os de maior efeito ou mais retumbantes — explicam outros fatos ou acontecimentos ulteriores: a obra grega atuando sobre Roma, a obra romana atuando sobre a formação da Europa, o papel do Cristianismo para a civilização ocidental, o papel do Islamismo para o Oriente e o Norte Africano, mais pròximamente, a influência da ciência que transformou o mundo através das contribuições de Kepler, Galileu. Descartes, Leibnitz, Huygens, Newton, Pasteur, os Curies, Poincaré, Ostwald, Kelvin, etc., a ação de certos povos e nações que, a seu tempo, tiveram preponderância no fato: a preponderância espanhola, a preponderância francesa, a preponderância inglesa, a preponderância holandesa, a preponderância alemã, a preponderância norte-americana, a atuação de certos homens, dos quais basta citar Napoleão.

Como na família — célula básica social —, busca-se conhecer sua evolução, constituição, projeção e posição. A família universal é vista pela história em sua evolução, em suas correntes de idéias, em seus estágios de civilização, em suas manifestações mais sensíveis durante a marcha que esta família — a própria Humanidade — segue em sua rota sofrendo, superando ou não, mas caminhando sem cessar por suaves ou ásperas trilhas, sofrendo ou vencendo circunstâncias de lugar e ambiente, permutando influências oriundas dos contactos entre agrupamentos humanos. A história espelha o vai-vem do gênero humano. É a memória da Humanidade. A memória coletiva: "a história está para a humanidade assim como a memória está para o indivíduo; a história é a memória coletiva" (Piganiol). Por isso, o "espaço" da história é o tempo.

Sem tempo, nunca houve história. O tempo está para a história como o espaço para a geografia. O tempo é o templo da História. O espaço é a catedral da Geografia.

A história, sendo arquivo das experiências do passado, das experiências ou vivências autênticas, válidas porque verdadeiras, não faz profecia do passado nem oferece argumentos a quem pretenda fazer "história" do futuro. Os que dela tentam valer-se para justificar propósitos, tendências ou idéias são marginais da história, problemáticos divagadores. Pesquisando fatos verdadeiros a história fecha as portas à fantasia, às paixões sectárias, aos diletantismos intelectuais marcados por comprometedoras predições. A história está em cada época de acordo com a época, em cada quadro geográfico de acordo com este mesmo quadro. Em cada época e em cada zona os acontecimentos tiveram seu signo próprio. Suas adequadas soluções, corresponderam a necessidades, contingências ou circunstâncias que os presidiram. Foram grandiosos ou insignificantes, na conformidade dos fatores predominantes quando da ocorrência dos fatos. A história não pode ser vista do presente para o passado. Tem que ser "vista" e "sentida" de acordo com as fases perquiridas nos respectivos quadros regionais.

A história é permanente lição. Graças a ela se reconstroem as civilizações passadas. Graças a ela, avultam as origens e a continuidade de civilizações e das instituições dos dias atuais.

Graças à história, conhece-se o passado para compreender o presente. "*Past is prologue*" é a lição que há no embasamento de um edificio na Avenida Pennsilvânia, em Washington.

MATIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA ROXO

Josué Camarço Mendes

O nome de Matias Gonçalves de Oliveira Roxo é sobejamente conhecido entre os geólogos brasileiros e estrangeiros, sobretudo entre os que se dedicam à Paleontologia. Não se trata apenas da figura de um investigador sério e constante. Quando tombou, aos sessenta e nove anos de idade, deixou uma longa e preciosa bibliografia, e uma inapagável lembrança entre os que tiveram o prazer de privar com êle; mas a sua maior contribuição foi a plêiade de jovens pesquisadores brasileiros que logrou atrair para o campo da sua especialidade e que soube manter sob estímulo constante, em uma época em que a pesquisa pura era péssimamente remunerada e em que os geólogos encontravam, sem muito esforço, proventos bem mais substanciosos na área da geologia econômica.

* * *

Nascido no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1885, filho do comendador Raimundo Breves de Oliveira Roxo e de Dona Maria Rita Monteiro de Oliveira Roxo, diplomou-se Matias Roxo em engenharia civil, em 1909, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, ingressou no Serviço Geológico, sob a chefia de Orville Adalbert Derby. A Casa que êle tanto soube estimar e a que dedicou o resto da vida, contava, então, apenas com 3 anos de existência. Trabalhou um lustro sob a sábia orientação do inesquecível chefe e mestre, cuja memória passaria a enaltecer em tôdas as oportunidades.

Enveredou, inicialmente, pela pesquisa petrográfica. Os conhecimentos geológicos que lhe faltaram nos bancos escolares, compensou-os sobejamente com os ensinamentos recebidos de Derby e dos ilustres companheiros de trabalho, entre os quais figuravam Luís Felipe Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Oliveira, Eusébio Paulo de Oliveira, Horace Williams, Roderic Crandall e Eugênio Hussak. A sólida cultura humanística e o pendor inato pela pesquisa fizeram dêle o discípulo modêlo, em breve transmudado num cientista de pês.

Não tardou em sentir um interésse irreprimível pelos fósseis e a surgirem as suas primeiras contribuições nesse campo.

Tal interésse foi fruto, sem dúvida, de uma reliquia sentimental de Derby. Quando Derby visitou o Brasil, pela primeira vez, em 1870, trazido pelas mãos de Charles Frederick Hartt, apesar de muito jovem, já era um entusiasta da Paleontologia. A Amazónia deslumbrou-o, e êle, na sua terra natal, dedicou-se vários anos à descrição esmerada dos fósseis lá obtidos.

Retornando ao Brasil, em caráter definitivo, viu-se, entretanto, de tal modo solicitado para os mais variados problemas tanto da geologia pura como eco-

nômica, e até da geografia e história, que foi obrigado a afastar-se da Paleontologia. Não logrou, porém, apagar de todo o seu pendor original.

“Era com verdadeiro carinho e mesmo com amor que desembulhava as amostras trazidas por seus auxiliares, fôsse qual fôsse, desde que se tratava de bicho”, narra-nos o próprio Matias Roxo.

* * *

Época heróica !

O vasto território nacional, praticamente desconhecido do ponto de vista geológico, era então de difícil acesso. As viagens na Amazônia realizavam-se morosamente de canoa; o sertão bravo era percorrido em lombo de burro. Gigantesca a tarefa a que se lançara o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil com tão poucos homens!

Compreende-se, portanto, que o engenheiro civil que se transformara em geólogo e que acabara por elege'r a Paleontologia como assunto da sua predileção tenha entremeadado na sua bibliografia artigos devotados á geologia econômica com as suas pesquisas paleontológicas.

Foi também uma época de incompreensão administrativa do govêrno. Diz-se até que o suicídio de Derby, em 1915, resultou dêsse estado de coisas.

* * *

Muitas foram as investigações de campo realizadas por Matias Roxo com a preocupação primária de obter coleções paleontológicas ou esclarecer problemas estratigráficos. Em 1911, coletou fósseis paleozóicos no Estado do Paraná. Em 1925, fêz reconhecimentos e coletas no Estado de Mato Grosso. Em 1927, estudou os terrenos cretáceos do Estado de São Paulo. Seguiram-se as viagens para Alagoas e para a Amazônia, tendo chegado, por duas vêzes, até o Peru. Vieram depois as viagens para Santa Catarina, para a Bahia (duas vêzes), Sergipe, retôrno a Mato Grosso e ao Paraná.

Conheci-o em 1941, quando orientava, nas cercanias de Rio Claro, neste Estado, os trabalhos de coleta de fósseis paleozóicos e apercebi-me, desde logo, do valor do seu estímulo. Ouvia os jovens com atenção e os aconselhava. Longe dêle o *magister dixit*, a ortodoxia intransigente. Trazia os braços abertos para as idéias novas.

Era uma época difícil na Universidade de São Paulo. Escassez quase absoluta de verbas para os trabalhos de campo; pequenos recursos bibliográficos. Mas como eu procurava falar também a sua linguagem, êle incluiu-me entre os que pesquisavam no campo com as magras verbas federais. Casa de pobre tem sempre mais um lugar à mesa e o coração dêsse paleontólogo era boníssimo.

Várias vêzes retornou a São Paulo, em prosseguimento às suas investigações. Inegável foi a sua estima pelo solo e pela gente de Piratininga. Fugia, porém, aos rigores do inverno paulista. A sua compleição franzina e a bronquite crônica que o perseguiu até o túmulo fizeram-no temeroso do frio e tornaram-lhe um tanto penosos os trabalhos de campo. Mesmo assim, o seu fascínio pelo campo era constante. Além das viagens citadas, de viso primária-

riamente paleontológico, realizou muitas outras com o fito de investigar ocorrências de minérios ou de estudar problemas ligados à siderurgia.

* * *

A sua carreira na Casa de Derby, como se passou a chamar ao Serviço Geológico, foi brilhante. De Ajudante de Geólogo, em 1910, foi a Diretor, em 1944.

Em 1927, ao transpor os humbrais da Academia Brasileira de Ciências, ouviu do ilustre e saudoso geólogo Alberto Betim Paes Leme:

“A vossa entrada em nosso cenáculo tem uma alta significação, a meu ver indício seguro de nossa evolução científica: vós sois um especialista. Um especialista na acepção mais perfeita da palavra.”

“Meus senhores, apresentar-vos os trabalhos do ilustrado colega que a nós se reúne, será resumir essas transformações sucessivas que levaram Matias Rcox a ser o nosso maior paleontologista.”

Ingressou também em outras prestigiosas associações científicas, nacionais e estrangeiras como a Sociedade Brasileira de Geologia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Geological Society of London, Society of Vertebrate Paleontology e American Museum.

* * *

As coleções paleontológicas do ex-Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que passaram depois à Divisão de Geologia e Mineralogia, receberam por suas mãos acréscimo considerável.

Quando êle se recolhia ao sossêgo do seu gabinete punha-se a examinar cuidadosamente as novas aquisições. Sob seus olhos perscrutadores passaram fósseis os mais variados possíveis, desde as meúdas conchas da Amazônia até os ossos gigantescos de répteis da Bahia ou do Estado de São Paulo.

* * *

Na primeira fase das pesquisas paleontológicas, viu-se o Brasil espoliado de coleções de valor inestimável. Iam tôdas para além mar. As ossadas que Lund retirou pacientemente das grutas de Minas Gerais acham-se agora em Copenhagem. Muitas coleções preciosas de outras localidades do Brasil obtidas por colecionadores profissionais ou pesquisadores ilustres encontram-se hoje no Museu de Paris, em museus da Alemanha ou da América do Norte.

Seguiu-se a fase febricitante da extinta Comissão Geológica do Império e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil em que os fósseis brasileiros eram remetidos aos especialistas estrangeiros, muitos sem ordem expressa de retôrno. Felizmente, parecem ter sido poucos os casos de cientistas que subestimaram o valor das coleções remetidas desta terra incógnita; mas os resultados apressurados que atingiram acarretaram-nos graves prejuízos. Faz muita falta ao paleontólogo o conhecimento pessoal da situação das ocorrências. Quanta mistura de espécimes deu-se acidentalmente desde os jazigos até os porões do Serviço Geológico ou do Museu Nacional! Madeiras fósseis do Sul mis-

turadas com madeiras fósseis do Norte; conchas cretáceas na mesma caixa com conchas terciárias... E era assim que iam ter às mãos dos especialistas estrangeiros.

Ninguém melhor do que Matias Roxo para avaliar as inconveniências desse procedimento.

O remédio era despertar nos jovens brasileiros o interesse pela ciência dos fósseis. A inteligência não é privilégio de povo algum. O maior problema, afinal, seriam os recursos adequados.

E assim pensando, Matias Roxo lançou-se à caça de seguidores e ao afã de ampliar os recursos bibliográficos do seu instituto.

Dos dois primeiros jovens que se lhe associaram, um ainda vive, Paulo Erichsen de Oliveira, terceira geração de ilustres geólogos, paleontólogo de grande renome; o outro, Aristomenes Guimarães Duarte, roubado prematuramente pela morte, só teve tempo de ultimar uns poucos estudos, suficientes, entretanto, para atestar, como se disse no seu necrológio, "as suas notáveis qualidades de pesquisador."

Vieram outros.

* * *

Matias Roxo faleceu em 2 de agosto de 1954. Foram-se, a um tempo, o último dos discípulos de Derby e o primeiro paleontólogo brasileiro.

"A vida de Matias Gonçalves de Oliveira Roxo foi, assim, a de um estudioso infatigável, devotada inteiramente à Ciência que enriqueceu com uma vasta bibliografia", escreveu Alberto Ribeiro Lamego.

Deixou meia centena de trabalhos de grande valor cuja análise seria fastidiosa neste momento.

A sua atuação benéfica transcendeu os limites da Casa que tanto amou. Colaborou com o Museu Nacional na reorganização de coleções paleontológicas herdadas da extinta Comissão Geológica do Império. Ministrou, na antiga Universidade Federal, aulas de Cartografia, Geologia, Paleontologia e Paleogeografia. Procurou entusiasmar a gente moça onde quer que fosse.

* * *

Mestre Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, eu que também desfrutei da tua amizade e do teu perseverante estímulo, que acompanhei parte da tua luta em prol da criação de uma escola de paleontologia genuinamente brasileira, rendo-te hoje este preito de gratidão, indicando o teu nome para patrono.

Aquêles jovens se multiplicaram e se difundiram e o teu sonho, que era ver o Brasil estudado pelos seus próprios filhos, fez-se realidade.

Houvesse a morte te poupado por mais alguns anos e teríamos assistido juntos o florescimento da tua escola. Então, na tua imensa modéstia, dirias que a glória era toda deles e repetirias, como era do teu hábito, que não passavas de um simples gamela.

DOM JOSE' GASPAR

Discurso de posse do-Eng. Alberto Prado Guimarães

Temos a gratíssima recordação de quando pela primeira vez assistimos a uma reunião solene neste augusto sodalício, de tão venerandas tradições no meio intelectual paulistano. Iniciava o grande Arcebispo D. Duarte uma série de memoráveis conferências sobre "O clero e a Independência", onde o fino lavôr da linguagem escorreita e a elevação dos conceitos se casavam com a dignidade por todos respeitada, do virtuoso Pastor de Almas, que muito serviu à Igreja e tanto engrandeceu a que era ainda há pouco a maior Arquidiocese Católica do mundo. E sentimos nas suas palavras apostolares, na sua voz vibrátil, nos gestos largos, na evocação erudita e, mais que tudo, na argumentação rica, seriada e convincente, aliada à proibiçãe perquisitiva, tôda a grandeza dêste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e, pelos aplausos da seleta assistência, sentimos, também tôda a esplendorosa fascinação dêste aereópago magnífico da alta cultura bandeirante.

Entretanto, o que não nos era dado prever, e, muito menos, ambicionar há 40 anos atrás, neste momento se realiza, como prêmio imerecido, através dêste convite generoso de três colegas e amigos — MARIO LEITE, MARIO SAVELLI e o ilustre e sempre aplaudido escritor e poeta, ALEXANDRE D'ALESSANDRO —, trazendo-nos ao seu convívio nesta assembléia de exímios cultores das Letras e dos Estudos Históricos. Dêste último, ouvimos agradecido palavras amáveis a nosso respeito — saudação peregrina de bom com panheirismo — palavras que, além do estímulo, trazem um desafio, por nós aceito com agrado, no sentido de difundir a História da Engenharia no Brasil.

E não menor, confessamos, a honra e a satisfação de, homenageando a figura imortal de D. Duarte, ser escolhido para nosso patrono o seu condigno e saudoso sucessor — D. JOSE' GASPAR de AFFONSECA e SILVA, de quem nos cabe traçar, ainda que modestamente, o perfil nesta solenidade, revestida de galas, sabemos bem, por fôrça da magia dêsse nome, cuja simples enunciação atrai os mais belos e melhores espíritos de nossa abençoada terra de Piratininga. E, assim, à sombra de um grande e santo Arcebispo, tão sômente pela rememoração dos seus feitos, dar-se-ia o o milagre de passar despercebida a desvalia do recipendário.

D. JOSE' GASPAR de AFFONSECA e SILVA nasceu em Araxá, Estado de Minas Gerais, aos 6 de Janeiro de 1901, sendo seus pais o Sr. Sebastião de Affonseca e Silva e D. Prosolina Porfírio de Almeida. Ao batizar-se em 12 de Fevereiro de 1901, teve como padrinhos, o avô paterno Sr. João Maximiano de Affonseca e Silva e a tia-avó, D. Bernardina Leopoldina de Jesús, a qual ao nome de JOSÉ, escolhido pelos pais, juntou o de *Gaspar*, por ter nascido o menino no dia de Reis. Eram doze irmãos, sendo duas irmãs de Caridade.

Desde criança, acompanhou com respeito a piedosa tarefa do pai, zelador da capela do Santíssimo da Igreja Matriz, onde, ao Tabernáculo, quotidianamente, fazia as suas orações. Ao aprender o catecismo, fez-se coroinha. Conta-se que, nessa época, tinha por especial predileção o "celebrar" a missa, como que renunciando o chamado ao sacerdócio.

Em 25 de Fevereiro de 1912 matriculou-se sob o n.º 167, no Colégio de São Luiz, dos padres jesuítas, em Itú, onde continuou assíduo aos exercícios do culto tendo recebido o apelido de "Vigário". No colégio foi aluno distinto e presidente da Congregação "Mater Pietatis". Acudindo à vocação, entrou em Dezembro de 1916 para o Seminário de São Paulo, onde foi estudante aplicado e geralmente estimado por professôres e colegas. Aos 12 de Agosto de 1923 foi ordenado sacerdote por D. Duarte Leopoldo e Silva, na Igreja de Santa Cecília, em São Paulo. Em louvor de seu torrão natal, cantou a sua primeira missa na Igreja Matriz de Araxá, em 15 de Agosto de 1923.

Compleição delicada, altura mediana, tez moreno-pálida, cabelos negros, olhar mixto de inteligência e bondade, um sorriso perene e indulgente que escondia o ânimo inquebrantável, gesticulação que se abria acolhedora — num todo físico belo e cativante, — eis os traços do novo padre.

Exerceu o cargo de coadjutor da Paróquia da Consolação, já naquele tempo, como atualmente, entregue aos cuidados de Mons. Francisco Bastos. Com êsse digno pároco se extremou em abrigar no próprio templo os refugiados da revolução de 1924. Nesse mesmo ano, partiu para a Europa e ingressou em Roma no afamado Colégio Pio Latino Americano e, pouco mais tarde, na Faculdade de Direito da Universidade Gregoriana, em que se doutorou com honras em 21 de Julho de 1926. Já nesse época, pelas suas virtudes e pela sua aplicação foi eleito presidente da Academia "Beato Inácio de Azevedo", — nome com que em 1942 titulóu uma paróquia em Sto. André, então da Arquidiocese de São Paulo.

A propósito dessa eleição, ouça-se Mons. Castro Nery, seu companheiro de sempre:

"Só quem sabe quanto era cobiçado êsse posto, é que pode dar valor à eleição de Affonseca. Seu triunfo nessa ocasião não foi apenas para nós, os do Brasil, animadas as outras nações, ali representadas, por elementos muitas vêzes mais numerosos, mas a vitória da caridade sôbre o orgulho, da afabilidade sôbre a rispidez, do mais autêntico espírito eclesiástico sôbre as pequenas rivalidades internacionais".

Tomando férias, em fins de 1926 visitou o Oriente e os Lugares Santos, peregrinação que lhe acrisolou as suas piedosas e inatas inclinações. De volta, em princípio de 1927 recebeu carta de D. Duarte para lecionar no Seminário Maior de São Paulo. Aportando ao Brasil, entretanto, quis, antes de tomar outra incumbência, passar um mês no aconchego carinhoso do lar paterno, dando com isso aos parentes e amigos mineiros, e, sobretudo, aos bons pais, a maior das satisfações. Por certo, movido pela gratidão e influenciado por expressões antológicas que ressumem suaves de pastoral de seu antecessor:

"Mas é sobretudo a mãe — êsse anjo do lar, cujas asas velam de continuo sôbre os filhinhos apenas emplumados — que mais seguramente penetra os segredos de uma vocação divina. A mãe, cujos carinhos parecem refletir alguma cousa do céu, encontra sempre, no

tesouro de sua fé, segredos de ternura com que inspira o amor da virtude, amparando o coração franzino que, mal desabrochado para o mundo, se volta para Deus. E depois... nos sonhos de ventura que lhe sorriem nas asperezas do lar, ela contempla-o vestido de negro, desprezado talvez, quase sempre pobre, mas aureolado de um nimbo de majestade, que lhe emprestam os reflexos do altar. É o pontífice sagrado que abre as portas do céu, para de lá trazer uma chuva de bênçãos”.

Foi nomeado para reger as cadeiras de Teologia Moral e Direito Canônico, de sua especialidade, não há dúvida, mas o que pode surpreender é que também lhe confiassem as de Egíptologia e História da Arte. Não fôsse êle um estudioso da História, como no-lo diz Castro Nery, em relatando a vida do estudante mineiro:

“Tomou-se de entusiasmos para com as pirâmides de Gisé e passou longo tempo a estudar-lhes o passado”.

Sôbre as leituras de D. José Gaspar, ouça-se êste trecho dêsse mesmo seu inseparável companheiro de estudos:

“Em literatura pendeu sempre para os gêneros graves. Seu gosto literário o conduzia para o discurso e para a História”.

Conta-se que ministrava aulas com uma inteligência, fluência verbal e conhecimentos profundos, frutos de diurnas elucubrações. Além do mais, sua presença simpática, bondosa e lhana, atraía a cátedra tôda a atenção dos semináristas, ao mesmo tempo que se lhe adestrava a expressão para os rasgos oratórios e firmeza de conceitos, com que mais tarde iria exercer fascínio sôbre os mais variados auditórios e nas mais multifárias circunstâncias.

Em 24 de Fevereiro de 1933, substituiu, a princípio interinamente e no ano seguinte em caráter definitivo, na Reitoria do Seminário o Padre Alberto Teixeira Pequeno, nomeado que foi êste extraordinário educador, para Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil.

A identidade de propósitos, entre essa figura notável de prelado que era Mons. Alberto Teixeira Pequeno e a ampla e segura visão do mais tarde Arcebispo D. José Gaspar, parecia fadada por Deus a juntos seguirem, após a missão cumprida, para a Morada Eterna.

Ao obstinado esforço do incansável reitor deve-se, sem dúvida, a obra grandiosa de se construir em pouco tempo, o novo Seminário Central do Ipiranga, em terreno doado pelos Condes Vicente de Azevedo (terreno avaliado hoje em mais de meio bilhão de cruzeiros).

É que não medindo dificuldades em período de crise asfixiante, assim mesmo não quis o jovem reitor deixar em meio a obra iniciada e que tão bons trabalhos veio dar à Arquidiocese. Que o diga a simples citação algarítmica: de 10 de Novembro de 1935 a 19 de Junho de 1943 foram ordenados 247 padres formados no esplêndido seminário. Certamente D. José Gaspar, nessas horas de incansável dedicação à santa causa, não esquecia os versos de Camões:

“E tu, padre, de grande fortaleza,
Da determinação que tens tomada
Não tornes por detrás pois é fraqueza
Desistir-se do cousa começada”. (Lus., C. I - Estr. 40.)

A inauguração festiva do Seminário realizou-se em 19 de Março de 1934, dia de São José, por inspiração do reitor de igual nome. É, portanto, muito de propósito que procuramos esta data, 19 de Março, para esta tomada de posse, tendo como patrono o estimado Arcebispo tão cedo levado à Mansão Celeste.

Por tantos e tão abençoadas obras, D. Duarte, já vencido pelo cansaço e pela moléstia, foi sábiamente buscá-lo como *baculum senectutis*, propondo-o para Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo. A bula de nomeação é de 28 de Fevereiro de 1935, com o título de Bispo de Barca.

Da circular de apresentação do novo Bispo Auxiliar, em 14 de Abril de 1935, salientam-se os seguintes excertos da pena requintadamente estilizada de D. Duarte:

“Não lhe foi preciso guindar-se à ribalta de exibições vistosas, para que o soubéssemos sacerdote de singulares virtudes. Bastou-lhe o silêncio do seminário, onde, a par de generosos moços que o idolatravam, se lhe aprimorasse os dotes de coração, para que, merecidamente, o subíssemos à nossa admiração e simpatia”.

E termina compensado pela justeza da escolha:

“Já podemos respirar. Já podemos beber com os ardores da nossa fé, as primeiras auras da Eternidade. Bem vinda seja ela!”

Tinha razão o velho Arcebispo, a respeito da humildade de seu escolhido, pois em 4 de Outubro de 1934 ingressara na V.O.T. de São Francisco da Penitência, a fim de observar as regras da mais humilde das Ordens Terceiras.

D. Duarte ofereceu um almoço ao novo Bispo no dia da sagração, realizada com pompa litúrgica na Igreja de Santa Cecília, em São Paulo, 28 de Abril de 1935, — almoço que contou com a presença dos pais, irmãos, bispos e amigos do novo bispo, bem como do seu paraninfo, o ínclito Embaixador José Carlos de Macedo Soares — chanceler da Paz Sul-Americana.

Nessa ocasião, pôde D. José Gaspar agradecer à sua escolha, revelando com enternecimento, que, ao ajudar algumas vezes a missa de D. Duarte, no Colégio de Itú, impressionado com a piedade com que o oficiante fazia a consagração e elevação, passou a determinar-se decisivamente: “Devo e preciso ser sacerdote”.

Não esquecendo a nobre cepa, o torrão natal, a cidade-presepe incrustada nas fraldas da serra da Canastra, dedicou o seu primeiro pontifical, em 5 de Maio de 1935, à Matriz de Araxá, onde distribuiu “santinhos” com as seguintes carinhosas frases aos seus conterrâneos:

“Derrame Deus Nosso Senhor sobre o querido Araxá e sobre suas Autoridades, seu povo, suas famílias, suas associações religiosas, suas criancinhas, sua mocidade, seus doentes, seus pobres, seus ricos, suas Igrejas, suas casas, suas fazendas, seus campos, suas montanhas, seu comércio, sua indústria e seu progresso as melhores bênçãos dos céus — tais são os votos e as preces do 1.º Bispo Araxaense, no dia do seu 1.º Pontifical celebrado na Igreja Matriz”.

De imediato se via que ali na Cúria, a acolitar o querido Arcebispo, estava um moço ardoroso, um crente e um forte na acepação mais alta da palavra. Em 8 de Setembro de 1935, poucos meses após a sagração, promoveu, com solicitude inaudita e desvelo sem par, uma romaria a Aparecida, a maior peregrinação até então realizada, calculando-se em mais de 100.000 fiéis os que de

madrugada até à tarde desfilaram aos pés da Virgem Padroeira, tendo como locutor a dirigir e estimular os peregrinos o Bispo D. José Gaspar que, em 12 horas ininterruptas, ocupou os alto-falantes.

Apresente-se D. José, em seus transportes radiofônicos, descrevendo o admirável espetáculo de fé que foi essa Romaria à Basílica da Aparecida:

“É a alma do povo, sempre sofredora e sempre crente, falando sua linguagem simples e verdadeira a Nossa Senhora. Alguns trazem suas orações de agradecimentos pelos favores recebidos; outros arrastam seus penares para implorar sobre eles o suave olhar de Maria, e quantos não vêm carregados pela esperança, apenas para buscar aos pés da Virgem Imaculada um pouco de resignação que adoce os seus padecimentos! Cada qual tem sua história dolorosa que é também a história de todos nós, mas que sempre há de parecer nossa e só nossa. A procissão, lenta e vagarosa, sobe cantando. As velas baloçam no ar frio da manhã suas chamas inquietas e medrosas. No alto das tôrres os sinos reviram-se nos carrilhões, golpeiam-se furiosamente na ânsia generosa de confiar as brisas que passam mansamente os sons que andaram compondo nas longas horas de silêncio, vividas nas sineiras. E as brisas se vão carregando as harmonias e espelhando-se pela serra, pelo vale, pelas estradas, pelos povoados, pelas chácaras e pela cidade! A claridade se apressa nos cimos da Mantiqueira, e neste esplendor de sons e de luz matutina, o povo só se lembra de louvar Maria, repetindo sem se cansar, sem os sentir monótonos, os mesmos versos de sempre:

“Viva a Mãe de Deus e nossa — sem pecado concebida.

Viva a Virgem Imaculada — A Senhora Aparecida!”

O museu da Cúria conserva a válvula que serviu à Rádio Record para diretamente da Basílica da Padroeira do Brasil, fazer ouvir em todos os rincões da Pátria os cânticos litúrgicos, pregações e preces da grandiosa peregrinação. Serviu ao mesmo tempo, essa apoteose de fé, para dar a D. José Gaspar a animação necessária a empreender, com clarividência para a época, uma ampla campanha pelo rádio em prol das inúmeras obras em andamento pela Arquidiocese.

Confiou-lhe, logo a seguir, o Cardeal Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, a delegação de representar o Episcopado Brasileiro na posse do 1.º Cardeal argentino — o Arcebispo Santiago Luis Copello, de Buenos Aires, no que se houve com muito brilho.

Daí em diante, foi um nunca acabar de iniciativa por D. José Gaspar tomadas e por D. Duarte acoroçadas, visando ao desenvolvimento das obras da Igreja e tendo sempre por base a cultura religiosa.

Cuidou com empenho da melhoria de vida e assistência social dos operários e humildes, dando êle mesmo pessoalmente exemplo de altruísmo, desfazendo-se integralmente de suas reduzidas dotações em favor dos pobres e doentes que amiúde visitava. Neste particular, vêm a calhar, estas palavras de suas pastorais, precavendo os católicos contra o malbaratamento das subvenções e auxílios, como se lê textualmente:

“Precisamos dar aos carecidos o necessário, não o supérfluo. Tudo quanto com êstes se gasta redundará em prejuízo daquele e, pois, em

dano de muitos outros indigentes. Dêmos o necessário a todos e não a poucos com a privação de muitos”.

O padre Jerônimo Vermin, que foi devotado Diretor Arquidiocesano dos Círculos Operários, chamou mais tarde D. José Gaspar de *Arcebispo dos Operários* e acentuou:

“D. José Gaspar de Affonseca e Silva passará à História tomando lugar de honra na coroa refulgente dos prelados, que, em redor de Leão XIII e Pio XI, trabalharam pela realização do programa social da Igreja Católica, e da volta da grande classe trabalhista a Cristo, Chefe Supremo e modelo máximo dos Operários!”

Oh! como é diferente essa congregação de almas, trescalantes de incenso que purifica e eleva aos céus, dêsse conglomerados de massa escrava, portadores dos bafios malsãos das vastidões cítricas, onde a liberdade tão cara tem o ingresso impedido pelo muro da vergonha!

Outrossim, compenetrado da função moral e cívica das fôrças armadas, e não esquecendo a Fôrça Pública, êsse baluarte da defesa paulista, como tem sido galhardamente demonstrado nesta casa pelo Coronel Tenório de Brito, solicitou o Arcebispo e obteve em 5 de Julho de 1942, do govêrno a criação, sob a invocação de Nossa Senhora Auxiliadora, da Capelania da Fôrça Pública Estadual.

Ao falecer D. Duarte, em 13 de Novembro de 1938, cessadas pelos cânones da Igreja as funções do Bispo Auxiliar, colocou-se D. José Gaspar em retiro voluntário na vila de Itanhaém, onde mais ainda se evidenciaram as suas práticas piedosas, como que seguindo a trilha do venerável Anchieta, o santo irmão jesuíta que, inspirado, compunha nessas areias-praianas versos carismáticos em louvor à Virgem Maria.

Reproduza-se o que descreve o cintilante Tristão de Ataíde sôbre essa passagem da vida de D. José Gaspar:

“Ao longe, no alto do *júudum* fronteiro à casa de férias da J.U.C., um vulto negro, imóvel, braços possantes cruzados sôbre o peito, olhar cravado no mar, cabelos ao vento do largo que não cessa:

— “O oceano! Que imagem da grandeza divina! Que figura da vida que não cessa, do esforço milenar do homem, da paciência humana; da luta imemorial da espécie! Não me canso de olhar para o mar”.

Palpitando, quem sabe, naquele presentir misterioso, que êsses abismos insondáveis iriam consumir-lhe a vida!

Nesse recesso em que mais se exercitou o seu fervôr religioso, quando foi um verdadeiro franciscano que só tinha de seu para viver algumas minguidas espórtulas de almas católicas, as quais como auxilio o faziam rezar missas votivas, procurou escrever a vida de D. Duarte, “porque, dizia, nem todos o conheceram bem, e é preciso que se saiba que grande Arcebispo era êle”. Dom José Gaspar não conseguiu levar a têrmo o seu propósito de escrever essa biografia. Alinhou umas poucas páginas. O retiro em Itanhaém foi breve. Depois como Arcebispo não lhes sobrou mais vaga para o intento.

Quiz Deus que os dois Arcebispos, essas duas almas estivessem sempre juntas. Na cripta da Catedral Metropolitana, ao lado dos doze Bispos da Diocese, jazem seus despojos mortais. Na praça que a Prefeitura abriu no próprio local em que estava o Palácio Arquiepiscopal de São Luís, — praça

que tem o nome de D. José Gaspar, há uma cruz marcando o local onde os dois primeiros Arcebispos de São Paulo D. Duarte Leopoldo e Silva e D. José Gaspar de Affonseca e Silva liam o breviário.

Nesse retiro de Itanhaém, pôde D. José identificar-se com a vida de Anchieta, para quem reivindicava o mesmo que é o "leit-motiv" desta casa, o estribilho aqui sempre repetido, com referência àquela sotaina abençoada. Apela D. José, certa vez às Filhas de Maria, que:

"...auxiliem a resgatar da ingratidão e trazer para o lugar que lhe cabe, no pedestal a que êle tem direito, o nosso primeiro professor, o nosso primeiro poeta: Padre Anchieta. Este grande vulto cívico-religioso está no esquecimento. Os paulistas poderão esquecer o seu Padre Anchieta, o fundador d'êste povo paulistano que é uma das glórias do Brasil? É preciso que São Paulo, pelos seus estudantes, pelo seu povo todo, vibre na consagração das virtudes d'êste Padre. E depois continuaremos a arrancada, até a canonização d'êste santo que é quase paulista, que é o pai dos palistas".

Em 1.º de Agosto de 1939, a Santa Sé escolheu a Dom José Gaspar de Affonseca e Silva para suceder a Dom Duarte no solo arquiepiscopal de São Paulo. Nesse alto posto demonstrou exuberantemente o seu devotamento, a ponto de lhe observarem os mais íntimos que repousasse, ao que, talvez prevendo a brevidade de sua vida, respondia:

— "Descansar só no céu!"

Não houve, então, nenhum setor de atividade religiosa, social ou cultural que não recebesse o influxo direto do admirável Arcebispo. Era a ação personificada ou melhor santificada, pois tinha em tudo que compreendia o pensamento voltado para a Igreja e as suas sábias diretrizes.

A série inumerável de obras executadas em sua gestão é de todos conhecida e *urbi et orbi* difundida, de modo que nos cingimos a resumir a sua ação em três capítulos de mais realce ou de mais impressão nos fastos gloriosos de São Paulo, no tríptico — *A Guerra, a Catedral, o Congresso Eucarístico*.

Mal havia D. José Gaspar assumido o múnus arquiepiscopal, festejada que fôra a sua elevação, quando um mês após irrompe tremenda a guerra de 1939, infligindo aos povos t'oda a sorte de castigos numa situação "sumamente aflitiva, como talvez nunca o tenha sido tanto em t'oda a história do mundo", no dizer do Arcebispo, que também exclamava pesaroso:

"Melancólico e tristíssimo o caso de uma civilização que banuiu o nome de Deus das convenções internacionais!"

Mais tarde, ao entrar o Brasil na guerra, mostra em carta pastoral, por sua vez, o seu alto espírito cívico, quando justificava patrioticamente a nossa posição:

"O infortúnio que tanto temíamos chegou-nos à porta. Pacíficos por índole e formação, vivíamos despreocupados da monstruosa guerra que ao longe devorava os continentes. Quantos não pensavam ser possível ao Brasil subtrair-se à carnificina mundial! Em vão porfiou o Governo por conservar-se alheio ao conflito".

Recomendando, então, preces, acrescentava:

"Santifiquemos esta guerra, aceitando as provações que nos traz e os sacrifícios que de nós requer, o que tudo servirá para expiarmos

as muitas faltas com que agravamos a Deus. Rezemos fervorosos pela união e disciplina do nosso povo, pela vitória das nossas armas e pelo breve advento da paz que se funda na Justiça”.

Não obstante as dificuldades decorrentes da guerra, não trepidou um só momento em continuar a grande obra por D. Duarte iniciada — a Catedral.

Certamente, contagiado pelo entusiasmo do seu antecessor, quando incentivava os seus fiéis diocesanos, nestas páginas arrebatadoras:

“Saibam os paulistas de amanhã que a fibra do bandeirante, lutador e intemorato, não se enfraqueceu nos confortos da vida moderna, como não se entibiou a sua fé nos esplendores da ciência e da civilização. Por uma lei física e fatal São Paulo há de sempre caminhar na vanguarda, tem a cumprir uma missão política e social, e a sua hegemonia civil e religiosa, já não pode ser contestada.

Pois bem, o monumento artístico e religioso, que breve se há de erguer na colina do Venerando Padre Anchieta, há de ser o sêlo dessa imensa e poderosa grandeza. E eu me ponho à frente dêsse tentâmen, com o calor da minha fé cristã e com todo o entusiasmo da minha alma paulista!”

Como nos dizia o Padre Sabóia de Medeiros, D. José Gaspar “era um profundo, porque via longe. Estava pensando nos problemas da civilização contemporânea e nos possíveis dados a resolver no após-guerra, donde seu apoio às iniciativas em tórno do ensino técnico e os seus planos de uma ampla atividade da Igreja na educação técnica do povo, progressivamente, até prever realizações no terreno da Engenharia”.

Quem sabe estaria nesse amor às cousas da Engenharia e da Arquitetura, a explicação por que em algum tempo ficou estacionária na Catedral, a cumieira do transepto, quase na altura do zimbório. Dir-se-ia que o apêgo de D. José à arte gótica o indispunha a que, com a cupula romana, se maculasse o estilo ogival em tôda a sua pureza, como antes se rebelara D. Duarte contra a insinuação de se apressar, com o auxílio do cimento armado, a construção da Catedral que hoje, para orgulho nosso, é o maior bloco de cantaria dêste século superior mesmo à do *Vale dos Caídos*, em Espanha.

Curioso é que também se omitissem, entre beirais e coruchéus, as quimeiras, ou monstros fantasmagóricos, que se encontram nas velhas igrejas medievais. Representaria essa falha, talvez, uma demonstração de que São Paulo, realidade surpreendente da época atual, não admite quiméras, nem sequer as que comumente amaciam com a sua movimentação arquitetônica as moles de granito dos templos que, nas ogivas, reproduzem as mãos em prece.

Ao admirar a opulência terminológica inculpida com escopro artístico por Altino Arantes Arantes sôbre a Catedral de São Paulo, não se encontra o menor reparo a êsses dois pontos.

E foi assim que a obra tão ardentemente almejada por D. Duarte, cresceu, continuou em mãos de D. José Gaspar, e está sendo arrematada com santo empenho pelo grande Cardeal Motta, que nunca, nem mesmo em quadra de crise financeira teve dificuldade em contar com o povo paulista para a sua Catedral. É que em lugar da Tôrre de Babel, que na sua soberba, procurava galgar as alturas infinitas, as tórres da Catedral, só pretendem cortar as nuvens moveções que nos inquietam, e descortinar a abóbada azul recamada do ouro

das estrelas, trasflôr divino, colimando, assim, o Norte de nossas diretrizes através da baliza do Cruzeiro.

Como se não bastasse essa ciclópica empreitada, dedicou-se a outra de maior porte, e, sem esmorecer um só minuto, dispôs-se o Arcebispo a realizar, em plena guerra, em 1942, o Congresso Eucarístico Nacional.

Dizia êle em pastoral: "Queremos seja esplêndido triunfo de Jesus Cristo". E reafirmava com fé viva:

"O próximo 7 de Setembro deverá ter em São Paulo sua máxima glorificação cívica e religiosa. Será o Brasil inteiro a proclamar que nasceu cristão, cristão é e cristão quer ser para todo o sempre".

A todos recomendava, que juntassem as suas orações, oferecessem "suas dores, suas lágrimas, suas horas de silêncio" para o maior esplendor do Congresso Eucarístico Nacional.

Não foram poucos os obstáculos removidos por D. José Gaspar nessa tarefa sobre-humana, em que aceitou o desafio dos ímpios feito com ameaças e maquinações, e venceu a lassidão do abúlicos e até mesmo as pretensas razões dos comodistas, os quais procuravam dissuadir o Arcebispo, porque diziam ser inoportuna a idéia diante do estado de guerra. A tudo isso respondeu D. José Gaspar de uma maneira perentória e patética, oferecendo, em 27 de Agosto de 1942, precisamente um ano antes de sua morte, a sua vida pelo sucesso dessa manifestação coletiva de fé do povo brasileiro e entregando o Congresso Eucarístico à proteção de Nossa Senhora Aparecida.

Daí por dante não houve mais descanso para o Arcebispo, para o clero e para os fiéis, todos entregues de corpo e alma à atividade febril de efetuar o programa quase irrealizável. Todos, sem exceção, atenderam à conclamação do seu iluminado Pastor, no sentido de santificar a data da Independência com o maior evento religioso jamais registrado em terras da América. O Congresso Eucarístico de São Paulo, no consenso unânime de prelados estrangeiros, revelou-se mais grandioso que outros de âmbito internacional. Ali no vale do Anhangabaú era comovente ver-se a multidão de penitentes, contadas por centenas de milhares, ajoelhada, contrita, recebendo a comunhão distribuída por 250 sacerdotes, em meio da ágora imensa e repleta, num silêncio intraduzível, — multidão, que, voltando-se para Deus, invocava com unção a ajuda do Alto:

"Te vimos a buscar, por que achamos
em ti o remédio certo que queremos".

Lus. CIII — Sot. LGXIX

E por fim a apoteose. No coração de São Paulo, de dobrava-se infinita, aquela procissão triunfante que, na expressão de Tristão de Ataíde, "entre hinos e aplausos, cânticos e entusiasmo delirante, em que um povo, habitualmente frio e voltado para o chão do trabalho e da luta, se levantava como uma alma só, na mais impressionante manifestação coletiva que jamais haviam visto quase todos os que dela participaram".

"Com essa condição pesada e dura
Nascemos: o pesar terá firmeza,
Mas o bem logo muda a natureza".

Lus. CV — Est. LXXX

Morreu em 17 de Outubro, o Cardeal Leme,

"...o velho paulista (no dizer de D. José Gaspar) em cujas veias corria o sangue dos audazes bandeirantes de outrora, não pôde estar conosco, mas ofereceu à sua terra e à sua gente o melhor que do seu leito de sofrimento lhes podia dar naqueles gloriosos dias: tôdas as suas dores pelo êxito das imponentes festas eucarísticas".

Sobre a figura exponencial do excelso purpurado, tem D. José Gaspar expressões lapidares de amor filial, extraídas do seu admirável discurso póstumo, um mês após o fatídico desastre, e lida a oração pelo acadêmico D. Aquino Corrêa, na sessão destinada à posse do Arcebispo de São Paulo, na sucessão do Cardeal, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

"O Cardeal Leme foi desses vultos agigantados que raro aparecem nos horizontes de uma nação. Nascido sob o signo da grandeza, tallado para conduzir, sabíamos que naquele coração magnânimo cabia todo o Brasil, com os seus pesares e alegrias, com suas esperanças e realidades. Acendêra-lhe a Deus no cérebro uma inteligência superior que perscrutava o futuro e iluminava o presente".

Nessa recepção há um trecho do seu discurso que merece ser repetido pela propriedade de linguagem nesta instituição que, como a sua congênere, "tem forais de nobreza e de patriotismo":

"Espaço e tempo — Geografia e História, ambos aqui se encontram sob as luzes de vossas peregrinas inteligências, provindas de quase todos os quadrantes da Fedração, e entregues ao nobre esforço de apalpar os relevos da terra, medir as altitudes das montanhas, desenhá-las a direção dos rios, registrar as temperaturas do ar, traçar as coordenadas das cidades, numerar os moradores do país e depois recolher, em anais que nossos filhos lerão, como um catecismo cívico, os gemidos de nossa raça, as esperanças de nosso povo, suas derrotas e vitórias, seus êrros e acêrtos, seus defeitos e qualidades, a vida, enfim, dêste nosso Brasil, como a viveram nossos avós, como a vivemos nós, por entre brumas que escurecem o mundo, e como a desejamos vivida pelos nossos descendentes, prodigiosamente fecundas dentro dos contornos intangíveis da Pátria".

São também primores de estilo, simples, terso e imaginoso, refletindo as doçuras do céu, os que defluem dos conselhos e advertências de suas pastorais, desde a inicial de "Saudações aos Diocesanos, datada de 11 de Setembro de 1939; e mai tarde as coletivas sobre "A defesa da fé, da moral e da família", em 27 de Novembro de 1940 sobre "Alguns êrros contra a Fé e a Moral", em 28 de Novembro de 1941; e a última sobre "O jôgo, a Dignidade da Família e a Defesa do Brasil", e m20 de Novembro de 1942.

Embora, propositadamente, se alheiasse o Arcebispo das tricas subalternas que constituem a essência da pequena política, nunca, porém, deixou de participar ativamente de tudo que se relacionasse com a alta e verdadeira política, em seus aspectos mais latos, tanto internos como externos. Cômprova-o a citação de Assis Chateaubriand, que ao convite do Arcebispo para, em companhia do Embaixador Macedo Soares e do católico Embaixador Caffery, ir officiar missa em 1942 no Nordeste, na zona militarizada pela guerra, teve dêle pronta resposta: "Que nada poderia negar ao nosso esforço de guerra e de aproximação com os Estados Unidos e as suas correntes católicas". Essa ten-

dência foi, aliás, reconhecida pelo Governo Norte-Americano, que chegou a colocar à disposição de D. José Gaspar um avião de guerra, a fim de que êle fôsse pronunciar nos Estados Unidos uma série de conferências, a título de maior entendimento entre católicos das duas nações.

Não se pode concluir uma resenha da vida frutuosa e exemplar de D. José Gaspar, olvidando-se algumas passagens de sua vida íntima.

A perfeição cristã transparece da lição que teve D. José Gaspar, em menino, ao perguntar ao seu aio, prêto velho, que parou na estrada para rezar ao pé uma cruz: — “Que cousa V. pediu a Deus? — Nhonhô, a gente só deve pedir a Deus uma cousa tôda a vida, é fazer a vontade dêle”.

De D. Paulo Rolim Loureiro, seu secretário e hoje bispo de Mogí das Cruzes, obtivemos estas preciosas lembranças: Certa vez, uma pobre mãe de 9 filhos, procurou o Arcebispo para receber dêle uma palavra de consôlo, diante de mais uma desdita — um dos filhos ficara leproso. A resposta não se fêz tardar: “Um dia, sem que se fizesse anunciar, diz a mãe angustiada, batem à minha porta. Vou abrir e com surpresa vejo um padre. Era o Arcebispo que vinha visitar meu filho doente. Entrou, conversou longamente com o pobre enfêrmo, consolou-o e fêz dêle um grande resignado. Saído o Arcebispo, disse-me o doente — Mamãe, feliz a hora em que Deus me mandou essa doença”.

Vai bem nestas despretensiosas notas biográficas a gema de raro quilate que é o seu testamento, escrito em 2 de Novembro de 1941, véspera de partir para o Chile, onde fôra representar o Brasil em reunião católica:

“Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.

Ignorando o dia de minha morte, com o mais completo e absoluto espírito de filial submissão, aceito o modo e a data de minha morte que Deus me houver designado. Declaro, para evitar qualquer inconveniente para a administração eclesiástica do Arcebispado de São Paulo, que nada possuo atualmente. Quando fui nomeado Ascebispo, eram meus apenas as roupas de uso, um automóvel “Pontiac” que comprei quando Bispo-Auxiliar e a minha pequena bibliotéca, que formei quando professor do Seminário. Tudo isto, entretanto, doeï em vida ao Palácio São Luís. *Nada tenho e nada possuo atualmente.* Tudo quanto se encontra no Palácio, na Vila Betânia ou na Cúria em meu nome pertence exclusivamente ao Arcebispado.

Espero, pois, que minha família, fiel ao seu proceder de em nada se envolver dos negócios eclesiásticos, nada reivindique para si e nenhum obstáculo venha a criar ao Arcebispado”.

Indelevel documento de fé e de simplicidade cristãs. Que lição para os não resignados, *indociles pauperiem peti*, e mais ainda para os muitos que, nesta época de inflação e de injustiça, em sua cupidez desaçaimada, querem tudo dos que pouco ou nada possuem!

E na manhã de 27 de Agôsto de 1943, seguia D. José Gaspar de avião com destino ao Rio de Janeiro para a cerimônia de posse do Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara que a Santa Sé escolheu para suceder naquele sólio ao Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra. Estava, porém, nos designios de Deus colhêr a grande alma de D. José Gaspar nos céus da Guanabara, onde ao aterrissar o avião se despedaçou, chocando-se com a torre da Escola Naval.

Na mesma ocasião foram vitimados os dois sacerdotes que acampanhavam o Arcebispo — Monsenhor Alberto Teixeira Pequeno e o Padre Nelson Norberto de Souza Vieira, os quais em santa unidade segundo o lema do braço de D. José Gaspar — *Ut Omnes Unum sint*, conforme o depoimento de raros sobreviventes do desastre, tiveram atitude de estoicismo cristão nesses instantes cruciais, ouvindo-se até o último instante a exortação do Arcebispo: — *Lembrem-se de Deus, lembrem-se de Deus*.

Imenso pesar salteou o coração de São Paulo nessa trágica manhã, quando pereceram com o Arcebispo as esperanças que os seus quatro fecundos anos de pastoreio prometiam.

Compreende-se, pois, que o entêrro de D. José Gaspar, da Igreja de Santa Ifigênia, onde por 3 dias e 3 noites, desfilou o povo, em contínua procissão, até a Cripta da Catedral fôsse acompanhado por todo o São Paulo em soluços. É que todos, partilhavam da exclamação filial de Mons. Lafayette: “Morreu como sempre viveu nas alturas”.

Por certo, nesse momento derradeiro, lembrou-se o jovem e virtuoso Arcebispo, do Congresso Eucarístico e a Deus se apresentou jubiloso:

“...Eis, aqui venho oferecido,
a te pagar co'a vida o prometido”.

Lus. CIII — Est. XXXVIII

PREFACIO A UMA NOVA EDIÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL
DE RIO BRANCO (*)

Helio Damante

"Ainda uma vez lhe direi que este artigo (Brésil) é bom serviço à nossa Pátria e folgo que ele seja devido ao filho de Rio Branco". — D. PEDRO II.

A origem deste livro prende-se ao entranhado amor do Barão do Rio Branco pelo seu País e ao seu conhecimento — aprofundado nos longos anos que passou entre o Consulado de Liverpool e Paris — das reações, quase sempre negativas, do mundo europeu ante o fenômeno brasileiro.

Se mesmo hoje a Europa sabe muito pouco do processo civilizatório que ainda se elabora deste lado do Atlântico, em seu tempo, "et pour cause", maiores ainda eram a ignorância e os preconceitos existentes. Estudioso da história e em particular da intrincada política do Prata, onde coube ao Brasil exercer verdadeiro papel de polícia, combatendo tiranos e caudilhos sanguinários — ao contrário do que fazia a Rússia czarista na Europa, sempre pronta a mobilizar seus cossacos para reprimir movimentos libertários — aguçavam-lhe o patriotismo as deformações da realidade social e da política do Império, particularmente agravadas na época da Guerra do Paraguai, e que eram correntes no Velho Mundo (1). Já então, estudante em Recife, colaborava em *L'Illustration* com artigos e desenhos que descreviam a marcha da guerra e definiam os seus móveis reais.

Findo o conflito, presta não menos relevante serviço ao País, escrevendo minuciosamente as anotações da obra de L. Schneider — *A Guerra da Tríplice*

(x) Publicada em 1964 pelo Cons. Estadual de Cultura, como vol. I de sua Coleção História.

(1) É interessante registrar o que a propósito escreveu L. SCHNEIDER, na introdução de *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, assinalando que LOPES "por intermediário de hábeis e dedicados agentes, conseguira conciliar à sua causa os principais órgãos da imprensa européia". Embora as legações brasileiras procurassem atenuar a impressão produzida por essas publicações hostis (L. SCHNEIDER), o certo é que, na Europa fermentada por idéias liberais, dominava a convicção de que um Império escravocrata e poderoso se lançava contra a existência de pequena República. Nas circunstâncias da época, a magia dessa palavra era suficiente para encobrir todo o despotismo de Lopes e a própria existência da escravidão no Paraguai e mostrar o Brasil, embora imune ao vírus revolucionário das Repúblicas vizinhas, como um reduto do conservantismo obscurantista e reacionário. Tendência, aliás, que se refletiu ainda nos próprios Estados Unidos.

Aliança contra o Paraguai (2), único trabalho realmente imparcial aparecido na época sobre o gigantesco conflito que se ferira no coração ainda semi-selvagem da América Meridional.

Seu pai e homônimo, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, teve nesses acontecimentos papel de estadista. Menino ainda, de sete anos, o futuro Barão o contemplara em Montevidéu, no posto de Ministro do Brasil, que era quase o de árbitro do Prata. Jovem deputado eleito por Mato Grosso, acompanha-o a Assunção, nas negociações que precederam o fim da Guerra (o velho Paranhos era então Ministro de Estrangeiros). Logo depois torna ao Prata como secretário da Missão Especial do Brasil na República do Paraguai (3). Missão esta que concluiu o tratado de paz e da qual o seu chefe, o Visconde, volta para atingir o pináculo de sua carreira, como presidente do Conselho no Gabinete que fez a Lei do Ventre Livre.

Nos anos de Liverpool (1876-1893), pôde o segundo Rio Branco, na tranqüilidade do Consulado e freqüentando os arquivos europeus, revisar essa experiência diplomática e acumular o inestimável cabedal de conhecimentos que o levaram às vitórias incruentas das Missões, do Amapá e do Acre, bem como às suas incisivas passagens pelo campo dos estudos históricos propriamente ditos. Dêsse tempo, por exemplo, as *Efemérides Brasileiras* que, no desordenado de uma multidão de estudos díspares, são certamente — fora as inesgotáveis *memórias* que escreveu em defesa dos direitos do Brasil — o seu maior livro (4).

O convite do sábio Lefebvre para escrever o verbete *Brasil* da Grande Enciclopédia (vol. VIII), deu-lhe ensejo de sintetizar, na forma de uma breve história pátria, o muito que sabia da matéria, incluindo “um certo número de revelações inéditas”.

Ao imprimir-se a Enciclopédia, onde colaborara em vários outros assuntos atinentes ao Brasil e fizera inserir grande cópia de ilustrações (“há de servir de guia a quantos no futuro escreverem sobre o Brasil”, disse numa carta), a tipografia omitiu-lhe o nome, do que se queixava numa carta ao Visconde de Ourem (José Carlos de Almeida Areias), que dá bem a medida do amor que pusera no trabalho: “Era aí que eu desejava ter meu nome, porque essa é a minha especialidade e de bom grado eu abandonaria tudo o mais ao Levas-

(2) A mais recente publicação da obra de Schneider no Brasil, deve-se às Edições Cultura — Série Brasília, vols. 11 e 12, São Paulo, 1945, conforme a edição brasileira de 1875, traduzida do alemão por Manuel Tomás Alves Nogueira. O destino do terceiro volume da edição brasileira, parece que feito posteriormente àquela data, permanece um mistério bibliográfico, só se tendo notícia de um exemplar oferecido a Floriano Peixoto e também desaparecido.

(3) E' com o título de secretário da Missão Especial e de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que Paranhos se apresenta como anotador da obra de Schneider. Na edição citada, essas anotações foram erroneamente atribuídas pelos editores a Rio Branco, pai.

(4) As *Efemérides* foram insertas a princípio na “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro. Desde aí se tornou uma praxe na imprensa brasileira, e quase sempre com base no trabalho original do Barão, publicar uma secção de “Efemérides”.

seur" (5). A comissão todavia, não lhe furtoou o mérito. O Imperador escreveu-lhe entusiásticamente e sugeriu a publicação em separata, o que foi feito em duas tiragens sucessivas.

Logo em seguida, o trabalho desenvolve-se na obra que F. A. Santa-Anna Nery (6) preparava o volume *Le Brésil en 1889*, para a Grande Exposição desse mesmo ano e imediatamente depois ganha forma de livro — o *Esquisse de l'Histoire du Brésil* (7). Em julho, Rio Branco podia enviar o primeiro exemplar a D. Pedro II e este livro iniciou sua carreira, ainda necessária e atual.

* * *

Em vernáculo, o "Esbôço da História do Brasil" de Rio Branco teve uma primeira edição feita em São Paulo (Livraria Teixeira & Irmão), em 1894, na tradução do Prof. João Vieira de Almeida. Em 1930, sendo Ministro do Exterior o chanceler Otávio Mangabeira, José Bernardino Paranhos da Silva, sobrinho de Rio Branco, preparava a segunda edição conhecida em vernáculo (8). Com a colaboração de Max Fleiuss, que se incumbiu da biografia do Autor que figura na introdução, Bernardino Paranhos atualizava o volume, incluindo, além de numerosas notas, um resumo da história da República até a data da publicação (1930). Adendo esse feito sem o cuidado de uma necessária separação entre o texto de Rio Branco e dos autores que escreveram a parte complementar.

Essa edição, sobrevindo a revolução de 30, parece ter ficado perdida nos arquivos e seus exemplares são hoje tão raros quanto os da primeira versão de João Vieira de Almeida (9).

Em 1948, o Itamarati promoveu uma nova publicação do texto francês, incluída nas Obras Completas. E finalmente, o mesmo texto; enriquecido das

- (5) O conjunto do verbete *Brésil* na Enciclopédia somava 51 páginas e Rio Branco justamente se gloriava de ocupar maior espaço que o reservado à Inglaterra (40 páginas) ou à Bélgica (20 páginas). Cf. Luís Viana Filho, "A Vida do Barão do Rio Branco", Livraria José Olympio Editora, Rio, 1959, pág. 143 e seguintes.
- (6) Sant'Anna Nery (Francisco José), Barão de Sant'Anna Nery, nasceu em Belém, Pará, em 1848. Na Europa, onde se bacharelou em Paris, prestou extraordinários serviços à divulgação das coisas brasileiras. Correspondente do "Jornal do Comércio" na França, publicou, no gênero: *Lettre sur le Brésil: réponse au Times*; *L'Italia al Brasile* (duas séries); *Guide de l'emigrant au Brésil*; *Le Brésil en 1889*; *Aux États Unids du Brésil* etc. Faleceu em 1901.
- (7) Não se deve esquecer que essas publicações, notadamente a biografia do Imperador, do rabino Mossé, na realidade totalmente reescrita por Rio Branco, visavam ainda preparar os festejos do cinquentenário da coroação de D. Pedro II (23 de julho de 1890), que a proclamação da República frustrou. Também aqui se preparavam publicações semelhantes, como o volume *Falas do Trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*, Rio de Janeiro, 1889, que o novo regime encontrou pronto na Imprensa Nacional.
- (8) *História do Brasil*, Barão do Rio Branco. Tradução de Jesé Bernardino Paranhos da Silva. Tipografia São Benedito, 1930. Rio de Janeiro.
- (9) João Vieira de Almeida, eminente filólogo, traduziu também do latim, as cartas de Anchieta. Foi professor de português, da Escola Normal da Capital, hoje Instituto de Educação Caetano de Campos. Natural de Porto Feliz, faleceu em 1912.

anotações do próprio Rio Branco no exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional e no chamado "exemplar Nabuco", era reeditado, em 1958, pelo Instituto Rio Branco, para uso dos candidatos aos exames de admissão do seu Curso de Preparação à Carreira Diplomática, escrevendo-lhe o prefácio o Prof. José Honório Rodrigues (10).

Em 1962, o Governo de São Paulo, desejando associar-se às comemorações do cinquentenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, deliberou promover a presente edição, através do Conselho Estadual de Cultura.

Graças à colaboração do Sr. Mário Neme, Diretor do Museu Paulista, que nos cedeu, de sua coleção particular, um exemplar da edição de 1894, servimo-nos da excelente tradução do Prof. João Vieira de Almeida, confrontando-a também, em todos os seus pormenores, com a edição de 1948 do Itamarati. Desta valemo-nos da seriação de capítulos e das notas do próprio Rio Branco, quer no exemplar da coleção Nabuco, quer no exemplar da Biblioteca Nacional, ali coligidas pelo Prof. José Honório Rodrigues.

* * *

É sabido que Rio Branco deixou irrealizado o seu desejo de escrever uma grande história diplomática e militar do Brasil, para o que, como poucos, estava credenciado. Mas, seu pequeno Esbôço, tal qual o desenho que serve de ponto de partida à escultura ou à tela, contém, desse grande painel que é a formação de uma Nação, o essencial e o indispensável.

Nem mesmo a descoberta de novos documentos e a ampliação considerável do campo da historiografia brasileira nos últimos 70 anos, tornam o *Esquisse* eventualmente superado. Ele continua válido para o conhecimento do passado de nosso País e válidas continuam as entusiásticas expressões com que o saudaram, como obra singular e exata, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco e Paulo Prado. Em síntese, as novas perspectivas e os novos fatos conhecidos não diminuem a sua significação, como um dos mais perfeitos resumos da História do Brasil, no período de quase quatro séculos, que vai da viagem de Cabral à abolição da escravatura.

Ao receber a incumbência de preparar a presente edição, em nada a interpolamos. Apenas, em notas que vão perfeitamente identificadas e, mui raramente, em breves observações colocadas entre parêntesis no próprio texto, registramos um ou outro pormenor imprescindível à sua melhor compreensão, não por historiadores e estudiosos, que as dispensam, mas por leigos e estudantes que compulsem esse volume, aliás de fundo eminentemente didático. Na grafia dos nomes indígenas, seguimos a convenção de etnólogos, internacionalmente aceita, que os manda escrever no singular, distinguindo-os, assim, dos vários idiomas em uso.

Mais de trinta anos depois da última edição vernácula da "História do Brasil" de Rio Branco, o Governo de São Paulo, reeditando-a em moldes que se podem dizer definitivos, presta um serviço às letras históricas brasileiras e condigna homenagem à memória do grande Chanceler.

São Paulo, janeiro de 1964.

(10) *Esquisse de L'Histoire du Brésil*, Barão do Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro.

PINTURA PORTUGUÊSA DE OUTRORA

(1400 - 1808)

Carlos Penteado de Rezende

“Quê dos pintores do meu país estranho,
onde estão êles que não vêm pintar?”

Antônio Nobre, “SÓ”

Em tempos d'antanho, tempos d'El Rey Nosso Senhor, quando havia castelos, princesas, trovadores, e pelas azinhagas ibéricas tropeavam com penachos e pendões cavaleiros cristãos acometendo os intrusos sarracenos; tempos míticos de luta e robustecimento da nacionalidade, quando a religião era um manto abençoado, que igualmente cobria nobres e plebeus, servos e senhores; ainda assim, em meio às fadigas da guerra e da lavoura, encontrava o rude povo lusitano ensejos para se dedicar aos seus folgares e cantares prediletos.

Em tôsco linguajar galaico-português iam sendo inventadas cantigas de amor, cantigas de amigo, cantigas de mal-dizer e outras, que de bôca em bôca derivavam, ecoando por casais, vilarejos e paços acastelados. Como ovelhas sem zagal, dispersas estariam para todo o sempre tais cantigas, se o acaso não as recolhesse ao aprisco dos Cancioneiros. Vindos lá do fundo dos séculos, os três cancioneiros medievais (da Ajuda, da Vaticana e Colocci-Brancuti) constituem como que verdadeiros álbuns, onde ficaram gravadas não sômente as peculiaridades da formação do nosso idioma, como também a variedade dos sentimentos, que ondeavam na alma portuguesa. Mais tarde, já no século XVI, o Cancioneiro Geral, de Garcia de Rezeñde, veio ratificar a convicção daquela autonomia e opulência.

Não lograram sorte equivalente as produções dos artistas, que andaram naquelas remotas centúrias pintando afrescos em muros de igrejas e conventos, ou tábuas com cenas bíblicas, retratos, e motivos vários, além de decorações para festas reais e eclesiásticas. Por desinterêsse, falta de oportunidade, ou o que fôsse, ninguém teve a idéia (perfeitamente exequível, mas quem outrora se daria a essa tarefa?) de reproduzir tais obras, anônimas ou identificadas, num álbum, de enfeixá-las numa coleção, ou pelo menos de relacioná-las e descrevê-las. Quantas delas não se perderam ou se deterioraram, expostas à inclemência dos séculos ou à indiferença dos homens. Com isso, jazem no olvido, para sempre, os primeiros ensaios e balbucios da linguagem pictórica lusitana.

Que houve em Portugal, no decorrer dos séculos XV e XVI, quando tôda a Europa era percorrida pelo frêmito do Renascimento, fecunda atividade de artistas (autóctones ou alienígenas), provam-no as seiscentas e tantas tábuas com pinturas, que constituem apreciável lastro documentário e justificam a

existência legítima de uma Escola Portuguêsa de Pintura, como pretende o erudito Sr. Reynaldo dos Santos. (1)

Orientados pelos soberanos da Dinastia de Avis, os portugueses no século XV acometeram de vastas terras e mares, numa empresa de esforço e de heroísmo nunca antes vista por ninguém. Já nessa época, aproveitando o desenvolvimento de sua marinha e o prestígio político de seus reis, mantinham eles intensas relações comerciais e diplomáticas com outros reinos e outros povos, não só no Mediterrâneo, como também no Mar do Norte. Dessa maneira, como é óbvio, a Portugal chegavam os ecos das novidades e progressos conseguidos em terras vizinhas ou longínquas, estimulando a emulação e o desejo de criar.

Sabe-se, por exemplo, que o trabalho das iluminuras alcançara em toda a Europa medieval, sobretudo na França, requintes de extrema perfeição, sendo que também nisso deram os lusos mostras de capacidade. Por meados do século XV, após a descoberta da imprensa, divulgava-se entre os povos cristãos o ofício de gravador, competindo daí por diante às gravuras (em madeira, cobre, zinco etc.) a tarefa de tornar as obras de arte acessíveis a um público maior, devido às comodidades de preço, tamanho e transporte. Nem se deixe de mencionar haver sido na era do Quatrocentismo que a Pintura ampliou seus horizontes, com as pesquisas do jovem Masaccio e de Paolo Uccello, na Itália, sobre a perspectiva, e a invenção (ou aperfeiçoamento) da técnica da pintura a óleo pelos flamengos, possibilitando assim o impulso artístico da Renascença. Tudo isso ainda facilitado, vivificado por um franco intercâmbio de obreiros, peças e informações.

No ano de 1412, o valoroso rei D. João I, Mestre de Avis, recebeu em seu palácio original e inesperado mimo, vindo das Flandres por um emissário especial: um retrato do Duque de Borgonha, João-Sem-Mêdo, executado por Jean Malouel, pintor, decorador e miniaturista de origem holandesa a serviço daquele nobre. Seria curioso descobrir, hoje, que razões (políticas? estratégicas? sentimentais?) determinaram outrora aquêlo inusitado presente real de homem para homem. (2)

Mas também D. João I possuía em sua corte um artista exclusivo. Foi ele Mestre Florentim, que, segundo revela documento posterior de D. Duarte, "veio a esta nossa terra a requerimento d'El Rei meu Senhor e padre e era seu pintor". Pelo nome, natural de Florença, a pátria de Giotto, e chegado talvez no alvorecer do século XV, Mestre Florentim vivia ainda em Portugal em 1439. Atribuiu-se-lhe pintura a fresco, de gosto italiano, encontrada na igreja gótica de São Francisco, no Porto. Os afrescos estavam em pleno florescimento na Itália. (3)

A essa altura, um dos filhos de D. João I, o sábio Infante Dom Henrique, reunia em sua vila de Sagres um grupo de astrónomos, cartógrafos, navega-

-
- 1 — *Reynaldo dos Santos*, "Conferências de Arte". (Lisbôa, 1.941). Págs. 40 e 46.
 - 2 — 1.412 é a data que se encontra na "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" e também na "Enciclopédia Italiana Treccani", título MALOUEL.
 - 3 — *José de Figueiredo*, "O Pintor Nuno Gonçalves" (Lisbôa, 1.910), pág. 107. *Vergílio Correia*, "Pintores Portugueses dos séculos XV e XVI" (Coimbra, 1.928). *Vergílio Correia*, "A Pintura a fresco em Portugal nos séculos XV e XVI — Ensaio". (Lisbôa, 1.921), págs. 13 e 14.

dores e outros varões atilados, que o ajudavam a traçar e executar os planos da expansão marítima portuguesa. Não faltou àquela escolhida grei um pintor, Mestre Pedro, incumbido quem sabe de ilustrar as numerosas cartas de marear, ou de conceber e colorir flâmulas e brasões. Vagas são as referências a êsse Mestre Pedro, ignorando-se também a sua origem e os seus trabalhos. No inventário do Infante Dom Henrique, se descobre que aquêlê príncipe possuía pinturas, "umas sôbre tábuas, outras emolduradas". (4)

Outro dos filhos do Mestre de Avis, o culto príncipe D. Pedro, viajou longamente durante dez anos, de 1418 a 1428, percorrendo tôda a Europa e o Mediterrâneo, chegando inclusive ao Cairo, Lugares Santos e Constantinopla. Nas Flandres, onde estêve cêrca de um ano, foi hóspede de Filipe-o-Bom, Duque de Borgonha. Em Veneza, presentearam-no com mapas, livros de Marco Polo e outras dádivas. Muitas novidades e raridades do estranho mundo trouxe êle ao regressar ao Reino. Não é improvável que na sua bagagem viessem iluminuras, quadros e tapeçarias, estas bastante apreciadas ao tempo. (5)

Curiosamente, enquanto Portugal a pouco e pouco se enriquecia com obras e personagens atraídas ao seu ambiente, um pintor lusitano, Álvaro Pires, de Evora, tomava, na primeira metade do século XV, o rumo da Itália, fixando-se na Toscana, onde, embora influenciado pela arte local, prosseguiu escrevendo e se assinando em português. Álvaro Pires deixou obras em Pisa e Volterra. Quadros de sua autoria ainda hoje são conservados em museus da Itália e da Alemanha. (6)

Pelo menos mais oito pintores viveram em Portugal nessa fase remota (1390-1450). Figuram seus nomes em velhos documentos, contratados alguns para executar painéis e retábulos. De suas obras, porém, quase nada se conhece.

Consoante o estudioso Sr. José de Figueiredo, os primitivos artistas lusitanos pintavam quase sempre sôbre madeira, escolhendo em geral para êsse fim tábuas de carvalho e castanheiro. Já no século XV, puderam êles contar com madeiras diferentes, importadas das ilhas, ou mesmo exóticas. (7)

Acontecimento auspicioso, assinalando uma data na história local, foi a visita ao Reino de João Van Eyck. Natural das Flandres, tendo vivido entre os anos de 1380 e 1440, conseguira êle, com o irmão mais velho Huberto, solucionar um dos problemas referentes à preparação das tintas, criando (ou melhorando) um nôvo processo, o da pintura a óleo, que obteve rápida e universal aceitação. João Van Eyck celebrizara-se como autor de retratos impregnados de um realismo insólito para a época. A sua técnica e a sua maneira exerceram larga influência, dando origem à chamada escola flamenga.

4 — José de Figueiredo, obr. cit., pág. 126. — "História de Portugal — Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade". (PortucaleNSE Editôra. Barcelos). Vol. IV, pág. 418. J. P. Oliveira Martins, "Os filhos de D. João I", (5.ª edição — Lisboa. 1926). Pág. 68.

5 — José de Figueiredo, obr. cit., pág. 126. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", título D. PEDRO.

6 — "História de Portugal", cit., vol. IV, pág. 417; Vergílio Coêrca, "Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI" (Prefácio, pág. X).

7 — Obr. cit., pág. 83

Ora, no ano de 1428 Filipe-o-Bom, Duque de Borgonha, resolveu pedir em casamento a Infanta D. Isabel, filha de D. João I de Portugal. Pouco antes, o mesmo nobre recebera em seu palácio o jovem príncipe D. Pedro, irmão de D. Isabel. Como soía acontecer em ocasiões tais, luzida embaixada partiu por mar, rumo a Lisboa, incluindo entre as pessoas gradas João Van Eyck, pintor de Câmara do Duque de Borgonha.

A entrevista com o rei foi feita em latim. Obtido pelos embaixadores o consentimento e marcados os esponsais, coube a Van Eyck a honrosa incumbência de retratar a noiva. Pronto o retrato, foi êste sem demora (fevereiro de 1429) encaminhado a Bruges. Com o fito de acertar outras providências, demorou-se a missão borgonhesa mais alguns meses em terras lusas. Alguns de seus integrantes aproveitaram a ocasião para visitar o famoso centro de peregrinações de Santiago, na Galícia, além de Castela e Granada, esta em poder dos mouros, não se sabendo até hoje se os acompanhou Van Eyck nessa excursão pela Espanha vizinha. O grande pintor fôra ainda encarregado, na Côte de Cintra, de retratar outras damas; provávelmente levou encomendas, ao regressar à pátria em outubro de 1429. (8)

Tornada Duquesa de Borgonha, D. Isabel de Portugal viveu longos anos nas Flandres, servindo de medianeira nas relações artísticas entre os dois povos, remetendo de quando em quando à sua terra natal obras de escultura e pintura. O retrato dela, por Van Eyck, infelizmente se perdeu. Um outro quadro (atribuído a Roger Van der Weyden) onde aparecem, ajoelhados diante da Virgem, Filipe-o-Bom, D. Isabel, e o filho de ambos, que foi mais tarde Carlos-o-Temerário, quadro êsse pela Duquesa enviado a Portugal, desapareceu no período das invasões napoleônicas. Dêle sobrou um "apontamento", num álbum de desenhos do pintor Domingos Antônio de Siqueira. (9)

Indagou o historiador da arte André Michel se "Jean Van Eyck a-t-il pu, au cours de ce voyage, former des élèves ou laisser des modèles en Portugal et en Espagne?"

Justifica-se a pergunta pelo fato de ter sido grande a influência da escola flamenga na pintura espanhola. Desde os tempos dos Reis Católicos (ou antes) se manifestara essa predileção pelos artistas das Flandres. Já nos fins do século XV, o entrelaçamento, pelo matrimônio, das famílias reais de Espanha e da Borgonha determinara um aumento nas aquisições e encomendas feitas aos pintores flandrescos. Muitos dêsses painéis, que enriqueceram os palácios reais e bastante valeram aos neófitos pintores castelhanos, ilustram hoje as maravilhosas coleções do Museu del Prado, em Madrid. (10)

- 8 — *André Michel*, "Histoire de l'Art" (Paris, 1.908), Tomo III, Segunda Parte, pág. 783. *O. L. GODIN*, "Princes et Princesses de la Famille Royale de Portugal ayant par Leurs alliances Regné sur la Flandre". (Société de Géographie de Lisbonne). 1.892. Exemplar existente no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Dicionário Enciclopédico Salvat. *Van Loon*, "As Artes", (Porto-Alegre, 1.939), pág. 270. *Pierre du Colombier*, "História da Arte" (Porto, 1.955). Este autor, às págs. 240-241, informa que Van Eyck viajou pela Espanha, prolongando o seu itinerário até Portugal, o que não corresponde à verdade dos fatos e deturpa a História.
- 9 — "História de Portugal", cit., vol. IV, pág. 419.
- 10 — *F. J. Sanchez Canton*, "El Museo del Prado". 2.ª edição. (Madrid, 1.951). *Antonio J. Onieva*, "El Prado, Sus Cuadros Y Sus Pintores" (Madrid, 1952)

A presença de João Van Eyck em Portugal deve certamente ter trazido benefícios aos vassallos, que ali se dedicavam à tarefa de misturar tintas e bezuntar tábuas e paredes. Não eram poucos. No reinado de D. Afonso V, conhecem-se referências a inúmeros obreiros trabalhando em Lisboa, ou nas províncias, "por conta do rei e particulares". Um autor chega a citar 29 nomes. Dois deles, João de Paiva e Vasco Fernandes, viviam em 1450 em Barcelona, ao lado de outros artistas da Catalunha. (11)

Comprovando a existência efetiva de uma tradição artística anterior, sem a qual não haveria condições ecológicas, nem estímulos suficientes para o desabrochar de legítimos talentos, germinou na fecunda seara humana e social, que foi o Portugal do século XV, um único mestre da pintura, capaz de ombrear com os grandes artistas do pincel, que despontavam na Itália, Alemanha e Flandres. Foi êle Nuno Gonçalves, pintor régio, que produziu por volta de 1450-1480. Vulto solitário e enigmático, de biografia praticamente desconhecida, deixou trabalhos que suscitaram (quando descobertos) vivas polémicas em torno de um suposto sentido simbólico e quanto à identidade do autor. Todavia, parece já arraigada e definitiva a convicção de haver sido êle o autor de uma obra-prima, uma autêntica jóia pictórica: os seis painéis, que formam um retábulo, pintados para a capela de São Vicente-de-Fora, em Lisboa.

Nesse extraordinário políptico, revivem, graças ao pincel mágico do artista, as figuras, em tamanho natural, de sesenta personagens "da geração dos descobrimentos": nobres, clérigos, heróis e navegadores, que dilataram pelos séculos o valor da raça. Mestre no claro-escuro, colorista exímio, "via com os olhos da alma", e conseguiu estampar em cada uma de suas figuras, com um "realismo poderoso", os atributos de idealismo e religiosidade inerentes à psicologia da época.

Segundo José de Figueiredo, Nuno Gonçalves "tem, com justiça, de ser considerado um dos retratistas máximos de todos os tempos". Para Reynaldo dos Santos, êle "é o primeiro pintor da península, cuja arte sobe tão alto como a de um Van Eyck ou de um Van der Gois (...) e sem par na pintura européia da época, fora das Flandres e da Itália". Outro autor, Aarão de Lacerda, considera os painéis de São Vicente mais expressivos que o famoso quadro de Velasquez, "As Lanças". Moderna enciclopédia da pintura confirma a opinião unânime: "(...) Gonçalves se montre l'un des puissants créateurs du siècle". E o brasileiro Oswaldo Orico, ao visitar no Museu das Janelas Verdes, em Lisboa, a exposição de Um Século de Pintura (1450-1550), sentenciou: "A epopéia de Portugal, antes de ser lançada nos LUSÍADAS, vivia já no pincel dos mestres da pintura portuguêsã, nesse extraordinário Nuno Gonçalves (...)". (12)

11 — "História de Portugal", cit., vol. IV, págs. 420 e 427. José de Figueiredo, obr. cit., pág. 128 e 130.

12 — José de Figueiredo, obr. cit., págs. 88, 89, 90, 91, 112. Reynaldo dos Santos, obr. cit., pág. 38. Vergílio Correia, "Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI". Aarão de Lacerda, "Influência da Expansão Ultramarina na Arte", in "História da Expansão Portuguesa no Mundo" (Lisbõa, 1.940), vol. III, pág. 480. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. XXI, págs. 873 e seguintes. "Les Grands Siècles de la Peinture" — Le Quinzième siècle — De Van Eyck a Botticelli". Texte par Jacques Lassaing et Giulio Carlo Argan. (Edição SKIRA, impressa na Suíça, 1.955). Oswaldo Orico, "A Sombra dos Jerónimos". ("Diário de Uma Viagem ao Portugal de Oito Séculos") — Lisbõa. 1.940. Pág. 16.

Nuno Gonçalves é outrossim indigitado como o autor dos cartões, que serviram de modelo para a execução das admiráveis tapeçarias encontradas intactas, por dois estudiosos portugueses, em 1915, na vila espanhola de Pastрана. Constituem elas “um dos raros panos históricos do século XV, que hoje restam na Europa”. (Na Idade Média e Renascença, eram as tapeçarias muito apreciadas como elemento decorativo de primeira ordem). Caprichosamente urdidadas com lã e seda, nos teares de Tournai, nas Flandres, as três grandes tapeçarias (de 10x4 metros, aproximadamente) representam cenas variadas da conquista da praça africana de Arzila, em 1471. Retratos, armaduras, emblemas, bandeiras etc., que nelas aparecem, denotam à larga, com enorme “poder de evocação”, o caráter português dos desenhos originais, muito provavelmente feitos por Nuno Gonçalves. (13)

Se tôdas as estradas iam sempre dar a Roma, a verdade é que, no período aúreo dos descobrimentos marítimos, de Lisboa é que saíam todos os caminhos para a mor parte dos recantos do planêta. Levando como escudo a fé cristã e como lança o destemor, um povo predestinado, pequenino entre os grandes, se encarregou de descerrar para tôdas as nações os úmidos véus de neblina, que encobriam o Alêrn. Ilhas do Atlântico, costões bárbaros da África, Oceano Índico, miragens do Oriente, a lenda do Preste João tornada realidade, o enlêvo da terra virgem de Vera-Cruz — tudo foi sendo, a golpes de bravura, incorporado ao patrimônio espiritual da raça, formando o substrato do que viria a ser a saudade portuguesa.

Daqueles longínquos rincões retornavam as naus e caravelas abarrotadas de riquezas e novidades, semelhando cornucópias a descarregar sôbre Lisboa e a Europa rios de luxo, fortuna e opulência. (14)

Tantas glórias e grandezas, acumuladas em tão pouco tempo, teriam de subverter a estrutura e o panorama social do País. Andavam homens e mulheres com as cabeças à roda, presumindo-se mais do que eram, vestindo-se extravagantemente, gastando mais do que podiam, desprezando o trabalho, em ridículas afetações de fidalguia. Varões sisudos, de têmpera antiga, como os poetas Sá de Miranda, Duarte da Gama e Álvaro de Brito Pestana não esconderam a sua inquietação diante dos vícios e maus costumes, que campeavam no Reino, sobretudo nas cidades e nas Côrtes, reprovando-os em versos justos e sensatos, que são hoje para nós um fiel testemunho daquela época brilhante, porém confusa e agitada. (15)

E como o português da Renascença era um cristão errante, noutras terras também lhe chegaram a conhecer as modas e vaidades, a ponto de ser na Itália

13 — *Reynaldo dos Santos*, “As Tapeçarias da Tomada de Arzila” (1.925) — Exemplar existente na Biblioteca do Clube Português, São Paulo. “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. XX, título PASTRANA.

14 — Vide “*O Porto de Lisboa*” — “Estudo de História Econômica seguido de um Catálogo Bibliográfico e Iconográfico”. (Edição da Administração Geral do Porto de Lisboa, MCMLX, no Quinto Centenário do Infante Don Henrique). A obra traz reproduções de iluminuras, pinturas, gravuras e desenhos, em heliocromia e roto-gravura.

15 — “As Melhores Poesias do Cancioneiro de Bezende” — Seleção, Prefácio e Notas de Rodrigues Lapa (Lisbôa, 1.939), págs. 65-75; 83-110. *Sá de Miranda*, “Poesias”, Seleção, prefácio e Notas de Rodrigues Lapa (2.ª edição — Lisbôa, 1.942).

retratado, ao que parece em tela, como se deduz de uns versos de Duarte da Gama:

“Quem o português pintou
em Roma, como se diz,
foi nisso mui bom juiz
e acertou”.

Tudo demora a dar frutos. O axioma é verdadeiro tanto no plano da natureza, quanto no dos valores humanos. Em matéria de arte, cada nação tem de aguardar a sua primavera. Assim foi com Portugal.

Sob o amparo de D. Manoel, o Venturoso, já no século XVI, “a acumulação de riquezas do Oriente, o desejo de perpetuação das famílias nobres e burguesas, e a devoção pública geral” proporcionam decidido estímulo às técnicas de construir e decorar que, por assumirem um cunho próprio, de sentido nacional, dão origem ao chamado estilo, ou arte manuelina. “Aproveitou-se o trabalho de nativos e forasteiros. Artistas de escola e de acaso, de formação erudita e popular, todos puderam então produzir, traçar e compor”. (16)

Ressurgem nas criações dessa época traços de exotismo cosmopolita (como na Torre de Belém) e sugestões marítimas próprias do destino português. Na vila de Tomar, o velho Convento de Cristo passa a exhibir estranhas e originais decorações pétreas, onde à portia se entrançam e se confundem apetrechos náuticos. Num Livro de Horas d’El Rei D. Manuel, iluminuras de fino lavor patenteiam cenas de um mar ora tranqüilo, ora borrascoso. E num quadro sacro, evocando a Adoração dos Magos, vê-se que ao artista ocorreu a curiosa idéia de encarnar num silvícola do Brasil a figura bíblica do rei negro. (17)

Documentos das três primeiras décadas do quinhentismo apontam-nos os nomes de pelo menos 50 pintores em ação, quase todos portugueses, mourejan-do em diferentes lugares do Reino, porém a mor parte d’êles concentrada em Lisboa, onde possuíam “agrupamento gremial forte e irradiante”. De um se diz que era pintor real, de outro pintor da cidade; havia também o procurador dos mesteres e examinador do ofício, e pintores avulsos, sem qualificação. Raras são, todavia, as obras autenticadas d’esses obreiros. (18)

As encomendas deviam ser variadas e compensadoras: “pintaram retábulos, tábuas sôltas, tetos e muros; estofaram imagens; desenharam e coloriram pendões e bandeiras para as procissões ou entradas reais; douraram varas de pátio, maçanaria de painéis, sobre-céus de altares. Nenhum trabalho repugnava ao artista; não irrompera ainda do casulo do goticismo a crisálide do pintor moderno” — como escreveu o Prof. Vergílio Correia. (19)

16 — Dr. Vergílio Correia, “A Arte em Coimbra e Arredores” — Edição Póstuma. (Coimbra, 1.949). Pág. 25.

17 — Reynaldo dos Santos, obr. cit., pág. 20. Hernani Cidade, “A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina”. (Divisão de Publicações e Biblioteca — Agência Geral das Colonias — 1.943). Vol. I, pág. 230.

18 — História de Portugal, cit., vol. IV, págs. 468-469. Vergílio Correia, “Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI”, cit.

19 — Obr. cit., na nota anterior, pág. XXVII.

Mas houve também pintores alienígenas integrados na comunidade lusitana. Frei Carlos, de origem flamenga, viveu como frade num convento de Évora, ali produzindo sob a lembrança da arte de sua terra natal. Um outro pintor, Francisco Henriques, esteve nas Flandres, de onde regressou com sete oficiais, que em Portugal labutaram como ajudantes, até morrerem todos, com o mestre, na peste de 1518. (20)

Do mesmo modo, chegavam ao Reino em profusão obras de arte, vindas sobretudo das Flandres "por encomenda régia e de outros doadores, nobres ou burgueses munificentes" e destinadas em geral a embelezar novas igrejas ou velhos templos reformados. Artistas como Metzys, Bernardo Van Orley, e mesmo Dürer, puderam então servir de fonte de estudos para os pintores locais e de motivo de admiração para o vulgo. (21) Acentue-se que até na distante ilha da Madeira quadros flandrescos foram parar.

Não se limitou ao Reino a atividade dos pintores lusitanos. Vários deles lidaram no estrangeiro, como os artistas de nomes Simão e Eduardo, que nas Flandres se honraram como discípulos de homens do quilate de um Metzys, ou de um Van der Weyden. (22) Outros, mais tarde, viveram na Espanha e na Itália.

As frotas que da Metrópole partiam, rumo às distantes terras africanas ou orientais, soíam por vêzes levar painéis com motivos sacros ou piedosos, que serviam para complementar o esforço civilizador e evangelizador dos portugueses. Em 1520, o pintor Lázaro de Andrade, integrando a embaixada de D. Rodrigo de Lima, subiu as altas montanhas da ETIÓPIA e lá pôde ver de perto a figura misteriosa do Preste João, que dele e de sua arte muito se agradou, obrigando-o a permanecer junto à sua côrte. Lázaro, ao que parece, nunca mais saiu da Abissínia. (23)

Em 1868, forças britânicas invasoras encontraram na cidade de Magdala, "pendurado sobre o leito do Négus Teodoro, um pequeno quadro, pintado sobre madeira, representando a cabeça de Jesus Cristo". Levado para a Inglaterra, afirmaram os críticos ser trabalho do século XV. Um deles foi categórico: era "uma obra portuguesa", ignorando-se, porém, o autor e as circunstâncias da sua remessa para a Abissínia".

O conhecimento desses fatos levou o estudioso Sr. Luís Reis Santos a escrever, acertadamente, que "os portugueses desenvolveram na primeira metade do século XVI uma atividade artística intensíssima, de cujo significado moral só agora começamos a ter plena consciência".

Mas um contemporâneo desse ambiente fecundo de euforia criadora e de transformações sociais pressentiu tal realidade, registrando-a em versos setissílabos de fundo otimista. Foi êle o poeta Garcia de Rezende, que declarou numa estrofe:

20 — História de Portugal, cit., vol. IV, pág. 468. Reynaldo dos Santos, obr. cit., págs. 40 e 41.

21 — Aarão de Lacerda, obr. cit., pág. 481. História de Portugal, cit., vol. IV, pág. 468.

22 — Joaquim de Vasconcelos, "A Pintura Portuguesa nos Séculos XV e XVI". 2.^a edição (Coimbra, 1.929). História de Portugal, cit., vol. IV, pág. 468.

23 — Luís Reis Santos, "Estudos de Pintura Antiga". (Lisbôa, 1.943), págs. 199-204 e 242. Gilbert Renault (REMY), "As Caravelas de Cristo" (Lisbôa, 1.956), pág. 131.

"Pintores, luminadores
 Agora, no cume estão,
 Ourivises, escultores
 São mais sutís, e melhores,
 Que quantos passados são:
 Vimos o grã Michael,
 Alberto, e Rafael,
 E em Portugal há tais,
 Tão grandes, e naturais,
 Que vêm quase ao olivel".

O arcaísmo luminador designava o artista "que sabe colorir estampas ou adornar livros com elas". Quanto aos nomes lembrados na estância, dizem provavelmente respeito aos três pintores já de reputação internacional coetâneos do poeta: os italianos Miguel Ângelo Buonarotti e Rafael Sâncio da Urbino, e o alemão Alberto Dürer. Observe-se, aliás, que Rezende, em 1514, visitara Roma, na qualidade de secretário da deslumbrante e memorável embaixada por El Rei D. Manoel enviada ao Papa Leão X, sendo-lhe por isso familiares os assuntos europeus. (24)

Nas Flandres, mantinham os portugueses uma FEITORIA, instituição consagrada por sua natureza aos interesses mercantis. Houve, porém, ocasiões em que teve a feitoria de se ocupar de assuntos culturais. Nada estranhável, portanto, que em 1520 o pintor e gravador Alberto Dürer, em viagem por terras neerlandesas, entrasse em amistoso contacto com os feitores lusos, como provam as páginas do seu Diário. (25) Motivos ponderosos devem tê-lo induzido a assim proceder.

Artista da mais alta categoria, homenageado por tôda a Europa, permaneceu Dürer um ano nas Flandres, às voltas com recepções oficiais, visitas aos colegas pintores e execução de encomendas. Foi-lhe grata e proveitosa a convivência com os portugueses em Antuérpia. Mimoseado com jantares e dádivas preciosas (ganhou vinhos, porcelanas, panos de Calicut, e até um periquito vindo quem sabe do Brasil), soube Dürer retribuir à altura, pintando-lhes retratos e oferecendo-lhes dezenas de trabalhos de sua autoria, a carvão e a óleo, além de livros com estampas dêle gravadas a cobre. Tôdas essas obras preciosas devem ter vindo, com o tempo, parar em Portugal. Um "São Jerónimo", a óleo, recebido pelo feitor Rodrigo Fernandes, acha-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. (26)

Nomeado em 1523 escrivão da Feitoria de Antuérpia, ali viveu durante alguns anos, colecionando pinturas e desenvolvendo o seu bom gosto e o seu

24 — *Garcia de Rezende*, "Excerptos, Seguidos de Uma Notícia sôbre sua Vida e Obras" etc., por Antonio Feliciano de Castilho. — Livraria de B.L. Garnier, Editor. (Rio de Janeiro, 1.865). Págs. 214, 312, 313. *Damião de Góis*, "Crônica do Felicíssimo Rei D. Manoel". (Coimbra, 1.926). Parte III, capítulo 55.º, pág. 185.

25 — "The Writings of Albrecht Durer" (Peter Owen Limited. London. 1.958). Capítulo VII: "Durer's journey to the Netherlands". Págs. 96, 97, 100, 103, 112, 113, 115, 118, 123.

26 — "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol. V, pág. 33; vol. IX, pág. 364; vol. XI, pág. 111 (reproduz o retrato do feitor português, feito por Durer).

espírito, casando-se inclusive com flamenga, o escritor, viajante e humanista Damião de Góis, uma das grandes personalidades da Renascença. Damião de Góis desfrutou do ensejo de se tornar, não se sabe em que circunstâncias, amigo pessoal de Alberto Dürer, que o retratou em desenho célebre, gravando também a cobre outro retrato de Góis, ambos reproduzidos na "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira".

Por esse tempo, na Metrópole, três cidades — Lisboa, Évora, Vizeu — abrigavam produtivas oficinas de pintores. Alguns destes trabalhavam pelo sistema da PARÇARIA, isto é, dois ou mais artistas que se reuniam para executar as encomendas, muitas vezes sem datar nem assinar os quadros. Em Lisboa, Jorge Afonso era pintor do rei e "vedor e examinador dos trabalhos de pintura". Seu cunhado, Francisco Henriques, também ali possuía uma oficina. Em Vizeu, surgia a figura lendária de Vasco Fernandes, o "Grão Vasco", autêntico mestre da pintura quinhentista, cuja obra está hoje em parte identificada. Deixou o "Grão Vasco" discípulos e continuadores ao falecer em 1542 (27)

Dessa primeira metade do século XVI, existem ainda numerosos painéis retábulos e afrescos de notáveis méritos, cujos autores permanecem desconhecidos. São eles designados pelos estudiosos como o "Mestre do Retábulo de Santa Clara", "Mestre do Sardoal", "Mestre de Santa Auta", e assim por diante.

Governando já D. João III, o Piedoso, interessou-se também este rei pela arte, encaminhando à Itália, em 1537, os pintores Vanegas, Campelo e Gaspar Dias. Um outro talentoso pintor português, de nome Pedro Nunes, viveu nesse período em Aragão e Barcelona, ali produzindo bastante. (28)

Além dos artistas de carreira, que com o seu ofício ganhavam o pão de cada dia, comportava o ambiente social do tempo a existência de amadores, que tinham campo para se expandir. Um deles foi Garcia de Rezende, natural de Évora, o qual serviu sob três reis. Homem de múltiplos talentos, poeta, trovador, cronista e músico, também ao desenho se devotou, mister em que era muito apreciado por D. João II. Obeso e bonachão, Rezende, certo dia, num desafio poético com amigos fidalgos, mereceu de um deles estas trovas, que nos descobrem alguns dos seus dons:

"O redondo do Rezende
Bem m'entende
Tange e canta muito bem;
E debuxará alguém
Se com isto não se ofende". (29)

A modalidade dos retratos, aliás, achava-se em grande voga no Reino, pois a literatura — espelho da vida social — deixou a esse respeito traços

27 — Reynaldo dos Santos, obr. cit., pág. 42. Vergílio Correia, "Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI". "História de Portugal", cit., vol. IV, pág. 470. J. C. Robinson, "A antiga escola portuguesa de pintura" (Lisboa, 1.868). F. de Almeida Moreira, "Os Quadros da Sé de Vizeu". 2.^a edição. (Pôrto, 1.925) — Os trabalhos destes dois últimos autores existem na Biblioteca do Clube Português, em São Paulo.

28 — Luis Reis Santos, obr. cit., pág. 248. "Cartilha da Terra Portuguesa". (Edições S.N.I. Lisboa, 1.950). Pág. 34.

29 — Garcia de Rezende, obr. cit., págs. 307 e 360.

em mais de uma obra clássica. O coimbrão Sá de Miranda (1481-1558), que na mocidade viveu algum tempo respirando na Itália os eflúvios renascentistas, e era parente da poetisa Vitória Colonna, o grande amor da velhice de Miguel Ângelo, fixou num soneto o embaraço de um pintor que, ao fazer um retrato, “não pôde, por impossível, exprimir a graça dos olhos” da amada. Diz o poeta:

“Estè retrato vosso é o sinal
ao longe do que sois, por desamparo
dêstes olhos de cá, porque um tam claro
lume não pode ver vista mortal.

“Quem tirou nunca o sol por natural,
nem viu, se nuvens não fazem reparo,
em noite escura ao longe aceso um faro?
Agora se não vê, ora vê mal.

• “Para uns tais olhos, que ninguém espera
de face a face, gram remédio fôra
acertar o pintor ver-vos sorrindo.

“Mas inda assi não sei que êle fizera,
que a graça em vós não dorme em nenhũa hora.
Falando, que fará? Que fará rindo?” (30)

Também na “Lírica” de Camões se encontram referências à arte pictórica. Lê-se ali o seguinte mote a uma dama:

“Vejo-a na alma pintada
Quando me pede o desejo
o natural que não vejo”.

Ao tema, seguem-se em redondilha maior as reflexões do poeta. Num outro mote, mais explícito, se pode adivinhar a imperícia de um pintor:

“Retrato, vós não sois meu;
Retrataram-vos mui mal;
Que, a serdes meu natural
“Fôreis mofino como eu”.

Glosou então Camões:

“Inda que em vós a arte vença
O que o natural tem dado,
Não fôstes bem retratado,
Que há em vós mais diferença
Que do vivo ao pintado”.

Etc. etc.. (31)

30 — Sá de Miranda, obr. cit., págs. 14-15.

31 — Lírica de Camões — “Edição Crítica pelo dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira” — Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932. Págs. 21 e 99.

Testemunho importante das ligações culturais, que Portugal na época mantinha com várias nações, foi o arquiteto e iluminador Francisco de Holanda, nascido em Lisboa, filho de António de Holanda, também célebre luminador. Moço de câmara, viveu no Paço, onde executou retrato da rainha D. Catarina. Embora de formação artística flamenga, Francisco obteve do rei D. João III a graça de ir a Roma, onde permaneceu de 1547 a 1549, relacionando-se ali com Miguel Ângelo e outros egrégios vultos do Renascimento. Nessa ocasião, elaborou em português a sua obra "Da Pintura Antiga", sendo assim o "primeiro escritor que tratou das Belas Artes em Portugal e um dos mais notáveis da península nessa especialidade (...)". Do segundo volume constam os DIALOGOS DE ROMA, interessantíssimas páginas, universalmente apreciadas. Intervém nos diálogos as figuras de Miguel Ângelo, Vitória Colonna e outras personagens, inclusive o autor, expendendo sutis considerações sobre a Arte e a vida dos artistas. (32)

Miguel Ângelo, aliás, conhecia perfeitamente bem as crônicas e os feitos lusitanos, dando-lhes o devido aprêço. Tanto que ao pintar na Capela Sixtina a empolgante cena do Juízo Final, representou ali um português, "curvado em esforço e ansiedade" a içar aos céus um negro e um ameríndio. (33)

Mas nem todos os portugueses tinham a sorte de ver Roma, o Papa e Miguel Ângelo. Os que na terra permaneciam, aferravam-se ao labor cotidiano, produzindo muito, como os chamados MESTRES DE FERREIRIM, três pintores do segundo quartel do século XVI. Esses artistas do pincel deixavam transparecer em seus trabalhos traços de variadas influências, oriundas do cosmopolitismo da época. Cristóvão de Figueiredo (examinador, em 1515, dos pintores de Lisboa) elegia como assuntos cenas da história sagrada: nada enxergava da realidade portuguesa, daquela fascinante magia do mar e do oriente. Pintou, todavia, alguns retratos primorosos que, segundo Reynaldo dos Santos, "anunciam Velasquez... um século antes" (sic.). Também Gregório Lopes e Garcia Fernandes se dedicavam preferencialmente aos temas religiosos. (34)

Alguns artistas, por displicência, falta de capacidade ou de imaginação, soiam por vêzes, como processo de trabalho, "repetir imagens e pormenores de estampas ou desenhos o que se reconhece pela incanção e uniformidade dos assuntos escolhidos. Frequentemente, até, decalcavam de outras pinturas, estrangeiras ou nacionais". (35) Esse processo, ou mau hábito, como queiram, seria mais tarde seguido no Brasil pelos artífices da fase colonial.

32 — "Dizionario Letterario BOMPIANI delle Opere e dei Personaggi di tutti i tempi e di tutte le Letterature", (Milano, 1.951) — Vol. V, págs. 562, 563. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. XIII, págs. 318, 319. "Dicionário Enciclopédico Salvat" (2.ª edição. 1949). vol. VII, pag. 828.

33 — Hernani Cidade, obr. cit., págs. 232-233.

34 — História de Portugal, cit., vol. IV, pag. 470. *Reynaldo dos Santos*, obr. cit., pag. 42 e seguintes. — Em 1.940, comemorando datas magnas da Nação, abriu-se em Lisboa, no Museu das Janelas Verdes, uma notabilíssima galeria de quadros dos antigos pintores portugueses dos séculos XV e XVI. No mesmo ano, foi publicada uma edição monumental, contendo centenas de reproduções das grandes obras da pintura lusitana, precedidas de lúcido ensaio introdutório pelo Sr. Reynaldo dos Santos, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes. Esse album primoroso, intitulado "Os Primitivos Portugueses" (1.450-1.550) merece ser carinhosamente folheado por quantos queiram compreender o valor dos portugueses no setor pictórico.

A predileção pelos argumentos sacros tem sua justificativa. Aquêles homens eram pintores de um tempo, de uma geração, que se preocupava antes de mais nada com as idéias do fim último e da salvação eterna. Compreende-se, pois, que estivessem os pensamentos deles voltados para a religião, a liturgia, a história sagrada. Tudo o mais, a paisagem, os costumes, a sátira social, a exploração do inconsciente (embora já manifestos nas obras coevas de um Bosch, de um Brueghel, de um Holbein) eram fatores acessórios da vida mental e que, por isso mesmo, entravam em plano secundário e em doses mingüadas na execução das tarefas de pintura.

De Gregório Lopes, pintor régio na côrte de D. João III, é conhecido um retrato (1540?) "desenhado do natural", da bela filha de D. Manoel, o Venturoso, a Infanta D. Maria, identificada por eruditos como sendo a verdadeira amada e inspiradora de Camões. (36)

Como curiosidade: outra filha de D. Manoel, D. Isabel de Portugal, casou-se com o rei Carlos I, tornando-se assim rainha da Espanha e imperatriz da Alemanha. Faleceu môça, em 1539. Aproveitando um esbôço, o grande Ticiano fêz-lhe, "post mortem", um admirável retrato (atualmente no Museu del Prado, em Madrid) no qual se observam traços de semelhança familiar com a Infanta D. Maria desenhada por Gregório Lopes. (37)

A arte do retrato desenvolveu-se consideravelmente já na metade do quincentismo, praticada por pintores de reais méritos, como um Cristóvão de Moraes, que fixou em tela o rei D. Sebastião. Também retratistas estrangeiros houve que, de passagem por Portugal, pintaram vultos da nobreza, como os holandeses Cristóvão de Utrecht (a quem se atribui um quadro de Vasco da Gama) e Antônio Moro, êste um autêntico mestre, tendo labutado em várias capitais européias, residindo inclusive em Madri a convite de Filipe II. (38)

Caso original é o de Alonso Sanchez Coello (1531-1588). Nasceu na Espanha, não há dúvida, mas de origem portugueza. Cresceu, além do mais, em terras lusas, onde estudou e aprendeu pintura, indo em seguida aperfeiçoar-se nas Flandres, sob os auspícios de D. João III. Alguns de seus belos quadros ocupam hoje as paredes do Museu del Prado, em Madri, e o seu nome é referido entre os grandes na história da pintura espanhola. Coello, porém, foi cognominado o TICIANO PORTUGUÊS. Um escritor da época chamou-o de o LUSITANO FAMOSO. Quando regressou definitivamente à Espanha, todos o tratavam por EL PORTUGUÊS. Por que motivo não há de figurar nas páginas da história da arte lusa? Em Lisboa, Sanchez Coello conheceu o holandês Antônio Moro, de quem recebeu conselhos e boas influências. Retratou várias personagens da família real portugueza. Por fim,

35 — História de Portugal, cit., vol. V, pág. 514.

36 — O retrato pode ser visto na edição da "Lírica", de Camões, feita pela Universidade de Coimbra (1.932), à pág. 120. Vide também comentários nas páginas XVII e XX do Prefácio.

37 — Antonio J. Onieva, obr. cit., págs. 161-162. Dicionário Enciclopédico Salvat, vol. VIII, pág. 176.

38 — Antonio J. Onieva, obr. cit., págs. 268-269. Dicionário Enciclopédico Salvat, vol. IX, pág. 568. João Ribeiro Cristino da Silva, "Elementos de História da Arte" (Livrarias Aillaud e Bertrand e Francisco Alves. 1.929) 2.ª edição. Pág. 473.

transferiu-se para a Côrte de Madri, onde foi protegido de Filipe II, que o distinguiu com a sua amizade. Para o erudito Reynaldo dos Santos, "a arte delicada de Sanchez Coello compreende-se melhor ligando-a às tradições portuguesas do retrato. É ele que leva para Espanha esse sentimento em que fôra educado e que mais tarde, em Velasquez, se havia de reincarnar". (39)

Convém igualmente lembrar (o que raros fazem) que Velasquez, um dos picos culminantes da pintura universal, era de pura origem portugueza pela linhagem paterna. Eis o seu nome completo: Diego Rodrigues de Silva y Velasquez. O patronímico vinha a ser "Rodrigues da Silva", correspondendo o "Velasquez" ao apelido materno, que o pintor preferiu usar, seguindo talvez costume da época, ou da Espanha. (40) Dêsse modo, não se pode imputar a uma questão de raça, e sim a outros fatores adversos, a realidade de não haver o português conseguido produzir gênios na arte da pintura. A personalidade de Nuno Gonçalves, aliás, é um desmentido veemente a essa suposta inaptidão dos lusos.

Que teria havido, para que um outono prematuro cobrisse de tédio e desânimo a arte portugueza? Sim, porque até certo momento histórico, tudo naquele ambiente social — riquezas, estímulos oficiais, encomendas particulares, contatos fecundos com as correntes artísticas do tempo, sobretudo flamengas e italianas, mais a capacidade de trabalho dos artistas — tudo indicava ascensão, interêsse, desenvolvimento, enfim, promessas de frutos opimos.

Foi quando a miragem da glória atraiu o jovem monarca D. Sebastião aos areais africanos de Alcácer-Kibir. Finda a batalha, desaparecido o rei, tôda uma nação mergulhava em crise, sofrendo terrível impacto emocional, político, econômico. Tudo se consumou no momento em que Filipe II da Espanha se tornou também Filipe I de Portugal, unindo os dois estados.

Assim, sem liberdade nacional, desprovido o povo da confiança e do incentivo de seus legítimos governantes (pertencentes àquela estirpe de reis, que adotavam como divisa POLA LEY e POLA GREY), perdeu a pintura portugueza o impulso criador, que desde os primórdios do século XV a vinha alimentando. Estagnou. Definiu. Esgotou sua seiva. Uma fatalidade!

Os primitivos pintores portuguezes possuíam, já desde o reinado de D. Afonso V, o Africano, uma organização rudimentar, da qual porém raros documentos sobraram. Posteriormente (ao que parece sob D. Manoel I) foram eles incorporados à categoria dos oficiais mecânicos, quer dizer, dos homens que exerciam um ofício manual, sob determinadas condições e exigências, tais como os ourives, ferreiros, curtidores, tecelões, oleiros, boticários etc. Dessa maneira, não gozavam eles, pintores, propriamente do conceito de artista criador tal como o entendemos hoje: eram antes artífices, "mesteirais", operários

39 — *Reynaldo dos Santos*, "Conferências de Arte" (Lisbôa, 1.941). Pág. 46. Dicionário Enciclopédico Salvat, vol. XI, pág. 307. "História de Portugal", cit., vol. V, pág. 518. "Histoire des Peintres de toutes les écoles" — "Ecole Espagnole" (Autores: Blanc, Burger, Mantz, Viardot, Lefort). — Paris. Librairie Renouard. Sem data. "La Peinture Espagnole — Des fresques romains au Greco". Texte de Jacques Lassaigue. (Alberto SKIRA, GENEVE, 1.952). Pág. 127. *Antonio J. Onieva*, obr. cit., págs. 49, 269.

40 — *Jaime Brasil*, "Ascendência Portuguesa de Velasquez", in *Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"*, 3 de abril de 1.960.

da arte. A Renascença atribuiu-lhes maior prestígio, fazendo-os subir um tanto na escala social e distinguindo já, pelo menos na prática, o obreiro talentoso capaz de pintar a óleo, a têmpera e a fresco, do simples dourador e estofador.

Em 1572 foi divulgado o "LIVRO DOS REGIMENTOS DOS OFICIAIS MECÂNICOS DA MUI NOBRE E SEMPRE LEAL CIDADE DE LISBOA", contendo as prescrições gerais e particulares para o perfeito funcionamento dos officios permitidos. Ditavam aquelas posturas que em janeiro de cada ano fôsem eleitos os juizes e examinadores de cada categoria, os quais deveriam a seguir prestar juramento perante a Câmara dos Vereadores. A pessoa que em Lisboa pretendesse montar a sua tenda de trabalho, só o poderia fazer após receber "carta de examinação", confirmada pela Câmara. Severos eram os exames, e sempre na presença do escrivão do cargo, com a obrigação explícita de os examinadores não darem por suficientes aquêles que o não fôsem, evitando peita, malícia, "ou qualquer outro respeito", sob pena de multa e cadeia. Competia aos juizes, acompanhados de um escrivão, visitar em correição as tendas dos officiais mecânicos. Estes, por sua vez, não deviam recolher em sua casa "obreiro ou aprendiz que estiver com outro até acabar o tempo". E assim por diante. (41)

O capitulo XXXIII do mencionado LIVRO continha o Regimento dos Pintores, com estas disposições especiais:

"Artigo 4.º — "E o que se houver de examinar de pintura de óleo trará uma tábua de quatro ou cinco palmos em quadra e em casa do juiz pintará a Imagem que lhe êle disser em modo que na dita tábua haja marcenaria, paisagem e algumas minudências para que em tudo se veja sua suficiência. E o que assim fôr examinado pela sobredita maneira ficará examinado de tôdas as outras coisas à pintura necessárias e ao ornamento dela";

"Artigo 5.º — "E o que de têmpera ou fresco quizer usar fará em parede a fresco e em pano ou tábua a têmpera figura ou lavor romano ou grotesco querendo usar de tudo e fazendo o sobredito ficará examinado de tôdas as coisas à dita pintura de têmpera ou fresco inferiores";

"Artigo 6.º — "E o que de dourado ou estofado sòmente quizer usar por mais não poder alcançar fará uma peça de ouro bornido e mate em a qual haverá algum plano ou tábua per si de dois palmos em que faça além do dito dourado dois palmos de rapado e fará mais um pau de branco bornido e encarnará um rosto de vulto de uma virgem de encarnação polida". (Ipsis literis).

Pintor houve com fumaças de cavaleiro fidalgo (e o era), que se não conformou de pertencer à categoria de official mecânico, alegando que a pintura era uma "arte em si célebre e com nomeada entre as liberais" (sic), recusando-se inclusive a pagar e a servir sob a bandeira de São Jorge. Foi êle Diogo Teixeira, que em 1577 se queixou ao Cardeal-rei D. Henrique de que a Câmara de Lisboa, sem fazer distinção entre pintores a óleo e os demais, preten-

41 — Dr. Vergílio Correia, "Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1.572)" — Coimbra. Imprensa da Universidade. 1.926. Com um prefácio do Autor. As págs. 104-105 vem o Regimento dos Pintores. Nas págs. 233 e seguintes constam as Posturas Gerais.

dia "obrigar a todos a pagar à dita bandeira e servir nos encargos dela". (42) O rei, com bonomia, despachou favoravelmente, dispensando-o daqueles deveres. Foi êsse, todavia, caso excepcional, prosseguindo a classe com a mesma organização através dos tempos. (43)

No alvorecer do século XVII surgiu em Portugal uma Irmandade de Pintores, sob a invocação de São Lucas. (O evangelista São Lucas, reza a tradição, fôra pintor). Através do compromisso, confirmado em 1609, sabe-se que à confraria podiam pertencer — "os pintores todos assim de óleo como de-têmpera, arquitetos, escultores, iluminadores ou outras quaisquer pessoas que professarem debuxo e quiserem ser irmãos". (44)

A Irmandade de São Lucas dá a medida dos sentimentos religiosos, que por muito tempo ainda haveriam de predominar na coletividade, influenciando a arte e a vida social, repercutindo inclusivamente em territórios longínquos, como o Brasil.

Período de crise nacional, o transcorrer do século XVII trouxe aos lusitanos dissabores e amarguras sem conta. Grande parte do seu imenso império colonial, conquistado a duras penas, viu-se irremediavelmente perdido. A restauração da Independência, em 1640, com a dinastia de Bragança, não conseguiu devolver ao Reino a confiança, o entusiasmo, a fôrça desbravadora de antanho.

Revelam as obras de arte êsse marasmo criador: valem hoje apenas como documento e iconografia. Em Óbidos, um grupo de pintores se devotou aos temas religiosos, no que foram seguidos por uma mulher (caso raro na antiga pintura), a célebre Josefa de Óbidos. Outros artistas se inspiraram nos mestres flamengos e holandeses da época. Domingos da Cunha era retratista. José de Avelar Rebelo em 1644 exercia o cargo de juiz na Irmandade de São Lucas; foi êle quem pintou a fresco, sob as vistas do próprio rei, que às vezes o ia apreciar, o salão de música do palácio de D. João IV. Bento Coelho da Silveira, como Tintoreto, possuía três pincéis: de ouro, de prata e de ferro... Apenas um pintor continuou a tradição de Nuno Gonçalves: foi Domingos Vieira, grande retratista, com obra parcialmente identificada. Executou o retrato de D. Isabel de Moura (atribuído antes a certo desconhecido Domingos Barbosa), obra estupenda, com uns olhos maravilhosamente expressivos, diante da qual se inclinou um crítico espanhol, garantindo que se aproximava da arte do contemporâneo Velasquez. (45)

42 — "Bandeiras dos Offícios" — As corporações dos oficiais agremiados (...) tinham cada uma a sua bandeira. Dizia-se "embandeirado" o officio que se achava reunido a outros sob a bandeira dum santo seu patrono (...). As bandeiras dos officios tomavam sempre lugar nos atos públicos, especialmente nas procissões (...). Tinham a forma de grandes painéis quadrangulares suspensos por cordões de sêda e ouro, de que pendiam grandes borlas do mesmo metal ou de prata dourada. Eram de grande riqueza (...) e em preciosas tarjas e círculos as imagens dos santos que em vida exerceram officios mecânicos. Conduziam-nas nas procissões homens vestidos com opas ou túnicas talares perfiladas de galão de prata". (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. IV, pág. 109).

43 — "História de Portugal", cit., vol. V, págs. 514-515.

44 — Idem, Ibidem, vol. V, pág. 515.

45 — Idem, Ibidem, vol. VI, pág. 614. "Grande Enciclopédia (Portuguesa e Brasileira)".

(Enquanto Portugal modorrava, brilhavam na Espanha Ribera, Zurbaran, Murilo, Velasquez; nas Flandres, Rubens, Jordaens, Van Dyck; na Itália Domenichino, Bernini, Borromini; na França Poussin, Claude Lorrain; na Holanda, Frans Hals, Rembrandt, Vermeer. E no Brasil, deslumbrado com a luminosa natureza tropical, trabalhava um Franz Post...).

No século XVIII um novo estilo, nascido das cinzas da Renascença, se propagou por toda a Europa, influenciando a arquitetura, as artes plásticas, a literatura e a própria vida social. Aprazível e donairoso em certos aspectos, ou rebuscado e extravagante noutros, o Barroco deu contornos próprios e marcados a toda uma época. Na Espanha, foi acentuada a supremacia da arte barroca, com reflexos visíveis nas colônias do Novo Mundo, sobretudo Peru e México. Também em Portugal o barroco se impôs, com realizações meritórias em terrenos diversificados como a arquitetura, a ourivesaria e o mobiliário. Obviamente, tudo o que na Metrópole se criava, era logo mais difundido no Brasil, onde, graças aos reinóis, atingiu o barroquismo grande ascendência.

A pintura portuguesa nessa época pôde contar com o talento de Francisco Vieira de Matos (1699-1783), o célebre Vieira Lusitano, que foi igualmente desenhista e gravador. Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810) deixou vasta obra espalhada pelo país, constante de "quadros religiosos, retratos e painéis decorativos". Com outros pintores e decoradores, soube ele aproveitar as oportunidades oferecidas aos artistas, logo após o grande terremoto que em 1755 destruiu Lisboa, trabalhando intensamente na reparação e reconstrução das igrejas. Cirilo Volkmar Machado (Lisboa 1748-1823) estudou em Roma e pintou todos os gêneros. Foi também escritor, sendo após a sua morte publicada uma "Coleção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Arquitetos e Gravadores Portugueses" por ele preparadas.

A maior parte, porém, dos pintores desse século ainda se dedicava de corpo e alma aos temas sacros, apresentando-os através de um "barroco amaneirado e decadente". A Irmandade de São Lucas continuava existindo. E no reinado de D. José I, que teve como ministro o Marquês de Pombal, foi criada a IMPRESSÃO RÉGIA, "e com ela uma aula de gravura", que prosperou, dando excelentes frutos. (46)

Uma idéia do valor e da quantidade das gravuras portuguesas do século XVIII pode ser obtida com a consulta às obras de Diogo Barbosa Machado, o famoso abade de Santo Adrião de Sever, no Bispado do Porto. Foi ele o maior bibliófilo de sua terra, colecionando também objetos preciosos da mais variada espécie: mapas, estátuas, retratos, brasões etc.. Em 1741, Barbosa Machado deu à luz a sua "Biblioteca Lusitana", ilustrada, relacionando milhares de obras e autores portugueses de todos os tempos. A respeito de música, pôde ele arrolar 127 monografias. No que tange à pintura, ficou evidente em toda a sua crua verdade a pobreza bibliográfica de então: apenas 5 autores foram ali inventariados (Tomo IV, pág. 598). São os seguintes:

"Diogo Rangel de Macedo, "Dissertação em que se defende a nobreza da Pintura". — Frei Filipe das Chagas, "Arte da Pintura". — João Rodrigues de Leão, "Parecer em defesa da Pintura". — Joseph Gomes da Cruz, "Carta

Apologética, Analítica pela Ingenuidade da Pintura" (sic.) — Luís da Costa, "Quatro Livros de Simetria dos Corpos Humanos".

Quanto à arte do retrato, deixou esta reflexos na produção literária de Manoel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), o apaixonado, satírico e desditoso vate. "A uma dama, que lhe pedia quisesse retratá-la", improvisou soneto, perguntando nos primeiros versos:

"Pode o tóso pincel, que mal sustento,
Pintar ousado divinal beleza?"

Para adiante afirmar:

"Tens mais alto pintor, que não despreza
Pintar-te... a mão, que fez o firmamento".

Etc..

Ele próprio "se retratou" em dois sonetos, que são duas jóias de auto-observação. Mas foi também, na realidade, retratado em tela pelo pincel do Sr. Henrique José da Silva, a quem dedicou um soneto convencional de agradecimento. (Este Silva era o mesmo que em tempos de D. João VI viria para o Rio de Janeiro, onde foi professor na Academia de Belas Artes).

Por fim, já enquadrado no panorama do século XIX, surge em Portugal a notável figura de Domingos Antônio de Siqueira (1768-1837), cognominado o GOYA português. "Grande pintor e extraordinário desenhista", estudou Siqueira na Itália, merecendo prêmios e distinções em vários lugares da Europa, como em Paris, onde obteve em 1825 a medalha de ouro do Salão local.

Em 1808, os acontecimentos políticos europeus forçaram a mudança do Príncipe Regente D. João e da corte portuguesa para as plagas do Novo Mundo, daí resultando imprevisíveis consequências, a mais importante das quais foi, em 1822, a separação inevitável entre os dois estados de Portugal e do Brasil. Tais sucessos assinalam, aproximadamente, os limites extremos da influência artística lusitana em território brasileiro. Com eles também se encerra este escorço, destinado a revelar, em traços amplos, as aptidões dos portugueses em matéria de pintura. Ver-se-á, noutro ensejo, a repercussão das suas atividades artísticas nos longínquos rincões, que lhes coube descobrir e civilizar. (47)

MARTINS JÚNIOR — BATALHADOR INCANSÁVEL

Brasil Bandecchi

(Conferência pronunciada no I.H.G.S.P., na sessão solene comemorativa do 1.º centenário de Martins Júnior)

O título d'êste trabalho me foi inspirado por notícia em artigos publicados na imprensa de todo o país, que se referem à morte de José Isidoro Martins Júnior. O *Comércio do Brasil*, no dia 24 de agosto de 1904, assim se manifestava:

“Imponente foi a homenagem que a população desta capital prestou ontem à memória do impoluto republicano, dr. Isidoro Martins Júnior.

Embora tardiamente, os Brasileiros fizeram justiça ao paladino infatigável, ao benemérito patricio, que se destacou sempre pela impavidez e abnegação com que se consagrou às nobres cruzadas da liberdade.

Espírito de escol, o republicano intemerato, que se finou em meio à mais criminoso indiferença, veria sentir na hora extrema o travo amarguroso da ingratitude humana; mas nem por isso o amor acrisolado à Pátria estremeceu se lhe amorteceu.

Herói na vida, êle morreu serenamente como um justo, confortado pela certeza íntima de haver cumprido o seu dever de patriota sem jaça.

Praza a Deus que a terra lhe seja leve, como fecunda foi a sua vida de lutador infatigável.

Glória a seu nome imortal”.

Acentuava o articulista que sua morte se dera em meio à mais criminoso indiferença. No momento, porém, em que a notícia do seu falecimento correu a Cidade do Rio de Janeiro e se espalhou por todo o Brasil, houve como que um despertar de consciências em tôrno do seu grande nome. Foi um toque conclamando a todos a homenagear aquêlê que dedicara sua existência ao serviço da humanidade, como ferrenho abolicionista, à República como valente e culto propagandista, às letras como poeta inovador, e à ciência jurídica como integrante dos mais destacados da Escola do Recife.

Durante dias, os jornais falaram longamente de Martins Júnior. Tendo falecido à 1,30 hora da tarde do dia 22 de agosto de 1904, estava a Câmara dos Deputados em Sessão quando o triste acontecimento fôra, ali divulgado.

Pereira de Lira vai à tribuna e requer um voto de profundo pesar:

“Creio que não preciso relembrar quem foi Martins Júnior, nome conhecido de todo o País, não preciso recordar que, nos últimos anos do regime extinto, o seu nome se acha gloriosamente ligado as duas mais notáveis campanhas que deram em resultado a evolução que terminou com a proclamação da República, como tinha sido um dos mais denodados defensores da liberdade dos escravos”.

Em aparte, Eduardo Ramos afirma:
"Apaixonado de tôdas as idéias generosas".

E Paranhos Montenegro:

"Um dos republicanos mais distintos que tenho conhecido".

Depois de Pereira de Lira, usa da palavra o deputado Moreira Alves. Está visivelmente comovido:

"Sr. Presidente, nada tenho a acrescentar, neste doloroso momento, aos justos conceitos externados pelo meu prezado colega e amigo sr. Perera de Lira, sôbre tão grande cidadão, cujo prematuro passamento nos acaba de ser comunicado.

Parece-me, entretanto, que, diante dos extraordinários serviços prestados por Martins Júnior à Pátria, não só como político, como propagandista emérito, que foi, em prol da República; mas também como homem de letras e de ciência, alguma coisa mais do que foi lhe é devido por parte desta ilustrada corporação, onde, durante duas legislaturas, fulgurou o nome do môço ilustre, que, desaparecendo, deixou mergulhados na mais profunda dor quantos tiveram a ventura de conhecê-lo de apreciar seus altos dotes de espírito".

O deputado faz pausa, e, num esforço, concluiu, com voz embargada:

"Não posso, tal é a emoção que me causou a tristíssima notícia, dizer-vos, senhores, mais do que isto: em nome de minha terra, que êle tanto soube dignificar e honrar, proponho que, além da manifestação requerida pelo Sr. Pereira de Lira, se suspendam os trabalhos da presente sessão, como uma especial demonstração de grande sentimento que nos punge pela sensível perda, que vem tão profundamente ferir não o Estado de Pernambuco, que lhe foi berço, mas ao Brasil inteiro; e, mais, que V. Exa. se digne nomear uma comissão composta de cinco membros, para acompanhar à última morada o corpo do meu pobre e chorado amigo, nosso digno ex-colega".

Ambas as propostas foram aprovadas.

O modesto e simples Martins Júnior recebeu, ao morrer, uma das maiores consagrações de que se tem notícia em nossa terra. As manifestações de pesar foram amplas e profundas. Seu corpo, embalsamado, transportaram-no para o Recife, onde as homenagens se multiplicaram.

Artur Azevedo, o notável Artur Azevedo, que foi um dos bons e leais amigos de Martins Júnior, que lhe conhecera os momentos de angústia por que passara, e sentia o abandono em que o haviam deixado, escreveu uma quadra irônica, dura, dirigida os responsáveis por tamanha ingratidão:

- "Embalsamaram-no, coitado!...
Diz muita gente, compungida,
que o tinham já embalsamado
em vida..."

Mas Artur Azevedo não fica nos versos e, no dia 30 de agosto, no dia seguinte, portanto, ao embarque do corpo de Martins Júnior para o Recife, publicou um artigo, uma das coisas mais sérias que se disse a respeito; e de qual destaque:

"Lá vai, caminho de Pernambuco, a bordo do *Maranhão* o corpo embalsamado de José Isidoro Martins Júnior.

Se lá no mundo dos espíritos o ardente republicano do norte puder assistir a esta espécie de apoteose feita aos seus despojos, ela deverá causar-lhe riso. ... Hei de perguntar ao meu amigo Leopoldo Cirne, amicíssimo de Martins Júnior, espírita convicto e militante, se já recebeu alguma comunicação a êsse respeito. Eu, por mim, ignoro se os espíritos riem; conto verificá-lo depois de morto, e, se o fenómeno realmente existe, prometo ser o mais hilariante dos defuntos.

Pernambuco que rejeitou aquêlê filho que o honrava tanto; Pernambuco, que lhe amargurou os últimos dias, inflingindo-lhe a mais injusta, a mais clamorosa das derrotas políticas, deve estar a estas horas dolorosamente arrependido de tanta ingratitude. Tôdas estas demonstrações de luto e de piedade não bastam para destruir o sentimento de remorso que lhe deve er ficado... As honras conferidas ao morto, que nada sente, não apagam a lembrança das maldades feitas ao vivo, que sofria”.

E num outro trecho do artigo:

“Mas, para que culpar a maldade dos *amigos* políticos, se afastaram de si um môço que não se amoldava às conveniências partidárias, nem era suficientemente passivo para se deixar dirigir por inteligências inferiores à sua? A política foi e será sempre isso mesmo em tôda a parte. Martins Júnior não figura sòzinho no respectivo martiriológico; seria muito longa a lista dos seus companheiros de infortúnio”.

O que foram as homenagens prestadas ao illustre pernambucano pode ser visto no livro publicado por seu irmão Henrique Martins, edição que veio à luz, em Recife, em 1905.

Sem o querer, iniciêi êste estudo pelo fim, como Machado de Assis, começou as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* pelo entêrro do seu herói.

Julgo, porém, que acertei. Falei-vos da apoteose de um homem que soufreu, no fim da vida, dura indiferença. Falei-vos de um homem que recebeu, ao morrer as maiores homenagens.

Vejam só, agora, quem foi êste homem e que fêz êle.

Há exatamente um século, no dia de hoje, em 24 de novembro de 1860, nasceu em Pernambuco, José Isidoro Martins Júnior, filho de José Isidoro Martins e de dona Francisco Martins. No seio da própria família, encontraria seu primeiro mestre, seu avô, o professor Vitorino Martins. Estudou humanidades no colégio do dr. Jesuino Lopes de Miranda. E, quando estudante de preparatórios, fundou o pequeno jornal *O Progresso*, isto em 1875, dando seu primeiro passo numa das arenas, onde seria figura das mais destacadas do seu tempo: o jornalismo. Em 1879, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e, ali, passa a integrar o grupo dos alunos mais distintos.

Rangel Moreira testemunha:

“Era já um espírito de cultura apreciável, afeiçoado à investigação e à crítica, dirigido com firmeza por um caráter de dotes peregrinos. Daí a posição de realce que logo conseguiu no seio de seus colegas. As primeiras vitórias não perturbaram, entretanto, a serenidade e a modéstia de sua alma de eleito: serviram, apenas, para estimular as nobres virtudes do seu coração e as energias poderosas do seu talento. De 79 a 83 foi extraordinária a atividade intelectual de Martins Júnior. A literatura e a filosofia tiveram nêle um estudante apaixonado e um divulgador de mérito; preocuparam-no, du-

rante aquêlo quinquênio, importantes questões sociais e políticas, que analisou e discutiu com segurança, entusiasmo e brilho.

Abolicionista, republicano e livre-pensador, bateu-se ardorosamente pelos seus ideais, revelando-se em tôdas as situações um lutador fidalgo e destro." (1)

Quando estudante de direito, publicou dois livros de versos: *Estilhaços* e *Visões de Hoje*, e, ainda, o "escôrço de um livro futuro" sob o título de *Poesia Científica*.

As poesias de *Estilhaços* foram escritas no período que vai de 1877 a 1882, e, como o nome indica, são agressivas. Nota-se, em boa parte de sua obra poética, a influência de Guerra Junqueiro:

"O sol rompeu agora as névoas do oriente.
Formoso, sensual, ciclópico, esplendente,
num ráio seu dourou as cúpulas do espaço
que alveja como o linho e fulge como o aço!"

Foi um ardoroso positivista e, no soneto que citarei a seguir, aparece o discípulo de Augusto Comte, revolucionariamente:

"Podeis abrir no espaço as bôcas estridentes
ó torvas criações da vesga Teologia!
Mas antes aprendei: A Evolução sombria
matou no santo hastil a escura flor dos crentes!

Não vingam doravante as pútridas sementes
os gérmenes que alentais no pó da sacristia.
O tempo — a grande mó — na eterna romaria
ensandeceu a terra aos gritos dos videntes...

Debalde, pois marchais por entre o nebuloso,
buscando o vosso Olimpo anêmico, ocioso,
oculto pelo azul do plácido horizonte.

Debalde! Pois que mesmo o vão Metafismo
envervou a libré sem côr do anaironismo,
quando, bela, surgiu a Lei de Augusto Comte!" (1)

Sobre a memória de Tiradentes caiu quase um século de silêncio. Pouco se falava no mártir mineiro, pois que os escritores palacianos, na sua maioria, não queriam lembrar o ato de Maria I, bisavó de D. Pedro II. Além do que, o alferes mineiro era republicano.

Dentre os bem poucos que cantaram o herói da Revolução Mineira, está o autor de *Estilhaços*:

"Somos teus filhos, Tiradentes! Vimos
trazer-te um goivo e um pouco de cipreste,
para que a voz do nosso amor te ateste
que andamos inda a levantar, nos cimos

(1) "Martins Júnior" — S. Paulo, 1910. Páginas 38/39.

(1) Páginas 58/59.

da pobre pátria, — aquêlo templo augusto
que tu sonhavas construir de auroras!...
'stamos ainda trabalhando. O adusto
sol do Equador bronzea-nos; as horas

vão gotejando, uma por uma, do astro;
e nós, enquanto nossos pais — os velhos,
ouvem do trono os pérfidos conselhos,
vamos beijando o teu ciclópico rastro!"

Os ideais republicanos e abolicionistas aproximam Martins Júnior de Clóvis Bevilacqua, tornando-os grandes amigos, e com êle publica as *Vigílias Literária*. E, com João de Freitas e Clóvis, traduz o livro de Jules Soury, *Jesus e os Evangelhos*, isto, porém, quando já bacharéis, em 1886.

Cursando a faculdade, no período 1879-1883, o faz naquele momento histórico que, nesta casa, já tive a portunidade de examinar quando realizei conferência subordinada ao tema *Tobias Barreto — aspectos de uma grande vida* e que se encontra publicada na primeira série do livro "Juristas Brasileiros", edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1960).

Momento de renovação, em que novas idéias alargam os horizontes do pensamento humano. Do grande Tobias Barreto parte a clarinada revolucionária.

Martins Junior, em 1883, esclarecia sua posição:

"Sou ainda hoje o mesmo sectário convencido e entusiasta do grande sistema filosófico arquitetado na França por Comte. Até hoje, entretanto, não pude ainda substituir Littré por Laffitte, e Wiroubouff pelo Dr. Ribenet. Quer isto dizer que, em face do vertiginoso movimento científico da atualidade, faço-me com Roberty em *positivista independente*, e, escudado no fecundo princípio da relatividade dos conhecimentos humanos, procuro agrupar ao redor da Lei dos Três Estados e da Classificação hierárquica das ciências tôdas as conquistas definitivas do evolucionismo spenceriano, do transformismo darwinico, do monismo haeklista e do realismo científico materialista". E ainda: "Entendo que, modernamente, ela, a Poesia, deve ser científica debaixo dêste ponto de vista, dêste modo:: — Sentindo o influxo da concepção filosófica do universo quem domina em seu tempo; enunciando as verdades gerais que decorrem para a vida social dessa concepção; mas vestindo sempre os seus ideais com as roupagens iriadas das faculdades imaginativas, e nunca deixando de obedecer à emoção poética que dá nascimento à obra de arte.

A arte de hoje, se quiser ser digna do seu tempo, digna do século que deu ao mundo a última das seis ciências fundamentais da classificação positivista, deve ir procurar as suas fontes de inspiração na ciência, isto é, na generalização filosófica estabelecida por Augusto Comte sobre aquêles seis troncos principais de todo o conhecimento humano."

É necessário que se observe que, nesta época, Martins Júnior contava apenas 26 anos de idade.

Como atrás ficou dito, seus primeiros livros são de poesia. Mõço ardoroso, cheio de sonhos grandiloquentes, deveria traduzir, como traduziu, nos seus versos, as mais belas aspirações do seu tempo: A República e a Abolição. Suas produções assumem, não raro, a eloquência própria dos assuntos versados.

Em *Visões de Hoje* é a chamada poesia científica que o preocupa.

Guerra Junqueiro, depois de se referir à poesia científica, no prefácio à segunda edição da *Morte de D. João*, esclarece que nem tôdas as verdades científicas são poéticas, “mas sim unicamente aqueles donde se podem deduzir, por meio das faculdades imaginativas, as concepções mais belas e grandiosas.” E, no seu modo de ver, “sendo a verdade a base da poesia, segue-se que esta será tanto mais elevada quanto maior fôr o adiantamento das ciências.”

E exemplifica:

“Pode é certo, no século XIII, aparecer um poeta cujo talento seja maior que o de todos os poetas do século XIX. Mas, no entanto, o nosso século fornece às imaginações assuntos artísticos muitíssimos superiores aos de qualquer século precedente. Que haja quem os execute é ponto secundário. A questão é que eles existem.”

Comparando o seu tempo com os anteriores, mostra que as maravilhas da ciência têm alta poesia. Afirma, então, que o poeta tem obrigação de ser um homem do seu tempo. Sua época era de “análise, de crítica, de observação, e a poesia, como tôdas as artes — afirmava — há de obedecer a essa tendência irresistível”. E o poeta da *Morte de D. João* cantava:

“Há muito que fazer, muito que destruir
Trabalhai, trabalhai, nas forjas do porvir,
mineiros do futuro, artistas da verdade!
Há seis mil anos já que o sol da liberdade
vai descrevendo a curva, a eclíptica gigante,
cujas constelações são Prometeu e Dante
e Cristo, Galileu, Washington, Pascal
e Newton, e Voltaire — zodiaco imortal
da consciência humana. Hoje são necessários
ainda outros heróis e ainda outros calvários
para que o grande sol do amor e do direito
como um raio descreva um círculo perfeito
à volt do universo. Apóstolos, mrchai!”

Visões de Hoje é um livro francamente de combate. Diz o poeta que os versos que o compõem são um ensaio de poesia científica.

Embora, em muitos de seus poemas, Martins Júnior tenha o sôpro de alta inspiração, não seria na poesia que iria mostrar tôda a força do seu talento e todo o brilho da sua inteligência. Na poesia científica, teve destaque, mas esta escola não chegou a ter posição marcante em nossa literatura. No entanto, quando se falar nela, o nome de Martins Júnior deve ser mencionado, como fidelidade e verdade histórica.

Em 1893, edita *Tela Policroma*, onde já não se preocupa com a poesia científica e sua lira passa a vibrar a nota mais de acôrdo com o temperamento brasileiro, que é o sentimentalismo, onde a poesia fala mais ao coração, tange mais de perto as cordas da alma. Isto aconteceu também — diga-se de passagem — com Guerra Junqueiro, quando escreveu os poemas suavíssimos, ternos, mas profundamente filosófico dos “*Simples*”.

O que assegura a Martins Júnior um lugar assinalado na história pátria, marcando sua frente com os louros da imortalidade, é o papel que desempenhou

no plano político, como abolicionista e republicano, e sua produção as letras jurídicas.

Republicano e abolicionista, era orador eloqüente e seguro. Corajoso e honesto, sua palavra convecia e prendia os auditórios, fascinando-os.

Como Clóvis Bevilacqua, não era um apaixonado das ciências jurídicas, durante o curso acadêmico. Faltava, como tive a oportunidade de dizer em trabalho que citei, o entusiasmo que agita os espíritos e os lança na senda das fecundas realizações.

O autor do Código Civil Brasileiro informa:

“Embora o curso acadêmico de José Isidoro Martins Júnior fôsse dos mais brilhantes, é certo que a ciência do direito não tinha para êle, a princípio, as resplendentes belezas e a gloriosa amplitude, que, mais tarde, lhe revelaram as lições de Tobias Barreto e a meditação dos livros, fortes pela concentração das idéias, e profundos pela vasta erudição, dos grandes mestres alemães e italianos.” (1)

Vejamos, agora, a obra do jurista e do historiador do direito, para, em seguida, falar do político.

Quando, em 1887, apresentou à Faculdade de Direito do Recife sua dissertação sobre o crime de injúria aos mortos, já naquela escola se lia e se discutia o que de mais moderno havia em matéria de filosofia, direito, sociologia, ciência e literatura. Tobias e Sílvio Romero levantaram a bandeira das idéias novas.

Comte, Littré, Kant, Darwin, Jhering, Savigny, Haeckel e tantos modernos haviam ocupado o lugar dos velhos ensinamentos superados.

Coimbra ficara para trás. É o ilustre e consagrado escritor português, Teófilo Braga, na “História da Universidade de Coimbra”, ao referir-se aos membros da comissão nomeada para rever o projeto do Código Civil Português, sentenciava:

“Falta-lhes, a todos êsses lentes, o conhecimento histórico das instituições sociais e a capacidade filosófica para tirar dos códigos civis europeus a legislação compatível com os progressos modernos; eram praxistas e argumentadores.”

O ensaio o “Crime de injúria aos mortos” foi publicado no Recife, em 1891, num livro intitulado “Fragmentos jurídicos-filosóficos” que enfeixava, além do citado ensaio, ainda “O conceito da aequitas”, “Função histórica da Economia Política”, “Intuições romana e germânica do processo” e “Sociologia e Sociólogos”.

Em post-escrito, declara:

“As páginas que o leitor acabou de percorrer contêm, como indica o respectivo título geral, uma série de trabalhos diversos, escritos em épocas diferentes, e por isso mesmo sem outra ligação entre si, a não ser o comum espírito filosófico que os anima e a tendência, nêles revelada, de insuflar no organismo do nosso direito um pouco de salutar oxigênio que forma a atmosfera da atual concepção positiva do mundo.

Fôssem êsses trabalhos realizados em circunstâncias diferentes, fora das condições excepcionais e difíceis em que tiveram de ser executados, sem a pressão do assunto impôsto e do tempo limitado pelas exigências regulamentares dos concursos oficiais, eu os teria apresentado, senão melhores, ao menos mais detalhados, mais desenvolvidos e mais cuidados no fundo e na forma.

(1) “História da Faculdade de Direito do Recife” — II vol. página 139.

Fôsse, por outro lado, o presente livro um complexo de estudos, feitos madura e longamente na calma do gabinete, com a livre escolha dos assuntos esplanados, em muito maior número, e muitos outros seriam os trabalhos apresentados hoje ao leitor”.

O trabalho sôbre a injúria aos mortos é de 1887, embora publicado em 1891, era matéria nova entre os juristas brasileiros. Martins Júnior não só desenvolve o tema inteligentemente como, também, defende tese contrária à opinião de quantos escritores se haviam ocupado do assunto. Carrara e Pessina são baluartes da corrente contra a qual Martins Júnior iria lançar a força dos seus argumentos.

Fixemos bem. Neste ano de 1887, Martins Júnior contava 27 anos de idade. Parece-me importante esta lembrança, porque desde essa época já mostrava sólida e robusta cultura, a qual irá aparecer em tôda sua plenitude na “História Geral do Direito” e na “História do Direito Nacional”. Nesse ano de 1887, vigorava o Código Penal Brasileiro de 1831 e nada havia sôbre a injúria aos mortos, o que só passou a ser matéria criminal em 1890, como o nôvo código, onde o artigo 324, estatuaia:

“Se a injúria, ou calúnia foram cometidas contra a memória de um morto, o direito de queixa poderá ser exercido pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmãos.”

No Brasil, a questão era novidade. Mas o escritor diz logo que essa novidade é relativa, embora nunca tenha sido formulada ou discutida por juristas brasileiros.

E comenta:

“Mas a verdade, aliás pungidora do nosso amor próprio nacional, é que ela encerra uma questão conhecida desde os belos tempos da jurisprudência romana e, neste século, ruidosamente debatida em França, por ocasião do processo Rousseau-Dupanloup.”

E lembra que da injúria aos mortos já se ocupa o “Digesto, no título de *injuriis*; os Códigos Penais da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, da Espanha, de Portugal, de Bade, de Zurich e de São Martinho e especialmente os escritores franceses e italianos.”

“Tôdas essas legislações e autores afirmam o princípio de que é crime punível a ofensa à memória dos mortos.” (1)

Falando de Pessina e Carrara, diz que êsses juristas trataram “extensa e proficientemente da injúria aos mortos”, e que êles resumem, com brilhantismo, tudo o que os demais escritores possam ter dito relativamente à materia. Cita trechos que evidenciam o pensamento de Carrara no “Programa del corso di Diritto Criminale” (parte especial. Vol. 3.º. Página 210) e Pessina em “Elementi del Diritto Penale” (vol. 2.º. Página 137).

Feito isto, faz êste comentário que mostra bem o seu modo de enfrentar o problema:

“Vê-se que êstes dois illustres tratadistas fazem consistir o crime de injúria a um morto numa lesão ao direito de um vivo. Segundo êles, tôda vez que há difamação de pessoa falecida, os herdeiros legítimos dessa pessoa são de algum

(1) “Fragmentos jurídico-filosóficos. Página 84.

modo feridos na sua reputação ou no seu afeto, e daí lhes vem o direito de chamar o juízo o difamador.

Evidentemente, esta compreensão do crime de que me ocupo é vacilante e filha de um prejuízo. Compreende-se logo que Pessina e Carrara, reconhecendo não poder existir crime sem lesão de um direito preexistente, e não querendo buscar êsse direito na memória do morto, procuram elidir a dificuldade pedindo a um direito do sobrevivente o *fundamentum criminis* que o processo não lhes podia dar.

Eu, porém, é que não me conformo com êsse modo de ver, e repito que êle é filho de um prejuízo. Com a solução que apresentam os dois professores italianos, a questão não fica resolvida, ou fica resolvida em sentido contrário.

Evidentemente, se o fundamento do crime fica sendo o descrédito ou a dor moral produzida no sobrevivente pela difamação do seu parente morto, — então a causa criadora e justificadora da ação criminal contra o difamador já não é a injúria produzida contra o morto, mas sim a que se produziu contra o vivo. Dá-se aí um caso de injúria indireta, que, seja como fôr, é sempre um crimê contra pessoa viva.

A êsse resultado negativo, senão absurdo, foram levados os dois referidos escritores, por não terem querido afrontar corajosamente um velho lugar comum, dêsse que andam a entrar a marcha das idéias e o progresso da disciplina jurídica. Diante da fórmula — só o vivo é capaz de direitos — estacaram êles como o seu patricio Dante em frente daquela *lonza leggera*

Che di pel maculato era coperta.

Mas é preciso que eu diga das opiniões assentadas pelos dois juristas o mesmo que o grande poeta citado disse da inscrição exibida à porta do Inferno:

Il senso lor m'e duro

E numa arrancada própria do seu temperamento:

“E se os ilustres criminalistas de que venho falando não quiserem quebrar aquêlo velho clichê que lhes embargou o caminho e que impediu a solução do problema, — quebro-o eu, que sei ter aquêlo *descarado heroismo de afirmar*, de que fala um escritor moderno, e que é, quanto a mim, a condição de todo progresso intelectual.

Afirmo, pois, que, nas injúrias contra os mortos, concorrem todos os elementos jurídico-legais, constituintes dos crimes de injúria aos vivos.” (1)

Era assim que aquêlo môço de 27 anos de idade dissertava sôbre a palpitante questão.

A dissertação sôbre o conceito de aequitas, revela o grande romanista, conhecimentos que irá ampliando e que culminará nas duas histórias do direito que nos legou.

“O estudo sôbre o conceito da aequitas — escrevê Rangel Moreira — é um ensaio digno de figurar entre as melhores páginas de qualquer dos grandes romanistas.”

A aequitas dos romanos sempre foi considerado um enigma para os estudiosos. Clóvis diz que Martins Júnior, nesses estudos, chegou a resultado ple-

(1) “Martins Júnior” — página 136.

namente satisfatório. “A aequitas foi um elemento propulsivo da evolução do direito, foi a expressão das modificações por que passaram os estados sociais, quando reclamavam alterações correspondentes na ordem jurídica. Por isso variou o seu conceito, adquirindo maior largueza e exercendo influxo mais direto sôbre as soluções de direito estrito. *Nasce com o jus gentium, para protestar contra o jus civile, e crescer com o jus naturale para espiritualizar o jus gentium*, diz êle em síntese, ponderando, entretanto, que, nessa época se tornou um apêndice inútil, do grande organismo do direito.” (2)

Mas Clóvis, adverte que “esta última observação sôbre o atrofiamento da equidade, há de ser compreendida restritivamente. Quer dizer que a sua intervenção ostensiva no funcionamento do direito positivo se foi, pouco a pouco, limitando até desaparecer; mas não pretende afirmar que estejam inteiramente banidos da consciência jurídica, em nossos dias, a noção de sentimento de equidade.” (1))

Neste exame, embora rápido da obra jurídica de Martiins Júnior fôrça é que deixassem para o fim os seus livros: “História do Direito Nacional” e “História Geral do Direito”, não só por serem os últimos que publicou, 1895 e 1898 respectivamente mas por serem obras que coroa o seu labor neste difícil campo do conhecimento humano, neste soberbo roma da história universal.

A história do direito é um dos pontos mais altos da história da humanidade. Um dos pontos culminantes. Tôda a luta do homem tem sido a luta pela conquista do seu direito, pois que sem êle não há liberdade, a liberdade é uma exilada, e sem a liberdade a vida não é digna de ser vivida. Rudolf Von Jhering “Luta pelo Direito” traça das mais belas páginas que o gênero humano produziu, mostrando a grandeza que assume o combate à injustiça.

Nestas duas obras citadas, Martins Júnior nos mostra, com segurança de quem conhece o caminho a percorrer’ a beleza da evolução do direito através dos séculos.

No início da introdução à “História do Direito Nacional” cita duas definições de direito uma de Teófilo Braga e outra de Ihering. A de Ihering vem com o acréscimo que lhe introduziu Tobias Barreto, isto é, com a expressão *evolucionais*, com a qual o sergipiano quis dar idéia dinâmica. Eil-la:

“Direito é o conjunto das condições existenciais e evolucionais da sociedade, coativamente asseguradas pelo poder público.”

A definição de Teófilo Braga é esta:

“fator dinâmico-social em virtude do qual se realiza o acôrdo das vontades produzindo a equação dos interesses.”

Estas definições situam, claramente, o pensamento jurídico-filosófico de Martins Júnior ~~alás~~ já manifestado em trabalhos anteriores. A Introdução tôda, por si só, vale por um ensáio independente.

“À semelhança dèsses recifes de coral — expõe — em cuja base os polipeiros de zoófitos agitam-se e produzem enquanto a indústria lhes aproveita e modifica as arestas e os cimos para servirem em docas e quabra-mar, às necessidades da civilização, o direito apresenta-nos essa dualidade no organismo e mecanismo, de natureza e arte, de autonomismo vivente e cego por um lado e de regra consciante por outro.

(2) “História da Faculdade de Direito do Recife” — página 142.

Durante muito tempo um só dêsses aspectos feriu a retina dos juristas: o aspecto artificial, arbitrário exterior. A chamada *escola dogmática* ou *filosófica* não viu por outro prisma as instituições jurídicas.

A *escola histórica* de fato, entreviu e formulou algumas leis que dominam a nova concepção do *cosmos jurídico*. Nem foi prematura a obra realizada pelos romanistas tudescos porque já em fins do século XVIII Jeremias Bentham presentira a direção que viriam a tomar os respectivos estudos, ao afirmar que encontrara os seu modelos de métodos mais nas obras de física, de história natural e de medicina, do que nos livros de Direito.

Os métodos das ciências positivas vieram realmente, por fim, renivar e fecundar as especulações de ordem jurídica. Hoje, ao influx poderoso dêsses métodos, o direito está sendo devidamente estudado e compreendido. Sob as largas tendas das escolas *naturalística* ou *positiva* abrigam-se volentes sucessores de Grotius e Puffendorfio, dos Hugos, Savigny e Putsch.

Orientados os novos juristas, uns pelas idéias fundamentais do positivismo francês, outros pelas doutrinas do evolucionismo, spenceriano ou pela teoria darwinica, o Direito deixou de ser para êles alguma coisa anterior e superior ao homem um quer que fôsse de inato e de divino e veio a tornar-se pura e simplesmente um fato natural, um fenômeno humano, obediente a leis gerais que governam o organismo social."

"Esta concepção da sociedade organismo é capital na matéria que tratamos, porque, como diz bem um ilustre sociólogo francês *é uma grande ilusão imaginar que se pode ter idéias justas sobre a moral, a política, a propriedade, o direito ou a justiça sem ter precisão de aprofundar a noção mesma de sociedade.*

E mostra que os autores mais competentes compararam os organismos naturais com o social.

O autor do "Espírito do Direito Romano", sempre magistral, afirma, ensina, que já "não se contesta mais hoje que o Direito não é, como se julgava antigamente, uma agregação exterior de disposições arbitrárias, que deve sua origem ao pensamento do legislador; êle é, como a linguagem de um povo, o produto íntimo e regrado da história... O Direito como criação real, objetiva, tal qual se manifesta na forma e no movimento da vida e do comércio exterior, pode ser encarado como um organismo...".

Adotando êstes princípios por êles norteará sua "História do Direito Nacional", entretanto, declara, que antes dêle já Tobias Barreto havia realizado "galharda e vitoriosamente a viagem da ciência nova." (1)

Em Ernesto Haekel, vai buscar a expressão com que designa a história evolutiva de todos os seres, nas suas linhas gerais, a filogenia jurídica. (2) "Devemos entender por isto, como se evidencia do que acabamos de dizer, a *história evolutiva do Direito, mas do Direito geral, no seu conjunto, na sua integridade, na sua desenvolvimento completa através de povos e tempos.* Se tivéssemos de analisar neste ou naquêle departamento jurídico apenas um ou alguns dos institutos respectivos, fariamos, então, um trabalho não de *filogenia* porém, sim, de *ontogenia jurídica*".

Apresentamos, então, um panorama bastante claro, luminoso mesmo, da evolução do direito e mostra-se senhor da melhor literatura, analisando e citando

(1) "História do Direito Nacional" — Páginas 10/11.

(2) "História do Direito Brasileiro" — Vol. IV. Página, XII.

Haekel, Tobias, Comte, Spencer Biagio Brugi, Hugo, Savigny. Iehing, Giusepe D'Aguano, Gabriel Tarde, Coligliolo e outros.

Partindo de que, para a formação do direito moderno foi necessária a fusão não de dois, mas três organismos criadores: o direito romano, o direito germânico e o direito canônico, estuda os três nos seus diversos aspectos, historia-os, até chegar no direito português, nas Ordenações e com elas penetra solo brasileiro.

Waldemar Ferreira escreve que "No estudo da história do direito brasileiro, em sua fase primeira, predomina a legislação especial exigida pelos labores da ocupação da terra e da subjugação de sua gente. Foi essa a da organização política e administrativa da colônia, ao compasso de sua necessidade e a bem dos interesses metropolitanos." (2).

Este direito seria transplantado para o Brasil sem dificuldade, pois que os índios, em estado plenamente selvático, não podiam oferecer resistência de espécie alguma às instituições que para cá vinham ou às ordens, decretos, etc. que especialmente para o Brasil eram promulgados.

E o historiador-jurista Martins Júnior descreve tôda a história do direito brasileiro do período colonial, e do reino, até a nossa independência política.

Este livro, diz Clóvis, "é uma forte e luminosa síntese da evolução do direito pátrio, desde o momento decisivo, na vida da humanidade, em que a civilização antiga, de que os romanos eram, então os representantes se deixou fecundar pela corrente de idéias e de sentimentos, que os bárbaros traziam das suas florestas e das suas montanhas, até a época, memorável para nós, em que rompemos os últimos elos políticos-administrativos, que nos prendiam à metrópole portuguesa, e reclamamos o nosso posto entre as nações soberanas." (1)

"Se é possível notar que a documentação de algumas passagens não é tão abundante quanto fôra de desejar, o que ao livro falta a parte, incontestavelmente muito interessante, da história jurídica, posterior à proclamação da independência, fôrça é reconhecer que alguns capítulos foram construídos, com aquêlê critério, que somente o estudo demorado pode dar, e que, por outro, se deprendem lampejos rútilos, denunciadores da superioridade intelectual de quem os urdiu."

A "História Geral do Direito" é — ainda para Clovis — a obra culminante de Martins Júnior."

"A impressão que nos deixa a leitura d'êste substancioso livro é a do viajante, que, depois de percorrer diversos países, onde apreciou os costumes diversos dos povos, e os diversos aspectos da natureza, chegasse ao viso de uma cordilheira, de onde avistasse, a um tempo, o caminho percorrido e a pátria idealizada de suas aspirações. Vê-se o direito surgir, avançar, lutar, succumbir, reerguer-se, e por fim desprender o vôo poderoso pelo futuro a dentro".

Quando se termina a leitura d'êsses dois livros de história do direito, principalmente do segundo, vê-se quão justos são as idéias esposadas na introdução do primeiro, e que abriram no século passado a estrada larga da nova compreensão do direito. Fruto da civilização e da cultura. Como um bloco de mármore, se colocado nas mãos de um Miguel Ângelo, temos a imponência de um Moisés, se colocado nas mãos de um selvagem, tê-lo-emos quebrado em pedras para agredir, ferir, usurpar, denegrir, humilhar.

Tendo nascido em 1860, sua mocidade vibrou na campanha humaníssima da

libertação dos escravos e na campanha republicana. Foi, no norte, o propagandista da República, que Silva Jardim foi no sul. Companheiro de Clóvis, dêste deve ter recebido as primeiras notícias do orador fluminense, que, no Rio, durante os estudos preparatórios foram amigos inseparáveis. Silva Jardim, também, neste ano, comemora o centenário do seu nascimento e para êle levanto respeitosamente o pensameto, homenageando a intrepidez, a sinceridade e a dignidade do republicano formidável, que o Vesúvio devorou e a história consagra.

Entre a oratória de Silva Jardim e Martins Júnior, havia diferença na forma. Enquanto o primeiro era agitado, flamejante, nervoso, explosivo, o segundo era mais ponderado, mais argumentador. procurava explicar mais do que exaltar.

Quando o Conde D'Eu, em 1889, nos derradeiros meses do Império, foi para o norte a fim de ver se salvava o prestígio da coroa que ia, dia a dia, enfraquecendo, Silva Jardim embarcou no mesmo navio e ia pronunciando discursos de propaganda republicana por onde passava o espôso de Isabel. Em Pernambuco, porém, os monarquistas organizaram-se contra Silva Jardim e quem o salvou foi Martins Júnior, defendendo-o pelas colunas do jornal *O Norte*.

Proclamada a República, sofreu, como Silva Jardim, duras decepções.

Logo após o 15 de Novembro — escreve Rangel Moreira — reconheceu que a simples adoção da nova forma de govêrno não trazia ao País todos os benefícios de que êste necessitava. Era preciso continuar a peleja em prol da realização completa dos seus sonhos, guiando e polindo o espírito dos seus concidadãos, ensinando-lhes que a República deve ser o regimen da vida às claras, da respeitabilidade dos dirigentes perante os dirigidos, dos sacrificios individuais à grandeza da coletividade.

Voltou-se com bravura a êste trabalho de evangelização, esquecido dos seus próprios interesses, que aos seus olhos sempre valeram menos do que os da sua pátria. Não foi compreendido. Além de se lhe negar aptidão para a carreira política, de se o ter como um visionário, como um utopista incapaz de conduzir com fortaleza e tacto os negócios do seu partido, atiraram-lhe calúnias, pôs-se em dúvida a pureza dos seus intuitos, viu-se afastado da orientação administrativa da terra que tanto amava.

Durante o govêrno Barbosa Lima, sofreu imensamente, foi desrespeitado, estêva sob vexame de tôda natureza. Também o poder federal não quis ouvir seus protestos, deixando-o abandonado à ira dos seus perseguidores.

Em 93, começaram os padecimentos mortais de Martins Júnior..Alma que se não fôsse tão forte ter-se-ia tornado cética ou tomaria rumo novo, de perspectivas menos agrestes.

Com a vitória da sua doutrina, tocavam-lhe apenas enrgmes dissabores".

A Academia Brasileira de Letras o teve entre seus imortais, ou melhor, foi um dos imortais da Academia Brasileira de Letras.

Martins Júnior, amando a justiça, sofreu injustiças, sendo sincero, teve que conhecer a insinceridade, sendo leal, a deslealdade, republicano, não foi compreendido pelos que assumiram o poder com a mudança do regime.

Mas, no início desta conferência, foi acentuado: Êle não é o exemplo único na história. Aliás, os exemplos são incontáveis.

São os mártires e os heróis do progresso da humanidade e das nações. São aquêles que, cem anos após o seu nascimento, ainda podemos lembrar com orgulho, mostrar como exemplo, glorificar com justiça.

DR. JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ

Palestra do Prof. Aroldo de Azevedo

Por volta do ano de 1888, num momento de bom humor, ARNOLFO AZEVEDO, então acadêmico de Direito, resolveu escrever seu “testamento” em versos. E, no meio de outros muitos “legados”, recolhidos nos arcanos de seu coração, incluía o seguinte:

*“Deixo ao Zêzinho a Priminha,
Deixo a Priminha ao Zêzinho,
Porque (por Deus assim creio)
Farão feliz casozinho...”*

Identifiquemos os personagens mencionados na singeleza dessa quadrinha, em que aparecem envolvidos pela amizade e pela ternura de quem a escreveu.

Ela, a “priminha” querida — Dona *Maria Vicentina Moreira de Azevedo*, a bondosa *Dona Mariquita*, neta da Viscondessa de Castro Lima, irmã do Conde José Vicente de Azevedo e do Barão da Bocaina, sobrinha do Barão de Castro Lima, do Conde de Moreira Lima e da Baronesa de Santa Eulália.

Ele, o querido amigo *Zêzinho* — o Dr. *José Pereira de Queiroz*, eminente homem público e notável advogado, cujo centenário de nascimento ontem se comemorou e cuja memória hoje aqui reverenciamos.

Com efeito, foi a 25 de outubro de 1863 que, num prédio da atual Rua Dr. Campos Salles, na gloriosa cidade de Campinas, nasceu o Dr. José Pereira de Queiroz.

Trazia nas veias o sangue de três Pereira de Queiroz, o mais antigo dos quais — *Luis José Pereira de Queiroz*, seu bisavô paterno, viera de Portugal e radicara-se em terras de Jundiá na segunda metade do século XVIII. Todavia, por linha feminina, sua ancestralidade paulista remontava aos primórdios do século XVII, aos *Morais d’Antas*, cuja descendência acabou por entrelaçar-se aos Silva Prado, aos *Morais Jordão* e aos Campos Sales.

A figura, que hoje relembramos nesta Casa, depositária das mais puras tradições paulistas, descendia desses troncos veneráveis, orgulho de nossa gente. Trineto do Capitão-mor Martinho da Silva Prado, neto do Capitão José Pereira de Queiroz e de Dona Escolástica de *Morais Jordão*, era filho do Tenente-Coronel Manoel Elpídio Pereira de Queiroz e de Dona Miquelina de Campos Sales.

Viera ao mundo em terras campineiras, no instante exato em que os cafezais recobriam, com seu manto verde-escuro, as colinas e as serranias. Para esposa escolheu uma jovem que procedia também de terras ricas em café, embora já decadentes no ano de 1888, quando para sempre ligaram seus destinos. Dona Maria Vicentina nascera na cidade de Lorena, engastada nessa moldura

particularmente bela que é o Vale do Paraíba, filha de um valoroso chefe do Partido Conservador — o Coronel José Vicente de Azevedo, e de uma legítima representante das hostes liberais — Dona Angelina Pereira de Castro Moreira Lima.

Através desse casal, um Pereira de Queiroz veio unir-se a uma Vicente de Azevedo. Como se os novos pioneiros do café, fixados na região de Jundiá e Campinas, desejassem patentear sua homenagem e sua gratidão aos pioneiros decadentes do Vale histórico e acolhedor.

Aos 17 anos, José Pereira de Queiroz penetra alvoroçado nas venerandas Arcadas do Largo de São Francisco, de onde sai com o ambicionado diploma de bacharel em direito.

E a ciência jurídica não mais o deixa, profundamente enraizada em seu espírito arguto, a fornecer-lhe sempre novas armas para as incontáveis vitórias de sua carreira de jurista e de advogado militante.

Associando-se ao escritório do Dr. Bernardino de Campos, sediado em Amparo, ali permaneceu até 1888, quando transferiu sua residência e suas atividades para a Capital paulista.

Era um republicano convicto, herança ideológica que recebera do ilustre Pai, um dos fundadores do Partido Republicano e membro da Convenção de Itu.

Durante cerca de 20 anos, desde 1892 até 1915, demonstrou sua extraordinária capacidade de trabalho e sua admirável competência na Câmara dos Deputados de nosso Estado, onde representou o distrito eleitoral sediado em Campinas e onde, como Presidente da Comissão de Finanças, coordenou com mestria o orçamento estadual. Por seis anos, honrou o mandato de Senador paulista. Por três anos, no governo do Coronel Fernando Prestes, ocupou com brilho a Secretaria do Interior e Justiça.

Nada disso, porém, fê-lo abandonar as lides no Fôro, nem o afastou de sua movimentada banca de advogado. O Direito, realmente, o fascinava.

Como experimentado conhecedor das leis, deu sua colaboração à empresa mantenedora do tradicional órgão da imprensa paulista — *O Estado de São Paulo*, ao tempo de Júlio Mesquita, acabando por integrar o Conselho Fiscal, de que fêz parte até seu falecimento, nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 1940.

Como advogado dos mais eminentes, deixou seu nome ligado a duas grandes instituições bancárias: o *Banco de Crédito Real*, no qual teve a chefia do setor jurídico; e o *Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola*, para o qual elaborou os Estatutos e no qual permaneceu, por mais de 25 anos, à frente da Consultoria Jurídica, mesmo depois de transformado no atual *Banco do Estado de São Paulo*, por muitos então designado como o "Banco do Dr. Zêzinho".

Como empedernido defensor do Direito, pôs em ordem e assegurou a legitimidade dos transações imobiliárias, na Capital como no interior do Estado.

Por isso mesmo, durante longos anos, seu escritório de advocacia colocou-se entre os mais afamados de São Paulo, tantas foram as vitórias jurídicas alcançadas, tamanhos o cuidadoso zelo e entusiástico empenho com que se dedicava às causas que tinha sob sua responsabilidade.

Descendentes seus prosseguem, ainda hoje, nessa luminosa senda deixada no Fôro paulista. Descendentes seus têm honrado seu nome impoluto, não apenas no campo do Direito, mas também no setor da Medicina, no das Ciências Sociais, no das Ciências da Terra.

Permiti, Senhores, que, neste instante em que me refiro a essa descendência, homenageie o paulista de cerne na sua filha ilustre, aqui presente — a Dra. *Carlota Pereira de Queiroz*, cuja vida tem sido um exemplo de dedicação ao bem público, digna herdeira de seus maiores, mulher-símbolo da Epopéia de 32, e cujo nome tem um título de glória, que a História guardou para sempre: a de haver sido a primeira mulher brasileira a ter assento no Congresso Nacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Nesta hora amarga e conturbada que vivemos; no meio do “deserto” que nos cerca, onde as árvores são raras, alteiando-se isoladas e esparsas por entre a vegetação rasteira é daninha, quando não ao contacto de um cascalho grosseiro e estéril— consola-nos olhar para o passado e tentar esquecer um presente tão acabrunhante.

Consola-nos saber que não é a erva que produz frutos, mas as árvores altaneiras.

Consola-nos registrar que os homens, como os animais, podem pisotear a vegetação rasteira, mas nem mesmo os vendavais conseguem desenraizar as grandes árvores, sólidamente plantadas pela honradez e pelo espírito público.

Exaltar a vida e a memória de um homem como o Dr. José Pereira de Queiroz — árvore de muitos frutos — representa um consôlo para todos nós.

Mais que isso: um exemplo que fica, apesar dos temporais que passam. Que não de passar, para que o Brasil continue.

26 de Outubro de 1963.

TEMAS DA HISTÓRIA MILITAR

As Doutrinas Militares

Arrisson de Souza Ferraz

A guerra é o maior flagelo da humanidade, já se afirmou alhures. No entanto, é uma dura e triste realidade, no mundo de ontem e de hoje. De nada adiantou o direito ter posto à disposição dos homens o arbitramento, a mediação, os ajustes diretos e as côrtes arbitrais. A violência tem sido sempre uma constante para solucionar pendências entre os homens e entre as nações. Se queres a paz, prepara a guerra. Sim, o "se vis pacem para bellum", pregado por aquela grande figura peninsular, desgraçadamente, é ainda uma verdade no mundo moderno.

No estudo da arte da guerra, vamos encontrar três estágios distintos, três sistemas, três doutrinas. Denominam-se êles, respectivamente, Ordem Paralela, Ordem Oblíqua e Manobra em Linhas Interiores.

ORDEM PARALELA

A Ordem Paralela nasceu às margens do Nilo e nas ribas do Rio Azul, com as primeiras civilizações. Egípcios e chineses foram os seus criadores.

No oriente, havia dois processos de combate: o ataque às praças fortes, às cidades cercadas de muralhas, e o combate de encontro que dava lugar, muitas vezes, às batalhas campais. O primeiro caso pouco interêsse oferece. Resumia-se em abrir brechas nas muralhas e lançar-se aos choques individuais. Já o segundo apresentava alguns lances dramáticos que davam lugar à meditação e ao raciocínio dos chefes. Os dois exércitos, decididas as hostilidades, marchavam um de encontro ao outro. Em determinado dia, suas vanguardas se defrontavam. Seus comandantes tomavam as medidas preliminares, davam ordens aos seus oficiais e tomava-se a formação de combate. Eram duas massas, dispostas paralelamente — daí o nome de Ordem Paralela — que se avistavam e marchavam em frente. O espaço que as separava, aquilo que mais tarde se denominou terra de ninguém, ia diminuindo, progressivamente. Quando se esgotava a terra de ninguém, tinha início o choque. Não havia pólvora, nem armas de fogo. O armamento eram o arco, a flexa, a besta, a funda, o dardo e a lança, com a ponta endurecida ao foio. Depois vieram o machado, o facão, a adaga e as armas nobres, a espada e o sabre. As duas grandes massas, em verdadeiras avalanchas, lançavam-se uma sôbre a outra. Ao primeiro choque seguiam-se inúmeros outros, seguiam-se inúmeros corpo a corpo individuais e uma série infindável de duelos. O efetivo era fator preponderante. Geralmente, o exército mais numeroso derrotava o seu antagonista. Vitorioso, dirigia-se à capital do vencido para o saque e a pilhagem que constituíam o prêmio e a paga dos seus combatentes mercenários.

Nêsse sistema rudimentar, já surgiram alguns generais dignos dêsse nome, Nos momentos que precediam ao choque, faziam exame do terreno e procuravam tirar dêle as vantagens que oferecia. Apoiavam suas fôrças num curso de água, de difícil transposição. nas faldas de elevações de acesso penoso e difícil; deixavam ao inimigo os terrenos pantanosos, nos quais os deslocamentos rápidos se tornavam impossíveis às suas hostes.

Os exércitos se constituíam de infantaria, leve e pesada, de cavalaria e carros.

Os grandes capitães da Ordem Paralela foram, entre os egípcios, Pepí I, Senursret, Amenhotep I e II, Tutmosis e Ramsés II. Da China, afigura soberana Hoang Ti, o chamado imperador amarelo. Nino, o fundador do império assírio, também, conquistou virentes louros, na fase da Ordem Paralela.

ORDEM OBLÍQUA

No século VI A.C., o príncipe Ciro, da Pérsia, é nomeado pelo rei Cambises comandante das fôrças armadas daquêle país. O jovem príncipe instrue o seu exército, remodela-o, criando novas armas, e submete os assírios que ameaçavam o soberano da Média, seu aliado. Por morte de Cambises, Ciro ascende à realeza. Inicia, então, uma série de campanhas vitoriosas. Vence a Síria, a Arábia, a Capadócia, a Frígia, a Bactriana, a Fenícia. Domina os cários. Submete Babilônia, em operação que se tornou famosa, pela transposição a vau da corrente do Eufrates, por meio de um estratagema. Incursiona pelo Egito e leva suas armas triunfantes até à Índia.

Depois, descansa o seu exército, reajusta-o e prepara-se para tomar a Lídia. Ideiava incorporar aquela nação ao seu vasto império. Dominava-o assenhorear-se dos grandes tesouros de Cresos, tão falados como os diamantes de Ofir e de Golconda.

No inverno do ano 542 A.C., Ciro, à frente de suas tropas, dirige-se para a Lídia. Cresos, cientificado, deixa Sardes, sua capital, e vai-lhe ao encontro. Os dois exércitos defrontam-se na planície de Timbréia. O de Cresos vinha disposto em três grupamentos. O grosso, na formação compacta da Ordem Paralela, deslocava-se ao longo da estrada. Os dois outros, dispostos nos flancos, marchavam à frente da massa principal, formando um trapéso com a base maior voltada para a direção de marcha.

Ciro, surpreso com aquêle dispositivo, transmite aos seus generais, as seguintes instruções:

- 1 — Continuaremos a marchar até ao inimigo na mesma formação;
- 2 — A um sinal, dois terços da cavalaria dirigidos por mim se estendem para a direita até ultrapassar o flanco esquerdo adversário. O restante da cavalaria, reforçado com um corpo de infantes e os camelos, fará o mesmo movimento até ultrapassar a ala direita de Cresos, às ordens de Histaspes. A grande massa, ao mando de Abradato, marchará ao longo da estrada;
- 3 — Atacarei em primeiro lugar. Quando a ala esquerda de Cresos começar a ceder, o centro desencadeará ação rápida e fulminante. O grupamento de Histaspes ficará em condições de carregar sobre a ala esquerda inimiga, se ela tentar socorrer o centro;

4 — O ataque será iniciado, após o canto do hino de guerra persa, pelas nossas tropas.

Tudo se realizou, rigorosamente, de acôrdo com as previsões de Ciro. Crespo foi batido inapelavelmente, numa batalha que se iniciou por um ataque de flanco, combinado por uma ação frontal de grande envergadura. Em resumo: um ataque inicial em direção oblíqua, em relação ao eixo de marcha do adversário.

Em Timbréia, com a manobra de Ciro, surgia uma nova era para a arte militar. A Ordem Paralela cedia o seu reinado à Ordem Oblíqua como doutrina militar.

MANOBRA EM LINHAS INTERIORES

Surgiu na Prússia, com Frederico II, na segunda metade do século XVIII, a Manobra em Linhas Interiores. Frederico modelando a seu modo o exército que recebeu de seu pai, transformava-o em poderosa máquina militar, com a qual incorpora à Prússia a Silésia, depois de bater as forças de Maria Teresa, em Molwitz. Obtém grandes triunfos nas batalhas de Praga, Czoslau e Soor. Domina quase toda a Europa central.

Em 1757, o rei prussiano tem pela frente forças austríacas, alemãs, russas e francesas. Ao seu lado enfileirava-se a Inglaterra. Os quatro aliados reúnem 105.000 homens, divididos em dois exércitos, um com 40.000, às ordens do Príncipe de Lorena, no eixo Goritz-Berlim, outro de 65.000, sob o comando de Hildembourghausen, a oeste de Erfurth. Frederico contava com 80.000 combatentes, 60.000 ao seu comando, na região Rosbach-Erfurth, e 20.000 ingleses próximo a Magdeburgo.

Na fase preliminar, surge um imprevisto que vem dificultar, ainda mais, a situação de Frederico. Os franceses atacam o seu aliado, os ingleses, forçando-os à capitulação. O rei da Prússia fica, então, com 60.000 homens ante três adversários com 105.000, dispostos em Erfurt, Saint Germain e Leuthen.

Frederico afasta logo a idéia de três combates simultâneos, só possível com igualdade ou superioridade de efetivos. Envia dois destacamentos de cobertura para os adversários das extremidades, em Saint Germain e Leuthen, de 10.000 homens cada um, e com os 40.000 restantes decide enfrentar a massa principal inimiga, composta de 65.000 combatentes, em Erfurth. Ataca Hildembourghausen, fazendo-o com o objetivo de o atrair para a região de Rosbac, cujo terreno havia estudado e oferecia-lhe reais vantagens. E começou, então, um movimento retrógrado. O adversário, julgando-se vitorioso, foi ao encaço. Na região escolhida, Frederico aferra-se ao terreno; paraliza o avanço inimigo e passa ao ataque. Hildembourghausen mal acredita na nova situação. Hesita, demora em tomar novas posições. Disso aproveita-se Frederico para investir com mais vigor. As forças franco-alemãs se desorganizam e são levadas de roldão. O sucesso de Rosbach determina a capitulação do adversário de Saint Germain. O soberano da Prússia tem, agora, apenas um adversário. Incorpora ao seu exército os 20.000 que destacara como cobertura e marcha sobre Leuthen. Ataca e aniquila o Príncipe de Lorena.

Rosbac e Leuthen marcam o fim da guerra dos sete anos e confirmam a genialidade de Frederico. O rei da Prússia, com inferioridade de meios e de efetivos

ante três adversários, escolhe no interior do quadrilátero de manobra o ponto nevrálgico para decidir a peleja, tendo a precaução de proteger-se contra os outros dois. Criou uma modalidade nova na arte da guerra que a técnica e a história denominaram de Manobra em Linhas Interiores.

De 1740 aos nossos dias, os três sistemas — Ordem Paralela, Ordem Oblíqua e Manobra em Linhas Interiores — orientaram e guiaram tôdas as operações militares. As duas últimas, flexíveis e elásticas; têm permitido aos grandes capitães tôda a exuberância de seu gênio criador.

AS DOCTRINAS MILITARES ATRAVÉS DOS SÉCULOS

Com a Ordem Paralela, os faraós conquistaram grandes triunfos. Nino fez da Assíria um reino poderoso. Nabucodonosor, em Kapkemish, conquista extraordinária vitória sobre as forças egípcias.

A Ordem Oblíqua é mais fértil. Depois de iniciada em Timbréia, vemos Milcíades, nos campos de Maratona, afastar a ameaça persa, batendo, inapelavelmente, os generais Datis e Artafernes. Foi depois do sensacional triunfo que Milcíades confia a um dos seus soldados a missão de comunicar aos atenienses a grata notícia. O herói-atleta corre com pés ligeiros quarenta e dois quilômetros e seiscentos metros, chega à praça principal de Atenas, onde a multidão aguardava ansiosa o desfêcho da luta, e lha diz: "regosijai-vos porque fomos vencedores". Dá alguns passos e tomba sem vida. Prostraram-no as fadigas da batalha, a debilitação resultante dos ferimentos recebidos na luta e que ocultou ao general ao receber a missão e a exaustão do percurso. Fídipides é glorificado pelo mundo moderno, com a prova Maratona, instituída em sua honra.

Com a Ordem Oblíqua, Anibal derrota Cipião no Tessino, Semprônio em Trébia, e Flamínio, às margens do Trassimena. Em Canes, o cartaginês sobe aos píncaros. Com 30.000 homens, 20.000 de infantaria e 10.000 de cavalaria, enfrenta 60.000 romanos, 52.000 infantes e 8.000 cavalariáneos, às ordens de Varro. Anibal escolhe o local e aguarda o choque. Calculara até o efeito do vento e dos raios solares sobre o adversário. Varro ataca a infantaria púnica com desusado ímpeto. Os cartaginêses recuam em ordem até formar um semi-círculo. Depois, neutralizam o ataque e barram os passos dos romanos. É, então, que a cavalaria cartaginêsa, comandada por Asdrubal seu irmão, e Maharbal seu cunhado entra em ação. Esmaga a cavalaria romana, disposta nos flancos, e vai até a retaguarda. As reservas romanas tentam fazer frente à cavalaria de Anibal. Em vão. São levadas de vencida e vão se acotovelar com os seus infantes engajados. Isto traz confusão entre os peninsulares. Nesse momento, a infantaria cartaginêsa sai da defensiva e passa ao ataque. O espaço torna-se pequeno para a grande massa romana. A confusão, junta-se o pânico entre os romanos. Anibal, no seu cavalo de combate, está em tôda parte. Tudo vê e tudo dirige. Nada menos de 50.000 romanos, tombados às margens do Rio Ofanto, balizaram a bela manobra de Anibal Barca. Dos dedos dos combatentes peninsulares mortos foram retirados seis alqueires de anéis.

Napoleão, o gênio das batalhas, batido entre o Fontanone e o Bormida, recebe reforços, se reconstitue, emperga a Ordem Oblíqua e transforma, no espaço de duas horas, uma derrota na espetacular vitória de Marengo.

Mostra-nos a Ordem Oblíqua, na Manobra de Santo Antônio, desenvolvida na Mesopotâmia Sulamericana, de 5 a 30 de dezembro de 1868, notável concepção estratégica e extraordinária ousadia. Os exércitos paraguaio e da Tríplice Aliança, depois da queda de Humaitá, achavam-se frente à frente, na região de Lomas Valentinas, com os seus flancos apoiados no corte do rio Paraguai. Do lado oposto, o terreno pantanoso dificultava as ações, principalmente da cavalaria. Separava-os dois pequenos cursos de água, o Jacaré e o Piquiciri. Ante terreno tão ingrato, Caxias decide deixar frente ao inimigo um destacamento de fixação de 6.500, transpor a corrente com 18.000 homens do grosso, fazer com essa massa em terreno alagadiço e povoado de florestas um percurso de 18 quilômetros pela margem direita, passar, novamente, para a margem esquerda e colocar o inimigo entre dois fogos, por desbordamento pela retaguarda.

Depois de onze dias de penosas jornadas, eis Caxias à retaguarda dos 20.000 paraguaios de Lopez. O chefe guarani que não acreditou em tal hipótese, manda, às pressas, o bravo general Caballero deter o avanço aliado. Caxias derrota Caballero na sangrenta batalha do Rio Itororó e continua a sua marcha. Novas forças são enviadas a Caballero com a missão de barrar a qualquer custo o avanço aliado. Caxias derrota-o, novamente, em Avañy. em bela manobra de duplo envolvimento, na qual Mena Barreto e Câmara foram o Asdrubal e o Maharbal brasileiros. Caxias não perde tempo. Reconstitue suas forças e toca para Lomas Valentinas onde se encontrara o grosso do inimigo. Lopez tem duas alternativas: aceitar um choque decisivo ou bater em retirada, perseguido por adversário parcialmente vitorioso, provida de cavalaria ágil e manobreira. Decide-se pela primeira. Aceita a luta frente a duas massas, ao grosso comandado por Caxias e ao destacamento de fixação que ficara para garantir a manobra idejada. Depois de seis dias de cruentos combates e rudes corpo a corpo, as defesas paraguaias começam a ceder. Caem uma após outra. É o comêço do fim. Tomba o baluarte de Lomas Valentinas. Lopez é batido. Seu exército aniquilado. Daí ao fim da guerra, a máquina bélica paraguaia era um bando de fugitivos.

A genial manobra de Caxias teve a duração de 25 dias. Seus resultados foram a decisão da guerra em favor dos aliados e a destruição do exército inimigo.

Ordem Paralela, Ordem Oblíqua e Manobra em Linhas Interiores construíram impérios e escravizaram nações. Foram instrumento de opressão, muitas vezes. Mas, em inúmeras ocasiões, destronaram déspotas, aniquilaram tiranias e fizeram brilhar, novamente, a aurora da liberdade.●

O INFANTE D. HENRIQUE - DESTRUIDOR DE MITOS E LENDAS

Alceu MAYNARD, ARAÚJO

(Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por ocasião das COMEMORAÇÕES HENRIQUINAS)

O folclore do mar tem propiciado aos estudiosos da demopsicologia, capítulos fascinantes. O mar é desde as priscas eras da humanidade o pábulo das lendas, das estórias fantásticas, moradia de monstros e mitos devoradores de homens que se-aventuraram a riscá-lo com as quilhas de seus barcos.

Que tesouros dêsse folclore do mar não existirão em Portugal? Sim, “no jardim da Europa à beira-mar plantado”, muito se poderá encontrar. Mas, não é dêsse folclore que nos ocuparemos nesta palestra. É apenas do folclore do mar que Portugal legou ao Brasil. Não nos caberia falar do rico folclore luso, tarefa excelente que ficará para Jaime Lopes Dias, Fernando de Castro Pires de Lima, Gastão de Bettencourt, A. Jorge Dias, Armando Leça, Alberto Vieira Braga ou outros etnógrafos e folcloristas portugueses.

A nós compete apenas mostrar o que há em nosso Brasil, e, graças às nossas pesquisas sociológicas realizadas nas comunidades rurais brasileiras, temos saboreado o bom folclore português presente nas usanças brasileiras. Tanto é verdade, que já temos escrito sobre os mais queridos santos portugueses em nossa terra — Santo Antônio, São Gonçalo do Amarante e Santa Izabel. Nesta comemoração Henriquina, permitam-me que fale rapidamente sobre estes vultos portugueses, que são a alma da alma de nosso povo, pois folclore é demopsicologia.

À rainha Santa Izabel, conforme a lenda, se deve a instituição da Festa do Divino Espírito Santo. Festa que, ainda em nossos dias, congrega os moradores do meio rural, dando-lhes oportunidade para agradecer à terceira pessoa da Santíssima Trindade, as graças recebidas durante o ano. É a festa de ação de graças que as comunidades rurais paulistas tradicionais ainda realizam. É um pedaço de Portugal revivido na tradição caipira. E muitos caipiras ainda repetem a lenda da qual se originou a Festa do Divino, a do “Milagre das Rosas”, razão pela qual, registramos em nosso I Volume — Festas — da *Po-randuba Paulista*. “Dizem que sua organizadora foi a rainha esmoler Santa Izabel, espôsa de Dom Diniz, o Lavrador — rei que plantou os pinheirais de Leiria. A distribuição de comida por ocasião das festas não será um arremêdo do “milagre das rosas”? Conta-nos a lenda que a rainha gostava de dar esmolas aos pobres. (Dom Diniz era um “pão-duro”, conforme a gíria atual). Ao redor do palácio sempre havia pedintes. O rei proibiu tanta prodigalidade. Certa feita, Isabel, carregando no regaço uma quantidade de côdeas de pão para distribuí-las aos pobres, depara com o rei. Este pergunta-lhe o que levava na abada. “Levo rosas”, responde a rainha caridosa. O rei quer ver. E vê rosas, rosas lindas!”

Que falaríamos de São Gonçalo do Amarante que, no meio rural brasileiro, é conhecido e tido como o milagroso casamenteiro das velhas, das solteironas que até então não conseguiram se casar? São Gonçalo do Amarante é cultuado no Brasil desde a madrugada de sua ocupação pelos portugueses. Em "Danças e Ritos Populares de Taubaté" escrevemos em 1948 isto sobre o taumaturgo português: "O início do culto a São Gonçalo do Amarante data, mais ou menos, da época do descobrimento do Brasil, e certamente veio com os povoadores portugueses para as nossas plagas. Nessa ocasião os lusitanos estavam voltados para os milagres desse santo dominicano, sendo o rei D. João III um fervoroso devoto de São Gonçalo e um dos primeiros a tomar a iniciativa de negociar em Roma a beatificação do seu padroeiro votivo. Em 1540, este rei iniciou a edificação do mosteiro dominicano em Amarante, distrito do Pôrto, onde faleceu São Gonçalo, e ofereceu um sino de 60 arrôbas, dando ordens para que esmolassem angariando mais dinheiro para as construções. Em 1552, encarregou D. Afonso de Lencastre, comendador mor da Ordem de Cristo e embaixador português em Roma para, juntamente com Frei Julião, emissário do mosteiro de São Domingos de Lisboa, tratar da missão especial relativa à beatificação de São Gonçalo".

Temos estudado e publicado sobre a presença do santo português cujo icone o apresenta com uma viola. São Gonçalo do Amarante é também o padroeiro dos violeiros, mas a sua maior função é esta que registramos nesta quadrinha, cantada pelos que dançam a "dança de São Gonçalo", pelos são-gonçalistas:

*"São Gonçalo do Amarante
casamenteiro das velhas,
por que não casais as môças,
que mal lhes fizeram elas?"*

Fugiríamos muito do assunto proposto caso continuássemos a falar desse outro santo casamenteiro das moçoilas brasileiras — Santo Antônio. Quantas vezes não vimos sua imagem amarrada por um barbante e dentro do poço, dali tirada quando já estava realizado o intento da môça que o colocou. Quantas vezes não vai o santo Antônio de cabeça para baixo, atrás da porta, enquanto o môço de sua preferência não chega às falas... Fica também o bom Fernando de Bulhões, que se tornou no Santo Antônio das mocinhas sonhadoras que moram nas cidades (porque do meio rural é São Gonçalo), sem o menino Jesus que lhe foi roubado dos braços por alguma namorada que processa tal sanção. Iríamos longe a falar de Santo Antônio, que até nos dias da República Brasileira recebia soldos dos cofres públicos nacionais, benesse que terminou com o Marechal de Ferro — Floriano Peixoto. Era "Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil", como em documentado estudo nos ensina o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Santa Izabel, São Gonçalo do Amarante, Santo Antônio de Lisboa deram motivos para que lendas fôssem criadas, tanto lá em Portugal como aqui no Brasil. É verdade que a maioria delas veio através do Atlântico e dos séculos e estão presentes até o dia de hoje em nosso país, é a própria alma do povo brasileiro que a reverencia, não partindo o elos da continuidade, revelando,

portanto, amor à tradição, pois "mais ama o povo quem o ama em suas tradições".

Já é hora de iniciarmos o bosquejo da etnografia e folclore do mar abordando alguns destes tópicos: usos e costumes; arte salutar; literatura tradicional e supersticiosa; religião marítima; arte dos sons e música; técnica e misteres; a gente do mar; mitologia do mar; tradições jurídicas; gestos; gírias e linguagem secretas e técnicas; as indústrias e o comércio do mar; o mar e as tradições populares e gerais; os rios, lagos e águas em geral; meteorologia, etc.. Tempo não haverá para tudo, pois queremos dentro em pouco ouvir o Coral que vai cantar as músicas folclóricas que nós tivemos oportunidade de recolher em nossas andanças de antropólogo social pelos quatro ventos do Brasil. Muito teríamos que falar sobre o FOLCLORE DO MAR, sobre o rico acervo folclórico que se acumulou nestes séculos pretéritos graças ao *Infante D. Henrique — o destruidor de mitos e lendas*.

O Infante é o marco divisório entre duas épocas: a Idade Média e aquela que surge com o Renascimento, pois não há dúvidas de que êle foi um dos seus propulsores. Tracemos, embora rapidamente, alguns esfumados traços dessa gigantesca personalidade culminante de seu século e de sua raça, embora nesta palestra o apresentamos como uma personagem anti-folclore pelo fato de o termos cognaminado de — *o destruidor de mitos e lendas*.

Que é mito, que é lenda? Mito é em geral um sistema de lendas. A lenda é o relato não raro sentimental de episódios heróicos baseado no grande tema do amor, transmitido oralmente, varando milênios, passando de geração a geração, podendo ser localizada quer no tempo, quer no espaço.

A crença nas lendas e nos ritos desaparece a partir do momento em que as luzes do saber inundam a alma dos homens. E foi um facho de luz o que o Infante atirou sobre os vencedores do mar — em 1431, instituindo na Universidade de Lisboa cursos de aritmética, geometria e astronomia. É no ranger dos prelos primitivos que em Portugal henriquino se preparam os incunábulo. E é o livro o barinel de luz que singra incólume as águas da ignorância chegando ao porto seguro do saber.

O Infante tinha sede do saber. Iniciado que fôra nos mistérios do Templo de Salomão, procura embeber-se da ciência judaica e árabe desvendando os mistérios da natureza, quebrando as pedras da ignorância, desbastando as colunas que firmariam o Templo de Tomar. Nas longas vigílias, medita no Promontório Sacro que se torna qual genuflexório. Daquela janela aberta para o mar imenso, comanda a luta contra a credice, contra a superstição, dali dar-deja as concepções medievalêscas que apequenavam os seus gigantes de sangue céltico. Na Escola de Sagres, qual alquimista, prepara uma nação de homens sem medo, cujas vidas tinham uma finalidade: "dar a alma a Deus e o corpo ao mar". Desta filosofia estavam imbuídos os homens da era henriquina.

Para o Infante, o convívio com os clássicos era peculiar. A leitura dos livros, repositórios da ciência antiga, lhe era familiar, daí descrever do que asseverou Estrabão, Hiparco, Plínio e outros geógrafos. É que os primeiros geógrafos, de permeio com suas observações da paisagem, acreditavam ou transmitiam as lendas e mitos criados em tôrno das regiões ardentes, dos lugares onde o mar se findava num pélagos sem fim, nos vórtices onde moravam mons-

tros aquáticos, abantesmas, mil e uma serpentes marítimas de fauces hiantes, tão feias como as ipupiaras que os primeiros jesuítas catequistas ensinaram nossos índios a temer e nelas acreditar.

Vencer o perigo muçulmano era também destruir as lendas do MAR TENEBROSO, e em 1418, dá o Infante as bases científicas à navegação lusitana.

De Sagres ou de Lagos, o Infante dirigiu a luta destruidora de mitos e lendas. O mar era estrada, estrada líquida a ser percorrida, não mais pelas galeras que o braço escravo movia, porém pelo barinel, pela caravela. A caravela é a lança com a qual o Cavaleiro D. Henrique destruiu mitos e lendas. O Infante, qual mago, apanhou as rosas, não aquelas que lhas ofertara um dos seus navegadores ao voltar das costas d'África, mas a *Rosa-dos-Ventos* e a despetalou sobre o oceano, para depois suas caravelas irem apanhando, uma a uma, pelos quatro ventos da terra, as trinta e duas pétalas, cuja corola é Portugal. Nôvo "milagre das rosas"? Não. O milagre que a sabedoria opera, sabedoria de um homem que destruiu mitos e lendas. A *Rosa-dos-Ventos* teve, graças ao Infante, como ponto de apoio da agulha imantada dos seus sonhos, dessa bússola cujo norte eram portos lusitanos, teve como ponto central o pequeno grande Portugal.

O Infante era amigo dos ventos, pediu-lhe seu auxílio e deu-lhe em troca as galeras com escravos acorrentados a movê-las. E as galeras foram aposentadas. D. Henrique queria apenas que os panos de suas caravelas fôsem enfunadas pelo vento, estas naus seriam o perfume da *Rosa-dos-Ventos*, a evolvar pelos "mares d'antes nunca navegados". O braço escravo foi substituído pela força eólica. D. Henrique deu aos povos que falam a língua portuguesa esta saudação amiga: — "Bons ventos o leve!" E foi, segundo João Ribeiro, o português embarcado o primeiro a praguejar com o vento.

Preferiu o vento à força servil humana. E esta êle teria em grande escala para remar as galeras portuguesas, nas viagens de bordejamento. Êle, porém, não queria arranhar as costas com as proas de pequenos barcos, seu intento era invadir o grande mar-oceano.

A preferência do Infante era bem fundada. Êle sabia perfeitamente a troca que estava fazendo com o senhor vento. D. Henrique poderia dispor do braço escravo, pois é verdade que seu escudeiro, Lançarote, em 1440, trouxe cerca de duas centenas e meia de escravos, dos quais o Infante ficou com 46. O Infante já estava com o pé em África, em Ceuta. Escravos brancos, morenos ou negros retintos, não lhe faltariam para encher suas galeras, preferiu o vento. A assim foi que o embarcado português aprendeu a conversar com o vento. Com êsse mesmo vento que ainda hoje, quando êle falta, o barqueiro do São Francisco ou o jangadeiro cearense, olhando para o lado que deseja que êle venha, assobia e diz: — "São Lourenço, barba de vento, cara de fogo, me mande um tostão de vento".

O Infante libertou o braço escravo das galeras para que fôsem empregados na lavoura do açúcar. Em "Épocas de Portugal Econômico", de J. Lúcio de Azevedo, lemos: "Com efeito, a produção do açúcar era por tradição e necessidade trabalho de cativos. Tal se mostrava nos países do Levante, de onde a indústria procedia, e tal se pôde estabelecer na ilha portuguesa, novamente descoberta, desde que a costa africana ministrava os braços, tantos quantos fôsem necessários. Foi sem dúvida êste pensamento que induziu o

Infante a mandar vir da Sicília, onde também os cativos trabalhavam, a preciosa cana e os mestres da arte. A notícia de Cadamosto, a mais antiga que temos sobre a produção do açúcar na Madeira, corresponde à época em que o tráfico dos escravos entrara em plena expansão”.

Na obra henriquina, refletia-se também a situação sócio-econômica do mundo de então. Além da ostentação de enorme famulagem, luxo requintado da época — a mesa — a mesa farta que até hoje Portugal conserva, havia também a sede do ouro. Mas as estradas que se comunicavam com o Oriente estavam fechadas. A mourama obstruiu-a. A pimenta — droga de luxo, as especiarias cada vez mais raras, porque os caminhos por terra eram intransitáveis, era preciso então abrir caminhos pelo mar. E ele foi aberto para buscar ouro e especiarias. “Foi em 1442 que em Portugal se recebeu primeiramente o ouro de África, trazido por Antão Gonçalves. O navegador, guarda-roupa do Infante D. Henrique...” (Azevedo, J. Lúcio, op. cit. pág. 167).

Um dos tópicos que nos propusemos a estudar nesta palestra, refere-se à *arte salutar*, portanto falemos da medicina popular. Indiretamente, foi o Infante quem facilitou a seu povo o uso de dois remédios: o açúcar e o tabaco. Nessa época, a função do açúcar era exclusivamente medicinal, mais tarde é que se tornou condimento. O tabaco era sómente remédio e não esse vício apaziguador das esquisofrenias que o mundo moderno proporciona aos dois sexos, fazendo-os mais parecer chaminés ambulantes. Ainda é em J. Lúcio de Azevedo (pág. 226) que lemos sobre a cana de açúcar: “Da sua ação curativa informa o mesmo autor que fortalece o espírito e o corpo, especialmente o peito, pulmões e garganta. Em pó, é bom para os olhos e faz sarar as feridas. Queimado, o fumo tira a defluxo. Outro sábio da época ensina a preparar a quinta essência do açúcar, por destilação com álcool, a que às vêzes juntavam folhetas de oiro, dando-lhe assim mais vigor. Do produto aplicável em medicina faziam também uso os alquimistas, esperando por meio dêle chegar à pedra filosofal”.

O açúcar ainda é empregado como remédio pelo nosso homem do meio rural: açúcar queimado é hemostático; o *lambedouro* tão comum no nordeste brasileiro é o remédio preferido pelas crianças para lhes curar tosses. E nós mesmos, quantas vêzes, não tomamos açúcar queimado com leite, que nossa saudosa vovó Olímpia preparava e nos ministrava à noite, para curar nossas tosses e a coqueluche.

Remédio ainda em voga é o rapé. Rapé é tabaco torrado, que, aspirado, cura dores de cabeça, resfriado, faz espirrar abundantemente, descarregando o pêso da cabeça dolorida, das enxaquecas rebeldes. Basta entrar por êstes serções da Brasília terra, que se verá em uso a aplicação dêste remédio dos tempos henriquinos em nossa medicina rústica. Em nosso livro “*Medicina Rústica*” assinalamos tal emprêgo.

Voltemos mais uma vez ao açúcar. A máquina rudimentar que entrara em Portugal pelas mãos do Infante para o preparo da cana de açúcar — a alçaprema — é a mesma usada hoje pelo caipira, que a chama de “descaroçador” ou “engenhoca”, para moer as ramas que lhe darão a garapa com a qual preparam o café. Não precisamos ir longe da Capital, ainda ontem, ali em Itapeçerica da Serra, tomamos uma guarapa saborosa, era o caldo de cana moí-

da por uma alçaprema. Alçaprema igualzinha àquelas das quais o Infante cobrava tributo: (pág. 220 de *Épocas de Portugal Econômico*). Daí se propagou por tôda a ilha a planta, e com ela a sua lavoura. Neste período inicial, obtinha-se o mel espremendo a cana em moendas de mão, designadas por alçapremas, sôbre as quais o Infante cobrava um tributo". Confrontando os desenhos das alçapremas portuguesas e a que publicamos em nosso estudo "*Pau pra tôda obra*", procuramos mostrar sua presença entre nós, graças aos povoadores portugueses.

Estas obras do Infante D. Henrique, que até agora apontamos, mostra-nos um sábio preocupado com a agricultura, e no entanto foi sem dúvida êle quem transformou um país agrário em marítimo. Mas, nesta prodigiosa transformação, sua obra nos revela uma outra faceta — a função catártica — que ela exerceu sôbre o povo português. Incutindo nos homens o espírito de aventura, de luta, de conquista, embora tenha minguado as economias internas, essa aspiração da aventura marítima evitou que a vaidade se apoderasse dos fidalgos. Estes não tiveram oportunidade de serem ociosos. E é a ociosidade que gera as lutas intestinas, desagregadoras da própria nacionalidade. Os caminhos do mar apontados pelo Infante não permitiram que a fina flor de sua mocidade, a elite, a nobreza palmilhasse as veredas umbrosas e negregandas das disputas. Não se criaram vaidosos, forjou heróis, os "heróis do mar, nobre povo, Nação valente e imortal". A preparação para o domínio do mar teve o condão de auxiliar o Infante a destruir mitos e lendas medievalescos que povoavam os mares. Livre de crendices aterradoras, o português se tornou um povo alegre, alegre na própria esperança de ver regressar as naus que partiam e que muitas vêzes não voltavam mais. E a alegria se mudava em saúde. Saúde tão portuguesa, que ninguém a tem igual.

A necessidade do trigo levou os portugueses a Ceuta em 1415, e a ocupação pacífica das terras por eles descobertas foi o principal escopo dos filhos de D. João I, e isso se evidenciou na década de 1435 a 1444. Tal avanço se deve, principalmente, ao Infante D. Henrique que procurou dar, pela Escola de Sagres, um cunho técnico e científico à sua obra, não descurando também de estimular as condições intelectuais e econômicas.

Foi o Infante, como há pouco asseveramos, aquêle que transformou o Portugal *agrário* em Portugal *marítimo*. Meu mui prezado mestre e dileto amigo Prof. Tito Lívio Ferreira tem, na sua "*História dos Grandes Descobrimentos Marítimos*", êste parágrafo que transcrevo: "O Infante D. Henrique é um atlântico. Nascera fronteiriço do Atlântico. As ondas oceânicas embalaram-lhe os sonhos de menino e môço. O sonho do homem adulto, do cientista amadurecido, aflorava na crista das vagas, erguia-se no grito das gai-votas, insinuava-se nas asas arfantes dos albatrozes perdidos nas longínquas solidões marinhas. E êle via, positivamente via, na realidade viva do seu sonho realista, as suas caravelas, de velas enfunadas, batidas pelos alísios atlânticos, rumo às terras desconhecidas, perdidas no Ocidente".

Vamos encontrar nos dias de hoje, com a perenidade folclórica, um pouco do grande mar que o Infante dominou, quer nas grupiaras ou nos rios do folclore brasileiro, diamante que a sedimentação das muitas gerações, fêz ficar no álveo, num fundo do leito da alma humana. Passemos a bateia da pesquisa que farta ela virá, trazendo jóias como esta:

“Marinheiro, marinhola
quem t  ensinou a nadar,
foi o tombo do navio,
foi o balanço do mar”.

Quem poderá negar a inspira o lusitana desta quadrinha que as crianças cantam no baixo São Francisco? Que mar   esse que as crianças nordestinas se referem na roinda infantil? Que navios são esses? Serão os “verdes mares bravos de minha terra natal” ou o mar da “minha jangada de vela, que vento queres levar?”, de José de Alencar ou Juvenal Galeno. Por certo que não. São os mares por onde trafegaram os navios portadores da fôrça telúrica de uma raça de conquistadores, daqueles que “por mares nunca dantes navegados, passaram inda além de Taprobana”; e, “em perigos e guerras esforçados” nos legaram a civiliza o.   a presença do folclore do mar, nas terras do Brasil.

Em São Paulo,   comum pensar-se que o folclore só existe   no nordeste e norte brasileiros. Tal não   exato. Aqui em São Paulo, há um rico manancial, o que precisa   ser explorado. Estes versos foram recolhidos no litoral paulista: “Ai eu passei o mar a nado / com uma lanceta no dedo, / minha moreninha, / eu só posso   me gabar, / qu’eu passei o mar sem mêdo, / minha moreninha”. Mêdo, ora o mêdo já não existe mais na alma do nosso pescador, do homem do mar brasileiro... desde o tempo do Infante D. Henrique que o mêdo se acabou.

Ainda nos fandangos do litoral paulista, onde a influência aorita   palpável, há homens ricos de alegria que têm no mar o tesouro de sua inspira o: “A onda do mar me disse / que eu fôsse seu marinheiro / em cima da onda do mar / ganharia muito dinheiro”. E esta, que tal a sua forma e inspira o?   canto de fandango recolhido em Itanhaem: “No rio navega canoa, / no mar afora embarca o, / no mar da tua saudade / navega meu cora o”.

E por falar em pescadores, em nossa vilegiatura dêste ano nas praias repousantes de Itanhaem, acompanhamos o entêrro de Sebast o das Dores — o fandangueiro”. Acontece que êste fandangueiro era também pescador. Mas que importância tem isso, se há milhares de pescadores na imensidão da costa brasileira? Acontece que Sebast o das D res era o chefe de uma “União de Pescadores”, institui o *sui-generis* nos dias de hoje, quem sabe uma das últimas existentes no litoral paulista. Mas, para nós a importância dessa “união de pescadores” reside no fato dela ser uma institui o nitidamente portuguesa, tal qual aquelas que existem nas praias de Portugal: o dono da r de   o chefe da união e a êles se associam outros pescadores. Daquele   50% do produto e dêstes a outra metade, e não o t rço como a explora o atual instituiu em muitas praias nossas.

Os pescadores que se associam ficam sob a dire o do *chefe da união*, têm que ser solteiros e viverem no barracão ou casa existente nos fundos da moradia do pescador chefe. Só o chefe   casado, os outros não, o dia que se casarem, deixarão a união. Aceitam t citamente tal regulamento. Não faziam assim as grandes casas comerciais portuguesas do Rio de Janeiro e São Paulo, mantendo para seus empregados — aos quais D cio Pires Correia inventou o nome de comerciário — uma casa comum para moradia com a grande mesa da qual todos compartilhavam?

Cantam as crianças brasileiras nas suas rondas: "Anda a roda ó gente; oi, siu, siu, siu, / vamos vadiá, oi, siu, siu, siu, / se meu bem quizé me vê, oi, siu, siu, siu, / bota o navio no mar, oi, siu, siu, siu." Registramos êstes cantos em nosso livro "*Cem melodias folclóricas*" bem como êste cujo arranjo foi publicado em nosso livro, digo nosso porque é meu e do maestro Aricó Jr., intitulado "Canta Brasil!" a melodia cantada pelos plantadores de arroz do baixo São Francisco, quando o calor é intenso, à noite, fugindo do sol, malham o arroz ao relento, e as mulheres ajudam o trabalho, cantando: "O leo, o leo, olha o balanço do mar"...

Há em Minas Gerais um corêto dos mais disseminados nas Alterosas e que hoje, podemos afirmar, está fadado a se tornar revivido em todo o Brasil, pois foi com êle, na cerimônia simples e tocante que o Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira cerrou as portas do vetusto Catete antes de voar para Brasília no dia 20 dêste mês de abril de 1960, cantando o "Peixe Vivo". O corêto, isto é, saudação cantada, que numa reunião de amigos se faz, (e era propício que êle cantasse pois estava entre amigos da verdadeira copa e cozinha como noticiaram os jornais) daí cantar: "Como pode o peixe vivo / viver fora d'água fria? / Como poderei viver / sem a tua companhia? — Os pastôres desta aldeia / que me fazem companhia, / hei de então andar chorando / sem a tua companhia". Há outra versão justamente a que o Coral irá cantar: "Os pastôres dêste monte / já me fazem zombaria..."

Um certo folclorista brasileiro, de pequenina estatura, nas ciências antropológicas, porém de grande nas artes de bajular os homens no poder, em palestra que proferiu em Belo Horizonte, afirmou que o "Peixe Vivo" era uma das jóias puras do folclore mineiro e para adular o Governador Montanhês de então (1954) afirmou ser êsse corêto originário de Diamantina. Só mesmo um folclorista de "meia tijela" como dizem os mineiros, poderia ter afirmado tal, pois nesse canto laudatório comum nas reuniões familiares mineiras, percebe-se o sabor lusitano: nosso camponês não é pastor, é vaqueiro, é roceiro, e para nós brasileiros, aldeia é de bugre e não de brancos. Pela aldeia, pelo pastor e mais o peixe já se sabe que é de Portugal.

Como chave de ouro desta reunião comemorativa, nesta "Festa Henriquina", ouviremos, pelo Coral, a despedida da Marujada. A música que vão ouvir foi por nós recolhida em 1946 na cidade de Iguape, litoral sul paulista e o estudo dessa atividade folclórica publicámo-lo em 1950 no "Correio Paulistano", onde criamos a página dominical denominada "Correio Folclórico" por nós orientada até o n.º 30. A melodia simples de despedida dessa dança-dramática, cantada pelos homens que tomam parte na Marujada, recebeu um tratamento carinhoso dêsse inspirado Maestro V. Aricó Jr. que, sem alterar o documento folclórico, vestiu-a com a roupagem da arte tão delicadamente que só os artistas como êle são capazes de fazer. Mas, o que é Marujada? É um capítulo dramatizado das lutas trágicas da conquista do mar vivido pelos portuguêses, nela o canto é resto de lamúria dos muitos naufrágios que fizeram jeremiar a alma lusitana. E quem interpreta a Marujada são homens simples, na maioria pescadores acostumados à haliêutica, capazes de interpretar com sentimento aquela epopéia de lágrima e de dor que ficou fora dos cantos dos *Lusiadas*, mas que está viva na alma da gente simples do Brasil. São farrapos da epopéia marítima de Portugal, alinhavados pelos versos e cantares ora

alegres, ora tristes dos membros da Chegança ou Marujada. Nela evocam com um lirismo quase luso, sem o saber, o naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho ao regressar do Brasil em 1565.

Finalmente, gostaria de mostrar esta estrêla-do-mar e êste caramujo peças de minha iconoteca e museu folclórico particulares. As estrêlas são disputadas tanto aqui, como em Portugal, pois acreditam que elas são portadoras de boa-ventura.

E êste caramujo? Em duas linhas apenas narraremos. Certo português, lá nos sertões de Goiás, em 1948, quando visitamos sua casa, vimos sôbre a mesa um enorme caramujo: Exclamamos: que belo enfeite, isto deve ser raro por aqui. "Enfeite também", disse Seu Manoel, "mas eu é que o uso" e sorridente continuou: "quando me aperta a saudade do mar, eu apanho êste caramujo e ponho a escutar o barulho do mar".

Por onde quer que o português vá, êle terá sempre o coração voltado para o mar, para o imenso mar que é um intervalo líquido entre a Pátria do Infante D. Henrique e a de Tamandaré.

Tenho dito.

MESTRE DE CAMPO LUÍS BARBALHO BEZERRA

Luiz Tenório de Brito

Vencedora a idéia dos patronos, para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, podendo a escolha recair sôbre vultos entrelaçados com a história do Brasil, nacionais ou estrangeiros — ocorreu-me prestar humilde preito de patriótica homenagem a êsse grupo de gigantes lidadores em prol da integridade territorial do império luso-brasileiro, nascido na alviçareira manhã de 22 de abril de 1500. Em obediência a disposição estatutária apresentei à presidência do sodalício a seguinte relação de nomes: Mestres de Campo Luís Barbalho Bezerra, Matias de Albuquerque, João Fernandes Vieira, Henrique Dias, Antônio Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros e Jerônimo de Albuquerque Maranhão. No quarto século de domínio do holandês no Brasil, fulguram essas figuras legendárias no plano superior do esforço imenso desenvolvido pela recuperação da unidade geográfica do “mundo que o Português criou” na América e que se chamou primeiro Vera Cruz — Terra de Santa Cruz em seguida é finalmente Brasil — então quebrada pela invasão batava — a mais perigosa de quantas tentativas que no mesmo sentido se pronunciaram em épocas diversas da história pátria.

Na ordem de preferência — simplesmente nominal — eis que não há distinguir entre heróis de tão grandes merecimentos — aparece o Mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra.

O roteiro de escassas notícias que em geral assinala a existência dos grandes vultos do nosso passado; aponta Luís Barbalho Bezerra como tendo nascido nas proximidades do Recife, em 1601, provavelmente de pais modestos, vivendo do trabalho rudo da layoura. Fosse êle filho de senhor de engenho, desde cedo estaria em Coimbra e não alistado, já em 1614, na corporação militar com sede na Capitania de Duarte Coelho, aos 13 anos. Desde essa data até a invasão holandesa nada se conhece sôbre Luís Barbalho Bezerra. Naturalmente, a rotina do quartel e dos estudos técnicos não davam lugar a lance de relêvo. Mas, na defesa do Forte Nazaré que se prolongou pelo espaço de 5 anos e que se fez sob seu comando, já êle aparece assombrando os próprios vencedores. Prêso afinal e enviado para a Holanda, de lá conseguiu fugir, alcançando Portugal, onde lhe foi confiada a organização de forte contingente de tropa, com o qual chegou à Bahia no momento exato de evitar a cidade do Salvador de submeter-se a Maurício de Nassau quando pessoalmente, comandava o ataque de abril de 1638 — “No mais oceso da luta, escreve o Major Antônio de Souza Júnior, no seu livro premiado — Do Recôncavo aos Guárarapes — quando parecia aos invasores que a sorte lhes acenava, saiu Barbalho do seu reduto, com um grande contingente e atacou-os, de súbito, pela retaguarda, lançando o terror em suas fileiras e obrigando-os a uma retirada precipitada”.

* * *

Publica o primeiro volume dos Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval extenso relatório de Frei Mateus de S. Francisco, sobre os Holandeses no Brasil, sugerindo a el-rei de Portugal medidas adequadas à expulsão do intruso. No capítulo militar, assim se expressa o observador de S.M. "...O General desta empresa deverá ser amado e temido e, por serem mais experimentados, converia enviar os capitães e soldados que em tanto valor já tinham suportado aquela guerra: Iguamente seria bom que fossem alguns homens nobres e de valor, filhos do Brasil, que agora se encontravam em Portugal e que S. Magestade premiasse todos os fiéis vassallos que tão arduosamente tinham combatido". E logo a seguir — "Não querendo mandar armada naquele ano, deveria enviar um poderoso socorro de gente e baixéis, comandado por um homem experiente, que melhor não poderia ser que o sargento-mor Luís Barbalho Bezerra".

Este o extraordinário e merecido conceito em que era tido o bravo Mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra. Daí o seu embarque na armada do Conde da Torre, desastadamente batida pela esquadra holandesa nas alturas de Pernambuco. Conseguindo as forças que se destinavam às lutas terrestres desembarcar no Porto dos Touros, Rio Grande do Norte e resolvida a retirada, coube a Luís Barbalho Bezerra o comando de tão difícil quanto perigosa empresa. O citado Major, hoje General, Luís de Souza Júnior, escreve o seguinte relativamente ao feito memorável: "Barbalho, tendo sob seu comando valorosos chefes com Francisco Barreto, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Camarão, heróis que foram, anos depois, das batalhas dos Guararapes decidiu marchar para a Bahia, arrostando com os perigos que podiam resultar daquela caminhada de dois mil e quatrocentos quilômetros, através de território dominado ou infestado pelo inimigo".

Aos nomes acima infileirados por Souza Júnior, o historiador José Pedro Leite Cordeiro acrescenta, entre outros, os de Antônio Raposo Tavares, João Amaro e Maciel Parente que comandavam o contingente paulista de colaboração à luta que então se feriu pela integridade territorial do Brasil, gravemente ameaçada pelo domínio holandês em todo o litoral nordestino, desde o São Francisco ao Maranhão.

Após quatro meses de penosas marchas através de ásperas caatingas, terrenos alagadiços e rios caudalosos, vencendo o inimigo em sangrentos encontros, a fome, a fadiga e as doenças, chegaram aquêles bravos à Bahia, alcançando Salvador quando se estorcia em desesperos a cidade, com o almirante holandês Lichthardt prestes a tomá-la. Era a segunda vez que Barbalho livrava Salvador da ocupação militar e do saque.

Glorioso destino esse do valoroso chefe pernambucano, que então encerra (ao que parece) as suas atividades no que se refere à guerra holandesa no Brasil. Daí em diante surge ele na política. Primeiro, integrando o triunvirato de Vice-reis do Brasil, em 1643 e no ano seguinte como governador da Capitania do Rio de Janeiro, em cujo cargo veio a falecer. Agraciado com o título de fidalgo da Casa Real, pelos grandes serviços prestados à Coroa Portuguesa, até certo ponto está o Mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. E' que sua filha Cecília, segundo Moreira de Azevedo, foi a fundadora em 1670 do Convento da Ajuda, que abrigou, até começos do século atual quando foi demolido, os restos mortais da Imperatriz Leopoldina, há pouco trasladados pelo sodalício da Rua Benja-

min Constant para a cripta do Monumento da Independência, nesta capital, onde repousam.

* * *

Na arrancada final contra o invasor da Pátria estremecida, não atendeu Luís Barbalho à convocação dos seus bravos, leais e abnegados companheiros de tantas jornadas gloriosas. A morte prematura que o surpreendeu a 15 de abril de 1644, emudeceu a voz fascinante de comando do fabuloso criador de imprevistos. Para sempre extinto o brilho dos olhos da águia do estrategista inigualável, não lhe foi dado ler a enérgica e cavalheiresca proclamação do insigne Governador da Liberdade, que se segue:

PROCLAMAÇÃO :

— “João Fernandes Vieira, Governador das Guerras da Liberdade dos moradores de Pernambuco e das Capitanias sujeitas às armas holandesas. Porquanto nos veio à notícia o bárbaro e cruel decreto que a tirania holandesa fulminou contra as leis da natureza e da política dos homens, condenando ao rigor de suas armas aquêlo soxo que a cortesia da gente respeita e a natural fragilidade escusa de tôda a hostilidade e desacato, com mandar as mulheres de nossa obrigação que, sob pena de morte, se desterrem (abandonem) suas casas, violando aquêlo natural fôro que as isente de todos s impulsos da ira e vingança contra o qual só os cobardes pôderiam delinquir. Mandamos a tôda e a qualquer mulher de qualquer estado ou qualidade que debaixo de nosso seguro se deixe estar em sua casa, como desobrigada de obedecer a preceito tão bárbaro, tomando por nossa conta a vingança de menor agravo que o holandês lhe fizer e juramos tomar dêle tão exata satisfação que com êle se eternize na memória das gentes o crime e o castigo e servirá a exação do estrago de gritar em todas as idades a horribilidade do delito. Dado nesta Campanha da Liberdade em 13 de Julho de 1645. João Fernandes Vieira”.

Este o estilo grandiloquente das proclamações do Governador da Liberdade — o grande João Fernandes Veira — que assim conseguiu empolgar as populações subjugadas, levando-as aos dramáticos e vitoriosos embates de Tabocas e dos dois Guararapes. E quando, dez anos depois da insurreção pernambucana contra o opressor das liberdades públicas, o destruidor da organização econômica do País, o inimigo do luso-cristianismo reinante na América Portuguesa se viu na contingência de assinar, vencido e repudiado, a rendição da Campina do Taborda — notável coincidência verificou-se então. Mais do que uma coincidência: um simbolismo de extraordinária expressividade para os destinos da nacionalidade em formação. Firmaram o documento famoso o português metropolitano João Fernandes Vieira e, nascidos no Brasil, o índio Camarão, o negro Henrique Dias e o mameluco André Vidal de Negreiros. Representavam êles, naquele momento histórico, as três raças que iriam

oferecer ao mundo intolérante de então e ainda ao de hoje, roídos por mil e um preconceitos, o exemplo de magnanimidade e despreocupações discriminatórias raciais ou religiosas que o estadista mexicano José de Vasconcelos assinalou no seu belo discurso de 1922, em São Paulo, no antigo palácio do governo do Estado, dizendo: "O Brasil, pela índole liberal de suas instituições políticas e pela generosidade do seu povo, será o refúgio da humanidade sofredora de amanhã".

Não somente esta a lição haurida pelo sociólogo no episódio memorável da luminosa manhã pernambucana da Campina do Taborda. Outras e importantes reflexões despertam no estudioso o magno acontecimento. Sobreleva notar, entre elas, a precária situação de Portugal, quando o holandês foi batido em Pernambuco. Inseguro nas suas instituições internas, após sessenta anos de domínio espanhol, sem economia própria, pois não decorrera o tempo suficiente à reorganização de suas finanças — via-se ainda o velho e heróico reino em guerra com dois dos mais potentes países da Europa: Espanha e Holanda. Por outro lado, fortes núcleos de população brasileira já então pontilhavam o extenso litoral brasileiro: no Nordeste, desde a Bahia ao Maranhão; no Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro; São Vicente e São Paulo; Cananéia e Paranaguá.

Houve o tempo necessário a comunicações de que resultaria a separação de Portugal — o que nunca se virificou foi o espírito de rebeldia à mãe pátria — com a qual o Brasil se mostrou satisfeito e grato, por motivos óbvios.

ROBERTO SIMONSEN — O PRECURSOR

Mario Savelli

Quando esta douta Casa decidiu instituir Patronos para as cadeiras ocupadas pelos que — na seqüência do nobre revesamento cívico e cultural que remonta há quase sete décadas — mereceram o privilégio do convívio em seu ambiente de boa e sábia companhia, não defrontei, por um instante sequer, a aflição da dúvida na escolha do meu paraninfo. De pronto — apesar dos muitos vultos tutelares que me afluíram à mente — elegi ROBERTO SIMONSEN. Presto, assim, preito ao homem de empresa que foi o real precursor do surto de desenvolvimento que, hoje, dá vibração, embora com intensidades díspares, a todos os quadrantes da Pátria; ao historiador emérito — e, diria, clássico — da época inquieta de constituição do arcabouço sócio-econômico de nossa Pátria; ao mestre da racionalização do trabalho; ao engenheiro das muitas, vultosas e belas obras, mas, sobretudo, ao cidadão prestante que ofereceu um exemplo que a mui poucos é propiciado dar: o sacrificar-se, consciente e superiormente, pelo próprio ideal. Esse esquecimento de si mesmo, em benefício do que foi a sua constante e absorvente preocupação — o progresso do Brasil — no-lo testemunha João Neves da Fontoura, quando, na resposta ao discurso de posse de Anibal Freire, na Academia Brasileira de Letras, como sucessor de Roberto Simonsen, informa que este às vésperas da IX Conferência Internacional Americana de Bogotá, em 1948, após doar ao Governo custosíssimo cabedal de estudos, monografias e mapas — preciosos para o resguardo de nossos interesses quando da discussão das bases da Carta Econômica das Américas — ofereceu-se para galgar, a serviço da Nação, as alturas andinas, das quais, à vista das deficientes condições orgânicas, mui provavelmente não retornaria com vida. Na verdade, pouco sobreviveu a essa generosa proposição de nobre voluntariado: a 25 de maio de 1948, a morte o colheu, quando saudava o estadista belga Paul Van Zeeland da tribuna da Academia Brasileira de Letras — o cenáculo que, há menos de dois anos, o havia recebido, para a vaga de Filinto de Almeida, o poeta límpido e sereno de Angústia, como segundo ocupante da cadeira 3, a de Artur de Oliveira, o memorialista mordaz da Rua do Ouvidor, cujo talento venceu a parcimônia em elogios de Carlos de Laet.

Tombou o lutador, destro e intemorato, encerrando a luminosa existência de conclamação ao trabalho, à humana compreensão e à solidariedade continental, pronuciando lapidar oração, da qual ofereço ao meu auditório de escol este excerto:

“Somos, com a nossa Democracia Social... um grande exemplo de conciliação que o destino humano revela. Não há aqui clima propício ao paganismo da força e à floração rubra dos estados sem alma”.

Decorridos três lustros de ausência do líder excepcional, a demagogia e o carreirismo não terão de muito deteriorado esse clima?

A Roberto Simonsen — como, de freqüente, acontece aos idealistas — só foi feita justiça plena pela posteridade. Simboliza êsse reconhecimento póstumo o título de um artigo do Senador José Américo — espírito íntegro ao ponto de tornar-se áspero no apêgo à imparcialidade —: “Roberto Simonsen uma das minhas retificações”.

Alguns, mal informados ou empeçonhados pelos beneficiários do caos, nêleviam, quando atuante, apenas, o capitão de indústria, o comanditário da finança internacional ou o propugnador seródio do capitalismo no seu aspecto mais reprovável. Ele, porém — o trabalhador que descurava canseiras, o patriota sobranceiro à calúnia, o analista percuciente dos fatos e dos homens — não se perturbava com a incompreensão e, sobretudo, a má fé dos que, para tudo inaptos, procuram, na crítica aos que realizam, ocultar as próprias frustrações.

Continuou, sem aguardar recompensas, a lutar pela boa causa da independência econômica do Brasil — funcionário espontâneo e sem paga de uma República em que “viceja luxuriante burocracia”.

Aos 21 anos incompletos, graduou-se, com distinção, engenheiro civil pela Escola Politécnica — a augusta casa de Paula Sousa.

A precocidade na obtenção da láurea acelerou o amadurecimento de espírito do apaixonado da ação. Diplomado, prontamente, enceta a fulgurante carreira profissional, como engenheiro da “Southern Brazilian Railway”. A seguir, passa a prestar serviços à Municipalidade de Santos — sua ilustre cidade natal —, para, em curto prazo, chegar à chefia da Comissão de Melhoramentos Municipais. Não tinha, porém, o jovem técnico, temperamento que lhe permitisse permanecer inserido nos limites de uma atribuição comunal, e, em 1921, aos 23 anos, funda sua primeira empresa: a Companhia Construtora de Santos.

Quinze anos decorridos, balanço das obras executadas alinhava centenas de residências, milhares de metros quadrados de armazéns, edificações industriais e pavimentação urbana, estabelecimentos bancários, os palácios da Bólsa de Café e da Associação Comercial e a Base da Aviação Naval.

Consolidado o êxito da Construtora de Santos, lança-se a novas empresas, num encadeamento empolgante: a Cia. Paulista de Habitações Econômicas, que, pioneira da morada popular, criou o formoso bairro da Vila Belmiro; a Frigorífica Santista, que possibilitou vultosa exportação de carnes durante a primeira conflagração mundial, e a Companhia Teatro Cassino Parque Balneário. Nessas realizações — de fato surpreendentes quando considerada a mocidade do seu artífice-mor — adotou normas de administração científica que o consagram precursor entre nós da racionalização do trabalho — ensinamentos de eficiência que viriam tomar corpo e constituir-se em doutrina numa entidade de ímpar benemerência: o IDORT.

O dinamismo equilibrado, a extraordinária capacidade diretiva e técnica e a invulgar cultura, que — embora, no seu refinamento, evidenciasse marcante influência européia — absorventemente applicava no estudo dos nossos aflitivos problemas domésticos, fazem-no, em pouco tempo, respeitado e acatado; e, aos trinta anos apenas, representa o Brasil no Congresso Internacional das Indústrias de Algodão em Paris.

Deu-se, então, ocorrência decisiva para a trajetória do jovem engenheiro: em viagem, conheceu Pandiá Calógeras. De pronto, ressaltam as afinidades entre as duas criaturas predestinadas. Apesar dos dezenove anos que lhes distanciavam as idades, o senso pragmático elevado, a acendrada vocação para o labor intelectual e, acima de tudo, a devoção patriótica, fizeram, sem demora, germinar mútua admiração.

Pouco após, era Calógeras chamado a dirigir a Pasta da Guerra. Como Ministro, deu solução à questão básica de nossa força militar: condições decentes de aquartelamento. E muito mais realiza o grande titular civil: institui a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; funda a de aplicação de Serviços de Saúde; elabora o Código de Organização Judiciária e do Processo Militar; estrutura as bases da força aérea e desenvolve as fábricas de Piquete e Realengo. Enfrenta o levante de 22, motivado pela candidatura Artur Bernardes e a lamentável, mas justa, prisão do Marechal Hermes da Fonseca. O estadista enérgico, transmuda-se no impertérrito defensor da lei, e, a 15 de novembro de 22, com o prestígio intacto, garante a posse do Presidente da República e afasta-se do Governo, admirado pela Nação e merecendo a amizade e o respeito do Exército que remodelara.

Foi um titular dêsse porte, decidido a executar num triênio o imenso programa de construções de 36 quartéis, dispersos por 9 Estados, que confiou, da obra vultosa, à Companhia Construtora de Santos, fiscalizada pela Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, as maiores empreitadas.

Os eternos detratores de tudo o que se sobrepõe à sua insignificância, os enfeitados da inveja e da maledicência, infelizmente tão encontrados no evolver de nossa história, insidiosamente, procuraram denegrir a reputação dos responsáveis pelo grande feito.

No elogio a Simonsen, na Academia Brasileira de Letras, Anibal Freire relembra o fato, dizendo que não faltaram chacais, que, como afirmou Vogue com relação a Ferdinand Lesseps — o genial entrelaçador de oceanos —, sempre perseguem, na imutável lei do deserto, o leão em marcha. As obras magnificamente realizadas, dentro da mais absoluta idoneidade técnica, moral e financeira, responderam cabalmente às alcivasias. Calógeras e seu discípulo, uma vez mais, haviam superiormente servido ao Brasil.

Depois, novos sucessos empresariais: a Cia. Nacional de Artefatos de Cobre, a Cerâmica São Caetano, a Imobiliária Nacional, etc..

O triunfo no campo material não foi suficiente, porém, para absorver o talento versátil de Simonsen, e, em breve, uma longa série de trabalhos publicados viria evidenciar a sua incomum aptidão e infatigável disposição para a pesquisa no fascinante laboratório dos fenômenos econômicos, sociais e financeiros.

Ao ser, em 1939, proclamado membro da Academia Paulista de Letras, pouco após a publicação da "História Econômica do Brasil, 1500-1820", fruto exponencial de suas atividades intelectuais, na alocução, de dez períodos, com que respondeu à saudação do ático Alcântara Machado, confessou as mesmas angústias de saber que dominavam os seus eminentes pares.

A "História Econômica do Brasil", obra sem antecedentes nos fastos de nossa cultura, é constituída pelas aulas professadas na Escola Livre de Sociologia e Política que, liderando douda plêiade, fundou, em 1933, e cuja alta fi-

nalidade reiterou ao inserir no discurso de paraninfo da primeira turma de bacharéis este trecho do manifesto inicial:

“Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social”.

Nossa simples definição de propósitos se entrevê o mais completo programa de Paz Social já elaborado entre nós.

Hipersensível ao fato social, bem cedo se apercebeu Simonsen que, da inevitável progressiva interpenetração das iniciativas estatais e particulares, decorrem situações bem mais difíceis do que as que envolvem os esquemas de ação integralmente liberais. E, há trinta anos, afirmava, com veemência, que o fortalecimento do Estado exige a preparação sempre mais apurada dos seus agentes. Repetia, também, que o organismo social mais complexo que resulta da simbiose Estado-Empresa privada reclama um preparo maior dos responsáveis pela orientação política — especialmente no setor explosivo das relações Capital e Trabalho — das empresas privadas, às quais atribuía a tarefa mais agressiva no célere processo de desenvolvimento, com benefícios generalizados ao País, que, êle, o arauto sem lazeres, não pôde assistir no seu momento de maior intensidade. Por certo, se as suas lições tivessem sido melhor ouvidas, a louvável ativação de nossos recursos — encetada por um Governo que teve o incontestado mérito de dar aos brasileiros um novo conceito da própria incomum capacidade de realizar — ter-nos-ia reclamado sacrifícios menores.

Previendo o que muitos, até hoje, ainda não vêem, para a formação da sociedade em que impere melhor justiça distributiva, considerou imprescindível preparar uma elite do trabalho que, como êle, fazendo do exemplo o primeiro dos deveres, possuísse a rara conjugação dos dons de energia, caráter, saber, prestígio moral, gosto do comando e profundo senso de responsabilidade indispensáveis aos timoneiros. Bem sabia que a história da Civilização dos povos é a das suas elites, no suceder dos ciclos de plenitude e decadência.

A árdua e sutil tarefa de preparar líderes para a batalha do progresso desempenhava-a com a fidalguia de um florentino; ciente de que o humanismo pragmático do século XX é o desenvolvimento lógico do estético e ético do Renascimento. Na prestigiosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entidade coordenadora das forças criadoras da maior concentração manufatureira do Hemisfério Austral, marcadamente se fez sentir, e até hoje perdura, a influência do professor de civismo e eficiência na formação de uma plêiade de valores que, incessantemente, se renova. Mestre nato, no campo da diuturna e fecunda atividade de construção de um mundo melhor, praticou, permanentemente, o conceito de extensão universitária.

Ao lançar as bases da Escola Livre de Sociologia e Política, Simonsen acabava de viver, com São Paulo, instante solar de um solar destino: a Revolução Constitucionalista. Para consagrar-lhe a atuação nesse momento de glórias, basta transcrever trecho de um documento da Associação Comercial — êste:

“Roberto Simonsen foi o grande general da indústria paulista, na mobilização de 1932”. A gesta heróica, segue-se a serenidade do estudo. Conci-

liam-se na mesma criatura, o dinâmico comandante do setor fabril da epopéia e o pesquisador paciente, que não admite interpretações apriorísticas da "História Econômica do Brasil".

Nessa sua obra magna, colhe os fatos nas nascentes, remonta-lhes o curso, para solidez de raciocínio, não descarta a interdependência entre fatores concorrentes, busca suas repercussões políticas e sociais na nacionalidade em formação e oferece expressiva soma de conclusões originais. Limitando a 1820 o estudo, força-nos a em outros escritos faltar seu pensamento no atinente à questão social e, especialmente, as implicações com o processo de rápida industrialização. Em vários deles, respigamos esperança e fé na função social da Igreja. Essa constatação explica o preito conjunto desta noite: ao empreendedor que aspirava conciliar patrões e operários sob a égide do espírito cristão e ao sacerdote que, num inolvidável Congresso Eucarístico, à sombra santa da Cruz, símbolo eterno de compreensão e amor, neste planalto predestinado, confraternizou, orando pelo Brasil, tôdas as classes sociais. Na mesma noite em que foi proferida esta palestra, o eng. Alberto Prado Guimarães fez o elogio de D. José Gaspar de Affonseca e Silva.

Oportuno se me apresenta repetir frases pronunciadas por Simonsen ao ser entronizada a imagem de Cristo no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

"A evolução que se opera no mundo, cujos contornos fogem ao nosso entendimento, exalta e esclarece, a cada passo, a divina sabedoria da doutrina de Cristo e o alcance eminentemente humano e social de suas máximas. Sob sua égide, podemos, unidos, em sereno ambiente de paz social, trabalhar, patrões e operários, pelo progresso e pela grandeza moral e material de nossa Pátria."

Essas assertivas expressam convicção firme e definitiva e desautorizam as ponderações, não de raro ouvidas, de que, em certos dos seus textos, se destacam antagonismos com a doutrina cristã quanto ao papel do Estado no campo econômico. O que Simonsen preconiza é uma judiciosa procura da exata dosagem das atividades do Estado e da empresa privada, na formulação do esquema dinâmico mais adequado à evolução harmônica do Brasil (única forma de manter tranquilidade social), o que corresponde, por certo, também, às nobres aspirações cristãs.

A inteligência lúcida e à cultura ampla, acumulada no convívio com Povos e Livros, não podiam satisfazer soluções simplistas e acanhadas, que observadores primários confundem com coerência doutrinária. Nacionalista convicto e atuante, repudiou o chauvinismo inibidor e egoísta; estimulador ímpar da iniciativa privada não lhe confere, contudo, liberdade de ação despolicada; sendo efetivo e ardoroso protetor do proletário (como Nabuco ao ser o mais desassombrado combatente pela alforria), não se valeu do caminho fácil das promessas demagógicas para chegar ao povo sofredor. Mas, como nenhum político do seu tempo, procurou estudar-lhe as carências, e, conhecendo-o, "amou-o na realidade e não como figura de retórica". Exemplo dessa preocupação absorvente encontramos-lo na sua proposição, incorporada à Constituição de 1934, de obrigatoriedade de levantamentos periódicos, pelos poderes públicos, dos níveis de vida das várias regiões do País.

Outra inverdade deve ser repelida com referência ao labor de Roberto Simonsen: a de que, obsecado pela idéia da industrialização, retardou o desenvolvimento agrícola do País, prejudicando o homem da gleba. Se, na copiosa relação de obras que publicou, não se destacassem várias destinadas ao estudo exclusivo de problemas econômicos do campo, para contestar a injustiça, bastaria citar este trecho de sua autoria:

“A nossa evolução social, mostra, talvez mais claramente do que em qualquer outra parte, ser difícil demarcar onde termina a agricultura, onde começa a indústria ou onde principia o comércio. Tôdas essas atividades se traduzem em estágios diferentes de manipulação dos produtos básicos, para um mesmo louvável fim: o aumento do bem-estar distribuído por um maior número, na conquista do que de útil o meio pode fornecer ao homem.”

Aí estão as fainas na fábrica, no campo e no entreposto equiparadas como fatores propiciatórios do bem comum — supremo almejo de Simonsen.

No período derradeiro da sua tenaz atuação em Congressos Científicos e no Parlamento, travou árduo torneio intelectual ao debater as repercussões do Plano Marshall na América Latina. O relatório que sobre o tema apresentou à XXVI Reunião do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção tornou, por unanimidade, aprovadas suas irrefutáveis conclusões. Examinou o assunto com a segurança do técnico afeito a compulsar dados estatísticos e, com plena objetividade, sem ater-se a dogmas doutrinários, alertou dos percalços que o Plano poderia trazer à vitalidade econômica da Nação e, com argumentação viril, dissecou a situação da América Latina face ao programa de reconstrução mundial. Em síntese convincente, afirmou ao Conselho Inter-Americano:

“Os norte-americanos e europeus, que desfrutam de alto padrão de vida, não compreendem, em sua maioria, as condições de penúria em que estão evoluindo os povos da América Latina. Esse estado de pauperismo não decorre de inferioridade da raça, porque somos provenientes, na maioria, dos mesmos troncos que povoam e promoveram o progresso das regiões mais avançadas do globo. Somos vítimas — isso sim — do determinismo geográfico, que só a técnica e a ciência poderão corrigir, e essa correção demanda vultosos investimentos e grandes organizações técnicas que ainda não possuímos.

Os nossos 120 milhões de latino-americanos se reduzem, na unidade homem-consumidor, em 20 milhões de europeus, ou em 5 milhões de norte-americanos.”

O sociólogo não permitiu que a cautela diplomática obumbrasse a missão do homem de pensamento construtivo. Não combatia o Plano na sua conceituação; mas, sondando-lhe o significado ecumênico, alertava uma imensa área continental de que, apesar de não estar em ciclo atormentado de conversão da economia integralmente de guerra para a de paz, devia prevenir-se.

Hoje, os latinos-americanos são 200 milhões, e o desolador confronto em termos de homem-consumidor com as áreas mais evoluídas do hemisfério boreal (excluídas, talvez, a região Centro-Sul do Brasil) perdura, em média, praticamente, o mesmo. Como corretivo — esquecida a idéia precursora da Operação Panamericana — acenam-lhes com um Plano Marshall-mirim: a “Aliança para o Progresso”, que, afetada, talvez, de macrocefalia administrativa, avança a

passos perigosamente lentos, tendo, para mal maior, a entravá-los a filáucia dos que capitalizam miséria e ignorância das massas.

Não repousava o lidador, e, poucos dias antes de falecer, proferia, no Clube Militar, conferência, na qual, limpidamente, advogava idéia que, nas relações internacionais, sempre defendera, afirmando:

“O critério de uma política de trocas sôbre bases rigorosamente econômicas tem que ser substituído por outro de política de real cooperação, em que se complementem, em estreita harmonia, correções de ordem política, social e econômica.”

A experiência do homem temperado em decênios de luta leal pela concórdia entre indivíduos e Povos sublima-se nas expressões que immortalizam o estadista.

Assentador da pedra angular do estuante surto industrial que assistimos, teve como uma das preocupações absorventes a formação de técnicos especializados requeridos por essa evolução manufatureira, e corporificou a idéia no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI.

As esperanças que, em 1942, demonstrou no discurso de posse do Conselho Regional do Senai, se consubstanciaram no sucesso pleno do órgão de aprendizado, dirigido pelos que, na devoção à causa pública, herdaram a flama do autor de “A Evolução Industrial do Brasil”, para quem “confiar era um dos exercícios morais a que mais emprestava valor”, conforme disse, em notável palestra, proferida no SENAI, D. Edda di Franco, sua secretária por muitos anos.

Presidente do Instituto de Engenharia, com extrema habilidade se conduziu ao integrar o austero sodalício na pugna eleitoral de 1933 para formação da bancada bandeirante à Assembléia Constituinte, instante generoso de exemplar união cívica que, infelizmente, não mais se repetiu em São Paulo.

O entusiasmo com que se dedicou ao órgão que presidia pode ser aferido nestas palavras, pronunciadas numa “Semana do Engenheiro”: “A Engenharia no Brasil tem que se desdobrar em todos os seus ramos, promovendo a propagação da boa técnica, pelo empreendimento, pela difusão dos ensinamentos, pela multiplicação das oficinas e dos obreiros convenientemente preparados, a fim de que o adiantamento material do país possa alcançar um nível indispensável à segurança de nossa sobrevivência e continuidade, como nação forte e feliz, nos tormentosos dias que hão de vir.”

Aí está, em essência, eminente escopo de ação de uma personalidade singular revelado na linguagem simples e sóbria de engenheiro culto — forma de expressão que Alcântara Machado apreciava, afirmando ser constituída por “materiais escolhidos e argamassados pela lógica e bom senso dos que têm o encargo de disciplinar as forças da natureza”. Mas, essas palavras evidenciam, também, tanta decisão e idealismo em arrostar um pesado compromisso que nelas reencontramos as marcas românticas que Herbert Hoover afirma possuir a engenharia.

O que representa o Serviço Social da Indústria, que o teve como maior artífice, é comprovado pelas 2900 escolas existentes, só no Estado de São Paulo, ministrando ensino primário a 92.000 crianças e adultos.

Autor de obra escrita de tão alto valor que o levou à consagração acadêmica; nos brindou com outra ainda maior: a sua vida executiva. Mais do

que o venturoso capitão de empresas, foi o bandeirante que devassou rumos para a conquista de nossa alforria econômica.

Teve uma dominadora preocupação: o Brasil combatido pela mais insidiosa das enfermidades sociais — a miséria. Insistia para que esse mal fosse atacado não só na chaga terrivelmente exposta — o pauperrismo urbano — mas, também, na semioculta dos campos. Daí o seu socialismo equilibrado, viril e evidentemente sincero, por ser o de alguém que, pelo esforço e méritos próprios, inteiramente se realizara; pois, sempre convém pôr de quarentena o socialismo de alguns irrealizados, para averiguar onde termina a frustração e onde começa a respeitável convicção ideológica. Foi atraído para a política, por que esta, na sua forma mais pura — o espírito público —, é inseparável das grandes obras; nunca, porém, resvalou para a cômoda posição que um eufemismo moleque denomina “realismo político”. As posições que conquistou em pleitos escorregados foram sempre trincheiras de luta por um ideal.

Essa a grande lição que nos legou Simonsen para este instante resolutivo em que o Brasil se compromete à causa da valorização social, não só a do “cortejado trabalhador de macacão, como a do pequeno lavrador, do modesto criador do humilde funcionário público” e da numerosa gente média, como nenhuma pauperizada e degradada nas cidades e nos campos — pois, macerada pela voragem inflacionária, vem descendo de nível. Adotemo-la como norma nesta hora de decisão de nosso porvir; quando, rememberingo seu alerta, tomamos consciência de nosso valor e decidimos vencer os complexos que são grilhões a aprisionar-nos ao charco intolerável do subdesenvolvimento.

Esse o homem atualíssimo de idéias, tão imanente à porfia da conquista de dias melhores para nosso Povo, que ainda é profundamente penoso admitir a sua ausência física.

Não deve ser evocado como figura de tempos idos; mas, como símbolo sempre presente nos arsenais onde se batem as quilhas de nossa indústria naval nascente, nas linhas de montagem de nossa estuante indústria automobilística, junto aos geradores de nossas centrais elétricas, nos laboratórios de nossas escolas técnicas, nas álacres aulas dos filhos de operários e, até mesmo, nesta sala, porque, onde há labor, estudo e vibração pelo Brasil, sempre estarão presentes espíritos tutelares como o de Roberto Simonsen — o que serviu sem repouso à Pátria, procurando, pelo prestígio nos certames internacionais, pela justiça social, pelo trabalho capaz e dignamente compensado dos proletários de todos os setores e escalões, pela harmonia das iniciativas particular e estatal e pela valorização de seus recursos naturais, conduzi-la à posição que lhe é devida no proscênio da história contemporânea.

Esse o meu Patrono. Esse o nosso Mestre.

BATISTA CEPELOS, O CANTOR DO BANDEIRISMO

João Gualberto de Oliveira

OS que hoje conhecem Cotia, nas vizinhanças de São Paulo, operosa e progressista, chantada "in illo tempore" bem no tôpo de um morro, dificilmente poderão fazer idéia do que teria sido ela há cêrca de um século — pobre vilarejo com meia dúzia de casas rudimentares. E disso aliás ninguém se deve maravilhar, porque a própria capital da Província naqueles dias, igualmente, não dava mostras nem de longe da formidável metrópole que haveria de ser, uma vez que ainda permanecia semi-estacionária como fôra meio século atrás, nos áureos dias da proclamação da Independência. As estradas de ferro estavam ainda em início, como meros projetos. Não existiam, portanto, nem a estação da Luz, nem a da Sorocabana, nem a do Norte, para o Rio de Janeiro; e isso porque o ramal de São Paulo da Estrada de Ferro Dom Pedro II (hoje Central do Brasil) só deveria ser inaugurado em 1877. O centro urbano da cidade não dispunha sequer de transportes coletivos, porquanto os primeiros bondinhos da Viação Paulista — bondinhos "de burro", como se dizia — só começaram a circular (nesse "circular" há certo exagêro) por volta de 1872.

Cotia era um pequeno povoado, simples e triste, fazendo tranqüilamente a sua sesta à beira da estrada de tropas de Sorocaba: poucos casebres de largos beirais, construídos de taipa e pau-a-pique, com suas meias-portas, seus interiores de chão batido e suas longas cêrças de varas enfileiradas por sôbre as quais espivavam curiosos as bananeiras, as goiabeiras, os mamoeiros e os pés de pitangas.

Nesse modesto rincão de São Paulo, em 10 de dezembro de 1872, nasceu um dos nossos grandes poetas — Manuel Batista Cepelos, filho de João Batista Cepelos e de d. Maria Dinis Cepelos.

O pequeno Manuel, ainda em tenros anos, aprendeu ali mesmo em Cotia a cartilha e a tabuada com o professor João Coelho de Castro. Nem bem começou a ler com desembaraço e a fazer com mão firme os penosos traslados da escrita, transferiu-se para a escola paterna, que funcionava no bairro de Vargem Grande. Dentro em pouco, na aludida escolinha, auxiliava o mestre, como decurião. E lá permaneceu durante certo tempo até chegar o dia em que, cheio de saudade, voltou para os penates. Mas não foi feliz nessa etapa da vida, porquanto ali teve de se avir com um inimigo gratuito de cuja existência nem sequer suspeitava: o inspetor de quartelão da localidade. Ninguém sabe ao certo porque aquela autoridade do vilarejo se tomou de antipatia, e até de ódio pelo rapaz, a tal ponto que êste, para livrar-se da perseguição que sofria injustamente, resolveu mudar-se para São Paulo, e tentar a vida num centro maior.

Com êsses projetos em mira, no Natal de 1889 — talvez acreditando que o nôvo régime implantado no País poucos dias antes lhe propiciasse oportu-

nidade para colocar-se no comércio —, ei-lo em demanda da capital paulista, trazendo consigo seu irmão José. Aqui chegados, bisonhos e baldos de recursos, foram hospedar-se na casa de um tio de ambos, o Dr. Brásilio Alves Correa do Amaral.

Os dois rapazinhos foram ali òtiramente recebidos; tiveram desde logo o seu quarto e talheres à mesa. Os primos eram encantadores. Mas os dias ociosos que iam passando em casa de parentes abastados acabaram por inquietá-los quanto ao futuro que os esperava, se não conseguissem trabalho. Maneco, o poeta, mais atirado que seu irmão, saía para a rua diàriamente e lançava mão de todos os expedientes a seu alcance para arranjar emprêgo, não só para si mas também para José. E tantos passos deu em tal sentido, que afinal o conseguiu. Por isso, nesse mesmo dia, à tardinha, quando voltou para casa, disse “ex abrupto” à sua bondosa hospedeira, Senhora Amaral:

— Estou muito contente, titia, pois arranjei um emprêgo. O coronel Canto e Melo, das relações de tio Brásilio, atendeu ao meu pedido, fazendo-me assentar praça no Corpo Policial de “Permanentes”. Hoje já vou envergar a farda!

A propósito, é oportuno lembrar aqui: os “permanentes” a que Manuel se referia eram antigos soldados da Guarda Nacional com os quais se constituíram os primeiros corpos da “Companhia de Guardas Municipais Permanentes”, com efetivo inicial de 100 infantes e 30 cavalarianos, ao se criarem em 15 de novembro de 1831 as primeiras fôrças militares do Estado pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, governador da Província de São Paulo. Depois mudou de nome, passando a chamar-se “Fôrça Pública do Estado de São Paulo”. Seu quartel foi, durante muitos anos, na esplanada do Carmo, ao lado da igreja e do convento do mesmo nome, situados mais ou menos onde hoje se ergue o suntuoso Palácio da Fazenda. Hodiernamente, a corporação está bem instalada à Avenida Tiradentes com um efetivo de 21.000 homens e é considerada a mais importante das milícias estaduais do País.

E foi assim que o poeta “verificou praça”, como se costuma dizer na linguagem militar, incorporando-se à aludida milícia. Mas a disciplina do quartel era por demais severa e êle teve, desde que nela ingressou, de pautar a vida por horários estreitos e regulamentos rígidos. Graças, porém, à sua fôrça de vontade, à sua autodisciplina, Cepelos conseguiu adaptar-se às asperezas da profissão que abraçara. E, segundo consta dos assentos oficiais do Corpo, êle, dentro de pouco, se fêz notado pelo esmêro e correção com que desempenhava as árduas funções. Mercê disso, pouco depois, de simples praça de pré se elevou aos primeiros postos de maior graduação, passando de cabo a sargento, para, com relativa facilidade, galgar o oficialato, como alferes, em 1891.

Nesse mesmo ano, porém, o Corpo Policial dos “Permanentes” foi extinto, com a sua incorporação à Fôrça Pública do Estado, e o alferes Manuel Batista Cepelos, por ato presidencial, viu-se transferido do 4.º para o 1.º Batalhão da aludida Fôrça. E a mesma resolução designou-o para servir como secretário interino do Coronel Inspetor de Corpos. A seguir, já no mês de dezembro, guindava-se pelas suas excepcionais qualidades ao pòsto de tenente.

Apesar dos dias atribulados que foram os seus nesse período, como sempre acontecia aliás, êle nunca se esqueceu de que, antes de tudo, era poeta, a cuja veia precisava dar expansão, fòsse como fòsse. Por isso, até mesmo quando

estava como "oficial de dia", ou nas horas monótonas de plantão no quartel, debruçava-se sobre o papel e ia alinhando nêle versos e mais versos, mais tarde enfeixados em seu livro de estréia, que foi o poema "A Derrubada".

Era, em consequência, considerado "o literato" do Batalhão. Mas os colegas, e até mesmo seu irmão José, mostravam-se algo alarmados com aquela "mania" de encher de versos, teimosamente, as fôlhas de papel almaço da repartição. Manuel, porém, limitava-se a sorrir, dando de ombros à crítica dos companheiros. E prosseguia de pena em punho, dando largas aos seus pendores.

Com as coisas nesse pé, não demorou muito e ei-lo despachado como comandante do destacamento de Santa Rita do Passa Quatro, no interior do Estado. Essa pacata cidadezinha paulista era, na última década do século passado, um espécie de seio de Abraão, onde entrava ano, saía ano, e nada acontecia de maior! E foi ali que Cepelos pôde dedicar ao seu estro quase tôdas as horas do dia e da noite.

Certa feita, porém, a quietude da cidade sofreu verdadeiro impacto: uma cantora italiana que se fizera ouvir na Capital, com muitos aplausos, resolveu excursionar por algumas cidades do interior paulista, entre as quais se incluía Santa Rita do Passa Quatro, onde resolveu dar uma récita. Aquilo, como era natural, representou acontecimento memorável na vidinha remansosa da população santa-ritense.

Na data escolhida, à noite, com a platéia à cunha, realizou-se o espetáculo, que agradou sobremaneira. Muitas palmas e até vivas ecoaram no teatro durante a representação. Ao descer o pano, chegado ao fim do último ato, Batista Cepelos, em sua poltrona, perquiriu com a vista o apinhado recinto para ver se alguém dos presentes tomaria a palavra para saudar a estrêla itinerante, em quem todos reconheceram uma artista de subido valor, bem merecedora dessa homenagem especial. O silêncio reinante constituía uma injustiça para com ela. Foi então que o poeta, de repente, se levantou, bateu as palmas e esperou um momento até cessarem os aplausos e se fazer silêncio, para usar da palavra.

Aquêlê gesto, naturalmente, provocou desde logo comentários cochichados na platéia e nas rodinhas que se formavam nos corredores do teatro.

— O "tenente" do destacamento vai falar... Justamente aquêlê sujeito de poucas palavras, sempre metido consigo mesmo... Que irá êle dizer?...

Foram minutos de angustiosa expectativa os que antecederam à sua oração. Mas o militar, embora apanhado de surpresa e algo nervoso, alçou a voz bem timbrada e começou a sua fala em tropos eufônicos, medidos e brilhantes. Fêz o elogio dos artistas que andavam pelo mundo afora, deixando pelos seus caminhos uma luminosa esteira de arte e beleza. Aquela admirável cantora, que presenteara Santa Rita com preciosa messe de harmonias, acabava de inscrever o seu nome entre os visitantes mais gratos e ilustres que a cidade já recebera ao longo dos anos... E, sempre nesse tom, prosseguiu a sua bela oração de improviso.

— Como fala bem o "tenente"! — diziam os espectadores entre si admirados.

— Um militar tão sizudo, tão casmurro! Quem havia de dizer! — discretavam as pessoas mais graduadas do lugar.

É assim Batista Cepelos se tornou uma verdadeira revelação para a gente de Santa Rita do Passa Quatro. Mais tarde, com seus poemas, deveria impor-se também à do Estado, e até mesmo à da Pátria, como autêntico valor literário.

Foi correndo o tempo, e, mais ou menos no período que vai de 1892 a 1894, teve Cepelos, como militar, de fazer a chamada "Campanha do Paraná", em cuja região litorânea, incorporado às tropas da Força Pública de São Paulo, participou de combates aos integrantes da "Revolução Federalista", havida nos pampas sulinos, os quais vinham caminhando para São Paulo. Por mera coincidência, nessas refregas tomaram parte dois vultos notáveis da milícia paulista e futuros homens de letras: Cepelos, como tenente, e Pedro Dias de Campos, como sargento. O primeiro, poeta, destacou-se nos meios literários autóctones com seus versos inflamados sobre os bandeirantes, e o segundo, historiador, descreveu "a parte que ao governo e ao povo de São Paulo coube na extinção da revolta de 6 de setembro de 1893".

De regresso da "Campanha do Paraná", em agosto de 1894, Cepelos foi promovido a Capitão e em seguida incorporado ao Batalhão hoje chamado Tobias de Aguiar, sob o comando do Major José Pedro de Oliveira, que partiu para a Bahia a fim de participar da "Campanha de Canudos".

Após regressar à Paulicéia desta última e perigosa missão, Cepelos ingressou em 1898 na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em 1902.

Durante a vida acadêmica, Cepelos tomou parte nas serenatas e escreveu versos e mais versos.

Certa vez, ali por 1908, escreveu os afamados poemas reunidos sob o título "Os Bandeirantes". À medida que os ia escrevendo, convidava os amigos e admiradores para vê-lo declamar à margem do rio Tietê.

E Afonso Schmidt, poeta e historiador de São Paulo, assim contou tais episódios:

"Lá vão eles, escuros e silêntes;
Nenhum levanta a voz, nenhum se expande.
Seguem pela Avenida Tiradentes
E chegam, ao luar, à Ponte Grande.

Despencam pelas trilhas do barranco
E, já na margem, um rapaz sombrio
Abre, folheia, o manuscrito branco
E declama a epopéia para o rio...

As águas sonham no seu fundo leito;
Os camalotes de aguapés, no embalo
Da correnteza, inclinam-se com o jeito
De quem o fazem tão só para escutá-lo.
São os poetas, são os estudantes.
É Cepelos, o épico, que lê
Alta noite, nas ribas do Tietê".

Batista Cepelos foi autor dos seguintes trabalhos: "A Derrubada", "O Cisne Encantado", "Os Corvos", "Vaidades", "Maria Madalena", "O VII Metal",

"Sensações da Vida" e outros trabalhos. O que, porém, lhe deu maior glória foi "Os Bandeirantes", prefaciado por Olavo Bilac.

Quando Batista Cepelos estava nos píncaros da fama, enamorou-se da filha do Senador Francisco de Assis Peixoto Gomide, de nome Sofia. E o namôro já se havia transformado em noivado e Batista Cepelos já freqüentava a casa, quando, certo dia, o Senador fêz sentir ao poeta o seu desagrado, a sua oposição formal ao noivado. Aliás, esse drama íntimo o poeta condensou nas seguintes palavras: "Cheguei, enfim. Mas a porta, aquela doce porta que sempre se me abria, cantando maciamente nos gonzos polidos, estava esmagadoramente fechada para o meu amor!"

As coisas iam nesse pé, quando, em 20 de janeiro de 1906, a imprensa divulgou aterradora notícia: o Senador Peixoto Gomide, num momento de loucura, matara a filha, suicidando-se em seguida.

O povo comentou de mil maneiras a triste ocorrência. Na realidade, porém, ninguém chegou a saber o que efetivamente se passara na velha mansão dos Gomides, porquanto não houve testemunhas da cena.

Dessa época em diante começou a decadência moral de Cepelos. Entre-gou-se ao álcool, deu de freqüentar botequins sórdidos, a trajar-se mal...

Com o fito de mudar Cepelos de ambiente, o Deputado Martim Francisco nomeou-o seu secretário particular para os trabalhos de que necessitasse nos períodos de sua estada no Rio de Janeiro.

Na antiga Capital Federal, Cepelos escreveu o romance "O Vil Metal" e o romance sobre a figura bíblica de Maria Madalena, trabalho mais tarde adaptado para uma peça teatral, já no fim do ano de 1914.

No dia 30 de março de 1915, o drama "Maria Madalena" subiu à cena, sob o patrocínio do ator Cristiano de Sousa.

E diante da penúria de Cepelos no Rio de Janeiro, o conhecido comediógrafo marcou nova récita para o dia 9 de maio de 1915, cuja renda reverteria em benefício do malgrado poeta de Cotia. Foi quando Cepelos, considerando-se um perseguido, um fracassado, um pária na sociedade, começou a deambular horas e horas pela cidade, a falar sózinho, a discutir e gesticular consigo mesmo, como um sonâmbulo.

Com o espírito assim perturbado, Cepelos encaminhou-se para uma pedreira existente no bairro do Catete, e, no dia seguinte, isto é, um dia antes da nova representação da sua peça, apareceu morto, num fundo de quintal. Dados os antecedentes trágicos do poeta, conclui-se que este procurou a morte pelas próprias mãos, como o epílogo natural e lógico do seu drama pessoal.

E... as letras nacionais perderam uma estrêla!...

São Paulo, 2 de fevereiro de 1963.

A PROPÓSITO DO MONUMENTO AO APÓSTOLO SÃO PAULO

Aureliano Leite

Parece que desta vez, dado o louvável empenho do governador do Estado em levar a idéia a bom termo, vamos ter o monumento ao Apóstolo São Paulo, sob cuja devoção nasceu, cresceu, desenvolveu e tornou-se em fabulosa metrópole a nossa Capital.

O plano, que está sendo devidamente estudado, é o de erguer-lhe uma estátua gigante, de cerca de 85 metros de altura, para que possa ser vista e reconhecida de toda a cidade, num dos picos do histórico Morro Jaraguá. Caso não seja levantada apenas a figura do homenageado, desnuda de qualquer outra minudência, como a imagem de Cristo do Corcovado, caberá por certo no seu embasamento a representação dos vultos que fundaram o povoado de que se originou a urbe paulopolitana. Tal admitido, dever-se-á reservar espaço lá, não só para a equipe das heróicas batinas negras que escolheram o sítio e nele construíram a inicial e paupérrima casa jesuítica, e, depois, a pequena igreja, mas também para aquêle maioral indígena que lhes levou a indispensável ajuda de sua tribo, o Cacique Tibiriçá, autêntico príncipe de sangue vermelho do Campo de Piratininga.

Entre os padres, merecem ser distinguidos três silhuetas, formando trindade gloriosa — Nóbrega, Paiva e Anchieta, pois desempenharam o papel principal dentro do grupo de soldados da Companhia, no drama da fundação de S. Paulo.

O historiador que deseje respeitar estritamente os documentos escritos, não pode deixar de atribuir a primazia a Manuel da Nóbrega, chefe da árdua Missão, seguido de Manuel de Paiva, o oficiante da cerimônia de 25 de Janeiro de 1554. Mas o observador mais atento da tradição contínua de quatro séculos, reforçada por mística cada vez mais arraigada, fica obrigado a voltar-se para a figurinha daquele simples irmão que as afortunadas Canárias ofereceram ao Brasil, através do grande Portugal — José de Anchieta.

Realmente ninguém mais do que êle se vinculou aos primórdios paulistas. É que os demais discípulos de Santo Inácio foram essencialmente terrenos e Anchieta alcançou-se logo ao mais alto da espiritualidade. Os outros foram clérigos exemplares, severos servidores dos preceitos da Igreja, respeitados e venerados por virtudes sacerdotais. Anchieta tornou-se em mais do que isso. Foi a suavidade, a meiguice balsâmica, a bondade infinita, desprendido das vaidades humanas, de tudo, o taumaturgo — foi, segundo a crença popular de seus coevos, seguida por seus pósteros, o Santo.

De maneira que, como historiador, ou melhor, como simples amante da História, de que não passo, penso que Nóbrega e Paiva, principalmente o primeiro, estão acima de Anchieta. Mas, como observador e verificador de convicção indestructível, de mística de quatro séculos, entendo que a primazia cabe a Anchieta.

Apóstolo do Brasil, chamou-o frei Vicente do Salvador, em sua famosa História, chegando a compará-lo a São Francisco Xavier, Apóstolo das Índias, o qual, nem por haver também nascido em terra castelhana, deixou de servir sob o pendão de Portugal.

A Anchieta, pois, guarde-se um lugar de realce no Monumento do Apóstolo São Paulo.

Foi êle, além do mais, o profeta do progresso fabuloso da cidade. Não se trata de pura lenda, está em relatório do governador do Rio de Janeiro, A. Pais de Sande.

(Publicação determinada por resolução tomada em sessão plenária ordinária).

MUSEUS HISTÓRICOS

Vinício Stein Campos

Ao inaugurarmos hoje, na solenidade desta noite, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a primeira exposição de peças e relíquias históricas do Museu Militar, — parece-nos que se impõe uma breve explicação sobre esta realização do esclarecido e benemérito Governo de São Paulo.

A criação do Museu Militar ocorreu precisamente no instante em que a administração estadual paulista, rompendo com uma rotina de mais de quatrocentos anos, alterou profundamente a estrutura museológica do Estado e enriqueceu o nosso território com uma sementeira de museus históricos e pedagógicos cuidadosamente planejados e vigorosamente mantidos pela Secretaria da Educação, numa ação sem paralelo em toda a rica história de nosso ensino público.

E para bem medirmos a importância desse trabalho no plano educacional e cultural da terra paulista, apreendendo integralmente as suas grandiosas perspectivas (alvo hoje da crítica azêda das cassandras inevitáveis no rastro de todas as obras pioneiras), — basta que estabeleçamos um confronto com o passado nacional e afirmamos objetivamente o seu valor, partindo dos imperativos cívicos e do complexo cultural que lhe definiam a necessidade e configuravam a urgência.

Ao largo período colonial, que se alonga do nebuloso ano de 1500 à criação do Brasil-Reino do século XIX, a paisagem brasileira não revela — a não ser no Brasil Holandês de Maurício de Nassau — um único museu, abrindo em nosso território o templo gasalioso para o documentário histórico e social desses tempos heróicos, — as peças, os documentos, as relíquias capazes de evocar, com autenticidade, o soberbo labor que realizou no continente a façanha estupenda da criação do Brasil. Muito pelo contrário, o que encontramos nesse desolado panorama de mais de três séculos, é coisa muito diversa. Não apenas a ausência de museus, como a determinação deliberada da destruição dos marcos históricos dessas eras gloriosas. E entre os testemunhos de tão criminoso vandalismo avulta a ordem daquele famigerado corregedor colonial, determinando a destruição, pelo fogo, do precioso arquivo da Câmara Municipal de Iguape. E ao fogaréu que incinerou os tesouros de nossos velhos arquivos, devemos ainda juntar as demolições que destruíram irreparavelmente as capelas, as igrejas, o casarão colonial dos povoados vicentinos, formosos e expressivos quadros paisagísticos dos primeiros tempos brasileiros! Quanto documento precioso totalmente perdido! Quantos edifícios, móveis, objetos, armas, utensílios, relíquias incomparáveis de uma época, — aniquilados sem remédio!

E enquanto isso, enquanto nada se fazia no Brasil antigo em favor da Museologia, menosprezando-se esse instrumento maravilhoso de sedimentação da cultura e fonte preciosa de desenvolvimento intelectual e artístico, —

multiplicavam-se pelo mundo as organizações que seriam nos tempos modernos os magníficos museus espanhóis, italianos, alemães, austríacos, ingleses, franceses, dinamarqueses, flamengos, polacos, americanos e russos. Daí o contraste que formamos hoje, — infelizmente ainda hoje, — com o resto do mundo, resplandescente de riquíssimos e variadíssimos museus, espalhados por toda a parte, das capitais imponentes aos vilarejos modestos, sob a assistência do Estado (que não distingue entre municipais e estaduais, conforme a miopia cabocla), — enquanto nós contamos pelos dedos os pequenos e abandonados museus que possuímos!

Data de 1818 a criação do primeiro museu brasileiro — o Museu Nacional, fundado por D. João VI. A sua história é a narrativa confrangedora do desinteresse que o acompanhou durante toda a monarquia. Somente a República — façamos-lhe esta justiça — cuidou do assunto com clarevidência e patriotismo. Mas assim mesmo data de 1922 a criação do primeiro museu histórico oficial brasileiro, quando Gustavo Barroso, ao ensejo dos festejos do 1.º Centenário da Independência, conseguiu de Epitácio Pessoa o seu apoio à criação daquele instituto, exemplo seguido mais tarde por Getúlio Vargas, ao nos dar esse admirável Museu Imperial, diariamente aberto ao povo na cidade de Petrópolis!

Em São Paulo, a situação era ainda mais sombria.

Atravessamos todo o período colonial, do Reino Unido, do 1.º Império, da Regência, do 2.º reinado, sem dispormos de um só museu oficial. Desoladora paisagem paulista de mais de trezentos anos! Haveria, quem sabe, muito escriba instalado em cômodo anonimato dos jornais, impedindo que se criassem museus sob o bafejo do Estado, pois isso deveria competir exclusivamente à iniciativa dos municípios! E por essa razão nada se fez. Quanta coisa estupenda, fruto do arrôjo, do talento, das virtudes mais sublimes de nossos antepassados, olvidadas e perdidas por falta de ambiente adequado que recolhesse e preservasse a sua memória. Enquanto os demais países americanos, sem falar dos grandes centros culturais da Europa, se desvelavam na proteção das relíquias de seus tempos idos, abrigando-as nos museus que hoje dão lustre e renome a essas nações, — os corregedores coloniais faziam queimar os arquivos e apagar nos chãos paulistas os traços de sua gloriosa história! E assim viemos, privados de tudo, cortando as amarras ao lastro cultural bandeirante, até à República, quando aquêlê punhado de lúcidos patriotas que Altino Arantes apelidou com muito acerto “os paulistas da inclita geração” — Prudente, Cesário Mota, Bernardino, Campos Sales, Rodrigues Alves, Glicério, Cerqueira Cesar, Américo Brasiliense, Antonio Piza, Quintino, Fernando Prestes, — procuraram reconquistar o tempo perdido e dar a São Paulo, o que lhe faltava em educação, saúde, dinamismo, cultura, amparo e difusão de suas tradições e sua história. O ensino público, o saneamento do Estado, a escola politécnica, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, — são iniciativas dessa época de ouro. Sobreleva o gesto do Conselheiro Mayrinkue, que adquiriu o Museu Sertório, fundação particular que reunia documentos históricos, objetos curiosos e exemplares da flora e da fauna, e o doou ao Estado para a organização do nosso primeiro museu oficial. Estava praticamente criado o Museu do Ipiranga, a princípio como Museu de Ciências, mas convertido depois, em 1922, na presidência de Washington Luís e por iniciativa do saudoso Afonso

de Taunay, em Museu Histórico, verdadeiro Panteão Nacional. Em 1923 o Presidente Washington Luís, que tantos e tão relevantes serviços prestou à História Paulista, criava em Itu o Museu Republicano, no histórico edifício da Convenção de 1873.

Aquêlé primeiro ímpeto criador, contudo, por falta de continuidade administrativa — um dos grandes males da República — entrou em declínio nas décadas seguintes e os dois museus paulistas não realizaram, em profundidade, a sua missão. Restritos a um horário de funcionamento que impedia o acesso do grande público, pois ambos inexplicavelmente só se abriam das 12 às 16 horas, aos domingos e às 5as. feiras, quando não chovesse, — perderam o caráter educativo que deveriam ter e passaram a constituir células mortas, meros repositórios de relíquias, peças e documentos, repartições emperradas e anodinas à margem do processo de formação intelectual, cívica e artística do povo. Tão grande foi esse alheamento de suas finalidades que São Paulo comemorou o IV Centenário de sua fundação com o Museu Paulista fechado, divorciado da festa maior da terra dos bandeirantes.

Foi então que surgiu a ação corajosa e culturalmente revolucionária do Governo de São Paulo, investindo galhardamente contra a rotina e rasgando novos horizontes, amplos e oxigenados, à ação museológica do serviço público. Com passadas de gigante, em face da estagnação anterior, através de sucessivos decretos atribuiu à Secretaria da Educação o encargo de instalar nada menos de 35 museus históricos e pedagógicos, distribuídos pelo interior do Estado. — Piracicaba, Guaratinguetá, Campinas, Batatais, Capivari, Amparo, Santos, Sorocaba Franca, São Vicente, Itanhaem, São Carlos, Rio Claro, Mogi Mirim, Tatuí, Itapetininga, Penápolis, Presidente Prudente, Tietê, Pôrto Feliz, São Bernardo do Campo, Pindamonhangaba, Itu, Santana do Parnaíba, Rio Prêto, Casa Branca, Mococa, Bauru, Mogi das Cruzes, Taubaté, Andradina, Ribeirão Prêto, foram convocadas para o importante trabalho. A oposição não se fez esperar e as críticas brotaram até nos grandes jornais, verberando o excesso, espantadas com o número de três dezenas de museus num Estado que mal dispunha de dois. Não sabiam os remanescentes da velha rotina que ainda agora, depois da grande guerra de 1939-1945, a Polônia, por meio de um único decreto, havia criado 160 museus. A Rússia, entre 1921 e 1936, criou nada menos de mil e poucos museus, sem contar os que recebera do velho regime e que cuidadosamente manteve. Não saberão porventura o esplêndido papel que os milhares de museus da Itália, da Alemanha, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos desempenham no desenvolvimento dessas nações e a absoluta necessidade que dêles também temos, em números assim copiosos. Não importa que sejam pobres e carentes de tudo, no princípio. Todos os museus, nacionais e estrangeiros, também começaram modestos. O desenvolvimento dêles será uma tarefa de várias gerações. O que é indispensável é criá-los, pô-los a funcionar e assegurar a sua sobrevivência. E isto a Secretaria da Educação está fazendo, malgrado a impatriótica campanha derrotista que contra ela se levanta por parte desses maus brasileiros, que desaçaimam seus ódios a serviço de antipatias pessoais, em detrimento dos alevantados interesses coletivos.

Coroando essa obra — dos museus históricos e pedagógicos — criou-se o Museu Militar de São Paulo. Nem seria possível que assim não fôsse. São Paulo, que tem um formidável passado de luta armada pelo Brasil, que

não se poupou a nenhum sacrifício pela conquista do território, que correu todos os riscos nacionais e jamais desertou os postos de sacrifício sempre que a Pátria reclamou seu tributo de sangue nas lutas da lei, da democracia e da liberdade, — São Paulo não poderia deixar de abrir a sua Casa Histórica — o Museu Militar — para perpetuar nela o culto entusiástico dos heróis que nos legaram tão precioso patrimônio de glórias.

O Museu Militar de São Paulo, que pretende recolher as reliquias históricas do glorioso Exército de Caxias e Osório, da imortal Marinha de Tamandaré e de Barroso, e da não menos gloriosa Aeronáutica, que escreveu nos céus italianos a epopéia do 5.º Grupo de Caça, bem como da nossa querida Força Pública, presente a tôdas as clarinadas da pátria, — o Museu Militar de São Paulo pretende ser uma escola permanentemente aberta ao ensino e à exaltação cívica da mocidade e ao mesmo tempo um panteão glorificador onde os nossos mortos inesquecíveis recebam carinhosamente o preito da eterna gratidão dos paulistas.

Desejamos, nesse templo sagrado, reerguer das névoas do passado, para a edificação do presente, um a um, todos os sublimes sacrificados dos campos de batalha em que se empenhou o Brasil. Trazê-los para o nosso convívio, tão vivos e atuantes, que nos permitam reviver, emocionados, a epopéia de seu sacrifício e nos ensinem no magistério dêsse exemplo sem par a nos darmos de igual modo ao País, como fiéis e intemoratos brasileiros.

Retomemos na História Militar Paulista um dêles.

Removamos, agora, a pesada e trevosa manta de esquecimento que envolve a figura admirável dêsse môço de nossa terra, gloriosamente caído num lance heróico, de audácia e destemor: — o Tenente Luís Antônio da Costa Aguiar. Quase ninguém, quero crer, sequer lhe ouviu o nome. É um jovem da melhor cepa bandeirante, filho de uma das mais ilustres matronas da província. Alto, fino de corpo, olhos azuis, cabelos loiros, aparência distinta, mal cumpriu os vinte anos. Vem de ingressar na Escola de Cadetes da Praia Vermelha, aos 16 de julho de 1863. — O Museu Militar comemorará, no ano próximo, êsse notável centenário. Dois anos depois ali a surpreende a Guerra de Lopez. Segue para o sul. Estêve em Corrientes até 2 de maio de 1866, instruindo recrutas. A 3, seguiu para a linha de frente a fim de reunir-se ao grosso do Exército. Recebeu o batismo de fogo na tremenda batalha de Tuiuti, a 24 de maio. Era, então, alferes-ajudante do 14.º Batalhão de Voluntários. Durante a peleja, uma bala paraguaia destrói-lhe o cabo do revólver, que trazia a tiracolo, enquanto outra lhe arranca do ombro a tangente de metal. Isso dá bem o testemunho da posição que lhe coube na formidável batalha. No dia 15 de junho, foi o primeiro brasileiro, depois do Capitão Libânio, a saltar dentro do reduto inimigo, conquistado a arma branca. Sob as ordens do grande Osório, agora no 53.º Batalhão de Voluntários, prosseguiu o intrépido paulista na vanguarda das forças nacionais, tomando parte na duríssima marcha de flanco que inutilizou a resistência paraguaia, anulou os planos de Lopez e abriu para os Aliados o caminho da vitória. Finalmente, aos 19 de fevereiro de 1868, no impetuoso ataque ao forte Estabelecimento, que fronteava Humaitá, dando-lhe cobertura, Luís Antônio recebeu uma descarga em pleno peito. Recolhido ao hospital de sangue do Exército, não resistiu aos ferimentos e faleceu no campo da luta. Citado em ordem de dia, com os bravos que tombaram

naquele assalto, dirigido pessoalmente por Caxias, seu corpo baixou à terra, lá na campina paraguaia, sepultado tão longe da pátria. Resta-nos dêle a fotografia que enviou de Corrientes, a condecoração que o Governo do Império encaminhou à família e uma carta que recebera de casa e que trazia no bôlso da túnica ao ser atingido e que ainda conserva a nódoa violácea do sangue que lhe empapou o uniforme, quando caiu ferido.

— Luís Antônio da Costa Aguiar abre, assim, a marcha ao enorme contingente de heróis que hão de povoar os salões do Museu Militar de São Paulo para receber o tributo de eterna gratidão do Brasil e o compromisso de nossa solidariedade ao seu sacrifício e ao seu valor. A memória da posteridade há de falar, nas lições dêste Museu, que êles não lutaram nem morreram em vão.

Bem haja, pois, o Governo de São Paulo que tornou possível êsse ato de justiça para com o passado. Bem haja o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que tornou possível o contato da mocidade de hoje e de amanhã com essas páginas rutilantes do envaidecente passado do Brasil.

NECROLÓGIOS DOS SÓCIOS FALECIDOS EM 1963

Alceu Maynard Araújo

Davi, o suave poeta bíblico, num de seus salmos, tem êstes versos: “ensina-nos a contar os nossos dias de tal maneira que alcancemos corações sábios”, Nesta sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, estamos reunidos, não apenas para cumprir uma determinação dos nossos Estatutos, mas, e principalmente, para render um preito de homenagem aos nossos consócios que passaram os umbrais da eternidade. Nestas palavras de saudade poderemos apontar aqueles que “alcançaram coração sábio” como anelava o salmista.

Impossibilitado de aqui se encontrar o primeiro orador dêste sodalício, nosso brilhante confrade Francisco Teive de Almeida Magalhães, tribuno que transmitiria aos presentes emoção, saudade, e por que não dizer, muitos olhos ficariam marejados de lágrimas porque a palavra fácil dessa “patativa fluminense” tem o condão de impressionar.

Na qualidade de segundo orador de nosso Instituto, procurarei desincumbir-me da tarefa de tecer o *necrológio de 1963* e, para que pudesse melhor desempenhar a determinação dada por nosso querido e ilustre Presidente, Dr. Aureliano Leite, tive que recorrer aos dados biográficos que êle mesmo nos deu, outros dispensados pela gentileza de Celestino Eusébio Fazzio e Luís Tenório de Brito. Respingamos também no “Dicionário dos Autores Paulistas”, de Luís Correia de Melo, bem como aproveitamos dados de nossas próprias pesquisas históricas, quando elaboramos “Chefes do Governo Paulista”, trabalho agasalhado pela Revista de nosso I.H.G.S.P..

Ao traçar a biografia de cada um de nossos confrades que não estão mais em nossa companhia, quero apenas colocar sobre a eça de nossa saudade, esta coroa de palavras — “*Bem-aventurados os que dormem no Senhor*”, epitáfio imarcescível que nosso respeito lhes escreve.

Êste é o nosso tributo de homenagem coletiva neste dia 26 de outubro de 1963, data que também nos faz lembrar de dois saudosos confrades, dia que assinala o transcurso do nascimento de Dácio Pires Correia e Dr. Washington Luís Pereira de Sousa.

FABIO DA SILVA PRADO

Sócio Benemérito

Nosso sócio benfeitor nasceu nesta Capital, aos 26 de junho de 1887. Foram seus pais o Sr. Martinico Prado Júnior e D. Albertina Pinto Prado. Casou-se, em 1914, com a sra. D. Renata Crespi da Silva Prado, filha do sr. Conde Rodolfo Crespi e da sra. Condessa Marina Régoli Crespi. Era irmão dos Srs. Caio da Silva Prado, Martinho da Silva Prado, Cássio da Silva Prado,

Plínio da Silva Prado, D. Lavinia Prado de Oliveira, D. Julita Alves Lima, D. Corina Prado de Mendonça, D. Clélia Prado Salgado, D. Evangelina Prado Uchoa e D. Cornélia Prado de Mendonça.

Filho do ilustre propagandista da República Martinico da Silva Prado, herdara de conhecida família de seu progenitor por tantos títulos admirado, o gênio dos empreendimentos de envergadura. Não ficava atrás dos Antônio Prado, dos Eduardo Prado, dos Caio Prado e do seu próprio pai, Martinico Prado, no merecimento social, como homem particular e público.

Fêz seus estudos de primeiras letras e de preparatórios em São Paulo, matriculando-se, logo a seguir, em 1904, na Escola Politécnica. Deixou os estudos em São Paulo, seguindo para Liège, em cuja Universidade se matriculou no Curso de Engenharia. Regressando, três anos após, ao Brasil, passou a dedicar à lavoura sua atividade, administrando a Companhia Guataparã, da Companhia Prado Chaves, da Manufatura de Chapéus Italo-Brasileira "Capelificio Crespi", da Companhia dos Grandes Hotéis, da S/A. Mármoreos Brasileiros, da Companhia Agrícola Santa Cruz, da Companhia de Seguros Piratininga, do Banco Mercantil e Presidente do Automóvel Clube de São Paulo. Foi também, por vários anos, diretor da Associação Comercial de São Paulo, da Federação das Indústrias e do Sindicato Patronal de Indústrias Textis, Presidente da Bolsa de Mercadorias e do Jockey Clube de São Paulo, do qual foi um dos reorganizadores, tornando-o numa das mais grandiosas organizações no gênero, do mundo.

Protetor das artes das letras, mereceu, ao lado de sua dedicada esposa, como poucos no Brasil, o título de Mecenas, de regra atribuído a muita gente que está longe de lembrar a figura do inesquecível romano que aliviou o poeta Virgílio de seus apuros financeiros, quando se dedicava a composição de *Eneida*, das *Geórgias* e das *Bucólicas*.

Homem pragmático, ao contrário daqueles idealistas utópicos tão detestados pelos americanos, cuidou sempre do *possível* e do *objetivo*, sem ser um materialista ou um utilitarista da escola marxista.

Exerceu atividades políticas pela primeira vez, em 1925, quando eleito vereador, cargo ao qual renunciou pouco tempo depois. Dedicou-se novamente à atividade industrial, até que surgiu o Partido Constitucionalista, do qual foi um dos fundadores, figurando de início no diretório central. Renunciou a este último cargo ao ser nomeado prefeito da Capital pelo Eng.º Armando de Salles Oliveira, cargo que tomou posse a 6 de setembro de 1934, e que deixou em abril de 1938.

Deve-se destacar a ação do ilustre paulista durante os acontecimentos de 1932. Foi Fábio da Silva Prado um dos organizadores da M.M.D.C. onde permaneceu do primeiro ao último dia. Depois da revolução de 1932, esteve em Buenos Aires, onde foi o amigo constante e prestimoso de muitos brasileiros que ali se encontravam.

Como homem público, foi, no fecundo govêrno de Armando de Salles Oliveira, o grande Prefeito da Capital. Chamou para sua administração as luzes do conhecido arquiteto e urbanista Prestes Maia, iniciando, assim, a remodelação de São Paulo, sonhada pelo saudoso Prefeito Pires do Rio.

Além das obras de puro sentido material que beneficiaram sobremaneira a Paulicéia, vale a pena destacar, e só isto bastaria para imortalizá-lo — a

criação do Departamento Municipal de Cultura. Tão notável foi essa primorosa iniciativa que governos estrangeiros copiaram sua organização.

Erigiu a Biblioteca Municipal "Mário de Andrade" e foram criados, no Departamento de Cultura, além de outras notáveis instituições, como a Discoteca Municipal e o Arquivo Histórico, os necessários parques Infantis, Clubes de Menores Operários, indispensáveis numa metrópole árida de locais de recreação. Ajunte-se a estas iniciativas a construção do Estádio do Pacaembu e o Parque "Manequinho Lopes".

Mas a sua obra, que não se resume no que aqui se refere como simples exemplificação, pode ser devidamente conhecida na sua Mensagem de 1937 e no volume — Administração Fábio Prado, publicada em 1936.

Foi agraciado pelo governo da Itália com as insígnias de Grande Oficial e Comendador e, pelo Governo de Portugal, com a de Comendador.

No exíguo espaço de que dispomos, é o que se pode dizer de nosso grande e chorado consócio.

MINISTRO LAUDO FERREIRA DE CAMARGO

Sócio Honorário

Laudo Ferreira de Camargo nasceu na cidade de Amparo, na então Província de São Paulo, aos 17 dias do mês de abril de 1881. Seus pais eram o Coronel João Belarmino Ferreira de Camargo e dona Francisca Viegas de Arruda Camargo.

Em sua terra natal, fêz os primeiros estudos, continuados mais tarde no tradicional Colégio de Itu. Ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde cursou o primeiro ano, verificou que os seus pendores o levavam para o estudo do Direito. Fêz o curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo onde ingressou e colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 4 de maio de 1902. Regressando à sua terra natal, exerceu a advocacia, tendo ocupado, interinamente, cargo do Ministério Público, até que, por decreto estadual de 28 de abril de 1905, foi nomeado promotor público da Comarca de Serra Negra; funcionou aí cêrca de três anos, quando, por decreto de 28 de janeiro de 1908, foi removido para a promotoria pública de São José do Rio Pardo.

Após haver obtido título de habilitação para o cargo de juiz de Direito, formalidade que, na época, era exigida por lei, foi, por decreto de 19 de novembro de 1910, nomeado juiz de Itaporanga, donde se removeu, a pedido, para a Comarca de Cajuru, por ato de 24 de agosto de 1911. A seguir, requereu e obteve remoção para São Paulo, segundo ato de 8 de outubro de 1912, e dali foi removido para a 1.^a Vara da Comarca de Ribeirão Preto, por decreto de 18 de janeiro de 1915.

Em Ribeirão Preto, conservou-se por sete anos, vindo depois a ser promovido para a 1.^a Vara da Comarca de Santos, então 4.^a entrância, por decreto de 3 de março de 1922. Na comarca de Santos, estêve até 20 de setembro de 1922, quando, mediante nova promoção, foi removido para a 1.^a Vara Cível e Comercial da Capital de São Paulo, então entrância especial. Nomeado, também, diretor do Palácio da Justiça, por decreto de 27 de outubro de 1930.

Em Santos dada a estima grangeada no meio forense, recebe expressivas homenagens, inclusive a de ver colocada em sua antiga sala de trabalhos uma placa de bronze com os dizeres "Foi Juiz em Santos Laudo Ferreira de Camargo".

Sobrevindo o movimento de 1930, o primeiro ato do nôvo govêrno, foi nomeá-lo Ministro do Tribunal de Justiça do Estado, com assento na 4.^a Câmara.

Em virtude do decreto de 24 de julho de 1931, assumiu, como Interventor Federal, o Govêrno do Estado de São Paulo, cargo que deixou no dia 13 de novembro de 1931.

Por decreto de 30 de maio de 1932, foi nomeado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, preenchendo a vaga resultante do falecimento do Ministro paulista Francisco Cardoso Ribeiro. Tomou posse no dia 9 de junho de 1932. No dia 31 de janeiro de 1949, foi eleito, por unanimidade, Presidente do Supremo Tribunal Federal, em cujo cargo se aposentou, em virtude de dispositivo constitucional, no dia 17 de abril de 1951, ao completar a idade de 70 anos.

Pela primeira e única vez na nossa história, o Congresso Nacional, Senado e Câmara, se reuniu em sessão especial, separadamente, a fim de tributar homenagens a um magistrado, na pessoa de Laudo de Camargo, que assim ficou acentuado, como a mais dignificante figura do mundo judiciário brasileiro.

Foi agraciado com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito e considerado Servidor Emérito do Estado.

Em 1949, por ocasião de sua investidura como Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao qual vinha servindo desde 1932, amigos fizeram reunir em volumes de 245 páginas, sob o título "Ministro Laudo Ferreira de Camargo na Presidência do Supremo Tribunal", tôdas as homenagens que lhe foram prestadas, por ocasião, no Distrito Federal, São Paulo, Santos e Ribeirão Preto, além das publicações da imprensa. O mesmo fato se repete em 1953, quando um grupo de amigos fêz reunir em volume de 292 páginas, tôdas as homenagens que lhe haviam sido prestadas, após sua aposentadoria do Supremo Tribunal Federal, sob o título "Homenagem — Laudo de Camargo, um Juiz — 17-4-51". Contém o volume, que é ilustrado, as manifestações do Poder Judiciário, do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado), do Congresso Estadual e Câmara Municipal de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA: — "Notas de um Juiz", 1925, Saraiva & Cia. Editôres, 347 páginas. (Livro escrito quando Juiz da 1.^a Vara de Santos).

"Decisões", 1931 — Saraiva & Cia., Editôres, 476 páginas. (Escrito quando Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo).

"Discurso" — publicado pelo Centro Paulista, Rio de Janeiro, do qual foi presidente. A peça oratória foi pronunciada por ocasião de sua posse.

As publicações acima constituem elementos para a biografia do saudoso Ministro, que ficaria incompleta caso não registrássemos que foi Laudo Ferreira de Camargo um dos primeiros homens do govêrno Paulista a cogitar da instalação da Universidade de São Paulo, quando, por intermédio da Secretaria da Educação, nomeou a comissão composta pelos professores Alcântara Machado, Lúcio Martins Rodrigues, Raul Briquet, Fernando de Azevedo e

Júlio de Mesquita Filho, para estudar as bases de sua organização. Junto ao Dr. Belisário Pena, então Ministro da Educação, promoveu entendimentos sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, estabelecimento federal de ensino, como uma das primeiras medidas para efetivação da idéia. Infelizmente, não houve tempo, em seu pequeno período administrativo da terra bandeirante, para que tal acontecesse e a Universidade de seus sonhos foi realizada, pouco mais tarde, por Armando de Sales Oliveira.

No período crítico e agitado social e politicamente, em que vivia S. Paulo, após a interventoria de João Alberto Lins de Barros, foi designado um paulista sereno, impoluto, probo, para dirigir os destinos dos paulistas. Por decreto de 24 de julho de 1931, foi nomeado o Ministro Laudo Ferreira de Camargo. Ainda nesse dia, João Alberto lavra seu último decreto, o de n.º 5.140. Do Ministro, o primeiro decreto é o de n.º 5.141, de 29 de julho de 1931.

Historiemos a aceitação, por parte do Ministro Laudo Ferreira de Camargo da Interventoria Federal. Plínio Barreto fôra nomeado pelo Sr. Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, por indicação de João Alberto para Interventor Federal em São Paulo. Não chegou a tomar posse. O General Miguel Costa, então Secretário da Segurança Pública, chefe portanto da Força Pública, estava disposto a impedir a posse do jurista e jornalista na Interventoria Federal, chegando a colocar tropas na rua, bem como os elementos da agremiação política da qual era presidente — a Legião Revolucionária — fundada por êle, João Alberto e Mendonça Lima.

O Sr. Oswaldo Aranha, então Ministro da Justiça, veio do Rio de Janeiro para dar posse ao Sr. Plínio Barreto, já tendo adrede combinado o apoio e cobertura que lhe dariam as tropas do Exército Nacional sediadas na Capital e em Quitaúna.

Em sua própria casa, Plínio Barreto recusou-se, perante o emissário do Catete, a assumir a Interventoria Federal em São Paulo, num gesto nobilitante, para evitar correr o sangue generoso dos paulistas, pois a cidade estava em efervescência. De um lado, os moços da velha e sempre nova "Arcadas do Largo de São Francisco", doutro, os policiais e homens de lenço vermelho no pescoço — os da Legião Revolucionária — percorriam as ruas da Capital. Plínio Barreto não quis concorrer para mais uma desgraça para São Paulo e, em sua residência, onde se congregava o escol dos idealistas de São Paulo de Piratininga, na presença de Oswaldo Aranha, indicou seu amigo Laudo Ferreira de Camargo. Este relutou, mas, como era para o bem de São Paulo, aceitaria mediante o empenho da palavra das várias correntes políticas ali presentes, de serem concordes. Foi unânime a aceitação austera do Ministro Laudo Ferreira de Camargo para ocupar a Interventoria Federal de seu Estado.

No dia de sua posse, a 25 de julho de 1931, o Interventor Federal escolhe e nomeia o seguinte secretariado:

Abraão Ribeiro — Secretário da Justiça e Interino da Segurança Pública;
Numa de Oliveira — Secretário da Fazenda e Tesouro;
Antônio de Almeida Prado — Secretário da Educação e Saúde Pública;
Adalberto Queiroz Telles — Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio;

Francisco Emídio da Fonseca Teles — Secretário da Viação e Obras Públicas;

Francisco Machado de Campos — Prefeito da Capital.

No Governo de Laudo de Camargo, foram revogados vários decretos. Era o corregedor que estava no poder executivo; veio para ser, antes de tudo, o distribuidor de justiça mais do que, propriamente, o executor. Na sua rápida, porém profícua administração, cuidou-se precipuamente das cousas da Justiça.

Laudo Ferreira de Camargo, Homem bom, dormiu nos braços de Jesus no dia 21 de julho de 1963 para o justo e perfeito descanso.

Tive a felicidade de traçar a sua biografia em "Chefes do Governo Paulista". Guardo como preciosa relíquia seu cartão de agradecimento.

RUI DE AZEVEDO BLOEM

Sócio Titular

Rui Bloem nasceu em São Paulo a 18 de outubro de 1905. Era filho de D. Jandira de Azevedo Bloem e de Antero Bloem, o ilustre paulista que fez o seu nome literário com o famoso soneto "Cristo de Marfim".

Menino ainda, aprendeu, com seu progenitor, a taquigrafia e seguiu a vocação paterna, tornando-se escritor e jornalista primoroso.

Cursou o Ginásio do Estado, concluindo seus preparatórios no Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II, onde ingressou em 1918; regressou a São Paulo em 1919, por motivo do falecimento de seu pai, vindo para então assumir, como filho mais velho, os encargos da direção da família. Foi um filho exemplar, irmão desvelado e só poderia vir a ser um pai extremoso de Eli, Dora e Vera.

Começou sua vida pública como taquígrafo no Congresso do Estado. Com grandes sacrifícios, horas e horas na redação dos jornais, onde a madrugada o encontrava na sua mesa de jornalista, conseguiu bacharelar-se em Direito, em 1931, pela nossa Faculdade do Largo de São Francisco.

De 1920 a 1930, trabalhou no "O Estado de São Paulo" como redator parlamentar. Em 1933, passou para as "Folhas" sendo, primeiramente, secretário da "Fôlha da Noite" e, depois, redator-chefe da "Fôlha da Manhã" da "Tarde" e da "Noite".

A partir de 1958, passou a redator especializado em política, na "Fôlha de São Paulo", ali permanecendo até 1960, quando, por motivo de saúde, afastou-se da imprensa militante para colaborar, então, em vários jornais como "Correio da Manhã", "Tribuna da Imprensa", "Jornal do Brasil" e "Correio Brasiliense".

Destacou-se como batalhador incansável de várias causas justas; apontamos dentre elas a da *cédula única* para as eleições. Sua vitória teve cunho nacional. Lutou em prol da mudança da Capital Federal para Brasília. Era o "mudancista que sabia argumentar com segurança e não com sentimentalismo".

Sua atividade literária era intensa. Era um dos nossos mais seguros críticos de livros, dirigindo nas Fôlhas uma secção onde deixou inolvidável renome. Deixou vários livros de crítica literária, estudos políticos, ensaios: "O primeiro

romance brasileiro", "Aventuras de Diófnanes", de Teresa Margarida da Silva e Horta, com prefácio do autor, "Palmeiras do Litoral".

Rui Bloem não era apenas o mestre de jornalismo; na vida pública, conquistou as mais destacadas posições. Foi secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; professor de Sociologia do Colégio Universitário da U.S.P.; consultor jurídico e diretor do Departamento Cultural e Secretário-Geral da Universidade; e, ainda, Diretor-Geral do Departamento de Administração da Universidade de São Paulo.

Rui foi professor de Técnica de Jornalismo, da Escola de Jornalismo "Casper Líbero"; Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal; presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo; Presidente da II Bienal de São Paulo (1954) e diretor da Galeria de Arte de São Paulo.

Colaborador efetivo da Revista do Arquivo Municipal, companheiro de Mário de Andrade.

Durante 43 anos, batalhou o bom combate na imprensa paulista, vindo a falecer, em São José dos Campos, na dia 22 de novembro de 1962, aos 57 anos de idade. Mõço ainda, dêle ainda muito se esperava; deixou uma lacuna enorme. Todos nós que convivemos com Rui em qualquer uma de suas multifárias atividades, dissemos: morreu um homem Bom, um Homem que tinha fé nos destinos do Brasil.

DR. JOSÉ CÁSSIO DE MACEDO SOARES

Sócio Honorário

Filho do educador Prof. José Eduardo de Macedo Soares e de sua espõsa Cândida Sodré de Macedo Soares (Dona Mocinha), que foi uma grande colaboradora da obra do marido; teve vários irmãos sócios do Instituto: o Embaixador José Roberto, já falecido, o jornalista José Eduardo e o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Dois filhos do Dr. José Cássio são nossos consócios: José Eduardo e José Cássip; e um genro, o nosso mui querido José Pedro Leite Cordeiro, zeloso ex-presidente dêste sodalício.

Formou-se em Farmácia em São Paulo e, em Medicina no Rio. Teve um tio, o Prof. Antônio Augusto de Azevedo Sodré, que foi professor no Rio e diretor da Faculdade de Medicina e que muito o influenciou em sua carreira.

Exerceu a medicina em São Paulo. Foi, depois, destacado lavrador de café em Descalvado; revelou grande paixão pela pecuária: na Sociedade Rural, ocupou cargos na diretoria e foi presidente da Associação de Criadores do Gado Holandês. Não gostava de política, mas foi deputado federal quando São Paulo o chamou, após 32, movimento em que tomou parte atívisima, pertencendo e sendo um dos dirigente da MMDC.

Foi um dos diretores da São Paulo, Companhia de Seguros, e de várias outras, inclusive uma de loteamento em Campos do Jordão. Católico apostólico romanò, praticante, foi um dos membros da Comissão de Construção da Catedral de São Paulo. Primeiro mesário e depois, por onze anos, Provedor da Santa Casa, a que deu parte de sua existência. Foi mordomo do Asilo de Araras, onde espalhou benefícius; em São Paulo, do Asílo Sampaio Viana,

dedicando-se à infância desamparada. Foi êle quem aboliu a roda dos expostos na Santa Casa e providenciou o adotamento, por casais sem filhos e desejosos disso, de crianças desamparadas, sem pai nem mãe. Professou em uma das cadeiras da primitiva Escola de Medicina de São Paulo, antes de ser fundada a atual Faculdade de Medicina.

Quando seu irmão José Carlos era interventor em São Paulo, foi nomeado Diretor do Serviço de Menores; pelo fato de ter sido nomeado pelo irmão, não quis receber ordenado, e o Dr. José Carlos determinou-lhe o vencimento: um cruzeiro por mês. Ao se retirar do cargo, os funcionários o homenagearam, ofertando-lhe um cruzeiro de ouro, simbolicamente. Era bom, desprendido dos bens terrenos e, quanto pôde, ajudou crianças desamparadas, pobres e necessitadas.

PROFESSOR ÁLVARO SOARES BRANDÃO

Sócio honorário

Êste mui saudoso sócio honorário, nobre de ação e da nobre descendência dos ramos de Neiva, Viana e da Feira, ligado ao Conselheiro Francisco Carvalho Soares Brandão, que foi ministro dos Negócios Exteriores do Império do Brasil e Ex-Presidente das Províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Alagoas, faleceu em março dêste ano.

Descendente das mais fidalgas famílias portuguesas, veio para o Brasil há mais de 30 anos, aqui se dedicando ao magistério secundário.

Autor de vários livros didáticos e de divulgação científica. Lente de química, física e matemática em prestigioso estabelecimento de ensino secundário desta Capital. Foi eleito membro da Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo e, quando de sua recepção, em 28-7-41, proferiu magnífica conferência sob o título: "Contribuição dos Químicos Portugueses à Ciência Hermética".

Entre os títulos do Dr. Alvaro Soares Brandão, salientam-se os de: Engenheiro Químico, por Lisboa e Paris; Livre-Docente do Instituto de Estudos de Ensinos Superiores de Montevidéu. Foi Membro da Delegação do Estado de São Paulo junto ao 3.º Congresso Sul-Americano de Química, em 1937. Fêz parte das seguintes sociedades: Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto Histórico do Minho, Sociedade de Física e Química de Paris, Sociedade Suíça de Química, Sociedade Espanhola de Física e Química, Instituto de Estudos Superiores (Membro Honorário e correspondente) de Montevidéu, Associação de Química da Argentina e membro titular da Sociedade Paulista de História da Medicina.

Foi presidente da "Casa de Portugal", em São Paulo, de março de 1938 a março de 1940, devendo-se à sua iniciativa a série de conferências luso-brasileiras de alta cultura realizada nesse período. Desde 1938 representou o Cônsul de Portugal em cerimônias oficiais e culturais, passando pelos seus altos méritos a ocupar o cargo de Vice-Cônsul de Portugal em São Paulo.

Destacou-se, também, como escritor, sendo de sua autoria as "Miniaturas", "Azulejos Antigos", "Retratos de Columbano e sua irmã", "Salão de Dona Amélia Vaz de Carvalho" e a "Personalidade admirável do Conde de Sabugosa".

Não se descurava de nossa história, chegando, em seu trabalho "Ciências Naturais", lançado em São Paulo, a tratar de José Bonfácio de Andrada e Silva, como naturalista.

Pessoa queridíssima em nosso meio social pela fina educação e aprimorada cultura, desempenhando até o seu falecimento o cargo de Vice-Cônsul da República de Portugal em São Paulo, soube ser um elo de ouro entre as duas nações ligadas intimamente pelo sangue e pela tradição.

Colaborou em nossa imprensa, escrevendo trabalhos de substância e bom gosto. Produziu várias palestras literárias e científicas muito apreciadas pela exatidão de informação, solidez de conhecimento e elegância e fineza de linguagem. Estava inscrito para uma dessas palestras em nosso sodalício quando a morte inexorável veio colhê-lo.

Corrêa Júnior, escrevendo sobre seu passamento, disse que êle gostava de viver aqui, no convívio de nossa gente, da qual sabia ser amigo sincero e incondicional.

A cidade que êle deixou estremeceu até as raízes no dia em que o viu partir para todo o sempre; estremeceu como as árvores quando por elas passa uma triste e destruidora rajada de vento "Infernal".

Deixou entre nós, do Instituto e lá de fora, no seio de discípulos e colegas de professorado, fundas saudades.

EDVARD CARMILLO

Sócio Titular

Nasceu a 3 de novembro de 1889, em São Paulo. Era filho — e disso muito se honrava —, do propagandista da República Vitorino Carmillo, em cuja casa, algumas vezes, na véspera de 15 de novembro de 1889, reuniram-se os Campos Sales, os Francisco Glicério, os Prudente de Moraes e outros conspiradores democratas.

Aprendeu as primeiras letras com sua mãe. Após os preparativos no Ginásio "Sílvio de Almeida", ingressa nas Arcadas do Largo de São Francisco, por onde se bacharelou em direito em 1911, na turma de Manuel Gomes, Vicente Rao e outros.

De largos dotes de oratória, por três vezes foi eleito orador do Centro Acadêmico Onze de Agosto.

Muito jovem ainda, dedicou-se às letras floridas, compondo apreciados poemas e crônicas. Dois de seus livros mereceram o primeiro prêmio da Academia Brasileira de Letras: "Primavera", "Fim de Primavera", e, menção honrosa, "Jardim Fechado".

Foi por algum tempo promotor público interino nesta Capital; Juiz de paz e, finalmente, tabelião. Oficial de protestos de títulos, nunca fêz publicar pela imprensa os nomes dos devedores em mora.

O seu sentimento inato de cavalheiro manifestava-se até com as próprias árvores do quintal de sua casa na Rua Aureliano Coutinho. A proporção que ia crescendo, uma jabuticabeira foi lançando uma ramada pela larga janela de sua sala de jantar. Não consentiu jamais que se amputasse o galho atrevido daquela mirtácea.

O interesse — e que dá idéia de seu temperamento filantrópico —, é que jamais ficou com a quantia correspondente em dinheiro do que publicava. Da última vez, aplicou-a na restauração do túmulo do escritor acadêmico Osório Duque Estrada, num dos cemitérios do Rio de Janeiro.

Além das obras premiadas escreveu mais: Marca da Fábrica, Joio, Humildade, Brinquedo, Arvore de Natal e Tôdas as Cigarras.

Sócio dêste sodalício, deixou-nos, em testamento, cem mil cruzeiros para a instituição de um prêmio para determinado trabalho histórico.

Edvard Carmillo foi, enfim, um esteta das letras e do sentimento altruista.

JOÃO DORNAS FILHO

Sócio Correspondente

Escritor e jornalista mineiro. Pertencia à Academia Mineira de Letras e ao Instituto Histórico do Estado natal. Dedicou-se à cultura da História e da Literatura, desde muito cedo. As suas primeiras publicações datam de 1930. Os seus primeiros livros ocuparam-se de assuntos relacionados com São Paulo e aqui foram lançados, tais como — *Silva Jardim*, em 1936, *Andrada diferente*, em 1948, *O Padroado e a Igreja Brasileira*. Últimamente, vinha realizando valiosos trabalhos no campo da sociologia e do folclore. E disso deu largas provas ao escrever “Capítulos da Sociologia Brasileira”.

Em História, um capítulo relegado, porém de inegável importância, é o do conhecimento da infra-estrutura econômica do Brasil Colônia, do seu significado no desenvolvimento social do povo brasileiro. João Dornas Filho retomou a linha de Capistrano de Abreu, publicando “Aspectos da Economia Colonial”, livro de pesquisa, rico de informações e interpretações.

Não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, porém, desde 1955, trocávamos correspondência. Aqui transcrevo a carta que assinala o início de nossa amizade epistolar:

“Itaúna, 6 de dezembro de 1955.

Prezado confrade Alceu Maynard Araújo

Cordial Abraço.

Recebi e agradeço muito cordialmente a separata contendo “Literatura de cordel”, erudita contribuição ao estudo de nosso populário, campo de trabalho, aliás, em que V. é mestre consumado.

Principalmente no ramo da literatura de cordel, os nossos estudiosos são poucos. A não ser os mestres Cascudo e Basílio de Magalhães, só V. e Lindolfo Gomes têm feito qualquer coisa.

O seu trabalho é magnífico e faz excelente figura no meio desses mestres. Preciso é que não fique só nessa vitoriosa tentativa de sistematização de um material riquíssimo e praticamente virgem da mão dos estudiosos da sua estatura.

Agradeço-lhe muito a generosa lembrança de ter-me enviado a separata, e aqui fica ao seu inteiro dispor o confrade e amigo atento,

João Dornas Filho”

Sua obra é vasta: "Itaúna — Contribuição para a História do Município", "Silva Jardim", "Os Andradas na História do Brasil", "O padroado e a Igreja Brasileira", "Escravidão no Brasil", "Bagana Apagada", "Apontamentos para a História da República", "A Influência Social do Negro Brasileiro", "Eça e Camilo", "Júlio Ribeiro", "Antônio Tôrres", "Os Ciganos em Minas Gerais", "Figuras de Província", "Discurso de Recepção à Academia Mineira de Letras, "Efemérides Itaunenses", "Capítulos da Sociedade Brasileira", "O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania", "Aspectos da Economia Colonial", "Vultos e Fatos do Império", "Boêmios e Trovadores", "Araxá e Suas Águas Minerais", "Serões Dum Alfarrabista", "Acheugas de Etnografia e Folclore", "Figuras da Província".

Em "A Influência Social do Negro no Brasil", editado em outubro de 1943, pela Editôra Guaira, valendo-se de material colhido nas Zonas Centro Oeste de Minas, apresentou um vocabulário *Quimbundo*, que tudo indica ser a primeira tentativa realizada em nosso país a fim de recolher êsse material etnográfico, o que tornou, o citado livro, mais interessante.

A última Revista do I.H.G. de M.G., no volume VII de 1961, trouxe, quem sabe, o último trabalho dêsse incansável pesquisador — "A mudança da Capital de Portugal e do Brasil".

Morreu relativamente môço, sendo o seu desaparecimento muito sentido, principalmente em Minas e São Paulo.

BERNARDO PEDRAL SAMPAIO

Sócio Honorário.

Nasceu na cidade de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, em 20 de agosto de 1897, filho de Alexandre José de Almeida Sampaio e Carolina Pedral Sampaio. Tendo cursado o colégio João Florêncio onde fez todo o curso ginásial, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se em 1918. Clinicou inicialmente na cidade de Vitória da Conquista, transferindo-se, em princípio de 1922, para São Paulo, onde trabalhou primeiro no interior e em seguida na Capital, durante cêrca de 40 anos.

Era casado com D. Edelzuita Loureiro Pedral Sampaio, sendo seu filho o Dr. Nelson Augusto Pedral Sampaio, médico do Hospital das Clínicas e da Maternidade de São Paulo e nosso confrade.

Figura conceituada nos meios culturais de São Paulo, exerceu, por muitos anos, a direção da Associação de Cultura do Professorado Paulista; Presidente e Vice-Presidente, por vários anos, da Liga Anti-Tuberculosa, representou esta instituição em congressos na Argentina, Chile, Bolívia, Peru, México e vários Estados do Brasil.

Faleceu aos 65 anos de idade, no dia 17 de janeiro de 1963, nesta cidade, sendo a notícia do seu passamento recebida com o maior pesar pelas numerosas relações que o distinto médico desfrutava nos círculos sociais de São Paulo e Salvador, capital de seu Estado natal, conquistadas graças às suas aprimoradas virtudes cívicas e morais.

Foi sepultado na Necrópole São Paulo. Quando baixou à sepultura, falou, em nome do Secretário da Educação de São Paulo e do Centro do Pro-

fessorado Paulista, o Professor Sólton Borges dos Reis, e, da Liga Anti-Tuberculosa, o Dr. Geraldo Ferreira, assistente do Reitor da Universidade de São Paulo, que enalteceram as virtudes do distinto médico, tributando uma última homenagem ao homem que tantos benefícios prestou onde trabalhou e conviveu.

JOÃO AMOROSO NETO

Sócio Titular

O escritor de "Dioguinho", historiador primoroso que fixou a vida fasci-norosa de Diogo da Rocha Figueira, nasceu nesta Capital a 15 de dezembro de 1910. Era filho de Tomás Amoroso e de D. Rosa Amoroso, casado com D. Leila Amoroso. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelan-do-se em 1933.

Sua passagem pelas Arcadas é assinalada com a fundação da Academia de Letras da Faculdade e em 1932, por ocasião da "nossa guerra", organizou o "Batalhão Universitário". No movimento que comoveu São Paulo, partici-pou como oficial de ligação entre o Batalhão 14 de Julho e a M.M.D.C.

Inicou sua carreira de delegado na polícia paulista em 1933 e, em 1935, é pôsto à disposição do Governô do Território do Acre, em função de sua especialidade. Voltando a São Paulo, ocupou postos destacados na Secretaria da Segurança Pública.

Escritor e jornalista de largos méritos participou de interessantes progra-mas educativos de televisão. Fundou com outros belettristas e cientistas a va-liosa revista "Investigações".

Os muitos admiradores, quer na Secretaria da Segurança, quer nos meios sociais da Paulicéia, prantearam o passamento de nosso saudoso confrade, de-dicado chefe da Interpol de São Paulo, falecido no dia 31 de janeiro de 1963.

Bom conferencista e um dos mais notáveis colecionadores de armas antigas, de objetos de arte, que tornavam sua residência um verdadeiro museu.

LUÍS RIBEIRO DO VALE

Sócio Titular

Mineiro, natural da cidade de Guaxupé, nas lindes do nosso Estado. Era, pela radicação, autêntico paulista.

Seu pai foi o Conde Ribeiro do Vale, político e homem de grande abas-tança. Pôde dar ao filho ilustre primorosa educação e cultura.

Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, produziu, ainda môço, trabalhos científicos e literários muito apreciados.

ARISTON AZEVEDO

Sócio benemérito

Natural de N. S. das Dores, Estado de Sergipe, onde nasceu a 15 de se-tembro de 1895. Filho de Francisco Pereira de Azevedo e D. Juventina Mun-niz de Melo Rosa de Azevedo, sergipanos.

Fêz seus primeiros estudos em sua cidade natal em Sergipe, depois em Maceió, Alagoas, de onde seguiu para Recife, para aí concluir o seu curso secundário.

Em 1911, veio para São Paulo, matriculando-se na Escola Politécnica, transferindo-se, posteriormente, para o Curso de Engenharia do Mackenzie. Teve que interromper seus estudos em 1916, para seguir com destino a Sergipe, a fim de assumir a direção da fábrica de sua família, onde permaneceu até 1922. Antes de ir para Sergipe, fêz um estágio nas fábricas de seu futuro sogro, em Sorocaba.

Tornando-se grande industrial em São Paulo, fundou e manteve a Fiação Brasileira de Lã. Adquiriu e desenvolveu o Lanifício José Mortari, que passou a chamar-se Lanifício Anglo-Brasileiro, de grande projeção no parque industrial paulista.

Pertenceu à Liga das Senhoras Católicas, Cruz Vermelha Brasileira, Rotary Club, Associação dos Ex-Alunos do Mackenzie, tendo sido, destes dois últimos, diretor por vários anos e serviu a outras instituições culturais e beneficentes. Era sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Entre as muitas condecorações, insígnias e distinções com que foi agraciado, podem destacar-se as seguintes: Ação Social do Padre Sabóia; Comenda de Santos Dumont; Diploma de Mérito Roberto Simonsen; Comenda da Ordem de S. Silvestre, concedida pelo Papa; Diploma de benemérito da Liga das Senhoras Católicas; Medalha Sílvio Romero; Diploma Marechal Hermes da Fonseca; Diploma de Fundador da Assistência à Criança Defeituosa; Medalha de Prata do Jubileu dos Antigos Alunos Jesuítas; Medalha Comemorativa da Confederação Nacional da Indústria; Medalha da Campanha de Educação Florestal; Medalha do Marechal Sousa Aguiar; Medalha do Pacificador; Grau de Grande Oficial da Soberana Ordem de São Paulo Apóstolo; Diploma do Ministério da Aeronáutica.

Construiu, em Aracaju, o Posto de Puericultura "D. Joven" e, em São Pedro de Piracicaba, o Posto de Puericultura "D. Isolina Estela". Retribuíram, dando-lhe o título de cidadão São Pedrense.

Membro benemérito da Santa Casa de Sorocaba.

Faleceu em São Paulo, a 28 de outubro de 1962, deixando viúva D. Isolina Estela Kenworthy Azevedo e uma respeitável descendência de seis filhos e vinte e um netos.

Seu espírito humanitário ligou seu nome a inúmeras iniciativas de caridade.

Foi promulgador do desenvolvimento da indústria, em São Paulo e em Sergipe. Como industrial, não foi um patrão, mas um verdadeiro amigo de seus operários, cujas aspirações sempre tiveram nêlo o protetor.

CORONEL LUÍS ROSALES

Sócio Titular

Oficial da Força Pública — onde se alistou quase menino, tendo sido um dos primeiros alunos da Escola de Oficiais — lá pelos idos de 1915.

Suas promoções ocorreram sempre por merecimento, pelos cuidados com que se desempenhava das missões que lhe eram atribuídas. Isto em relação à sua passagem pela vida pública.

Chegou a cursar a Escola Politécnica de São Paulo, não se tendo formado por motivo de saúde. Mas, como aluno, estêve integrado na turma de mestres do grande estabelecimento de ensino superior que prepararam as famosas graduações paulistas usadas na Revolução Constitucionalista, em 1932.

Formado em biblioteconomia, prestou extraordinários serviços a este Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: primeiro integrando o seu quadro social e, depois, como um dos seus diretores, exatamente como diretor-bibliotecário, a quem tive a honra de substituir em 1960.

Homem modesto, educado, foi, o Cel. Lúcio Rosales, chefe de família exemplaríssimo, tendo imprimido, com a eficiente colaboração da nobre consorte, aquêlê cunho de superioridade moral aos filhos — inteligentes e cultos — eternos laços de harmonia e beleza que formam o apanágio da família brasileira.

Cultor da História, as páginas de nossa Revista trazem preciosos trabalhos seus.

Poeta sensibílissimo o foi, também, Lúcio Rosales. Belos sonetos lá estão nos seus arquivos, que devem ser preciosos. Além disso, foi violinista de grande virtuosidade.

Eis, em traços ligeiros, a personalidade magnífica de Lúcio Rosales, desaparecido da vida quando ainda tinha muito o que oferecer ao sodalício a que se dedicou com especial carinho — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

DR. FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE

Sócio Honorário

Membro da Academia Paulista de Letras, descendente de duas famílias dos velhos troncos paulistas: os Almeida e os Paes de Barros; nasceu em São Paulo a 24 de agosto de 1884, tendo-se formado nas Arcadas do Largo de S. Francisco, na turma de 1905. Durante o curso jurídico, publicou seu primeiro livro, intitulado "Estrêla D'Alva", composto de contos, observações sobre a vida social e comentários sobre literatura, arte, poesia e música. Em 1912, assumiu o cargo de Titular do 10.º Tabelionato da Capital, mas sua existência de estudioso, de literato, de historiador e de sociólogo, decorreu em grande parte no estrangeiro, tendo viajado constantemente, desde a mocidade. Em 1922, publicou importante livro sobre "As fronteiras do Sul", a jurisdição das águas do Prata e a Ilha de Martin Garcia, estudo que muito esclareceu as pendências entre o Uruguai e a Argentina sobre o assunto. Coursou a "École des Hautes Etudes" onde, na Sorbonne, foi discípulo e amigo de Leon Bourgeois. Condensando, no livro "O Governo Demófilo", uma teoria e uma doutrina governamental que preconizava a garantia da Paz Universal, criou o neologismo "Demofilocracia" que transpôs as nossas fronteiras, refletindo-se pelo mundo afora. Tal movimento deu origem à fundação dos Institutos de Demofilocracia para a Paz Universal, instalados em Nova Iorque, Paris, Roma e nesta Capital, que foram custeados e mantidos por Fernando Nobre bem como, constantemente publicadas em inglês e francês, revistas que difundiam as idéias e a doutrina de seu fundador. Realizou uma série de conferências nos Estados Unidos e na Europa, tendo recebido os maiores elogios de Ananda Comaras-

wamy, em Boston, de Delatour, na Universidade de Colúmbia, de Ulich, em Haward, de Colbert, em Paris e de Jean Cornez, em Montreal. Sua obra foi abençoada por Pio XII, e a Cidade de Roma, por sua Academia de Latinitate, conferiu-lhe os Louros do Capitólio. Tal movimento teve como consequência a honra de ver seu nome indicado ao Prêmio Nóbél da Paz, tendo sua candidatura sido lançada pelo Prof. Willim Leon da School of Social Sciences de Nova Iorque.

Fernando Nobre dedicou um religioso amor à nossa Pátria. Foi êle um Bom e um estudioso. Foi, entretanto, principalmente um poeta. Se ainda deixou várias obras publicadas, que o tempo não nos permite focalizar neste momento, deixou também, como todos os homens de sua formação, inúmeros estudos, e bilhetes e poesias e pensamentos eparsos, que a família procura agora coligir para oportunamente publicar. No fundo de uma gaveta, foram encontrados êstes versos, que Fernando Nobre escreveu, dedicando-os à sua mulher, Dona Mara, sua companheira de tôdas as horas e sua namorada de todos os tempos, e, é com êstes versos que encerro estas palavras de homenagem e de saudade:

Mara.

“Eu, quanto mais vivemos, mais te quero
e quanto mais te quero menos posso,
sem ti, viver, e mais a vida adoro...

E quanto mais te adoro, mais venero
tuas virtudes santas e mais me aposso
de ti, e tua alma mais namoro”.

DOCUMENTO INÉDITO

Mensagem dirigida ao Imperador Pedro I sugerindo a criação de uma universidade em Mariana (Minas Gerais).

(Do arquivo Aureliano Leite)

Copiado do original pelo paleógrafo Nelo Miglorini

“Senhor.

Chegando ao conhecimento desta Camara da Villa da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Provincia de Minas Geraes, que V. M. Soberana cheio de elleados e philanthropicos sentimentos de fazer progredir ao brilho de que he susceptivel a Nação Brasileira p.^o meio de instituicoens scientificas que fazem húa Nação sevelizada, virtuozza, e respeitada tem tomado em consideração Criar duas Universidades húa na Capital da Provincia de São Paulo, e outra em Olinda em Pernambuco, esta Camara esporiada pelo interesse e gloria da sua Provincia tem nesta ocasião de expor submissam.^e na respeitavel Prezença de V. M. Soberana, algúas representaçoens sobre as vantagens desta Provincia para que julgando-as de atenção haze V. M. Soberana de Criar hua outra Academia nesta Provinncia honde a mocidade adquirindo luzes intereçantes a Patria, beba aquellas saudaveis doutrinas, que enprimão em sua alma as ideias immortais da justissa e da verdade.

Esta Provincia Senhor, he húa das mais extenças em terrenos; sua população orça asima de meio milhão d'almas; seu solo he geralm.^e fertil e produs tudo q.^{to} he necessario para o sustento da vida quer de cereaes quer de frutos, sem excetuar em muitos lugares a m.^{ma} vinha. Das margens de S. Francisco que tem seu nascimento nesta Provincia se pode extrair, contribuindo o Governo p.^a sua preparação chimica abundancia de Sal que fertilize toda ella, e grande p.^{te} de suas lemitrophes. Suas extenças Câmpinas regadas de numerosos riberros produzem imenço gado de todas as especis, de que se exporta para as outras Provincias grande quantidade, assim como de outros m.^{tos} generos. Nella se podem estabelecer todas as qualid.^{es} de manufacturas, e então se animará com mais energia a criação de ovelhas, a cultura do linho, algodão, e outros generos. ●Extensas e altas montanhas oferecem húa indizível abundancia de ferro, e metal da primr.^a necessid.^e. O ouro, apesar de exausto o que era demais facil extração, ainda existe entacto em muitos lugares, e o mesmo acontesse a respeito dos Diamantes, e mais pedras preciosas, de que o luxo e o Commercio fas uzo.

A vista pois das vantagens, que gozão os habitantes desta Provincia tão favorecida da natureza, não he de esperar, Senhor que seus briozos habitantes, que em todas as crises do Estado antigo, bom grado seu não deixarão de liberalizar do seu piculio, oq. permitião suas forças, e presentem.^e tem mostrado nas precizoens do novo Estado e augmento da Marinha, deixem de unanime-

mente ligarem-se para o estabelecimento de hũa Universid.^e que tanta honra deve fazer ao seu Patriotismo: hua Universidad.^e honde seus filhos e parentes possam alcançar comodamente luzes p.^a occuparem empregos honorificos, e alem do Estado singirem de louro suas fronteas.

Nenhum local a nosso ver, falando sem prevenção, he mais apropriado para o Estabelecimento que rogamos a V. M. Soberana anuir, que a Cidade Mariana: ella he central a toda a Provincia, pacifica, e goza de salubridade: tem hum Seminario Episcopal, honde se offerecem alguns saloens proporcionados, e sem muita despeza se podem promptificar outros, entre tanto que se não pode fazer hum edeficio correspondente a hua tal instituição: he abundante de viveres de sorte que pr. ella transitão muitas Tropas, para a Cidade Imperial de Ouro Preto. Presentem.^e com a sevilização dos Indios que fazião e obrigavão a muitos fazendeiros deixar as suas propried.^{es} pela sua crueldade, pode aumentarse duplicadamente a sua fertilidade. Alem disso abrindo-se estradas em linha direita pelos Sertoens e matas da Pomba podem os generos de importação chegarem a hũ preço modico, e o mesmo acontese reanimando-se a navegação do Rio dosse. Precedendo de tudo isto suas immediçoens assim como de outras povoaçoens antigas q. recebem viveres de grandes distancias podem medrar muito, e fertilizar essas Povoaçoens, entroduzindo se na terra o ferro do Arado a sombra de Leis Agrarias e seus terrenos recequidos podem de novo serem refrescados com plantaçoins de arvores próprias p.^a Edificios que farão rebentar novas fontes, como aconteceo a Azia Menor no Governo de Cyro.

Sendo as circunstancias actuaes deste nacente Imperio ainda pouco favoraveis para manutenção de Univercidades completas em todas as facult.^{es}, quam initereçante não será a reunião de húas Provincias com outras, estabelecer se em cada húa dellas algua das facultades que se houverem de criar? Por este meio se extreitirão os laços suciaes pela dependencia de huas Provincias com outras; formando se pr. exemplo em sciencias naturaes os que estudassem na Univercid.^e desta Provincia, e quam interessante não será p.^a ella q. possui hua imensa riqueza de metaes, e mineraes haver hun curso de estudos a imitação da Academia Imperial e Real de Schmenitz estabelecida no Governo da Imperatriz e Rainha da Hungria Maria Thereza honde a mocid.^e instruída pode ser interessante a hũa economica exploração dos metaes, e mineraes de que abunda a Provincia, e se pode fazer hum entenço Comercio.

São estes, Senhor. os nossos sentimentos, e o modo de pençar que está ao nosso alcance. Estamos persuadidos que nada disso, e outros m.^{tos} conhecim.^{tos} aq. não atingimos, escaparão a activid.^e, vigilancia, de hũa tão Sabia Assembléa que trabalha d^e tão bão grado p.^a felescidade e augmento deste Imperio.

V. M. Soberana acolhendo com benignid.^e esta nossa representação nascida de hũ sincero e cordial affecto a nossa Patria deciderá o que for justo.

Deos G.^e a V. M. Soberana p.^r muitos annos como este nacent^e Imperio há mister.

Villa da Campanha da Princeza em Vereação de 4 de Outubro de 1823.

O Juiz Prezid.^e João Leite d'Olivr.^a Bressane

Antonio Xavier Stocqueler

Mathias Glz' M.^{os} de Vilhena

Joaquim Ignacio V.^{as} boas da Gama.

Nota — Após o desejo acalentado pelos heróis da Inconfidência Mineira de uma Universidade em Ouro Preto; sem se falar ainda no Alvará de 13 de maio de 1803, em que o Príncipe Regente D. João recomendava o estabelecimento de escolas de mineralogia e metalurgia no Brasil; o documento absolutamente inédito que acima fizemos estampar constitui, sem dúvida, a primeira manifestação, por sinal que partida da própria Minas Gerais, em seguida à Independência, a favor da criação de uma Universidade em território da Província, ou melhor, na cidade de Mariana.

O projeto do constituinte mineiro de 1823, Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, bacharel em leis e filosofia por Coimbra, apresentado à nessa primeira Assembléa Constituinte, dissolvida logo após por Pedro I, propondo a criação de uma academia de metalurgia em Mariana, deve ter se inspirado naquela mensagem do Senado da Câmara de Campanha da Princesa, pois com ela coincide.

Seguir-se-iam, em 1827 e 1832, iniciativas respectivamente de Bernardo de Vasconcelos e do Conselho Geral da Província de Minas, ambas no mesmo sentido, sendo a última acolhida pela Assembléa Legislativa da mesma unidade do Império.

Mas, só daí a 44 anos, pelo Decreto 6.026 de 6 de novembro de 1875, foi realmente criada em Ouro Preto, vizinha e rival de Mariana, a sua famosa Escola de Minas e Metalurgia, instalada, no ano seguinte, no edificio de aspecto acastelado, antes destinado aos capitães-generais.

De qualquer forma, o famoso estabelecimento de ensino superior de Ouro Preto deve à Campanha, em parte, aquela conquista, apesar de tardia.

A. L.

RÉLATÓRIO DA DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO REFERENTE AO ANO DE 1963

No cumprimento das disposições regulamentares, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vem submeter à apreciação dos ilustres confrades, o relatório da vida administrativa da Instituição no ano de 1963.

PREZADOS CONSÓCIOS :

A despeito dos percalços próprios dos labores administrativos, marcou o ano em curso mais uma etapa gloriosa nos fastos deste sodalício. Assim é que, todos os problemas de fácil ou difícil solução, mereceram acurados estudos da Diretoria e foram solucionados de modo satisfatório, atendidos plenamente, os rígidos princípios estatutários.

Se as finanças desta casa não são abundantes, nem por isso deixou ela de funcionar normalmente no presente exercício, ensejando a formação de admirável cenáculo onde se processaram com desvelo proveitosos ensinamentos de HISTÓRIA-PÁTRIA; renderam-se significativas homenagens a BRASILEIROS ILUSTRES; reverenciou-se a memória de EMINENTES PATRÍCIOS e cultuaram-se as DATAS MAGNAS NACIONAIS.

1 — ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORES PARA O TRIÊNIO 1963-1966

Em sessão solene de 25 de janeiro de 1963 foi empossada a nova Diretoria eleita em 6 de outubro de 1962 para o triênio 1963/66, assim constituída:

Presidente	Dr. Aureliano Leite
1.º Vice-presidente	Prof. Ernesto de Moraes Leme
2.º Vice-presidente	Prof. Tito Lívio Ferreira
3.º Vice-presidente	Prof. Sérgio Buarque de Holanda
1.º Secretário	Cel. Luís Tenório de Brito
2.º Secretário	Prof. Vinício Stein Campos
3.º Secretário	Prof. Alfredo Gomes
4.º Secretário	Prof. Carlos Henrique Liberalli
1.º Orador	Prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães
2.º Orador	Dr. Alceu Maynard Araujo
1.º Tesoureiro	Prof. Salvador Rocco
2.º Tesoureiro	Dr. Alexandre D'Alessandro
1.º Bibliotecário	Dr. Carlos Pentead de Rezende
2.º Bibliotecário	Prof. ^a Myrian Ellis

Ainda nessa sessão solene, entre outras coisas, foi inaugurado o retrato do ex-presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro.

2 — SECRETARIA

Em obediência às normas estatutárias coube ao 1.º Secretário dirigir os serviços da secretaria, desempenhando esse cargo o consócio Luís Tenório de Brito, contando com a colaboração dos demais companheiros Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes e Carlos Henrique Liberalli.

O Expediente da Secretaria enviou ofícios, cartas e telegramas em avultado número e recebeu grande massa de correspondência, tendo resolvido a matéria nele contida.

3 — REUNIÕES

O Instituto realizou durante o ano 27 reuniões plenárias, sendo: 17 sessões ordinárias, 1 sessão para abertura do ano social e posse da Diretoria para o triênio de 1963/1966, já referida, 2 sessões extraordinárias, 5 sessões solenes, 1 sessão magna e 1 sessão de encerramento do ano social.

4 — AUXÍLIOS

Durante o ano de 1963 o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo recebeu as seguintes dotações:

- Deputado André Nunes Junior —
De sua verba pessoal na Assembléia Cr\$ 250.000,00
- Do Governo do Estado Cr\$ 100.000,00

5 — CURSOS

Em julho houve um curso sobre Bandeirologia, no auditório do Instituto, pelo prof. Tito Lívio Ferreira e em agosto outro sobre Técnica de Museus, pelo prof. Vinício Stein Campos.

6 — ELEIÇÃO DE SÓCIOS

Para titular: Jorge Americano

Para correspondente estrangeiro: Dr. José Pedro Machado.

Para correspondentes nacionais Srs. Joaquim Alves Feitosa e João Ortiz Monteiro.

Para honorários: Dr. Manoel Ubaldino de Azevedo, Sr. Leão Machado, Sr. Paulo de Campos Pôrto, Dr. Péricles Eugênio da Silva Ramos, Padre Dario Abranches Viotti, Dr. Rodrigo Soares Junior, Sr. Nicanor de Miranda, Desembargador Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, José da Veiga Oliveira, Ezequiel de Moraes Leme, Antonio Gontijo de Carvalho, José Jayme Ferreira de Vasconcellos, Aldo Andreoni, João da Cunha Caldeira Filho, Plínio Salgado, Mario Rollim Telles, Rui Rebelo Pinho, Jacob Penteado, Wilson Maia Fina, Celio S. Debes, Antonio Benedito Machado Florênce, Raul Renato Cardoso de Mello Tucunduva, Luiz Alberto Whately, Manoel dos Reis Araujo, Giulio Davide Leoni, Erasmo d'Almeida Magalhães, José Leonardo de Barros Pimentel, Alvaro do Amaral, Coronel Alfredo Feijó e Padre Angelo Jayme Venturelli.

7 — POSSE DE SÓCIOS

Em sessão realizada em 16 de fevereiro foi empossado o Sr. Manoel Ubaldino de Azevedo. Em sessão de 2 de março foram empossados: Srs. Rodrigo Soares Junior e Carlos Henrique Lemonde de Macedo. Em sessão de

16. de março foi empossado o Sr. Jorge Americano. Em sessão de 4 de maio foram empossados os Srs.: Paulo Henrique da Rocha Corrêa, Arnold Wildberg, Jacob Penteado. Em sessão de 18 de maio, foram empossados: o Dr. Celio S. Debes e o sr. Renato Cardoso de Mello Tucunduva. Em sessão de 15 de junho, os Srs. Honório Monteiro e Rui Rebelo Pinho. Em sessão de 6 de julho, os senhores: Antonio Benedito Machado Florence e João da Cunha Caldeira Filho. Em sessão de 17 de agosto foi empossado o Sr. Aldo Andreoni. Em sessão de 21 de setembro o Dr. Luiz Alberto Whately. Em sessão de 5 de outubro os srs.: Manoel dos Reis Araujo e Coronel Alfredo Feijó.

8 — HOMENAGENS PÓSTUMAS

No encerramento do ano social e nos termos dos estatutos, foi designado o dia 26 de outubro para a sessão magna em homenagem aos consócios falecidos no decorrer do ano findo.

Foi aberta a sessão e dada a palavra ao Prof. Aroldo Azevedo que, em brilhante oração, exaltou a figura do Dr. José Pereira de Queiroz, cujo centenário de nascimento transcorreu no mês de outubro.

Falou a seguir o Orador Oficial Dr. Alceu Maynard Araujo, no impedimento do 1.º orador, Prof. Almeida Magalhães, lastimavelmente ainda não restabelecido do mal que o vitimou. Relembrou o Dr. Maynard Araujo, em felizes e comovidas palavras, as figuras dos saudosos companheiros: Luiz Ribeiro do Vale, Ariston de Azevedo, Edward Carmilo, Lucio Rosales, Ruy Bloem, Bernardo Pedral Sampaio, João Amoroso Neto, Fábio da Silva Prado, Alvaro Soares Brandão, João Dornas Filho, Laudo Ferreira de Camargo, José Cássio de Mocedo Soares e Fernando de Almeida Nobre.

9 — REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

“9 DE JULHO DE 1932”

O sodalício, em colaboração com o Academia Paulista de Letras, Clube Piratininga e Sociedade Veteranos de 32 M.M.D.C., realizou na noite de 9 de julho, no Teatro Municipal, uma sessão magna evocativa da Revolução Constitucionalista.

Presidiu a solenidade o Desembargador Edgard de Mouta Bittencourt, tendo falado sobre a efeméride diversos oradores.

10 — COMEMORAÇÕES

“OSWALDO CRUZ”

Em sessão de 29 de agosto, ao ensejo do transcurso de mais um aniversário de nascimento do eminente cientista brasileiro Oswaldo Cruz, falou o Dr. Reynaldo Kuntz Busch, nosso consócio que tem como patrono, no sodalício, o homenageado. Na oportunidade, foi oferecido, ao sodalício, o retrato de Oswaldo Cruz, pelo Colégio Oswaldo Cruz, desta Capital.

“JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA” — O PATRIARCA

Coube ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo importante papel nas comemorações com que o Brasil viu passar o 2.º centenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva — o Patriarca da Independência.

Vinda a iniciativa da passada administração, tocou à atual o planejamento e execução do vasto e patriótico programa que abrangeu os mais diferentes aspectos da vida e obra do excelso brasileiro.

Com êsse objetivo, convidou o presidente Aureliano Leite tôdas as entidades culturais, científicas, educacionais e literárias do Estado para uma reunião que se realizou no dia 14 de fevereiro.

Do conclave resultou a constituição de uma Comissão Executiva, integrada pelos prestigiosos nomes de Aristeu Seixas, Fausto Ribeiro de Barros, Francisca Rodrigues, Francisco de Barros Melo, Ibrahim Nobre, Joaquim Alves Feitosa, José Augusto Cesar Salgado, Júlio de Mesquita Filho, Lauro Siciliano e Lúcia Piza de Melo Falkenberg, a qual, sob a presidência de Aureliano Leite e secretariada por Vinício Stein Campos, entrou imediatamente em ação. Igualmente foi criado, na ocasião, um Grande Conselho integrado por mais de trezentos nomes, sorteados em tôdas as classes sociais do Estado.

Estabelecidas que foram as bases do trabalho, ficou resolvida a reedição de interessante biografia do homenageado, com preâmbulo do presidente e tiragem de 15.000 exemplares, destinada à Mocidade Brasileira.

A distribuição dessa obra, de autoria de Afrânio Peixoto, se verificou na noite de 7 de junho, data marcada para a inauguração, na Galeria do Instituto, da Exposição retrospectiva da Época, Vida e Obra do Patriarca, organizada pelo Departamento de Exposições, a cargo do acadêmico Oliveira Ribeiro Neto, com a colaboração dos consócios Aúreo de Almeida Camargo e Alvaro da Veiga Coimbra. Com a Exposição foi igualmente inaugurada a placa de bronze, do escultor Luiz Morrone, com legenda de Ibrahim Nobre, relembrando a efeméride, cabendo ao general do Exército, Pery Constant Bevilaqua, descerrar a Bandeira Nacional que a velava e ao bispo de Moji das Cruzes, D. Paulo Rolim Loureiro, cortar a fita de acesso à Exposição. Falaram nessas cerimônias o embaixador Ernesto Leme e o poeta Oliveira Ribeiro Neto.

A sessão solene de 7 de junho foi como que a preparatória da de 13, data natalícia do Patriarca, que assim transcorreu:

Havendo o presidente Aureliano Leite conseguido a solidariedade das Forças Armadas para as comemorações programadas, a manhã de 13 de junho, na esplanada do Monumento da Independência, surgiu com aspecto verdadeiramente empolgante.

A presença da oficialidade do Exército, com o chefe do Estado Maior do II Exército, General Euryale de Jesus Zerbini à frente, da Armada e Aeronáutica, da Força Pública e Guarda Civil, bandas de música e salvas de artilharia — emprestou ao ambiente da colina histórica invulgar fisionomia.

A romaria, que às 9 horas, se realizou à Capela Imperial, situada sob o Monumento e onde repousam os restos mortais da Imperatriz Leopoldina, constituiu-se em acontecimento de rara emoção patriótica.

A missa foi rezada por Mensenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, havendo falado, em nome do Instituto Histórico, o professor Alfredo Gomes.

A solenidade da noite contou com a colaboração valiosíssima da Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade e foi presidida pelo Prefeito Prestes Maia, previamente convidado. Tôdas as localidades do Teatro magno de São Paulo onde se realizou, regorgitavam de um público entusiasta e atento ao sentido que a festa significava.

A parte musical, a cargo da Banda da Fôrça Pública, sob a batuta do capitão Alcides Jácomo Degobbi, teve cabal desempenho. O côro orfeônico da Prefeitura, sob a regência do maestro Miguel Arqueróns, deu excepcional brilho à cerimônia.

Falaram os professôres Gama e Silva e Flaminio Fávero e o poeta Oliveira Ribeiro Neto. A declamadora Lea Sulian recitou, com grande sensibilidade, o poema alusivo de Ibrahim Nobre que, por motivo de doença, não pôde comparecer.

* * *

Nestas alturas das comemorações estava o Instituto como que em meio caminho da gloriosa jornada.

Da parte final constava o lançamento de uma Poliantéia Monumental, consagrada à vida e obra de José Bonifácio, nela colaborando grandes escritores nacionais; uma romaria ao Panteão dos Andradas, em Santos, marcada para a manhã de 7 de setembro, com a colocação nêle de uma placa alusiva e a inauguração do Museu "José Bonifácio", a ocorrer na sessão solene de encerramento, prevista para a noite do mesmo dia 7, no auditório dêste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Dramáticos os momentos que viveu o presidente do Instituto, com a Comissão Executiva das comemorações, a Diretoria, consócios e quantos acompanhavam com interesse os trabalhos — face ao fracasso em que resultou o apêlo dirigido aos poderes públicos federal, estadual e municipal, no sentido de obter a cobertura financeira indispensável ao bom êxito do magno empreendimento, nos termos dos planos elaborados.

Salvou a situação lembrança de última hora do Prefeito Prestes Maia — "Verba não tenho, disse, mas posso imprimir a Poliantéia nas oficinas da Gráfica Municipal". — Esta resolução feliz e oportuna do Prefeito encontrou apoio decisivo que se elevou a verdadeira paixão pela obra, na pessoa do Diretor da editora, comendador Adelino Ricciardi. Homem de cultra e artista, resolveu o grave problema em todos os seus aspectos: — técnica, estética e prazo. Foi um sucesso. E a bela Poliantéia aí está, depois de esmagados todos os obstáculos que tentaram obstar o triunfo de uma boa idéia...

Vencida essa grande etapa, o resto se tornou mais fácil. Para cobrir despesas assás vultosas, com a confecção de duas placas em bronze, biografia largamente distribuída, do Patriarca, romaria a Santos e mil e umas coisas mais, dirigiu-se a Comissão Executiva diretamente ou por intermédio de terceiros a particulares, sendo atendida no limite necessário pelas firmas: — Rhodia Brasileira, Banco Auxiliar de São Paulo, Companhia Antarctica Paulista, Banco Brasileiro de Descontos, Cotonifício Guilherme Giorgi, Plásticos Plavinil, Companhia União dos Refinadores, Noreno do Brasil S.A., Saraiva S.A. Livreros Editôres, Domingos Fernandes, Mauro Lindenberg Monteiro e São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade.

As 8 horas de 7 de setembro, da porta do Instituto Histórico, em ônibus oferecido pela São Paulo Light, dirigiu-se a Santos a comitiva encarregada de colocar no Panteão dos Andradas a placa comemorativa, cuja legenda também é de autoria de nosso eminente consócio Ibrahim Nobre, falando na ocasião o Dr. Brasil Bandecchi. Na ida, às 8,30 horas, na Capela Imperial, assistiu à

missa por intenção da Imperatriz Leopoldina, rezada pelo capelão, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo. E na volta, parou nas maravilhosas instalações que a São Paulo Light mantém no Cubatão, aí recebida com magnífico almôço pelo casal Dona Inesita e Dr. Mário Savelli, em nome da empresa.

Na noite dêsse mesmo dia deu-se o encerramento do longo programa de homenagem ao Patriarca. Foi uma noitada empolgante, com o auditório repleto de uma assistência de alto nível sócio-cultural.

Aberta a sessão pelo presidente Aureliano Leitê, no expediente, esclareceu o 1.º secretário, Coronel Luiz Tenório de Brito, haver representado o Instituto na parada militar que se realizara pela manhã no Vale do Anhangabaú. Pareceu ao secretário que aquela intensa massa humana que se deslocara de todos os quadrantes da cidade não o teria feito para assistir garbosos desfiles, fardas rebrilhantes e retumbantes marchas militares.

As 400 ou 500 mil pessoas que se acotovelavam no extenso vale tinham outro objetivo: muda e silenciosa forma de patentear gratidão e respeito ao general que, em atitudes claras e destemerosas, acabava de desmascarar, apontando indistintamente os provocadores e subversivos elementos da desordem em São Paulo.

Esse nobre chefe militar, general de Exército Pery Constant Bevilacqua aqui está, com assento à mesa. A casa ergueu-se e em movimento uníssono, demoradamente aplaudiu o comandante do II Exército. Emocionado e de pé, o general Pery agradeceu aquela expressiva e espontânea manifestação de apreço que lhe era dirigida.

E foi esta a primeira das consagrações públicas que o General Pery passou sucessivamente a receber em São Paulo. Este pronunciamento cívico coube ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Ao encerrar a sessão, convidou o presidente a assistência para o ato de inauguração do museu "José Bonifácio", instalado num dos últimos andares do prédio.

A idéia da fundação do museu teve origem no extraordinário interesse que a Exposição retrospectiva, já mencionada, despertou em todos os círculos sociais paulistanos.

Descendentes do Patriarca, satisfeitos com a evocação que o Instituto fez do grande vulto Histórico, ofereceram ao sodalício elementos de alto valor, ligados a José Bonifácio.

Donativos outros, de fontes várias e de extrema dedicação, de companheiros prêsa da possibilidade alvissareira da criação do novo e prestigioso Departamento, notadamente os consócios Mário Leite e Alvaro da Veiga, Coimbra, este último técnico no assunto e hoje na sua direção, resultou a já vitoriosa iniciativa.

* * *

"BISPO D. JOÃO BATISTA CORRÊA NERY"

Em sessão de 16 de outubro, homenagem à memória do Bispo D. João Batista Corrêa Nery, cujo centenário de nascimento ocorreu a seis de outubro. Discursaram na oportunidade, em brilhantes e calorosas orações, o Prof. Ataliba Nogueira, Monsenhor João Batista de Carvalho e o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, focalizando a vida e a obra do saudoso bispo de Campinas.

* * *

11 — MUSEU “JOSÉ BONIFÁCIO”

Como parte integrante das comemorações do bi-centenário de nascimento do Patriarca da Independência, foi inaugurado solenemente neste sodalício, a 7 de setembro do corrente ano, o Museu “José Bonifácio”.

Na apreciação do relatório apresentado sobre o novo órgão, pelo seu diretor Prof. Álvaro da Veiga Coimbra, não se sabe o que mais admirar: se a capacidade técnica ou o esforço desenvolvido pelo nosso ilustre consócio, no desempenho dos árduos trabalhos a seu cargo.

Mostram ainda as suas páginas o acerto com que se houve o presidente Aureliano Leite, criando tão importante departamento.

Por esse minucioso e exaustivo relatório verifica-se que foram inúmeras as pessoas devotadas à nossa História que ofereceram ao nosso Museu peças valiosas. Entre elas destaca-se, sem falar nos velhos doadores, como a médica Doutora Marie Renotte, nesta nova fase a Doutora Carlota Pereira de Queiroz, Carlos Pinto Alves, Júlio Mesquita Filho, Duílio Crispim Farina, Embaixador Pedro de Moraes Barros, Dona Inezita Savelli, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Aureliano Leite, Álvaro da Veiga Coimbra e outros.

12 — REGIMENTO INTERNO

Na sessão de 16 de fevereiro foi aprovado o Regimento Interno do Instituto, providência essa sempre reclamada desde a fundação da entidade. É de justiça destacar, nos trabalhos, a ação do prof. Alfredo Gomes, como relator.

13 — MEDALHA “IMPERATRIZ LEOPOLDINA”

Funcionou normalmente o Conselho da Medalha Cultural e Comemorativa “Imperatriz Leopoldina” no transcorrer do ano de 1963. Nas 8 (oito) sessões que realizou neste sodalício, concedeu o Conselho 64 medalhas a personalidades que a ela fizeram jus.

Dentre as ilustres figuras, dignas todas elas da ambicionada venera, cumpre destacar o General do Exército Pery Constant Bevilaqua e Exma. Espôsa Dona Nahyda Escobar Bevilaqua; General Euryale de Jesus Zerbini; Almirante Paiva Meira; General Alfredo Strossner, presidente da República do Paraguai; Dr. Cid Feijó Sampaio, antigo governador do Estado de Pernambuco; Deputado Cyro Albuquerque, presidente da Assembléia Legislativa e André Nunes Junior; Dr. Gabriel Gonçalves Videla, antigo presidente da República do Chile e Exma. Espôsa Dona Rosa Marcan Videla e Boerje Petraeus, Cônsul da Suécia.

* * *

14 — CONFERÊNCIAS

Apresentado pelo consócio engenheiro Mário Savelli que o saudou em brilhante improviso, ocupou a tribuna do Instituto o Professor Pierre Momberg que discorreu sobre o São Paulo de ontem e o de hoje.

* * *

15 — VISITA A ARAÇARIGUAMA

Um grupo de sócios do Instituto, com o presidente Aureliano à frente, visitou a sede da legendária fazenda Araçariguama. Recebidos, em São Roque,

pelo Prefeito, que acompanhou os excursionistas ao sítio onde ainda se encontram os vestígios da Casa Grande, do famoso Padre Guilherme Pompeu, bem como da rica capela que lá existiu, cujas relíquias, entres as quais as imagens de N. S. da Conceção e de Santo Inácio de Loyola e um retábulo em talha e ouro, encontram-se recolhidas à modesta capela existente no local. Região de rara beleza panorâmica, encerrando ainda caríssimas reminiscências, ligadas ao Creso Paulista, assumiu o Prefeito de São Roque o compromisso de interessá-la a fins turísticos, conservando-a devidamente.

16 — PRÊMIO MOINHO SANTISTA

O presidente, Aureliano Leite, foi designado para representar o Instituto no Grande Conselho de julgamento do importante prêmio instituído por essa entidade industrial, destinado a cientistas.

17 — MONUMENTO AO APÓSTOLO SÃO PAULO

O governador do Estado, e reunião que se realizou no Palácio dos Campos Elíseos, designou o presidente Aureliano Leite, com os consócios Ernesto Leme, Fausto Ribeiro de Barros e Acácio Vilalva para a grande Comissão organizada para levar a bom termo a ereção do projetado monumento ao Apóstolo São Paulo, no alto do morro Jaraguá. Feita a eleição, coube ao Dr. Ernesto de Moraes Leme a presidência da Comissão.

18 — HEMEROTECA

Ainda não pôde a Diretoria apresentar este ano a informação tão desejada por muitos consócios, entre os quais o ilustre Desembargador Vicente de Paula Vicente de Azevedo que, em expressiva carta a tal respeito, se manifesta sobre o seu regular funcionamento. Circunstâncias várias a tanto se têm oposto. Esperamos, porém, dentro em pouco esteja esse importante Departamento a cargo do ilustre sócio Nicolau Duarte Silva à disposição dos estudiosos e pesquisadores.

Após entendimento do nosso eminente consócio Ibrahim Nobre com o governo do Estado, tudo faz crer, se não falharem promessas categóricas, que esse importantíssimo Departamento venha a ter eficiente auxílio do governador do Estado, através de sua Secretaria de Educação.

19 — MAPOTECA

Graças à colaboração do consócio Erasmo d'Almeida Magalhães que, com eficiência e dedicação deu organização a esse Departamento tão útil aos estudiosos de geografia, acha-se em ordem a Mapoteca do Instituto.

20 — REVISTA DO INSTITUTO

O último número da Revista foi o 59, já pago e distribuído pela atual Diretoria e correspondente ao ano de 1961, muito procurado pelos senhores sócios e interessados particulares.

Está sendo providenciada a publicação de outros dois números, estando os originais do 60 já em poder da Gráfica Biblos Limitada. Esse número estampará o índice completo da Revista até o número 59.

21 — DONATIVOS RECEBIDOS

Sem contar os inúmeros objetos que fazem parte de nosso Museu, recebeu o Instituto os seguintes donativos:

- * 1 quadro relativo à homenagem tributada pelos advogados de São Paulo ao Desembargador Xavier de Toledo, no dia 28 de dezembro de 1950 — 50.º aniversário de sua formatura, pelo Sr. Mario Rolim Teles.
- * 1 Biblioteca doada pela Exma. Viúva do Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida.
- * 1 Retrato do poeta-soldado Batista Cepelos, pelo consócio João Gualberto de Oliveira, que tem aquêle como patrono no sodalício.
- * 1 exemplar “Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo” — de José Bonifácio de Andrada e Silva, pelo prof. Nicolau Duarte Silva.
- * Exemplares da Revista Silvicultura, pelo Sr. José Paulo da Silveira Cabral.
- * Livros: “A Guerra do Chaco” e “Dama-Ritual”, oferecidos pelo Dr. Mario Savelli.
- * Exemplares do “Diário Oficial da União” que publicou o projeto relativo à medalha de mérito José Bonifácio, do Conselho Florestal.
- * Livro da “História de Campinas”, pelo Dr. Caldeira Filho.
- * Armário para livros, para a sala da Presidência, pelo consócio Francisco Pires Martins.
- * Exemplar da História da Literatura Mineira, pelo Presidente do Instituto Histórico de Minas Gerais.
- * Livro sobre a Fôrça Pública e o Corpo de Bombeiros, pelo Sr. Orestes Francisco.
- * Destaca-se a oferta, ao Instituto, feita pela Comissão Naval de S. Paulo, em comemoração à Semana da Marinha, em 1963.

22 — TOMBAMENTO PATRIMONIAL

Ainda não se fêz o indispensável tombamento patrimonial dos bens, móveis, utensílios etc., de nosso Instituto. A Diretoria resolveu designar, para êsse importante serviço uma comissão de sócios composta dos senhores: Alexandre D'Alessandro, Erasmo d'Oliveira Magalhães e Mario Leite, que aceitaram com agrado a incumbência.

23 — BEATIFICAÇÃO DE ANCHIETA

O Instituto deu a sua solidariedade à Campanha Nacional de Beatificação do Pe. José Anchieta, tendo tomado parte pelo seu presidente e outros associados nas reuniões que se têm realizado no Pátio do Colégio, dirigidas pelo nosso consócio César Salgado.

24 — PRESIDENTE KENNEDY

O nosso sodalício, lastimando o brutal atentado de que foi vítima o presidente Kennedy, enviou uma mensagem de pêsames à grande nação dos Estados Unidos da América do Norte, através de seu Consulado Geral em São Paulo.

25 — PAPA JOÃO XXIII

O nosso sodalício, em sessão plenária, prestou significativa homenagem ao Santo Padre, tendo falado, em comovente improviso sobre sua vida, o Mon-senhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

O auditório, de pé, observou um minuto de silêncio pela saúde do Santo Padre.

26 — EXPOSIÇÃO NINA RODRIGUES

Iniciada em dezembro do ano anterior, em comemoração ao nascimento de Raimundo Nina Rodrigues, encerrou-se, com êxito, em janeiro de 1963.

27 — BIBLIOTECA

A Biblioteca funcionou em condições favoráveis para o seu desenvolvi-mento. O número de consulentes e visitantes foi de 1.076.

A seção de periódicos, bem como outros aspectos do importante Departamen-to, a cargo da competência e zelo do 1.º Bibliotecário Dr. Carlos Penteado de Rezende, passou por modificações várias de alcance benéfico para os consulentes.

O precioso relatório apresentado pelo titular já citado vai reproduzido adiante.

* * *

28 — TESOURARIA

O movimento da Tesouraria se encontra devidamente exposto nos balan-cetes e seus anexos, adiante transcritos. As contas foram examinadas e jul-gadas boas, conforme parecer dos membros da Comissão respectiva, — consócios Celestino Fazzio e Cel. Luiz Tenório de Brito. Respondeu pela Tesouraria o titular, consócio Salvador Rocco, 1.º tesoureiro em exercício.

29 — CURSO DE HISTÓRIAS ANTIGAS

Promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, rea-lizou-se, com grande sucesso, nos meados do ano, no salão das "FOLHAS", um curso de "Histórias Antigas", com a colaboração do nosso sodalício, através do Presidente Aureliano Leite, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Carlos Hen-rique Liberalli, Vinício Stein Campos, José Pedro Leite Cordeiro e da Presi-dente daquela Associação, Dona Lúcia Piza Figueira de Mello Falkemberg.

30 — INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

O nosso Instituto participou, na cidade de Piracicaba, dia 4 de outubro, da solenidade da instalação do Instituto Histórico e Geográfico da referida cidade. Coube ao Presidente Aureliano Leite, acompanhado dos consócios Car-los Henrique Liberalli e Vinício Stein Campos, dar posse à primeira diretoria do sodalício piracicabano, sob a presidência do dr. Flávio de Toledo Piza.

Aureliano Leite

Presidente

Luiz Tenório de Brito

1.º Secretário (relator)

BALANCETE DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1963

R e c e b i m e n t o s

Aluguéis	3.380.100,00
Conservação e manutenção	462.222,00
Medalhas, diplomas e distintivos	513.500,00
Revistas e Poliantéias	189.700,00
Juros	1.425,00
Eventuais	39.184,00
I.A.P.C.	144.480,00
Bancos e Caixas Econômicas	285.000,00
	<hr/>
SOMA	5.015.611,00

P a g a m e n t o s

Salários e gratificações	2.412.198,00
Despesas gerais	803.594,30
Edifício social (prestações e seguro)	586.173,10
I.A.P.C.	279.350,00
Impostos e taxas	154.224,00
Caixa Econômica Federal (depósitos)	560.200,00
Investimentos em letras de Câmbio (pgto. em dinheiro)	213.170,00
Dinheiro em Caixa	6.701,60
	<hr/>
SOMA	5.015.611,00

São Paulo, 31 de dezembro de 1963

(a) *Dr. Salvador Rocco* - 1.º Tesoureiro — (a) *Aureliano Leite* - Presidente

A BIBLIOTECA EM 1963

Exmo. Sr.

Dr. Aureliano Leite

D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. — Obedecendo às imposições estatutárias, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. um breve RELATÓRIO das atividades e ocorrências principais referentes ao setor da BIBLIOTECA do nosso sodalício.

No decorrer do ano de 1963 houve condições favoráveis para o desenvolvimento da Biblioteca, que sofreu ligeiras transformações na sua organização.

Os trabalhos de orientação geral estiveram sempre a cargo do Diretor 1.º Bibliotecário.

Funcionaram como bibliotecárias-auxiliares as Srtas. Irene Lerche e Neusa Ferraz, que deram cabal desempenho às suas obrigações até o mês de julho, quando por motivos particulares pediram demissão dos cargos que ocupavam.

Em agosto, foi admitida como bibliotecária-auxiliar a Srta. Hebe Penteadó, que passou a trabalhar em dois períodos, encarregando-se na parte da manhã do Arquivo (colaborando também na arrumação da Hemeroteca), e na parte da tarde zelando pela Biblioteca.

O número de consulentes e visitantes, que deixaram seus nomes no Livro de Registro foi de 1.076. O mês de maior movimento foi o de outubro, com 219 consulentes.

A secção de Periódicos foi inteiramente reorganizada, tendo sido adquiridas novas fichas de modelo especial para facilitar o serviço, procedendo-se outrossim a uma revisão das revistas, com o expurgo daquelas de conteúdo meramente social ou comercial, e a classificação científica dos periódicos, nacionais e estrangeiros, de valor cultural permanente. Foram expedidas inúmeras cartas a instituições congêneres, solicitando a doação de exemplares de revistas, que faltavam para completar nossas coleções.

A Biblioteca continuou recebendo, na praxe tradicional da permuta, publicações variadas, providas de outros estados brasileiros, das Américas, Europa e África portuguesa.

Apesar de não dispôr de verbas de aquisição, a Biblioteca teve o seu acervo constantemente aumentado, graças a numerosas e valiosas doações de livros.

Em 1963, o número de livros novos tombados foi de 245.

Centenas de outros volumes recebidos ficaram, porém, aguardando o momento oportuno de serem registrados e classificados.

As principais doações foram as seguintes: Viúva Marcelo Piza, 661 volumes (apenas parte aproveitável); Instituto Nacional do Livro, 45 vols.; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 22 vols. e 10 cartas geográficas; editor José Olympio, 10 vols. encadernados ("História dos Fundadores do Império no Brasil"); Carlos Penteadó de Rezende, 35 vols.; e Profa. Myriam Ellis, 13 vols..

Com a pequena verba mensal de Cr\$ 5.000,00, foram encadernados 120

livros, sendo encaminhados à Oficina, de preferência, obras em mau estado de conservação, de grande valor histórico, ou de consulta freqüente, e também obras de membros do nosso Instituto. Observe-se que a Oficina contratada não tem mantido a indispensável regularidade de prazo na coleta e devolução dos volumes, pois se assim não fosse seria o dôbro o número de livros encadernados em 1963.

Conservadas em sala à parte, a Biblioteca vem já de longa data colecionando obras em duplicata, sem maior interesse para o acervo geral. O número dessas obras aumenta de ano para ano. Se por um lado constituem um patrimônio para o Instituto, sob outros aspectos representam um peso morto, ocupando espaço, e desligadas da finalidade cultural que poderiam ter se postas noutros lugares à disposição dos estudiosos. Seria de desejar que, em futuro próximo, a Diretoria tomasse uma resolução a êsse respeito, dando um destino útil a tais duplicatas, por doação, permuta ou venda.

Durante o ano, o consócio Eng. Mário Leite, a pedido da Presidência, realizou um completo levantamento dos estoques da Revista do Instituto, depositados no último andar do Edifício, relacionando os exemplares ano por ano, e número por número, em lista especial.

O consócio prof. Erasmo d'Almeida Magalhães prosseguiu nos trabalhos de organização da Mapoteca, dando praticamente por terminada a difícil missão de que graciosamente se incumbira em anos anteriores.

Foi reorganizada, de maneira prática e acessível a rápida consulta, a antiga lista de instituições culturais com as quais o nosso Instituto vem mantendo intercâmbio, sendo atualizados muitos endereços e acrescentados novos.

Pela primeira vez, por solicitação, foi remetida a nossa Revista a uma Universidade da Austrália, o que evidencia de certa maneira a repercussão internacional dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Foram respondidos questionários enviados pelos seguintes organismos culturais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Subcomissão de Bibliotecas, da Comissão Estadual de Literatura do Conselho Estadual de Cultura; e U.N.E.S.C.O. ("Repertoire des Échanges Internationaux"; "Centro de Cooperacion Científica de UNESCO para América Latina").

No mês de janeiro, as duas bibliotecárias-auxiliares, orientadas pelo Prof. Álvaro da Veiga Coimbra, realizaram completo inventário das medalhas e das coleções de moedas antigas (inclusive papel-moeda) conservadas na Biblioteca.

No mês de setembro, houve a inauguração do "Museu José Bonifácio", no prédio do Instituto. Para servir às instalações do novo departamento foram, por expressa determinação da Presidência, transferidas da Biblioteca, onde estavam, as vitrinas com os objetos que continham: fardas imperiais, medalhas comemorativas, moedas, despojos do ataúde da Imperatriz D. Leopoldina e outras peças de alto valor histórico, que passaram a guardar a responsabilidade do referido Museu.

Foram êsses, resumidamente, os principais sucessos havidos durante o ano de 1963 na Biblioteca, que tenho a honra e a satisfação de orientar.

Respeitosamente.

Carlos Penteado de Rezende
Diretor - 1.º Bibliotecário

MUSEU JOSÉ BONIFÁCIO

Instalado em 7 de setembro de 1963 — Diretor: Prof. Alvaro Veiga Coimbra

RELAÇÃO DOS OBJETOS EXPOSTOS

VITRINE N.º 1

— *Lenço de linho branco* que pertenceu à Imperatriz D. Teresa Cristina. Este precioso lenço apresenta num dos cantos o nome da imperatriz encimado pela coroa imperial, trabalho executado em delicada bordadura feita a mão. — Procedência: coleções do Instituto Histórico.

— *Lenço de linho branco* com guarnição de rendas feitas a mão, de uso da imperatriz D. Teresa Cristina. - Procedência: coleções do Instituto Histórico.

— *Medalhão de bronze* com a efígie de D. Pedro II, com 890 m/m. de diâmetro, foi fundido nas oficinas da E. F. Araraquarense, por ocasião da tentativa de restauração da Monarquia em Araraquara, Pinhal e Taquaritinga. Destinava-se ao salão de honra da Câmara Municipal da cidade de Araraquara, se o levante monarquista nos comêços da República (1902) saísse vitorioso. - Pertenceu ao avô do doador, Dr. Carlos Pinto Alves, Sr. Carlos Batista de Magalhães.

VITRINE N.º 2 — BRASIL MILITAR

— *Grã-cruz da ORDEM DO MÉRITO NAVAL*, fitão e placa. Esta Ordem, a mais elevada da Marinha de Guerra do Brasil, foi instituída pelo Dec. 24.569, de 4-7-1934, pelo Presidente Getúlio Vargas. - Procedência: coleção Álvaro da Veiga Coimbra.

— *Chapa de talim da Imperial Guarda de Honra do imperador D. Pedro I*. A imperial Guarda de Honra, foi instituída a 1-12-1822 e dissolvida depois da partida do imperador, quando passou, depois de reorganizada, a constituir o 1.º Regimento de Cavalaria de Linha, hoje, os "Dragões da Independência" - Procedência: coleção Álvaro da Veiga Coimbra.

— *Estôjo contendo 17 botões de fardamentos do Império*, de oficiais superiores e simples soldados. - Procedência: coleção Álvaro da Veiga Coimbra.

— *2 baionetas com lâminas triangulares para espingarda de pedreira*. Estas baionetas foram muito usadas nos séculos XVIII e XIX. O Exército Brasileiro fez uso destas armas nas campanhas contra Rosas e Uribe (Campanha de Buenos Aires) e durante parte da Campanha do Paraguai. - Procedência: coleção Álvaro da Veiga Coimbra.

— *Corneta em Ré*, usada pela cavalaria do 1.º Reinado. Esta corneta pertenceu ao alferes Magalhães Castro, então comandante de esquadrão de cavalaria, general no fim de carreira e que serviu para dar o sinal de continência ao imperador D. Pedro I, no seu embarque em definitivo para Portugal. - Procedência: oferta do dr. Júlio de Mesquita Filho.

— *Espada de oficial superior da Guarda Nacional do Império.* Esta espada traz as armas imperiais gravadas na lâmina e a legenda como era de uso em quase tôdas as armas deste tipo no regime imperial: VIVA O IMPERADOR. Nos copos, a sigla em relêvo: PEDRO II. Bainha de metal. - Procedência: oferta do dr. Duilio Crispim Farina.

— *Espadim usado pela Guarda Urbana da cidade de São Paulo.* A Guarda Urbana foi fundada em 1875, sendo este tipo de armas um tanto raro. - Procedência: oferta do dr. Duilio Crispim Farina.

— *Espada de general do Exército Brasileiro.* Esta espada pertenceu ao Marechal Isidoro Dias Lopes, do Exército Nacional e que na epopéia de 1932, foi o comandante em chefe do Exército Constitucionalista - Procedência: coleção da Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.

VITRINE N.º 3

Coleção numismática, compreendendo medalhas comemorativas e condecorações, assim classificadas:

— Imperiais - 3 — IV Centenário da descoberta do Brasil - 9 — IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo - 5 — Exposições - 5 — Inaugurações - 6 — Centenários - 24 — Homenagens - 10 — Congressos - 5

Estrangeiras: — Inglesas - 2 — Italianas - 1 — Portugêsas - 4. Destacam-se desta coleção os medalhões comemorativos do IV CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO, bronze, com 90 mm. de diâmetro; V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, bronze, com 100 mm. de diâmetro; V CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DAS MISERICORDIAS, homenagem à rainha D. Leonor.

— *Condecorações:* Medalha militar SERVIÇOS DE GUERRA, da Marinha de Guerra Nacional, comemorativa da Segunda Guerra Mundial; medalha TOBIAS DE AGUIAR, comemorativa da morte do Fundador da Força Pública do Estado de São Paulo; medalha militar do COMBATE DE TATAYBÁ, travado entre as cavalaria brasileira e paraguaia, em 2-10-1867, junto aos pântanos de Humaitá, cunhada pelo governo paraguaio; medalha cultural IMPERATRIZ LEOPOLDINA, instituída pelo I.H.G.S.P., quando da trasladação dos restos mortais da Imperatriz, do Rio de Janeiro para a cripta do monumento da Independência, no Ipiranga; insignia do Congresso de História, realizado no IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo, sob os auspícios do I.H.G.S.P.

VITRINE N.º 4

— *Coleção de moedas em bom estado de conservação,* desde o Brasil-Colônia, Império e República, em prata, cobre, bronze, níquel e cupro-níquel. Entre os exemplares expostos, vemos uma peça de prata de D. Pedro II, de Portugal, cunhada na Casa da Moeda da Bahia, fundada por decreto de 1694, sendo portanto, a primeira casa da Moeda fundada no Brasil. Interessante uma série de moedas de porcelana, "Moedas de emergência", cunhadas na Saxônia, logo após a 1.ª Grande Guerra, quando fazia-se sensível a falta de matéria prima para a emissão de moedas na Alemanha. Fizeram doações de alguns exemplares: o Prof. Vinicius Stein Campos, dr. Mario Leite, D.ª Lucia de Tomasi e Alvaro da Veiga Coimbra.

— 14 preciosas cartas, escritas pela princesa D. Leopoldina, depois imperatriz do Brasil. São cartas autênticas escritas em francês (5) e em português (9). - Oferta do sr. embaixador dr. Pedro de Moraes Barros.

VITRINE N.º 5 — Movimentos revolucionários de 1930 e 1932

1930

— Bandeira do Estado, da Paraíba “Négo” usada durante o movimento. — Bandeira da União Democrática Brasileira. — 2 distintivos em esmalte do Partido Democrático. — Duas charges políticas de autoria de Belmonte. — Fotografia onde se vê dona Darcy Vargas, João Pessoa e outros políticos responsáveis pela revolução de 1930. Ofertas do dr. Aureliano Leite.

1932

— Bandeira Paulista desfraldada durante os comícios políticos realizados em São Paulo. — Bandeira do Partido Democrático, idem. — Balas para canhão de 75 m/m — Cápsula de bala de 75 m/m. — Baioneta. — Par de perneiras. — Cartucheira completa. — Distintivo em esmalte do M.M.D.C. — Lanterna usada nas trincheiras. — Retrato do general Marcondes Salgado tirado no Clube Comercial. — Retrato do governador Pedro de Toledo com dedicatória a Aureliano Leite. — Fotografia dos exilados políticos tirada na Casa de Correção do Rio de Janeiro. — Bengala usada por Pedro de Toledo no exílio. — Oferta do dr. Aureliano Leite.

6 capacetes de aço usados pelos soldados do Exército Constitucionalista. Oferta do dr. Aureliano Leite (1), sr. Egon Falkenberg (1), coleções do Instituto Histórico (4).

— 2 granadas de mão. Ofertas do dr. Aureliano Leite (1), e dr. Francisco Pedroso.

— Bomba usada pela aviação. Oferta do sr. Egon Falkenberg.

— Matraca usada nas trincheiras de 1932 com o intuito de emitir descargas de fuzilaria. Oferta do Prof. Alfredo Gomes.

— Aquarela original de autoria de R. M. Ferreira, para a capa do livro “Martírio e Glória de São Paulo”, do dr. Aureliano Leite, que a ofertou ao I.H.G.S.P.

— Braço do Estado de São Paulo, desenhado por Wash Rodrigues. Neste brasão a legenda diz “Pro S. Paulo Fiant Eximia”.

VITRINE N.º 6 — Indumentaria do Império

— Farda de moço fidalgo da Casa Imperial, que pertenceu ao comendador José Vicente de Azevedo. Moço-fidalgo tinha por encargo os serviços particulares do Imperador. - Oferta de Dr.^a Carlota Pereira de Queiroz, sua bisneta.

— Farda de Camarista do Paço, 2.º uniforme. — Gentis-homens da Câmara ou Camaristas de S. Majestade o Imperador, eram os que, por semana, faziam o ofício de Camareiro-mór, servindo e acompanhando o monarca. Tinham como insígnia quando em serviço uma chave dourada. - Coleção do Instituto Histórico e Geográfico.

— Farda de Ministro de Estado. Esta farda pertenceu ao conselheiro Martim Francisco de Andrada, um dos próceres da Independência. Nos punhos, o emblema de Conselheiro de Estado constante de esfera armilar e coroa bordadas a ouro. - Procedência: Coleções do Instituto Histórico.

VITRINE N.º 7

Dois pequenos tapêtes tecidos à mão e adquiridos nos Estados Unidos, como tendo pertencido a George Washington, um dos fundadores e primeiro presidente da grande República Americana. — Procedência: Oferta da doutora Marie Renotte.

— *Conta apresentada pelo capelão da Igreja do Colégio* ao Tesoureiro Geral da Fazenda em 22-2-1811, relatando os gastos feitos em quatro dias de festas, compreendendo música, missa cantada, diacono e sub-diacono e grande quantidade de cêra, na importância de 22\$680 réis.

Procedência: Coleção Alvaro da Veiga Coimbra.

— *Dois pregos encontrados* na demolição da antiga Igreja do Colégio. — Procedência: Oferta do dr. José Pedro Leite Cordeiro.

— *Chave da casa* de moradia de Antonio Alves Pereira de Almeida, participante da Convenção de Itú, situada na Fazenda Água Branca, em Pôrto Feliz. - Procedência: Oferta do dr. Carlos Pinto Alves.

— *Placa de prata* em estojo de veludo azul, ofertada pela Comissão Estadual e Regional da 4.ª Zona Aérea ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante os festejos do "Ano Santos Dumont".

— *Castiçal de pedra sabão*. Proveniente da manufatura de artefatos dessa pedra praticada por modestos artífices das vizinhanças de Ouro Preto, em Minas Gerais, em que são usados tornos movidos a pé e ferramentas rudimentares. - Procedência: Oferta do dr. Mário Leite.

— *Casse-tête usado pelo Partido Integralista*. Peçaço de bambu disfarçado em tocha e muito usado pelo Partido nos desfiles organizados em nossa Cidade. - Procedência: Oferta do dr. Aureliano Leite.

— *Libambo* — Castigo de escravos. - Procedência: coleções do Instituto Histórico.

— *Sabre árabe* (marroquino). - Procedência: col. do Instituto Histórico.

VITRINE N.º — FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

— 2 tijolos de 33 x 16 x 8 cm. de adobe, cosido ao sol, retirados de paredes do antigo Palácio do Governo de São Paulo, por ocasião da sua demolição, em novembro de 1953, e que faziam parte da velha Igreja do Colégio. a qual era "reconstrução da primitiva, de 1554, no mesmo local";

— 1 tijolo de 24 x 24 x 6 cm. idem, idem, dos quais poucos foram encontrados;

— 1 tronco de madeira, roliça, mal lavrada, em perfeito estado, de 50 x 6 cm., que se achava embutido em um dos cavodás de taipa de terra socada, das paredes da Sacristia da Igreja do Colégio;

— 10 (dez) pregos e ganchos de ferro forjado, de diversos tamanhos, chegando até a 17 cm., presumivelmente fabricados pelo ferreiro Irmão Matheus Nogueira, a quem Anchieta e Nobrega chamavam de "o ferreiro de Jesus Cristo";

— 1 prego engravado em pedaço de madeira, retirado das referidas paredes;

— uma pedra que se achava embutida na parede de terra socada, cuja demolição foi sustada, e que assim ainda se encontra no primitivo local;

— um Album com inúmeras notícias publicadas nos jornais desta Capital, durante o período da demolição acima referida, — tudo fartamente ilustrado com muitas fotografias.

A absoluta autenticidade de todo êsse material é comprovada pela declaração assinada pelos empreiteiros da demolição do prédio do antigo Palácio do Governo, cujas firmas se acham reconhecidas por Tabelião, no documento junto à primeira página do referido Album, sendo que em diversas notícias publicadas nos jornais colecionados no mesmo, constam referências a tais Empreiteiros.

Procedência: Doação do sócio Álvaro do Amaral.

VITRINE N.º 8

— *Ferro para tirar dentes* do século XVIII, proveniente de Goiás Velho.

— *Três imagens de barro* feitas por santeiros paulistas:

— *Imagem de Sto. Antônio*, procedente de São Bernardo, do século XVIII

— *Imagem de Nossa Senhora da Conceição*, procedente de Atibaia, do século XVIII.

— *Imagem de Santa Luzia*, procedente de Santo André, do século XIX.

Estas pequenas imagens, tão cheias de emoção religiosa, revelam muitas vezes capacidades expressivas dos barristas populares nas nossas igrejas e celas conventuais. Executadas sem preocupação pelo gosto da Igreja, feitas por artistas não profissionais, mas por simples santeiros, muitas vezes sem escola e por essa razão mesmo mais características e de maior valor para a arte brasileira, representam sem dúvida nenhuma a documentação etnográfica de uma época.

— *Autógrafo de D. Maria Dorothea Joaquina de Seixas*.

Exemplar raríssimo. Maria Dorothea foi a grande paixão de Tomaz Antonio Gonzaga, um dos Inconfidentes, que fazia versos sentimentais e bordava a ouro o vestido de sua noiva. Gonzaga publicou em 1792, em Lisboa, e pela primeira vez sua obra prima "Marilia de Dirceo" na qual exaltava seu grande amor a Dorothea, a sua "Marilia".

— *Coleção completa de pesos para pesagem do ouro*, procedente de Minas Gerais, usados no século XVIII.

A existência do ouro no Brasil, foi revelada pela primeira vez na Capitania de São Paulo e muito anteriormente às descobertas de Minas Gerais, Mato Grosso, etc.. Parece ter sido Afonso Sardinha o primeiro a extrair ouro das minas de Santa Fé e Jaraguá e ao falecer dizia em seu testamento possuir 80 mil cruzados em ouro em pó.

— *Album em branco, de papel primitivo feito de lã de cabra*. Capa de pergaminho de um incunábulo da Idade Média.

O primeiro material usado para a feitura dos livros, foi o papiro, vegetal nascido no Egito, onde seu emprego remonta a tempos imemoriais. Tinham a forma de rolos, encontrando-se raros exemplares em forma de códices. A forma de códice, que substituiu a do rolo antigo, começou a prevalecer nos livros com o emprego das peles para escrever e como a do carneiro era a mais usada e vinha do Reino de Pergamo, deu-se-lhe o nome genérico de pergaminho. Só mais tarde o papel tomou o seu lugar.

Este exemplar vindo de Milão, é de extraordinário valor.

— *Caderneta de Passe Geral da São Paulo Railway e da Light and Power.*

Esta interessante caderneta pertenceu ao Chefe de Polícia dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, quando se puzeram os bondes elétricos em São Paulo. Todos os objetos expostos nesta vitrina representam valiosa doação feita pelo dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto.

VITRINA N.º 9

— *Máscara mortuária, em bronze, de Amadeu Amaral, poeta, jornalista e membro da Academia Paulista de Letras.*

Coleção do Instituto Histórico.

— *Pasta de bacharel bordada a seda sobre veludo, que pertenceu a Manuel Antonio Alvares de Azevedo.*

Nascido em São Paulo em 1831, Alvares de Azevedo foi um poeta de lirismo exaltado. Faleceu em 1852, ao terminar o seu curso de bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Esta pasta, peça única, foi bordada por sua irmã, dona Maria Luiza A. Azevedo.

Coleção do Instituto Histórico.

VITRINE N.º 9 —NO TEMPO DO IMPERADOR

— *Coroa imperial e demais acessórios que ornavam o ataúde da imperatriz D. Leopoldina, no convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro.*

Partindo D. Pedro I para a Campanha da Cisplatina, ficou D. Leopoldina como Regente do Império, quando a 29 de novembro de 1826 enfermou gravemente, vindo a falecer a 11 de dezembro seguinte aos 29 anos de idade.

Vindo para São Paulo os restos mortais de nossa saudosa imperatriz, foram êstes acessórios recolhidos ao I.H.G.S.P.

— *Medalha-estôjo contendo a Constituição do Império.*

No anverso, o busto à esquerda do Imperador; na orla: D. PEDRO I — IMPERADOR. No côrte, a assinatura do gravador A. Fauginel. Reverso: entre dois ramos de café e fumo: CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO/1824. Esta caixinha contém em fôlhas circulares a Constituição do Império, promulgada a 25-3-1824. Coleção do Instituto Histórico.

— *Armas do Império, de um coche pertencente à Casa Imperial.*

Coleção Alvaro da Veiga Coimbra.

— *Medalhas do baile oferecido a D. Pedro II.*

Estas peças foram usadas no baile oferecido pela sociedade do Rio de Janeiro ao jovem imperador, quando das festas de sua coroação. São de dois tipos, ambas usadas no peito. As dos cavalheiros têm a cabeça do imperador de perfil à direita e na orla a legenda: PETRUS.II.D.G.C.IMP. — ET.PERP. BRAS.DEF. No reverso as armas do Império e a legenda na orla superior: IN HOC SIGNO VINCES, como nas moedas de ouro do segundo sistema, primeiro tipo, na forma do escudo e no ramo bifurcado de café. A destinada às senhoras tem uma moldura formada por duas figuras aladas, a coroa imperial no timbre e os ramos de café e fumo. Coleção Alvaro da Veiga Coimbra.

— *Sêlo Grande do Império.*

Este sêlo era usado em todos os documentos oficiais na época imperial, sobrepondo uma larga fita com as côres nacionais. Coleções do Instituto Histórico.

— *Pequeno broche cravejado de pedras-mina.*

Coleções do Instituto Histórico.

VITRINE N.º 10

— *Farda de Senador do Império. 3.º uniforme, modelo de 1843.*

Aos Senadores foi permitido o uso do uniforme especial pelo decreto n.º 266, de 19-1-1843. Compreendiam três tipos: 1.º, 2.º e 3.º uniformes. O 3.º uniforme: casaca aberta, de côr verde escuro, de gola deitada e lapelas com bordados sòmente na gola. No mais, calça de pano verde escuro, colete da mesma côr ou branco. Coleção do Instituto Histórico.

VITRINE N.º 11

— *Uniforme de tenente da Guarda Nacional do Império (Segundo Reinado).* Plano posterior à 1852.

Oferta dos irmãos Elza e Guilherme Grunfeld. A Guarda Nacional foi inspiração de Feijó. A 18-8-1831, foi promulgada a lei que a criava para a defesa da Regência em substituição às antigas milícias, Ordenanças e Guardas Municipais, cabendo-lhe ainda o papel de "prontidão" nas emergências e reviravoltas por que padecia o país por volta da abdicação de D. Pedro I. Subsidiando o Exército de Linha, tomou parte a Guarda Nacional em tôdas as guerras civis e externas do Império e nas primeiras lutas intestinas do período republicano. Quando rebentou a Guerra do Paraguai, o governo imperial mobilizou a Guarda Nacional, que seguiu para o campo das operações e ali lutou com extraordinária bravura. Quer na Campanha de Canudos, como na Revolta da Armada ou sob o comando de Caxias nos eventos gauchescos de 1842, prestou a Guarda Nacional excepcionais serviços lutando em campo raso ou mantendo a ordem na retaguarda. A Guarda Nacional foi extinta, após a parada militar realizada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1911.

DOCUMENTAÇÃO

— *Ordem de pagamento* assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva ao Tesoureiro da Casa Imperial, para que fosse pago a Antonio Roberto da Silva a importância de 9\$600 réis, pelo feitiço dos vestidos feitos para a princesa D. Januária, em 19-8-1833.

— *Ordem de pagamento* assinada pelo Dr. Andrada ao Tesoureiro da Casa Imperial, para que fosse paga a D.^a Maria Joaquina a importância de 9\$600 réis, correspondente ao feitiço de seis vestidos no valor de 1\$600 cada, destinados à princesa D.^a Januária, em 10-8-1833. D. JANUÁRIA, Maria Joana Carlota Leopoldina Cândida Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Áustria, filha de D. Pedro I e de D. Leopoldina, nasceu no Rio de Janeiro a 11-3-1822 e faleceu em Nice a 13-3-1901. Casou no Rio de Janeiro a 28-4-1844, com D. Luiz Carlos Maria José de Bourbon, conde d'Aquilla, príncipe das duas Sicílias e irmão de D. Teresa Cristina, im-

peratriz do Brasil. Na menoridade de seu irmão D. Pedro II, foi reconhecida herdeira presuntiva da Coroa, prestando juramento perante a Assembléa Geral Legislativa em 1836. Estes dois documentos foram ofertados pelo Sr. Adelino Ricciardi.

— *Cópia da Ata da Eleição dos Deputados da Província de São Paulo à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.* “para servir de diploma ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marechal José Arouche de Toledo Rendon, São Paulo, 30 de outubro de 1822”.

O marechal Rendon nasceu em São Paulo no ano de 1756 e faleceu em 1834. Foi juiz de mediação ordinario, juiz de orfãos e Procurador da Coroa. Quando se fundou a Faculdade de Direito de São Paulo, foi seu primeiro diretor. Apesar de eleito deputado à primeira Assembléa Legislativa, não desempenhou o mandato devido a sua avançada idade. Oferta do dr. Aureliano Leite.

— *A Assembléa Geral Legislativa autorizando o governo a mandar proceder à “Revista de Causa de Presos no Conselho do Almirantado, tendo em vista a necessidade de regular o número de Vogais e Desembargadores da Casa de Suplicação. Rio de Janeiro, julho de 1827”.* Este documento está assinado por José Clemente Pereira.

Nasceu José Clemente Pereira em Portugal, a 17-2-1787, formando-se em direito canonico pela Universidade de Coimbra. Em 1815 partia para o Brasil, onde no Rio de Janeiro advogou, sendo a seguir nomeado Juiz de Fôra de Niterói. Afeiçoando-se da maneira mais completa à sua nova pátria, ocupou posições de relevo na política da época. Seus dotes de juriconsulto e o prestígio que desfrutava levaram-no a ocupar no gabinete de 20-11-1827 a pasta do Império e depois interinamente a da Guerra. Faleceu José Clemente Pereira a 10-3-1854, fazendo parte do Conselho de Estado do Imperador D. Pedro II. - Oferta do dr. Aureliano Leite.

— *Impresso da tipografia do FAROL PAULISTANO, de 1831, comunicando a abdicação do Imperador D. Pedro I a 7 de abril desse ano, a nomeação da Regência Provisória feita pelas duas Câmaras Legislativas e a nomeação de novo ministro.* Oferta do Dr. Aureliano Leite.

— *Documento da época de D. Pedro II, de Portugal, oferecendo garantias às famílias dos Camargos e Pires à eleição a Câmara da Vila de São Paulo.* Oferta do dr. Affonso de Escragnolle Taunay ao Instituto, em 20-7-1914.

ESCULTURAS

— Esculturas de Luiz Morrone, artista que em nossa geração se distingue como um dos escultores melhor dotados, de qualidade artistica muito pessoal, artista de fina expressão. Ornam o salão os bustos de: Barão do Rio Branco, Bernardino de Campos, João Mendes Junior, Rui Barbosa e Tiradentes.

DIVERSOS

O Museu apresenta ainda varias peças doadas, tôdas de grande interêsse:

— *Copiadores de cartas de Eduardo da Silva Prado, 3 volumes.* Oferta do sr. Jorge Pacheco Chaves.

— *Estribo em metal branco*, usado por senhoras nos princípios do século. Oferta do dr. Mario Leite.

— 3 volumes da obra "Aparato para a Disciplina", de autoria do D. Francisco de Almeida — ed. de 1735 — Oferta do Prof. Tito Lívio Ferreira.

— 6 volumes da "Portugaliae Monumenta Cartografica" — obra comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique — por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota — Oferta do Governo de Portugal.

PEÇAS AVULSAS

— *Igaçaba* (zonoidal)

Talha grande de barro muito usada pelos índios para reserva de água. Encontrada na fronteira do Brasil com a Bolívia. Oferta do dr. Manoel Rodrigues Ferreira.

— *Sela equipada do 2.º Regimento de Cavalaria Divisionária de Piracurunga*. Este Regimento serviu na frente norte no Movimento Constitucionalista de 1932. Oferta do dr. Francisco Pires Martins.

— *Tocheiros da Igreja do Divino Espírito Santo*. Estes dois tocheiros pertenceram à primitiva capela do Divino Espírito Santo, na Bela Vista, elevada a Paróquia. em 1908. Oferta de monsenhor Paulo Florence.

— *Tambu* — instrumento usado em festas de culto africano. Coleção do Instituto Histórico.

— 2 lanças usadas pela cavalaria do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. Oferta do Prof. Vinício Stein Campos.

QUADROS, AQUARELAS, ESTAMPAS

O Museu apresenta pequena galeria de quadros a óleo, aquarelas e estampas lembrando fatos históricos e personagens de nossa história, alguns de renomados artistas.

— *Retrato grande com moldura, do Patriarca da Independência*, com o fac-símile de sua assinatura. Oferta de D. Iñezita Saveli.

— *Estampa emoldurada de D. Pedro II*. Época, 1888. Coleções do Instituto Histórico.

— *Estampa emoldurada de D. Teresa Cristina, imperatriz do Brasil*. — Época, 1888. Coleções do Instituto Histórico.

— *Iluminura da Imperatriz D. Leopoldina*, em pergaminho. Oferta de D. Maria Amélia de Souza Aranha.

— *D. Leopoldina, Imperatriz do Brasil*. Aquarela de Omar Guedes. Oferta de D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.

— *D. Leopoldina*, cópia feita a óleo de quadro existente na cidade de Viena, na Áustria, por Silva Neves. Oferta de Mario de Campos Pacheco.

— *Retrato a óleo do Imperador D. Pedro I*, fardado. Oferta do pintor Rocha Ferreira.

— *Forte de Cabedelo*, óleo de Benedito Calixto, 1907. Coleções do Instituto Histórico.

— *Ruína da capela de Santana de Acaraí*, em São Vicente, onde foi batizado Frei Gaspar da Madre de Deus. Óleo de Benedito Calixto, 1914. Coleções do Instituto Histórico.

— *Local onde se localizava a casa de Tiradentes*, em Ouro Preto. Óleo de Vergueiro Leão. Coleção de D. Maria Dulce Leite Pedral Sampaio.

— *El Brigadier General Don Carlos Maria Alvear, na batalha de Ituzaingó*. Esta estampa apresenta a versão argentina da famosa batalha travada contra o exército imperial, em 20-2-1827. Oferta do sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares.

— *Batalha de Ituzaingó*. Versão brasileira de autoria de Wash Rodrigues. Quadro a óleo emoldurado. Oferta do sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares.

— *Mapa do Estado de São Paulo* indicando as varias frentes de combate do Movimento Constitucionalista de 1932. Concepção artística do consagrado artista Wash Rodrigues. Oferta do dr. Aureliano Leite.

— *Grupo fotográfico* onde aparece Prudente de Moraes. 1.º governador de São Paulo em 1890, cercado de membros de administração: Bernardino de Campos, major Castelo Branco, Peixoto Gomide, Caetano de Campos, Paula Souza e Antonio Mercado. Coleções do Instituto Histórico.

— *Cartaz original impresso pela Liga Nacionalista* fundada em São Paulo e depois difundida pelos diversos Estados da Federação e que ao tempo, de 1918 em diante, foi distribuido pelo Brasil, com a aprovação de Rui Barbosa e Olavo Bilac. Oferta do dr. Aureliano Leite.

— *CRUZ DE CRISTO* (por engano no quadro está "AVIS"). Homenagem prestada a D. Henrique, o Infante de Sagres. Esta alegoria em bronze, foi oferecida ao IHGSP pelo autor, sr. Armando A. Pinto.

B A N D E I R A S

— *Bandeira do Império*. Coleção Alvaro da Veiga Coimbra.

— *Bandeira de D. João III*. Coleções do Instituto Histórico.

Observações — Neste relatório assinalamos as procedências das peças existentes no Museu, isto é, as pertencentes ao Instituto, as doações e as peças emprestadas pelos colecionadores.

Alvaro da Veiga Coimbra

S. Paulo, 12 de dezembro de 1963.

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO CORRESPONDENTE AO ANO DE 1964

Diretoria para o triênio de 1963 a 1966:

Presidente: Dr. Aureliano Leite

1.º Vice-Presidente: Prof. Ernesto de Moraes Leme

2.º Vice-Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira

3.º Vice-Presidente: Prof. Sérgio Buarque de Holanda

1.º Secretário: Coronel Luiz Tenório de Brito

2.º Secretário: Prof. Vinício Stein Campos

3.º Secretário: Prof. Alfredo Gomes

4.º Secretário: Prof. Carlos Henrique Liberalli

1.º Orador Oficial: Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães

2.º Orador Oficial: Dr. Alceu Maynard Araujo

1.º Tesoureiro: Dr. Salvador Rocco

2.º Tesoureiro: Dr. Alexandre D'Alessandro

1.º Bibliotecário: Dr. Carlos Penteado de Rezende

2.º Bibliotecário: Prof.^a Myrian Ellis

Grandes Beneméritos: Dr. Altino Arantes; — Dr. Aureliano Leite — Patrono: Amador Bueno da Veiga; — Professor Carlos da Silveira — Patrono: João Ramalho; — Prof. Ernesto de Sousa Campos — Patrono: Antônio de Souza Campos; — Embaixador José Carlos de Macedo Soares; — Dr. José Pedro Leite Cordeiro — Patrono: Dom Bernardo Rodrigues Nogueira; — Coronel Luiz Tenório de Brito — Patrono: Luiz Barbalho Bezerra; — Prof. Thomaz O. Marcondes de Souza; Prof. Tito Lívio Ferreira — Patrono: Francisco Adolfo Varnhagen.

Beneméritos: Engenheiro Alexandre D'Alessandro — Patrono: Antônio Francisco de Paula Souza; — Dr. A. Sílvio Cunha Bueno; Coronel Arrisson de Souza Ferraz — Patrono: Rafael Tobias de Aguiar; Dr. C. A. da Costa Nunes — Patrono: João Francisco Lisboa; — Dr. Eldino da Fonseca Brancante; — Prof. Fausto R. de Barros; — Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães — Patrono: Orville Derby; — Prof. Joaquim C. M. de Almeida; — José A. Pereira Júnior; — José de Moura Rezende; — Dr. José R. de Sá Carvalho; — Dr. Nelson Marcondes do Amaral; — Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo — Patrono: Cacique Tibiriçá; — Engenheiro Pêrsio Pereira Mendes; — Dr. Vinício Stein Campos — Patrono: Cesário Mota Júnior.

Benfeitores: Américo Bologna — Patrono: Sílvio de Almeida; Dr. André Nunes Júnior; Dr. Cantídio Nogueira Sampaio; Engenheiro Dimas de Mello Pimenta — Patrono: Bartolomeu Lourenço de Gusmão; — Conde Francisco Matarazzo Sobrinho; Dr. José Cássio Macedo Soares Júnior; Lúcia De Tomasi — Patrono: Vital Brasil; — Manuel de Mello Pimenta — Patrono: Antônio

Raposo Tavares; — Dr. Mario Ottobrini Costa; Comendador Paulo Romanó; — Dr. Pedro Monteleoné; — Dom Salvador Cutolo — Patrono: Martins Fontes.

Eméritos: Dr. Afonso Antônio de Freitas Júnior — Patrono: Afonso A. de Freitas; — Prof. Alfredo Ellis Júnior; — Prof. Alvaro da Veiga Coimbra — Patrono: Dom Duarte Leopoldo e Silva; — Amador Bueno Machado Florence; — Dr. Amando Franco S. Caiuby; — Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho — Patrono: Theodoro Sampaio; — Dr. Antonio A. de Menezes Drummond — Patrono: Antônio de Menezes e V. Drummond; — Prof. Antônio Ferreira Cesarino Júnior; — Antônio Paulino de Almeida; — Aristeu Seixas — Patrono: Euclides da Cunha; — Dr. Domingos Laurito — Patrono: José Alberto Pelúcio; — Enzo Silveira — Patrono: Getúlio Vargas; — Dr. Fausto de A. Prado Penteado — Patrono: Alberto Penteado; — Dr. Goffredo T. da Silva Telles — Patrono: El Rei D. Dimiz; — Dr. Guilherme de Almeida — Patrono: Washington Luiz Pereira de Souza; — Prof. Herbert Baldus — Patrono: Marechal Rondon; — Dr. Honório de Sylos; — João F. de A. Prado; — Dr. João Penteado Stevenson; — Prof. Jorge Bertolaso Stella — Patrono: Peter Willien Lund; — Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira — Patrono: Dom João Batista Corrêa Nery; — Monsenhor José de Castro Nery; — Prof. José de Oliveira Orlandi — Patrono: Santos Dumont; — Dr. José Eugênio de P. Assis; — Dr. José Maria Whitaker; — Prof. José Soares de Melo; — Dr. Júlio de Mesquita Filho; — Desembargador Manoel Carlos de F. Ferraz; — Nicolau Duarte e Silva — Patrono: Julio de Mesquita; — Monsenhor Paulo Aurisol Cavalheiro Freire — Patrono: Pedro Dias de Campos; — Desembargador Paulo B. de Campos Filho; — Dr. Plínio de Barros Monteiro; — Dr. René Thiollier; — Dr. Ricardo Gumbleton Daunt — Patrono: Diogo Antônio Feijó; — Dr. Rivadávia Dias de Barros; — Dr. Rui Calazans de Araujo; — Desembargador Theodomiro Dias.

Titulares: Dr. Alceu Maynard Araujo — Patrono: Cornélio Procópio; — Prof. Alfredo Gomes; — Profa. Alice Piffer Canabrava; — Dr. Amadeu Nogueira — Patrono: Antônio Bento; — Prof. Antônio Soares Amora; — Prof. Ary França; — Prof. Arlindo Veiga dos Santos; — Dr. Arnaldo Amado Ferreira — Patrono: Prof. Guilherme Milward; — Dr. Arnaldo Arantes — Patrono: Joaquim Nabuco; — Prof. Aroldo Edgard de Azevedo; — Prof. Astrogildo R. de Melo; — Dr. Aureo de Almeida Camargo — Patrono: Bernardino de Campos; — Prof. Aziz Nassib Ab Saber; — Coronel Carlos de Meira Matos; — Carlos Borges Schmidt; — Prof. Carlos Drummond; — Prof. Carlos Henrique Liberalli — Patrono: José Bonifácio de Andrada e Silva; — Dr. Carlos Penteado de Rezende — Patrono: Alexandre Levi; — Dr. Clovis de Oliveira — Patrono: Pedro de Toledo; — Dr. Divaldo G. de Freitas; — Dr. Edmundo Zenha; — Prof. Eduardo de O. França; — Prof. Emanuel S. da Veiga Garcia; — Profa. Emilia da Costa Nogueira; — Dr. Eurico Branco Ribeiro — Patrono: Benedito Carneiro Bastos Barreto (Belmonte) — Prof. Eurípides S. de Paula; — Fernando Ferreira de Góis — Patrono: Luís Gama; — Prof. Flaminio Favero — Patrono: Ovídio Pires de Campos; — Dr. Flávio de A. Prado Galvão — Patrono: Américo de Campos (O velho); Francisco Ferrari Martins; — Comendador Francisco Petinatti; — Dr. Francisco Pires Martins — Patrono: Jean Ferdinand Denis; — Dr. Frederico Lane; Dr. Geraldo Cardoso de Melo — Patrono: Cacique Pique-obi; — Dr. Geraldo Goulart — Patrono:

Artur Goulart Penteado; — Prof. Guelfo Oscar Oswaldo Campiglia; — Gu-
mercindo de P. Fleury; — Padre Helio Abranches Viotti; — Helio Damante
— Patrono: Adolfo A. Pinto; — Coronel Henrique Oscar Wiederspahn —
Patrono: General A. Tasso Fragoso; — Hernani Donato — Patrono: Amadeu
Amaral; — James Martin Harvey; — Patrono: Dr. F. Francisco de Assis Carvalho
Franco; — Dr. João Benedito Martins Ramos; — Prof. João da Cruz Costa;
— Prof. João Dias da Silveira; — Dr. João Guaiberto de Oliveira — Patrono:
Batista Cepelos; — Dr. João Nery Guimarães; — Dr. Joaquim A. da Fonseca;
— Dr. Joaquim Canuto Mendes de Almeida — Patrono: Visconde de São Leo-
poldo; — Prof. Joaquim Silva; — Prof. Jorge Americano — Patrono: Gabriel
Osorio de Almeida; — Prof. Jorge I. P. Silva Telles; — José Benedito Sil-
veira Peixoto; — Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho — Patrono: P.
Vicente de Azevedo; — Dr. José Corrêa da Silva Júnior — Patrono: Cásper
Líbbero; — Dr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho; — Engenheiro José
Gomes de Moraes Filho — Patrono: D. J. de T. P. Castelhanos; — Prof. José
Inácio Benevides de Rezende — Patrono: Salvador Corrêa de Sá e Benevides;
— Dr. José de Melo Pimenta — Patrono: Padre Manuel da Nóbrega; — Prof.
José Ribeiro de Araujo Filho; — Prof. Josué da Camargo Mendes — Patrono:
M. G. de Oliveira Roxo; — Leonardo Arroyo — Patrono: Francisco José L.
e Almeida; — Dr. Luís Câmara Lopes dos Anjos — Patrono: José da Costa
Carvalho; Luiz Corrêa de Mello; — Dr. Luiz Washington Vitta; — Lygia Fer-
reira Lopes; — Profa. Mafalda P. Zemella; — Engenheiro Manoel Rodrigues
Ferreira — Patrono: P. Taques de A. P. Leme; — Maria da Conceição Mar-
tins Ribeiro; — Maria de Lourdes de Paula Martins; — Engenheiro Mario
Leite — Patrono: Afonso d'E. Taunay; — Engenheiro Mario Savelli — Pa-
trono: Roberto Simonsen; — Engenheiro Maurício B. Ottoni; Dr. Moacyr Lobo
da Costa; — Profa. Myriam Ellis — Patrono: Basílio Magalhães; — Nice Le-
cocq Muller; — Nícia Villela Luz — Prof. Odilon N. de Matos; — Olavo Ba-
tista Filho; — Professora Olga Pantaleão; — Dr. Paulo Bonfim; — Pro-
fessor R. da Silveira Santos — Patrono: Joaquim da Silveira Santos; —
Dr. Pedro Brasil Bandecchi — Patrono: Padre José de Anchieta;
— Professor Pedro Moacyr Campos; — Ministro Pedro Rodovalho M.
Chaves — Patrono: Dr. Matheos da Silva Chaves; — Dr. Raimundo A. de
Menezes — Patrono: Capistrano de Abreu; — Prof. Raul de Andrada e Silva;
— Raul Votta — Patrono: Frei Gaspar da Madre de Deus; — Prof. René de
O. Barbosa — Patrono: Laurindo de Brito; — Prof. Rozendo S. Garcia; —
Dr. Salvador Rocco — Patrono: Caetano de Campos; — Prof. Sebastião Pa-
gano — Patrono: Eduardo Prado; — Prof. Sérgio Buarque de Holanda —
Patrono: Otavio Tarquinio; — General Silvio C. de Andrade; — Dr. Solon
Borges dos Reis; — Dr. Ulysses S. Guimarães; — Prof. Valdemar Baronne
Santos — Patrono: Carlos von Martius; — Dr. Valdomiro F. da Silveira —
Patrono: Luiz Gonzaga S. Leme; Prof.^a Vera de Athayde Pereira; Dr. Viktor
Leintz.

Honorários: Dr. Abelardo Duarte; — Engenheiro Acácio de Villalva; —
Comendador Adalberto José Pizarro Loureiro; — Adelfa R. de Figueiredo; —
Adriano Campanhole; — Agostinho Vicente de Freitas Ramos — Patrono:
Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza; — Almirante Alberto dos Santos
Franco — Patrono: Alberto I de Mônaco; Engenheiro Alberto Prado Guima-

rães — Patrono: D. José Gaspar de Affonseca e Silva; Prof. Alcindo Muniz de Souza; — Engenheiro Aldo Andreoni; — Aldo de Assis Dias. — Patrono: Emilio Lang Júnior; — Coronel Alfredo Feijó — Patrono: General Júlio Marcondes Salgado; — Alexandre Haas — Patrono: Afonso José de Carvalho; — Dr. Alfredo Rabaçal; — Dr. Alfredo Lancastre da Veiga; — Prof. Aloisio de Carvalho Filho; — Dr. Alvaro do Amaral; — Patrono: Duque de Caxias; — Dr. Amador Cintra Prado; — Dr. Américo Jacobina Lacombe; — A. Neto do R. Cavalcanti; — Anibal Pinto de Matos; — Antenor Romano Barreto; — Prof. Antonio de Almeida Prado — Patrono: Dr. Marcos de Oliveira Arruda; — Antônio Augusto de Lima Júnior; — Antônio Barreto do Amaral; — Antonio Benedito Machado Florence — Patrono: Loco-tenente Antonio de Oliveira; — Prof. Antonio Carlos Cardoso; Prof. Antonio Carlos de P. e Silva; — Prof. Antônio D'Avila — Patrono: J. Lourenço Rodrigues; — Dr. Antônio Gontijo de Carvalho; Prof. Antônio Rocha Penteadó; — Antônio Santos de Oliveira Júnior; — Padre Aristides Greve; — Prof. Arnold Wildberger — Patrono: Francisco Gonçalves Martins; — Dr. Astor Guimarães Dias — Patrono: Brasilio Machado; — Dr. Augusto Gonzaga; — Prof. Benedito Montenegro — Patrono: Arnaldo Vieira de Carvalho; — Benito Serpa — Patrono: Tiradentes; — Dr. Bento M. da Rocha Neto; - Cândido Martins de Oliveira Júnior; - Prof. Candido Mota Filho; — Prof. Cantídio de Moura Campos; — Prof. Carlos Aldrovandi; — Dr. Carlos de Andrade Rizzinni — Patrono: Hipólito José da Costa; — Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota — Patrono: D. Joaquim Arcoverde; — Dr. Carlos de Moraes Andrade; — Almirante Carlos da Silveira Carneiro; — Carlos Torres; D. Carlos de Tarso Saxe-Coburgo e Bragança — Patrono: D. Pedro II; — Desembargador Carlos Xavier P. Barreto; — Doutora Carlota Pereira de Queiroz — Patrono: Armando de Sales Oliveira; — Profª. Carolina Ribeiro; — Prof. Celestino Euzébio Fazzio — Patrono: Otoniel Mota; — Dr. Celio S. Debes — Patrono: Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; — Engenheiro Copernico Pinto Coelho; — Coriolano Roberto Alves; — Dr. Cristovam de Camargo; — Prof. Dante Laytano — Patrono: Venancio Ayres; — Prof. David A. da Silva Carneiro; — Dr. Dulcideo Tavares de Lacerda; — Dr. Edgard da Cerqueira Falcão; — Dr. Edmur de Aguiar Whitaker; — Eduardo Vilhena de Moraes; — Patrono: Benedito Calixto; — Dr. Elmano Gomes Cardin; — Monsnhor Emílio José Salim; — Epifanio da F. Doria de Menezes; Erasmo d'Almeida Magalhães; — Patrono: Batista Caetano de Almeida Nogueira; — Prof. Ernesto de Moraes Leme — Patrono: Reynaldo Porchat; Marechal Eurico Gaspar Dutra; Dr. Ezequiel de Moraes Leme; Dr. Fernando de Azevedo; — Dr. Florêncio de Abreu; Francisco Martins dos Santos; — Doutora Francisca Pereira Rodrigues; — Prof. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello; — General Francisco de Paula Cidade; — Engenheiro Frederico A. Brotero; — Gabriel Marques; — Patrono: Monteiro Lobato; — Giulio Davide Leoni; Henrique L. Alves; — Patrono: Nina Rodrigues; — Henrique Paulo Bahiana; — Henrique Alberto Orciuoli — Patrono: Dr. Hermes Pio Vieira; — Prof. Honorio F. Monteiro — Patr.: Dom Paulo Pedrosa; — Dr. Hovanir A. Silveira; — Dr. Ibrahim Nobre — Patrono: Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues; — Dr. Igor N. Dolgorukij; — Dr. Isaac Grinberg; — Dr. Ivolino de Vasconcellos; — Prof. Jacob Pen-

teado — Patrono: Martins Fontes; — Dr. Jayme de Sá Menezes; — João Alfredo Pegado Cortez; — Monsenhor João Baptista de Carvalho — Patrono: Dom José de Camargo Barros; — Coronel João B. Magalhães; — Prof. João Chiarini; Prof. João da Cunha Caldeira F.^o — Patrono: Maestro Vila Lobos; — Monsenhor João Deusdedit de Araujo; — Prof. João Horta de Macedo — Professor João Pereira Dias; — Professor João de Scantimburgo; — Tenente-Coronel Joaquim V. Portela, Ferreira Alves; — Professor Jordão Emerenciano; — Professor Jorge C. M. de Bittencourt; — Dr. José Adriano Marrey Júnior; — Padre José Afonso de Moraes Bueno Passos; — Patrono: Conde de Parnaíba; — José Almeida Santos; — Dr. José Alves da Cunha Lima; — Dr. José Armando A. de Macedo Soares; — Dr. José Augusto Cesar Salgado; — Dr. José Ayres Neto; — Dr. José Calazans B. da Silva; — Prof. José Candido de Andrade Muricy; — Prof. José da Costa e Silva Sobrinho; — Padre José Danti S. J.; — José Duarte G. da Rocha; — José Eduardo de Macedo Soares; José E. Pizarro Drummond; — Prof. José Ferreira Carrato; — Dr. José Ferreira de Carvalho; — Dr. José Furtado Cavalcanti — Patrono: Vicente de Carvalho; — Engenheiro José H. G. da Câmara Medeiros; — Prof. José Joaquim Cardoso de Melo Neto; — Dr. José Jaime Ferreira Vasconcelos — Patrono: Estevão Mendonça; — José Leandro de Barros Pimentel; — Dr. José Nogueira Sampaio; — José Paulo da Silveira Cabral — Patrono: Edmundo Navarro de Andrade; — Monsenhor José do Patrocínio Lefort; — Prof. José Pedro Galvão de Souza; — Dr. José Romeu Ferraz — Patrono: José Alves de C. Cesar; — Dr. José da Veiga Oliveira; — Prof. José W. de Araujo Pinho; — Lauro de Barros Siciliano; — Leda Mira Pereira Rodrigues, (Madre Maria Ângela, C. R.) — Patrono: Prudente José de Moraes Barros; — Leão Machado — Patrono: Amadeu de Queiroz; — Leopoldo Ayres; — Leticia Paganó; — Dr. Licurgo de C. Santos Filho — Patrono: Fernão Dias Pais; — Lino de Moraes Leme; — Dr. Lorena Guaraciaba — Patrono: Batista Caetano de Almeida Nogueira; — Prof. Lucas Nogueira Garcez — Patrono: Alberto Souza; — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg — Patrono: Antonio de Toledo Piza; — Dr. Luiz Alberto Whately — Patrono: Dr. Oscar Wainshenck; — Dr. Luiz da Câmara Cascudo; — Dr. Luiz de Castro Souza; — Dr. Luiz Fernando W. T. da Cunha; — Dr. Luiz Gonzaga Noveli Júnior; — Dr. Luiz Piza Sobrinho; — Dr. Luiz Sérgio Thomás; — Dr. Luiz Silveira Mello — Patrono: Rui Barbosa; Prof. Manoel Albano Amora; — Desemb. Manoel A. Vieira Neto — Patrono: Paulo Setubal; — Manoel dos Reis, Araujo — Patrono: Francisco Rangel Pestana; — Dr. Manoel Ubaldino de Azevedo — Patrono: Pedro Augusto C. Lessa; — Dr. Manoel Xavier V. Pedrosa; — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha — Patrono: Imperatriz Leopoldina; — Maria Helena Brancante — Patrono: Braz Cubas; — Maria Imaculada Xavier Silveira; — Marília Antunes Alves; — Dr. Mario Botelho de Miranda; — Dr. Mario Rolim Telles; — Martinho da Silva Prado Júnior; — General Nestor Penha Brasil; — Noemia do Nascimento Gama; — Prof. Nicanor Teixeira de Miranda; — Dr. Oldemar Adriano do Couto; — Olympio Costa Júnior; — Oréntino Martins; — Oswaldo Monteiro de Fleury; — Patrono: Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães; — Pascual Nuñez Arca; — Paulo de Campos Pôrto — Patrono: Barão Homem de Melo; — Dr. Paulo de O. Castro Cerqueira; — Paulo Nathanael Pereira de Souza; — Paulo Penteado de Faria e Silva —

Dom Paulo de Tarso Campos; — Paulo Henrique da Rocha Corrêa — Patrono: Brigadeiro Lysias Rodrigues; — Dom Paulo Rolim Loureiro; — Dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto — Patrono: Dário Ribeiro; — Professor Pedro Calmon; — Dom Pedro Gaston de Orleans e Bragança; — Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança; — Dr. Percival de Oliveira; — Dr. Pedro Monteleone; — Dr. Pericles Eugênio da Silva Ramos — Patrono: Antonio da Gama Rodrigues; — Plínio Salgado — Patrono: Alarico Silveira; — Monsenhor Primo Vieira; — Prof. Rafael P. de Ulhoa Cintra; — Dr. Raul Renato Cardoso de Mello Tucunduva — Patrono: Prof. João Arruda; — Dr. Reynaldo Kuntz Busch — Patrono: Oswaldo G. Cruz; — Roberval Francisco Bezerra de Menezes; — Professor Rodrigo M. Franco de Andrade; — Dr. Rodrigo Soares Júnior — Patrono: José Maria Lisboa; — Prof. Rossini Tavares de Lima; Rubens José Rodrigues dos Santos; — Ruy Rebello Pinho; — Dr. Salomão de Vasconcelos; — Salvador Moya; — Major Sebatião da Silva Furtado; — Prof. Thales Castanho de Andrade — Patrono: Luiz de Queiroz; — Dr. Ulysses Lemos Torres; — Dr. Ulysses Lins de Albuquerque; — Dr. Vicente de Paula Lima; Prof. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo; — Dom Vicente Marchetti Zioni; Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho; — Waldemar Panadés; — Prof. Walter Fernando Piazza; — Dr. Wilson Maia Fina — Patrono: Brigadeiro Arouche Rendon.

Correspondentes nacionais: Frei Adalberto Ortmann; — Dr. Afonso Rui de Souza; — Padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva — Patrono: Dom Francisco de Aquino Corrêa; — Dr. Alfredo Vieira Pimentel; — Professora Anfrisia Santiago; — Padre Angelo Jayme Venturelli; — Professor Antenor Ribeiro; — Dr. Antonio Loureiro de Souza; — Antônio Tavares Pinhoã; — Apolônio Carneiro da Cunha Noberga; — Aristides Monteiro de Carvalho e Silva; — Dr. Arlindo Drummond Costa; — Patrono: Cardeal D. Sebastião Leme; — Dr. Arquimedes P. Guimarães; — Dr. Artur Napoleão Figueiredo — Patrono: José Veríssimo; — Dr. Augusto Meira; — Benedito Pires de Almeida; — General Carlos Studart Filho; — Dr. Carlyle de F. Martins; — Prof. Celso Ferraz de Camargo; — Dr. Celso M. Schroeder; — Prof. Celso Vieira de Camargo; — Dante Alighieri Vita — Patrono: João Theodoro Xavier; — Dr. Dário Abranches Viotti — Patrono: Conselheiro Avelar Brotero; General Dulcídio do Espírito Santo Cardoso; — Prof. Edelweis Teixeira; — Profa. Edith M. da Gama e Abreu; — Dr. Eduardo Santos Maia; — Dr. Estevão Pinto; — Prof. Eugênio V. de Moraes; — Eng.º Fernando São Paulo; — Engenheiro Francisco de Assis Iglesias; — Francisco de Campos Abreu; — Francisco P. de Magalhães Neto; — Cap. Francisco Ruas Santos; — Gabriel Toti; — Geraldo Dutra de Moraes; — Dr. Guilherme Martinez Auler; — Dr. Heitor M. Ferrão de Aragão; — Padre Heitor Otaviano de Araujo; — Prof. Helio Viana; — Padre Heliodoro Pires; — Henrique Costa Fernandes; — Dr. Henrique Jorge Hurley; — Hilton Federici; — Padre Hipólito Chevelon; — Coronel Humberto P. Seabra Fagundes; — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho; — Prof. Jeronimo A. de Araujo; — Jesus Machado Tambelini; — João Batista de Sá; — Dr. João da Costa Pinto Dantas Júnior; — General João Pereira de Oliveira; — Dr. Joaquim Duarte Alves Feitosa; — Joaquim de Paula Guimarães; — Dr. Joaquim Thomaz de Paiva; — Coronel Joaquim Vicente Rondon; — Prof. Joffre Martins Veiga; — Jorge Godofredo

Felizardo; — Dr. Jorge Moreira da Rocha; — Dr. José Guimarães; — José Loureiro de A. Fernandes; — José Mariz de Moraes; — José Pompeo de Camargo; — José Roberto do A. Lapa; — Dr. José de Toledo; — Júlio da Silveira Sudário; — Lourenço Luiz Lacombe; — Coronel Luiz Alves de O. Belo; — Professor Luiz Carlos de Moraes; — Cônego Luís Castanho de Almeida; — Coronel Luiz F. da S. Wiedmann — Patrono: Pandiá Calógeras; — Dr. Luiz Felipe Castilhos Goycochêa; — Dr. Luiz Marques Polano; — Luiz M. Monteiro da Costa; — Monsenhor Manuel Aquino Barbosa; — Maria C. T. Mendes Torres; — Dr. Mario Torres; — Dr. Milton M. Vilas Boas; — Dr. Murilo Miranda Bastos; — Padre Murilo Moutinho; — Nelson Abel de Almeida; — Capitão Olavo Dantas; — Dr. Orlando M. de A. Cavalcanti; — Dr. Paulo E. Álvares da Silva; — Prof. Paulo Silvio Azevedo; — Prof. Plínio Gomes Barbosa; — Dr. Plínio Travassos dos Santos — Patrono Alberto de Oliveira; — Raimundo Magalhães; — Prof. Renato S. de Sá Fleury; — Dr. Roberto da Mota Macedo; — Dr. Roland de A. C. Corbisier; — Sebastião de Almeida Oliveira; — Tancredo de Barros Paiva; Frei Timoteo Van Den Broeck; — Dr. Theodoro de Souza Campos Jr. — Patrono: Bernardino de Souza Campos; — Padre Vitor Hugo; — Eng. Vivaldo Coaracy; — General Waldemar Pio dos Santos; — Wilson Dias Castejón.

Correspondentes estrangeiros: Alberto Iria - Lisboa; — Alexander Nelson de A. Marchant - Embaixada dos U.S.A. - Rio de Janeiro; — Prof. Alfredo Dias Molina - Buenos Aires; — Dr. Alfredo V. de Moura Matoso - Coimbra; — Dr. Alaminio de Avila Y Martel - Santiago; — Prof. Alvaro Júlio da Costa Pimpão; Cônsul Ambrosio Perera - Caracas; — Dr. Antônio Gomes da Rocha Madahil - Coimbra; — Dom Antonio Maria Barbieri - Montevidéu; — Ariosto D. Gonzales; — Cônsul C. H. Lemond de Macedo - Consulado de Portugal em São Paulo; — Carlos Perez Montero; — Prof. Damião Perez - Lisboa; — Daniel Castellanos; — Dr. Eduardo Brasão - Lisboa; — Dr. Eduardo Correia - Coimbra; — Felipe Ferreiro; — Dr. Felix Di Carli — Prof. Fidelino de Figueiredo - Lisboa; — Fortuné Koller - Bruxelas; — Francisco da Silveira Morais; — Gaspar de Couto R. Vilas - Lisboa; — Dr. Gaston Bénédict de Bénédictis — Califórnia; — Giuseppe Castruccio (Comendador) - Itália; — Heinrich Gutersohn - Zurich; — Prof. Henrique de Gandia - Argentina; — Prof. Jesus Vasques Gayoso; — Dr. José Crisanto L. Gimenes; — Dr. José Pedro Machado - Lisboa; — Juan S. Pivel Devoto - Montevidéu; — Dr. Julio C. de Almeida G. L. Caiola - Lisboa; — Dr. Júlio Cesar Chaves - Assuncion; — Dr. Labiano Salgado dos Santos; — Principe Ligny de Luxemburgo - Boulogne Sur Seine; — Louis Wirrion - Luxemburgo; — Prof. Manoel Lopes de Almeida - Coimbra; — Prof. Manoel da Silveira S. Cardoso - Washington; — Prof. Maximino Correia - Coimbra; — Miguel Angel Martinez Galvez - Buenos Aires; — Dr. Miguel Franchini Neto; — Dom Nicola Gianatasio - Roma; Otaviano Reitor de Araujo; — Dr. Pierre A. Wassal; — Rafael Schiaffinó; — Prof. Ricardo Roman Blanco; Ramón de Castro Esteves; — Prof. Raul de Molina - Buenos Aires; — Raul Monteiro Bustamante; — Prof. Ricardo R. Caillet-Bois; — Prof. Richard MacGee Morse; — Dr. Rubens Alves B. de Moraes; — Padre Serafim Leite - Roma; — Simon L. Lucuix; — Thomas Wawerley Palmer Júnior - Connecticut; — Umberto Franzini; — Dr. William Brooks Greenlee - Illinois - Chicago.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Aureo de Almeida Camargo
- 2 — Eurico Branco Ribeiro
- 3 — Pedro Oliveira Ribeiro Neto

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA

- 1 — Leonardo Arroyo
- 2 — Nicolau Duarte Silva
- 3 — Pedro Brasil Bandecchi
- 4 — Vinicio Stein Campos
- 5 — Fernando Goes
- 6 — Célio Debes

COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL

- 1 — Júlio de Mesquita Filho
- 2 — Euripedes Simões de Paula
- 3 — Olga Pantaleão
- 4 — Eduardo de Oliveira França

COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL

- 1 — Tito Lívio Ferreira
- 2 — José Pedro Leite Cordeiro
- 3 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 4 — José Augusto Cesar Salgado

COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO

- 1 — Myriam Ellis
- 2 — José Carlos de Ataliba Nogueira
- 3 — Maria da Conceição Martins Ribeiro
- 4 — Tomás Oscar Marcondes de Souza

COMISSÃO DE BIBLIOGRAFIA E CIÊNCIA DOS INCUNÁBULOS

- 1 — Francisco Pires Martins
- 2 — Carlos Alberto Nunes
- 3 — Alexandre D'Alessandro
- 4 — Lúcia Falkemberg

COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA

- 1 — Herbert Baldus
- 2 — José Antero Pereira Junior
- 3 — Carlos Drummond
- 4 — Sérgio Buarque de Holanda

COMISSÃO DE FILATELIA

- 1 — Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — Álvaro da Veiga Coimbra
- 3 — Lígia Ferreira Lopes

COMISSÃO DE GENEALOGIA

- 1 — Carlos da Silveira
- 2 — José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
- 3 — Waldomiro Franco da Silveira
- 4 — Salvador de Moya

COMISSÃO DE FOLCLORE

- 1 — João Benedito Martins Ramos
- 2 — Maria Amélia Botelho de Souza Aranha
- 3 — Fausto Ribeiro de Barros
- 4 — Alceu Maynard de Araujo

COMISSÃO DE GEOGRAFIA DO BRASIL

- 1 — Aroldo de Azevedo
- 2 — Ezequiel de Moraes Leme
- 3 — José Ribeiro de Araujo Filho
- 4 — Mario Leite
- 5 — Alfredo Gomes

COMISSÃO DE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS CÍVICOS DE SÃO PAULO

- 1 — Ibrahim Nobre
- 2 — Luiz Tenório de Brito
- 3 — Guilherme de Almeida
- 4 — Aureo de Almeida Camargo
- 5 — Honório de Sylos

COMISSÃO DE HISTÓRIA MILITAR

- 1 — Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — José Hipólito Trigueirinho
- 3 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 4 — Francisco Ruas Santos
- 5 — Geraldo Goulart

COMISSÃO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

- 1 — Salvador Rocco
- 2 — Arnaldo Amado Ferreira
- 3 — Carlos Henrique Robertson Liberalli
- 4 — Cantídio Moura Campos
- 5 — Lorena Guaraciaba
- 6 — Carlota Pereira de Queiroz

COMISSÃO DE HISTÓRIA DA ENGENHARIA

- 1 — Antonio Carlos Cardoso
- 2 — Mario Leite
- 3 — Mario Savelli
- 4 — Alexandre D'Alessandro
- 5 — Manoel Rodrigues Ferreira

COMISSÃO DE HISTÓRIA DO DIREITO

- 1 — Jorge Americano
- 2 — Francisco Teive de Almeida Magalhães
- 3 — Inácio Benevides de Rezende
- 4 — Manuel Augusto Vieira Neto
- 5 — Ernesto Leme
- 6 — Pedro Brasil Bandecchi
- 7 — Honório Monteiro

COMISSÃO DE ÍCONOGRAFIA E EPIGRAFIA

- 1 — Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo
- 2 — Astrogildo Rodrigues de Melo
- 3 — Carlos Penteado de Rezende
- 4 — Edgard de Cerqueira Falcão

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 1 — José Romeu Ferraz
- 2 — Aristêo Seixas
- 3 — Celestino Euzébio Fazzio
- 4 — Luiz Tenório de Brito

COMISSÃO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

- 1 — Antonio Silvio da Cunha Bueno
- 2 — Astrogildo Rodrigues de Melo
- 3 — Alice Piffer Canabrava
- 4 — José Carlos de Macedo Soares
- 5 — Arlindo Veiga dos Santos

COMISSÃO DE LINGÜÍSTICA E TOPONÍMIA

- 1 — Jorge Bertolazzo Stella
- 2 — José de Oliveira Orlandi
- 3 — Maria de Lourdes de Paula Martins
- 4 — Reynaldo K. Busch
- 5 — Alfredo Gomes

COMISSÃO DE PALEOGRAFIA

- 1 — Padre José Afonso de Moraes Bueno Passos
- 2 — Ricardo Roman Blanco
- 3 — Antonio Paulino de Almeida
- 4 — Rosendo Sampaio Garcia
- 5 — Amador Bueno Machado Florence

COMISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

- 1 — Sebastião Pagano
- 2 — Rossini Tavares de Lima
- 3 — Domingos Laurito
- 4 — René de Oliveira Barbosa
- 5 — Alberto Prado Guimarães

COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA

- 1 — Aziz Nacib Ab Saber
- 2 — João Dias da Silveira
- 3 — Joaquim Alfredo da Fonseca
- 4 — Gumercindo de Padua Fleury

COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA

- 1 — Alfredo Ellis Júnior
- 2 — Ari França
- 3 — Fausto Ribeiro de Barros
- 4 — José Gomes de Morais Filho
- 5 — José Anthero Pereira Junior

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA

- 1 — Álvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Áureo de Almeida Camargo
- 3 — Nicolau Duarte Silva
- 4 — Enzo Silveira

COMISSÃO DE HERÁLDICA

- 1 — Lígia Ferreira Lopes
- 2 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 3 — Ricardo Gumbleton Daunt
- 4 — Eldino da Fonseca Brancante
- 5 — Antonio Augusto de Menezes Drummond

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA

- 1 — Gofredo da Silva Teles
- 2 — Honório de Sylos
- 3 — José Gomes de Morais Filho
- 4 — José de Oliveira Orlandi
- 5 — Raul Votta

COMISSÃO DE MUSEOLOGIA

- 1 — Álvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Vinício Stein Campos
- 3 — Pedro de Oliveira Ribeiro Neto
- 4 — Maria Helena Brancante

COMISSÃO DE HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

- 1 — Padre Helio Abranches Viotti
- 2 — Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo
- 3 — Mons. Deusdedit de Araujo
- 4 — Américo Bologna
- 5 — Mons. José de Castro Nery

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E MUSEU

Chefe: - Álvaro da Veiga Coimbra

DEPARTAMENTO DE CINEMA EDUCATIVO

Chefe: - Fausto Ribeiro de Barros

DEPARTAMENTO DE CURSOS PÚBLICOS

Chefe: - Tito Lívio Ferreira

DEPARTAMENTO DE EXPOSIÇÃO

Chefe: - Pedro Oliveira Ribeiro Neto

DEPARTAMENTO DE HEMEROTECA

Chefe: - Nicolau Duarte Silva

DEPARTAMENTO DE MAPOTECA

Chefe: — Áureo de Almeida Camargo

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Chefe: - Mario Savelli

Pedro Brasil Bandecchi

Alberto Prado Guimarães

DEPARTAMENTO DE SEDE SOCIAL

Chefe: - Celestino Euzébio Fazzio

Prof. Jacob Penteadó

Geraldo Goulart

CONSELHO DA MEDALHA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Presidência: - Aureliano Leite

Membros: - Luiz Tenório de Brito

Carlos Penteadó de Rezende

Salvador Rocco

Álvaro da Veiga Coimbra

Carlos Henrique Robertson Liberalli

Henrique Oscar Wiederspahn

Eldino da Fonseca Brancante

Ligia Ferreira Lopes

Enzo Silveira.

ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO SODALÍCIO DESDE
13 DE JANEIRO A 4 DE DEZEMBRO DE 1962

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1962. — Aos treze dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamim Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios Acadêmicos José Pedro Leite Cordeiro, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, prof. Almeida Magalhães, dr. Tito Livio Ferreira, dr. Frederico de Barros Brotero, dr. Silveira Melo, José de Melo Pimenta, Major Olimpio de Oliveira Pimentel, Domingos Laurito, Salvador Rocco, dr. Álvaro da Veiga Coimbra, Coronel Arrison de Souza Ferraz, dr. Bulcão Sobrinho, Hermani Donato e Monsenhor Paulo Florêncio de Silveira Camargo, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma reunião extraordinária para exame, debates e deliberações, como a seguir se relata. A mesa diretora dos trabalhos esteve assim constituída: Presidente: Dr. José Leite Cordeiro; 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito; 2.º Secretário — Vinício Stein Campos; Orador Oficial — Prof. Almeida Magalhães. Aberta a sessão o Sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, na forma de costume. Deu-se conhecimento à casa, a seguir, do Relatório de Atividades do Instituto Histórico em 1961 e do balancete do mesmo exercício, sendo ambos aprovados. Comunicou o Sr. Presidente, a plenário, a importante doação feita pelo sr. Paulo Romano e constante de um piano alemão no valor de Cr\$ 250.000,00 — duzentos e cinquenta mil cruzeiros. Informou o sr. Presidente que, tomando conhecimento da publicação, em Portugal, de uma grandiosa coleção de mapas históricos denominada Portugal Monumental Cartográfica, em cinco volumes de grande formato, de acôrdo com outros diretores e sócios, procurou estudar os meios para a aquisição da importante obra, que alguns livreiros se propõem a vender por duzentos mil cruzeiros — Cr\$ 200.000,00, mas que possivelmente poderá ser adquirida por quantia menor. A Diretoria do Instituto, em reunião a ser especialmente convocada, cuidará do assunto e oportunamente o plenário será de tudo informado. Lidas as atas anteriores, dispensada a leitura de algumas por proposta do Sr. Tito Livio Ferreira, o Sr. Presidente solicitou constasse da relação dos patronos mais os seguintes nomes que foram omitidos: Getúlio Vargas, escolhido pelo Sr. Enzo, Silveira e Armando de Salles Oliveira, escolhido pela consócia Da. Carlota Pereira de Queiroz. O Sr. 1.º Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito apresentou o Expediente que constou do seguinte: Carta de Monsenhor Paulo Florêncio de Silveira Camargo, agradecendo as congratulações do Sodalício ao ensejo do aniversário de sua ordenação sacerdotal; ofício do Centro de Ciências, Letras e Artes de Lorena, comunicando a eleição de sua nova Diretoria; ofício do Instituto de Engenharia, de agradecimento pela homenagem ao Dia do Urbanismo; ofício de d. Lúcia Figueira de Melo Falkemberg,

agradecendo sua eleição para o quadro social do Instituto; mensagem de boas-festas de Barros Pimentel, Conselho Consultivo da Sociedade Rural Brasileira, Fundação Martins. Instituto Hans Staden, Casa de Portugal, Centro Beirão, Hotel Casino Icarai, Tipografia Edane, Gráfica Canton, Biblioteca do Exército, Instituto Nami Jafet, Famá & Cia., Caporibe Administração de Bens, Jesus Vasques Gayoso, Major Celio Campos Montes; officio de agradecimento de Francisco Mattarazzo Sobrinho pela sua admissão como sócio do Instituto; officio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, pela manifestação do Sodalício a respeito do simpósio de História ali, realizado; cartas de agradecimento de manifestações de pesar das famílias Angelina Pagano e João de Oliveira Barros; Livros doados à biblioteca, pelos autores: Arnolfo de Azevedo, por Arolde de Azevedo; O Santuário de Loreto e sua História; Memória de Um Legalista, pelo Marechal M. Esteves Leitão de Carvalho. O Sr. Tito Livio Ferreira, solícito o registro em ata de um voto de pesar pelo falecimento em Portugal, do consócio Dr. Gastão Bettencourt, oficiando-se nesse sentido à espôsa do extinto. Dada a palavra ao prof. Almeida Magalhães, discorreu êle, com a veemência que lhe é peculiar, sobre a figura histórica de Alexandre de Gusmão, requerendo se escrevesse em ata o tributo de veneração do Sodalício à sua memória; recordou o passamento, no ano findo, do historiador Luiz Edmundo, autor de tantas obras notáveis do passado nacional, solicitando a inscrição em ata de um voto de pesar, oficiando-se à família do homenageado, à Academia Brasileira de Letras e ao Correio da Manhã; lembrou finalmente a passagem, no corrente ano, dos centenários de Farias Brito e Júlio de Mesquita, requerendo constituição de comissões que promovam a coordenação das respectivas solenidades. O sr. Presidente acolheu, de plano, as propostas de pesar e de registro de homenagem à memória de Alexandre de Gusmão; com relação às homenagens a Júlio Mesquita, informou estar o assunto sendo cuidado por uma comissão integrada pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Roberto Moreira e outros, convindo estudar-se uma fórmula para coordenação desse trabalho com o Instituto, o que iria fazer, trazendo oportunamente a elucidação do caso ao plenário; quanto ao centenário do filósofo Farias de Brito, a verificar-se dia 18 de agosto vindouro, o sr. Presidente designou a seguinte comissão: Almeida Magalhães, Vinicio Stein Campos e Tito Livio Ferreira. O consócio Major Olímpio de Oliveira Pimentel propõe um voto de pesar do Sodalício pelo falecimento do Coronel Manoel Marinho Sobrinho, ex-comandante da Fôrça Pública, antigo Presidente da Cruz Azul e da Associação dos Officiais Reformados e da Reserva da mesma Milícia; propõe também um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Pinheiro, presidente da Associação Cultural e Literária Bandeirante e concluiu por elogiar o consócio Geraldo Goulart pelo seu inestimável concurso na obtenção do pianô já referido na presente ata. O Coronel Luiz Tenório de Brito secundou as palavras do Major Pimentel, encarecendo os notáveis serviços prestados pelo Coronel Marinho Sobrinho na construção do Hospital da Cruz Azul, instituição criada para amparar as famílias dos integrantes da Fôrça Pública e que não são assistidas pelo Hospital Militar. O dr. Alvaro da Veiga Coimbra ofereceu à biblioteca do Instituto o seu importante trabalho sobre as condecorações. O sr. Presidente acolhe tôdas as propostas de pesar apresentadas pelo sr. Major Olimpio de Oliveira Pimentel, destacando também o seu trabalho no sentido de ser o sodalício aquinhoado com o piano oferecido

pelo Sr. Paulo Romano. Agradece também a valiosa oferta do dr. Veiga Coimbra, cuja obra elogiou. O sr. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo lembra à casa o transcurso, no corrente ano, do IV Centenário do falecimento do Cacique Tibiriçá, e apela para a Presidência a fim de que sejam intensificados os preparativos dessa comemoração. O Sr. Presidente declara que o assunto está sendo cuidado pelo Sodalício, devendo o dr. Pedro Brasil Bandechi oportunamente informar das demarches que vem realizando com êsse fim. Propostas de novos sócios: Foram a seguir votadas e aprovadas pelo plenário as seguintes propostas de novos sócios: sócio honorário — em 2.º escrutínio — Rossini Tavares de Lima; Walter Fernando Piazza, de Santa Catarina e Dr. Reynaldo Kuntz Busch. Em 1.º escrutínio — José de Almeida Santos, e Maria Helena Brancante. O dr. Álvaro da Veiga Coimbra interpela a presidência sobre a Ordem dos Bandeirantes, fundada nesta Capital pelo Instituto, consoante notícia de um vespertino. O sr. Presidente esclarece que não se trata de iniciativa do Instituto, mas de um grupo de cidadãos que em parte pertenciam ao Sodalício e para o qual fôra convidado em caráter pessoal. O sr. Tito Lívio Ferreira, com a palavra, informou que era um dos organizadores dessa nova sociedade de estudos históricos, a qual se propunha, sob essa denominação — de Ordem dos Bandeirantes, promover o culto e a defesa da tradição bandeirante no Brasil. Discorreu ainda, o sr. Presidente, sobre fatos históricos de Santana do Parnaíba e Jundiá, examinando pontos controvertidos que teve oportunidade de elucidar, da história municipal, havendo participado dos debates que animadamente se estabeleceram. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Frederico de Barros Brotero, Tito Lívio Ferreira. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e a colaboração dada no decurso da sessão, que declarou encerrada. Para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, será devidamente assinada. (a)) José Pedro Leite Cordeiro; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SOLENE SESSÃO DE 25 DE JANEIRO DE 1962: — Aos 25 dias do mês de janeiro de 1962, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamim Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios Acadêmicos José Pedro Leite Cordeiro, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Almeida Magalhães, João Gualberto de Oliveira, José de Melo Pimenta, Alexandre D'Alessandro, Olímpio de Oliveira Pimentel, Carlos Henrique Liberalli, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Goulart, Bulcão Sobrinho, Salvador Rocco, Carlos da Silveira, Frederico de Barros Brotero, Teodoro de Souza Campos Junior, Reynaldo Kuntz Busch, Henrique Oscar Wiederspahn, Lorena Guaraciaba, José Gomes Morais Filho, Sebastião Pagano, Antonio Carlos Cardoso, Arlindo Veiga dos Santos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão solene, de abertura do corrente ano social e comemorativa da fundação de São Paulo. A mesa diretora dos trabalhos esteve assim constituída: Presidente: Doutor José Pedro Leite Cordeiro. 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito. 2.º Secretário — Vinício Stein Campos. Orador Oficial — Prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães. Lidas, pelo Presidente Leite Cordeiro, as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, o plenário tomou conhecimento do balancete e do relatório das atividades do Sodalício no exercício de 1961,

aprovando-os por unanimidade; o sr. Presidente relatou a seguir as providências que tomara a fim de que a magnífica documentação cartográfica editada em Portugal, denominada "Portugalia Monumenta Cartográfica", viesse a enriquecer a Mapoteca do Instituto, destacando o generoso gesto do consócio Manoel de Melo Pimenta, que a doou ao Sodalício; a obra, que consta de cinco alentados volumes em grande formato, foi adquirida por Cr\$ 150.000,00 — cento e cinquenta mil cruzeiros —; o Sr. Comendador Joaquim Monteiro ofereceu ao Instituto, para o mesmo fim, o auxílio de Cr\$ 20.000,00 — vinte mil cruzeiros —; no Expediente o sr. 1.º Secretário Tenório de Brito participou à casa que, juntamente com os srs. Carlos Rizzini, Gofredo Silva Telles, Geraldo Cardoso de Melo e Reynaldo Kuntz Busch, representara o Instituto na missa celebrada na Capela Imperial em memória da Imperatriz Leopoldina, havendo concorrido ao ato religioso numerosos agraciados com a venera da Imperatriz; solicitou a inclusão, em ata, de um voto de congratulações com Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, pela passagem de seu aniversário natalício; o sr. João Gualberto de Oliveira ofereceu ao Instituto um retrato do prof. Ernesto Carneiro Ribeiro; e Coronel Henrique Oscar Wiederspahn agradeceu os pêsames recebidos do Sodalício por ocasião do falecimento de sua sogra; dada a palavra ao prof. Almeida Magalhães para a oração oficial da tarde, requereu êle, de início, providências da Presidência a respeito da comemoração do centenário de Emílio Ribas, que transcorre no presente ano; a seguir, congratula-se com o Sodalício pelo régio oferecimento do Sr. Manoel de Melo Pimenta, doando à biblioteca a "Portugalia Monumenta Cartográfica", obra que enaltece com entusiasmo; discorrendo, depois, sôbre a data de 25 de janeiro, evoca o momento histórico da fundação de São Paulo, as figuras gloriosas dos loiolanos — Padre Paiva, Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, os vultos lendários de João Ramalho e Tibiriçá alongando-se em brilhantes considerações sôbre a criação do colégio de São Paulo de Piratininga, e o desenvolvimento da cidade; exaltando-se no estudo da figura do cacique Tibiriçá, exibiu a árvore genealógica traçada por Afonso de Taunay e pela qual se coloca, êle orador, entre a descendência do famoso chefe indígena; calorosa salva de palmas abafou suas últimas palavras. O sr. Presidente acolheu a proposta a respeito da comemoração de Emílio Ribas informando já haver mantido entendimento sôbre o assunto, com a Sociedade Paulista da História da Medicina, cuidando-se inclusive da organização de uma exposição retrospectiva, série de palestras etc.. Recorda os fatos históricos lembrados pelo orador e rende carinhosa homenagem a São Paulo, na data de sua fundação. Agradece, finalmente, a presença dos consócios e declara encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. (a) José Pedro Leite Cordeiro, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 3 DE FEVEREIRO DE 1962: — Aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios: Acadêmico Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Cel. Luiz Tenório de Brito, Prof. Tito Lívio Ferreira, Alexandre d'Alessandro, Major Olimpio Pimentel, Dr.

Brotero, Prof. Fausto Ribeiro de Barros, Prof. Geraldo Goulart, Dr. Silveira Melo, Prof. Almeida Magalhães, Dr. Salvador Rocco, Dr. Nicolau Duarte Silva, Raul Votta, Reynaldo Kuntz; Ministro Romeu Ferraz, Des. Vieira Netto, João Gualberto, Moraes Filho, Pedro Brasil Bandecchi Prof. Vinicio Stein Campos e Prof. Liberali, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão ordinária. A mesa diretora dos trabalhos ficou assim constituída: Presidente, Dr. José Pedro Leite Cordeiro; 1.º Secretário: Cel. Luiz Tenório de Brito; 2.º Secretário: Alexandre d'Alessandro, na ausência do Prof. Vinicio; Orador Oficial: Prof. Almeida Magalhães e, a convite do Presidente, o Prof. Fausto Ribeiro de Barros, Presidente da Sociedade Geográfica Brasileira, e Ministro Romeu Ferraz. Abrindo os trabalhos, o Presidente lê as "Efemérides" do Barão do Rio Branco referentes ao dia e justifica a ausência do Major Pimentel que foi obrigado a se retirar. Passando ao expediente da 1.ª Secretária, foi lido o seguinte: Agradecimento da sra. Viúva do Cel. Marinho Sobrinho; oferecimento de livros: Judas Isgorogota: 2 volumes de "Política do Desenvolvimento da Amazônia"; Tito Lívio Ferreira, 2 volumes; "Histórico da Beneficência Portuguesa" e sua "Festa Centenária"; Rossini Tavares de Lima: "Cartão do Folclore de São Paulo". O Sr. Presidente anuncia a seguir, que o nosso consócio Manoel de Mello Pimenta resolveu pagar a importância total da obra "Portugália Monumenta Cartográfica", num montante de Cr\$ 150.000,00 e fazer a doação ao nosso Sodalício, exibindo-se na ocasião um exemplar da importante obra. Foi aprovada uma proposta do Dr. Mário Savelli para um voto de louvor ao Prefeito de Taubaté pelo êxito da "Exposição de História de Taubaté". O Cel. Tenório passa a descrever o que se passou na última reunião da Diretoria (30 de janeiro), na qual foi aprovada uma moção de louvor ao Sr. Presidente pelo sucesso obtido nas gestões para aquisição do livro, que acabava de ser doado ao Instituto pelo consócio Manoel de Mello Pimenta, com a devida transcrição em Ata, mesmo contra a manifestação do Sr. Presidente declinando da honraria. Fala o Prof. Almeida Magalhães apóio da moção, que é extensivo ao Dr. Manoel de Mello Pimenta. Fala, também, o Dr. Romeu Ferraz, que pede palmas para a aprovação da citada moção, que é a seguinte: "A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo congratula-se com o Sodalício pela atividade marcante do nosso operoso Presidente. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, vivamente empenhado no engrandecimento desta instituição cultural, a mais antiga de São Paulo, de forma a merecer do nosso digno consócio, Sr. Manoel de Mello Pimenta, a doação dos cinco magníficos volumes da "Portugália Monumenta Cartográfica", editada em Lisboa, no valor de cento e cinquenta mil cruzeiros. Este fato, por si só, demonstra cabalmente como a Presidência do nosso Instituto está confiada, com muito acerto, a quem procura com sacrifício de seus próprios interesses particulares, conduzir o Sodalício para os seus altos e grandiosos destinos. Outrossim, também solicitamos, com aprovação geral, consta da Ata dos nossos trabalhos, além dêsse nosso voto de regosijo da Diretoria com o Instituto Histórico e Geográfico de São Pulo, e com o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, o nosso mais profundo agradecimento ao digno confrade Sr. Manoel de Mello Pimenta, pela generosa doação feita à nossa Biblioteca, onde os estudiosos da nossa cartografia histórica podem doravante enriquecer os seus conhecimentos, ilustrando-os. Em 30 de janeiro de 1962. aa) Tito Lívio Ferreira, A. d'Alessandro, Luiz Tenório de Brito, Almeida Magalhães, Vinicio A. Campos e

Carlos Liberalli. A seguir, o Dr. Romeu pediu que lhe fôsse dado como patrono o Dr. José Alves de Cerqueira Cesar e o Cel. Tenório pediu, em nome do Prof. Gofredo Telles, que fôsse dado a êste, como patrono, El-Rei D. Diniz. O Dr. Alexandre d'Alessandro apresenta uma proposta para que se officie ao Governo no sentido de ser coibido o péssimo sistema de se denegrir pela televisão os grandes vultos da nossa História as cenas deprimentes, o que foi aprovado. O Cel. Tenório de Brito fala sôbre o seu patrono, Luiz Barbalho de Menezes, inaugurando, assim, a série de palestras sôbre os patronos, sendo muito aplaudido. Em tempo se corrige: Luiz Barbalho de Bezerra. O Dr. Silveira Mello fala sôbre "Parlamentarismo", sendo a sua palestra comentada por Almeida Magalhães. O Prof. Liberalli pede voto de pesar pela morte do Prof. Manoel de Abreu, secundado pelo Dr. Fernando Goes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos a presença e colaboração nos trabalhos e encerra a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, a qual, depois de lida e julgada conforme, vai devidamente assinada. aa) José Pedro Leite Cordeiro, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 1962: — Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Prof. Almeida Magalhães, Tito Lívio Ferreira, Major Olímpio de Oliveira Pimentel, Geraldo Goulart, Frederico de Barros Brotero, Salvador Rocco, Silveira Melo, Carlos Penteado de Rezende, Manoel Rodrigues Ferreira, Arlindo Veiga dos Santos, Pedro Brasil Bandecchi, Fernando Gois, Leonardo Arroyo, reuniu-se a sessão ordinária, sob a presidência do doutor José Pedro Leite Cordeiro e servindo de 1.º e 2.º secretários respectivamente, o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Os trabalhos foram iniciados, na forma do costume, com a leitura, pelo Sr. Presidente, das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, relativas à data de 17 de fevereiro. A seguir, o sr. Presidente comunicou à casa haverem sido distinguidos, pela Câmara Municipal de São Paulo, com o título de "Cidadãos Paulistanos", os consócios Coronel Luiz Tenório de Brito e Ibrahim Nobre, pelo justo galardão recebido, lançando-se em ata um voto de louvor à edilidade paulista, por iniciativa tão meritória e dando-se-lhe ciência, por officio, dêsse fato. Foram lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores. O Sr. primeiro secretario leu officio, dêsse fato. Foram lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores. O Sr. primeiro secretario leu officio do Presidente da Comissão dos Arquivos de Higiene e Saúde Pública, da Diretoria Geral da Secretaria da Saúde, relativo ao número especial, em preparo, daquela publicação, comemorativo do Centenário de Emílio Ribas e no qual os srs. sócios do Instituto poderiam colaborar desde que apresentassem os seus trabalhos até 20 do corrente; comunicou o sr. presidente haver o sodalício recebido do dr. Eduardo Vergueiro de Lõrena dois valiosos quadros a óleo, um retratando o Barão do Rio Branco e outro sob o título A Carreta. estudo para uma composição sôbre a Retirada da Laguna. No expediente foram lidos os seguintes officios: de agradecimneto da família

Antônio Giuzio; do Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, de Walter Piazza, de Milton Vilas Boas, do Instituto Genealógico Brasileiro; telegrama do Governador do Ceará, sr. Parsifal Barroso, de agradecimento pelas homenagens do Sodalício à memória de Farias Brito. A Biblioteca foram doadas as seguintes obras: Um dia sem pecado, contos, de Asclépias Ferrer; Selecta de Ensaios, de Montaigne, 3 volumes; Campanha de Ituzaingó, do Coronel Wiederspahn; Lendas do Sul, de Simões Lopes Neto. O sr. Coronel Luiz Tenório de Brito, ao concluir a apresentação do expediente agradeceu ao Sodalício a carinhosa manifestação de aplauso à sua diplomação como cidadão paulistano; foi aprovada a publicação da carta do Sr. Carlos Penteado de Rezende, em defesa do Conselheiro Brotero na Revista do Instituto, carta essa divulgada com destaque pelo jornal "O Estado de São Paulo"; o sr. Manoel Rodrigues Ferreira discorreu sobre o livro editado pela Companhia Antartica Paulista a respeito da colônia italiana e intitulado — Italianos no Brasil — informando haver cedido fotografias do Forte Príncipe da Beira, ao autor do livro, que as aproveitou na obra, sem referir-se à origem e propriedade das ilustrações; o sr. Paul Carlos Penteado de Rezende agradeceu as palavras elogiosas do Coronel Luiz Tenório de Brito e explicou as razões de sua atitude, fazendo a opologia do Mestre Avelar Brotero, através dos frutos de seu magistério e de seu exemplo; leu, finalmente a carta que endereçara ao redator do jornal "O Estado de São Paulo" agradecendo a reparação feita à memória do grande professor; o sr. Presidente agradeceu e ressaltou o interesse geral nesse episódio; o dr. Pedro Brasil Bandecchi procedeu, a seguir, ao elogio do prof. Brotero reforçando os argumentos do consócio Carlos Penteado de Rezende e a seguir sugeriu ao sr. presidente a constituição de uma comissão para elaborar o ante-projeto do Regimento Interno previsto nos Estatutos; o Sr. Manoel Ferreira recordou a passagem do 150.^o aniversário do falecimento do benemérito Ricardo Franco de Almeida Serra, com tantos e tão assinalados serviços ao Brasil; no final de seu improvisado discordou das palavras do sr. Brasil Bandecchi na exposição que fizera a respeito do Regimento; o Sr. Tito Lívio Ferreira, com a palavra, evocou os seus estudos da documentação histórica luso-brasileira, citando especialmente, os 200.000 documentos que declarou haver compulsado e estudado: falou sobre a tradição que tem conduzido os trabalhos do Sodalício, independentemente de regulamentação escrita, orientação que a seu ver, deve ser mantida no Instituto pelos bons frutos que tem apresentado: discordava, assim, da proposta do consócio Brasil Bandecchi; generalizando-se os debates, falaram o Coronel Luiz Tenório de Brito, Fernando Gois, Leonardo Arroyo, Carlos Penteado de Rezende, Pedro Brasil Bandecchi, Manoel Rodrigues Ferreira. O sr. Presidente agradeceu os elogios que lhe foram feitos pelos diversos oradores no curso dos debates e explicou a sua conduta na comissão dos Estatutos, a qual se empenhou em atualizá-los com absoluto respeito às tradições da casa de modo a convertê-los em instrumento eficiente de progresso do Sodalício, lembrou a existência de um projeto de regimento de autoria do Sr. Alfredo Gomes, que poderia servir para orientação dos novos trabalhos a esse respeito. Designou por fim a seguinte comissão para elaborar o ante-projeto do Regimento Interno: Alfredo Gomes, Pedro Brasil Bandecchi, Vinício Stein Campos, Manoel Augusto Vieira Neto e Tito Lívio Ferreira, prosseguindo-se na prática atual até o novo regimento entrar em vigor.

O sr. Silveira Mello falou sobre o seu patrono Ruy Barbosa, o educador, propondo que cada orador fale sobre seu patrono trinta ou quarenta minutos, inscrevendo-se dois oradores — não um apenas, para cada sessão. O sr. Presidente deliberou que o tempo seja de trinta minutos sem obrigatoriedade de dois oradores por sessão, podendo ainda o elogio dos patronos ser feito em sessões especialmente convocadas para esse fim, inclusive à noite. O sr. Fernando Gois propôs um voto de pesar pelo falecimento do artista Cândido Portinari, o que foi deferido de plano pela Mesa. As 17,30 horas, necessitando retirar-se o secretário Vinício Stein Campos, foi convocado para substituí-lo, o Major Olímpio de Oliveira Pimentel. O prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães, com a eloquência que lhe é peculiar, exaltou a personalidade do Visconde de Pôrto Seguro, ao ensejo do 146.º aniversário de seu nascimento. Discorreu, a seguir sobre a fundação Casper Líbero que soube reconhecer o mérito do confrade Américo Bologna, nomeando-o diretor da secção do ensino, felicitando-o pelo auspicioso acontencimento; o cargo acima é o de gestor do Departamento Cultural da Fundação Casper Líbero; elogiou, ainda, o livro "A Batalha de Ituzaingo", do Coronel Oscar Henrique Wiederspahn, aplaudindo as palavras de Carlos Rezende e do Coronel Luiz Tenório de Brito sobre o eminente Conselheiro Avelar Brotero. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a todos o comparecimento e declarou encerrada a sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente assinada. (aa) José Pedro Leite Cordeiro; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 1962: — Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158. às quinze horas, presentes os sócios Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, doutor Francisco Teive de Almeida Magalhães, Tito Lívio Ferreira, Frederico de Barros Brotero, Aureliano Leite, Alexandre D'Alessandro, Geraldo Goulart, Major Olímpio de Oliveira Pimentel, Coronel Arrisson de Souza Ferraz, Salvador Rocco, Ernesto Leme, Rossini Tavares de Lima, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Pedro Brasil Bandecchi, Luiz Silveira Mello, Josué de Camargo Mendes, Nicolau Duarte Silva, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Raul Votta, Carlos da Silveira, Mario Leite, João Gualberto de Oliveira, Arlindo Veiga dos Santos, Desembargador Manoel Augusto Vieira Neto, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão ordinária sob a presidência do Dr. José Pedro Leite Cordeiro, servindo de secretários, respectivamente 1.º e 2.º o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos. A convite do Sr. Presidente integravam também a mesa os consócios Embaixador Ernesto Leme, Aureliano Leite, Carlos da Silveira, Desembargador Manoel Augusto Vieira Neto, Coronel Arrisson de Souza Ferraz. Lidas as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, o Sr. Presidente assinala o comparecimento, à sessão, dos novos sócios Rossini Tavares de Lima e Josué de Camargo Mendes e dá a palavra ao conferencista da tarde, professor Tito Lívio Ferreira, inscrito para discorrer sobre a personalidade do Visconde de Pôrto Seguro. O orador examinou, em interessante palestra, a

vida e a obra do grande historiador sorocabano, destacando a sua contribuição para o conhecimento do passado nacional e o desenvolvimento dos estudos históricos em nosso país. O trabalho do conferencista foi muito aplaudido, havendo o Sr. Presidente solicitado os originais para encaminhamento à redação da Revista. O Sr. Presidente comunica em seguida ao plenário a realização no auditório do Instituto, de 15 de março a 15 de junho de 1962, de um curso de Museologia destinado à formação de Técnicos de Museus, curso êsse promovido pelo Sodalício com a colaboração da Comissão Central de Museus Históricos e Pedagógicos da Secretaria de Educação. Acham-se matriculados no curso mais de cento e vinte professores, reunindo-se o Sodalício em sessão solene, às 21 horas, dia 15 do corrente, para instalação do curso. Expediente: O sr. primeiro secretário leu as seguintes comunicações: carta da viúva do sr. Gastão Bittencourt; ofício da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, comunicando a eleição dos dirigentes para o período de 1962 a 1964; convite da Escola Superior de Educação Física de São Paulo para a aula inaugural do Curso, a cargo do Prof. Carlos Henrique Liberalli; um exemplar do 'Opúsculo — Clovis Bevilacqua' de José Jayme Ferreira de Vasconcellos, da Academia Matogrossense de Letras; Paulistas e Mineiros, trabalho do consócio Mário Leite, que mereceu elogiosas referências do sr. 1.º secretário e do sr. Presidente, aplaudidas pelo plenário. O sr. Presidente designou o Coronel Arrisson de Souza Ferraz para representar o Sodalício na aula inaugural a ser proferida pelo sr. Carlos Henrique Liberalli. O dr. Frederico de Barros Brotero ofertou ao Instituto dois valiosos volumes: o 1.º — uma coleção completa, encadernada, do jornal paulistano O POLICHINELO, doado ao Sodalício pelo dr. José Maria Whitaker, e o 2.º a última publicação do dr. Brotero sobre genealogia. O dr. Mário Leite agradece as referências feitas ao seu trabalho. O sr. Coronel Luiz Tenório de Brito, com a palavra, requer a manifestação do Sodalício a favor do Editorial do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, contra a mutilação do parque do Mosteiro da Luz, local histórico cuja preservação se impõe, tanto por êsse motivo como pela necessidade de serem conservadas as árvores que ali existem, tão úteis numa cidade industrializada como São Paulo. O sr. Leonardo Arroyo, com a palavra, congratula-se com o Coronel Luiz Tenório de Brito, antecipando-se no exame do assunto que êle orador pretendia discutir; lê o trabalho que havia elaborado sobre o Mosteiro e o Parque concluindo por sugerir uma representação de aplauso ao jornalista de O Estado de São Paulo e uma outra ao doutor Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no sentido de ser mantido o tombamento daquele local, edifício e área arborizada que o ambienta. O sr. Tito Lívio lembrou haver protesto contra a mutilação do parque e do Mosteiro da Luz sido feito inicialmente pela "A Gazeta", pelo que seria justo se dirigisse o louvor do Instituto também àquela fôlha. Generalizando-se os debates, falaram os srs. Tavares de Lima, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Coronel Tenório, Aureliano Leite, Vinício Stein Campos, Nicolau Duarte Silva, Frederico de Barros Brotero, Ernesto Leme, sendo a proposição aprovada. Serão enviados ofícios ao Doutor Rodrigo Melo Franco de Andrade, Chefe do 4.º Distrito engenheiro Luiz Sáia, Governador do Estado, A Gazeta e O Estado de São Paulo. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo comunica que se acha

ameaçado de demolição o Convento do Carmo da cidade de Itu. O Dr. Alexandre D'Alessandro requer um voto de saudade à memória do benemérito paulista Júlio Prestes de Albuquerque, por motivo da passagem de seu aniversário natalício, requerimento que fazia também na qualidade de Diretor do Museu Histórico Júlio Prestes, de Itapetininga. O requerimento foi unanimemente aprovado. Dada a palavra ao orador oficial, Prof. Almeida Magalhães, propôs êle um voto de congratulações com a cidade de Taubaté, pelo transcurso do centenário de Felix Guisard, ilustre figura daquela tradicional cidade do Vale do Paraíba; solicita mais um voto de congratulações com os consócios Mario Leite e Aurelino Leite, pela publicação dos livros: Paulistas e Mineiros e "O Cabo Maior dos Paulistas na guerra dos emboabas", êste em 2.^a edição; o Sr. Aureliano Leite agradece ao prof. Magalhães. O Sr. Presidente defere, de plano, as indicações do sr. Orador Oficial. O Consócio Geraldo Goulart propõe um voto de louvor ao Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga pela fundação do Museu Histórico de João Ramalho. O dr. Pedro Brasil Bandecchi propõe um voto de congratulações com o Corpo dos Bombeiros do Estado pela passagem do 82.^o aniversário da fundação da benemérita milícia. O sr. Presidente deferiu, igualmente, de plano estas solicitações, agradece o comparecimento de todos e declara encerrada a sessão. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) José Pedro Leite Cordeiro; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1962

— Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, às quinze horas, à rua Benjamin Constant, 158, presentes os sócios Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, doutor Frederico de Barros Brotero, Ministro José Romeu Ferraz, Major Olímpio de Oliveira Pimentel, Luiz Silveira Mello, Geraldo Goulart, Sebastião Pagano, José de Mello Pimenta, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Pedro Brasil Bandecchi, Astor Guimarães Dias, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A mesa diretora dos trabalhos estêve assim constituída: Presidente — Doutor José Pedro Leite Cordeiro, 1.^o secretário - Coronel Luiz Tenório Brito, 2.^o secretário - Vinício Stein Campos, Orador Oficial - Prof. Almeida Magalhães. A convite do sr. Presidente integrou também a Mesa o sr. Ministro José Romeu Ferraz. Encontrando-se na casa o nôvo consócio dr. Astor Guimarães Dias, o sr. Presidente designou para introduzi-lo no recinto a seguinte comissão: prof. Almeida Magalhães, dr. Francisco de Barros Brotero, José de Mello Pimenta, e Major Olímpio de Oliveira Pimentel. Recebido com uma calorosa salva de palmas, o dr. Astor Guimarães Dias leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e a seguir deu a palavra o orador Almeida Magalhães para a saudação do nôvo consócio, o que foi feito com a eloquência e brilho de costume. O dr. Astor Guimarães Dias, com a palavra, proferiu brilhante improviso, rendendo homenagem aos gloriosos vultos do passado nacional que ilustraram as tradições do sodalício e comprometendo-se a esforçar-se no sentido de fazer jus à honraria com que vem de ser distin-

guido, ingressando no quadro social do Instituto., Lidas as atas das sessões anteriores, foram apresentadas e aceitas as seguintes retificações: Ata de 17 de fevereiro de 1962: Retifica-se, para incluir o seguinte trecho, na parte relativa ao debate sobre o Regimento Interno: o dr. Pedro Brasil Bandecchi propôs que nas novas propostas de sócios, ainda não trazidas a plenário para deliberação, sejam colhidos pareceres das diversas comissões do sodalício, conforme a especialidade dos estudos históricos ou geográficos do candidato. Passando-se ao expediente, o sr. 1.º Secretário leu as seguintes comunicações: oferta à Biblioteca do Instituto, pelo dr. Alceu Maynard Araujo, da edição ilustrada da Cia. Melhoramentos, intitulada — “Brasil, Paisagens e Costumes”; ofício do sr. General Néelson de Mello. Comandante do 2.º Exército, agradecendo ao Sodalício a manifestação de apreço e solidariedade recebida; recebimento dos livros: Coletânea Histórica Filatélica, de Carlos dos Santos Pinheiro e os volumes GI e XII da Revista do Museu Paulista; o Prof. Almeida Magalhães, com a palavra, elogiou os dotes oratórios revelados pelo nôvo consócio dr. Astor Guimarães Dias; recordou a seguir a passagem, no corrente ano, do 250.º aniversário do nascimento de Jean Jacques Rousseau, e do Ano Pascal, duas figuras imortais da terra francesa e que são também dois valores gloriosos do patrimônio cultural do mundo moderno, pelo que, sugeria ao sr. Presidente a comemoração dessas efemérides mediante a designação de oradores para falar em sessões futuras do sodalício; finalmente referiu-se aos cinquenta anos, que a data assinalava, da transferência, para Campinas, do Coronel Luiz Tenório de Brito, prestante 1.º Secretário do Sodalício e seu dedicado consócio, o qual foi designado Comandante do Corpo de Bombeiros de Campinas dia 17 de março de 1912. Tratando-se de uma data que assinalava um ponto de relêvo na carreira militar do ilustre consócio, tão fervoroso no culto e no serviço de São Paulo, nada mais justo que o Instituto Histórico e Geográfico se rejubile com o fato e lhe preste carinhosa homenagem. Calorosas palmas do plenário prestigiaram as conclusões do orador. Agradecendo a homenagem o Coronel Luiz Tenório de Brito evocou o período em que residiu em Campinas, propondo um voto de saudade, na presente ata, à memória do benemérito campineiro, Dr. Heitor Teixeira Penteado; o sr. Presidente manifestou-se sensibilizado com as amáveis referências que os oradores haviam feito à cidade de Campinas, sua querida terra natal e concedeu a palavra ao consócio dr. Astor Guimarães Dias, para nova intervenção. desta vez em agradecimento aos elogios do prof. Almeida Magalhães. Retirando-se às dezesseis e trinta, o 2.º secretário Vinício Stein Campos, o sr. Presidente convocou o Major Olímpio de Oliveira Pimentel, para substituí-lo. O dr. Pedro Brasil Bandecchi requereu a consignação, em ata, de um voto de louvor ao dr. Carlile Martins, Desembargador do Estado do Ceará, o que foi deferido. O sr. Geraldo Goulart relatou a viagem que fizera a Santos, Cananéia, Bertioga e Iguape, quando teve oportunidade de verificar como são ignorados dos estudantes os gloriosos feitos de 1932; ocorrendo neste ano o 30.º aniversário dessa página épica de cultura e brasilidade dos paulistas, propunha a sua comemoração pelo Instituto. O sr. Presidente deferindo a proposta, designou a seguinte Comissão para cuidar do assunto: Geraldo Goulart, Coronel Luiz Tenório de Brito, Ministro José Romeu Ferraz, Honório de Sylos, Salvador Rocco, Aureliano Leite e Ibrahim Nobre. A homenagem do Instituto ao Desembar-

gador Carlile Martins fundava-se, declarou o dr. Brasil Bandecchi, na constante atividade intelectual daquele jurista, expressa em artigos publicados na imprensa cearense, sobre o Brasil em geral, especialmente ao Estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente declarou encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que, lida, e achada conforme, será devidamente assinada. Nada mais. Aprovada, assinam. (aa) Frederico de Barros Brotero; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 7 DE ABRIL DE 1962. — Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os consócios dr. Frederico de Barros Brotero, Cel. Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães, Luiz Silveira Mello, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Goulart, Arrisson de Souza Ferraz, Salvador Rocco, Francisco de Assis Iglezias, Ricardo R. Blanco, Henrique O. Wiederspahn, José Paulo Silveira Cabral, Reynaldo Kuntz Busch, Arlindo Veiga dos Santos, Pedro Brasil Bandecchi, Ministro José Romeu Ferraz, realizada, digo, realizou-se uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; a mesa diretora dos trabalhos, na ausência eventual do presidente doutor José Pedro Leite Cordeiro, estêve assim constituída: Presidente — Doutor Frederico de Barros Brotero. 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito. 2.º Secretário — Vinício Stein Campos. Orador Oficial — Professor Francisco Teive de Almeida Magalhães. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Dada a palavra ao sr. José Paulo Silveira Cabral, discorreu êle sobre o problema do reflorestamento e sugerindo às Fôrças Armadas a adoção do plano em execução na Venezuela, da realização pelos corpos de tropa, o replantio das essências nas várias zonas do país. Seguiu-se com a palavra o sr. Francisco de Assis Iglezias que proferiu o elogio de seu patrono Fernando Costa, focalizando diversos aspectos da vida do ilustre paulista; o prof. Almeida Magalhães, com a palavra, fêz o elogio do sanitarista Emílio Ribas, cujo centenário o Brasil está comemorando; apresentou o orador oficial, ainda, as seguintes indicações: comemoração, pelo sodalício, dos 250.º digo, dos 150.º aniversário do poeta e romancista Antônio Gonçalves Teixeira de Souza e do historiador João Francisco Lisboa; officio ao escritor Menotti Del Picchia, felicitando-o pela homenagem recebida em Itapira e pela passagem do 40.º aniversário da Semana da Arte Moderna de 1922; officio à Pontifícia Universidade Católica, pleiteando o restabelecimento das cadeiras da História de Portugal e História de São Paulo. Retirando-se nesta fase dos trabalhos o 2.º Secretário, Vinício Stein Campos, assumiu a 2.a Secretaria, a convite do sr. Presidente, o sr. Coronel Olímpio de Oliveira Pimentel. O sr. Luiz Silveira Mello usou da palavra para aplaudir os elogiosos conceitos do sr. Francisco de Assis Iglezias sobre Fernando Costa e propôs um voto de saudade à memória de Laudelino de Abreu, o que foi deferido. O sr. Tito Lívio Ferreira manifestou o seu aplauso às palavras do consócio Francisco A. Iglezias e recordou a passagem, a 9 de junho vindouro, do aniversário da invasão dos Tamoios, pelo que, propunha a comemoração do fato e a homenagem à figura histórica de

Tibiricá. O Coronel Luiz Tenório de Brito, falando em nome do prof. Vinício Stein Campos, que se ausentava, propôs que se officiasse ao Sr. Governador do Estado sugerindo a abertura diária do Museu do Ipiranga e a realização, por escolares, de visitas orientadas no mesmo estabelecimento, o que foi aprovado pelo plenário. Novamente com a palavra o prof. Almeida Magalhães, comunicou haver sido inaugurado em Mococa o Museu-Histórico e Pedagógico Marquês de Três Rios e a Biblioteca Municipal, propondo ofícios de congratulações ao Diretor do Museu, ao Prefeito Municipal da cidade, ao Secretário da Educação e ao Governador do Estado; requereu mais, o prof. Almeida Magalhães, voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário de ordenação sacerdotal de D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, grande escritor e historiador, oficiando-se ao homenageado nesse sentido. O dr. Reynaldo Kuntz Busch também usou da palavra para elogiar a figura de Fernando Costa, corroborando as palavras do sr. Iglezias. O dr. Pedro Brasil Bandecchi solicitou a solidariedade do Instituto às homenagens que serão prestadas à memória do dr. Afonso Bovero a 9 do corrente, 25.º aniversário de seu falecimento. Tôdas as propostas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata para a todo o tempo constar. Lida e achada conforme vai devidamente aprovada. (aa) José Pedro Leite Cordeiro; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 1962: — Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, realizou-se uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a que compareceram os consócios doutor Frederico de Barros Brotero, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Carlos Henrique Liberalli, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Goulart Coronel Olímpio de Oliveira Pimentel, dr. José Pedro Leite Cordeiro, Salvador Rocco, Raul Votta, Pedro Brasil Bandecchi, João Gualberto de Oliveira, Coronel Arrisson de Souza Ferraz, José Gomes de Moraes Filho, José Paulo Silveira Cabral, Reynaldo Kuntz Busch, Hernani Donato. Os trabalhos foram presididos pelo Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, titular efetivo da presidência, funcionando na secretaria os sócios Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, respectivamente 1.º e 2.º secretários. Lidas as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, pelo sr. Presidente, foi dada a palavra ao sr. 1.º Secretário, que apresentou o seguinte Expediente: Ofício da Câmara Municipal de Jundiá, encaminhando o inteiro teor do Requerimento n.º 2.486, de Walmer Barbosa Martins, José Pedro Raimundo e Tarcísio Germano Lemos, da sessão de 21 de março do corrente ano, de congratulações com o Instituto pelos seus trabalhos em favor da história nacional; ofício da Prefeitura Municipal de Itapira, de agradecimentos pela manifestação do sodalício sobre as homenagens a Menotti Del Picchia; ofício da União Cultural-Brasil Estados Unidos comunicando a composição de seu novo quadro diretor; ofício do Rotary de São Paulo fazendo idêntica comunicação; ofício do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará sobre a sua nova diretoria; ofício idêntico sobre a

Diretoria do Instituto Histórico de Alagoas; um exemplar do folheto divulgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga sobre o forte de São João da Bertioga, com trabalhos de Afonso Taunay. Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Pedro de Oliveira Neto; oferta, ao sodalício, de um exemplar do livro *The New Brazil*, de M. R. Wright; Populações Ribeirinhas do Baixo São Francisco, autoria e oferta de Alceu Maynard Araujo. ofícios do Palácio do Governo, do sr. Prefeito Municipal de São Paulo Francisco Prestes Maia, do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade e de D. Jaime Câmara, sobre o Mosteiro da Luz. O sr. Presidente esclareceu ter mantido entendimento com D. Jaime Câmara, do qual resultou a informação de que o histórico monumento da Luz e o parque que o ambienta não correm nenhum risco de mutilação, ficando encerrado o incidente suscitado na imprensa paulista e no sodalício sobre esta matéria. Dada a palavra ao dr. Carlos Henrique Liberalli procedeu este à entrega, ao sodalício, da Medalha Cultural Gaspar Viana, conferida ao Instituto pela Sociedade Paulista da História da Medicina em razão do apoio que ela recebeu desta Casa nas homenagens prestadas à memória de Gaspar Viana. O sr. presidente agradeceu e apresentou ao Sr. Liberalli as saudações do sodalício pela sua conferência na cidade de Rio Preto, aula inaugural do curso da Faculdade daquela cidade. Pelo sr. Mário Araujo Júnior foram oferecidos ao Instituto diversos documentos antigos de Iguape, cartas, retratos, faturas de casas de negócio, de Iguape antiga e algumas vistas de São Paulo de outrora. O consócio dr. Avaro da Veiga Coimbra ofereceu ao sodalício um retrato do Conselheiro Rodrigo Antônio Monteiro de Barros, 1.º chefe de Polícia de São Paulo, o dr. Raül Votta, com a palavra leu interessante estudo sobre a personalidade e a obra de Gaspar Viana, trabalho muito aplaudido pela casa e cujos originais foram recolhidos pelo sr. Presidente para encaminhamento à redação da Revista. O dr. Salvador Rocco informa que representou o Instituto nas homenagens a Afonso Bovero, havendo trazido para o arquivo do sodalício os impressos e retrato daquele saudoso brasileiro distribuídos na Faculdade. O sr. Presidente agradeceu ao consócio a sua colaboração. O dr. Carlos Henrique Liberalli, discorreu em brilhante improviso, sobre o reflexo, na Índia, do método Viana no combate às leishmanioses. O sr. Moraes Filho deu o seu testemunho a respeito do terrível mal e a eficácia da solução encontrada pelo cientista brasileiro. Foram a seguir votadas diversas propostas de admissão de sócios com o seguinte resultado: sócios honorários — 2.ª votação — Da. Helena Brancante, aprovado: 2.ª votação — José de Almeida Santos — aprovado. Sócio Benfeitor — Paulo Romano — 1.ª votação — aprovado. Sócio honorário — 1.ª votação — Jorge Calmon Muniz de Bittencourt aprovado. 1.ª votação — Carlos Torres, aprovado. 1.ª votação — Alfredo João Rabaçal — 1.ª votação, aprovado. O dr. Pedro Brasil Bandecchi apresentou justificativa das faltas do Ministro José Romeu Ferraz, ausente de São Paulo até o fim do mês de maio, em férias. Foi também votado e aprovado, para sócio honorário, em 1.º escrutínio, o nome do sr. José Calazans Brandão da Silva. O sr. Presidente, comunicou à casa que o sr. 1.º Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito receberá solenemente, em sessão especial da Câmara Municipal da Capital, a 3 de maio vindouro, o título de cidadão paulistano, pelo que convidava a todos para comparecer a essa festa cívica tão grata e honrosa para o Instituto. Dada a palavra ao Sr. Almeida Magalhães, orador oficial, o ilustre consócio, com o

brilho e a eloquência que lhe são peculiares, discorreu sobre a obra "A Maçonaria na Independência do Brasil", de autoria dos consócios Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira; referiu-se ao descobrimento do Brasil, à embaixada portuguesa que trouxe a Brasília uma cópia da imagem de Nossa Senhora da Esperança, que Cabral trazia em seu navio e sugeriu que o Sodalício se manifestasse, em ofício de agradecimento, por esse gesto magnífico, à Câmara Municipal de Belmonte e ao Bispado da Guarda. O sr. Presidente louvou a iniciativa do orador e deu por aprovadas as suas propostas. O dr. Tito Lívio Ferreira agradeceu as referências do orador ao seu livro, detendo-se na explicação de sua composição. O dr. Pedro Brasil Bandecchi, ao término da oração do prof. Almeida Magalhães, sugeriu que se incluísse entre os destinatários dos ofícios a respeito da imagem de Nossa Senhora da Esperança, o Bispo da Guarda, D. Policarpo da Costa Vaz, o que foi aprovado. O consócio Geraldo Goulart propôs um voto de profundo pesar pelo falecimento de Sylvio de Campos, histórico vulto paulista da epopéia de 32. o que foi aprovado. O sr. Presidente, antes de encerrar, fez o elogio do saudoso ex-parlamentar Valentim Amaral, benemérito, cultor das artes, protetor de artistas e estimulador de vocações em nosso meio figura que o Instituto sempre lembraria à sua memória. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata para a todo o tempo constar, a qual será lida, discutida e assinada na forma regular. aa) Frederico de Barros Brotero, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE MAIO DE 1962. — Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, às quinze horas, no edifício sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, presentes os sócios doutor José Pedro Leite Cordeiro, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Goulart, Alexandre d'Alessandro, Olympio de Oliveira Pimentel, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Salvador Rocco, Vinício Stein Campos, Josué de Camargo Mendes, Luiz Tenório de Brito, José Gomes de Moraes Filho, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Antônio de Figueiredo Borges, Carlos Penteado de Rezende, José Bueno de Azevedo Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Reynaldo Kuntz Busch, realizou o Instituto mais uma de suas sessões ordinárias na forma dos Estatutos. A mesa diretora dos trabalhos esteve assim constituída: Presidente — Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro. 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito. 2.º Secretário — Vinício Stein Campos. Orador Oficial — Prof. Almeida Magalhães. O sr. Presidente, ao abrir a sessão, declarou estar presente na casa o sr. Josué de Camargo Mendes, que comparecia para empossar-se no Sodalício como sócio honorário, pelo que designava a seguinte comissão para introduzi-lo no recinto: José Gomes Moraes Filho, Geraldo Goulart, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo e Ibrahim Nobre. Recebido sob palmas o novo sócio procedeu a leitura do respectivo termo de compromisso. Lidas as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, o sr. Presidente se congratulou com o sr. Josué Camargo Mendes pelo seu ingresso no Sodalício, ressaltando os títulos que exornam a sua personalidade de cientista e das coisas do Brasil. Deu a seguir a palavra ao Professor Almeida Magalhães, o qual apresentou ao novo

consócio as saudações do Instituto. O dr. Carlos Penteado de Rezende ofertou à biblioteca o livro oferecido pelo dr. Camargo Pedrosa, médico campineiro, — “A Política Exterior do Império do Brasil” de Pandiá Calógeras. O sr. Presidente agradeceu em nome do Instituto a valiosa doação. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo requereu a inscrição, em ata, de um voto de pesar pelo falecimento de D. Paulo Pedrosa, abade de São Bento, o que foi deferido. O sr. 1.º Secretário apresentou o seguinte expediente: Bandeira do Município de Ponte Nova, do Dr. Jarbas Sertório de Carvalho; officio do Major Sebastião Silva Furtado, comunicando a nova diretoria da Sociedade Brasileira de Cartografia e encaminhando folhetos sobre os estatutos da Sociedade e a Cartografia Inglesa. O sr. Presidente comunica que recebeu officio do Joquei Club sobre nova doação de auxílio daquela entidade ao Sodalício. Propôs, ainda, o sr. Presidente, um voto de congratulações da casa com o sr. 1.º Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito pela homenagem que lhe pestou a Câmara Municipal de São Paulo, concedendo-lhe o título de Cidadão Paulistano, numa justa retribuição aos notáveis serviços por êle prestados ao Estado e ao grande carinho com que sempre se refere aos homens e às coisas de São Paulo. O Coronel Tenório de Brito, visivelmente comovido, agradeceu a proposta do Sr. Presidente e a calorosa aprovação dos presentes. O sr. Presidente comunica estarem em andamento providências da Comissão dos Festejos de 9 de julho no sentido de assinalar brilhantemente a passagem do 30.º aniversário da Revolução Constitucionalista, estando programada a realização de nove noites de vigília, que precederão o 9 de julho, sinfonia heróica no Teatro Municipal, conforme proposta do dr. Ibrahim Nobre etc., devendo a Comissão reunir-se com outras entidades dia 15 do corrente para deliberação do plano geral das comemorações. Dada a palavra ao consócio dr. Geraldo Goulart, procedeu êle ao elogio de seu patrono — Artur Goulart, prendendo a atenção da casa com eloqüente exaltação dessa notável figura do passado paulista. O sr. Presidente apresentou ao orador os cumprimentos do sodalício pelo seu belo trabalho. Dada a palavra ao nôvo consócio, sr. Josué Camargo Mendes, fêz êle o elogio histórico de seu patrono, Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, discorrendo com erudição e entusiasmo sobre a figura do grande paleontólogo brasileiro. Falou ainda, a convite do sr. Presidente, o tribuno da revolução constitucionalista, Ibrahim Nobre, que proferiu comovente oração a respeito do Coronel Tenório de Brito, de Josué Camargo Mendes, de Oliveira Roxo, de Artur e Geraldo Goulart. Integraram a mesa, a convite do Presidente Leite Cordeiro, os srs. Ibrahim Nobre, Daniel de Lima, representante dos ex-combatentes, sr. General Los Reys e sr. Virgílio Goulart, filho do homenageado, sr. Artur Goulart. Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos, os belos trabalhos apresentados pelos oradores e conferencistas da sessão e deu esta por encerrada, lavrando-se a presente, que lida e aprovada será devidamente assinada. aa) Frederico de Barros Brotero, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DO DIA 19 DE MAIO DE 1962: — Aos dezenove dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant n.º 158, às quinze horas, realizou o Instituto Histórico e

Geográfico de São Paulo, na forma regulamentar, a 2.^a sessão ordinária do mês, a que compareceram os sócios dr. Francisco de Barros Brotero, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Tito Livio Ferreira, Luiz Silveira Melo, Geraldo Goulart, Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, Nicolau Duarte Silva, José Bueno Olivéira Azevedo Filho, Alvaro da Veiga Coimbra, José Gomes Novaes Filho, Arrisson de Souza Ferraz, Sebastião Pagano, Ricardo Ramon Blanco, Aureo Camargo, Manoel Rodrigues Ferreira, Arlindo Veiga dos Santos. Na ausência eventual do sr. Presidente Doutor José Pedro Leite Cordeiro, impedido de comparecer, assumiu a presidência da sessão o 1.^o vice-presidente Doutor Frederico de Barros Brotero, servindo de secretários, respectivamente 1.^o e 2.^o, o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente justificou a ausência do dr. Leite Cordeiro e, como se iria homenagear na sessão a memória do dr. João Pedro da Veiga Filho, estando presentes representantes da família e amigos do saudoso brasileiro, o sr. Presidente convidou o dr. Alcides da Veiga para ocupar um lugar à mesa e deu a seguir a palavra ao dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães para proferir a sua palestra. O orador oficial do Sodalício discorreu magistralmente sobre a figura de Veiga Filho, estudando inicialmente, a história da família Veiga no Estado do Rio, no Distrito Federal e em Minas Gerais, para deter-se na biografia do ilustre fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e elemento de inconfundível destaque na vida pública paulista de seu tempo. Calorosamente aplaudido ao terminar sua eloquente oração, o prof. Almeida Magalhães teve as suas considerações corroboradas pelos apartes dos drs. Gomes Moraes Filho e Frederico de Barros Brotero. Pela família do homenageado, agradecendo esta manifestação do Instituto ao ensêjo do centenário de nascimento de Veiga Filho, falou o dr. Alcides da Veiga. Encerrando esta primeira parte dos trabalhos o sr. Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. Reabertos os trabalhos às quinze horas e quarenta e cinco minutos, o sr. 1.^o Secretário Tenório de Brito leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco. No Expediente, o sr. Presidente ofereceu à biblioteca do Sodalício um exemplar do Relatório à Assembléia Geral do Ministro da Guerra José Mariano de Matos, onde se encontra interessante estudo sobre a Fábrica de Ferro do Ipanema - 1864. O sr. 1.^o Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito comunicou haver representado o Sodalício nas homenagens prestadas dia 13 do corrente à memória da Imperatriz Leopoldina, e consistentes em missa solene rezada na Capela Imperial do Ipiranga e à qual compareceram funcionários da Prefeitura e os consócios Coronéis Arrisson de Souza Ferraz, Luiz Tenório de Brito e outras pessoas; representou ainda o Instituto na missa do 7.^o dia em sufrágio da alma do sr. Aristides Arantes Marques, irmão do presidente honorário do Sodalício, dr. Altino Arantes, dia 18 do corrente; propôs, finalmente, o sr. 1.^o Secretário, um voto de congratulações com o historiador Hélio Vianna pela publicação de seu trabalho a respeito da História do Brasil, o que foi aprovado. O sr. Manoel Rodrigues Ferreira propõe um voto de homenagem à memória de José Nunes Belfort de Mattos; propõe ainda, o mesmo consócio, se officiasse ao Convento da Luz e ao jornalista Gumerindo Fleury comunicando-lhes o trecho da ata anterior em que se registra o desfêcho auspicioso do rumoroso caso; finalmente o sr. Manoel Rodrigues

Ferreira discorreu sobre as comemorações a serem promovidas pelo Instituto em homenagem ao Cacique Tibiriçá, manifestando-se interessado em conhecer o que ficara resolvido pela respectiva Comissão e sugerindo que nessas festividades do sodalício qualquer dos sócios possa se inscrever e falar; o sr. Vinício Stein Campos, com a palavra, esclareceu ser integrante da Comissão Tibiriçá, podendo informar ao sr. Rodrigues Ferreira que o critério adotado é exatamente esse, de facilitar a todos que o desejarem, prestar o seu concurso à festa do glorioso patriarca de Piratininga. O dr. Tito Lívio Ferreira explicou que a sua conferência sobre "o alferes Tibiriçá" realizada neste auditório, foi patrocinada pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto da Universidade Católica e não pelo Instituto. Propôs o mesmo consócio um voto de congratulações com o consócio Sólon Borges dos Reis pela sua investidura no alto cargo de Secretário da Educação, o que foi aprovado. Foram depois submetidas à votação diversas propostas de sócios, a saber: Sócio benfeitor — 2.^a votação — Paulo Romano, aprovado; Sócio honorário — 2.^a votação — José Calazans Brandão da Silva, aprovado; Carlos Torres, aprovado; José Calmon Muniz de Bittencourt, aprovado; João Alfredo Rabaçal, aprovado; neste ato assumiu a 2.^a Secretária, como secretário ad-hoc, o Coronel Olympio Pimentel, substituindo o prof. Vinício Stein Campos que necessitou retirar-se. Votação em 1.^o escrutínio — Ulysses Lins de Albuquerque, aprovado; João Alfredo Pegado Cortez, aprovado; Augusto de Lima Junior (ao ser apresentada esta proposta o sr. Nicolau Duarte Silva declarou discordar da norma que vem sendo adotada no Instituto para admissão de sócios desta categoria — honorário — pelo que se recusava a participar da votação, sendo acompanhado nesse gesto pelo dr. Alvaro da Veiga Cabral); submetida a proposta a votos foi aprovada, o mesmo acontecendo com a dos candidatos Isaac Grinberg e Antônio Augusto de Lima Júnior. Foi também aprovada a proposta, para sócio honorário, em primeiro escrutínio, do sr. Oldemar Adriano do Couto. Da anterior constou o nome do sr. Antônio Figueiredo Borges como sócio do Instituto visto o mesmo ter assinado o livro de presença de sócios. Verificado o equívoco, cancela-se aquela referência da ata anterior. Nada mais houve e encerrada a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. aa) Frederico de Barros Brotero; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2 DE JUNHO DE 1962: — Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, às quinze horas, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, realizou o Sodalício uma sessão ordinária à qual compareceram os sócios dr. Frederico de Barros Brotero, Coronel Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, sr. Francisco Teive de Almeida Magalhães, Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, dr. Salvador Rocco, Raul Votta, Sebastião Pagano, José Paulo da Silveira Cabral, Theodoro de Souza Campos, Nicolau Duarte Silva. Aberta a sessão, sob a presidência do dr. Frederico de Barros Brotero, vice-presidente em exercício no impedimento eventual do dr. José Pedro Leite Cordeiro, que justificou a ausência e servindo de secretários, respectivamente primeiro e segundo, Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, o sr. Presidente solicitou ao Secretário Tenório de

Brito a leitura das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, na forma do costume. No expediente o sr. 1.º Secretário apresentou o seguinte: Ofício do dr. Rodrigo Melo Franco de Andrada, indicando o nome de Afonso Arinos Melo Franco para seu patrimônio no Sodalício; ofício de agradecimento do Mosteiro de São Bento pelo voto de pesar consignado em ata pelo falecimento de seu abade D. Paulo Marcondes Pedrosa; ofício do Sr. Menotti del Picchia agradecendo as congratulações do Instituto pela passagem do 40.º aniversário da Semana de 1922 (Arte Moderna) e oferecendo um opúsculo sobre a história daquele movimento de renovação cultural; a Prefeitura Municipal de Santos comunica a aprovação, pela edilidade local do Requerimento n.º 408-62, de aplauso ao Instituto por sua participação nas homenagens a Afonso Schmidt; o sr. Armando Alcântara ofereceu à biblioteca um opúsculo de sua lavra "Carta a um Amigo"; o Prêssidente Barros Brotero ofereceu à biblioteca um volume da obra "Descendentes do Conselheiro José Maria Avelar Brotero e dr. Frederico Abranches"; o Colégio Brasileiro de Genealogia ofereceu o n.º 2 de 1961, de sua revista — "Brasil Genealógico". O sr. Tito Lívio Ferreira discorre sobre as homenagens à memória de Tibiriçá. O sr. Sebastião Pagano propõe a comemoração solene do 2 de julho de 1562, data magna de São Paulo de Piratininga na sua luta pela sobrevivência. O sr. Almeida Magalhães comunica à casa que assistiu a entrega dos prêmios dos vitoriosos na Maratona Euclidiana de 1961, havendo representado, no ato, o Sodalício. a convite do Sr. Secretário do Góvêrno, o qual teceu elogiosas considerações sobre o Instituto e suas atividades; solicitou o orador ofício da diretoria àquela autoridade, agradecendo essas referências; falou, ainda, o prof. Magalhães, do desaparecimento de Júlio Dantas, detendo-se no exame de sua figura literária e da grande obra que deixa realizada nas letras portuguesas. O belo discurso do prof. Magalhães foi calorosamente aplaudido pelos presentes. Passou-se à votação dos novos sócios: Em 2.º escrutínio — para sócio honorário — Ulisses Lins de Albuquerque, aprovado; Isaac Grinberg, aprovado; Oldemar Adriano do Couto, aprovado; José Duarte Gonçalves da Rocha, aprovado; Antonio Augusto de Lima Junior, aprovado; João Alfredo Pegado Cortez, aprovado; em 1.º escrutínio: Vice-Almirante Alberto dos Santos Franco, aprovado; Antonio D'Ávila, aprovado; com a votação desta última proposta esgotou-se o expediente da sessão, sendo então pelo sr. presidente encerrados os trabalhos após agradecer o comparecimento dos srs. sócios. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente que, lida e achada conforme será devidamente assinada. aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE JUNHO DE 1962: — Aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas presentes os sócios dr. Aureliano Leite, Tito Lívio Ferreira, Olympio de Oliveira Pimentel, Salvador Rocco, Vinício Stein Campos, Luiz Tenório de Brito, Nicolau Duarte Silva, Mário Leite, José Paulo Silveira Cabral, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Raul Votta, Paulo Romano, Pedro Brasil Bandecchi, Reynaldo Kuntz Busch, Carlos da Silveira, Salvador Moya. Instalando-se a mesa, e verificando-se a ausência

do Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que se acha enfêrmo, impossibilitado de comparecer, o mesmo acontecendo com o 1.º vice-Presidente dr. Frederico de Barros Brotero, assumiu a presidência o 2.º vice-Presidente do Instituto, dr. Aureliano Leite, servindo de 1.º secretário o Coronel Luiz Tenório de Brito e 2.º Vinício Stein Campos. Lidas pelo sr. Presidente as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco pelo sr. 1.º Secretário foi dado conhecimento à casa do seguinte officio do dr. Frederico de Barros Brotero: São Paulo, 11 de junho de 1962. Ilmo. Sr. Dr. Aureliano Leite. Respeitosas saudações. Constando-me que o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, nosso digno Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, acha-se enfêrmo e, portanto, impedido de tomar parte nos trabalhos da Presidência, devo, na qualidade de 1.º Vice, assumir a Presidência interina do Instituto. Acontece, porém, que além de minha idade propecta, caminhando para os 86 janeiros e de minha saúde abalada por enfermidade crônica, sou forçado, a conselho médico, a ausentar-me para um clima mais ameno e por tempo indeterminado. Em vista de tais circunstâncias, sou obrigado a transferir a Vice-Presidência ao meu substituto legal, que é V. Excia., cujo nome por si só, é um motivo de prestígio ao nosso estimado Sodalício. Convidando V. Excia. para comparecer o mais breve possível na sede do Instituto, reitero os protestos de aprêço e consideração, subscrevendo-me atenciosamente, Frederico de Barros Brotero. O dr. Aureliano Leite, em rápidas palavras, lamentou a enfermidade que vitimou o dr. Leite Cordeiro, impedindo-o de continuar por algum tempo, na presidência do Instituto, a que tão desveladamente vinha servindo, bem como ao consócio dr. Frederico de Barros Brotero. também afastado por moléstia. Fêz votos para que ambos se restabelessem no mais breve tempo, retornando às suas atividades tão úteis ao sodalício e ao convívio dos seus amigos, desta Casa. No expediente, o sr. 1.º Secretário apresentou o seguinte: Comunicação da Comissão designada para, em nome do Sodalício, visitar o dr José Pedro Leite Cordeiro e apresentar-lhe os votos de pronto restabelecimento. A comissão, integrada pelos consócios Coronel Luiz Tenório de Brito, Cesar Salgado e Carlos Henrique Liberalli compareceu ao Hospital São Paulo havendo colhido a mais lisonjeira impressão do estado de saúde do ilustre enfêrmo, esperando que muito logo possa retornar à frequência do Instituto. O sr. Presidente Aureliano Leite agradeceu o desempenho dado à missão que lhe fôra atribuída e se congratula com a casa pelas auspiciosas notícias que vinham de transmitir. Foram lidos os seguintes officios de agradecimento: do sr. José Calazans, da Bahia, pela sua eleição para o quadro de sócios honorários; do sr. Carlos Torres, da Bahia, agradecimento pelo mesmo motivo; do Secretário da Educação, Prof. Sólton Borges dos Reis, pelas homenagens do Sodalício quando de sua investidura na Pasta da Educação; do Instituto Histórico de Sergipe, pelos cumprimentos recebidos por ocasião do cinquentenário de sua fundação; convite do Ginásio Marechal Rondon, neste Estado, para a Semana Rondon, comemorativa da figura de seu patrono; do consócio dr. Carlos Penteado de Rezende a oferta de um documento de Wash Rodrigues, doação do sr. Luiz Fernandes do Amaral; foram apresentados, pelo sr. 1.º secretário, ainda no expediente, os seguintes livros dados ao Sodalício; Arquivos dos Hospitais da Santa Casa de São Paulo; Bahia — cidade feitiço — do dr. Carlos Torres; Gama Rodrigues, humanista e médico, de Alves Motta Sobrinho; Histórico das Câmaras Municipais, de João

Batista Cortes Laxe, com prefácio de Pedro Brasil Bandecchi, doador do livro; a Imperatriz Leopoldina, por H. Schuller oferta do Sr. B. R. Hinner. O dr. Brasil Bandecchi discorre sobre a obra que acabava de oferecer à biblioteca, ressaltando as informações históricas que continha quanto à organização municipal brasileira. O sr. José Paulo Silveira Cabral propôs um voto de pesar pelo falecimento da esposa do dr. Altino Arantes, presidente honorário do Instituto. O sr. Presidente declara aceita, de plano, tão justa proposta, autorizando o registro em ata do referido voto, comunicando-se ao dr. Altino Arantes essa iniciativa da Casa. O 2.º Secretário Vinício Stein Campos propôs igualmente um voto de pesar pelo falecimento do professor Luís Grellet, antigo diretor do Grupo Escolar de Capivari, oficiando-se à Câmara Municipal de Capivari sobre essa atitude do Instituto. A proposta foi deferida. O 2.º Secretário Vinício Stein Campos comunicou à Casa o inteiro teor da Indicação apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Deputado Maurício Leite de Moraes, de congratulações do Parlamento Paulista com o Sodalício pela Comemoração da Batalha do Riachuelo, a 11 de junho último e pela colaboração que vem emprestando à civico-educativa do Museu Militar de São Paulo. Por proposta do dr. Brasil Bandecchi, aceita pelo plenário, ficou deliberado que essa manifestação do Poder Legislativo constasse futuramente da Revista do Instituto. O sr. Nicolau Duarte Silva tece considerações em torno das homenagens do Sodalício à memória de Júlio de Mesquita, esclarecendo* interessar-se particularmente pelo assunto visto tratar-se do seu patrono; o sr. Carlos Henrique Liberalli informa que está marcada a data de 18 de agosto para a reunião solene em homenagem a que se referira o sr. Nicolau Duarte Silva. O sr. Presidente declara que a homenagem será, então, a 18 de agosto vindouro, devendo falar no ato o dr. Almeida Magalhães, orador oficial do Instituto e outros consócios que o desejarem. Para coordenar os trabalhos preparatórios dessa sessão designa os consócios: Nicolau Duarte Silva, Carlos Henrique Liberalli e Vinício Stein Campos. O dr. Carlos Henrique Liberalli, com a palavra, recorda a passagem, no ano próximo do bi-centenário do nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, propondo que o diretoria do Instituto, em sua primeira reunião, tome providências a fim de que o acontecimento seja condignamente comemorado em São Paulo. Lembrou ainda a recente proposta do prof. Almeida Magalhães a respeito do tri-centenário da morte de Pascal propondo que se realize essa comemoração na sessão da segunda quinzena de setembro ou em sessão especial. O sr. Presidente aprova a indicação designando os srs. profs. Liberalli e Almeida Magalhães para elaborarem as festividades e escolha do dia, compondo a comissão para tratar do assunto os srs. Carlos Henrique Liberalli, Pedro Brasil Bandecchi, Salvador Rocco, Tito Lívio Ferreira, Raul Votta e Vinício Stein Campos, Comissão esta que cuidará dos festejos do bi-centenário do patriarca, tratada pelo orador Liberalli na primeira parte de sua proposta. Passando-se à votação dos candidatos propostos para sócios honorários, verificou-se o seguinte resultado: Aprovados em 2.º escrutínio: Alberto dos Santos Franco, vice-Almirante; Bernardo Pedral Sampaio, Antônio d'Ávila. Em 1.ª votação foram aprovados: Tito Lívio Ferreira, para sócio Grande Benemérito, votação unânime. Falaram encaminhando a votação os srs.: Presidente Aureliano Leite, Carlos da Silveira, Pedro Brasil Bandecchi e Almeida Magalhães. Para sócio honorário foram aprova-

dos, em 1.ª votação os srs.: Paulo Henrique da Rocha Corrêa, Leticia Pagano, Monsenhor José Patrocínio Lefort e Alberto Prado Guimarães. Foi recusada a proposta relativa a Henrique L. Alves. O dr. Carlos Henrique Liberalli apresentou também o seu relatório oral a respeito da visita ao dr. José Pedro Leite Cordeiro. O sr. Presidente se congratula com o govêrno do Estado pela aquisição da grande Brasileira de João Fernandes de Almeida Prado. Em tempo: Durante a votação da proposta de Tito Lívio Ferreira para sócio grande-benemérito, o sr. 3.º vice-Presidente quis retirar-se do plenário, a fim de dar aos deliberantes plena liberdade, o que não foi aceito pelo sr. Presidente Aureliano Leite, uma vez que o reconhecimento dos méritos do candidato à justa homenagem que ia receber da casa não constrangia a ninguém, não devendo ausentar-se. Esta deliberação da presidência foi unânimemente aceita. O voto de congratulações com o Govêrno do Estado pela aquisição da Brasileira resultou da proposta feita pelo consócio Nicolau Duarte Silva. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente que, lida e aprovada, será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 7 DE JULHO DE 1962. — Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, n.º 158, às quinze horas, presentes os sócios dr. Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Tito Lívio Ferreira, Olympio de Oliveira Pimentel, Alvaro da Veiga Coimbra, Mario Leite, José Gomes de Moraes Filho, Salvador Rocco, Lycurgo de Castro Santos Filho, João Rabaçal, Pedro Brasil Bandecchi, Sebastião Pagano, João Ferreira Carrato, Reynaldo Kuntz Busch, Nicolau Duarte Silva, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Rossini Tavares de Lima e Bernardo Pedral Sampaio, realizou-se uma sessão ordinária do Instituto sob a presidência do dr. Aureliano Leite, servindo de Secretários, respectivamente, 1.º e 2.º, o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos o sr. Presidente convidou para integrar a mesa o sr. Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente da Academia Campinense de Letras. Encontrando-se no Instituto o dr. Bernardo Pedral Sampaio, nôvo sócio do Sodalício, o sr. Presidente designou a seguinte Comissão para introduzi-lo no recinto: Tito Lívio Ferreira, José Gomes de Moraes Filho, Pedro Brasil Bandecchi. Recebido sob palmas dos presentes, o nôvo consócio leu e assinou o termo de posse. Saudou-o a seguir, em caloroso discurso, o prof. Almeida Magalhães, tendo o dr. Pedral Sampaio agradecido a acolhida carinhosa. O sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e a seguir foram lidas e aprovadas as atas. Passando-se ao Expediente, o sr. 1.º Secretário leu os seguintes ofícios: do Prof. Lúcio da Câmara Cascudo, comunicando haver assumido a direção do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte; do Presidente Honorário dr. Altino Arantes, agradecendo as manifestações de pesar do sodalício quando do falecimento de sua esposa; do General Lira Tavares justificando sua ausência à sessão come-

morativa do 9 de julho; idem do sr. General Comandante da 2.^a Região Militar e do dr. Ruy Rabelo Pinho, secretário da Justiça; foram ofertados à Biblioteca os seguintes livros: A Educação Para um Mundo Democrático, por A. Carneiro Leão; A Missão dos Educadores na Formação da Juventude de Nossa Época, idem; Visão Panorâmica dos Estados Unidos, idem; Panorama Sociológico do Brasil, idem; Victor Hugo no Brasil, idem; Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva, organizado por Copérnico Pinto Coelho; História da Cidade de Campinas, de Jolumá Brito; General Júlio Marcondes Salgado, de Benito Serpa; História dos Feitos Recentes Praticados Durante oito anos no Brasil — João Mauricio de Nassau — Gaspar Barléns, ed. de 1940; O Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, por D. Clemente da Silva Nigra — 1950; convite do M.M.D.C. para as festividades de 9 de julho. Dada a palavra ao prof. Almeida Magalhães, requereu êle um voto de pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro José Feliciano de Oliveira, o que foi deferido. Referindo-se, a seguir, ao movimento que, por iniciativa do Diário Carioca, se desenvolve no Brasil, a respeito da renovação da causa da canonização do venerável Padre José de Anchieta, na Congregação dos Ritos, leu à causa a síntese do processo canônico, do seguinte teor: “Resumo estribado no relato histórico do Padre Hélio Abranches Viotti sobre as tentativas do Brasil para canonização do Venerável Padre José de Anchieta: 1) — Em 1617 iniciaram-se as diligências com êsse objetivo: foi enviado a Roma, ao Padre Mucio Vittleschi, Geral da Companhia de Jesus, a pedido do Provincial do Brasil para promover junto à Santa Sé a introdução da causa na Congregação dos Ritos; atendendo a êsse requisito o Geral da Ordem enviou instruções para, de acôrdo com as autoridades da Diocese da Bahia e da Prelazia do Rio de Janeiro, serem feitos os processos informativos ordinários a respeito de Anchieta; entre 1619 e 1622 foram ouvidas oitenta testemunhas e mais onze do Rio de Janeiro, sendo os depoimentos enviados a Roma; 2) — Em 22 de abril de 1624, para introdução da causa, nomeou o Papa Urbano VIII, três Auditores para promoverem a realização de novos processos sob a autoridade da Santa Fé, “para beatificação e canonização do Venerável Servo de Deus”, conforme diz o *Factum Concordatum*, em publicação da Congregação dos Ritos datada de 1636. 3) — Em 10 de fevereiro de 1652 Inocêncio X nomeou o Cardeal Costaguli para relatar a causa, suspendendo-se, contudo, o exame do processo para ocasião oportuna; 4) — Em 1702 o Governador Geral do Brasil, Dom João de Lancastre assinou nova carta postulatória, e, pouco depois, faziam o mesmo o seu successor D. Álvaro da Costa e o Governador do Rio de Janeiro. 5) — Concluída a primeira etapa passou-se à questão *Validitati Processuum* ou seja, valor legal dos processos anteriores; a 13 de agosto de 1721 sancionava o Sumo Pontífice Inocêncio XIII o restrito de 9 do mesmo mês e a 16 de setembro de 1721 e de 6 dêsse mês, pelos quais a Sagrada Congregação dos Ritos se pronunciava favoravelmente a respeito dessa validade. Para os últimos processos, de 1706 e 1713, a sentença favorável foi dada pelo Papa Bento XIII, em 1726. 6) — Iniciou-se, em 1728, uma terceira etapa do processo: “exame dos escritos de Anchieta”. Estes, por decreto de 21 de março de 1733 foram aprovados pela Sagrada Congregação dos Ritos. A 10 de agosto de 1736, dia da consagração de São Lourenço, Clemente XII chama à sua presença o Promotor da Fé e o Secretário da Con-

gregação dos Ritos, ordenando que se desse resposta afirmativa à devida proposta "*Non Culto*" — e que se declarasse "constar das virtudes do Venerável Servo de Deus, no caso e para efeito do que se trata, tanto as virtudes teológicas — Fé, Esperança e Caridade —, como as caridais — Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança — e as demais delas, respectivamente, dependentes de grau heróico". 7) — Após cento e vinte anos de esforços, com longas interrupções, concluía-se, assim, uma etapa relevante e decisiva na causa do Venerável Padre José de Anchieta: "Cinco decretos haviam sido lavrados pela Santa Sé, depois que se permitiu a introdução da causa até a declaração em que a Santa Igreja nô-lo apresenta como modelo acabado de virtudes cristãs", não permitindo, porém, o culto público. 8) — Sobrevindo a expulsão dos jesuítas, foi extinta qualquer atividade em*térmos, digo, em tórno dos processos dos servos de Deus pertencentes à Companhia. 9) — Reabria-se em 1883 a causa de Anchieta porém, só em 1897, quando da comemoração do IV centenário da morte do Apóstolo do Brasil, foi possível reiniciar-se aqui a campanha pela canonização. 10) — Em 8 de agosto de 1897, o Episcopado Brasileiro, dirigiu representação ao Papa Leão XIII, suplicando o andamento da causa. Em 20 de março de 1900 eram expedidas letras remissórias para o processo de São Paulo "*Super Miraculis*", descrito na publicação romana de 1910, estacionando neste ponto a grande causa". Agora ressurgue numa verdadeira mobilização nacional. Aludiu, ainda, o professor Almeida Magalhães, à carta da Princesa Isabel e ao discurso que nesse mesmo sentido êle fizera no Instituto por ocasião dos festejos comemorativos do IV centenário de São Paulo. Concluindo, propôs a manifestação do sodalício, a favor da campanha ora promovida pelo "Diário Carioca". Submetida a votos a proposta foi aprovada, manifestando-se contra o pronunciamento do Instituto o sr. Nicolau Duarte Silva, que justificou o seu ponto-de-vista declarando não poder o Sodalício participar de movimentos políticos ou religiosos; também votou contra o dr. Reynando Kuntz Busch, que declarou dissentir por achar que o julgamento de Anchieta é da exclusiva competência da Congregação dos Ritos, não cabendo campanhas como a que se anuncia; os consócios Tito Lívio Ferreira, Sebastião Pagano, Pedro Brasil Bandecchi, Tenório de Brito e José Gomes de Moraes Filho, fizeram declaração de votos a favor do movimento em prol de Anchieta e o direito do Instituto dêle participar. Foi apresentada e aprovada proposta do sr. Enzo Silveira sôbre a colocação de uma placa de bronze na rua do bairro do Ipiranga, que tem o nome de Imperatriz Leopoldina, o que seria feito às expensas dêle proponente. A segunda parte da proposta sôbre a denominação de Imperatriz Leopoldina a uma unidade escolar, ficou a mesma prejudicada pois o consócio Vinício Stein Campos explicou que essa providência já foi tomada pela Scretaria da Educação, há muitos anos. O sr. Vinício Stein Campos comunicou haver sido apresentado pelo Deputado Mauricio Leite de Moraes, projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado concedendo ao Instituto Histórico o auxílio de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros Cr\$ 2.500.000,00. O sr. Sebastião Pagano discorreu sôbre o VII Centenário de Nascimento de El Rei D. Diniz. O dr. Mário Leite recorda o ataque dos tamoios em 9 de junho de 1562 e exalta a participação do Cacique Tibiriçá na heróica defesa de São Paulo. Comunica ainda, o dr. Mário Leite, haver representado o Instituto na Conferência do dr. Rodolfo Cavalcanti sôbre

a Navegação Interior e aproveitamento do Tocantins, no Instituto de Engenharia. O sr. Nicolau Duarte Silva propõe que o Sodalício se congratule com o Governo do Estado pela oportuna aquisição do Arquivo do Sr. João Batista de Aquirre, precioso documentário que vai ser colocado ao alcance dos estudiosos em repartição pública. A proposta foi deferida. O sr. Moraes Filho, propõe que o Instituto se faça representar na missa que será oficiada na cripta da Catedral em memória do Cacique Tibiriçá. O pedido foi deferido pela mesa e foi designada a seguinte comissão: Moraes Filho, Sebastião Pagano e Pedro Brasil Bandecchi. O dr. Pedro Brasil Bandecchi comunicou o falecimento da espôsa do dr. Waldemar Ferreira e requereu um voto de pesar em ata com a participação à família enlutada; comunicou ainda a instalação, pelo Governo Federal, do Serviço Nacional dos Municípios, enviando-se ofício de congratulações ao Senhor Presidente da República. O sr. Presidente deferiu ambas as proposições. O sr. Carlos Henrique Liberalli comunica que foi marcada a data de 16 de agosto vindouro para a homenagem a Júlio de Mesquita, falando na ocasião o prof. Ernesto Leme. Comunica mais que a homenagem a Pascal será na sessão de 20 de agosto, falando o prof. Magalhães sobre Pascal, o Filósofo, e êle, orador sobre Pascal, o Cientista. Finalmente, informou que no dia 4 de agosto tomará posse o consócio Carlos Eldrovandi que falará sobre a Bolívia — a terra, a gente e música. O sr. Presidente agradeceu as comunicações. O prof. Carrato informa estar sendo organizada em Assis, pela Faculdade de Filosofia, um museu ferroviário denominado — História de uma estrada de ferro. O dr. Mário Leite informou igualmente que o Instituto de Engenharia está cuidando da instituição do Museu Ferroviário, na Capital. Foram apresentadas e aprovadas em 2.^a votação as seguintes propostas de novos sócios: Para Grande Benemérito — Tito Lívio Ferreira. Para sócios honorários — Paulo Henrique da Rocha Corrêa, Leticia Pagano, Alberto Prado Guimarães, Monsenhor do Patrocínio Lefort. Comunicou o prof. Almeida Magalhães que as homenagens a Farias Brito serão dias 10, 18 e 24 do corrente, com as conferências a cargo dos srs. Fernando Soares, dr. Carlos Lopes de Mattos e Almeida Magalhães. Nada mais. Em tempo: Nas homenagens a Júlio de Mesquita deverão falar Nicolau Duarte Silva e Almeida Magalhães, devendo ser convidado também o prof. Ernesto Leme. A citação da participação da Princesa Isabel na campanha pró Anchieta foi feita pelo consócio Mário Leite, em aparte ao prof. Almeida Magalhães. Nada mais. aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21-7-1962: — Aos vinte e um dias do mês de julho de mil novecentos sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Alberto Santos Franco, Alvaro da Veiga Coimbra, Tito Lívio Ferreira, Antonio D'Ávila, Salvador Rocco, Carlos Henrique Liberalli, Olympio de Oliveira Pimentel, Mário Leite, Raul Votta realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão ordinária presidida pelo dr. Aureliano Leite e secretariada pelos srs. Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Cam-

pos respectivamente primeiro e segundo secretários. Aberta a sessão o sr. Presidente designou a seguinte comissão para introduzir no recinto dois novos sócios presentes ao Instituto para posse: Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, Salvador Rocco e Raul Vetta. Foram assim recebidos sob aplausos os srs. Vice-Almirante Alberto Santos Franco e Professor Antonio D'Ávila, que leram e assinaram, na forma regulamentar, o termo de posse. O sr. orador oficial Almeida Magalhães proferiu a saudação dos novos sócios, destacando o merecimento de ambos para ingresso no Sodalício. Dada a palavra ao prof. Antonio D'Ávila, agradeceu êle a acolhida da casa e procedeu a leitura do elogio de seu patrono — prof. João Lourenço Rodrigues, discorrendo brilhantemente sobre a vida e a obra do ilustre mestre paulista, agradeceu a colaboração dos consócios que contribuíram para o seu ingresso nesta casa e concluiu evocando a figura de seu patrono. Seguiu-se com a palavra o Sr. Vice-Almirante Alberto Santos Franco que historiou ligeiramente a sua passagem por São Paulo, a participação que teve na Comissão Executiva do Museu Militar de São Paulo e o desvanecimento com que se integrava no quadro social do Instituto, entidade que tanto significa para o espírito nacional na hora difícil que vive a pátria. O sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco. O sr. Vice-Almirante Alberto Santos Franco declarou haver escolhido a figura histórica da Oceanografia, Alberto I de Mônaco, para seu patrono. O sr. Presidente comunicou à casa que o prof. Vinício Stein Campos havia sido por êle designado para integrar o Grupo de Trabalho constituído em São Paulo para trabalhar pela movimentação do processo da canonização de Anchieta, na Associação dos Cavaleiros de São Paulo, como representante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Passando-se ao Expediente, o sr. 1.º Secretário leu os seguintes ofícios: do sr. Jorge Calmon Muniz de Bittencourt, da Bahia, agradecendo sua eleição para o quadro social; do sr. Secretário da Fazenda agradecendo o convite para a comemoração da Batalha Naval de Riachuelo; do deputado Sólton Borges dos Reis, Secretário da Educação, agradecendo o convite para a sessão em homenagem a Gama Rodrigues; do sr. Aldo Androni, oferecendo os seguintes livros: "Anais Hidrográficos" — Tomo XVI: "Experimental Ship Model Testing Tanks"; "Algumas Notas Históricas sobre a Hélice Naval" — "O Rio Tocantins, sua navegação e seus barcos". O sr. Presidente comunica que na solenidade de 9 de julho, no Teatro Municipal, o Instituto foi distinguido com a Medalha Comemorativa da Revolução Paulista, artístico bronze que apresentava para conhecimento dos srs. sócios e encaminhamento à secção competente. O sr. Salvador Rocco comunica haver representado o Instituto na missa em sufrágio da alma da esposa do dr. Ibraim Nobre e também a homenagem prestada ao dr. Álvaro da Veiga Coimbra, pela Comissão do 9 de julho, pela confecção da Medalha da Revolução, trabalho daquele ilustre estudioso da numismática e medalhística; o sr. Presidente agradeceu a comunicação e renovou as elogiosas referências ao dr. Veiga Coimbra, pela sua competência e dedicação. O sr. Prof. Almeida Magalhães propôs um voto de pesar pelo falecimento do sr. Hilário Freire e de d. Brisa de Almeida Nobre, esposa do dr. Ibrahim Nobre, o que foi deferido plano pela mesa. Votação — Foram a seguir propostas e votadas as seguintes indicações para o quadro social: Sócios honorários — 1.ª votação — Pierre A. Wassal, aprovado; Gabriel Marques, aprovado; Marília Antunes Alves recusa-

do. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DO DIA 4 DE AGOSTO DE 1962: — Aos quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Olympio de Oliveira Pimentel, Salvador Rocco, Raul Votta, Carlos Aldrovandi, Mário Leite, José Paulo da Silveira Cabral, Nicolau Duarte Silva, Alexandre D'Alessandro, Arrisson de Souza Ferraz, Pedro Brasil Bandecchi, Alvaro da Veiga Coimbra, Carlos Henrique Liberalli, Bernardo Pedral Sampaio, José Romeu Ferraz, José Camargo Mendes, Isaac Grimberg e Ricardo Roman Blanco, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a primeira sessão ordinária do mês. Integraram a mesa o dr. Aureliano Leite, Presidente, Coronel Luiz Tenório de Brito, 1.º Secretário, Vinício Stein Campos, 2.º Secretário, Francisco Teive de Almeida Magalhães, orador oficial, e sr. Mário Abdala Echeverria, Cônsul da Bolívia em São Paulo. Instalada a mesa, o sr. Presidente comunicou ao plenário a presença, na casa, para recepção e posse, do novo consócio sr. Carlos Aldrovandi designando a seguinte comissão para introduzi-lo no recinto: srs. Raul Votta, Salvador Rocco e Alexandre D'Alessandro. Recebido sob palmas, leu o respectivo termo de compromisso e assinou na forma dos Estatutos. Dada a palavra ao Orador Oficial Almeida Magalhães, para a saudação de boas-vindas, proferiu o ilustre professor calorosa oração, muito aplaudida. Lidas as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, bem como a ata anterior, passou-se ao Expediente, que constou do seguinte: Ofício do Secretário da Educação. Prof. Sólon Borges dos Reis, agradecendo o convite para a solenidade do 9 de julho; do Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, convidando para a festividade da inauguração do prédio de Genética; do prof. Waldemar Ferreira, agradecendo as condolências do Instituto pelo falecimento de sua exma. esposa; do prof. Paulo Henrique da Rocha Corrêa, de agradecimento por sua eleição para o quadro social; do Club Piratininga, para a homenagem a Pedro de Toledo, solenidade já realizada e na qual o sodalício foi representado pelo consócio Coronel Luiz Tenório de Brito; carta do Monsenhor José Patrocínio Lefort, de Campanhã, Estado de Minas, agradecendo sua eleição para o quadro social do Instituto; de Da. Leticia Pagano, agradecendo também a sua eleição; o sr. 1.º Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito comunicou ao plenário que estêve no Instituto, sob a chefia do sr. Fausto Ribeiro de Barros, presidente da Sociedade Geográfica Brasileira, uma comissão representativa daquela entidade, a qual veio apresentar ao sodalício os seus votos pelo pronto restabelecimento do dr. José Pedro Leite Cordeiro; estêve também no Instituto, agradecendo pessoalmente as condolências recebidas quando do falecimento de sua exma. esposa, o consócio Ibraim Nobre; carta do sr. Heitor Eiras Garcia, ex-Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, enviando um artigo sobre Urubuqueçaba; Livros: foram oferecidos à Biblioteca os seguintes livros e publicações: Revista do

Serviço Público — vol. 92 — ns. 1, 2, 3. Vultos do Brasil Imperial na Ordem Ernestina da Saxônia — D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança — Cadernos Olindenses — História do Direito, Alfredo Carlos Schendz — Guia do Estado de São Paulo — I.B.G.E. — Revista do Serviço Público — Índice do ano XXII — Manual de Serviço dos Processos das Pensões Militares — D.A.S.P. 1962 — As Nações Unidas e Portugal — Franco Nogueira — Temas de política e filosofia — Djair Menezes. Dada a palavra ao nôvo consócio, sr. Carlos Aldrovandi, discorreu êle, com muita erudição e clareza, sobre a Bolívia, sua geografia, população e música. A conferência do ilustrado consócio foi muito aplaudida, tendo o sr. Presidente apresentado as congratulações da casa pelo belo trabalho que acabava de ser lido e que deverá ser oportunamente publicado na Revista do Instituto. Dada a palavra ao prof. Almeida Magalhães, apresentou êle as seguintes propostas: 1) congratulações com o sr.

Carlos Aldrovandi pelo notável estudo a respeito da Bolívia que acabava de apresentar; 2) condolências pelo falecimento de sua genitora; congratulações com o Governo do Estado pela contratação da Missão Francêsa de Professores para renovação da metodologia e didática da escola de grau médio; propõe o prof. Magalhães que se convide a Missão Francesa para assistir as homenagens do Instituto à memória de Pascal, no auditório do Sodalício dia 20, às 20 horas. Dada a palavra ao prof. Vinício Stein Campos, comunicou êle haver representado o Instituto em Casa Branca, na solenidade da Instalação, pelo Secretário da Educação e demais representantes do Estado e do município, no Grupo Escolar Rubião Junior, do Museu Histórico e Pedagógico Visconde de Taunay e Afonso d'Escragnole Taunay, dia 3 do corrente; comunicou mais o prof. Stein Campos a lavratura, pelo Governo do Estado, na Pasta da Educação, do decreto relativo à criação, em Rio Claro, do Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga requerendo se consignasse em ata um voto de louvor ao Governo Paulista por essa iniciativa, oficiando-se nesse sentido ao Governador, ao Secretário da Educação e à Faculdade de Filosofia de Rio Claro; requereu, finalmente, o prof. Vinício Stein Campos a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do dr. Paulo Kuntz Busch, filho do consócio dr. Reynaldo Kuntz Buch, oficiando-se à família enlutada. O sr. Presidente, examinando uma a uma tôdas as proposições, submeteu-as ao pronunciamento da casa, sendo aprovadas. Dada a palavra ao dr. Carlos Henrique Liberalli, comunicou o ilustre consócio haver representado o sodalício, juntamente com o sr. Vice-Presidente dr. Tito Lívio Ferreira, nas festas de aniversário de Piracicaba, a 1.º do corrente, tendo sido orador-oficial na sessão solene da Câmara Municipal daquela cidade nessa oportunidade; representou ainda o sr. Liberalli, o Sodalício, na aula inaugural do Curso de Pre-História; o sr. Liberalli propôs a consignação, na ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo falecimento do historiador inglês George Macauley Trevelyng, oficiando-se nesse sentido ao Cônsul da Grã-Bretanha. O sr. Presidente agradeceu as representações feitas e aprovou o voto de pesar requerido. O sr. Nicolau Duarte Silva solicitou a oficialização das comemorações a Júlio de Mesquita, com distribuição de notas à imprensa relativas à sessão do dia 16 do corrente, tendo o sr. Presidente informado que estas providências já haviam sido tomadas pela presidência e a secretaria do Sodalício. O dr. Pedro Brasil Bandecchi discorreu sobre o 11 de agosto, aniversário da fundação dos cursos jurídicos, requerendo à

mesa officios de congratulações com a Faculdade e o Centro XI de Agosto, o que foi deferido. Votação de novos sócios: Em 2.º escrutínio foram votadas e aprovadas as seguintes propostas: Do cientista francês Pierre A. Wassal e do sr. Gabriel Marques. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que será lida e assinada na forma do costume. Durante a sessão o conferencista Carlos Aldrovandi apresentou interessante projeção de *slides* coloridos, ilustrativos de sua palestra sobre geografia e o povo da Bolívia. Nada mais. Eu, Vinicio Stein Campos, 2.º secretário. escrevi. aa) Tito Lívio Ferreira, Luiz Tenório de Brito, Vinicio Stein Campos.

ATA-RÊSUMO DA, SESSÃO SOLENE DO DIA 14. DE AGOSTO DE 1962: — Aos catorze dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às 20,30 horas, reuniu-se em sessão solene o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para a entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Curso de Museologia, promovido pelo Sodalício e a Comissão dos Museus Históricos e Pedagógicos da Secretaria da Educação. A mesa esteve constituída pelo Presidente dr. Aureliano Leite e os professores Vinício Stein Campos e Álvaro Coimbra. Achavam-se presentes oitenta professores que frequentaram o curso, além de exmas famílias e representantes de autoridades do ensino. Abrindo a sessão, o sr. Presidente explicou a finalidade da reunião e referiu-se ao falecimento, dia 12 do corrente, do Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, secretário-administrativo do Instituto, sócio honorário do Sodalício e membro de sua comissão de sindicância. Deu, a seguir, a palavra ao professor Vinicio Stein Campos, que prestou, de início, comovida homenagem ao Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, ressaltando os serviços prestados ao Instituto e a São Paulo, pelo extinto, na administração desta casa e na Milícia Estadual, onde cumpriu brilhante fôlha de serviços. O auditório, de pé, observou um minuto de silêncio em homenagem ao saudoso consócio. Discorreu, depois, o prof. Vinicio Stein Campos, sobre o Curso de Museologia, que pela primeira vez se realizou em São Paulo, ao encontro de uma necessidade da administração pública, no setor de elementos especializados em técnica de museus, em razão do desenvolvimento dessas instituições no interior do Estado. Em nome da Secretaria da Educação apresentou os agradecimentos ao Instituto pela magnífica colaboração que com essa iniciativa serviu à cultura paulista e ao ensino oficial, felicitando os professores diplomados pelo interesse, assiduidade e aproveitamento com que frequentaram o curso. Agradeceu, finalmente, em nome do Sodalício e do Governo, a graciosa e patriótica contribuição dos mestres que lecionaram no curso as matérias de sua especialidade: Vice-Almirante Alberto Santos Franco, Dr. Tito Lívio Ferreira, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra, Dr. Alexandre D'Alessandro, Da. Evangelina Florence, Dr. Ruy Ribeiro Franco, General Francisco das Chagas Oliveira, Dr. Pedro Brasil Bandecchi, Dr. Antonio Augusto de Menezes Drumond. O sr. Presidente teve expressões elogiosas para com os professores e alunos e a seguir procedeu à entrega dos diplomas. Nada mais. Encerrada, assinam: aa) Tito Lívio Ferreira, Luiz Tenório de Brito. Vinicio Stein Campos.

ATA-RESUMO DA SOLENIDADE DO DIA 16 DE AGOSTO DE 1962. — Aos 16 dias do mês de agosto de 1962, no seu edifício sede, à rua Benjamin Constant, 158, às 20 horas, reuniu-se em sessão solene o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do dr. Aureliano Leite e servindo de secretários, respectivamente, 1.º e 2.º, o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, para comemorar o transcurso do primeiro centenário de nascimento do jornalista Júlio de Mesquita a 18 do corrente. A mesa foi constituída, a convite do sr. Presidente, além da Diretoria do Sodalício, mais pelas seguintes autoridades: Representantes do Sr Governador do Estado, do Sr. Secretário da Justiça, do Sr. Secretário da Agricultura, Capitão de Mar e Guerra Hérich Marques Caminha, Presidente da Comissão Naval, Ibraim Nobre e Pedro de Oliveira Ribeiro Neto. representantes da Academia Paulista de Letras, sr. Henrique Thut, magnífico Reitor da Universidade Mackenzie e Dr. Luiz Pisa Sobrinho, representante da Associação Rural, Ministro José Romeu Ferraz, representante do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, Prof. Ataliba Nogueira, representante da Faculdade de Direito de São Paulo, Dr. Soares Brandão, Vice-Cônsul de Portugal em São Paulo, representantes da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, da Associação dos Amigos da Cidade, dr. Alfredo Gomes, representante do Pen Club, e os representantes da família do homenageado, drs. Júlio Mesquita Filho, Francisco Mesquita e Alfredo Mesquita. No decurso da sessão a que concorreu seleta e numerosa assistência, falaram os senhores Deputado Federal Silvio da Cunha Bueno, Nicolau Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira e Professor Almeida Magalhães. Em nome da família do homenageado falou o dr. Júlio Mesquita Filho. Seguiu-se a inauguração da Exposição Retrospectiva da Vida e Obra de Júlio Mesquita, organizada pelo consócio Nicolau Duarte Silva. O Sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos presentes, os belos discursos que foram proferidos pelos ilustres conferencistas e a expressiva exposição organizada na galeria do auditório. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. aa) Aureliano Leite, Vinício Stein Campos e Luiz Tenório de Brito.

ATA DA SESSÃO DE 18 DE AGOSTO DE 1962: — Aos dezoito dias do mês de agosto de mil novecentos sessenta e dois, às quinze horas, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, presentes os sócios Tito Lívio Ferreira, Luiz Tenório de Brito Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Alexandre D'Alessandro, Pedro Bandecchi, Raul Votta, Carlos Henrique Liberalli, Nicolau Duarte Silva, José Romeu Ferraz, Paulo Romano, Geraldo Goulart, Arrisson de Souza Ferraz, José Paulo Silveira Cabral e Luiz Silveira Melo, realizou o Sodalício a segunda sessão ordinária do mês. Na ausência eventual do presidente em exercício, dr. Aureliano Leite, que justificou o não comparecimento, assumiu a direção dos trabalhos o professor Tito Lívio Ferreira, 3.º Vice-Presidente, ficando a Mesa assim constituída: Presidente — Dr. Tito Lívio Ferreira, 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário — Vinício Stein Campos, Orador Oficial — Prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães. Lida

e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco relativas ao dia 18 de agosto e a seguir deu a palavra ao 1.º Secretário para a leitura do Expediente, convidando ao mesmo tempo o sr. Ministro José Romeu Ferrz para participar da Mesa. Expediente: Carta do sr. Presidente da Academia de Lisboa, agradecendo as homenagens tributadas à memória de Júlio Dantas; telegrama de Da. Maura Corrêa Barbosa, de Fortaleza, de condolências pelo falecimento do consócio Coronel Olympio de Oliveira Pimentel; ofício no mesmo sentido, da Associação Cultural do Negro, desta Capital; Livros e Publicações — O Instituto recebeu, para a sua biblioteca, mais as seguintes obras Nobelstiflung und Pour le Merite — Isto é o Brasil, Raquel de Queiroz — La Chinie Populaire — 1962; Bibliografia Brasileira de Educação, A Pesca na Lagoa Panguilla e Defumação do Peixe, Estudos Etnográficos do Instituto de Investigação Científica de Angola, Personalidades Riograndenses - Dante Pena, Noções de Numismática - Álvaro da Veiga Coimbra - 5.º volume, Introdução à Memória Histórica da E.F.C.B. - 1858-1958, oferta de Alexandre D'Alessandro, La Imaculada y La Merced - 2 volumes — II Congresso Mariológico Internacional. O sr. Presidente comunicou à casa que o dr. José Pedro Leite Cordeiro, titular efetivo da Presidência, ora convalescente da enfermidade que o acometera, havia telefonado ao sócio Geraldo Goulart, na instalação da sessão, enviando a todos os presentes o seu abraço amigo. Comunicou mais o sr. Presidente que o Coronel Luiz Tenório de Brito fôra incluído na Comissão encarregada dos festejos do bicentenário de nascimento do Patriarca da Independência — José Bonifácio de Andrada e Silva. Dada a palavra ao Orador Oficial Prof. Almeida Magalhães, s.s. em brilhante e eloqüente discurso renovou a homenagem do Instituto à memória de insigne jornalista brasileiro Julio de Mesquita; procedeu depois ao necrológio dos dois sócios últimamente falecidos, dr. Djalma Forjaz e Coronel Olympio de Oliveira Pimentel. Pôs em relêvo, quanto ao primeiro, os seus incontestáveis conhecimentos da História Nacional e o notabilíssimo serviço prestado às letras históricas do país com os trabalhos publicados, especialmente o seu monumental trabalho, digo, estudo sobre a vida e a obra do Senador Vergueiro; ressaltou, quanto ao segundo, a sua fôlha de serviços à milícia estadual, onde atingiu os mais altos póstos do oficialato, numa afirmação inconcussa do seu valor e por fim a sua atividade nesta casa, à qual se dedicara inteiramente, rodeando-se daquela aura de afeto e simpatia que torna hoje tão pungente para todos o seu prematuro desaparecimento. Requeria, assim, a inscrição, em ata de um voto de profunda saudade à memória desses inolvidáveis companheiros. O sr. Presidente solidarizou-se com as palavras do prof. Almeida Magalhães e deferiu, desde logo, as propostas do orador. O prof. Vinício Stein Campos transmitiu à casa o pedido que lhe fôra feito pela Associação Cultural do Negro no sentido de ser oficiado, também pelo Instituto, ao Governador de Pernambuco, encarecendo a S. Excia. a conveniência de ser cunhada pelo grande Estado nordestino a Medalha comemorativa do Tri-Centenário da morte do glorioso herói da restauração pernambucana, Henrique Dias. Requeveu ainda o Prof. Vinício Stein Campos fosse organizado pelo sr. Nicolau Duarte Silva, competente preparador da exposição Retrospectiva da Vida e Obra de Julio de Mesquita, inaugurada na Galeria Anchieta, do Instituto, um roteiro comentado da mesma, destinado à Revista do Sodalício, não só

para documentação do fato nos anais da casa, como para fonte de informações aos futuros pesquisadores. O sr. Presidente, discorrendo sobre as propostas, submeteu-as à consideração do plenário, sendo aprovadas. O sr. Nicolau Duarte Silva declarou que a proposta do prof. Vinício, quanto à exposição, vinha ao encontro do programa seu, pois pretendia de fato organizar o catálogo da Exposição ao final, uma vez que ainda está recebendo numerosas e valiosas contribuições de material para a referida mostra. O sr. Carlos Henrique Liberalli recordou a passagem do conjuenteário do Instituto Histórico de Sergipe e propôs se oficiasse à diretoria daquele sodalício apresentando-lhe as congratulações pelo auspicioso fato, o que foi deferido de plano pela Mesa.

O sr. Geraldo Goulart propôs: inscrição, em ata, de um voto de pesar pelo falecimento da genitora do laureado poeta santista Martins Fontes d.^a Isabel Fontes; ofício à Câmara Municipal de Cruzeiro, pedindo a restauração do nome Praça 9 de Julho ao logradouro público da cidade que ostentava outrora essa denominação; ofício ao Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, de apoio ao seu movimento contra a projetada demolição da velha e histórica igreja matriz do município. O dr. Pedro Brasil Bandecchi pediu a palavra para sugerir que se oficiasse nesse mesmo sentido ao D.P.P.H.A.N. — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sugerindo o tombamento da igreja naquele órgão federal, maneira eficaz de evitar o seu desaparecimento; o sr. Vinício Stein Campos lembrou as dificuldades que por vezes retardam os processos de tombamento, propondo que se oficiasse também ao sr. Bispo Diocesano de Santos, pedindo a sua intervenção em favor da velha igreja. O sr. Presidente atendeu a todas estas propostas. O sr. Ministro José Romeu Ferraz solicitou que a Medalha Honorífica e Cultural “Imperatriz Leopoldina” só seja entregue no Sodalício, salvo casos excepcionais, de outorga da venera a altas autoridades ou pessoas da Capital e do Interior impossibilitadas de se dirigirem ao Instituto para esse fim; requereu ainda, o sr. Ministro, a inscrição em ata de um voto de congratulações com a cidade de Araraquara pela passagem de seu aniversário de fundação, a 22 do corrente, fazendo-se as devidas comunicações; o sr. Presidente acolheu, de plano, esta solicitação, e quanto ao caso da Medalha, após debate do assunto pelo plenário, foi resolvido que se ouvisse previamente o Conselho da Medalha para esclarecimento da matéria e ulterior deliberação da casa. O sr. Carlos Henrique Liberalli recordou aos presentes a realização, dia 20, às 20,30 horas, neste auditório, da sessão solene comemorativa de Pascal, quando deverão falar pelo Instituto êle orador e o prof. Almeida Magalhães. O Coronel Arrisson de Souza Ferraz, em comovidas palavras, falou sobre a personalidade do Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, destacando o seu merecimento, quer no desempenho de suas funções na Fôrça Pública do Estado, quer neste Sodalício onde foi sempre um bom e estimado companheiro, um correto e exemplar servidor da causa pública. O sr. Presidente, reiterando o convite do sr. Liberalli para a sessão cívica de 2.^a feira, 20 e associando-se às palavras do Coronel Souza Ferraz à memória do saudoso Olympio de Oliveira Pimentel, comunicou haver estado em Taubaté, dêste Estado, durante a Semana de Paulo Setubal, quando proferiu a conferência inaugural da quele tradicional certame cívico-cultural, subordinada ao tema — Paulo Setubal — o poeta da brasilidade, determinando a expedição de ofício do Instituto à Comissão Promotora das festividades, de aplauso e soli-

driedade do Sodalício. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, será devidamente assinada. Nada mais. (aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, COMEMORATIVA DO TRI-CENTENÁRIO DE BLAISE PASCAL. — Aos 20 dias de agosto de 1962, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às 20,30 horas, reuniu-se em sessão solene o Sodalício para a comemoração do 3.º Centenário da morte do grande sábio francês BLAISE PASCAL. O dr. Aureliano Leite, Presidente do Sodalício, abriu a sessão, secretariada pelos consócios Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, convidando a seguir os professores, integrantes da Missão Pedagógica Francêsa para participar da Mesa. Dada a palavra ao professor Almeida Magalhães, orador oficial, proferiu êle, inicialmente, uma saudação aos ilustres compatriotas de Pascal, presentes à sessão. Discorreu, a seguir, sobre Pascal, o filólogo, desenvolvendo notáveis considerações sobre o pensamento do imortal cientista e a influência que exerceu no campo filosófico universal; o sr. Carlos Henrique Robertson Liberalli falou sobre a vida e a obra de Blaise Pascal sob o ponto de vista científico, destacando a precocidade de seu gênio nas ciências exatas e a inestimável contribuição que deu para o desenvolvimento das matemáticas e sobretudo da Física. Ambos os conferencistas foram muito aplaudidos e os seus trabalhos elogiados pelo sr. Presidente na breve alocução que dirigiu ao plenário, encerrando a brilhante sessão comemorativa. Os professores franceses que participaram da Mesa foram os seguintes: d.ª Lucienne Felix e Jacques Guignard, professores da Missão Francêsa em São Paulo. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente que vai devidamente assinada, depois de lida e aprovada. (aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE AGOSTO DE 1962, COMEMORATIVA DA SEMANA DO FOLCLORE. — Aos 24 de agosto de 1962, nesta cidade de São Paulo, às 20,30 horas, na sede social à rua Benjamin Constant, 158, desta Capital, reuniu-se em sessão extraordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para comemorar o transcurso do Mês do Folclore, festividade patrocinada pelo sodalício e a Comissão Paulista de Folclore. A Mesa diretora dos trabalhos esteve assim constituída: Presidente, Dr. Aureliano Leite; Coronel Luiz Tenório de Brito, Secretário; Professor Almeida Magalhães, orador oficial. Prof. Rossini Tavares de Lima, representante da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura da UNESCO, Américo Bologna, da Fundação Casper Líbero, prof. Alfredo João Rabaçal, da Associação Brasileira de Folclore, profa. d.ª Laura Della Monica, da Comissão Paulista de Folclore e o prof. Augusto Raul Cortazar, Presidente da Comissão Internacional de Folclore, com sede em Buenos Aires. Deixou de comparecer, por enfermo, o sr. Renato de Almeida. Falaram sobre o tema da solenidade os srs. prof. Augusto Raul Cortazar, Rossini Tavares de

Uma t.º sr. Presidente Dr. Aureliano Leite. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1.º DE SETEMBRO DE 1962. — A primeiro de setembro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios dr. José Pedro Leite Cordeiro, Aureliano Leite, Maria Helena Brancante, Luiz Tenório de Brito, Eldino Brancante, Paulo Romano, Geraldo Goulart, Tito Lívio Ferreira, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo., Vinício Stein Campos. Luiz Silveira Mello, Alexandre D'Alessandro, Raul Votta, Salvador Rocco, Alfredo Gomes, Arrisson de Souza Ferraz, Frederico de Barros Brotero, José de Azevedo, Oliveira Bueno Filho, José Romeu Ferraz, José Paulo Silveira Cabral, José de Oliveira Orlandi, Nicolau Duarte Silva, Carlos Penteado de Rezende, Carlos Henrique Liberalli, Divaldo Gaspar de Freitas e Isaac Grinberg, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua primeira sessão ordinária do mês. O sr. presidente doutor José Pedro Leite Cordeiro, abrindo a sessão, convidou para integrar a mesa, ao lado dos Secretários, 1.º e 2.º, Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, os vice-presidentes Frederico de Barros Brotero, Aureliano Leite e Tito Lívio Ferreira, bem como o sr. Ministro José Romeu Ferraz. Encontrando-se no Sodalício a nova consócia d.ª Maria Helena Brancante, o sr. Presidente procedeu à tomada do respectivo compromisso e deferiu-se a posse com as formalidades de estilo. Saudou-a, em seguida, o dr. Leite Cordeiro, congratulando-se com o Instituto pela excelente aquisição que significava para a casa o ingresso de d.ª Maria Helena Brancante em seu quadro social. Passando a discorrer, depois, sobre o seu afastamento da Presidência, em virtude de seu estado de saúde, afirmou não desejar, nem poder continuar no exercício desse cargo na Diretoria do Instituto, pelo que, declinava da participação de seu nome na chapa a ser votada dia seis de outubro próximo para renovação trienal do órgão diretor do Sodalício, como dispõem os Estatutos. O dr. Aureliano Leite solicita a palavra pela ordem e, expressando os sentimentos de todos os consócios, presentes e ausentes, manifesta o júbilo com que o Sodalício via reassumir o seu posto perfeitamente recuperado, o Presidente José Pedro Leite Cordeiro; disse do desconsolo que a notícia da sua enfermidade provocara entre todos os sócios do Instituto e a alegria que a sua volta, restabelecido, agora produzia nesta casa que tanto lhe devia em serviços, em dedicação, em abnegada devoção às suas atividades, nos fecundos anos em que a presidira, fazendo-se admirado e querido de todos os seus membros, sem distinção. O dr. Leite Cordeiro, com a voz embargada pela emoção, agradeceu ao dr. Aureliano Leite e a todos os consócios esta confortadora demonstração de solidariedade e estima. Reiterando a impossibilidade de permanecer na presidência do Sodalício, declarou valer-se da oportunidade para pedir o apoio do plenário para uma chapa que havia elaborado e que a seu ver, se vitoriosa na eleição do próximo mês, resultaria em reais benefícios para o Instituto. Transmitiu-se, em seguida, a presidência ao dr. Aureliano Leite, pedindo licença para retirar-se. O dr. Aureliano Leite, assumindo a presidência, suspendeu os trabalhos por dez minutos, a fim de que todos acompanhassem o dr.

José Pedro Leite Cordeiro até a saída e dêle se despedissem. Reabertos os trabalhos foram lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores. Com relação à ata resumo da sessão solene em homenagem à memória de Júlio de Mesquita, o sr. Nicolau Duarte Silva requereu que constasse da mesma haver sido apresentado no ato o livro Guerra, coletânea de trabalhos do saudoso jornalista sobre a marcha da guerra mundial — 1914-1918 —, composto à revelia do autor e cuja inutilização fôra por êle ordenada, na época, consoante testemunho do dr.

Júlio de Mesquita Filho, nessa mesma sessão, razão pela qual é a obra uma raridade bibliográfica do ilustre jornalista brasileiro. Ausentando-se neste ato o prof. Vinício Stein Campos, 2.º secretário, assumiu seu lugar à Mesa o 3.º Secretário dr. Alexandre D'Alessandro. Com as formalidades do estilo foi recebido e empossado também o nôvo sócio honorário sr. Isaac Grinberg. Saudou-o o orador oficial, prof. Almeida Magalhães, que compareceu após iniciados os trabalhos da presente sessão. O prof. Almeida Magalhães teceu considerações sobre a personalidade do nôvo consócio, autor de bem documentada História de Moji das Cruzes, bem como de d.ª Maria Helena Brancante, autora de valiosas pesquisas sobre cerâmica. Expediente: O sr. 1.º secretário apresentou o seguinte expediente: cartão do prof. Jacques Guignard agradecendo o convite para a sessão solene em homenagem a Blaise Pascal; carta do deputado Domingos Lot Neto, excusando-se do não comparecimento à homenagem a Gama Rodrigues; telegrama do dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre o tombamento da Igreja de S. Vicente Mártir, de S. Vicente; carta do consócio Dante Alighieri Vita sobre a possibilidade de voto por procuração nas eleições de outubro; do sr. Jairo Pinto de Araujo propondo outorga da Medalha da Leopoldina ao Padre Pedro Gioi G.M.F.; da Sociedade Veteranos de 32 - MMDC apresentando condolências pelo falecimento do Coronel Olympio de Oliveira Pimentel; da Tertúlia Acadêmica de S. Paulo agradecendo convite para a conferência do sr. Carlos Lemondé de Macedo subordinada ao tema: "El Rei Afonso Último"; do Desembargador Joaquim de Sylos Cintra, Governador do Estado em exercício, excusando-se do não comparecimento à homenagem a Blaise Pascal; da mesma autoridade agradecendo cumprimentos recebidos do Instituto; do sr. João Alfredo Pegado Cortez, agradecendo sua eleição para o quadro social do Solalício; da Sociedade Brasileira de Silvicultura, comunicando a eleição de uma nova diretoria; da Prefeitura Municipal de Ubatuba, transmitindo o inteiro teor dos atos oficiais daquela administração a respeito da comemoração do IV Centenário do Armistício de Iperoig; agradecimento da família de D.ª Isabel Martins Fontes, pelas condolências recebidas; o sr. 1.º Secretário comunicou ter estado em Lorena, em companhia do orador oficial, prof. Almeida Magalhães, que ali pronunciou uma apreciadíssima conferência sobre Euclides da Cunha. O sr. Presidente anuncia que no próximo dia 7 de setembro será rezada missa no Monumento do Ipiranga, por intenção da princesa D.ª Leopoldina e para o ato convida todos os senhores sócios. O celebrante será o nosso consócio Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo. Depois apresenta uma dádiva para o patrimônio histórico do Instituto, feita pela Exma. Sra. D.a Carolina Botelho Bueno e constante de um exemplar de uma ação da Companhia Estrada de Ferro do Rio Claro, e uma Medalha com a efígie do sr. D. Pedro II menino,

entregada por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de São Paulo. E determinou que se oficiasse em agradecimento àquela distinta dama paulista. E' dada a palavra ao consócio dr. Alexandre D'Alessandro, que discorreu sobre a personalidade do dr. Antônio Francisco de Paula Souza, seu patrono no Sodalício. Fala, a seguir, o sr. Alfredo Gomes, que saúda o Presidente efetivo, Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro e o Presidente substituto, Acadêmico Aureliano Leite, e pede a consignação em ata de um voto de congratulações pela elevação de Moji das Cruzes a Bispado, com o seu primeiro Bispo, D. Paulo Rolim Loureiro, com a Prefeitura Municipal, com o Presidente da Câmara e com a Comissão da Instalação do Bispado, enviando-se officio a cada uma dessas entidade. Fala, depois, sobre Tibiriçá e propõe que se levante na cidade a sua estátua, em lugar a ser escolhido entre o Largo de São Bento e o Pátio do Colégio, pedindo o apóio do Instituto para a idéia e officio à Câmara Municipal de São Paulo. Em apóio do orador falam Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo e o Ministro José Romeu Ferraz, sendo que este pede que se officie também a Sua Eminência o senhor Cardeal-Arcebispo. O sr. Presidente apresenta carta do Coronel Meira Matos pedindo que se promova a volta do nome de São Carlos do Pinhal a cidade que hoje é São Carlos simplesmente. Depois de várias sugestões foi criada uma comissão para estudar o assunto, composta de: Ministro José Romeu Ferraz, dr. Pedro Brasil Bandecchi e Nicolau Duarte Silva. Para agradecer a sua eleição e posse fala a Exma. Sra. Da. Maria Helena Brancante, que escolheu Brás Cubas, para seu patrono. O dr. Frederico de Barros Brotero lembra que se acha doente o illustre progenitor do nosso presidente, dr. Leite Cordeiro e propõe que uma comissão o visite em nome do Instituto. E' aprovada e a Comissão é a seguinte: Dr. Frederico de Barros Brotero, Geraldo Goulart, Eldino da Fonseca Brancante, Coronel Luiz Tenório de Brito, José Paulo Silveira Cabral. Fala o dr. Geraldo Goulart para propor um voto de pesar pela morte de Da. Margarida Bourroull, filha do prof. Estevam Bourroull. Comunica que a Companhia de Navegação Costeira deu o nome de Princesa Leopoldina a um de seus navios. Pede ainda um voto de louvor ao Governador do Estado por haver dado o nome de Isabela de Almeida Nobre, espôsa do dr. Ibrahim Nobre, ao Grupo Escolar da Vila Califórnia. O prof. Tito Lívio Ferreira fala do 351.º aniversário de Moji das Cruzes e pede officio à respectiva Câmara Municipal. Passa-se a seguir à eleição de dois novos sócios: 1.º - sócio honorário - 1.º escrutínio - Carlos Lemond de Macedo - aceito. 2.º - sócio honorário, 1.º escrutínio - José Cândido de Andrade Muricy, aceito. Encaminharam a votação os consócios prof. Almeida Magalhães e Carlos Penteado de Rezende. O prof. Almeida Magalhães fala sobre a morte da pintora Georgina de Albuquerque e pede um voto de pesar e comunicação à família. O mesmo é feito com relação à digna progenitora do sr. Mário Graciotti. São aprovados. O névo sócio, sr. Isaac Grinberg, agradece a sua eleição e pede seja também enviado officio sobre o 351.º aniversário de Moji das Cruzes ao respectivo Prefeito. Nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. Para constar, eu, Alexandre D'Alessandro, secretário, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente aprovada. aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Alexandre D'Alessandro.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1962: — Aos quinze de setembro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às quinze horas, presentes os sócios dr. Frederico de Barros Brotero, Geraldo Goulart, Alexandre D'Alessandro, Salvador Rocco, Da. Maria Amélia Botelho de Souza Aranha, Álvaro Coimbra, Mário Leite, Raul Votta, Luiz Tenório de Brito, Mário Savelli, Pe. Hélio Abranches Viotti, José Paulo Silveira Cabral. Arrisson de Souza Ferraz, Alfredo Gomes, Aureliano Leite e Bueno de Azevedo Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua segunda sessão ordinária do mês de setembro. O sr. Vice-Presidente, no exercício da Presidência, sr. dr. Aureliano Leite, abrindo a sessão, convidou para tomarem assento à Mesa, ao lado dos 1.º e 2.º secretário Coronel Luiz Tenório de Brito e Alexandre D'Alessandro (este em lugar do prof. Vinício Stein Campos) e do orador oficial, prof. Almeida Magalhães, os vice-Presidentes, dr. Frederico de Barros Brotero e Prof. Tito Lívio Ferreira, bem como o consócio Ministro José Romeu Ferraz e o prof. Gofredo da Silva Telles. Encontrando-se no Sodalício a nova consócia, da. Maria Amélia Botelho de Souza Aranha, o sr. Presidente procedeu à tomada do respectivo compromisso e êle deferiu a posse com as formalidades do estilo. O mesmo foi feito com o nôvo consócio, Comendador Paulo Romano. Saudou-os em seguida o Prof. Almeida Magalhães, orador oficial do Instituto. O sr. Presidente lê, a seguir, as "Efemérides" do Barão do Rio Branco, e propõe que se faça, daqui por diante o mesmo, com relação às "Efemérides de São Paulo". Foi então nomeada uma comissão composta do Prof. Alfredo Gomes, Dr. Mário Leite e Cel. Arrison de Souza Ferraz, para estudar o assunto e apresentar conclusões. A seguir é lida pelo segundo secretário a Ata da reunião anterior. O prof. Bueno de Azevedo Filho pede esclarecimentos sobre o tópico referente à outorga da "Medalha Da. Leopoldina" os que lhe são dados. O dr. Geraldo Goulart esclarece que o nome da esposa do dr. Ibraim Nobre, recentemente falecida, é realmente da. Brisa-bela. Em seguida, a referida Ata é posta em votação e é aprovada. A esta altura, entra no recinto o dr. Mário Graciotti que é convidado para tomar assento à mesa. Também é convidado para a mesa o consócio Silveira Cabral. Passa o 1.º secretário a ler o seu expediente: oferecimento do livro "A Maçonaria e a Independência" pelos seus ilustres autores, Prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Manuel Ferreira; carta da Câmara Municipal de Capivari, agradecendo as homenagens do saudoso educador Luiz Grellet; Relatório da Comissão incumbida de visitar o ilustre progenitor do dr. José Pedro Leite Cordeiro, em desempenho da sua incumbência, é feito pelo dr. Frederico de Barros Brotero; agradecimento do dr. Ibraim Nobre pelas manifestações por ocasião do falecimento de sua esposa. A seguir, é dada a palavra ao orador do dia, Padre Hélio Abranches Viotti, que discorreu brilhantemente sobre Iperoig, sendo muito aplaudido e cumprimentado. O sr. Presidente agradece a contribuição magnífica do Padre Hélio. Fala o Prof. Gofredo Telles sobre o assunto e propõe que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tome parte nas festas do centenário de Ubatuba. O prof. Bueno de Azevedo pede um minuto de silêncio em memória da esposa (viúva) do Dr. Djalma Forjaz, o que é deferido. O prof. Alfredo Gomes secunda as palavras do prof. Bueno. A exmra. do dr. Mário Savelli oferece flôres a Da. Maria Amélia em regosijo pela

na posse no Sodalício. Fala a nova consócia, em agradecimento e communi- que o seu patrono é Da. Leopoldina. Fala, também, o comendador Paulo Romano, que escolhe para seu patrono o poeta Dante Alighieri. O dr. Mário Leite fala sobre os trabalhos da fundação do "Museu Ferroviário" e pede o apoio do Instituto, o que é deferido. O dr. Mário Savelli convida o Instituto para comparecer a um programa de televisão, sendo nomeada uma comissão composta do Prof. Alfredo Gomes, Fernando Goes e Raul Votta, para tratar do assunto e também o dr. Salvador Rocco. Passa-se à votação de novos sócios: 1.º — José Cândido de Andrade Muricy, em 2.º escrutínio. É aprovado; 2.º — Carlos H. Lemond de Macedo, em 2.º escrutínio. É aprovado. Ambos para sócios honorários, que são declarados eleitos pelo sr. Presidente. O Ministro José Romeu Ferraz comunica que ainda não pôde terminar o estudo sobre o novo nome da cidade de São Carlos do Pinhal. O sr. Presidente convoca os presentes para a sessão de 6 de outubro p.f. em que se realizarão as eleições para renovação da Diretoria do Instituto. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. Para constar, eu, Alexandre D'Alessandro, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, será devidamente aprovada. Em tempo: Estêve presente também, o Prof. Tito Lívio Ferreira e o prof. Almeida Magalhães também, cujos nomes não constam da relação inicial. O dr. Raul Votta exibiu e leu uma carta recebida do dr. Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do D.P.H.A.N. sobre a conservação da Igreja de São Vicente. Conforme o pedido do Dr. Mário Leite, foi indicado o Prof. Vinício Stein Campos para representar o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na Comissão do Museu Ferroviário. aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE 20 DE OUTUBRO DE 1962: — Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, em a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas, presentes os sócios Aureliano Leite, Tito Lívio Ferreira, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Nicolau Duarte Silva, Vinício Stein Campos, Paulo Romano, Geraldo Goulart, Paulo da Silveira Cabral, Salvador Rocco, Alexandre D'Alessandro, Mário Leite, Carlos Penteado de Rezende, Arrison de Souza Ferraz, Luiz Tenório de Brito, Carlos Henrique Liberalli, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Frederico Abranches Brotero, João Gualberto de Oliveira, José Gomes de Moraes Filho, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Padre Helio Abranches Viotti, Divaldo Gaspar de Freitas, Alfredo Gomes, Eurico Branco Ribeiro, Arlindo Veiga dos Santos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão solene de homenagem aos consócios falecidos no decorrer do presente ano social de 1962. A mesa diretora dos trabalhos esteve assim constituída: Presidente Dr. Aureliano Leite; 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito; 2.º Secretário — Vinício Stein Campos; Orador Oficial — Professor Francisco Teive de Almeida Magalhães. Encontravam-se presentes numerosas senhoras e senhores, parentes dos sócios falecidos. O sr. Presidente explicou os fins da sessão solene, dedicada, na forma prevista pelos Estatutos, à homenagem do Sodalício aos sócios falecidos no decorrer do ano, dando a

seguir a palavra ao Prof. Almeida Magalhães para a oração de praxe. O professor Magalhães assumiu a tribuna e em eloqüente discurso, que será oportunamente publicado pela Revista do Instituto, discorreu sobre a personalidade dos homenageados, a saber: Prof. José Feliciano de Oliveira, Gastão de Betencourt, Dr. Synesio Rangel Pestana, Dr. Hilario Freire, Dr. Djalma Forjaz, Tenente-Coronel Olympio de Oliveira Pimentel, Dr. Frederico de Barros Brotero, João Batista de Campos Aguirra, Dr. Luiz Ribeiro do Valle e Prof. Edgard Santos. Ao abrir a sessão, o sr. Presidente procedeu à inauguração do retrato a óleo do saudoso ex-vice Presidente Dr. Frederico de Barros Brotero, recentemente falecido e que por tantos anos emprestou ao Sodalício o concurso de sua dedicação, de seu caráter ilibado e de seus largos estudos principalmente no setor da Genealogia. Falaram ainda, agradecendo a homenagem, os representantes das exmas. famílias dos consócios Dr. Djalma Forjaz (Dr. Djalma Forjaz Filho), Dr. Frederico de Barros Brotero (Dr. Carlos Penteado de Rezende), Tenente-Coronel Olympio de Oliveira Pimentel (Eunísio Pimentel) e Dr. Hilário Freire. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos presentes. reitera os elogios feitos pelo prof. Almeida Magalhães e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar, lavrou-se a presente que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECIENTOS E SESSENTA E DOIS, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às vinte horas, sob a presidência do dr. Aureliano Leite realizou-se uma sessão solene comemorativa do Dia da Bandeira e da Primeira Exposição do Museu Militar de São Paulo. A Mesa esteve assim constituída: Presidente dr. Aureliano Leite; 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito; 2.º Secretário — Vinício Stein Campos, Professor Eivaldo de Oliveira Mello, Secretário da Educação do Governo Estadual, Major Rubens Ressel, representante do Comandante do II Exército. Tenente José de Souza Borges, representante do Comandante da IV Zona Aérea, Tenente João Faria de Menezes, representante da Comissão Naval em São Paulo, Coronel Alfredo Feijó, da Força Pública, herói de 1932, dr. Amadeu Saraiva, Presidente da Fundação Santos Dumont, dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, representante da Academia Paulista de Letras, Da. Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, General João Augusto de Los Reis, Antonio Carlos Hartlieb Lima, representante da Comissão Militar do Museu, Capitão Orlando Secco, representante da Força Pública e do Corpo de Bombeiros, Capitão Antonio Figueiredo Borges, representante dos Veteranos de 32 — M.M.D.C. Aberta a sessão, a que compareceram exmas. famílias, o sr. Presidente deu a palavra ao dr. Pedro Brasil Bandecchi, o qual, na ausência do Orador Oficial, prof. Almeida Magalhães, proferiu eloqüente e aplaudida oração à bandeira. Seguiu-se com a palavra o prof. Eivaldo de Oliveira Mello, Secretário da Educação, que em rápido improvisado agradeceu a colaboração do Instituto na realização da obra em que se vem empenhando o Governo do Estado: a criação do Museu Militar. Falou depois o prof. Vinício Stein Campos, presidente da Comissão Executiva do Museu Mi-

lhar, historiando a criação e o desenvolvimento do Museu. A solenidade foi abrilhantada pela corporação musical da Guarda Civil, que executou na abertura da sessão o hino nacional. Nada mais. Seguiu-se a abertura da exposição de peças militares na Galeria do Auditório. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1962: — Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às quinze horas, presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Manoel Rodrigues Ferreira, Tito Lívio Ferreira, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Lorena Guaraciaba, Salvador Rocco, Geraldo Goulart, Raul Votta, Mario Leite, Arnaldo Amado Ferreira, Carlos Henrique Liberalli, Alfredo Gomes, Pedro Brasil Bandecchi, Carlos Penteado de Rezende e Domingos Laurito, realizou o Sodalício mais uma sessão administrativa, destinada a solucionar diversas questões que se encontram aguardando providências. A Mesa esteve assim constituída: Presidente — dr. Aureliano Leite; 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito; 2.º Secretário — Vinício Stein Campos; Orador Oficial — Almeida Magalhães. Aberta a sessão foram lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores. O sr. Presidente esclareceu que, consoante deliberação do plenário, a leitura das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco deverá ser substituída pela leitura das Efemérides Paulistas, para cujo preparo ficará designada a seguinte comissão: drs. Alfredo Gomes, Mário Leite e Coronel Arrison de Souza Ferraz; leu, a seguir, o sr. Presidente, o primeiro trabalho da Comissão, do teor seguinte: Efemérides Paulistas. Dia 24 de novembro, 1655 — Alvará do Governador Geral —, Conde de Atouguia, Dr. Jerônimo de Ataíde, pondo fim à célebre e mortífera contenda entre os Pires e os Camargos, na vila de São Paulo, do qual constam as seguintes providências: de servirem “na Câmara da dita vila tanto oficiais de um bando como do outro para que, com esta igualdade cessem as inquietações que de a não haver se acenderam naquele povo”, perdão em nome de Sua Majestade “a todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam, que de algum modo ficaram culpadas nas devassas” (Apontamentos — Azevedo Marques). — 1635 — Determina a edilidade “que nenhum negro do gentio da terra nem da guiné trouxesse arco nesta vila nem seus termos porquanto fazem muito dano uns negros aos outros e se matam e muito gado e outras criações”; Vale notar que o “negro do gentio da terra” não era o negro comum, mas o próprio índio de cor terrosa escura. (Correio Paulistano). — 1860 — Tem início a construção da Estrada de Ferro Santos a Jundiá, concedida por decreto 1.759 de 26 de abril de 1856 à companhia organizada pelo Marquês de Monte Alegre (Costa Carvalho), baiano, Marquês de São Vicente (José Antonio Pimentá Bueno, paulista e Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza), riograndense do sul. Levantados os capitais em Londres, a empresa toma a designação de *São Paulo Railway Company*, que conservou até ser encam-

pada em 1946 pelo Governo Federal, quando voltou a denominar-se Estrada de Ferro Santos a Jundiá (Várias fontes). — 1865 — Nasce em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, o jurista Luiz Barbosa da Gama Cerqueira, professor da Faculdade de Direito. Começou sua vida profissional em Minas. Foi ali político militante, tendo tomado assento, na Assembléa Constituinte do Estado em 1891. Passando-se para São Paulo, além de professor de direito foi também político, tendo pertencido e sido presidente do Partido Democrático e líder de sua bancada no Congresso Estadual. Faleceu a 19 de fevereiro de 1936. (Diário de São Paulo e Retratos a Pena, de Aureliano Leite). — 1888 — Subleva-se na Capital o 17.º Batalhão de Linha, parece que já invadido da idéia republicana. É contido pelo chefe de polícia, dr. J. J. Cardoso de Melo Junior, substituído logo depois. (História da Civilização Paulista, de Aureliano Leite). — 1915 — É criado por lei estadual o município de Platina, na Comarca de Campos Novos do Paranapanema (O Estado de São Paulo). — 1924 — É criado por lei o distrito de Mirassol (Idem). — 1927 — Falece em Bauru o poeta Benedito Rodrigues de Abreu, autor de “Casa Destelhada”, “A sala dos passos perdidos” etc.. Nasceu em Capivari a 27 de setembro de 1897. (Diário de São Paulo, O Estado e Fôlha de São Paulo). — 1926 — Lei Municipal cria o Jardim Zoológico desta Capital (Correio Paulistano). — 1937 — Morre em Mato Grosso, no território dos Xavantes, Ernani Ribeiro da Silva, jovem paulista que se pusera à frente de uma bandeira em demanda de melhores conhecimentos daquela tribo e região (História da Civilização Paulista, de Aureliano Leite). — Expediente — O expediente apresentado pelo sr. 1.º Secretário registrou: Ofício do prof. Vinício Stein Campos, Presidente da Comissão Executiva do Museu Militar de São Paulo, convidando o Instituto para a solenidade da assinatura, dia 27 do corrente, às 11,30 horas, no Palácio dos Campos Eliseos, do autografo da lei que cria o referido Museu: officio do sr. Antonio Helio Xavier de Mendonça, presidente da Câmara Municipal de São Paulo, apresentando as congratulações da edilidade pela eleição da nova diretoria; cartão do sr. Plinio Bueno, antigo jornalista da Câmara, felicitando o Sodalício pela escolha de seu nôvo Presidente; telegrama de felicitações pela eleição da nova diretoria dos senhores: Adam von Bulow, cônsul da Dinamarca, d. Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, René Amorim, secretário do Instituto Namin Jafet, José de Ribeiro Barros, Presidente da Fundação Santos Dumont, Joaquim Alves Feitosa, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Maria do Carmo, Jair Alvarenga, Diretor Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, Dom Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, José Cesar Pestana, Diretor da Escola de Polícia, Rui Calazans, Ricardo Nogueira de Lima, Bernardo Pedroso, Aldo Rossetti, Mário da Cunha Rangel e senhora, Alfredo Freire, do Deputado Roberto de Abreu Sodré agradecendo o convite para a missa de da. Leopoldina, General A. de Lyra Tavares, comandante da 2.ª Região Militar, Centro dos Estudos Históricos Gustavo Barroso, Sr. Mário Ribeiro Callim, Sociedade Veteranos de 32 - M.M.D.C., Sargento Pedro Gagini, do Destacamento dos Bombeiros de Pinheiros, Padre Afonso de Moraes Barros, da Paroquia de N. S. do Brasil, Dr. Costa e Silva Sobrinho, de Santos, Prof. Manoel Pereira do Vale, dr. Abilio Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Pinhal, Salvador de Moya, em nome do Ins-

tituto Genealógico Brasileiro e por proposta do consócio José Bueno de Oliveira Azevedo Filho; officio do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, agradecendo a cessão do auditório para reunião do Conselho daquêlê Sodalício; officio do Secretário da Educação prof. Euvaldo de Oliveira Mello, agradecendo o convite feito para a missa na cripta imperial do Ipiranga; officio do Cônsul Adam Von Bulow, agradecendo a outorga da Medalha Imperatriz Leopoldina; officio do Cônsul Carlos Lemend de Macedo, agradecendo sua eleição para o quadro social do Instituto; officio do Cônsul Geral de El Salvador Marquês Dr. Alberto Berra di Berra, agradecendo a cessão do auditório para as festividades do dia nacional de seu país; officio do sr. Mário Ferreira Migliano — Presidente da União Farmacêutica de São Paulo, convidando o Sodalício para a conferência do dr. Carlos Henrique Liberalli sôbre "O Sangue nas crenças e nas tradições populares", patrocinada pela referida entidade; officio do sr. Mário Altenfelder Silva comunicando a liberação da verba concedida, pelo Executivo; agradecimento da Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta pela cessão do auditório para sua reunião solene, officio do Coronel Oldemar Ferreira Garcia, agradecendo o convite para a missa da Imperatriz Leopoldina; relatório do Instituto de Estudos Históricos Gustavo Barroso, de Lorena; comunicação do sr. Alceu Maynard de Araujo de que representou o Instituto na homenagem do Colégio Sion a Bárbara de Alencar; agradecimentos das famílias dr. Lineu Cordeiro, Maria Eulália da Silva Rocha e dr. Gastão Bettancourt; oferta de 30 exemplares da brochura "Um engenheiro brasileiro na Rússia" pelo dr. Mário Savelli; convite da Fundação Santos Dumont para a homenagem a Otto Ernest Meyer, fundador da Varig; carta do Club de Ciências da Societé Suisse des Americanistes pedindo remessa da Revista do Instituto; convites da Aliança Francesa para 2 consêrtos no Teatro Municipal dias 21 e 28 do corrente; cartão de Da. Augusta Figueiredo, oferecendo um exemplar da "Revista C.A.F.E."; agradecimento da Faculdade de Direito de Recife pelas congratulações recebidas do Sodalício; agradecimento do Juiz de Direito de Igarapava pela oferta do brazão da Associação do Menor de Igarapava, trabalho do ilustre consócio dr. Antonio Augusto Menezes Drummond, da Comissão de Heráldica; oferta de 3 livros, sendo 2 revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e um volume dos Documentos Interessantes, digo, Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, sendo todos oferecidos pelo consócio João Gualberto de Oliveira; comunicação do sr. Orentino Martins de que escolheu para seu patrono o General Luiz Bueno Horta Barbosa; agradecimento da Família Djalma Forjaz; telegrama do Governador de Pernambuco sôbre a sugestão do Instituto, relativamente à cunhagem da medalha comemorativa à expulsão dos holandeses; o sr. 1.º Secretário representou o Instituto na solenidade da entrega da Medalha M.M.D.C. no Batalhão Tobias de Aguiar, no sepultamento do dr. Frederico de Barros Brotero, nos funerais do Cel. Lucio Rosales, no entêrro do dr. Antonio Ferreira Prado — sobrinho dos consócios Tito Livio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira; agradecimentos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pela Manifestação do Instituto a respeito de seu cinquentenário; agradecimento da Companhia Costeira de Navegação pela incorporação do navio Princesa Leopoldina, objeto de aplausos do Sodalício a pedido do consócio Gerardo Goulart; officio do consócio dr. Bulcão Sobrinho, de pêsames pelo falecimento do confrade Olympio de Oli-

reira Pimentel; agradecimento do sr. José Cândido de Andrade Muricy, pela sua eleição.; Biblioteca — Dada a palavra ao dr. Carlos Pentéado de Rezende, que tem a seu cargo os serviços da biblioteca, informou o prezado consócio que deu nova orientação aos trabalhos da direção da biblioteca, organizando uma pasta com as informações interessantes e úteis a respeito do movimento de doações, correspondência e consultas da biblioteca e que passaria desde logo a relatar ao plenário. Declarou que a biblioteca procedeu à distribuição dos exemplares da Revista agora publicada, tanto na Capital, como país e no exterior, sendo digno de menção o trabalho exemplar do funcionário Sylvio de Almeida Leite; informou ainda o sr. bibliotecário Rezende que o Instituto recebeu valiosos livros doados pela Companhia de Melhoramentos, acompanhados da promessa de entrega de todos os novos livros que publicar; recebeu ainda do sr. Jonas Augusto Rolim de Arruda, documento sobre o Brasil Império; do Presidente Aureliano Leite diversos retratos e litografias; do dr. Vicente de Azevedo um retrato do Patriarca, José Bonifácio; com relação ao Museu do Instituto, em organização no oitavo andar, além de diversos objetos de valor histórico ali reunidos pelo sr. Presidente, recuperados do patrimônio, registrou-se a valiosa doação do dr. Manoel Rodrigues Ferreira de uma pré-colombiana, recolhida pelo doador no Território de Rondônia. Livros recebidos: Da Companhia de Melhoramentos de São Paulo: Fernando de Azevedo: "Um trem corre para o Oeste", "Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil", "A Cidade e o Campo na civilização industrial"; Helio Vianna: "História do Brasil, História Diplomática do Brasil"; Afonso de E. Taunay; "História das Bandeiras Paulistas"; Bibliografia de Serafim Leite; "Russischer Kolonialismus in der Ukraine" — München, 1962; Ataliba Nogueira: "A máquina de escrever, invento brasileiro"; Ministro Costa Manso: "Centenário de Carlos de Laet"; Professor Ataliba Nogueira: "Fatos e Datas, As nações unidas e a definição da agressão"; Diva Bernardes Pinho: "O Cooperativismo nos meios capitalista e socialista"; Carlos Marques Pinho: "Cursos de Legislação de Pessoa"; Primitivo Moacyr: "A Instrução e a República" — 7 volumes doados pelo sr. Alberto Rovai; Júlio S. Toledo; "A Revolução Constitucionalista"; "A Cooperação da Farmácia Paulista e da União Farmacêutica no Movimento de 1932"; Serafim Leite: "Nova Páginas de História do Brasil"; Barão Antonini: "Relatório sobre o Brasil" (1822-1831); Dorival Teixeira Vieira: "Evolução do Sistema Monetário Brasileiro"; Luiz Leandro: "De Piracicaba para Piracicaba"; Jarbas Sertório de Carvalho: "O Pássaro Anapiranga e outros motivos a serem reverenciados"; Manoel Rodrigues Ferreira e Tito Lívio Ferreira — "A Maçonaria na Independência Brasileira" - 2 volumes; Erich Joachim Hess: "Isto é o Brasil ilustrado" - oferta do sr. R. R. Hinner; Afonso de Araujo e Almeida - Heptacordo - poesias; Dante Pianta - Personalidades Riograndenses; Álvaro da Veiga Coimbra - "Noções de Numismática - V - Medalhística; Enrique Bernardo Nuñez - "Tres Momentos em la controversia de limites de Guyana"; Curriculum Vitae de Ernesto de Souza Campos; Marechal Estêvão Leitão de Carvalho - "Memórias de Um Soldado Legalista vol. II"; José Feliciano de Oliveira - "Notas Civilistas"; John R. Cotrim: "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia"; Revistas: Da Faculdade de Direito de São Paulo, volumes 48 a 56, anos de 1953 a 1961; da Academia Paulista de Letras - doação do Presidente Aureliano Leite, vários números que faltavam; Revista do Ins-

stituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume n.º 253; Anais do I Congresso Nacional de Saúde Escolar - oferta do prof. Alberto Rovai; Boletim del Archivo de Miraflores, Venezuela; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - n.º 26, 1961; Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, n.º 25 - vol. 94; Revista del Museo e Instituto Arqueológico - Universidad Nacional del Cusco, Peru - n.º 19, 1961. *Comunicações:* o sr. Presidente comunicou que em companhia do consócio Mário Leite visitou, na Beneficência Portuguesa o Cônsul Soares Brandão; representaram o Sodalício na diplomação do Comendador Emendabile, como cidadão paulistano, os srs. Presidente, dr. Rocco e Geraldo Goulart; comunicou ainda o sr. Presidente que indo a Santana do Parnaíba assistir as solenidades da instalação do Museu Anhanguera e a abertura da Semana do Bandeirante, teve oportunidade de realizar uma pesquisa na região do Araçariguama e localizar em terreno do município de São Roque as ruínas do sítio do Padre Guilherme Pompeu, conforme reportagem que será publicada na Revista do Instituto; acompanharam o sr. Presidente nessa excursão os srs. Vinício Stein Campos, Presidente da Comissão Central dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado, dr. Antônino Augusto Menezes Drummond, dr. Mário Leite, sr. Henrique Alves e Joaquim Afonso; junto à pequena capela, de construção pobre e relativamente recente, localizou-se em poder dos moradores um pedaço de madeira de lei, lavrada, parte da cimalha de velha construção que ali deve ter existido; no interior do templo foram encontrados um retábulo entalhado, dourado, de fino lavor e as imagens, também obra muito antiga, de N. S. da Conceição e de Santo Inácio; outro morador ofereceu à comitiva uma pia de pedra, mural, quebrada e que consta também ter sido parte de antiga igreja do local; concluiu-se, a vista de tais elementos, posteriormente corroborados pelo sr. Presidente por um precioso documento que possui que se tratava realmente do local onde existiu a famosa igreja do Creso Paulista Padre Guilherme Pompeu de Almeida; o dr. Menezes Drummond remunerou a moradora que ofereceu o fragmento da cimalha, tendo este objeto e a pia sido entregues ao Museu Histórico de Santana do Parnaíba. O sr. Presidente sugeriu ao plenário a adoção de providências para ser colocado no local um marco ou obelisco destinado a guardar memória desta identificação; comunica ainda o sr. Presidente que está providenciando a elaboração do Regimento Interno, servindo-se a Comissão integrada pelos consócios Desembargador Vieira Neto, Alfredo Gomes, Tenório de Brito, Tito Lívio Ferreira, Pedro Brasil Bandecchi e Vinício Stein Campos, de um ante-projeto de autoria do dr. Alfredo Gomes para a realização de seu trabalho; com relação às comemorações do IV Centenário da morte do cacique Tibiriçá, informou haver recebido a visita de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota acompanhado de seu secretário particular para tratar com a presidência da programação dos festejos comemorativos; informou haver ficado estabelecida a celebração de missa solene na Catedral, pregando na ocasião o consócio Reverendíssimo Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo e por fim, visita ao túmulo do grande indígena, na cripta; a parte profana constará de uma sessão solene às 20,30 horas, no auditório do Instituto, falando nessa ocasião: Ernesto Leme, Almeida Magalhães e Brasil Bandecchi. A direção da publicidade destas solenidades, marcadas para o dia 25 do mês de dezembro próximo, ficou a cargo do prof. Carlos Henrique Liberali. O Senhor 2.º secretário procedeu

a leitura do Parecer da Comissão constituída pelos consócios Ministro José Romeu Ferraz, Pedro Brasil Bandecchi e Nicolau Duarte Silva e que ficara encarregada de examinar a proposta do sr. Meira Mattos a respeito da restauração, pelos poderes competentes, do nome da cidade de São Carlos, deste Estado. O mencionado parecer é do seguinte teor: Parecer: A Câmara Municipal de São Carlos encaminhou a nobre Assembléia Legislativa do Estado uma representação na qual solicita o retôrno, ao município, de sua primitiva e tradicional denominação — SÃO CARLOS DO PINHAL. Uteriormente, um de nossos confrades, o sr. Meira Mattos, em carta ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pede o apóio do Sodalício à iniciativa de São Carlos. Indicados pela digna Presidência do Instituto para emitir juízo fundamentado a respeito do assunto, depois de bem examinar a matéria, à luz dos dados que logramos reunir, assim nos manifestamos: HISTÓRICO: A denominação — São Carlos do Pinhal — procede da localização do povoado em terras da sesmaria do Pinhal, adquirida pelo Capitão Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho em 30-3-1786. A Família Botelho doou à Capela da povoação a imagem de Carlos Borromeu, Bispo de Milão, alçado assim a padroeiro da localidade. O Brazão de Armas da cidade de São Carlos, oficializado pela lei 1.033, de 22-9-1948, refere-se à identificação heráldica dispondo que “os cinco pinheiros constituíam as armas falântes da cidade, recordando o nome tradicional de São Carlos do Pinhal”. Em 3-12-1908, pelo projeto n.º 43, subscrito pelos deputados J. B. Oliveira Coutinho, Bento Bueno, Plínio de Godoi, B. Neto de Araujo e Guilherme Rubião, foi proposta a simplificação do nome da cidade mediante a eliminação das palavras — do Pinhal, tendo a referida proposição legislativa sido acolhida em rápida tramitação. O deputado Oliveira Coutinho, à guisa de justificação apresentou na 57.ª sessão ordinária, presidida pelo Dr. Carlos de Campos, o seguinte esclarecimento: “Senhor Presidente: Pedi a palavra para apresentar à consideração da casa um projeto de lei, atendendo ao pedido de uma das cidades mais importantes de nosso distrito. O projeto visa simplificar a denominação da cidade a que me referi. Assinado por vários colegas, o projeto muda a denominação de São Carlos do Pinhal para SÃO CARLOS, estabelecendo em lei o que já é uma situação de fato, porque essa cidade é conhecida por “São Carlos”. Essa foi a justificativa. Aprovada pela Câmara dos Deputados e o então Senado Estadual, a proposição legislativa se converteu em lei n.º 1.158, de 26-12-1908, sancionada pelo Presidente do Estado — Albuquerque Lins e referenciada pelo Secretário dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães. Este o histórico da questão. Conclusão: Evidentemente que a restauração da denominação primitiva da cidade é uma providência que o Legislativo sancarlense tem o direito de pleitear e com justa razão. Precedentes existem, e numerosos, em nosso país. O respeito à tradição, às origens históricas às raízes do povoado é uma norma sadia que começa felizmente a orientar os passos do nosso povo. Exemplo dos mais admiráveis disto encontramos na Capital do Estado, onde se restituiu ao largo do palácio a sua denominação primitiva — Pátio do Colégio —, e se reergueu depois, com desvêlo e carinho, a venerável reprodução da igreja dos jesuítas, fundadores de São Paulo. Por estas razões e outras que delas naturalmente decorrem, não vê esta Comissão inconveniente algum no apóio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo à iniciativa da nobre Câmara Municipal

de São Carlos. Entretanto, em face da legislação que disciplina a matéria e num processo mais democrático, talvez fosse aconselhável, se assim o entendesse a douta Assembléia Legislativa, a promoção de um plebiscito naquela próspera e prestigiosa cidade, de maneira a resultar o retorno do nome antigo, ou a conservação do atual, da livre manifestação da vontade popular. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sala das Sessões, em São Paulo, outubro de 1962. (a) Ministro José Romeu Ferraz, Relator. Voto: De pleno acôrdo com o parecer do ilustre confrade Ministro José Romeu Ferraz, no que se refere à volta do nome tradicional de São Carlos. Discordo apenas, da sugestão da promoção de um plebiscito, pois que a matéria em tela se encontra regulada em lei, cabendo à Assembléia Legislativa decidir, na órbita de sua competência — São Paulo, 24-11-62. (a) Brasil Bandecchi. Submetido à discussão, falaram sobre o mérito os consócios Alfredo Gomes, a favor do parecer, Pedro Brasil Bandecchi, sustentando o seu voto, Manoel Rodrigues Ferreira, Vinício Stein Campos, Carlos Penteadado de Rezende, Luiz Tenório de Brito, Carlos Henrique Liberalli, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Tito Lívio Ferreira, examinando a parte controvertida do parecer. Posto a votos foi o mesmo aprovado como ficara redigido pelo relator Romeu Ferraz. O sr. Arnaldo Amado Ferreira, comunica a realização, dia 4 de dezembro, no auditório do Sodalício, de uma sessão solene promovida pelo Instituto, a Associação Paulista de História da Medicina e Associação de Medicina Legal e Criminologia, comemorativa do centenário de nascimento de Nina Rodrigues, bem como a cunhagem da Medalha comemorativa. O sr. Presidente apresenta a solidariedade da Mesa a êsse movimento, patrocinado também pela Associação Cultural do Negro e designa a seguinte comissão para cuidar do assunto: Arnaldo Amado Ferreira, Carlos Henrique Liberalli, Carlos Penteadado de Rezende e Gerardo Goulart. O sr. Alfredo Gomes propõe se consigne na ata dos trabalhos um voto de regosijo com a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia pelo transcurso de seu 41.º aniversário de fundação, ocorrido a 15 do corrente, o que foi deferido; congratula-se o mesmo consócio com o sr. Presidente pela organização do Museu do Instituto: aplaude a sugestão do dr. Mário Leite sobre o pedido ao I.B.G.E. de cartas atualizadas para a Mapoteca e propõe um voto de pesar pelo falecimento do ilustre confrade Ruy Bloem, fazendo-se à família do extinto as comunicações devidas. O sr. Presidente agradece e defere de plano o requerimento do prof. Alfredo Gomes, designando a êste e aos srs. Manoel Rodrigues Ferreira e Tito Lívio Ferreira para representar o Instituto nos atos fúnebres religiosos. O dr. Carlos Penteadado de Rezende informa que a Mapoteca está sendo organizada graciosa e competentemente pelo dr. Carlos Penteadado de Rezende. O sr. Carlos Henrique Liberalli apresenta um voto de congratulações com os consócios, Mário Leite e Antonio de Almeida Prado pela láurea com que foram premiados pelo Pen Clube. O sr. Manoel Rodrigues Ferreira explicou que a peça oferecida ao Museu do Instituto é uma relíquia bastante rara, obtida de índios boliviannos e que fôra encontrada no território de Rondônia, junto a embocadura do Mamoré, desenterrada de terrenos de aluvião, sendo anterior à época do descobrimento; prometeu trazer oportunamente uma descrição minuciosa do local onde foi encontrada; prosseguindo em suas considerações apresentou um voto de congratulações com o sr. Paulo Bonfim pela sua eleição para a Academia

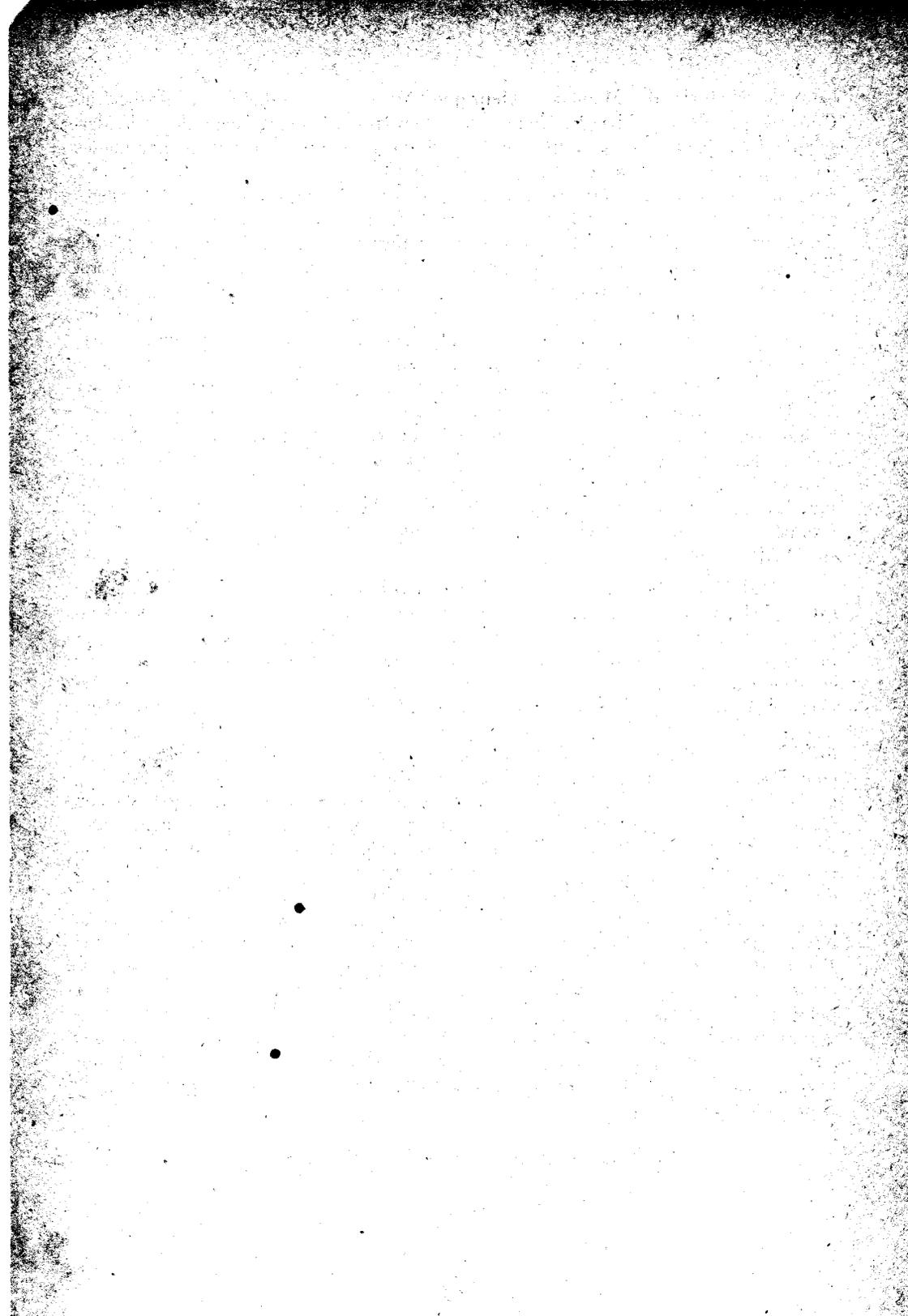
Paulista de Letras, voto assim redigido: "Para a Academia Paulista de Letras, instituição cultural e social, nascida sob as telhas deste Sodalício, foi eleito o nosso brilhante consócio Paulo Bonfim, consagrado poeta do "Armorial", em cujas páginas refulgem como esmeraldas, vinte magníficos sonetos, onde se condensa a espécie do Bandeirantismo. PROPOSTA: Nessas condições propomos, consultada a Casa, que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a mais antiga instituição cultural bandeirante, se congratule com o poeta Paulo Bonfim, nosso eminente consócio, e com a Academia Paulista de Letras, por êsse assinalado acontecimento. Que êsse voto de congratulações do Sodalício conste da ata de nossos trabalhos com as mesmas palavras da justificativa e da proposta. E que, nesse sentido, sejam expedidos officios ao nosso confrade Paulo Bonfim e à Academia Paulista de Letras. Sala das sessões, 24 de novembro de 1962. Tito Lívio Ferreira. Manoel Rodrigues Ferreira". O sr. Presidente põe em votação a proposta acima, que foi aprovada. O consócio Pedro Brasil Bandecchi, em declaração de voto, manifesta a sua divergência ao deliberado, comunicando que está solidário com o prof. Fernando Azevedo no incidente em que êste se viu envolvido na Academia e que redundou na perda de sua cadeira naquela casa, cadeira ora atribuída ao poeta Paulo Bonfim. O dr. Mário Leite agradeceu as manifestações de solidariedade dos colegas do Sodalício às homenagens com que foi honrado pelo Pen Clube. O dr. Geraldo Goulart propõe um voto de congratulações pela inauguração do Museu Anhanguera em Santana do Parnaíba e do Museu Militar, realizada pelo sr. Vinício Stein Campos, o que foi aprovado. Foram entregues, com as solenidades do estilo, aos srs. Geraldo Norberto Freire Braga e Paulo Albuquerque Prado as medálias da Imperatriz Leopoldina. Os agraciados foram saudados pelo orador oficial, prof. Almeida Magalhães. *Eleição de sócios:* — O sr. Presidente procedeu em seguida à votação das seguintes propostas para o quadro social. Sócio honorário — em 1.º escrutínio — Manoel Ubalino de Azevedo - eleito; Jorge Americano - eleito; Péricles Eugênio da Silva Ramos - eleito; Leão Machado - eleito; para sócios correspondentes nacionais - Dr. João Ortiz Monteiro - eleito; Paulo de Camargo Pôrto - eleito; Dário Abranches Viotti - eleito. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos, a valiosa colaboração para o rendimento dos trabalhos e nada havendo a tratar, declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, A. D'Alessandro.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE NINA RODRIGUES. — Aos quatro dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às 20 horas no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo reuniu-se o Sodalício para, em conjunto com a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, a Sociedade Paulista da História da Medicina e a Associação Cultural do Negro, render homenagens à memória inolvidável de Nina Rodrigues. A Mesa, constituída pelo Presidente Aureliano Leite, ladeado pelos Secretários, 1.º e 2.º, respectivamente, Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, tomaram assento mais as seguintes personalidades: Prof. Flaminio Fávero, presidente da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, Arnaldo Amado Ferreira, presidente da Sociedade Pau-

lista da História da Medicina, Henrique Alves, representante da Associação Cultural do Negro, Alfredo Gomes, representante da Associação dos Cavaleiros de São Paulo. O sr. Presidente, abrindo a sessão, explicou as finalidades da mesma, elogiando os esforços do sr. Henrique Alves, que muito contribuiu para a realização de tão justa e meritória homenagem ao grande cientista pátrio. Deu, a seguir, a palavra ao prof. Francisco Teive de Almeida Magalhães, orador oficial, para a saudação ao conferencista da noite, prof. Flaminio Fávero. Após o eloqüente improvisado do prof. Magalhães assumiu a tribuna o sr. Flaminio Fávero, o qual leu, com vigor e clareza, um notável estudo da vida e obra de Nina Rodrigues conceituando o consagrado cientista brasileiro no quadro da cultura internacional e ressaltando a sua valiosa contribuição para o desenvolvimento da ciência, especialmente em nosos país. O sr. Presidente, encerrando a sessão, destacou o valor da conferência que acabava de ser ouvida com geral agrado, sobre a quantidade, a qualidade e os frutos dos trabalhos de Nina Rodrigues, apresentando efusivas felicitações ao seu brilhante autor. Em seguida procedeu-se a abertura da Exposição relativa à vida e obra de Nina Rodrigues, na galeria competente. Nada mais houve. Para constar, lavrou-se o presente registro, na forma do costume. Eu, Vinício Stein Campos, secretário, escrevi. (aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; A. D'Alessandro.

COMEMORAÇÃO DO IV CENTENÁRIO DA MORTE DO CACIQUE TIBIRIÇÁ. — Aos 25 de dezembro de 1962, às quinze horas, em sessão solene comemorativa do quarto centenário da morte do Cacique Tibiriçá reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico à rua Benjamin Constant, 158, registrando-se o comparecimento dos seguintes consócios: Dr. Aureliano Leite, Presidente, Coronel Luiz Tenório de Brito, 1.º Secretário, Prof. Vinício Stein Campos, 2.º Secretário, Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães, Orador Oficial, Dr. Ernesto Leme, Pedro Brasil Bandecchi, D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Carlos Henrique Liberalli, Mário Leite, Sebastião Pagano, Nicolau Duarte Silva, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Alfredo Gomes, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Goulart, Ricardo Daunt, José Bueno Azevedo Filho, Eurico Branco Ribeiro e o sr. prof. Euvaldo de Oliveira Mello, representante do Governo Carvalho Pinto. Presidiu os trabalhos, na direção da Mesa, o sr. Arcebispo Metropolitano Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta e oraram durante a sessão, em magníficas palestras que serão ulteriormente divulgadas pela Revista do Instituto, os srs. profs. Ernesto Leme, Pedro Brasil Bandecchi e Almeida Magalhães. O sr. Cardeal, no encerramento, proferiu calorosa oração de improviso, examinando os pontos citados pelos conferencistas em seus aplaudidos trabalhos. Além dos srs. sócios estiveram presentes numerosos visitantes, inclusive exmas. senhoras da sociedade paulistana. Para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, Vinício Stein Campos, secretário, escrevi. (aa) Aureliano Leite; Luiz Tenório de Brito; Vinício Stein Campos.

F I M D A S A T A S D E 1 9 6 2



INDICE ALFABÉTICO DA REVISTA

- AMERICANO - JORGE pg. 67 - Gabriel Osório de Almeida
- ARANHA - MARIA AMELIA ARRUDA
BOTELHO DE SOUZA pg. 96 - A Arquilequesa Da. Leopoldina
- ARAÚJO - ALCEU MAYNARD pg. 180 - O Infante D. Henrique - Destruidor de Mitos e Lendas
- ARAÚJO - ALCEU MAYNARD pg. 213 - Necrológio dos sócios falecidos em 1963.
- ATAS DAS SESSÕES PLENARIAS DO EXERCÍCIO DE 1962 de pg.. 266 a 313.
- AVILA - ANTONIO D' pg. 50 - João Lourenço Rodrigues
- AZEVEDO - AROLDO DE pg. 172 - Dr. José Pereira de Queiroz
- BALANCETE DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1963 pg. 241
- BANDECCHI - BRASIL pg. 159 - Martins Júnior - Batalhador Incansável
- BIBLIOTECA - (A) EM 1963 pg. 242
- BRITO - LUIZ TENÓRIO DE pg. 189 - Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra
- CABRAL - JOSÉ PAULO DA SILVEIRA pg. 92 - "Operação Pittier" - Lição da Venezuela ao Brasil
- CAMPOS - VINICIO STEIN pg. 208 - Museu Históricas
- DAMANTE - HELIO pg. 137 - Prefácio a uma nova edição da História do Barão do Rio Branco
- DOCUMENTO INÉDITO pg. 228 - A propósito da criação de uma Universidade.
- FERRAZ - ARRISON DE SOUZA pg. 175 - Temas da História Militar
- FERREIRA - TITO LIVIO pg. 35 - Eduardo Prado na intimidade familiar de Eça de Queiroz
- GOMES - ALFREDO pg. 106 - História
- GUIMARAES - ALBERTO PRADO pg. 125 - Dom José Gaspar
- LEITE - AURELIANO pg. 206 - A propósito do Monumento ao Apóstolo São Paulo
- LIBERALLI - CARLOS HENRIQUE pg. 63 - Pirajá da Silva - O Historiador e o Erudito
- MAGALHAES - F.T. DE ALMEIDA pg. 59 - Centenário de Martins Júnior
- MENDES - JOSUE CAMARGO pg. 121 - Matias Gonçalves de Oliveira Roxo
- MESQUITA F.º - JÚLIO DE pg. 3 - Reflexões sobre uma grande data.
- MUSEU JOSÉ BONIFÁCIO pg. 244 - Relação dos objetos expostos.
- OLIVEIRA - JOAO GUALBERTO DE pg. 201 - Batista Cepelos, o Cantor do Bandeirismo.
- PAGANO - SEBASTIAO pg. 73 - O Infante Dom Henrique no Cenário do seu tempo.

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO

a) Diretoria	pg. 254
b) Sócios grandes beneméritos	pg. 254
c) Sócios beneméritos	pg. 254
d) Sócios benfeitores	pg. 254
e) Sócios eméritos	pg. 255
f) Sócios titulares	pg. 255
g) Sócios honorários	pg. 256
h) Sócios correspondentes nacionais	pg. 256
i) Sócios corresp. estrangeiros	pg. 260
j) Comissões permanentes	pg. 261
k) Departamento de Sede Social	pg. 265
l) Conselho da Medalha Imperatriz Leopoldina	pg. 265

RELATÓRIO DA DIRETORIA

REZENDE - CARLOS PENTEADO DE

SALGADO - J.A. CESAR

SAVELLI - MARIO

VIOTTI - Padre H.A. (S.J.)

pg. 141	- Pintura Portuguesa de outrora (1400 - 1808)
pg. 13	- Campos Salles, o precursor da Independência no Ministério Público do Brasil.
pg. 193	- Roberto Simonsen - O precursor
pg. 25	- A propósito do IV Centenário da paz de Iperai.



Ind. Gral. DonDyoga Ed. Ltda.
Rua Tamandaré, 107/201
Povo 92 - 8417-São Paulo



E R R A T A

- Pág. 4 — onde se lê: português, *leia-se português*.
- Pág. 238 — onde se lê: e mreunião, *leia-se em reunião*.
- Pág. 238 — onde se lê: Gráfica Biblos Limitada, *leia-se Bentivegna Editora Ltda.*
- Pág. 259 — onde se lê: Sauza, *leia-se Souza*.
- Pág. 259 — onde se lê: Pinhoá, *leia-se Pinhão*.
- Pág. 259 — onde se lê: Noberga, *leia-se Nóbrega*.
- Pág. 265 — Inclua-se José Anthero Pereira Júnior, no Conselho da Medalha Imperatriz Leopoldina.
- Pág. 267 — onde se lê: Olipio, *leia-se Olímpio*.
- Pág. 276 — onde se lê: Olipio, *leia-se Olímpio*.
- Pág. 281 — onde se lê: paleontólo, *leia-se paleontólogo*.
- Pág. 291 — onde-se-lê: Vetta, *leia-se Votta*.
- Pág. 301 — onde se lê: entidade, *leia-se entidades*.

Obs.: Há outros cochilos facilmente corrigidos pelo leitor.